

ANA MARIA VEIGA  
CLAUDIA REGINA NICHNIG  
CRISTINA SCHEIBE WOLFF  
JAIR ZANDONÁ  
Organização

# MUNDOS DE MULHERES NO BRASIL





Ana Maria Veiga  
Claudia Regina Nichnig  
Cristina Scheibe Wolff  
Jair Zandoná  
(Organização)

# MUNDOS DE MULHERES NO BRASIL

Editora CRV  
Curitiba – Brasil  
2019

Copyright © da Editora CRV  
**Editor-chefe:** Railson Moura  
**Diagramação e Capa:** Editora CRV  
**Revisão:** Gerusa Bondan e Maria Isabel de Castro Lima

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
CATALOGAÇÃO NA FONTE

---

M954

Mundos de mulheres no Brasil / Ana Maria Veiga, Claudia Regina Nichnig, Cristina Scheibe Wolff, Jair Zandoná (organização) – Curitiba : CRV, 2019.  
550 p.

Bibliografia  
ISBN 978-85-444-3129-0  
DOI 10.24824/978854443129.0

1. Ciências sociais. 2. Relações de gênero. 3. Feminismos. 4. Gênero. 5. Mulheres. I. Veiga, Ana Maria. org. II. Nichnig, Claudia Regina. org. III. Wolff, Cristina Scheibe. org. IV. Zandoná, Jair. org. V. Título. VI. Série.

CDU 396(81)

CDD 305.42

---

Índice para catálogo sistemático  
1. Mulheres 305.42

ESTA OBRA TAMBÉM ENCONTRA-SE DISPONÍVEL EM  
FORMATO DIGITAL.  
CONHEÇA E BAIXE NOSSO APLICATIVO!



2019

Foi feito o depósito legal conf. Lei 10.994 de 14/12/2004  
Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV  
Todos os direitos desta edição reservados pela: Editora CRV  
Tel.: (41) 3039-6418 - E-mail: [sac@editoracriv.com.br](mailto:sac@editoracriv.com.br)  
Conheça os nossos lançamentos: [www.editoracriv.com.br](http://www.editoracriv.com.br)

## **Conselho Editorial: Comitê Científico:**

Aldira Guimarães Duarte Domínguez (UNB)	Angelo Aparecido Priori (UEM)
Andréia da Silva Quintanilha Sousa (UNIR/UFRN)	Arnaldo Oliveira Souza Júnior (UFPI)
Antônio Pereira Gaio Júnior (UFRRJ)	Carlos Ugo Santander Joo (UFG)
Carlos Alberto Vilar Estêvão (UMINHO – PT)	Dagmar Manieri (UFT)
Carlos Federico Domínguez Avila (Unieuro)	Edison Bariani (FCLAR)
Carmen Tereza Velanga (UNIR)	Elizeu de Miranda Corrêa (PUC/SP)
Celso Conti (UFSCar)	Fauston Negreiros (UFPI)
Cesar Gerónimo Tello (Univer. Nacional Três de Febrero – Argentina)	Fernando Antonio Gonçalves Alcoforado (Universitat de Barcelona, UB, Espanha)
Eduardo Fernandes Barbosa (UFMG)	Giovani José da Silva (UNIFAP)
Elione Maria Nogueira Diogenes (UFAL)	José de Ribamar Sousa Pereira (Exército Brasileiro/Ministério da Defesa)
Élsio José Corá (UFFS)	Kelly Cristina de Souza Prudencio (UFPR)
Elizeu Clementino de Souza (UNEB)	Liv Rebecca Sovik (UFRJ)
Fernando Antônio Gonçalves Alcoforado (IPB)	Marcelo Paixão (UFRJ e UTexas – US)
Francisco Carlos Duarte (PUC-PR)	Marcos Aurelio Guedes de Oliveira (UFPE)
Gloria Fariñas León (Universidad de La Havana – Cuba)	Maria Schirley Luft (UFRR)
Guillermo Arias Beatón (Universidad de La Havana – Cuba)	Mauro Guilherme Pinheiro Koury (UFPB)
Jailson Alves dos Santos (UFRJ)	Ricardo Ferreira Freitas (UERJ)
João Adalberto Campato Junior (UNESP)	Renato Jose Pinto Ortiz (UNICAMP)
Josania Portela (UFPI)	Rubens Elias da Silva (UFOPA)
Leonel Severo Rocha (UNISINOS)	Sergio Augusto Soares Mattos (UFRB)
Lídia de Oliveira Xavier (UNIEURO)	Silvia Maria Favero Arend (UDESC)
Lourdes Helena da Silva (UFV)	Sonia Maria Ferreira Koehler (UNISAL)
Marcelo Paixão (UFRJ e UTexas – US)	Suyanne Tolentino de Souza (PUC-PR)
Maria de Lourdes Pinto de Almeida (UNOESC)	
Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (UFOPA)	
Maria Cristina dos Santos Bezerra (UFSCar)	
Paulo Romualdo Hernandes (UNIFAL-MG)	
Renato Francisco dos Santos Paula (UFG)	
Rodrigo Pratte-Santos (UFES)	
Sérgio Nunes de Jesus (IFRO)	
Simone Rodrigues Pinto (UNB)	
Solange Helena Ximenes-Rocha (UFOPA)	
Sydione Santos (UEPG)	
Tadeu Oliver Gonçalves (UFPA)	
Tania Suely Azevedo Brasileiro (UFOPA)	

Este livro foi avaliado e aprovado por pareceristas *ad hoc*.



# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
MUNDOS DE MULHERES E FAZENDO	
GÊNERO – ACADEMIA EM MOVIMENTO .....	13
<i>Ana Maria Veiga</i>	
<i>Claudia Regina Nichnig</i>	
<i>Cristina Scheibe Wolff</i>	
<i>Jair Zandoná</i>	

## I. GÊNERO E FEMINISMOS

CAPÍTULO 1	
REDES FEMINISTAS NO ENFRENTAMENTO DO	
RACISMO PATRIARCAL HETERONORMATIVO .....	19
<i>Cláudia Pons Cardoso</i>	
CAPÍTULO 2	
DUELO, DESOBEDIENCIA Y DESEO .....	31
<i>María Pia López</i>	
CAPÍTULO 3	
DIREITOS REPRODUTIVOS E REPRODUÇÃO ASSISTIDA:	
aportes da sociologia do corpo .....	39
<i>Laurence Tain</i>	
CAPÍTULO 4	
COALICIONES QUEER: aborto, feminismo y	
disidencias sexuales (1990 a 2005 en Buenos Aires) .....	49
<i>Mabel Bellucci</i>	
CAPÍTULO 5	
GÊNERO E FEMINISMO EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIA:	
o papel de uma educação crítica .....	61
<i>Carla Giovana Cabral</i>	
CAPÍTULO 6	
<i>NAS PROFUNDEZAS RASAS DO CORPO:</i>	
semióticas a-significantes e processos de subjetivação	
e dessubjetivação dos marcadores sociais de gênero .....	73
<i>Durval Muniz de Albuquerque Júnior</i>	
CAPÍTULO 7	
CRÍTICA FEMINISTA E NARRATIVAS PÓS/DESCOLONIAIS:	
os limites do gênero e da representação .....	87
<i>Sandra Regina Goulart Almeida</i>	

CAPÍTULO 8 O DISCURSO OPOSICIONAL E OS PARADOXOS DA REPRESENTAÇÃO .....	97
<i>Leila Assumpção Harris</i>	

## II. FEMINISMOS HISTÓRICOS E CONTEMPORÂNEOS

CAPÍTULO 9 FEMINISMOS, PADRÕES DE ATUAÇÃO E DISPUTAS POLÍTICAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO .....	109
<i>Flávia Biroli</i>	

CAPÍTULO 10 LOS RETOS DEL FEMINISMO EN LA ERA DEL “FASCISMO SOCIAL” Y DEL NEO-INTEGRISMO RELIGIOSO EN CENTROAMÉRICA .....	119
<i>Montserrat Sagot</i>	

## III. ARTE E GÊNERO: subversões, resistências e afirmatividade

CAPÍTULO 11 EXPOSICIONES DE ARTE FEMINISTAS Y/O DE LO QUEER: ¿resistencias, utopías o arqueologías? .....	133
<i>Rosa Maria Blanca</i>	

CAPÍTULO 12 MARCHA DOS VADIOS DE ALICE PORTO: apropriações de fotografias de feministas em manifestações feministas .....	139
<i>Ana Maio</i>	

CAPÍTULO 13 OCUPAR O ENSINO DE ARTES COM AS REFLEXÕES SOBRE RELAÇÕES DE GÊNERO E DE SEXUALIDADES .....	145
<i>Rafael Siqueira de Guimarães</i>	

## IV. CORPOS, SABERES, TERRITÓRIOS: desafios do gênero e da negritude na contemporaneidade

CAPÍTULO 14 SEXUALIDADE, GÊNERO E DISTOPIA NAS LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA .....	153
<i>Mário César Lugarinho</i>	

CAPÍTULO 15 IMITAÇÃO DE SARTRE E SIMONE DE BEAUVOIR OU A DIFICULDADE DAS RELAÇÕES SOCIAIS E AFETIVAS NO PÓS-INDEPENDÊNCIA ANGOLANO .....	165
<i>Maria Teresa Salgado</i>	



CAPÍTULO 16	
CORPOS NUS DE MULHERES NEGRAS: poéticas da violência / poéticas da resistência .....	175
<i>Catarina Martins</i>	

CAPÍTULO 17	
A ESCRITURA COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E PODER: autoras com origens em ex-colônias italianas na África .....	185
<i>Márcia de Almeida</i>	

CAPÍTULO 18	
CORPO, DISCURSO E POESIA EM AUTORAS NEGRAS CONTEMPORÂNEAS: linguagens eco(dis)tópicas .....	197
<i>Izabel F. O. Brandão</i>	

## **V. FILOSOFIA FEMINISTA NA AMÉRICA LATINA**

CAPÍTULO 19	
ALGUNOS APUNTES SOBRE FEMINISMOS EN AMÉRICA LATINA .....	213
<i>María Luisa Femenías</i>	

CAPÍTULO 20	
FEMINISMO DIALÓGICO .....	223
<i>Márcia Tiburi</i>	

CAPÍTULO 21	
A ATUALIDADE DO FEMINISMO NEGRO E INTERSECCIONAL DE LÉLIA GONZALEZ .....	231
<i>Carla Rodrigues</i>	

## **VI. GÊNERO, DIVERSIDADES E EDUCAÇÃO: perspectivas contemporâneas**

CAPÍTULO 22	
A QUEM TUDO QUER SABER, NADA SE LHE DIZ: uma educação sem gênero e sem sexualidade é desejável? .....	241
<i>Fernando Seffner</i>	

CAPÍTULO 23	
ASCENSÃO E QUEDA DE UMA POLÍTICA EDUCACIONAL LGBT .....	251
<i>Alexandre Bortolini</i>	

CAPÍTULO 24	
GÊNERO E EDUCAÇÃO – A EXPERIÊNCIA DO GDE .....	263
<i>Olga Regina Zigelli Garcia</i>	

**VII. O CUIDADO COMO UM DIREITO:  
produção e reprodução da vida humana**

CAPÍTULO 25 INTERFACES ENTRE VIOLÊNCIAS DE GÊNERO E AÇÕES DE CUIDADOS .....	275
<i>Lourdes Maria Bandeira</i>	
CAPÍTULO 26 GÉNERO, MIGRACIONES Y CUIDADO COMUNITARIO EN CONTEXTOS DE RELEGACIÓN URBANA .....	289
<i>María José Magliano</i>	
CAPÍTULO 27 E QUEM VAI CUIDAR DELAS? MIGRAÇÃO INTERNACIONAL DE MULHERES ORIGINÁRIAS DA AMÉRICA LATINA E TRABALHOS DE CUIDADO .....	299
<i>Delia Dutra</i>	

**VIII. PSICOLOGIA, GÊNERO E SAÚDE**

CAPÍTULO 28 GÊNERO E SAÚDE: encrencas transdisciplinares para a psicologia? .....	311
<i>Anna Paula Uziel</i>	
CAPÍTULO 29 GÊNERO, GERAÇÃO E SAÚDE: diálogos entre a antropologia e a psicologia .....	317
<i>Mónica Franch</i>	
CAPÍTULO 30 SAÚDE MENTAL E GÊNERO .....	327
<i>Valeska Zanello</i>	

**IX. GÊNERO E DEFICIÊNCIAS:  
dos modelos e representações às múltiplas vivências**

CAPÍTULO 31 DIVERSIDADE FUNCIONAL, PORNOGRAFIA E PÓS-PORNOGRAFIA .....	339
<i>Jorge Leite Jr.</i>	
CAPÍTULO 32 GÊNERO, DEFICIÊNCIA E A PRODUÇÃO DE VULNERABILIDADES .....	353
<i>Marivete Gesser</i>	

## X. GÊNERO E VIOLÊNCIAS NA AMÉRICA LATINA

CAPÍTULO 33	
AFECTOS JUSTOS: testimonio, violencia y género .....	365
<i>Claudia Bacci</i>	
CAPÍTULO 34	
AFECTOS, DUELO Y JUSTICIA EN LAS PRODUCCIONES VISUALES SOBRE MUJERES PRESAS Y MUERTAS POR ABORTAR EN AMÉRICA LATINA .....	381
<i>Nayla Luz Vacarezza</i>	
CAPÍTULO 35	
EL GÉNERO Y LA GENERALIZACIÓN DE LA VIOLENCIA EN EL CONTEXTO MEXICANO ACTUAL .....	393
<i>Mariana Berlanga</i>	
CAPÍTULO 36	
MUJERES Y RESISTENCIA: las múltiples guerras en el marco del conflicto armado colombiano .....	403
<i>Izabel Solyszko Gomes</i>	

## XI. RELAÇÕES DE GÊNERO NO MUNDO DO TRABALHO

CAPÍTULO 37	
DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, PRECARIZAÇÃO E DESIGUALDADES INTERSECCIONAIS .....	415
<i>Helena Hirata</i>	
CAPÍTULO 38	
LA DESIGUAL ECUACIÓN ENTRE EL GÉNERO Y EL TRABAJO: perspectivas feministas .....	425
<i>Débora D'Antonio</i>	
CAPÍTULO 39	
TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS NA TRAJETÓRIA E ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES .....	437
<i>Junéia Martins Batista</i>	
CAPÍTULO 40	
A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA .....	451
<i>Ela Wiecko V. de Castilho</i>	

## **XII. MULHERES RURAIS E AGRICULTORAS**

CAPÍTULO 41 QUE FEMINISMO É ESSE QUE NASCE NA HORTA? .....	463
<i>Maria Ignez Silveira Paulilo</i>	

CAPÍTULO 42 METODOLOGÍAS DE CO-CREACIÓN DE CONOCIMIENTOS PARA LA CONSTRUCCIÓN DEL MEDIO RURAL LATINOAMERICANO DESDE LAS MUJERES .....	475
<i>Ana Dorrego Carlón</i>	

## **XIII. INFÂNCIAS, JUVENTUDES E GÊNERO: em debate a interseccionalidade**

CAPÍTULO 43 JÓVENES MILITANTES, SEXUALIDAD Y REVOLUCIÓN: algunos dilemas en torno a los interrogantes, las categorías y a la interpretación histórica de los años setenta .....	485
<i>Isabella Cosse</i>	

CAPÍTULO 44 MEDICALIZACIÓN, INFANCIA E INTERSECCIONALIDAD: historias de vida en Argentina .....	491
<i>Cecilia Rustoyburu</i>	

## **XIV. GÊNERO, MÍDIAS E REDES SOCIAIS**

CAPÍTULO 45 LAS LUCHAS FEMINISTAS Y LAS PERIODISTAS CON VISIÓN DE GÉNERO: una articulación indispensable .....	507
<i>Florencia Laura Rovetto</i>	

CAPÍTULO 46 LA ESCUELA AUDIOVISUAL AL BORDE (2011-2016): políticas de la representación y artivismo contrasexual globalizado .....	517
<i>Marta Cabrera</i>	

CAPÍTULO 47 CONTRANARRATIVAS NEGRAS E DE GÊNERO EM MÍDIAS DIGITAIS .....	527
<i>Célia Regina da Silva</i>	

CAPÍTULO 48 NEOCAPITALISMO EN RED: cuerpos a la carta .....	539
<i>José María Valcuende del Río</i>	

SOBRE OS ORGANIZADORES .....	547
------------------------------	-----

# APRESENTAÇÃO

## MUNDOS DE MULHERES E FAZENDO GÊNERO – ACADEMIA EM MOVIMENTO

Este livro apresenta uma rica variedade de textos e perspectivas que partem de diferentes locais do mundo, trazendo em comum o debate feminista contemporâneo mundial e os estudos de gênero e *queer*/LGBTQ+. As análises apresentadas propõem articulações entre categorias, reafirmação de diferenças e estratégias identitárias de gênero, que partem tanto do espaço acadêmico quanto do campo artístico e do bojo dos movimentos sociais em luta permanente.

A divisão temática aqui proposta contempla afinidades entre 48 trabalhos apresentados nas 33 mesas-redondas que fizeram parte do 13º Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero 11, que reuniu cerca de dez mil pessoas entre os dias 30 de julho e 4 de agosto de 2017 na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis.

O evento, organizado pelo Instituto de Estudos de Gênero da UFSC – IEG –, sob a coordenação das professoras Cristina Scheibe Wolff, Miriam Pillar Grossi e Marlene de Fáveri, recebeu apoio de importantes instituições financiadoras, sendo as principais CNPq, CAPES, FAPESC, ALESC, Fundação Ford e Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM. Seus resultados superaram as expectativas da organização, que proporcionou um encontro inédito e horizontal entre academia, artistas e movimentos sociais. Entendemos que as e os participantes também se sentiram contempladas/os, devido à mobilização e às manifestações nas diversas mídias e redes sociais.

O método de seleção dos artigos aqui publicados teve caráter inclusivo, dando espaço a todas as pessoas participantes de mesas-redondas que disponibilizaram seus textos completos antes da realização do congresso. A qualidade do engajamento acadêmico e militante fica evidente no conjunto da obra, que busca ampliar o alcance das discussões e das propostas para uma sociedade mais inclusiva, onde predomine a equidade e o respeito pelas diferenças.

O livro começa com artigos que abordam “Gênero e feminismos” partindo do repúdio a qualquer tipo de preconceito, conservadorismo e fundamentalismo. Nesse bloco inicial, apresentamos os textos de Claudia Pons Cardoso (Universidade Estadual da Bahia), María Pía Lopez (Ni una menos – Argentina), Laurence Tain (Université de Lyon II), Mabel Bellucci (Universidad de Buenos Aires), Carla Giovana Cabral (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), Durval Muniz de Albuquerque Júnior (Universidade Federal do Rio Grande

do Norte), Sandra Regina Goulart Almeida (Universidade Federal de Minas Gerais) e Leila Assumpção Harris (Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

A obra é perpassada por temáticas que dialogam, atravessando-se mutuamente. “Feminismos históricos e contemporâneos” são discutidos nos textos de Flávia Biroli (Universidade de Brasília) e Montserrat Sagot (Universidad de Costa Rica). “Arte e Gênero: subversões, resistências e afirmatividade” é a temática que une os trabalhos de Rosa Maria Blanca (Universidade Federal de Santa Maria), Ana Maio (Universidade Federal de Rio Grande) e Rafael Siqueira Guimarães (Universidade Federal do Sul da Bahia).

“Corpos, saberes, territórios: desafios do gênero e da negritude na contemporaneidade” é o título para o conjunto de textos de Mário Cesar Lugarinho (Universidade de São Paulo) Teresa Salgado (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Catarina Martins (Universidade de Coimbra), Márcia de Almeida (Universidade Federal de Juiz de Fora) e Izabel Brandão (Universidade Federal de Alagoas). O debate sobre “Filosofia feminista na América Latina” é ancorado por María Luisa Femenías (Universidad de La Plata), Márcia Tiburi (UNIRIO) e Carla Rodrigues (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Um dos temas urgentes da atualidade é abordado no conjunto “Gênero, diversidades e educação: perspectivas contemporâneas”, que reúne os textos de Fernando Seffner (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Alexandre Bortolini (Universidade de São Paulo) e Olga Regina Zigelli Garcia (Universidade Federal de Santa Catarina).

A temática seguinte apresenta-se sob o título “O cuidado como um direito: produção e reprodução da vida humana” e é debatida por Lourdes Bandeira (Universidade de Brasília), María José Magliano (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas – CONICET) e Delia Maria Dutra da Silveira Margalef (Universidade de Brasília).

Anna Uziel (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Mónica Franch Gutierrez (Universidade Federal da Paraíba) e Valeska Maria Zanello de Loyola (Universidade de Brasília) assinam os textos em torno da temática “Psicologia, gênero e saúde”. Seguimos com artigos sobre “Gênero e deficiências: dos modelos e representações às múltiplas vivências”, de Jorge Leite Júnior (Universidade Federal de São Carlos) e Marivete Gesser (Universidade Federal de Santa Catarina).

As discussões em âmbito latino-americano tiveram espaço privilegiado dentro do evento e ganham destaque neste livro, como pode ser notado em outros momentos desta apresentação. O tema “Gênero e violências na América Latina” não poderia ficar de fora. Ele é trazido pelas autoras Claudia Andrea Bacci (Universidad de Buenos Aires), Nayla Luz Vaccarezza (Universidad de Buenos Aires), Mariana Berlanga Gayon (Universidad Autónoma de la Ciudad de México) e Izabel Solyszko Gomes (Universidad Externado de Colombia).

As relações entre gênero, feminismos e trabalho, incluindo as mulheres agricultoras, também estão presentes nos textos de Helena Hirata (IRESCO), Junéia Martins Batista (Central Única dos Trabalhadores), Ela Wiecko de Castilho (Universidade de Brasília), Maria Ignez Paulilo (Universidade Federal de Santa Catarina) e Ana Dorrego Carlón (Universidad Complutense de Madrid), sob os títulos “Relações de gênero no mundo do trabalho” e “Mulheres rurais e agricultoras”.

O livro entra em sua reta final com dois temas importantes no campo dos feminismos e dos estudos de gênero: “Infâncias, juventudes e gênero: em debate a interseccionalidade”, com artigos de Isabella Cosse (Universidad de Buenos Aires) e Cecilia Rustoyburu (Universidad de Mar del Plata); e “Gênero, mídias e redes sociais”, que reúne os textos de Florencia Laura Rovetto (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas – CONICET), Marta Cabrera (Pontificia Universidad Javeriana – Colombia), Célia Regina da Silva (Universidade Federal do Sul da Bahia) e José María Valcuende del Río (Universidad Pablo de Olavide – Sevilla – Espanha).

Como é possível ver, pela quantidade e diversidade territorial e temática de pesquisadoras e pesquisadores aqui respondendo como autoras/es, as reflexões sobre o campo dos feminismos e dos estudos de gênero têm uma vasta amplitude e testemunham a abrangência global das problemáticas aqui abordadas.

Este livro é fruto de um trabalho coletivo, diretamente ligado à organização do 13º Mundos de Mulheres/Fazendo Gênero 11, e visa dar continuidade aos debates iniciados presencialmente durante o congresso em Florianópolis. Queremos com esta publicação reiterar nosso comprometimento com os debates feministas contemporâneos, visando à equidade de gênero e ao compromisso com a visibilidade de sujeitas políticas, que por vezes passam ao largo do espaço acadêmico. Que a leitura destas páginas possa estimular novas pesquisas, trabalhos, militâncias, ações políticas e trocas de saberes.

Fazendo Gênero e Mundos de Mulheres rumo a 2020, em Florianópolis e em Maputo (Moçambique).

*Ana Maria Veiga  
Claudia Regina Nichnig  
Cristina Scheibe Wolff  
Jair Zandoná*





# I. GÊNERO E FEMINISMOS



# CAPÍTULO 1

## REDES FEMINISTAS NO ENFRENTAMENTO DO RACISMO PATRIARCAL HETERONORMATIVO

Cláudia Pons Cardoso<sup>1</sup>

---

### Introdução

Este artigo se insere no debate pós-colonial, apoia-se em uma perspectiva epistêmica construída por mulheres negras, em diferentes contextos de diáspora, para explicar fenômenos sociais que lhe dizem respeito e, assim, revelar áreas inexploradas ou pouco valorizadas de suas vivências. Reconhecendo as diferentes experiências de ser mulher, adota postura crítica diante de explicações generalizantes sobre mulheres, bem como questiona o emprego de categorias fundadas em realidades distantes das mulheres negras. O contexto de reflexão é configurado pela interseccionalidade de estruturas de poder, o racismo, o sexismo, a heteronormatividade e o capitalismo global, que têm impactado negativamente as trajetórias das mulheres negras em função de inúmeras desigualdades e vulnerabilidades criadas por esses eixos de poder. Tem por objetivo refletir sobre o impacto do racismo na vida das mulheres negras; aborda, principalmente, as violências produzidas pelo racismo redeseñando as violências sexistas. Como fonte, utilizo as conclusões preliminares da pesquisa *Percepção das Mulheres Negras sobre os efeitos do racismo em suas vidas*, aqui analisada de modo amplo e resumidamente, uma vez que os dados ainda estão sendo analisados. A pesquisa denuncia faces do racismo e suas múltiplas dimensões e manifestações de violências na vida das mulheres negras, as quais provocam o adoecimento da alma e do corpo, produzem realidades de violação e privação, muitas vezes, ferem mortalmente. São relatos de violências invisibilizadas, não raras às vezes, por órgãos de defesa dos direitos das mulheres e até mesmo por estudos feministas, por não serem compreendidas como decorrentes de discriminação baseada no gênero. A partir desse material, procuro ampliar a discussão, incorporando pesquisas recentes sobre mortes de mulheres no Brasil, visando à reflexão, também, sobre a invisibilidade racial no debate de homicídio de mulheres, embora os índices mostrem o aumento de assassinatos de mulheres negras.

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia/Salvador/Brasil; pesquisadora do Centro de Estudos de Gênero Raça/Etnia e Sexualidades Diadorim/UNEB. E-mail: ponscardoso@yahoo.com.br

A reflexão teórica é conduzida à luz do racismo patriarcal heteronormativo, perspectiva assinalada por Jurema Werneck e Nilza Iraci Silva (2016), uma vez que delinea o impacto do racismo, inclusive institucional e a complexidade de seus efeitos na produção de violências contra as mulheres negras. A perspectiva, quando entendida como parte de um legado colonialista, como defendo, traz em seu bojo a compreensão de como o lugar das mulheres negras no gênero foi historicamente organizado por estruturas de dominação/exploração que não se orientam por construções de gênero hegemônicas, como mostra María Lugones (2008). Diante disso a importância de estender o debate sobre realidades e contextos que marcam diferentemente a vida das mulheres. Nesse movimento, tomo a subordinação interseccional dos marcadores de exclusão, defendida por Kimberlé Crenshaw (2002), para ressaltar a importância de análises centradas nessa perspectiva com vistas a visibilizar o grau de vitimização das mulheres negras, visto que tais marcadores aumentam a exposição a riscos e a situações de violências.

Para sua apresentação, o texto foi organizado em três partes: violência e violações: efeitos do racismo na vida das mulheres negras; o contexto; homicídio de meninas e mulheres negras.

## **Violência e violações: efeitos do racismo na vida das mulheres negras**

A pesquisa *Percepção das Mulheres Negras sobre os efeitos do racismo em suas vidas*<sup>2</sup>, de caráter qualitativo, realizada entre 2015 e 2016, percorreu todos os estados brasileiros e teve por objetivo investigar as formas como as mulheres negras reconhecem a incidência do racismo em seu cotidiano, mesmo quando a discriminação racial parece menos evidente, pois camuflada pela naturalização do racismo em nossa sociedade, e manifesta, por exemplo, em referências negativas a sinais diacríticos que remetem à nossa negritude ou a uma estética negra. Além disso, procurou identificar os aspectos que causam sofrimento, ou seja, qualificar as ações deletérias do racismo sobre a saúde mental e física das mulheres negras. A pesquisa também teve por objetivo mapear as reações e enfrentamentos à discriminação racial e as estratégias de autocuidado desenvolvidas pelas participantes. O racismo possui uma dimensão psicológica cujos efeitos sobre a saúde mental das pessoas negras podem ser devastadores, pois “a longa exposição às situações de desvalorização causa efeitos múltiplos de dor, angústia, insegurança, autocensura, rigidez, alienação, negação da própria natureza e outros, deixando

2 Pesquisa de iniciativa do Instituto AMMA Psique e Negritude, organização de mulheres negras de São Paulo, e da Associação Cultural de Mulheres Negras (Acmun), organização do Rio Grande do Sul, ambas integrantes da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras contempladas no Prêmio Lélia Gonzalez, concedido pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República para realizar a investigação. É coordenada pelas psicólogas das respectivas organizações, Maria Lucia Silva e Simone Cruz. A pesquisa conta – em sua equipe – com as pesquisadoras Marília Soares, Ceres Marisa Santos, Lícia Barbosa e Cláudia Pons Cardoso. A pesquisa está em fase final de análise dos dados.

marcas profundas na psique” (AMMA, 2008). Por isso a relevância da pesquisa poder ouvir das mulheres suas necessidades nesta área (CRUZ, 2015).

Participaram da pesquisa 100 mulheres negras, oriundas das cinco regiões brasileiras, sendo 20 de cada, formando um grupo dividido igualmente por ativistas, em especial dos movimentos negro e de mulheres negras, e não ativistas compondo uma amostra bastante heterogênea de mulheres autodeclaradas negras, heterossexuais e lésbicas, de diferentes idades, estados civis, escolaridades, classes sociais, religiões e originárias das zonas urbana e rural. A heterogeneidade do grupo constituiu-se em critério metodológico, na medida em que se faz necessário escutar para escrutinar a dinâmica e interface dos efeitos superpostos pelo entrecruzamento do racismo com outras estruturas de opressão entre mulheres racialmente discriminadas, e, assim, identificar como são ‘experenciados’.

Foram realizadas entrevistas individuais para identificar as experiências das participantes com o racismo em diferentes esferas: escolar; profissional; acesso aos serviços institucionais, em especial, da área da saúde e da justiça; relações interpessoais e afetivas. Foram realizados, também, em cada região, grupos focais, totalizando cinco grupos de vivência – “a metodologia adotada permite que as mulheres falem em primeira pessoa, proporcionando um desprendimento do externo por alguns momentos e olhando para si” (CRUZ, 2015). A abordagem se constitui em um ‘fazer-cuidando feminista negro’, na medida em que muito mais do que aplicar um instrumento de levantamento de dados, procurou-se abrir espaço de escuta e acolhimento das emoções revividas com a exposição de relatos de histórias marcadas por violências até então segredadas, na quase totalidade dos casos, a um plano da memória em que a lembrança é mantida apenas por rastros deixados pelas dores da humilhação e da discriminação ao longo da vida. Ao trazer à tona as dores, feridas se abriram, pois “sendo o corpo a ancoragem das emoções advindas do próprio “eu” e, também, das circunstâncias sociais e históricas as quais cada indivíduo se inscreve” (AMMA, 2008, p. 48), se fez necessário pensar em uma metodologia do cuidado e do autocuidado para produzir uma construção coletiva de um saber sobre si e o outro, e também tramar fios para tecer redes negras feministas nacionais de cuidado e, assim, espriar novas estratégias de construção de um fazer político.

O ‘fazer-cuidando feminista negro’ se insere na trilha aberta por Patricia Hill Collins (1986, p. 6) sobre pensamento feminista negro, por ela definido como “ideias produzidas por mulheres negras que clarificam um ponto de vista de e para as mulheres negras”. Destaco, entre as premissas que definem tal pensamento, sua caracterização como ponto de vista ou perspectiva singular das mulheres negras sobre suas próprias experiências, onde certos elementos nessas perspectivas serão compartilhados pelas mulheres enquanto grupo. Como ressalta a autora, embora o ponto de vista de mulheres negras exista, seus contornos podem ainda não se dar de forma clara para as próprias mulheres negras (COLLINS, 1986).

No caso do racismo, Lélia Gonzalez (1988a, p. 72-74) explica por que seus contornos podem ser difusos para muitas de nós. No racismo disfarçado, diz a autora, “prevalecem as ‘teorias’ da miscigenação, da assimilação e da ‘democracia racial’”, e esta forma de o racismo se manifestar, afirma, ao pensar o Brasil, impede a “consciência objetiva desse racismo sem disfarces e o conhecimento direto de suas práticas cruéis” (GONZALEZ, 1988a, p. 72-74), pois a crença historicamente construída sobre a miscigenação criou o mito da inexistência do racismo em nosso país. No racismo latino-americano, continua Gonzalez (1988a, p. 73), a alienação é alimentada por meio da ideologia do branqueamento, cuja eficácia está nos efeitos que produz: “o desejo de embranquecer (de ‘limpar o sangue’, como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura” (GONZALEZ, 1988a, p. 73).

Nesse sentido, a reflexão promovida nos grupos de vivência sobre experiências individuais teve como centralidade construir, com as participantes, a identificação da presença de elementos compartilhados pelas trajetórias de discriminação, revelando o racismo como elo produtor de diferentes formas de violência e violações, redefinindo os espaços sociais que ocupam no gênero, na classe e na sexualidade, como será abordado mais à frente.

A pesquisa tem mostrado que são várias as formas das mulheres negras de perceber tanto as manifestações do racismo em suas vidas, quanto das reações e desenvolvimento de estratégias de enfrentamento e autocuidado, seja individual ou coletiva. Os relatos revelam sofrimentos psíquicos que afetam a forma como as mulheres negras vivenciam suas experiências no decorrer da vida. Muitas depoentes relatam situações de violência que se assemelham a algumas de minhas próprias experiências com o racismo, como se delas tivessem participado. O racismo impacta diretamente o modo como muitas mulheres vivenciam os mais diversos aspectos de suas vidas, em função da interposição de preconceitos e discriminações apresentadas, já na infância, impedindo o acesso e permanência escolar, impossibilitando, na fase adulta, a ascensão profissional, definindo lugares que supostamente podem ser ocupados. As resistências e enfrentamentos também são variados, envolvem ações individuais de reação imediata às situações de discriminação, ou, apesar da desconfiança no sistema de justiça, de denúncias do racismo sofrido. As ações coletivas se configuram de acordo com a participação, organização e mobilização das mulheres nos movimentos sociais em defesa dos direitos da população negra, os quais funcionam também como instrumentos de autocuidado, uma vez que são espaços de fortalecimento.

## **O contexto**

As situações de exclusão e discriminação semelhantes para determinados grupos de mulheres, em especial as racialmente discriminadas, são decorrentes

do legado colonialista<sup>3</sup>, posto que atualizado, continua a movimentar as engrenagens dos novos modelos econômico e político (QUIJANO, 1992; GROSFOGUEL, 2010). A exploração colonialista, no passado, se estruturou a partir de uma “concepção de humanidade segundo a qual a população do mundo se diferenciava em inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos” (QUIJANO, 2010, p. 86). Atualmente, o modelo de dominação e exploração imposto implica o desenho de uma cartografia global do poder e do saber ancorado nas premissas que garantiram tal concepção e se caracteriza e alicerça na concentração mundial de recursos; no racismo e na hierarquização étnico-racial dos povos; na hierarquização das relações de gênero a partir de uma lógica patriarcal; na afirmação, no campo da sexualidade, da heterossexualidade como norma e da disseminação de regras de controle social com incidência sobre corpos considerados socialmente dispensáveis; e na produção de conhecimento referendada em paradigmas hegemônicos eurocêntricos, silenciando saberes subalternizados (LUGONES, 2008, 2011).

O lugar no gênero das mulheres das sociedades colonizadas foi organizado a partir da racialidade construída em torno de seus corpos. Corpos que se configuram como resultado de práticas discursivas disciplinares e normatizadoras de gênero e de raça<sup>4</sup>. De acordo com María Lugones (2011), com a colonização, se impõe uma série de distinções dicotômicas e hierárquicas sobre os colonizados a serviço do homem branco ocidental. Dentre elas, a que os divide entre humanos e não humanos, e a divisão homem e mulher, sendo esta diferença a marca do humano e da civilização. Somente os civilizados eram homens e mulheres, “os povos indígenas das Américas e os africanos escravizados se classificavam como não-humanos” (LUGONES, 2011). As pessoas colonizadas se transformaram em machos e fêmeas, desse modo, a “mulher colonizada” é uma categoria vazia: nenhuma fêmea colonizada é uma mulher” (LUGONES, 2011, p. 106-109). Para Brenny Mendoza (2010, p. 23), em coro com Lugones, as mulheres do Terceiro Mundo experimentaram a colonização e a racialização, sendo, por fim, “reinventadas como ‘mulheres’ segundo códigos e princípios discriminatórios de gênero ocidentais” (MENDOZA, 2010, p. 23).

Para explicar o instrumental aplicado na submissão de mulheres e homens não brancos, em todos os âmbitos da existência, Lugones (2008, p. 77) destaca o sistema de gênero, o qual se consolidou com o avanço do(s) projeto(s) colonial(is) da Europa. Esse sistema tem dois lados: um visível/claro e outro oculto/escuro. O “lado oculto/escuro do sistema de gênero” foi e é bastante violento, mas ele não é percebido porque se refere aos sujeitos sociais não dominantes, assim como aos que fogem à heterossexualidade. Nesse sentido, conclui Lugones

3 Aníbal Quijano denomina decolonialidade a estrutura de dominação e exploração que se inicia com o colonialismo, mas se atualiza e se mantém até o presente. Colonialidade se refere às situações coloniais da atualidade e, conjuntamente com a modernidade, vem a constituir os dois eixos ao redor dos quais está organizado o poder capitalista, eurocentrado e global. Ver Quijano (1992).

4 Este tema foi abordado anteriormente e de modo mais aprofundado em Cardoso (2012).

(2008)<sup>5</sup>, “somente ao perceber gênero e raça como entrelaçados ou fundidos indissociavelmente podemos realmente ver as mulheres de cor” (LUGONES, 2008, p. 82), ver o que está do “lado oculto do sistema de gênero”, pois o lado visível/claro construiu o gênero e as relações de gênero hegemônicas, isto é, organiza de fato e direito, somente, as vidas de homens e mulheres brancos, burgueses e heterossexuais (LUGONES, 2008, p. 98).

Lélia Gonzalez (1988b), nos anos de 1980, afirma que o capitalismo patriarcal não consegue explicar as construções de gênero referentes às mulheres negras, pois falta incluir “outro tipo de discriminação, tão grave como aquela sofrida pela mulher: a de caráter racial” (LUGONES, 1988b, p. 134). O racismo e sexismo são eixos estruturantes de opressão e exploração na sociedade brasileira, e o redimensionamento do sexismo pela raça faz submergir desigualdades de gênero que colocam as mulheres negras em uma dimensão das relações sociais diferente daquela em que estão as mulheres brancas, pois não discriminadas racialmente.

Jurema Werneck e Nilza Iraci Silva (2016), no *Dossiê A situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil: violências e violações*, oferecem uma chave de leitura para analisar as implicações das construções e representações de gênero racializadas. A abordagem cruza os efeitos do racismo e do patriarcado com os efeitos da heteronormatividade, ou seja, com a imposição de um modelo político baseado na heterossexualidade, categorizando o cruzamento das matrizes de opressão e subordinação vigentes em nosso país como racismo patriarcal heteronormativo, segundo Werneck e Silva (2016, p. 11), “um modo de definir o racismo atuante no Brasil e seus modos de atuação diferenciada a partir do sexismo e das fobias LGBT”. Com a categoria, chamam atenção para “os diferentes processos que atuam na produção da subordinação de indivíduos e grupos, jogando luz ao fenômeno denominado de interseccionalidade” (WERNECK; SILVA, 2016, p. 11). Nas palavras das autoras, “sob o racismo patriarcal heteronormativo, processos de subordinação, violência e inferiorização das pessoas negras adquirem ferramentas que atingem de forma específica todas as que se situam em posições femininas dentro do espectro das identidades de gênero” (WERNECK; SILVA, 2016, p. 11).

Werneck e Silva (2016) reapresentam o debate colocado anteriormente por Chandra Mohanty (2008), de que não podemos perder de vista as premissas: ‘mulher’ não constitui um grupo único homogêneo, e patriarcado não se apresenta de um modo universal e transcultural. Ao lançar luz sobre o racismo patriarcal heteronormativo, evidenciam violências múltiplas sobre corpos femininos e feminizados racialmente discriminados, que precisam ser investigadas porque ocultas pelas construções de gênero hegemônicas. Nessa perspectiva, as autoras

5 A perspectiva teórica que fundamenta o sistema “moderno/colonial de gênero” tem suporte, principalmente, nas ideias da crítica literária indígena norte-americana, Paula Allen Gunn, e da socióloga nigeriana, Oyèrónké Oy wùmí. Ver Lugones (2008).



ampliam o debate sobre violência contra as mulheres não só por abarcarem as diferentes identidades de gênero que remetem a corpos femininos ou feminizados, mas por explorarem a complexidade e extensa participação de diferentes formas de violência na vida desses sujeitos, como destacam, “em grande parte mediadas pelas iniquidades originadas no racismo patriarcal heteronormativo” (WERNECK; SILVA, 2016, p. 13).

As violências e as “diferentes formas de violações de direitos humanos de mulheres negras” identificadas, denunciadas e analisadas por Werneck e Silva no Dossiê vão ao encontro dos relatos e informações registrados pela pesquisa “Percepção das Mulheres Negras sobre os efeitos do racismo em suas vidas”. As histórias se encontram na realidade desenhada para as mulheres negras pelo racismo patriarcal heteronormativo e revelam um quadro de insegurança, sofrimento psíquico, racismo institucional, dificuldades para acessar serviços de qualidade, ausência de políticas públicas, violência de gênero, assassinatos e alto índice de vitimização, ou seja, ausência, indiferença e abandono do Estado brasileiro para garantia de direitos. Como dito anteriormente, são histórias que pouco frequentam os estudos hegemônicos de gênero do país. Nem mesmo a investigação de homicídio de mulheres negras recebe investimento, apesar dos índices alarmantes constatados por pesquisas, uma vez que nesses crimes a estrutura de gênero tem primazia e os estudos negligenciam e desvinculam a intersecção com raça. Como ressalta Lugones (2008), o limite dos estudos pautados na aplicação analítica de categorias isoladas sem interface com outras estruturas de subordinação reside no fato de que as categorias têm sido entendidas como homogêneas e acabam selecionando, no grupo, o dominante como norma. Collins (1986) sugere como prática política o questionamento<sup>6</sup> de omissões ou observações distorcidas de fatos sociais que digam respeito às mulheres negras, recorrendo, para isso, às experiências das próprias mulheres negras, como a adotada por Werneck e Silva (2016).

## **Homicídio/assassinato de meninas e mulheres negras**

O *Mapa da Violência de 2015: homicídios de mulheres no Brasil* (WAI-SELFISZ, 2015), uma cartografia da violência contra mulheres, aborda a violência de gênero com recorte racial. O estudo toma a Lei do Feminicídio, Lei 13.104/2015, “para a caracterização de letalidade intencional violenta por condição de sexo”, a qual tipifica o assassinato de uma mulher quando a agressão envolve violência doméstica e familiar, ou quando evidencia menosprezo ou discriminação à condição de mulher, caracterizando crime por razões de condição do sexo feminino (WAI-SELFISZ, 2015, p. 7).

6 Seguindo esta orientação, Bruna Pereira realiza estudo sobre violência doméstica com recorte racial onde procura avaliar se os modelos teóricos habituais e reconhecidos da abordagem à violência doméstica contra as mulheres tornam visíveis e/ou apreensíveis à problemática da raça/cor. Ver Pereira (2013).

Segundo o *Mapa da Violência*, entre 1980 e 2013, aumentou em número e em taxas o homicídio de mulheres. O Brasil ocupa a 5ª posição mundial, dentre 83 países, com uma taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres. Na década compreendida entre 2003 e 2013, os dados referentes aos homicídios de mulheres mostram o decréscimo no total de homicídios de brancas em 9,8%, e o crescimento dos homicídios de negras em 54,2%. E cotejando as informações a partir da vigência da Lei Maria da Penha, em 2006, o estudo conclui que o número de vítimas cai 2,1% entre as mulheres brancas e aumenta 35,0% entre as negras. Em termos de taxas, tem-se para a década: queda das taxas de homicídio de mulheres brancas em 11,9% e crescimento de 19,5% nas taxas de homicídio de mulheres negras<sup>7</sup>. Essa diferença entre as taxas revela o índice crescente de vitimização de mulheres negras, alcançando 66,7% em 2013. Na década houve um aumento de 190,9% na vitimização de meninas e mulheres negras. Em 2013, 50,3% do total de homicídios femininos registrados foram cometidos por um familiar da vítima, representando em torno de sete feminicídios diários, sendo que 33,2% desses foram cometidos pelo parceiro ou ex-parceiro, ou seja, quatro feminicídios diários (WAISELFISZ, 2015).

Os dados apresentados no *Mapa da Violência* (2015) em relação a assassinatos de mulheres expõem o impacto dos efeitos da interseccionalidade entre gênero e raça na vida das mulheres negras. As múltiplas discriminações geram contextos de desvantagens e vulnerabilidades que podem aumentar o risco e agravar a exposição a situações de violência letal. Além do que, tais contextos, muitas vezes, tornam-se impedimentos ao acesso a serviços, políticas, redes e programas de combate e proteção à violência praticada contra as mulheres.

Os dados do *Mapa da Violência* (2015) têm sido amplamente citados em estudos sobre feminicídio, de modo a ressaltar a expressão numérica de mortes de mulheres no Brasil e chamar atenção para a gravidade do problema. Esses mesmos estudos, entretanto, são tímidos na abordagem de que são meninas e mulheres negras as que constituem o perfil preferencial das vítimas de violência homicida. O Mapa não apresenta, em relação a crime de feminicídio, análise por raça/cor das vítimas em função da indisponibilidade dos dados. Contudo, isso não é impeditivo para que tais estudos abordem o impacto que os efeitos do racismo e de outros marcadores de desigualdade produzem no contexto da violência exercida por parte dos homens contra as mulheres negras, contribuindo para o enfrentamento do racismo e sexismo. Como salienta Wânia Pasinato (2011), “as relações de poder se exercem de maneira transversal na sociedade, o que faz com que existam diferentes experiências de ser mulher, de ser homem e de vivência da violência”. Sendo assim, os feminicídios podem ter significado semelhante a todas as mulheres (PASINATO, 2011, p. 239). O racismo patriarcal, entretanto, estabelece construções de gênero distintivas para as mulheres negras.

<sup>7</sup> Taxas para brancas e negras (2003 a 2013), respectivamente: de 3,6 para 3,2 por 100 mil; 4,5 para 5,4 por 100 mil. Ver Waiselfisz (2015).

O desafio apresentado aos feminismos atuais reside, assim, na investigação efetiva das violências produzidas sobre corpos femininos e feminizados construídos a partir de duas negações, não humano e não mulher, como os “de meninas, adolescentes, jovens mulheres negras lésbicas, trans e heterossexuais, do campo e da cidade” (WERNECK; SILVA, 2016, p. 5). Essas negações criam corpos marcados disponibilizados como alvos em processo de genocídio. São violências não dimensionadas, pois mal identificadas, interpretadas e tipificadas, permanecendo, na maioria das vezes, sem tratamento adequado no campo das políticas públicas, considerando que não são ‘reconhecidas’ por razões de gênero, ficando exclusivamente a tarefa de denunciar, nomear e propor políticas sob responsabilidade dos movimentos de mulheres e feministas negras. O racismo patriarcal heteronormativo determina o contexto social de desigualdade de poder por onde se deslocam os corpos negros femininos e feminizados, sendo necessário partir de sua análise para investigar as causas das mortes violentas desses sujeitos em diferentes contextos e cenários.

No Brasil, interseccionalidade, enquanto categoria de análise, tem sido explorada por muitos discursos acadêmicos, como mostra Ana Claudia J. Pereira (2016), para favorecer estudos nos quais gênero, raça e classe figuram como marcadores identitários de diferença, e não de assimetrias de poder, sendo que as dinâmicas determinadas pela raça são descritas em termos episódicos ou relacionais, minimizando, assim, a incidência do racismo, e terminando por dissolver sua relevância ou a subsumi-la ao gênero, à classe social, à nacionalidade e à sexualidade. São estudos que esvaziam a categoria de seu objetivo inicial de salientar a ação dos marcadores de desigualdades sociais atuando na produção de vulnerabilidades a determinados grupos de mulheres.

Diante disso, defendo pensar o grave problema de homicídios de mulheres negras no Brasil a partir da análise da subordinação interseccional proposta por Kimberlé Crenshaw (2002), em que interseccionalidade busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas estabelecidas entre eixos de subordinação, como o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe, a sexualidade, gerando opressões e posições desiguais para mulheres e outros grupos marcados por múltiplas opressões. Crenshaw explica que a subordinação interseccional exige uma estratégia que valorize investigar especialmente as experiências das mulheres marginalizadas, como as políticas e outras práticas podem moldar suas vidas diferentemente de como modelam as vidas daquelas que não estão expostas ao mesmo conjunto de fatores enfrentados pelas mulheres marginalizadas (CRENSHAW, 2002).

Portanto, se faz necessário problematizar as diferentes experiências de viver o sexismo, quando reconfigurado por raça, para apurar a compreensão e identificação das ‘razões de gênero’ em homicídios de mulheres negras e aprofundar o debate sobre feminicídio<sup>8</sup> no Brasil. Afinal, como tenho

8 Para ampliar o debate sobre tipificação, ver Segato (2012).

dito reiteradas vezes, parafraseando Maria José G. Palmero (2001), ou nos salvamos todas ou nenhuma.

Por último, defendo que os feminismos precisam pensar ações políticas de enfrentamento às violências produzidas pelo racismo, xenofobia, sexismo, heteronormatividade e capitalismo que avançam em todo o mundo. Defendo, também, que é necessário desenvolver estratégias para tecer e multiplicar redes feministas de apoio e cuidado, instalar espaços de escuta e acolhimento, usar as novas tecnologias para realizar o intercâmbio de experiências organizativas, de novos processos e pensamentos políticos. Fortalecer as redes e inaugurar caminhos de afeto alternativos às rotas de exclusão e violências inauguradas pelos colonizadores, projetar um novo modelo de sociedade baseada na justiça social e desenvolvimento humano, contribuindo para a construção de um novo paradigma civilizatório sustentado em perspectiva feminista constituída a partir de experiências de mulheres situadas às margens, formada por princípios orientados pela coletividade, participação, diferença e inclusão é outra obrigação a qual defendo.

## REFERÊNCIAS

AMMA. *Os efeitos psicossociais do racismo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008.

CARDOSO, Cláudia Pons. *Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras*. 2012. 382 f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

COLLINS, Patricia Hill. Learning from the outsider within: the sociological significance of black feminist thought. *Social Problems*, v. 33, n. 6, p. 14-32, Oct./Dec. 1986. Special Theory Issue. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/800672>>. Acesso em: 17 jul. 2008.

CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CRUZ, Simone. Mulheres negras expõem como o racismo afeta suas vidas e, especialmente, sua saúde. *Determinantes sociais da Saúde Portal e Observatório em Saúde*, 2015. Disponível em: <[dssbr.org/site/entrevistas/mulheres-negras-expoem-como-o-racismo-afeta-suas-vidas-e-especialmente-sua-saude/](http://dssbr.org/site/entrevistas/mulheres-negras-expoem-como-o-racismo-afeta-suas-vidas-e-especialmente-sua-saude/)>. Acesso em: 15 ago. 2015.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988a.

\_\_\_\_\_. Por um feminismo afrolatinoamericano. *Revista Isis Internacional*, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988b.

GROSFUGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SOUSA SANTOS, B. de; MENESES, M. P. (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 455-491.

LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, Bogotá, Colombia, n. 9, p. 73-101, jul./dic. 2008. Disponível em: <[http://www.revistatabularasa.org/numero\\_nueve/05lugones.pdf](http://www.revistatabularasa.org/numero_nueve/05lugones.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2010.

\_\_\_\_\_. Hacia um feminismo descolonial. *La Manzana de la Discordia*, Barcelona, Universidad Nacional, v. 6, n. 2, p. 105-119, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://manzanadiscordia.univalle.edu.co/volumenes/articulos/V6N2/art10.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2010.

MENDOZA, Brenny. La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latinoamericano. In: MIÑOSO, Y. E. (Coord.). *Aproximaciones*

*críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano*. Buenos Aires: EnlaFrontera, 2010. p. 19-36.

MOHANTY, Chandra Talpade. Bajo los ojos de Occidente: academia feminista y discursos coloniales. In: NAVAZ, L. S.; HERNÁNDEZ, R. A. (Ed.). *Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes*. Madrid: Cátedra, Universitat de València, Instituto de La Mujer, 2008. p. 117-163.

PALMERO, Maria José Guerra. *Teoría feminista contemporánea: una aproximación desde la ética*. Madrid: Instituto de Investigaciones Feministas, Universidade Complutense de Madrid, 2001.

PASINATO, Wânia. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 37, p. 219-246, jul./dez. 2011.

PEREIRA, Ana Claudia Jaquetto. *Pensamento social e político do movimento de mulheres negras: o lugar de ialodês, orixás e empregadas domésticas em projetos de justiça social*. 2016. 245 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. *Tramas e dramas de gênero e de cor: a violência doméstica e familiar contra mulheres negras*. 2013. 131 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SOUSA SANTOS, B. de; MENESES, M. P. (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-130.

\_\_\_\_\_. Colonialidade e modernidade/racionalidade. Tradução Wanderson Flor do Nascimento. In: BONILLO, H. (Comp.). *Los conquistados*. Bogotá: Tercer Mundo; FLACSO, 1992. p. 437-449. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/36091067/Anibal-Quijano-Colonialidade-e-Modernidade-Racionalidade>>. Acesso em: 13 set. 2010.

SEGATO, Rita. Femicídio y feminicidio: una propuesta de tipificación. *Revista Herramienta*, Buenos Aires, Argentina, ano XVI, n. 49, 2012. Disponível em: <<http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-49/femicidio-y-feminicidio-una-propuesta-de-tipificacion>>. Acesso em: 5 nov. 2016.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil*. Brasília: OPAS/OMS, ONU Mulheres, SPM; Rio de Janeiro: Flacso, 2015. Disponível em <[www.mapadaviolencia.org.br](http://www.mapadaviolencia.org.br)>. Acesso em: 15 nov. 2015.

WERNECK, Jurema; SILVA, Nilza Iraci. *Dossiê A situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil: violências e violações*. São Paulo: Geledés; Rio de Janeiro: Criola, 2016.

## CAPÍTULO 2

# DUELO, DESOBEDIENCIA Y DESEO

*María Pia López<sup>1</sup>*

---

### **Origen: ¿cómo entender los femicidios y producir un alerta social?**

Es difícil explicar cuándo surge un movimiento. Aun cuando tenga una fecha de inicio, una primera acción realizada bajo un nombre, su verdadera historicidad es más profunda, queda imbricada con otros sucesos, crea, a la vez que hereda. **Ni una menos** surgió en 2015. Como grito de rabia y construcción colectiva de la preocupación por la violencia femicida. Algunas nos agrupamos en una maratón de lectura contra los femicidios, y luego en la convocatoria a la primera movilización, el 3 de junio de 2015. Durante esos meses, habían sido asesinadas varias adolescentes, y algunas de ellas aparecieron en bolsas de residuos. Nos movilizó la imagen de mujeres usadas y desechadas, convertidas en restos descartables.

**Ni una menos** se forjó como colectivo de activistas en acciones particulares, con fuerte trabajo en redes, medios de comunicación y militancia en grupos. El colectivo convocó a acciones: movilizaciones, campañas, asambleas, paros. **Ni una menos** articula la denuncia de la violencia con la secuencia de las luchas feministas, e intenta evitar que se enlace en la serie de las demandas de seguridad y castigo. El femicidio no es un problema de seguridad, que se resuelva aumentando policías ni cárceles. Es el momento más cruento de la violencia instalada socialmente, que se presenta como restricción de la autonomía femenina y desigualdad. Se mata porque se despoja a las mujeres del derecho a decir no.

Desde la primera marcha, el 3 de junio de 2015, dijimos que el problema era el patriarcado y no la inseguridad. La lógica de la seguridad y la punición encierran a las personas tras rejas hogareñas y sistemas de alarma. El femicida actúa, muchas veces, al interior del hogar. Llega hasta el asesinato después de un espiral de violencia que la mujer no logra detener, y frente a la cual no hay dispositivos públicos eficaces.

**Ni una menos. Vivas nos queremos** es el nombre de un colectivo de activistas feministas y, a la vez, la consigna con la que centenares de miles salimos a la calle. Movimiento y colectivo no son lo mismo, y en esa distancia ocurren

---

<sup>1</sup> Socióloga y escritora. Doctora en Ciencias Sociales. Es profesora en la Universidad de Buenos Aires, dirige El Centro cultural de la Universidad Nacional de General Sarmiento. Es activista del colectivo Ni una menos. Escribió distintos libros de ensayo (*Mutantes. Trazos sobre los cuerpos; Hacia la vida intensa. Una historia de la sensibilidad vitalista, entre otros*) y novelas (*No tengo tiempo, Habla Clara, Miss Once, Teatro de operaciones*). Nació en Trenque Lauquen pero hace décadas que vive en la ciudad de Buenos Aires. E-mail: mariapialopez1@gmail.com



desplazamientos y aparecen nuevos sentidos. En esa zona de mutua realimentación, de transformación que la calle produce en el colectivo y el colectivo en la movilización, la lucha contra la violencia hacia las mujeres exige distintas explicaciones e interpretaciones, toma nuevos sentidos. Podríamos decir que el nuestro es democrático, igualitarista, anticapitalista, feminista. Y que tiene en su centro la pregunta por el deseo, en tanto es lo que afirma, pero también lo que nos mueve, ausencia y falta. Decimos **Vivas nos queremos** y **Nos mueve el deseo**, para dejar en claro que el combate contra los femicidios implica tramar una nueva sociedad, en la que haya lugar para todos los cuerpos y todas las diversidades.

## **La desposesión y el ataque contra la autonomía**

Muchos son los modos de desposesión de las mujeres: económicos, sensibles, de tiempo, de autonomía. Patriarcal es el sistema que organiza esos modos de expropiación y sujeción. Que condena, en nombre de las diferencias naturales o culturales entre los sexos, a la realización femenina de las tareas domésticas y de cuidado impagas. La relación entre género y trabajo no remunerado arroja a una parte de la población a la sobre explotación. La misma parte que nunca es totalmente mayor de edad, porque no puede decidir sobre su cuerpo y deseo en lo que atañe a la maternidad. Que es obligada a parir si el azar biológico le toca. Un varón puede elegir. En Argentina y muchos otros países, una mujer puede ser criminalizada si lo hace. No dispone de sí misma. Hay procesadas o encarceladas por llegar al hospital con una intervención deficientemente practicada.

Desposesión del cuerpo propio y del tiempo, que pasa a ser de otros. ¿Qué mujer no ha vivido con culpa un tiempo dedicado al ocio y que aparece como robado a la familia o a las tareas del hogar? ¿Qué mujer no recibió alguna vez la admonición: qué querés si salís así vestida? Patronos de conducta y normalización que son el subsuelo de la negación de autonomía que implica el femicidio. La crueldad es inscripción de ese mandato. La mano del femicida es una suerte de máquina kafkiana, que inscribe la condena del patriarcado sobre el cuerpo de la víctima. Por eso, nuestro duelo nos hace tomar las calles, es demanda y deseo. Profundo deseo de transformación.

Tras la mano visible del femicida está la mano invisible del patriarcado, que dispone a su favor un conjunto de creencias y representaciones instaladas como sentido común, que naturalizan la violencia y la desigualdad, que afirman patronos normativos para organizar los cuerpos, sus vínculos y sus deseos. Una de las discusiones necesarias es la de constitución de una crítica a los modos en que el sistema escolar y los medios de comunicación tratan este tema.

Durante la última década, la implementación de la educación sexual integral casi en todo el país permitía instalar una perspectiva de género, pero en este momento ese plan está discontinuado. Con respecto a los medios, la presión social y la movilización feminista fueron generando alarmas respecto



de los modos misóginos de presentar los casos. Hace dos años, un medio podía titular: “Fanática de los boliches abandonó la escuela” para referirse a una joven asesinada. Hoy la mayoría de los periodistas se cuidan de hacerlo.

## **El duelo y la vulnerabilidad**

Las movilizaciones implican una suerte de duelo colectivo. El reconocimiento – como escribe Judith Butler – de una interdependencia que está en el origen mismo de la vida y que permanece como huella inconsciente, velada tras la idea de autonomía individual. El duelo recupera la condición corporal común: la vulnerabilidad. Por eso, es público, no sólo íntimo. El duelo no es melancolía. Es fuerza activa, reconocimiento de comunidad, política. Desde **Ni una menos**, decidimos ponerle palabras, imágenes, pasos en común a los asesinatos. Allí, donde otros inscribían el crimen como sanción inaceptable al desplazamiento de la norma, pero a la vez señalando que la norma debe ser preservada – o sea, ratificando los patrones sociales que regulan comportamientos y cuerpos –, nosotras dijimos que había que romper la pedagogía del crimen. Lo que venía a hacer el asesino es sancionar el desvío. A su loco modo, con la crueldad que otras pedagogías relegan o desconocen. Hicimos del duelo una condición común, fundadora, militante. Al hacerlo, nos inscribíamos en la potente tradición de las Madres de Plaza de Mayo, nuestras bravas antígonas.

Las derechas saben interpretar la vulnerabilidad. Afirman al individuo separado y autónomo y sujeto a amenazas de toda índole. La vivencia de fragilidad hace correr hacia tecnologías protectoras – médicas, de seguridad – o da lugar a modos de venganza y ejercicios punitivistas: “que pague lo que hizo”. El discurso de la seguridad es el modo de tratar nuestra fragilidad de un modo reactivo, individualista, atemorizado. Buscamos crear otro, que enlace lo singular de cada vida – nuestras vidas personales – y el deseo como sustrato de la experiencia común y política. Considerar al duelo como hecho político. Afirmar que cuando matan a una, afectan a todas, es poner en juego la idea de comunidad, de lazos que permiten una trama de reconocimientos mutuos, que si parte del saber de la vulnerabilidad común, también constata la inédita fuerza de estar juntas.

## **Escuchar, acompañar: el conventillo**

En diciembre de 2016 convocamos a una campaña de identificación: para las fiestas navideñas y de fin de año, que se caracterizan por aumentar la fragilidad, invitamos a ponerse una cinta negra en la muñeca o en las casas o en las carteras, colgarla en los árboles de navidad, que sea visible, para que otras mujeres sepan que nos encontrarían como aliadas y cómplices. Afirmamos así la trama de los vínculos que no vienen dados, sino que deben ser fundados, cada vez. El capitalismo produce un tipo de individualidad que compite con otras y que solo reconoce como propio el espacio cercado de la familia. A eso

oponemos una alianza entre mujeres, incluso desconocidas entre sí, capaces de recrear confianza y amistad. En Argentina usamos un verbo propio para esto: *conventillar*. En 1907 hubo una huelga de inquilinos, llevada adelante por mujeres, contra el aumento de los alquileres de habitaciones en casas colectivas, bastante precarias, que se llamaban conventillos. Cada familia solía ocupar una habitación, donde dormían y cocinaban, y compartían el patio. Las mujeres se rebelaron y se las ve en las fotos serias y con escobas en las manos. La huelga duró tres meses y se hizo en más de cien conventillos. De allí quedó un adjetivo: *conventilleras*, para aquellas que hacen lío y ruido, trafican rumores, pasan información. *Conventillar* es también estar atentas a lo que pasa en la casa de al lado, si otra mujer necesita ayuda.

## Redes sociales y encuentros reales

Para nosotras, es importante poner el cuerpo: salir de las redes hacia los barrios y las calles. **Ni una menos** no surgió de las redes pero las usó y usa con eficacia. Un grupo de activistas y militantes, escritoras y periodistas, tiene como principal instrumento la capacidad de producir discurso y estrategias de intervención pública. Las redes sociales, y en especial Facebook, son ámbitos de realización de campañas y convocatoria. Al mismo tiempo, las redes son la antesala o el llamado para salir a la calle, instrumentos para convocar a acciones en el espacio público. Pero las acciones se organizan en encuentros presenciales, reuniones y asambleas que convoca el colectivo **Ni una menos** y a las que asisten organizaciones partidarias, sindicatos, movimientos sociales, grupos feministas, colectivos de acción cultural y muchas personas que se movilizan en su propio nombre.

**Ni una menos** se inscribe en la historia del feminismo. Cada movilización es multitudinaria y quizás muchas de las movilizadas no se reconocerían feministas, sin embargo actúan de ese modo. Surgió y se desplegó un feminismo alejado de los lenguajes clásicos, surgidos de los estudios de género y los ámbitos académicos. Más bien, apareció enunciado con modos populares, juveniles, díscolos. Reconociéndose como desobediencia y vinculado a la vasta experiencia de los encuentros nacionales de mujeres, cada vez más grandes. En el último – el número 31 – se movilizaron más de 70 mil mujeres, que se encuentran en una ciudad para discutir en talleres y asambleas, bailar en fiestas, marchar en las calles. Los encuentros son diversos y plurales pero implican el reconocimiento de una potencia común.

## La ofensiva neo conservadora

En 2016 el encuentro finalizó – como el año anterior – con represión policial. A los tres días apareció asesinada, de un modo extremadamente cruento, una joven en Mar del Plata. La conjunción entre el horror y el saber de nuestra fuerza colectiva llevó a la organización del primer paro de mujeres en Argentina. El

colectivo **Ni una menos** fue articulador de esa nueva medida de fuerza, inédita y capaz de vincularse con todas las rebeldías anteriores y, a la vez, de dar un salto hacia lo desconocido. El primer paro de mujeres fue el 19 de octubre de 2016. El 8 de marzo de 2017 confluimos en el paro internacional de mujeres.

En Argentina paramos y nos movilizamos más de 300 mil mujeres. Hubo marchas en treinta ciudades del país. Al finalizar la movilización en Buenos Aires, la policía desató una cacería deteniendo una veintena de personas, bajo la acusación de provocar incidentes. Fueron detenciones arbitrarias, sin orden judicial, destinadas a disciplinar y amedrentar. El día anterior, siete activistas fueron detenidas por pintar grafitis convocando al paro. La represión es acompañada, en las cercanías del 3 de junio, con una campaña mediática que denuncia el carácter politizado del movimiento. Somos parte de una conflictividad social, con demandas radicalizadas y con una discusión frontal con la Iglesia. Caminamos el sendero de la desobediencia, más que el de la resistencia. Desobediencia tiene aroma de fuga, corazón de rebelión, desprendimiento. Resistencia hace pensar en una ciudad sitiada que hay que defender, en una identidad amenazada que hay que proteger. Desobediencia es un impulso, una voluntad, un deseo, un conjunto de actos y prácticas: sabe menos lo que es que lo que no acepta.

En el contexto de una ofensiva neoconservadora a nivel mundial, que va contra nuestros derechos y libertades, las mujeres de distintos países llamamos a un paro. Nos reconocimos como parte de una internacional naciente, capaz de articular una fuerza múltiple de mil cabezas, heterogénea y diversa, que sabe que el horizonte final de las sociedades no puede ser el del capitalismo. La ofensiva neoconservadora es linchadora, persecutoria, denegadora de derechos. Nos quiere cazar como brujas: deportar como migrantes, precarizar como trabajadoras, encarcelar como militantes, asesinar como díscolas. A esa política reestructuradora de sociedades, le oponemos otra fuerza: democrática, feminista, plural, igualitarista y cooperativa. Contra la crueldad oponemos feminismo. Es nuestro modo de resguardar la vida, no entendida como algo biológico e individual, sino como la trama de afecto, creación y producción que hace posible y deseable vivir. Siempre con otrxs. Por eso, desde la primera marcha de **Ni una menos**, dijimos que queríamos hacer de la calle un espacio de hospitalidad y del movimiento de mujeres el lugar donde pueda conjugarse la algarabía de las diferencias.

## Nombre para lo diverso

Las luchas de mujeres y el feminismo implican la inicial decisión de separarse de los mandatos, hacer otra cosa que aquello que está naturalizado, desprenderse del ropaje que el costumbrismo social arroja sobre nuestros cuerpos y de los roles que el sistema patriarcal exige con más o menos dureza. Hay que abrir el significante “mujeres” para encontrar dentro de la palabra

una diversidad de existencias, un conjunto de femineidades que se reconocen o producen a distancia de una condición biológica, una ética sensible desde la cual fundar otras políticas. Y a la vez, abrir la zona de complicidades y alianzas con los varones feministas. Encontrar lo que no es machismo en un mundo machista: hacerlo crecer y darle espacio. Mujeres como significante político, en **Ni una menos**, incluye transexuales, travestis, masculinidades feminizadas, lesbianas. Y es una apuesta a tramar alianzas insólitas, capaces de retomar las luchas anticoloniales y las distintas identidades que son subalternizadas por un tipo de orden y de norma que asfixia la diferencia, la traduce en desigualdad social y moraliza la disidencia.

Lo que no aceptamos es lo que nos demandan: que nos reconozcamos como víctimas o potenciales víctimas. Nos reúne el duelo pero para hacer potencia de ese duelo, no para condolernos de una debilidad presuntamente atávica. Interpelamos, con nuestras acciones, a mujeres creativas, deseantes, productivas, no a víctimas. Eso es lo que cuestionan cuando nos critican por politizadas. Reclaman que no nos limitemos a pedir que no nos maten, aunque para eso haya que obedecer a las regulaciones normativas que construyen cuerpos, sensibilidades y sexualidades. Decirnos mujeres es abrir ese significante y, a la vez, distanciarlo de todas las operaciones de victimización.

## La huelga

A principios del siglo XX un teórico y sindicalista francés, Georges Sorel, escribió un libro que marcó generaciones: *Reflexiones sobre la violencia*. En el horizonte de un marxismo achatado en luchas tácticas y reformismos varios se preguntó cómo reponer la fuerza de la revolución. Dijo: construyendo el mito de la huelga general. Una imagen fuerza, una interpelación de voluntades, un llamado al entusiasmo colectivo. La idea de que se puede parar el mundo y que eso es posible por la fuerza de los trabajadores. No importa que tal huelga absoluta sea irrealizada, si no que esté en el horizonte, arrojando su luz sobre los conflictos parciales. En tiempos en los que la revolución aparece como pasado, las huelgas tienen su énfasis táctico y su traducción a ciertos posibles. Ocurre un acontecimiento cuando retorna a la escena lo inconmensurable, lo que desborda todo lo que podamos enunciar y conseguir.

Nuestra movilización callejera siempre tuvo un doble rostro: pedimos pulseras electrónicas para los violentos y refugios para las víctimas, pero sabemos que son herramientas paliativas en una situación en la que la violencia criminal es síntoma más que desvío. Pedimos registro estadístico de femicidios, pero necesitamos cambiar el mundo para que no los haya. La confluencia en un paro internacional se sostuvo en el decir **basta** colectivo a una desposesión general, a una sustracción del tiempo y del cuerpo, a una sujeción que produce sus propias argumentaciones morales e ideológicas. La violencia se ejerce de muy distintos

modos, se engarza con todas las prácticas sociales; con ideas y creencias asentadas en el sentido común; con los modos de producción y acumulación económicos. Luchamos contra los femicidios y contra un tipo de estructura social que los aloja. En Argentina cantamos: Con la harina se hace el pan / con la uva se hace el vino / preguntale al patriarcado / cómo se hace un asesino.

Paramos contra todos los métodos de expropiación de nuestro trabajo, nuestro tiempo, nuestra inteligencia, nuestro deseo, nuestra capacidad de fundar comunidad. Porque nos encadenan con la biología y las finanzas. Porque tenemos que disputar cada acto de libertad y cada espacio de decisión: nada nos está dado. Paramos por las mujeres que faltan, las asesinadas, las cautivas en redes de trata, las presas políticas. **Ni una menos** hiló una convocatoria al paro que incluía las condiciones económicas y la tradicional condena a la realización de las tareas domésticas y de cuidado. También incluyó entre sus demandas la del aborto legal, seguro y gratuito y la libertad de militantes encarceladas, como Milagro Sala. La serie de demandas y definiciones del paro fueron articuladas con más de cien organizaciones.

Así como abrimos la idea de “mujeres”, también lo hicimos con la de trabajo – que ya no significa solo empleo asalariado, sino que implica precarización, informalidad, trabajo doméstico y de cuidado – y de paro – que deja de ser una herramienta cuya soberanía y decisión está en manos de los sindicatos. Se produjo un acontecimiento político que articula sentidos, estrategias y modos de movilización. Con capacidad de intervenir con eficacia – por ejemplo, en la campaña por la libertad de una joven presa acusada de abortar o en la creciente sensibilidad frente a la violencia contra mujeres – y a la vez en el proceso de conformación de un sujeto político democrático. El último y contundente triunfo del movimiento de mujeres fue la libertad de Higuí, encarcelada por matar a un hombre en una situación de hostigamiento e intento de violación colectiva.

## **Organización, subjetividad, política**

Nuestro feminismo es interseccional, se pregunta por las resonancias con otras opresiones y la articulación con otros sectores subalternos. En ese sentido, no nos definimos como ONG, ni consideramos nuestra agenda solo en el plano de los derechos civiles y reproductivos. Estamos yendo hacia las raíces del patriarcado, que son raíces económicas y sociales; deudoras, en América Latina, de la experiencia colonial. No creemos que nuestra agenda pueda aceptar las particiones de los temas de género. No es agenda de mujeres, sino una perspectiva feminista sobre los distintos fenómenos, sobre el trabajo y la acumulación capitalista, la violencia institucional y los modos de sujeción de las vidas. Parte de los intentos de subordinar al heterogéneo movimiento de mujeres es la estrategia de proponernos un recorte del mundo sobre el que podríamos y deberíamos hablar.

Por el contrario, sostenemos el feminismo como perspectiva materialista, que parte de los cuerpos y la sensibilidad para construir su racionalidad. Poner así la experiencia sensible como fundamento no es aceptar maniqueísmos razón-cuerpo o teoría-experiencia, dicotomías con las cuales también se nos acorrala a un tipo de irracionalismo o al balbuceo en cuestiones teóricas. El feminismo es teoría, es producción teórica, perspectiva epistemológica, y punto de vista desde el cual interrogar la totalidad social. Porque si el marxismo pensó esa totalización en el proletariado – los más cosificados podían develar la cosificación general –, nosotras decimos que es en nuestra propia subalternidad, en la desigualdad entre los sexos-géneros, donde se fundan y traman todas los modos de explotación. Quitar esos ladrillos agrieta todo el edificio social. Por eso, nos temen y nos persiguen. Y tenemos una tarea que de ningún modo es parcial ni escueta.

Queda para pensar y construir, y en ese proceso está actualmente el colectivo **Ni una menos**, un modo feminista de concebir el poder y la organización. También de comprender nuestra propia ritualidad y las ceremonias callejeras que desplegamos. Será motivo de otro escrito y de otro encuentro.

**Ni una menos. Vivas nos queremos.**

# CAPÍTULO 3

## DIREITOS REPRODUTIVOS E REPRODUÇÃO ASSISTIDA: aportes da sociologia do corpo

Laurence Tain<sup>1</sup>

---

### O corpo reprodutor: as três dimensões do vivido

#### Um corpo resistente à análise

É com o grito “nosso corpo nos pertence!” (“*notre corps nous appartient!*”) que começaram, na França, as manifestações contra as leis que proibiam o aborto.<sup>2</sup> É a mesma reivindicação que foi apresentada pelo coletivo de Boston pela saúde das mulheres com o livro *Notre corps, nous mêmes* (Nosso corpo, nós mesmas) (MICHEL, 1977), amplamente divulgado à época de sua publicação. O corpo, simbólico da repressão, porta então uma promessa de liberação, como explica Antoinette Fouque (1990, p. 126-127), uma das fundadoras do MLF:

É antes de tudo um grito que se fez presente, e o corpo com este grito: o corpo tão duramente abafado pela sociedade dos anos 1960, tão violentamente reprimido pelos modernos de então, os mestres do pensamento contemporâneo [...] eu dizia então que a revolução que realizaria o MLF consistiria em remover a censura sobre o corpo.

Mas como apreender uma análise do corpo do ponto de vista das ciências sociais? Afinal, o corpo resiste à análise sociológica, segundo inúmeros autores. É Bryan Turner (1984, p. 7) que comenta: “Escrevendo este estudo sobre o corpo, eu me tornei cada vez menos certo do que é o corpo”. É Judith Butler (2009, p. 11) que nota:

Eu comecei a escrever este livro tentando examinar a materialidade do corpo, mas eu percebi rapidamente que o pensamento da materialidade me desviava invariavelmente para outras esferas [...]. Eu perdia constantemente o fio da meada. Eu me revelava resistente a toda disciplina. Inevitavelmente, passei a me perguntar se esta resistência a fixar o sujeito não era, na realidade, essencial ao objeto sobre o qual eu me esforçava para aprender.

---

1 Professora emérita de Sociologia, Université Lumière Lyon 2, INED. E-mail: laurence.tain@gmail.com

2 Este artigo é inspirado, em grande parte, nas discussões propostas em Tain (2013).

A história da sociologia ilustra esta resistência, esta “ausente presença” do corpo segundo as palavras de Shiling (1993).

## **Uma modelização ternária do corpo**

A via de uma modelização ternária do corpo foi aberta pelos antropólogos, em particular pelas intuições geniais de Mauss, que indica no seu texto célebre sobre as técnicas do corpo que “é o triplo ponto de vista, aquele do ‘homem total’ que é necessário” (MAUSS, [1936] 2006, p. 369). É esta visão global que me conduziu a desenhar outra modelização ternária inspirada de François Laplantine (1989).

Uma primeira dimensão deste modelo diz respeito ao corpo material, tomado em conta pela biomedicina. Uma segunda dimensão corresponde ao indivíduo relacional. Trata-se do ato de atribuição social de uma forma à experiência do corpo nas interações com si mesmo ou/e com os outros humanos. Uma terceira dimensão está relacionada à posição do ser humano no universo, à sua relação ao cosmos. É esta ideia de “natureza”, analisada em sua polissemia por Simone Bateman (2004a, p. 395-397), que remete a uma percepção do simbólico, do sagrado, que me parece incontornável numa abordagem sociológica do corpo.

É, portanto, o modelo ternário que vai ser mobilizado para seguir as variações do corpo reprodutor considerando que esses diferentes aspectos, que irrigam tanto as representações quanto a experiência, são ligados de modo privilegiado às instituições (o Hospital, a Instituição jurídica, o Estado, a Igreja) e estão em perpétua reconstrução.

## **As reivindicações reprodutivas: “uma criança quando eu quero, se eu quero”**

### **As brechas clandestinas na heteronormatividade**

No Ocidente cristão, é o domínio do sagrado que foi por muito tempo a referência. A Igreja era a guardiã da imposição da heterossexualidade reprodutiva e, portanto, garantidora dos espaços de associação e dissociação entre sexualidade e reprodução. Com o advento da modernidade, esta forma de controle se transforma, juntamente com o enfraquecimento do poder eclesial. O governo do corpo escapa em parte à autoridade da Igreja como testemunha, por exemplo, o aumento, na França, das concepções em período de quaresma.

Nas sociedades ocidentais, a “primeira revolução contraceptiva” assinala esta transformação situando uma dissociação entre sexualidade e reprodução, esta última não estando mais conformada pela Igreja. É na intimidade dos casais que se elaboram estas novas práticas. A baixa da fecundidade na França nos anos próximos à Revolução Francesa foi muitas vezes evocada e diferentemente interpretada (LERIDON, 1995; ARIÈS, 1998). Pudemos, assim, enfatizar o



impacto da revolução de 1789 e do Iluminismo (BINION, 2000). Seja como for, a limitação de nascimentos, atribuída seguidamente à generalização do coito interrompido, às vezes à masturbação conjugal, é um assunto privado.

Simultaneamente à primeira revolução contraceptiva, novas práticas relativas a uma regulação para mais da reprodução emergem. Elas ilustram uma profunda transformação das formas e instituições de controle da heteronormatividade.

Inicialmente, o declínio da influência eclesial se dá no plano privado. A rede é frágil, a realização é clandestina. A primeira inseminação artificial conhecida data de 1776. Sob os conselhos do médico Hunter, um negociante de lençóis inglês pratica a técnica de inseminação artificial com o esperma do cônjuge em sua esposa utilizando uma seringa aquecida. O resultado é um sucesso. Entretanto, os fatos não foram conhecidos ou publicados antes de 1799, seis anos após o falecimento de Hunter, nos *Philosophical Transactions* da Royal Society por Sir Everard Home, casualmente citado em artigo dedicado ao hermafroditismo, tema *a priori* bastante distante das práticas destinadas a atenuar a infertilidade.

## As mobilizações dos anos 1970

Após o enfraquecimento do controle eclesial, é a esfera privada sob autoridade masculina que foi o espaço de amalgamação das modalidades da heteronormatividade com o advento da modernidade.

Bem diferente é o contexto da segunda revolução contraceptiva e, em seguida, da generalização das inseminações artificiais na segunda metade do século XX, que ampliaram os domínios de dissociação entre sexualidade e reprodução. A instituição médica adquire aqui grande centralidade.

A pílula contraceptiva resulta da iniciativa, nos anos 1950, de Margaret Sanger, militante da limitação dos nascimentos que, ao compreender o alcance das pesquisas do reputado endocrinólogo Grégory Pincus sobre os hormônios, convence a feminista Katherine MacKormik de financiar suas pesquisas (SOHN, 2006, p. 107).

A inseminação artificial só pôde se desenvolver realmente na França a partir de 1973, com a fundação dos três primeiros bancos de esperma<sup>1</sup>. Estava ligada à mudança repentina nos costumes devida em parte à mobilização das mulheres pelo direito à contracepção e ao aborto<sup>2</sup>. O movimento das mulheres contribuiu, portanto, à expansão médica, mas as alianças entre médicos e feministas não se deu sem conflitos, como bem demonstram, na França, as cisões no interior do *Mouvement français pour le planning familial* (Movimento francês para o planejamento familiar, MFPP). A questão era o controle sobre o corpo, do qual a instituição médica rapidamente se reapropriou.

1 Banco do CEFER em Marselha, fundado pelo endocrinólogo Sacha Geller; banco do hospital Necker, com o ginecologista Albert Netter; banco do CECOS, criado pelo médico biólogo Georges David (NOVAES, 1994).

2 A publicação dos decretos de aplicação da lei Neuwirth (1967) autorizando a contracepção data de 1973 e a primeira lei autorizando o aborto de 1975 (MOSSUZ-LAVAU, 1991).

Assim, com a segunda revolução contraceptiva, outras formas de regulação da associação/dissociação entre sexualidade e reprodução aparecem. Elas são mais visíveis que durante a primeira revolução contraceptiva. Se, com a emergência da modernidade e o declínio da influência da Igreja, as negociações tinham por quadro, sobretudo, a esfera privada, hoje o controle normativo referente à sexualidade e à reprodução aparece também de forma explícita no domínio público e a instituição médica desempenha um papel muito importante.

## **Os direitos reprodutivos: resistências e aberturas institucionais**

### **Os exemplos da França e da Espanha**

A produção da primeira lei de bioética, em 1994, relativa à assistência médica à procriação, cujas primeiras disposições foram retomadas em 2004 e 2011, é certamente sintomática da combinação de diferentes dimensões do corpo reprodutor e das instituições que estão ligadas a ela. A escolha do professor Jean-François Mattei, deputado, médico, católico praticante, para coordenar a redação final da lei ilustra este processo.

A dimensão biomédica foi fundamental e o ponto de vista da instituição médica foi onipresente nesta elaboração. De uma parte, as práticas hospitalares, centradas sobre o casal heterossexual, anteciparam as disposições da lei. De outra parte, os biólogos e os médicos especialistas ocuparam o lugar mais central nos debates, como mostrou Dominique Memmi (1989) ao analisar a distribuição das posições nos colóquios de bioética.

A referência à dimensão sagrada do corpo e à instituição eclesiástica também foi decisiva no enquadramento heteronormatizado da legislação. É, de fato, a noção de sacralidade do corpo humano que é enfatizada pelo professor Jean-François Mattei quando a ele é confiada a responsabilidade da preparação da lei após a mudança de maioria da primavera de 1993, e que guia suas escolhas de conselho. Ele recorre de maneira especialmente importante às comunidades religiosas.

É assim, na conjugação do sagrado e do científico, que se construiu o quadro heteronormativo da lei de 1994, confirmado em 2004 e, em seguida, em 2011. O projeto de lei inicial de 1992, adotado pela Câmara dos Deputados<sup>3</sup>, deixava certa imprecisão, a assistência médica à procriação sendo destinada a responder a um “projeto parental”. A lei de 1994 restringe o campo dos beneficiários e reserva à assistência médica os dons de gametas aos poucos casais heterossexuais, casados ou “capazes de fornecer a prova de uma vida em comum de ao menos dois anos”<sup>4</sup>. As revisões sucessivas da lei trazem apenas uma modificação nas condições de acesso: a supressão da condição de dois anos de vida em comum para casais em união estável<sup>5</sup>.

3 Lei adotada em 25 de novembro de 1992 (349 votos favoráveis e 78 votos contrários) e deixada em suspenso pelo Senado até a mudança de maioria na primavera de 1993, antes de ser abandonada pela nova maioria.

4 Lei de 29 de julho de 1994, artigo L. 152-2 do código da saúde pública.

5 Lei n° 2011-814 de 7 de julho de 2011 (artigo 33), publicada no Diário Oficial de 8 de julho de 2011.

O caso da Espanha, em comparação com a França, mostra como uma importância análoga de peso da instituição médica, a referência a um mesmo elemento global, a doutrina católica, pode conduzir a uma configuração de assistência reprodutiva bastante distinta.

Do mesmo modo que na França, a instituição médica não poupou esforços, levando, por exemplo, um jurista católico a comentar nos seguintes termos a legislação adotada: “Trata-se de uma lei feita para e pelos médicos”<sup>6</sup>. Na Espanha, ao contrário da França, uma das disposições adotadas pela lei de 1988, e retomada desde então, rompe com o modelo do casal masculino/feminino reprodutor. O uso por parte de uma mulher solteira é, de fato, autorizado pela legislação, pois “toda mulher poderá ser receptora ou usuária das técnicas reguladas pela presente lei, desde que ela tenha consentido a sua utilização de maneira livre, consciente, expressa e por escrito. Ela deverá ter ao menos 18 anos e gozar de plenas capacidades de agir”<sup>7</sup>.

Estas diferenças de arbitragem entre a França e a Espanha no fim dos anos 1980 e início dos anos 1990 se inscrevem em histórias religiosas e políticas distintas. Sem optar entre diferentes hipóteses, podemos esboçar aqui algumas pistas.

Uma primeira hipótese está relacionada à história religiosa. É uma interpretação da relação entre naturezas e sagrado que prevaleceu. Na França, é a “ordem natural” da família nuclear que se tornou referência. Na Espanha, a regulamentação mobilizou uma lógica exprimindo outra continuidade com o dogma da Igreja católica. Eu subscrevo, a este respeito, à interpretação proposta por Assier-Andrieu e seus colaboradores (1995, p. 108) de uma representação herdada da religião da “mulher-família” e da “mãe fecundada sem pecado”. O que prima é o caráter sagrado da maternidade, da relação entre Maria e seu filho, muito mais do que o do casamento procriador.

Outra hipótese origina-se no período político específico de cada país. Na Espanha, o voto da lei ocorreu no quadro de uma “dinâmica de transformação política [...] após a ruptura com décadas de poder autoritário”. A legalização do acesso das mulheres solteiras às técnicas reprodutivas pôde então ser compreendida ao menos de duas maneiras: de uma parte, como a expressão de teses feministas; de outra parte, como uma vontade de paz social – evitando explicitar a forma de casais beneficiários, tendo em conta as turbulências provocadas pela lei sobre o divórcio que vinha apenas de ser votada. Por outro lado, na França, o contexto político é o da constituição de 1958, “onde uma forte concentração de poder político favorece um poder doutrinal estabelecido” (ASSIER-ANDRIEU; COMMAILLE, 1995, p. 289).

Enfim, podemos postular também uma hipótese fundada sobre os elos diferenciados entre Igreja e Estado. A manutenção de um papel político forte

6 Comentários realizados por L. Martinez Calomarde (1989, p. 220), citado por Assier-Andrieu et al. (1995, p. 109).

7 Tradução do artigo 6.1 do texto de lei citado por Assier-Andrieu (1995, p. 108).

da Igreja católica na Espanha, contrariamente à França, a dispensaria de exercer um controle tão rigoroso sobre os corpos.

## Outras configurações no Oriente Médio

O caso do Irã, de maioria xiita, é sintomático do cruzamento da lei, da religião e da expansão da medicina. Uma primeira legislação se apoiou sobre o costume do casamento temporário, autorizado pela tradição xiita e amplamente praticado no Oriente Médio (INHORN, 2006, p. 112). A união se estabelece sobre a base de um contrato entre uma mulher não casada, e um homem, casado ou não, por um período determinado, em troca de uma soma de dinheiro. Não obstante, as restrições da regulamentação iraniana que impõem um prazo de três meses entre a ruptura da união conjugal e um novo casamento dificultam, na prática, o uso do casamento temporário por um casal buscando uma doação de esperma.

Por outro lado, a lei de 2003, intitulada “Lei sobre o dom de embrião aos casais estéreis”, aprovada tanto pelo Parlamento quanto pelas autoridades religiosas, abre consideravelmente o leque de ofertas de assistência médica à procriação (LADIER-FOULADI, 2011). É assim autorizada a transferência de um embrião concebido *in vitro* a um casal que teve sua infertilidade comprovada pela medicina, seja a infertilidade masculina ou feminina. Este arranjo respeita ao mesmo tempo a ordem patriarcal e religiosa, evitando uma suspeição de adultério e incumbindo ao corpo feminino a tarefa de reprodução.

Outros arranjos mobilizando estes três aspectos podem ser observados em Israel.

A lei de bioética do Estado de Israel, votada em 1995, autoriza o uso de técnicas reprodutivas por todas as mulheres, qual seja sua orientação sexual. A doação de esperma, a doação de ovócitos, a maternidade de substituição (conhecida como “barriga de aluguel”, limitada a casais heterossexuais) são permitidas. São assim reconhecidas as configurações reprodutoras associando uma mulher solteira e um doador, um casal de mulheres lésbicas e um doador, um casal heterossexual e uma gestante.

A história nacional do Estado de Israel é um dos fatores que explica a existência desta lei. “A obsessão da demografia” persegue os judeus e os árabes da região e a fecundidade é uma “fecundidade de combate”<sup>8</sup> (COURBAGE, 2008). Todos os esforços são assim encorajados no Estado de Israel para confirmar a progressão demográfica dos judeus, que representam, atualmente, cerca de 55% da população contra 32% em 1946 (COURBAGE, 2008). É neste contexto que todos os tratamentos, com um número ilimitado de ciclos, são gratuitos ou reembolsados e que os limites de idade são alargados para 45 anos para as

8 É sem dúvida este contexto que reforçou o desejo de ter um filho homem, herdado da tradição patriarcal, e que leva a autorizar a prática da seleção sexual nos territórios palestinos, não proscria pela posição sunita do Islã (MEMMI; DESGRÉES DU LOÛ, 2011, p. 10).

mulheres que efetuam uma fecundação *in vitro* com seus próprios ovócitos e para 51 para aquelas que utilizam os ovócitos de uma doadora.

Além disso, as representações derivadas da tradição religiosa judaica são bastante próximas de certas interpretações do dogma católico, como vimos em relação à lei espanhola. No imaginário judaico, “é a criança judia nascida de uma mulher judia que detém o monopólio conceitual da reprodução”. Portanto, a maternidade prima sobre o casamento heterossexual.

Logo, podem ser encontrados arranjos que tornam compatíveis as restrições impostas pelo hospital, a vontade populacionista do Estado e a conformidade à lei rabínica, a Halakha. Abaixo, dois exemplos a partir das observações da antropóloga Susan Martha Kahn (2007, p. 130 e p. 118). A colaboração entre medicina e religião se manifesta de modo pragmático pela coabitação profissional harmoniosa entre os laboratórios laicos e as *maschgichot* religiosas que asseguram no cotidiano que a realização do trabalho biomédico ocorra dentro das normas. Mais precisamente, as *maschgichot* asseguram, durante todo o processo de manipulações, que nenhuma substituição errônea aconteça entre espermas e óvulos, o que criaria inúmeros problemas jurídicos do ponto de vista da Halakha, mas também éticos e sociais. Elas acompanham, portanto, passo a passo, o trabalho dos técnicos de laboratório, com quem elas aparentemente nutrem um bom entendimento. Em outros termos, arranjos engenhosos são inventados na execução das técnicas. Assim, o uso de um esperma não judeu possibilita evitar a qualificação de *mamzer* (adúltero) e torna aceitável, aos olhos da Halakha, o recurso a um terceiro. Com efeito, segundo os textos rabínicos tradicionais, o adultério é claramente definido como uma relação sexual entre uma judia casada e um judeu que não é seu marido.

## Conclusão

Este breve panorama coloca em evidência, assim, estratégias exitosas na obtenção de direitos reprodutivos. É, por exemplo, a aliança entre o movimento das mulheres e uma parte da instituição médica que permitiu, na França, o direito à contracepção e ao aborto nos anos 1970. No mesmo sentido, o acordo entre o Estado, o hospital e a lei rabínica abriu em Israel o acesso da reprodução assistida às lésbicas. A mobilização acerca de ao menos dois dos três elementos da experiência do corpo reprodutor revela-se, portanto, decisiva para vencer.

## REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. Le triomphede la contraception. In: *Les collections de l'histoire*, n. 5, p. 78-80, 1998.

ASSIER-ANDRIEU, Louis et al. Espagne: Politique, Science et Droitnaturel. Esquisse d'une révolution dans la normativité familiale. In: ASSIER-ANDRIEU, Louis; COMMAILLE, Jacques. (Dir.). *Politique des lois en Europe*. Paris: Librairie générale de droit et de jurisprudence, 1995. p. 83-118.

ASSIER-ANDRIEU, Louis; COMMAILLE, Jacques. (Dir.). *Politique des lois en Europe*. Paris: Librairie générale de droit et de jurisprudence, 1995. p. 83-118.

BATEMAN, Simone. La nature fait-elle (encore) bien les choses? In: PHARO, P. (Dir.). *L'homme et le vivant*. Paris: PUF, 2004, p. 391-404.

BINION, Rudolph. Marianne au foyer: révolution politique et transition démographique en France et aux États-Unis. *Population*, v. 55, n. 1, p. 81-104, 2000.

BUTLER, Judith. *Ces corps qui comptent, de la matérialité et des limites discursives du sexe*. Amsterdam: Éditions Amsterdam, ([1993] 2009).

COLLECTIF DE BOSTON POUR LA SANTE DES FEMMES. *Notre corps, nous-mêmes*. França: Albin Michel, 1977.

COURBAGE, Youssef. La guerre des berceaux. *Les collections de l'histoire*, n. 39, p. 90-91, 2008.

FOUQUE, Antoinette. Femmes en mouvement: hier, aujourd' hui, demain. *Le Débat*, n. 59, p. 126, 1990.

INHORN, Marcia C. "He won't be my son". Middle Eastern Muslin Men's Discourses of Adoption and Gamete Donation. *Medical Anthropology Quarterly*, v. 20, n. 1, p. 94-120, 2006.

KAHN, Susan Martha. *Les enfants d'Israël, une approche culturelle de l'assistance médicale à la procréation*. Paris: Bibliothèque du féminisme, L'Harmattan, ([2000] 2007).

LADIER-FOULADI, Marie. Le traitement de l'infécondité en Iran: de la prouesse biomédical e à l'évolution substantiel le deslois de bioéthique. Communication au colloque international NOUVEL LES TECHNIQUES DE REPRODUCTION, GENRE ET PARENTÉ. Centre Max Weberet INED, 14-15 novembre 2011.

LAPLANTINE, François. Anthropologie des systèmes de représentation de la maladie. In: JODELET, Denise. *Les représentations sociales*. Paris: PUF, 1989. p. 277-298.

LERIDON, Henri. *Les enfants du désir*. Paris: Julliard, 1995.

MAUSS, Marcel. Lest techniques du corps. In: \_\_\_\_\_. *Sociologie et anthropologie*. Paris: PUF, [1936] 2006.

MEMMI, Dominique. Savants et maîtres à penser: la fabrication d'une morale de la procréation artificielle. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 76-77, p. 82-103, 1989.

MEMMI, Sarah; DESGRÉES DU LOÛ, Annabel. De la préférence à la sélection sexuelle dans la société palestinienne. *CEPED*, n. 19, 2011.

MOSSUZ-AVAU, Janine. *Les lois de l'amour: les politiques de la sexualité en France*. Paris: Payot, 1991.

NOVAES, Simone B. *Éthiques et techniques*. Nancy: Presses Universitaires de Nancy, 1994. (Les passeurs de Gamètes Collection)

SHILLING, Chris. *The body and the social theory*. Londres; Sage, 1993.

SOHN, Anne-Marie. Le corps sexué. In: CORBIN, Alai; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Dir.). *Histoire du corps: les mutations du regard*. Paris: Seuil, 2006. p. 93-127. (L'Univers historique Collection)

TAIN, Laurence. *Le corps reproducteur: dynamiques de genre et pratiques reproductives*. Rennes: EHESP, 2013.

TURNER, Bryan S. *The Body and Society*. Oxford: Basil Blackwell, 1984.





# CAPÍTULO 4

## COALICIONES QUEER: aborto, feminismo y disidencias sexuales (1990 a 2005 en Buenos Aires)

Mabel Bellucci<sup>1</sup>

---

### Lo queer como estrategia de lucha abortista<sup>2</sup>

Durante los años noventa, los antecedentes del activismo queer se podrían localizar, al menos en Buenos Aires, Argentina, con la aparición del Colectivo Universitario Eros (CUE) de lesbianas y gays, que se mantuvo desde 1993 hasta 1996. Fue un espacio de producción teórica y política en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires (UBA) y homónimo del grupo el Frente de Liberación Homosexual (FLH), liderado por el poeta y activista homosexual Néstor Perlongher en la década de los setenta. Produjo una serie de intervenciones político-culturales con otros colectivos “contra toda forma de discriminación”, entre ellas, la ilegalidad del aborto (BELLUCI, 2014, p. 236).

Al mismo tiempo, en agosto de 1993, se lanzó el Frente por la Democracia Avanzada (FDA), el primer partido de ese período que desplegó en sus pautas programáticas ciertas reivindicaciones del movimiento gay, que, junto con la despenalización del aborto, estaban en el eje de su campaña antidiscriminatoria. La plataforma incluía un listado de requerimientos de la comunidad lésbica, gay y travesti (LGT) a partir de la coalición con el colectivo Gays por los Derechos Civiles (Gay DC) liderado por Carlos Jáuregui – el principal referente del movimiento homosexual de la Argentina –, a la vez, con integrantes de la Comisión por el Derecho al Aborto (CDA), el primer bastión feminista abortero que comenzó su disputa en Buenos Aires hacia mitad de los ochenta con su adalid Dora Coledesky. Además, el FDA estrechaba relaciones con algunos organismos de derechos humanos. También desplegaba un abanico de conexiones entre la *intelligentzia* porteña, en su mayoría intelectuales y profesores de la UBA junto con referentes de movimientos sociales. De alguna manera, estas alianzas superaban las propias expectativas del electorado de Buenos Aires de la época, que sintonizaba sus demandas alrededor de la corrupción política sobre

---

1 Integrante del Grupo de Estudios sobre Sexualidades (GES). Instituto de Investigación Gino Germani-Universidad de Buenos Aires (UBA). Buenos Aires, Argentina. E-mail: mabellucci@gmail.com

2 Este texto es un fragmento del ensayo publicado en el libro “50 años de feminismo (1965-2015): novos paradigmas, desafios futuros – Brasil, Argentina e Chile”, apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

el poder público como eje principal de sus preocupaciones, desconociendo las consignas alrededor del libre ejercicio de las sexualidades y la decisión sobre los cuerpos como un derecho humano.

Allí, Carlos Jáuregui instaló como práctica coaliciones montadas con una diversidad de asociaciones, colectivos autogestivos y movimientos sociales – desde lesbianas, gays, travestis y transgéneros junto con partidos políticos progresistas, de izquierda anticapitalista, agrupaciones estudiantiles, feministas, de derechos humanos y sindicatos combativos – a partir de las Marchas del Orgullo LGT, que comenzaron su recorrido desde 1992 en adelante (MORENO, 2008).

En 1995, se realizaron varias jornadas específicas en la Facultad de Filosofía y Letras- UBA como el primer encuentro sobre el Activismo Gay-Lésbico. Al poco tiempo, le siguieron el seminario “Políticas Culturales y Nuevos Sujetos”, y la jornada “Experiencias Estéticas y Conflictos Culturales y Sexualidad e Instituciones Nacionales.” Dos años después surgió el Área de Estudios Queer (AEQ). Funcionaba en el Centro Cultural Ricardo Rojas de la UBA (CCRR). Por primera vez en la historia de América Latina, en una universidad se constituía un espacio destinado a la investigación y estudio de las minorías discriminadas por cuestiones sexuales, étnicas, de edad, de género o de clase. Fue un centro experimental de alianzas en términos de lucha hegemónica y de antagonismos. Esta área se proponía abrir una esfera de intercambio y debate acerca de la relación entre cultura y conflictos sociales, para discutir cómo la profundización de las desigualdades se articula con las distintas diferencias. En el AEQ se concebían estos problemas no como temas o contenidos de las prácticas y discursos, sino como experiencia material a partir de la cual se producían tanto modos de interacción como sentidos culturales (BELLUCI; RAPISARDI, 1997, 1999; RAPISARDI, 1998). De acuerdo a las palabras del investigador y activista Flavio Rapisardi,<sup>3</sup>

El AEQ se planteaba retomar una idea de Néstor Perlongher interrumpida por la dictadura militar (1976-1983), de articular las luchas de clase con las de género y sexualidad en un movimiento contracultural que se erigiera contra todas las formas de explotación, exclusión, represión y discriminación, en una alianza entre las izquierdas, las minorías sexuales y el feminismo.

Estas propuestas moldearon un activismo joven y fresco que, al mismo tiempo que revisaba el pensamiento feminista hegemónico y heterosexual, ingresaba a su terruño la impronta política de la visibilidad. Para el 8 de marzo de 1999, la Comisión por el Derecho al Aborto expuso un documento que planeaba propuestas transversales de conquistas:

al luchar por revertir nuestra opresión en este mundo inadmisibles, para lograr la libertad sexual, la libre opción sexual, el derecho a decidir sobre

3 Entrevista realizada por la autora en 2009.

nuestros cuerpos, el derecho al aborto libre, contribuimos a afirmar la fuerza de aquellas y aquellos que queremos sacudir los pilares de esta sociedad patriarcal y capitalista y de esa manera transformarla.<sup>4</sup>

El 3 de diciembre de ese año, al conformarse, la Coordinadora por el Derecho al Aborto – un frente más amplio y heterogéneo a cargo de la CDA – hizo su ingreso con una charla bajo el nombre ¿El aborto es solo una cuestión de mujeres? El panel estaba constituido por Flavio Rapisardi, integrante de la Comunidad Homosexual Argentina (CHA), Norberto Inda, psicoanalista y profesor universitario, y Ricardo Zambrano, médico sanitarista e integrante de la Federación Nacional de Salud y Seguridad Social (FNS).<sup>5</sup>

Este debate transversal provocó cantidad de disputas en juego. En aquellos momentos, tal mesa significaba una de las primeras oportunidades que referentes relevantes del arco de la comunidad homosexual, integrantes sindicales, feministas junto con izquierdas independientes, se sumaron a una actividad que se caracterizaba por un dato peculiar: las voces que intervenían eran varones atentos a la cuestión. Un modo diferente de abordar las clásicas campañas tanto internacionales como nacionales del “Yo aborté”. En aquella oportunidad, si bien esta mesa se pensó como un acontecimiento exploratorio, al final terminó en una muestra de resistencia al cambio e, inclusive, de estallidos de enojos de una cantidad de heterofeministas. Ellas no concebían que sus pares propusieran una actividad de varones para que hablasen en voz alta sobre un tema considerado como propio. En realidad, el ambiente ya estaba alterado por el intento de ingresar a grupos de travestis al feminismo y en contra de quienes exploraban una amalgama de articulaciones queer que permitirían traspasar las propias fronteras de la condición misma de mujeres. Lo cierto es que se logró más que nada poniendo el cuerpo y las voces para impulsar debates existentes por entonces en la región Sur.

Otra oportunidad fue el 28 de septiembre de 2001. Se organizó un recital en la Facultad de Medicina de la UBA, animado por grupos musicales alternativos bajo la consigna: “Aborto legal para decidir en libertad”.<sup>6</sup> Para esa actividad, la Coordinadora presentó un documento denunciando la ilegalidad del aborto, y proponía un fuerte énfasis en la construcción de alianzas: “No deleguemos nuestra capacidad de decisión. Despleguemos nuestro poder, nuestra proyección y nuestra voz junto a las de otras y otros grupos de las minorías sexuales convergiendo en un futuro común”.

Entre tanto, el activismo del AEQ, en uno de sus documentos anuales de 2002, se definía “como un espacio de articulación entre investigador@s, docentes y activistas comprometidos en temas relacionados con la discriminación por géneros, orientación sexual, etnia, clase social, edad, pobreza entre otras

4 Documento de la Comisión por el Derecho al Aborto, elaborado por Valeria Pita, Dora Coledesky, Mariana Fassi, Ivana Brighenti.

5 Entrevista realizada por la autora en 2013 al médico Zambrano.

6 Ver: <[http://anterior.rimaweb.com.ar/aborto/28\\_septiembre/musas.html](http://anterior.rimaweb.com.ar/aborto/28_septiembre/musas.html)>.

cuestiones. Pasaban luego a desarrollar sus líneas de acción: “intentamos producir articulaciones entre las distintas luchas emancipatorias. En este sentido, impulsamos debates sobre políticas públicas sobre temas como regulaciones del trabajo sexual, las identidades de género, aborto, derechos LGTTB, pobreza y exclusiones, educación popular. En cada una de las actividades siempre articulamos la palabra de activistas e investigadores con el objetivo de asegurar intervenciones siempre cercanas a las distintas prácticas sociales”.<sup>7</sup> Por todo lo expuesto, después se conformó un taller asambleario, el 24 de octubre de 2002, llamado “Voces sobre el Aborto”. Colaboraban referentes asamblearios, investigadorxs, y agrupaciones afines al espacio. De este modo, invitaban a todas y a todos al aporte de ideas renovadoras, coaliciones con otros frentes, movimientos y agrupaciones, testimonios y cuestionamientos sobre lo recorrido y lo no recorrido. Al activismo queer le resultaba imprescindible un entrecruzamiento de feministas, agrupaciones de mujeres, de gays, lesbianas, travestis, de derechos humanos, profesionales, asambleístas, piqueteras/os, integrantes de partidos políticos de izquierdas y sindicatos, centros de estudiantes, cartoneras/os, artistas, ahorristas, periodistas, intelectuales; ocupaciones varias, obreras/os de fábricas y establecimientos autogestionados. Hacia fines de ese año, se volvió con varios eventos multitudinarios. Uno de ellos fue “Disensos y Sujetos, Conflictos y Derechos”. El 31 de octubre al 1 de noviembre de ese año, el AEQ, junto con el Grupo de Trabajo en Género del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, organizó un encuentro de discusión entre investigadorxs/activistas por el derecho al aborto, contra todo tipo de discriminación y por los derechos sexuales. Sus objetivos se centraban

[...] en rediscutir y ampliar el concepto “derechos sexuales” como parte de las agendas de derechos humanos y sociales. Por último, discutir y proponer paradigmas de intervención y articulación con otros movimientos y partidos políticos en el marco de la crisis social actual en América Latina, caracterizada por la creciente marginación de la población; sin desconocer la relación entre luchas contra la desigualdad de clases y las luchas de las diferencias.<sup>8</sup>

Surgían inquietudes alrededor de temas puntuales: ¿Cómo influenciaron las financiadoras en sus agendas? ¿Cuál era la relación entre la lucha de clases y las luchas de las identidades por orientación sexual e identidad de género? ¿Cuáles eran las teorías de la articulación entre dichos movimientos? ¿Cómo se podrían vincular con los partidos políticos? ¿Cómo lograr la despenalización del aborto en los países del cono Sur?

7 Documento interno del AEQ elaborado por Flavio Rapisardi, Silvia Delfino, Mabel Bellucci, Niiza Solaris Oyarzo.

8 Ver: documento del “Congreso Disensos y sujetos, conflictos y derechos”. Disponible en: <<http://www.convencion.org.uy/lang/pt/disenso-y-sujetos-conflictos-y-derechos-foro-de-investigadores-activistas>>.

El otro fue, para el 20 de noviembre de 2002, un mega evento llamado “Imágenes de la Diferencia. IV Cuerpos en Resistencias” en el CCRR. Representó un encuentro multidisciplinario y con temáticas muy propias de la época: el movimiento de resistencia global, los movimientos piqueteros y asambleístas, las luchas de las travestis, los reclamos por el derecho al aborto voluntario y las marchas del orgullo LGTTB. Además de los videos, se llevó a cabo una muestra fotográfica en torno a las rebeliones populares; miradas estéticas; marchas del orgullo de la diversidad sexual tanto de Buenos Aires como de otras ciudades del mundo. En 2003, en conmemoración al Día Internacional de la Mujer, se intentó otra propuesta por fuera de las tradicionales para recordar esa fecha paradigmática. Se organizó una actividad cultural de todo un día en la fábrica recuperada Grissinópolis,<sup>9</sup> a partir del lema convocante “Vivir en Igualdad y Convivir en la Diversidad”. Al leer la convocatoria, hubo de todo: videos sobre asambleas barriales; luchas piqueteras; violencia doméstica; experiencias de fábricas recuperadas; el movimiento de resistencia global en Génova; la situación de las travestis; la rebeliones populares. Encerraba una apuesta de alto voltaje a favor de la resistencia anticapitalista, antiracial y antipatriarcal a partir de una jornada político/artística bajo un clima asambleario.

Hacia junio de 2003, surgió Ají de Pollo, una colectiva autonomista que fue la primera en interpretar esa ocasión histórica en clave queer y dejar atrás el binarismo genérico para cuestionar las certezas de la identidad fijada. Así, este pequeño grupo de activistas se reunía con el objetivo de rebatir los dogmas de la acción y del pensamiento feminista hegemónico y la tecnocracia de género. Previamente, habían armado el taller para participar en el encuentro feminista en Córdoba. Una de las razones que motivó a realizar esa actividad fue que le impedían la entrada, por ser travesti, a Lohana Berkins, presidenta de la Asociación de Lucha por la Identidad Travesti y Transexual (ALITT). Hacia principios de septiembre de 2003, Ají de Pollo, junto con el AEQ, con el apoyo de financiadoras feministas internacionales, se propició el “Primer Foro Latinoamericano Cuerpos Ineludibles. Diálogo a partir de las sexualidades en América Latina”. Reunió a más de 200 activistas, artistas, académicas de Chile, Paraguay, Bolivia, Uruguay, Colombia, Perú, Brasil, Argentina y República Dominicana. Ambas organizaciones hacían referencia a que:

En los años 90 los países de la región asisten a una proliferación de debates y acciones en torno a temas vinculados a la sexualidad. Las regulaciones sobre la actividad prostibular en el espacio urbano, la creciente visibilidad de expresiones de sexualidades ‘divergentes’, las luchas a favor del aborto, las denuncias por pornografía y prostitución infantil, el tráfico sexual y los crímenes sexuales, el HIV-SIDA y la lucha por derechos tales como la unión civil entre personas del mismo sexo,

9 Esta fábrica se dedicaba a la elaboración de grisines, rebozados y bizcochitos.

son algunas de las preocupaciones que vienen reuniendo a múltiples actores sociales en intervenciones de diverso tipo (LECIÑANA, 2010).

Así, sin demasiadas vueltas se compartió el debate con todos los espacios abiertos a alianzas heterogéneas entre saberes teóricos y militancias de trinchera que anticipaba la complejidad y las nuevas vertientes de coaliciones comprometidas alrededor de esta demanda puntual. Era una época en que todas las agrupaciones, frentes y coaliciones se congregaban para articular modos operativos de instalar sus premisas anheladas. A la par, se cuestionaban las políticas liberales en un contexto de profundización de las desigualdades producto de la globalización, en donde los reclamos de redistribución ocuparon un lugar secundario. En el XIX Encuentro Nacional de Mujeres aumentó el número de activistas travestis. A su regreso, Lohana Berkins respondió al periódico de izquierda *Nuestra Lucha*, n. 18, 2004, sobre las razones que llevaron a que sus pares integraran un espacio que años atrás era considerado exclusivamente de mujeres:

Desde nuestra organización trabajamos para promover la participación de travestis y transexuales en luchas y campañas para erradicar la violencia basada en género. Además, intentamos fortalecer los derechos humanos de travestis y transexuales, trabajando en coalición con organizaciones de mujeres y de minorías sexuales. Luchamos por el reconocimiento y garantía de los derechos sexuales de grupos en situación de vulnerabilidad (mujeres, minorías sexuales y adolescentes).

También promovían un cambio cultural a fin de erradicar las prácticas travestofóbicas, homofóbicas, misóginas y androcéntricas que producen subordinación y explotación. Las fuertes controversias por la incorporación del activismo travesti al movimiento feminista y al de mujeres se mantuvieron sin tregua. Era un reguero de discusiones furiosas entre aquellas activistas dispuestas a tensionar al sujeto político del feminismo y las referentes separatistas que se oponían a otros ingresos reconociendo solamente la participación y protagonismo de las mujeres. Las gestas sucesivas marcaron sesgos nacientes.

## **1. ¡Que se vayan todas y todos!**

A partir de la revuelta plebeya del 19 y 20 de diciembre de 2001, se produjo un cambio cultural y político profundo – al menos en Buenos Aires, La Plata, Rosario, Córdoba, Santa Fe y en el Gran Buenos Aires. La multitud se movilizó y se organizó decidida a intervenir en la solución de sus propios problemas frente a la inoperancia de los partidos políticos mayoritarios y del Estado. Las asambleas barriales, las organizaciones piqueteras, la ocupación y funcionamiento de las fábricas de trabajadoras/es fueron presencias de esas transformaciones. Diciembre de 2001 significó algo más que el rechazo al gobierno de turno (GORDILLO, 2010, p. 132).

Las mujeres constituyeron las primeras protagonistas de este proceso abierto, autoconvocado y efímero. Así, las prácticas, acciones y discursos sobre el aborto voluntario cruzaron aquellos movimientos sociales que irrumpieron o se reforzaron al calor del estallido popular. Las articulaciones que se conformaron entre los diversos espacios de resistencia y lucha a lo largo de esos años lograron que demandas históricas que configuraban la identidad y la posesión de un movimiento en particular se diseminaran al salir de su propio territorio y así abrir fronteras. Sin más, surgió al calor de todos los acontecimientos la Asamblea Nacional Interbarrial (ANI). Consistió en un espacio de coordinación entre las distintas asambleas que se encontraban en pleno accionar. Durante sus encuentros se aprobaron por unanimidad organizar, junto con el movimiento de mujeres y el feminista, una gran movilización en el Día Latinoamericano y del Caribe por la Despenalización del Aborto, y que las asambleas participaran de la Marcha del Orgullo LGTTB de ese año.<sup>10</sup>

El 16 de septiembre de 2002 se lanzó otro informe, que afirmó en las resoluciones de “participar activamente el viernes 28 de septiembre en el acto en el Congreso por el Día de Lucha por el Derecho al Aborto en toda América Latina. Además, exigir que el Parlamento Nacional apruebe una ley en correspondencia”.

Así, se concibieron otras maneras de construir discursos frontales contra una sexualidad heterocentrada, y en eso el aborto ganó terreno, producto de la revuelta del 19 y 20 de diciembre, dentro de un marco internacional de movimientos en pugna contra el capitalismo globalizado.

Bajo la consigna “Otro mundo es posible” se lanzó el Foro Social Mundial (FSM) en Porto Alegre, del 25 al 30 de enero de 2001. Para el feminismo, participar en este espacio le planteó múltiples retos y posibilidades. En efecto, con su lema, el FSM adoptó las propuestas de género y diversidad en su proceso para iniciar todo un universo en cuanto al desarrollo de estrategias, diagnósticos políticos y prácticas de largo alcance.

## **Campaña Nacional por el Derecho al Aborto, Legal, Seguro y Gratuito**

Hacia 2003, Dora Coledsky comprendió que en ese clima deliberativo del mundo asambleario el aborto tomó formas muy concretas en nuevos campos de debate. Por lo tanto, no cabía más los clásicos talleres para discutir sobre el tema como se venía haciendo en los Encuentros Nacionales de Mujeres. La inflexión para el accionar político y para planteos radicales era el sino de los tiempos que corrían. Entre el ejercicio de democracia directa y el rechazo a delegar poderes, se configuraron las condiciones óptimas y se armó en Rosario, en agosto de ese año, durante el XVIII Encuentro Nacional de Mujeres, una gran asamblea que

10 Resoluciones de la Segunda Asamblea Interbarrial Nacional, 17 de agosto de 2002. Disponible en: <<http://www.oocities.org/cironelson/pc2-08-17.htm>>.



sintetizaba el reconocimiento de experiencias anteriores y preparara las condiciones para un salto cualitativo. Se escribió un documento bajo el nombre “Por la libertad de decidir. Repudiamos la ofensiva de la Iglesia hacia nosotras: Por aborto libre y gratuito. Para elegir libremente nuestra sexualidad. Para terminar con todo tipo de violencia y discriminación”. Firmaban un sinnúmero de agrupaciones feministas y de mujeres, grupos piqueteros, desocupados, travestis, transexuales, homosexuales, lesbianas, trabajadoras sexuales, asambleas barriales y partidos políticos de izquierdas.<sup>11</sup> La Asamblea apenas abrió sus puertas y la agrupación ALITT se integró al espacio sin problemas. Al respecto, Lohana Berkins relataba sus pareceres: “Las travestis no éramos simples escuchas sino que tomábamos la palabra, juntábamos firmas, volanteábamos en las acciones callejeras”.<sup>12</sup> En cuanto a las feministas aborteras, con un regreso triunfante, de Rosario se lanzaron a dar acaloradas discusiones sobre cómo poner en práctica un Encuentro Nacional por el Derecho al Aborto, mandato que había surgido de las entrañas del propio evento. En consecuencia, se decidió organizar, para el 28 de mayo de 2004, el Encuentro sobre Estrategias por el Derecho al Aborto. El hincapié también estuvo en cómo incluir el aborto dentro de los cuestionamientos a la heterosexualidad y a la reproducción biológica obligatoria. Esta apuesta permitiría el apoyo de otras mujeres de los movimientos de base junto con los grupos de las minorías sexuales. De ese evento participaron agrupaciones autónomas feministas, académicas, periodistas, docentes, diputadas nacionales, organismos de derechos humanos, agrupaciones piqueteras, asambleas barriales, partidos políticos de izquierda y colectivas de travestis, entre otros tantos frentes. Así fue que en la ciudad de Córdoba, en mayo de 2005, se llevó a cabo la primera reunión nacional, con la presencia de un centenar de activistas de diversas organizaciones de distintos puntos del país, para lanzar la Campaña Nacional Derecho al Aborto Legal, Seguro y Gratuito, que aún sigue presente y crece año tras año. Se articularon bajo el reclamo de ‘educación sexual para decidir, anticonceptivos para no abortar, aborto legal para no morir’. De esta manera, la Campaña adquirió vida propia a través del reconocimiento de las historias de luchas por el aborto legal en Argentina, teniendo en cuenta las diferentes estrategias regionales. Todo espacio era imprescindible para su expansión y también para la integración de otras colectivas compañeras y simpatizantes desde tiempos inmemoriales.

## Desafíos de nuevos feminismos

Me quiero detener en coaliciones potentes, cuya actividad excede el recorte temporal propuesto por este artículo, pero que sin duda se encuentran influenciadas por el espíritu de época de los años noventa que propiciaba una

11 S/R, documento preparado para el XVIII° Encuentro Nacional de Mujeres en Rosario, agosto de 2003.

12 Entrevista realizada por la autora en 2013.



política de coaliciones que atravesaban las identidades fijas para pugnar contra la dominación heterosexual y masculinista.

En la Argentina, más precisamente en La Plata, histórica ciudad universitaria, nació en 2009 el Colectivo de Varones Antipatriarcales.<sup>13</sup> Desde sus inicios se propusieron, con empeño, generar un espacio autoconvocado, bajo una dinámica horizontal y sin identificaciones institucionales. Sus prácticas políticas explicitan un posicionamiento contra el heterosexismo, el capitalismo y el racismo. El designio de Varones Antipatriarcales giró alrededor de deconstruir las identidades masculinas que se sostienen en el sistema de valores hegemónicos con una voluntad de poder y de dominio. La mayoría de los concurrentes eran varones heterosexuales, bisexuales, gays, maricas, trans, que querían problematizar ese lugar, independientemente de su práctica sexual con intenciones igualitarias. A la refinada consigna feminista “Lo personal es político y lo político colectivo”, le dieron una vuelta de tuerca. Parte de sus lemas se centran en “Ni machos ni fachos”, “El feminismo no es solo cosa de mujeres”. El 8 de marzo de 2011 lanzaron un manifiesto “Varones x el derecho al aborto legal, seguro y gratuito. Penalizar el aborto no es defender la vida, es multiplicar las muertes”.<sup>14</sup> Así, fue que se integraron a activar junto con la Campaña por el Derecho al Aborto.

Al poco tiempo de haber circulado este importante documento de Varones Antipatriarcales de cara a la sociedad, el 10 de julio del 2011 hubo elecciones en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires para elegir ejecutivo y legislativos también. Si bien esta campaña electoral significó una más como tantas otras, adquirió una clara diferencia con respecto a las anteriores: César Rojas, activista por los derechos de las minorías sexuales y referente trotskista al frente de una lista conformada por el Nuevo MAS, Las Rojas (agrupación feminista) se arrojó a competir por la candidatura a Jefe de Gobierno.<sup>15</sup> Su campaña electoral se basó en el reclamo del aborto libre y gratuito.

En 2009 también surgió la colectiva de Lesbianas y Feministas por la Descriminalización del Aborto, un cruce bien interesante y poco recorrido tanto por un movimiento como por el otro. En sus orígenes se definían

como un grupo de personas pertenecientes a diferentes espacios políticos, feministas, del movimiento de LGTB, de derechos humanos y de izquierda que nos unimos para este proyecto. Estamos convencidas del poder que tiene la organización popular y, por eso, elegimos la acción directa antes que el lobby.<sup>16</sup>

13 Blog del Colectivo de Varones Antipatriarcales. Disponible en: <<http://colectivovaronesantipatriarcales.blogspot.com.ar/>>. Ver: Varones por el Derecho al Aborto Legal, Seguro y Gratuito “¿Por qué los varones debemos involucrarnos en esta lucha?”, Suplemento Las 12, *Página 12*, Buenos Aires, 11 de mayo de 2012. Disponible en: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/las12/13-7238-2012-05-11.html>>.

14 Comunicado de Varones por el Derecho al Aborto Legal, Seguro y Gratuito, 14 de septiembre de 2011 en Portal *Indymedia Argentina*. Disponible en: <<http://argentina.indymedia.org/news/2011/09/792633.php>>.

15 «¡Derecho al aborto YA!». *Socialismo o barbarie* n° 202, 27 de mayo de 2011.

16 Disponible en: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/las12/13-5071-2009-07-31.html>>.

Así, comenzaron un intenso trabajo de sistematización de información acerca de cómo realizarse un aborto seguro. Para ello, el uso del misoprostol y mifepristone. Entonces decidieron pasar a la acción y crear la línea telefónica “Más información, menos riesgos”. Al año siguiente, publicaron el manual “Todo lo que querés saber sobre cómo hacerse un aborto con pastillas”, editado por El Colectivo. Este libro también estaba disponible en formato digital y se pensó como complemento de la consejería telefónica. Esta colectiva continúa recuperando aportes teóricos de distintas procedencias que abarcan desde el pensamiento antirracista descolonial hasta formulaciones del lesbianismo más radicalizado. Desde ese paradigma afirman la existencia de privilegios de clase racializados en un país en el que quienes mueren por abortos clandestinos son, en su inmensa mayoría, mujeres no blancas de sectores populares.<sup>17</sup> Por otra parte, en una apuesta aún más osada, declaraban que “el aborto lesbianiza”. Otra manifestación de influencias recíprocas entre el movimiento de mujeres, el feminismo y el activismo LGTTB se cristalizó en 2010 dentro de un espacio de militancia trotskista. En la XIX Marcha del Orgullo de ese año, la agrupación feminista Pan y Rosas y la juventud LGTB del Partido de los Trabajadores Socialistas (PTS) lanzaban un comunicado en conjunto.<sup>18</sup> En el mismo se hacía evidente la articulación de demandas históricas de la izquierda, el feminismo y los colectivos de diversidad sexual, en especial, la práctica del aborto libre y gratuito en el hospital público. De algún modo, se volvía a retomar experiencias anteriores de amalgamas de luchas contra la subalternidad.

---

17 Disponible en: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/las12/subnotas/5071-515-2009-07-31.html>>.

18 Disponible en: <<http://www.pts.org.ar/Luchemos-por-la-ley-de-Identidad-el-derecho-al-aborto-y-la-separacion-de-la-Iglesia-del-Estado>>.

## REFERENCIAS

BELLUCI, Mabel. *Historia de una desobediencia. Aborto y Feminismo*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2014. 520 p.

BELLUCCI, Mabel; RAPISARDI, Flavio. Alrededor de la identidad. Las luchas políticas del presente. *Nueva Sociedad*, Caracas, n. 162, p. 40-53, jul.-ago. 1999. ISSN: 0251-3552. Disponible en: <[http://nuso.org/media/articles/downloads/2780\\_1.pdf](http://nuso.org/media/articles/downloads/2780_1.pdf)>. Accedido el: 18/05/2018.

BELLUCCI, Mabel; RAPISARDI, Flavio. De la tiranía de la singularidad a las identidades ciudadanas. *Doxa*, Buenos Aires, año VII, n. 17, s/p., 1997.

DOCUMENTO DE LA COMISIÓN POR EL DERECHO AL ABORTO, 8 de marzo de 1999.

DOCUMENTO INTERNO DEL AREA DE ESTUDIOS QUEER (AEQ), 2002.

DOCUMENTO PREPARADO PARA EL XVIII° ENCUENTRO NACIONAL DE MUJERES EN ROSARIO, agosto de 2003.

GORDILLO, María. *Piquetes y cacerolas... El 'Argentinazo' del 2001*. Buenos Aires: Sudamericana, 2010. Colección Nudos de la Historia Argentina. ISBN: 9500739526, 9789500739528. 216 p.

LECIÑANA, Mayra. Políticas de reconocimiento. *Mora*, Buenos Aires, v. 16, n. 1, p. 198-199, jul. 2010. Disponible en: <[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1853-001X2010000100015&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-001X2010000100015&lng=es&nrm=iso)>. Accedido el: 18/05/2018.

MORENO, Aluminé. La invisibilidad como injusticia. Estrategias del movimiento de la diversidad sexual. En: PECHENY, Mario; FIGARI, Carlos; JONES, Daniel, (Eds.). *Todo sexo es político: estudios sobre sexualidad en Argentina*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2008. p. 215-243.

RAPISARDI, Flavio. Crítica y diferencias: Sobre las políticas queer de emancipación. *La Gandhi*, Buenos Aires, año II, n. 3, p. 32-33, 1998.

## Sitios web

<[http://anterior.rimaweb.com.ar/aborto/28\\_septiembre/musas.html](http://anterior.rimaweb.com.ar/aborto/28_septiembre/musas.html)>.

<<http://argentina.indymedia.org/news/2002/11/62163.php>>.

<<http://colectivovaronesantipatriarcales.blogspot.com.ar/>>.

<<http://www.convencion.org.uy/lang/pt/<disensos-y-sujetos-conflictos-y-derechos-foro-de-investigadors-activistas>>>.

<<http://www.oocities.org/cironelson/pc2-08-17.htm>>.

<<http://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/las12/13-5071-2009-07-31.html>>.

<<http://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/las12/13-7238-2012-05-11.html>>.

<<http://www.pagina12.com.ar/diario/sulementos/las12/subnotas/5071-515-2009-07-31.html>>.

<<http://www.pts.org.ar/Luchemos-por-la-ley-de-Identidad-el-derecho-al-aborto-y-la-separacion-de-la-Iglesia-del-Estado>>.

<[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1853-001X2010000100015&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-001X2010000100015&lng=es&nrm=iso)>.

## CAPÍTULO 5

# GÊNERO E FEMINISMO EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIA: o papel de uma educação crítica

Carla Giovana Cabral<sup>1</sup>

*Pasto branco  
potro bravo  
corpo a corpo  
corre o certo  
tempo incerto  
de um corisco [...]*

Poema “Corpo a Corpo”, Zila Mamede, em *[Navegos] Corpo a Corpo*, 1978.

A ciência e a tecnologia modernas encerram mitos, imagens e concepções distorcidas e reducionistas – barreiras para uma visão mais clara, abrangente e crítica da produção de conhecimentos e sua relação com a sociedade. Mitos como o de uma ciência salvacionista e triunfalista, fortemente arraigada a um modelo de desenvolvimento baseado no determinismo tecnológico, em que as decisões seguem o desenho da tecnocracia, alimentam as ideias de neutralidade, autonomia e objetividade científicas, tendendo a se alicerçar sobre valores como a eficiência, a dominação e o controle da natureza, constituindo, na maioria das vezes, uma ética utilitarista<sup>2</sup>. De uma maneira geral, feministas criticam fortemente a ideia de sujeito universal que emana dessas mitificações, edificando teorias e práticas que colocam em relevo gênero, classe social, relações étnico-raciais, cultura, história. É uma forma de atribuir política às ciências e à tecnologia modernas e dar visibilidade ao sujeito feminista na produção de conhecimentos, denunciando os interesses subjacentes e os impactos socioambientais.

Quais os vieses por meio dos quais essas questões podem ser examinadas? Qual o papel da educação nas relações ciência, tecnologia, sociedade e gênero? À que educação estamos nos referindo?

Estamos nos referindo a uma educação crítica: do ponto de vista epistemológico, concebe a ciência e a tecnologia como social e historicamente

1 Professora da Área Ciência, Tecnologia e Sociedade, na Escola de Ciências e Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: carla.gio.cabral@gmail.com

2 Dimensão ética que se revela na definição de tecnologia moderna como útil, funcional, prática (MIRANDA, 2012, p. 66).

construídas; a partir de uma perspectiva epistemológica feminista, inclui gênero e outras categorias de análise social, situa em termos não hierárquicos e não hegemônicos a produção dos saberes; do ponto de vista pedagógico, entende que educar é ensinar e aprender a ler o mundo de maneira crítica e reflexiva.

Ao pesquisar sobre essas questões e discuti-las teoricamente, refleti sobre a possibilidade de uma educação em gênero, ciências e tecnologia que construísse uma conscientização crítica sobre as relações entre as ciências, a tecnologia, gênero e feminismo. Essa conscientização se daria a partir de um *conhecimento dialogicamente situado*.

Inicialmente, desenvolvi essa reflexão no campo da história das ciências e formação de professoras de engenharia, por ocasião da minha tese de doutorado (CABRAL, 2006). Atualmente, agreguei novas reflexões e impressões a partir da minha experiência no ensino superior no Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia, na Escola de Ciências e Tecnologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (BICT/ECT/UFRN), observando aspectos curriculares, a prática pedagógica e experiências e vivências das estudantes na universidade e militância.

## O que é o conhecimento dialogicamente situado?

Minhas primeiras reflexões sobre o *conhecimento dialogicamente situado* nasceram da confluência entre epistemologias feministas, autores do pensamento ibero-americano em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), teoria de valores e pedagogia crítica. Essas reflexões tratam, em princípio, de uma crítica contumaz à ciência e à tecnologia modernas a partir do feminismo, buscando compreender o que as concepções de professoras de engenharia de uma universidade pública federal do Sul do Brasil<sup>3</sup> diziam sobre as relações entre gênero, ciências e tecnologia. Naquela ocasião, seus valores pessoais e sociais também foram investigados, buscando uma compreensão da dimensão ética do fazer científico e tecnológico. Por fim, verificando contradições entre valores e concepções de ciência e tecnologia, analisei níveis de consciência crítica das relações entre ciência, tecnologia e sociedade, em contextos de uma proposição pedagógica de formação de professoras/es de engenharia e de exercício de escrita de uma história das ciências sob a ótica do gênero – especialmente pioneiras. Das histórias de vida das professoras, emergiram as relações de gênero e sua discussão em termos de poder, invisibilidade, segregação territorial e hierárquica, por exemplo.

Como apontamos, as feministas criticaram<sup>4</sup> fortemente a ideia de sujeito universal da ciência, atribuindo-lhe gênero, etnia, raça, classe social, cultura, história. Essa crítica politizou o sujeito e o conhecimento que produz, em um

3 A pesquisa de doutorado foi realizada com professoras do Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no período de 2002 a 2006.

4 Aqui me refiro à crítica feminista realizada no contexto da mobilização social e acadêmica em torno da desconstrução das ideias de ciência neutra, autônoma e objetiva e do determinismo tecnológico, momento histórico em que surgem também os estudos Ciência, Tecnologia e Sociedade, entre as décadas de 1960 e 1970.

movimento discursivo em torno da desconstrução da neutralidade, autonomia e objetividade científicas. Afirmar que a ciência tinha um gênero era afirmar que não havia neutralidade, nem autonomia ou (para pensadoras como Donna Haraway) objetividade absoluta na ciência. Em outras palavras, as histórias das mulheres nas ciências, na sua relação com a produção de saberes, foram soterradas pela ciência moderna e por uma história das ciências androcêntrica e positivista<sup>5</sup>; as relações de poder que provocaram essa invisibilidade e esse processo de inferiorização das mulheres estavam implicadas em interesses diversos envolvidos na produção de saberes, sua circulação, aplicação, consumo e impactos socioambientais.

Do ponto de vista das epistemologias feministas, são diversas e nem sempre convergentes as críticas a pontos como esses, conforme escreveram Marta González García e Eulalia Pérez Sedeño (2002) ao analisarem a crítica feminista de origem anglo-saxã. Nessa literatura, encontramos desde a ideia de objetividade estática e dinâmica de Evelyn Fox Keller (1983; 1985), a do ponto de vista feminista, de Sandra Harding (1991); os valores, localidade e consenso, de Heln Longino (1990); a objetividade parcial, de Donna Haraway (1991; 1994; 1995), entre outras, que também têm sido estudadas como enfoque psicodinâmico, teoria feminista do ponto de vista, empirismo feminista contextual e epistemologia pós-moderna, respectivamente. Essas críticas e outras se mostraram muito interessantes para pensar o sujeito feminista na ciência e como a categoria gênero em suas diversas leituras – psicológica, social, histórica, cultural, política – poderia enriquecer o debate que se intensificou a partir das décadas de 1960 e 1970 sobre as influências e os interesses a que serviam a ciência e a tecnologia modernas e seus processos de exclusão e impactos socioambientais e políticos. Também situaram o sujeito em outro espaço, o do feminismo, refletindo sobre possibilidades situadas de se conhecer, de se produzir conhecimento científico e de atuar nas “brechas” – no sentido construído por Lacey (1998) – para questionar se, de fato, era preciso preservar a todo custo a objetividade científica ou se a crítica que estava sendo realizada naquelas décadas decisivas do século XX (e até hoje) já caminhava para entender e colocar essa objetividade em outros termos.

A insistência na discussão sobre a objetividade científica me chamou atenção, especialmente pela ausência de um tom mais crítico em relação à noção tradicional, tal a dificuldade de se repensar critérios de cientificidade: o que validará um determinado conhecimento como científico, “verdadeiro”?

A noção tradicional de objetividade científica, segundo Cupani (1985, p. 25), “em épocas mais confiantes do saber científico [foi] louvada como sua principal virtude”. “A objetividade foi vista tradicionalmente como a essência da ciência, razão de sua potência cognitiva e resultado de sua desvinculação

5 Faço alusão, aqui, ao positivismo lógico ou neopositivismo, um movimento filosófico do início do século XX, a partir do qual “à fidelidade ao empiricamente dado à consciência acrescentou-se a exigência da formulação do conhecimento científico em linguagens estritamente lógicas” (CUPANI, 1989, p. 18).

de interesses e compromissos outros que a busca da verdade” (CUPANI, 1985, p. 25), explica esse autor.

De fato, estamos falando de um tipo de conhecimento que se constrói no bojo de relações dicotômicas forjadas pela modernidade. Nesse “paradigma”, como nos aclara Santos (2008), impõe-se uma visão de mundo.

Esta nova visão do mundo e da vida reconduz-se a duas distinções fundamentais, entre conhecimento científico e conhecimento do senso comum, por um lado, e natureza e pessoa humana, por outro. [...] Com base nesses pressupostos o conhecimento científico avança pela observação descomprometida e livre, sistemática e tanto quanto possível rigorosa dos fenômenos naturais. (SANTOS, 2008, p. 24-25).

A modernidade é um “fenômeno de dois gumes”. Para Giddens,

O desenvolvimento das instituições modernas e sua difusão em escala mundial criaram oportunidades bem maiores para os seres humanos gozarem de uma existência segura e gratificante que qualquer tipo de sistema pré-moderno. Mas a modernidade tem também um lado sombrio, que se tornou aparente no século atual. [...] O mundo em que vivemos hoje é um mundo carregado e perigoso. Isto tem servido para fazer mais do que simplesmente enfraquecer ou nos forçar a provar a suposição de que a emergência da modernidade levaria à formação de uma ordem social mais feliz e mais segura. (GIDDENS, 1991, p. 20).

Nesse contexto de mudança de visão de mundo e da relação entre o homem e a natureza, floresce a ideia de a objetividade ser a principal virtude do conhecimento científico, em um movimento que desvincula a ciência de interesses, crenças e outros aspectos, em detrimento da busca da “verdade”. Examinemos brevemente a crítica de Donna Haraway a essa postura moderna.

Haraway parte de uma visão corporificada que fuja a uma posição “de Homem e Branco”, ou seja, a uma visão que, por exemplo, não se alie a de um sujeito do conhecimento universal e colonizador e possa se adequar aos “projetos feministas críticos e paradoxais”, conferindo à objetividade feminista o significado de “saberes localizados” (HARAWAY, 1995, p. 18). Nesse sentido,

precisamos aprender em nossos corpos, dotados das cores e da visão estereoscópica dos primatas, como vincular o objetivo aos nossos instrumentos teóricos e políticos de modo a nomear onde estamos e onde não estamos, nas dimensões do espaço mental e físico que mal sabemos como nomear. Assim, de modo não muito perverso, a objetividade revela-se como algo que diz respeito à corporificação específica e particular e não, definitivamente, como algo a respeito da falsa visão que promete transcendência de todos os limites e responsabilidades. (HARAWAY, 1995, p. 21).



Assim, não seria a desvinculação de interesses o que conferiria objetividade ao conhecimento científico, mas justamente o reconhecimento de que uma visão parcial é a que “promete uma visão objetiva” e que poderia ser responsabilizada, “tanto pelas suas promessas quanto por seus monstros destrutivos” (HARAWAY, 1995, p. 21). Nesses termos, segundo essa autora, estamos a considerar um conhecimento localizado, a partir do qual poderíamos pensar em uma ruptura da clássica divisão epistemológica dos elementos sujeito e objeto. “Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver” (HARAWAY, 1995, p. 21), sugere. E se nos tornamos (cientistas) responsáveis pelo que aprendemos a ver, podemos reconhecer que a ciência moderna não é neutra, nem autônoma em relação à sociedade e muito menos está revestida de uma objetividade inquebrantável.

Outro ponto interessante é que a crítica de Donna Haraway à ciência moderna não afugenta uma leitura crítica da tecnologia moderna. Ela busca destituir a tecnologia moderna de seu caráter instrumental e valorização social otimista<sup>6</sup>, por exemplo, afirmando que sociedade tecnocientífica oferece mais do que artefatos inovadores para consumo: vende-nos uma visão de mundo. Nas suas palavras,

os “olhos” disponíveis nas ciências tecnológicas modernas acabam com qualquer idéia da visão como passiva; esses artifícios protéticos nos mostram que todos os olhos, incluídos os nossos olhos orgânicos, são sistemas de percepção ativos, construindo traduções e modos específicos de ver, isto é, modos de vida. (HARAWAY, 1995, p. 21-22).

A discussão sobre os “saberes situados” como um novo significado para a objetividade me levou a pensar que a parcialidade poderia ser algo como um espaço em que se pudesse fraturar valores típicos da ciência moderna – como o da dominação, do controle da natureza e da eficiência, em detrimento de outros, tais como a responsabilidade, a solidariedade, a justiça. Uma questão que aqui se coloca é que viver em uma sociedade científica e tecnológica é ser e estar mediada/o por uma visão científica e tecnológica que aumenta as brechas existentes entre o desejo de uma sociedade mais justa socialmente e a efetividade desse projeto de sociedade, por exemplo.

Para Hugh Lacey (1998, p. 48), essas brechas seriam um espaço entre “a intenção e a ação efetiva, entre o desejo e os efeitos da ação”. Segundo esse filósofo,

freqüentemente, nossas ações não conduzem ao que pretendemos, e nossos desejos não são realizados por meio das ações que eles engendram. Esta brecha revela limites à nossa capacidade expressiva, nosso

6 Andrew Feenberg localiza na escola de Frankfurt uma contundente crítica à tecnologia. Segundo ele, autores como Adorno e Horkheimer, “na Dialética do Esclarecimento (1972), argumentam que a instrumentalidade é, em si mesma, uma forma de domínio, que, ao controlar os objetos, viola-lhes a integridade, suprimindo-os e destruindo-os. Se assim for, então a tecnologia não é neutra e seu uso já implica uma tomada de posição de valor” (FEENBERG, 2008).

poder de moldar nossas próprias vidas, nosso auto-entendimento, nossa compreensão do que podemos esperar dos outros, e nossa compreensão das condições sociais e materiais de nossas vidas (LACEY, 1998, p. 48).

Haverá mais credibilidade quando o indivíduo tem consciência de sua prática, de um valor engajado em uma prática. A consciência desse processo também oportuniza que o valor se torne objeto de reflexão (LACEY, 1998). Para esse autor (1998, p. 50), a diminuição das brechas está relacionada à tentativa de uma pessoa de transformar sua própria existência, as condições sociais de sua vida ou, mesmo, ambas.

Entendo que essas mudanças podem ser provocadas por um processo educativo conscientizador. Estariam em jogo não apenas os tipos de valores em questão, como também a maneira como se articulam nas vidas das pessoas, na cultura e na sociedade em que vivem. Evidenciar e problematizar essas articulações e discursos pode contribuir para a construção de uma consciência crítica, ou uma alfabetização científica e tecnológica. Além de ser ampliada, no sentido conferido por Auler e Delizoicov (2001), que seja também feminista, visibilizando as relações de gênero na história das ciências e da tecnologia e nas práticas científicas.

### **Qual alfabetização científica e tecnológica?**

A alfabetização científica e tecnológica tem sido compreendida como um processo relacionado à Didática das Ciências e voltado à “formação cidadã dos alunos para ação e atuação em sociedade” (SASSERON; CARVALHO, 2011, p. 59). Essas autoras compreendem a alfabetização pelo viés da pedagogia crítica de Paulo Freire, ou seja, algo que supera o domínio psicológico e mecânico do ato de escrever e ler e alcança uma dimensão consciente dessas técnicas; requer uma postura do homem em busca de uma mudança em seus contextos.

Partindo desse pressuposto e pesquisando a literatura internacional sobre alfabetização científica, Lúcia Helena Sasseron e Ana Maria Pessoa Carvalho defendem

uma concepção de ensino de Ciências que pode ser vista como um processo de “enculturação científica” dos alunos, no qual esperaríamos promover condições para que os alunos fossem inseridos em mais uma cultura, a cultura científica. Tal concepção também poderia ser entendida como um “letramento científico”, se a consideramos como o conjunto de práticas às quais uma pessoa lança mão para interagir com seu mundo e os conhecimentos dele. No entanto, usaremos o termo “alfabetização científica” para designar as idéias que temos em mente e que objetivamos ao planejar um ensino que permita aos alunos interagir com uma nova cultura, com uma nova forma de ver o mundo e seus

acontecimentos, podendo modificá-los e a si próprio através da prática consciente propiciada por sua interação cerceada de saberes de noções e conhecimentos científicos, bem como das habilidades associadas ao fazer científico (SASSERON; CARVALHO, 2011, p. 61).

Décio Auler e Demétrio Delizoicov também chamam a atenção para a polisssemia que está no entorno da expressão alfabetização científica e tecnológica. Segundo eles, ela pode ser “traduzida” como divulgação científica, entendimento público da ciência e democratização da ciência; e compreenderia tanto uma ação voltada à construção de “autêntica participação da sociedade vinculada à CT (ciência e tecnologia)” quanto uma perspectiva de “referendar e buscar o apoio da sociedade para a atual dinâmica do desenvolvimento científico-tecnológico” (AULER; DELIZOICOV, 2001, p. 1), o que oporia posturas tecnocrática e democrática, reducionista e ampliada.

Uma alfabetização reducionista estaria voltada “ao ensino de conceitos, ignorando a existência de mitos” (AULER; DELIZOICOV, 2001, p. 6) autores, tais como a ideia salvacionista e triunfalista da ciência, o determinismo tecnológico e o modelo tecnocrático de decisões; proporia uma leitura até certo ponto ingênua da realidade; artefatos tecnológicos e científicos são compreendidos em sua dimensão apenas técnica e internalista – pontuam aqueles autores.

Na perspectiva ampliada, entretanto, não há o caráter de “conteúdos que operam por si”, mas “conteúdos [...] considerados como meios para a compreensão de temas socialmente relevantes” (AULER; DELIZOICOV, 2001, p. 7). Isso quer dizer que os mitos necessitariam ser problematizados. Em outras palavras, que o conceito tradicional e ainda hegemônico de ciência e tecnologia modernas e suas noções de neutralidade, autonomia em relação à sociedade, objetividade, utilidade precisariam ser desconstruídos e, em seu lugar, fortalecido um conceito de ciência e tecnologia como construções sociais e históricas.

Compreendo que uma alfabetização científica e tecnológica (ampliada) deve, ainda, incorporar gênero e suas relações, conferindo visibilidade às desigualdades de gênero. Uma vez que gênero estrutura as relações sociais e de poder (SCOTT, 1995) e também diferentes performances de ser e estar e se (re) conhecer socialmente (BUTLER, 2010) a partir da adoção de uma concepção social e histórica das ciências e da tecnologia, pode (e deve) ser evidenciado em um processo de alfabetização científica e tecnológica. Uma formação cidadã não pode renunciar à dimensão ética, e isso significa que, se a ética se dá nas relações entre os sujeitos em sociedade, e essas relações são desiguais em saber e poder em termos de gênero, a categoria de análise gênero legitima uma ética em que preponderem possivelmente valores tais como igualdade, equidade e justiça. Ou seja, que condiciona a ação como política. As práticas científicas feministas são, assumidamente, uma práxis política (SARDENBERG, 2007).

Nesse sentido, parece-me pertinente retomar a discussão do conhecimento dialogicamente situado, agora, no âmbito de uma pedagogia feminista. Para tal, componho algumas ideias recuperando questões pontuadas por Paulo Freire (2004) em *Pedagogia do Oprimido*, especialmente a questão da educação problematizadora e do diálogo. Enceto essas questões porque o conhecimento dialogicamente situado não se restringe a um saber situado, mas a um saber situado que se constrói em processos de conscientização, por isso a importância de uma educação crítica na relação gênero, ciências e tecnologia.

## Situando o diálogo

A alfabetização científica e tecnológica reducionista, por analogia à crítica de Paulo Freire à educação tradicional, seria uma espécie de educação bancária. Freire define a educação bancária como um “ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante” (FREIRE, 2004, p. 58). Nesse ato em que as mulheres e os homens recebem, guardam e arquivam o conhecimento, eles são, na verdade, “arquivados”. Trata-se de uma educação que cala e silencia as vozes. O educador é o sujeito e o educando o objeto, o que se vincula a uma estratégia discursiva da concepção bancária em manter as relações desiguais de saber e de poder. Assim configuradas as relações, mantém-se as hierarquias e desigualdades. Nesse sentido, como diz Foucault,

a educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, é bem sabido que segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e pelas lutas sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo (FOUCAULT, 2014, p. 41-42).

Então, essa educação bancária e, por conseguinte, uma alfabetização científica e tecnológica reducionista, forjaria uma adequação aos modos de pensar de uma certa forma dominantes em uma sociedade, instituindo na permanência de uma relação ciência, tecnologia e sociedade que afugenta o caráter humano, social e histórico de sua produção e, com isso, as relações de gênero. Fraturar essa concepção de educação significa superar a dicotomia sujeito e objeto.

Segundo Paulo Freire, enquanto a educação bancária “dá ênfase à permanência, a concepção problematizadora reforça a mudança” (2004, p. 73).

Enquanto a prática bancária, por tudo o que dela dissemos, enfatiza, direta ou indiretamente a percepção fatalista que estejam tendo os homens de sua situação, a prática problematizadora, ao contrário, propõe

aos homens sua situação como problema. Propõe a sua situação como incidência do seu ato cognoscente, através do qual será possível a superação da percepção mágica ou ingênua que dela tenham. [...] Desta forma, aprofundando a tomada de consciência da situação, os homens se “apropriam” dela como realidade histórica, por isto mesmo, capaz de ser transformada por eles (FREIRE, 2004, p. 74).

A base dessa educação problematizadora é o diálogo. O diálogo envolve reflexão e ação: compromisso de reflexão e pronúncia do mundo. Essa pronúncia seria uma existência humanamente verdadeira, o que requer a consciência de ser e estar no mundo e transformá-lo. Esse modo de existir, para Paulo Freire, é um “direito de todos os homens” (2004, p. 78) e de todas as mulheres.

O diálogo é um pensar crítico, e esse pensar é condição para essa prática e para uma educação dialógica e problematizadora. Qual seria o conteúdo desse diálogo?

A dialogicidade começa quando o educador se pergunta sobre o conteúdo do diálogo com os educandos. Nas palavras de Paulo Freire (2004, p. 83), “esta inquietação em torno do conteúdo do diálogo é a inquietação em torno do conteúdo programático da educação”.

Isso me faz pensar que o conhecimento dialogicamente situado só existe quando se busca e alcança esse diálogo. Quando “anseios, dúvidas, esperanças, desesperanças que implicam temas significativos” (FREIRE, 2004, p. 84) tornam-se a base de um conteúdo programático.

## Experiências de ensino

Nesse sentido, gostaria de refletir sobre a possibilidade de construção desse conhecimento dialogicamente situado, não somente em processos de formação de professoras de engenharia, como discuti no início deste ensaio<sup>7</sup>, mas também na sua presença na formação em Ciência, Tecnologia e Sociedade no BICT/ECT/UFRN.

No contexto do BICT, temos a componente curricular “Relações de Gênero em Ciências e Tecnologia”<sup>8</sup>. Oferecida pelo menos em um semestre do ano desde 2013 e nos dois semestres desde 2016, a componente propõe-se a discutir “Gênero. Relações de gênero. Epistemologias feministas. História das ciências e da tecnologia sob a ótica do gênero. Mulheres nas ciências e na tecnologia no Brasil. Indicadores de gênero, ciência e tecnologia. Gênero e educação científica e tecnológica. Políticas públicas” (referência). Essas proposições, por si só, não configuram um conteúdo programático dialógico. A cada semestre, esse conteúdo se modifica, pois se entrelaça a experiências e vivências das/dos

7 Para um aprofundamento dessa pesquisa, ver Cabral (2006a).

8 Proposta por nós em 2012 como componente curricular optativa da Ênfase Generalista do BICT.

que buscam conhecer e discutir as relações entre ciência, tecnologia, sociedade e gênero. Algumas dessas vivências e experiências advêm da militância estudantil efervescente na universidade, ao ponto de assistirmos à criação de um coletivo de estudantes “Mulheres Unidas na Tecnologia” e seções para assuntos de gênero em diretórios acadêmicos como o da Engenharia Elétrica, em 2017. Minha hipótese inicial é de que, no contexto da quarta onda feminista, está em curso a construção de uma militância feminista estudantil na área tecnológica que busca compreender de forma crítica as relações entre ciência, tecnologia e gênero e que a institucionalização dessas discussões na universidade pode vir a contribuir com processos de conscientização e mudanças de atitude.

Às demandas da pauta política nacional, como o “Fora, Temer”<sup>9</sup>, encontramos lutas em torno do combate a atitudes discriminatórias no ambiente universitário, seja na relação educador/educandas ou, mesmo, entre os próprios educandos/as. São atitudes tais como o desencorajamento de que as estudantes de engenharia assumam a liderança na execução de cálculos complexos para se dedicarem a apenas copiá-los, haja vista suas “letras bonitas”<sup>10</sup>; ou algum tipo de desqualificação por terem alto desempenho em provas (“afinal, o professor amenizou na correção”<sup>11</sup>); até mesmo assédio sexual por parte de professores. Essas práticas chegam a levar algumas meninas ao desestímulo com o curso e sua escolha profissional na engenharia; algumas realmente desistem.

Essas práticas também têm provocado revolta nas estudantes e um desejo de superar a passividade diante delas. A existência de um espaço em que o debate das relações ciência, tecnologia e gênero é realizado, com o respaldo do currículo, pode contribuir para um movimento de conscientização e mudança dessas ações preconceituosas e opressoras. Suponho tratar-se de um exercício do conhecimento dialogicamente situado.

9 Ação de movimentos sociais, estudantis e sindicais brasileiros que pedem a saída de Michel Temer da Presidência da República por seus atos antidemocráticos. E feministas...

10 Depoimento de aluna do BICT, em conversa sobre o tema no Grupo de Pesquisa Pandora – Democracia e Gênero em Ciências e Tecnologia, no primeiro semestre de 2017.

11 Depoimento de aluna do BICT, no mesmo contexto da fala anterior.

## REFERÊNCIAS

AULER, Décio; DELIZOICOV, Demétrio. Alfabetização científico-tecnológica para quê? *Ensaio – Pesquisa em Educação em Ciências*, v. 1, n. 3, p. 1-13, jan.-jun. 2001.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CABRAL, Carla Giovana. *O conhecimento dialogicamente situado: histórias de vida, valores humanistas e consciência crítica de professoras do Centro Tecnológico da UFSC*. 2006. 205 f. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006a.

\_\_\_\_\_. Pelas telas, pela janela: o conhecimento dialogicamente situado. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 27, p. 63-97, 2006.

CUPANI, Alberto. *A crítica do positivismo e o futuro da filosofia*. Florianópolis: EdUFSC, 1985.

\_\_\_\_\_. A objetividade científica como um problema filosófico. *Caderno Catari-nense de Física*, Florianópolis, v. 18, n. 6 (Número especial), p. 18-29, jun. 1989.

FEENBERG, Andrew. Marcuse or Habermas: Two Critiques of Technology. Tradução Newton Ramos de Oliveira. *Inquiry*, v. 39, p. 45-70, 1996. Disponível em: <<http://www.sfu.ca/~andrewf/marhabportu.htm>>. Acesso em: 30 mai. 2017.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 38. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: EdUNESP, 1991.

GONZÁLEZ GARCÍA, Maria Marta; PÉREZ SEDEÑO, Eulalia. Ciencia, Tecnología y Género. *Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología, Sociedad y Innovación*, Madrid, OEI, n. 2, enero- abril 2002.



HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminino e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 07-41, 1995.

\_\_\_\_\_. *Simians, cyborgs and women: the reinvention of nature*. New York: Routledge, 1991.

\_\_\_\_\_. Um manifesto para os cyborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Tendências e Impasses*. O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 243-288.

HARDING, Sandra. *Whose Science Whose Knowledge? Thinking from Women's lives. Inquiry*. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

KELLER, Evelyn Fox. *Reflections on Gender and Science*. New Haven/London: Yale University Press, 1985.

LACEY, Hugh. *Valores e atividade científica*. São Paulo: Discurso Editorial, 1998.

LONGINO, Helen. *Science as Social Knowledge: values and objectivity in scientific inquiry*. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

MIRANDA, Angela Luzia. *Una Ética para la Civilización Tecnológica? Posibilidades y límites del principio de la responsabilidad de Hans Jonas*. Saarbrücken: Editorial Académica Española, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2008.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista. In: COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília Maria (Org.). *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador: REDOR/NEIM/EdUFBA, 2007. p. 89-120.

SASSERON, Lúcia Helena; CARVALHO, Anna Maria Pessoa. Alfabetização científica: uma revisão bibliográfica. *Investigações em Ensino de Ciências*, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 59-77, 2011.

SCOTT, Joan Wallasch. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.



## CAPÍTULO 6

# *NAS PROFUNDEZAS RASAS DO CORPO: semióticas a-significantes e processos de subjetivação e dessubjetivação dos marcadores sociais de gênero*

*Durval Muniz de Albuquerque Júnior<sup>1</sup>*

---

Tudo se inicia pelo corpo. Tudo passa e se passa pelos/nos corpos, nas profundezas rasas dos corpos. A produção das subjetividades, os processos de subjetivação, a constituição do que chamamos de Eu não têm a linguagem, o símbolo, a representação, a memória como esferas privilegiadas e fundantes. A produção das subjetividades não se reduz a processos e operações significantes, que se passariam para além ou aquém da materialidade dos corpos, que o tomariam apenas como superfície de inscrição, como suporte das tatuagens de um social e um cultural que o circundaria. No início não estão as memórias, nem os conceitos, não estão as expressões, as performances, os rituais, nem as representações. Como afirmou Gilles Deleuze (1987), a memória possui um caráter secundário, ela vem depois, para dar duração e extensão às experimentações intensivas dos corpos, para trazer à superfície e estabilizar em gestos e expressões, em performances o que se passa na profundidade das carnes. Como afirmou Henri Bergson (2006, p. 87), a inteligência, a racionalidade, o conceito também chegam ao final de um processo que se inicia nas comoções, nas emoções, nos movimentos profundos da materialidade das carnes, que se exteriorizam e ganham duração através da memória, para ao final ganharem sentido, significado através do conceito, da racionalização, da expressão consciente. O aprendizado do ser, que se dá no tempo, como afirmou Martin Heidegger (2005), se faz num ente jogado no mundo, num ente, que antes de mais nada, é um corpo, um ente cuja espacialidade, cuja presença é carnal, condição incontornável do seu ser-aí. Se o lidar com um mundo à mão é condição ontológica do fazer-se humano, isso se deve ao fato de que a mão, o corpo constitui sua presença mesma no mundo. Se somos seres que nos constituímos entre o nascimento e a morte, se somos seres para a morte, é porque antes de mais nada somos um corpo vivo, um corpo que, embora não tenha pedido para nascer, foi lançado no tempo, no mundo e, antes que advenha a morte, deve ser, deve se subjetivar como um ser.

Félix Guattari (apud OURY; GUATTARI; TOSQUELLES, 1985, 2009) vai nos propor uma maneira de pensar a produção das subjetividades e os processos

de subjetivação que nos afastam de algumas teorias clássicas sobre o tema. Ele se afasta do estruturalismo ao se contrapor à tese de que as subjetividades são produto apenas das operações significantes. Para ele, não são os fatos da linguagem e/ou de comunicação que engendram as subjetividades. A produção de subjetividades colocaria em ação mais do que os desempenhos ou operações linguísticas. Ele também vai para longe da fenomenologia e da psicanálise ao não reduzir os fatos subjetivos à ação de pulsões, afetos, de instâncias intrasubjetivas e de relações intersubjetivas. Por isso, também ele se livraria daquilo que chama de armadilha das explicações sociológicas, das explicações baseadas hora num individualismo, hora num holismo metodológico, ou seja, para ele, os processos subjetivos não são nem centrados em sujeitos individuais, nem em agentes coletivos. Esses processos de subjetivação não devem ser abordados a partir do que ele nomeia de “complexo de infraestruturas”, ou seja, nem como reflexo de uma estrutura material que gera uma superestrutura ideológica, como no marxismo, nem como fruto de uma infraestrutura instintiva que gera uma psique como em Freud, nem mesmo como produto de estruturas sintáticas e linguísticas profundas que produzem significados linguísticos de superfície.

Como expõe Maurizio Lazzarato (2014, p. 53-65), para Guattari, a produção de subjetividades coloca em jogo, para além dos desempenhos e performances linguísticas, dimensões etológicas, fantasmáticas, semióticas econômicas, estéticas, corporais, territórios existenciais e universos incorpóreos todos irredutíveis a uma semiologia da linguagem. As subjetividades são produzidas através não apenas de signos, de semiologias significantes, mas também a partir de intensidades, de fluxos e filamentos maquínicos, de agenciamentos de distintas materialidades que atravessam os corpos, de semióticas a-significantes, aquelas que não são da ordem do sentido, da significação, mas da ordem do efeito, da produção, do movimento, dos devires. A produção das subjetividades se dá não apenas como resultado de substâncias de expressão linguísticas, mas também através de substâncias de expressão extralinguísticas, biológicas não humanas, tecnológicas, maquínicas, estéticas. As subjetividades são formatadas e moduladas pelas máquinas sociais e pelas máquinas técnicas (digitais, comunicacionais, midiáticas) que atuam não apenas dentro dos limites da memória e da sensibilidade, mas também do inconsciente. As dimensões maquínicas, não humanas das subjetividades seriam irredutíveis às relações intra e intersubjetivas. A produção das subjetividades é um processo coletivo, que vai além do individual, mas que também não pode ser pensado como fruto de agentes ou sujeitos coletivos pois ela envolve uma dimensão extrapessoal (sistemas econômicos, sociais, tecnológicos, linguísticos, maquínicos) e infrapessoal (intensidades pré-verbais provenientes de uma lógica dos fluxos, das afecções e das intensidades).

No capitalismo a produção das subjetividades se faz no cruzamento entre a sujeição social e a servidão maquínica. Para Gilles Deleuze e Félix Guattari (1997, p. 157-158), o capitalismo não implica apenas o funcionamento de uma

economia política, tal como descrita por Karl Marx, onde a subjetividade pode ser reduzida ao domínio da representação política e linguageira. A produção de riquezas no capitalismo, o funcionamento do sistema requer mais do que a sujeição social, ela requer a servidão maquínica, e as subjetividades surgem desse duplo agenciamento, social e maquínico. O capitalismo, além de pôr em funcionamento uma dada economia política, produz uma economia subjetiva. Ele nos equipa com uma subjetividade individual, nos atribui uma identidade, uma profissão, um sexo, um gênero, uma nacionalidade, distribuindo lugares de sujeito através dos quais se asseguram lugares no mundo social e na divisão do trabalho para os ditos indivíduos, os não divididos, os seres inteiriços, idênticos a si mesmos, no tempo e no espaço, que seríamos, cada um de nós. Esses lugares são inventados, descritos, configurados e significados através do funcionamento de relatos, constituindo uma semiótica significativa e representativa da qual ninguém escapa. O individualismo, crescente no mundo moderno, que atinge seu ápice nas sociedades neoliberais, coloca a pessoa no centro da ação, convocando, hoje, que cada um seja empresário de si mesmo, que se veja e se assuma como capital humano, no mesmo instante em que a crise sistêmica, associada à centralidade do consumo na configuração e distribuição de identidades, produz a figura do homem eternamente endividado, o sujeito eternamente culpado por estar em dívida com aquilo pelo qual tem responsabilidade mas que não tem condições financeiras ou tempo ou saúde ou desejo de dar conta. Esses sujeitos são produto de processos de disciplinarização, da atuação de saberes e poderes, são fruto de modos de governo descritos em várias obras de Michel Foucault (1997, 2010, 2014). Mas também são fruto de investimentos de si sobre si mesmos, de processos de subjetivação que levam, muitas vezes, à autoexploração e à autodominação. Assumem-se lugares de sujeito socialmente distribuídos, investidos de sentidos, de códigos, de normas, de conhecimentos, que encorajam a que neles se venha habitar. Como já argumentava Marx (1988, p. 177), o capitalismo implica uma sujeição social que passa pela personificação dos lugares de sujeito que são distribuídos pela própria relação social nuclear ao seu funcionamento, assumir a personificação do capital ou do trabalho, encarnar o capital ou o trabalho, incorporar a propriedade ou a não propriedade fazem dos sujeitos, no capitalismo, uma derivada dos fluxos do capital, pessoas individuais que encarnam e dão concretude a quantidades abstratas, a fluxos numéricos.

Mas, para Deleuze e Guattari (apud LAZZARATO, 2014, p. 27-35; 72-83), essa é apenas uma das maneiras pelas quais o capitalismo atua na produção de subjetividades. A produção do sujeito individuado, da pessoa, das identidades é apenas uma das faces das produções subjetivas que o capitalismo põe em funcionamento. Para além ou aquém das sujeições sociais, haveria aquilo que nomeiam de servidões maquínicas que, ao contrário do que ocorre nos processos de sujeição social, se dá através de processos de dessubjetivação. Os processos de dessubjetivação mobilizam o que seriam semióticas a-significantes, que são não

representativas ou linguageiras, semióticas funcionais e operacionais, que agem, atuam, produzem efeitos, afecções, intensidades, que mobilizam, movimentam, provocam comoções ao rés dos corpos. Na servidão maquínica o sujeito individuado, com suas qualidades e traços pessoais, de identidade, com sua profissão, seu sexo, seu gênero, visto e dito como empresário de si mesmo, como escritor de si mesmo, como cidadão, dá lugar a um corpo que maquina, que entra como peça de uma espécie de engrenagem; ele se deixa agenciar e agencia fluxos que atravessam seu corpo, sua vida, seu cotidiano, o arrastando como materialidade que faz parte de um sistema financeiro, de um sistema de mídia, de um sistema de governo, como parte de equipamentos coletivos. Servidão aqui não tem o sentido apenas de subordinação, o sentido é emprestado da cibernética e da ciência da automação, ele significa a pilotagem ou o governo dos componentes de um sistema. Quando dizemos que o robô faz parte de um sistema servomecânico é porque ele pressupõe não apenas movimentos repetitivos, contínuos e intervalados, como nos sistemas mecânicos, mas ele pressupõe a existência de controles e comandos que cadenciam, distribuem as operações e permitem mudar de direção e sentido as tarefas que executa, ele permite os fenômenos de conversão, de mudança de direção, de rotação, de inflexão das atividades sistêmicas. Um sistema tecnológico pilota, governa, subjuga diversas variáveis como temperatura, pressão, velocidade, força, resultados, garantindo a regulação, o controle e o equilíbrio do sistema. A servidão maquínica é um modo de governo, de comando, de pilotagem de uma máquina técnica ou social que tenta garantir seu funcionamento.

Enquanto a sujeição social produz indivíduos, a servidão maquínica produz indivíduos, ao fazer os corpos se conectarem com fluxos de toda espécie que arrastam as subjetividades para processos de desterritorialização para linhas de fuga. As servidões maquínicas submetem os corpos àquilo que David Lapoujade (2015, p. 9-24) nomeou de movimentos aberrantes, descentrando as formações de sujeito, abrindo os corpos para conexões com componentes não humanos, com procedimentos organizacionais, com bancos de dados, com arquivos, com fichas, com máquinas – que são acoplados a seu próprio corpo, que passam a mediar as relações interindividuais. A servidão maquínica fabrica sujeitos vinculados a objetos externos através dos quais age e se apresenta como ser. A máquina-objeto se acopla e passa a formar o próprio sujeito. A dicotomia sujeito/objeto deixa de ter pertinência num mundo de ciborgues, para usar uma expressão cunhada por Donna Haraway (2009, p. 33-118), assim como as dicotomias natureza/cultura, corpo/mente/alma, corpo/subjetividade, palavras/coisas. O individual não se opõe às máquinas, nem faz uso dos objetos, elas e eles os constituem, os homens acoplados ou atravessados pelas máquinas funcionam em conjunto no processo de produção, onde se tornam complementares e intercambiáveis, assim como nos processos de comunicação, consumo, transporte, educação etc.

Não fazemos apenas uso das coisas, elas são partes de nós, se constituem em entradas, saídas, em terminais, pontos de conjunção ou disjunção

nos processos econômicos, sociais, estéticos, comunicativos, no qual estamos imersos. Vivos e mortos, entes orgânicos e inorgânicos não mais se separam, atuam em conjunto, animados por forças variadas e, muitas vezes, aparentemente misteriosas, forças que são figuradas, desde o início do século XX, pela ideia da possessão hipnótica, pela figura da mão invisível da razão ou do mercado, onde corpos são instrumentos de processos do qual não possuem domínio, como na literatura de Franz Kafka, pela figura do complô corporativo, tal como tratados por Stefan Andriopoulos (2014). Esse homem pós-orgânico, tal como o nomeia Paula Sibila (2015), tem seus corpos animados por forças físicas e subfísicas da matéria, por forças do corpo e mente, humanos e sub-humanos, forças maquínicas, pelo poder dos signos, pela presença dos objetos etc. As relações entre agentes e signos não se dá apenas no campo da representação, da simbolização, não são intersubjetivas, os agentes não são pessoas e as semióticas não são apenas significantes. Agentes humanos e não humanos funcionam como pontos de conexão, de junção e disjunção de fluxos, como nós numa rede de agenciamentos coletivos que compõem dispositivos coletivos como empresas, sistemas de comunicação, sistemas de governo etc. Esses agenciamentos não atuam sobre sujeitos e objetos, mas os desmancham, os dessubjetivam e os desobjetivam, os desterritorializam, os descodificam, abrindo a possibilidade de inusitadas e inúmeras conexões e reconexões, inclusive conexões parciais. Esses agenciamentos sociais e subjetivos não trabalham apenas com as divisões molares, como macho e fêmea, masculino e feminino, homossexual ou heterossexual, branco e negro, pobre e rico, mas trabalham sobre processos e divisões moleculares, da ordem do desejo, da afecção, da intensidade, que ocorrem nos corpos apesar ou para além ou aquém dessas divisões. Elas põem em movimento as potencialidades não individuais, intensivas, sub-humanas das subjetividades, assim como as potencialidades e virtualidades não individuadas, intensivas, moleculares da matéria e das máquinas. A servidão trabalha com fluxos descodificados como fluxos de trabalho abstrato, fluxos monetários, fluxos de signo, fluxos desejantes, que não estão centrados nos indivíduos e na subjetividade humana, mas os atravessa, os fragmenta, os desterritorializa, são maquinismos sociais que acoplados com as máquinas técnicas colocam para funcionar os corpos humanos, são diagramas, máquinas abstratas que se difundem no e constituem o corpo social.

Creio que essa noção de corpo social e toda a discussão que fizemos para chegar até ela interessa de modo particular àqueles que militam no campo dos estudos de gênero que, em grande medida, ainda estão presos ao campo das semióticas significantes, que enfatizam os processos de subjetivação ou de sujeição social e que ainda tratam pouco da servidão maquínica dos corpos e dos processos de dessubjetivação e como eles configuram muitos dos problemas e questões com que lidamos nesse campo. As marcas de campos de pensamento como o estruturalismo, o marxismo, a psicanálise e a fenomenologia ainda

são bastante presentes nos estudos de gênero. A centralidade das noções de representação, de linguagem, de discurso, de relato, de simbólico nesses estudos indiciam a forte presença de concepções que Guattari (1988, p. 21-40) nomearia de languageiras no que tange ao tratamento das subjetividades, da produção de sujeitos, quando se trata dos processos de subjetivação, de produção das chamadas identidades ou figuras de gênero. As semióticas a-significantes, aquelas que atuam diretamente sobre os corpos, que os agenciam e conectam a processos maquínicos, que os movimentam, sem que esses movimentos passem necessariamente pela expressão, pela representação; que os mobilizam, marcam, produzem sem que necessariamente passem pela consciência, pelo conceito, pela racionalidade; que neles implantam traços subjetivos sem que passem pela verbalização, pelo discurso, pela memória, pouco são tratadas ainda nos estudos de gênero. Muitas vezes o corpo, seus movimentos, suas comoções e emoções ficam esquecidos nos estudos que tentam entender as identidades que portam, as práticas que realizam, o desejo que expressam, os sentimentos e valores que materializam. Estamos atentos para os signos, mas pouco atentos para os índices, para as intensidades, para as afecções, para os fluxos desterritorializados e desterritorializantes que atravessam os corpos. Pouco falamos dos movimentos internos ao nosso corpo, àquilo que Bergson (2011) nomeou de dados imediatos da consciência, as vibrações interiores, que possuem diferentes tonalidades e frequências. Para Bergson, antes que pudéssemos apreender, expressar e conceituar um fenômeno como o da duração, antes que pudéssemos possuir uma memória, um conceito, antes que pudéssemos expressar através de alguma forma de linguagem ou representação a experiência do tempo, sentíamos o tempo fluindo em nós, no nosso corpo (LAPOUJADE, 2013). Antes que pudéssemos saber e expressar o que era uma badalada de sino ela já provocara uma comoção, um ruído, um movimento em nós, antes de podermos representar em número um dado intervalo de tempo, o sentiríamos escoar em nosso interior. Deleuze e Guattari (1974, p. 24-29) nomearão de intensidades essas vibrações que o mundo produz em nós. Nossos corpos são vibráteis, como diz Suely Rolnik (2011, p. 12), eles são percutidos pelo mundo, eles ressoam as afecções, os toques que sofrem do mundo. Após uma espécie de choque, de pontada, de impacto fugaz e momentâneo, uma espécie de espetada produzida por um encontro com qualquer tipo de matéria do mundo, inclusive com o imaterial, uma espécie de onda percorre nosso corpo, fazendo-o se mover, se comover, se emocionar, obrigando as demais faculdades a vir em socorro da sensibilidade, tentando inicialmente reter a experiência, papel da memória, inicialmente alojada na própria matéria do corpo, para depois se tornar representacional, imagética e linguística, nessa tarefa auxiliada pela imaginação e secundada pela inteligência, pela cognição, que atirará finalmente sobre o experimentado a rede de conceitos que uma dada cultura e sociedade dispõem para nomear e significar aquilo que o corpo experimentou através dos sentidos.



Ora, o corpo bergsoniano é um corpo que, embora esteja aberto para o mundo através dos sentidos e das sensações, tocado e movido pelas emoções que o contato com a vida provoca, implica ainda um fechamento em si mesmo; ele ainda é uma realidade inicial e ontológica onde o humano se produz. É um corpo fenomenológico, superfície de partida e de inscrição dos acontecimentos, experiências e atividades humanas. Assim como em Freud, uma realidade carnal e instintual serve de suporte para a existência de um inconsciente e de um consciente especificamente humanos, que Lacan alojará completamente no plano da linguagem. Corpo como suporte do trabalho, locus da força de trabalho que assegura a atividade e a existência propriamente humanas, para o marxismo. A emergência dos estudos de gênero partiu do pressuposto de que esse corpo, como realidade material, era marcado pelas categorias e representações sociais que lhe atribuíam dados sentidos e significados. O corpo como entidade biológica, como materialidade vital passa a ser pensado em suas relações com o poder, com os saberes, com os conceitos, com as imagens, com os significados que lhes denotam, conotam e atribuem significações. Enuncia-se a dimensão construtivista dos enunciados sobre os corpos. Em seguida não apenas as identidades de gênero, o masculino e o feminino, mas o próprio sexo, aquilo que antes era deixado no campo do estritamente biológico e natural, passa a ser pensado como implantação nos corpos a partir do caráter performativo da linguagem, dos discursos, dos enunciados, dos conceitos, dos relatos, das narrativas. No entanto, a noção de corpo social nascida das reflexões de Gilles Deleuze e Félix Guattari abre definitivamente a noção de corpo no sentido de ser pensado como uma realidade e uma materialidade coextensiva ao domínio social, como uma realidade aberta a inúmeros atravessamentos, fluxos, agenciamentos, que surgem no interior das teorias feministas contemporâneas em formulações como o corpo ciborgue de Haraway, o corpo dildo de Beatriz Preciado (2014), o corporeidade King Kong de Virginie Despentes (2016), a corporeidade pós-humana de Paula Sibila. Esse corpo fluxo implica constantes processos de subjetivação e dessubjetivação, de territorialização e desterritorialização, processos de individuação e dividuação, de construção e fragmentação de corporeidades que atravessam as segmentações binárias que costumavam organizar as reflexões sobre os corpos: biológico/social, natural/cultural, sexo/gênero, natural/artificial, biológico/tecnológico, real/virtual, macho/fêmea, masculino/feminino, heterossexual/homossexual. Cada vez mais se ressaltam o papel dos processos de transversalidade, de atravessamento, de flutuação do próprio corpo como significante, mais de que de seus significados.

Creio que, no entanto, o que pode trazer um rendimento importante para os estudos de gênero é ir além do aprisionamento da abordagem do corpo e de suas operações como resultado de uma semiótica significante, como faz Judith Butler (2003, 2015) ou Joan Scott (2011), para ficar apenas com aquelas teóricas feministas muito influentes entre nós, que na esteira de Hanna Arendt (2007)

ou de Giorgio Agamben (2011) vão afirmar que o ser político dos homens e das mulheres se constitui e se afirma na linguagem, que é nele que os homens e mulheres põem em jogo a sua própria natureza. Creio que o aprendizado dos gêneros e dos sexos se dão adjacentes às mensagens significantes com que a criança se socializa e se humaniza. A implantação de modelos sociais e culturais de sexo/gênero organizando uma dada corporeidade se passa, em grande medida, através de semióticas a-significantes, através de afecções, intensidades, de fluxos materiais e imateriais que atravessam as nossas carnes. Ao invés daquela imagem da corporeidade que nos é dada por Bergson, de um corpo que comporta um eu de profundidade, um eu que se move, que se comove pelos afetos do mundo e que através das operações da memória, da imaginação e do conceito se expressa num eu de superfície, um eu profundo movido pelo contato imediato com o mundo e que conforma um eu mediado pela representação, pela expressão, por dadas formas de linguagens, como a linguagem das artes, que seria a única que poderia fazer emergir na superfície do mundo esse eu profundo, de vibrações e operações confusas e obscuras, pensar uma corporeidade, um corpo que possui uma profundeza rasa, uma profundidade extensa, ramificante, conectiva, rizomática, pelo dobramento barroco de sua superfície. Um corpo que se configura, que ganha formas, que adota posturas, que aparece, que se rostifica, que se formata a partir dos efeitos que dadas entidades do mundo, que dadas matérias e superfícies, que dados objetos, que dados processos desencadeiam.

O fato de uma criança ser acoplada, desde cedo, a uma bola ou a uma boneca, ser exposta a marcadores de gênero como as cores azul ou rosa, ser envolta em roupas de texturas mais macias ou mais ásperas, de ser exposta a sonoridades que remetem ao que deveria ser seu sexo e gênero, de ser acariciada, esfregada, manipulada, ninada de dadas maneiras seriam configuradoras de sua corporeidade e das identidades que para ela irá forjar. A pergunta, em que momento e por que se fez a escolha de objeto sexual, ou porque não se fez essa escolha, é tão difícil de se responder justamente porque ela remete a processos de produção das subjetividades que seriam marcados por essas operações a-significantes, onde o significado ainda não está presente. Como poder falar de operações que se processaram em nós sem passarem pela significação? Não encontramos aí uma barreira quase intransponível para a expressão, para a significação? Da mesma forma que sabemos o efeito irritante, enervante que o vermelho exerce sobre o touro, o que sabemos dos efeitos que o ser vestido de azul ou rosa exerce em nosso corpo de bebê? O que sabemos dos agenciamentos que o nosso corpo constrói com os brinquedos que são disponibilizados desde cedo para a criança, ou, ao contrário, dos efeitos da ausência deles? O que sabemos das afecções provocadas pelas superfícies lisas ou enrugadas, pelas formas redondas ou quadradas sobre nosso corpo e como interferem na elaboração de nossos esquemas sensorio-motores? O que sabemos dos efeitos provocados pelas paisagens sonoras para a constituição de nossas corporeidades, para as nossas



escolhas afetivas e emocionais? As crianças que hoje forjam suas corporeidades acopladas às imagens midiáticas, televisivas, cinematográficas, às imagens dos vídeo-jogos, que fazem dos celulares uma extensão de sua corporeidade e de sua subjetividade, lugar de performance de sujeito, de construção de máscaras sociais, de expressão de sentimentos e emoções, que identidades de gênero e de sexo estão forjando? Que movimentos profundos se passam nas superfícies dos corpos a partir dessas conexões? Se perguntamos a todo tempo uns para os outros: está ligado?, é porque a conexão com o extra-humano ou o inumano é uma condição intransponível de nossa condição contemporânea; que conformações subjetivas ganham esses seres conectados a fluxos maquínicos como esses? Mas, desde os anos quarenta do século passado, se poderia perguntar que subjetividades foram produzidas na conexão entre mulheres e radionovela, mulheres e eletrodomésticos, corpos femininos e tecnologias da beleza e da sensualidade, assim como as conexões entre homens e automóveis, homens e tecnologias da virilidade, entre corpos masculinos e máquina industrial?

Estamos acostumados a fazer a história das dimensões significantes e significativas desses processos, das representações, imagens e discursos a que elas deram margem, mas pouco pensamos sobre os processos que desataram nos próprios corpos. Que comoção o barulho de uma enceradeira pode ter desencadeado no interior dos corpos a ela acoplados, que sentimentos e sensações pode ter dado margem: superioridade, poder, modernidade, agilidade, feminilidade, charme, sedução, irritação, insatisfação, cansaço, tédio, melancolia, desamparo, solidão? Ao acoplar o bobe à cabeça, o esmalte às unhas, a renda ao púbis, que corporeidade se origina? O coturno é um símbolo de masculinidade, de virilidade, mas, ao calçá-lo, que corpo se configura, será que todo homem o porta e comporta da mesma forma? Como as dimensões imateriais, fantasmáticas, imaginárias, fazem corpo com a nossa carne? Pois se trata sempre dessa pergunta: como uma carne faz corpo com dados processos, materiais, recursos, como a carne em seus acoplamentos, agenciamentos, conexões maquínicas faz corpo com o que o mundo social e cultural lhe oferece? Só entendendo o corpo assim é possível pensar em se fazer corpos sem órgãos, corpos em deriva, em devires, corpos em fuga, corpos derivando para buracos negros. Que corpo fazemos com as drogas, com os fármacos, com os alimentos orgânicos, com as próteses, com as órteses, com os suplementos, com os tecidos, com os adornos, com as tatuagens, com as operações estéticas, com o botóx, com o silicone? Que monstruosidades e belezas podem nascer desses acoplamentos, desses atravessamentos, dessas mutações e metamorfoses? Que corpo sexuado construímos com o viagra, com a camisa de vênus, com o látex, com a borracha, com a seda, com a espuma? Que corpo erótico se produz na conexão entre carne e mídia, carne e imagem, carne e fantasia? Que moções e comoções movimentam nossa carne sob o afeto e o efeito dos produtos da indústria pornográfica, que nos chegam pelo computador, pelo smartfone, pelo cinema, pelo vídeo, pelo telefone? No filme

Ela (2014), de Spike Jonze, um corpo erótico se faz através de uma voz digital, um corpo sem órgãos, mas capaz de gozo e paixão.

Como afirmava Gabriel Tarde (1983), os humanos são seres da imitação. No processo de socialização copiamos as atitudes, gestos, ações, palavras, práticas daqueles com quem estamos em contato. O aprendizado dos lugares e hierarquias de sexo/gênero se dão, em grande medida, pela repetição ritualística daquilo que nos chega, nem sempre, mediante a linguagem, os conceitos, as categorias. Haveria como parte do processo de subjetivação aquele aprendizado que se passa anterior à linguagem e a representação, à margem da simbolização, a despeito da consciência. E a subjetividade assim formada nunca estaria garantida, podendo ser dessubjetivada sempre que outros processos como esse se passassem. As categorias e hierarquias de sexo/gênero seriam como que tatuadas, implantadas nos corpos, pelo efeito, pelas afecções provocadas por mensagens e conteúdos a-significantes. Como parte do corpo social, nossos corpos são porosos, são abertos à recepção direta de mensagens que se realizam diretamente nos corpos, aquelas que costumamos nomear de subliminares. Formando parte de sociedades onde as imagens, por exemplo, têm uma centralidade como nenhuma outra, não estou seguro que saibamos avaliar em toda a sua extensão os efeitos que as imagens provocam em nosso sistema nervoso central. Acostumados a decodificar nas imagens a sua dimensão significativa, sígnica, não sabemos avaliar o tipo de conexão que nossos corpos podem estabelecer com as imagens. Sabemos da enorme penetração que tem a indústria pornográfica, sabemos do efeito erotizante que dadas imagens exercem sobre nossos corpos, mas não sabemos exatamente como nos acoplamos a essas imagens, não temos consciência dos mecanismos psíquicos e inconscientes que são agenciados por essas imagens. Nós não lemos, decodificamos, significamos as imagens pornô, nós as agenciamos, elas atravessam nosso corpo, com ele se conectam, elas o mobilizam, o movimentam, o comocionam. O mesmo podemos dizer da propaganda comercial ou política. Que efeitos subjetivos exercem os memes que nos chegam toda hora pela internet? Como eles capturam nossas subjetividades, como nos deixamos atravessar pelas imagens que os constituem? Não sabemos direito os efeitos subjetivante e dessubjetivante que uma dada cor, que uma dada forma de letras, que as expressões faciais daqueles que neles vêm retratados têm sobre nós. Quais os efeitos políticos e subjetivos que têm, por exemplo, as capas das revistas de circulação nacional? Não faríamos o aprendizado dos lugares e hierarquias de sexo/gênero ao recepcionarmos os gestos, os comportamentos, as posturas corporais, os modelos de corpos, de rostos, de cabelos, com os quais entramos em contato desde bebê?

Sabemos que uma dada parte do corpo pode nos mobilizar afetiva e eroticamente, separada do restante do corpo. Seria essa a situação descrita por Deleuze e Guattari, a partir de uma categoria encontrada em Artaud, o corpo-sem-órgãos. Fazer um corpo-sem-órgãos é fragmentar aquela unidade do corpo que é implantada socialmente, é subverter a ideia de organismo, é se dessubjetivar.

Podemos nos apaixonar por ou erotizar uma mão, um pé, um tornozelo, uma coxa, separados do restante do corpo. Um sorriso, apartado do todo do rosto, pode ser suficiente para causar uma ereção. Um par de olhos pode se tornar uma espécie de mundo onde nos perdemos. Da mesma forma que podemos não ter simpatia – esse conceito central de Bergson – por uma dada pessoa devido a um dado detalhe de seu rosto ou de seu corpo. Aquele detalhe, aquele esgar, aquele gesto, separado do restante do corpo tem a potência de nos afetar a ponto de não podermos nos aproximar daquela pessoa. Como sabemos, em Bergson (2006, p. 187), a noção de simpatia está intimamente ligada ao conceito de intuição, nuclear em sua filosofia. A intuição, forma privilegiada de acesso ao mundo, de conhecimento da vida, segundo ele, seria a simpatia através da qual nos transportaríamos para o interior de um objeto para coincidir com aquilo que ele tem de único, de inexprimível. A intuição seria o ato através do qual o sujeito se misturaria com o objeto e captaria a sua verdade mais interior, de uma só vez. A simpatia seria o que permitiria passar para o interior das realidades, apreendendo-as desde dentro. Essa mistura com o outro, com o objeto, expressa pela noção de simpatia, seria importante para pensarmos como as matérias a-significantes são formadoras e produtoras de subjetividades, como elas participam dos processos de subjetivação e de dessubjetivação. Ela supõe a capacidade que teríamos enquanto sujeito de coincidir com os objetos, de penetrá-los em seu âmago, de intuir o que eles têm de singular. Ora, creio que o que Deleuze e Guattari propõem vai no sentido de complementar esse movimento de objetivação das subjetividades presente no bergsonismo. Eles apostam que o movimento na direção contrária também ocorre, ou seja, os objetos, as coisas do mundo nos penetram, coincidem conosco, tornam-se as nossas ditas verdades interiores. Da mesma maneira que ocorre uma objetivação dos sujeitos, ocorreria uma subjetivação dos objetos, das coisas (DELEUZE; GUATTARI, 1997). Georges Didi-Huberman (1998, 2015) faz uma formulação a respeito das obras ou objetos de arte e a relação que com eles mantemos que está muito próxima dessa discussão. Ao propor que somos olhados pelas obras de arte, pelos objetos artísticos, tanto quanto os olhamos, ele nos faz pensar em como esses objetos nos afetam, como eles causam afecções em nossas sensibilidades, em nossos corpos, antes mesmo que realizemos qualquer tipo de intelecção a seu respeito. Que emoções, que comoções, que intensidades as obras de arte provocam e fazem passar? Quando Deleuze propõe que o papel dos artistas e das obras de arte é o de criarem perceptos, afirma que os perceptos não são necessariamente decodificados pela razão. As obras de arte não são necessariamente expressivas, elas podem ser intensivas, apenas fazerem efeito, sem que passem pelo discurso, pela representação (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 211-256). Solicitar que uma pintura abstrata tenha uma mensagem, queira dizer algo, representar algo, simbolizar algo, é não entender que o quadro pode ser feito apenas para provocar efeitos de beleza, de sublimidade, de maravilhamento, de

estesia. A tela intitulada *Quadrado branco sobre fundo branco*, do pintor russo Kasimir Malevich (1915), não quer representar, simbolizar, dizer nada sobre o mundo, a realidade, ou mesmo sobre o seu autor; ela é uma forma acrescentada ao mundo e que visa produzir em quem a contempla algum tipo de emoção, pela ação da cor branca diretamente sobre os sentidos e as sensibilidades. Ela é um conjunto de perceptos a-significantes atuando diretamente sobre o corpo e na subjetividade daqueles que com ela entram em contato.

Como as pinturas, as fotografias, as imagens de corpos participam da fabricação desse corpo social do qual fazemos parte? Como os quadros que retratam homens e mulheres atuam na fabricação de nossas subjetividades, como participam da implantação das identidades de sexo/gênero? Nós tendemos a responder essas perguntas sempre chamando atenção para a dimensão expressiva, representativa, discursiva, imaginária das obras de arte, das imagens. Nós, historiadores, tendemos a explicar as obras de arte e, portanto, os efeitos de sentido que produzem a partir de sua inserção e explicação por um social e um cultural englobante e significativa. Muitas vezes negligenciamos a própria obra em nome do contexto em que ela se insere. Mas nunca nos perguntamos sobre os efeitos pedagógicos, subjetivos, educativos, políticos, éticos que uma dada obra possa ter na sua espessura mesma enquanto obra, enquanto materialidade. Estamos preocupados em ler os signos que essas obras emitem, não em pensar como seus perceptos atuam sobre nossa carne, como sua materialidade mesma faz corpo conosco. Como fazemos corpo com o corpo que cintila no quadro? Como fazemos corpo com o olhar que nos mira de soslaio, com a teta rosada e rechonchuda que pende de um vestido semia-berito? Como fazemos corpo com aquele pé másculo e delicado que aparece no interior de uma sandália havaiana? Como fazemos corpo com aquele rosto sério e amargurado que enche a tela naquele close cinematográfico? Como fazemos corpo com aquele objeto que atrai a nossa atenção pela raridade e pela beleza? Como fazemos corpo com aquele carro importado que nos seduz numa propaganda de TV? Como fazemos sexo com aquele líder político bonitão e reacionário que vemos em cartazes e outdoors? Como fazemos gênero, todos os dias, com cada fragmento do mundo que, em nossa língua, são todos genericados? Se até a tesoura e o cimento possuem gênero, se a tesoura nasce e morre feminina e o cimento nasce e morre masculino, por que nós não estaríamos condenados a tal destino? Embora saibamos a resposta para essa pergunta aparentemente simplória e absurda, somos nós humanos que atribuímos gênero às coisas, o mesmo objeto pode ser de gêneros diferentes em distintas línguas, podendo alguns sequer ser genericados em outras tantas, além de não sermos objetos, coisas, mas gente. Mas será mesmo tão simples assim nos livramos do fato de que há um aprendizado de gênero ao nos relacionarmos com os objetos e que eles implantam em nós a naturalização e a naturalidade de se ter um gênero? Tudo o que quero com esse texto é que vocês pensem em coisas aparentemente tão simples como essas e que não teriam nenhuma relação com o fazer gênero entre os humanos. Será?

---

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *O sacramento da linguagem: arqueologia do juramento*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2011.

ANDRIOPOULOS, Stefan. *Possuídos: crimes hipnóticos, ficção corporativa e a invenção do cinema*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

ARENDT, Hanna. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BERGSON, Henri. *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência*. Lisboa: Edições 70, 2011.

\_\_\_\_\_. *O pensamento e o movente*. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 87.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. *Relatar a si mesmo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

DELEUZE, Gilles. *Proust e os signos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987, p. 52-65.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. 1730 – Devir-Intenso, devir-animal, devir-imperceptível. In: *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, v. 4. São Paulo: Editora 34, 1997. p. 11-114.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Luego es... Materia, huevo e intensidades: yo siento. In: \_\_\_\_\_. *El Anti-Édipo: capitalismo y esquizofrenia*. Barcelona: Barral, 1974. p. 24-29.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, v. 5. São Paulo: Editora 34, 1997. p. 157-158.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Percepto, afeto e conceito. In: \_\_\_\_\_. *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. p. 211-256.

DESPENTES, Virginie. *Teoria King Kong*. São Paulo: N-1 edições, 2016.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Editora 34, 1998.

\_\_\_\_\_. *Que emoção! Que emoção?* Lisboa: KKYM, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Do governo dos vivos*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

\_\_\_\_\_. *O governo de si e dos outros*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1997.

GUATTARI, Félix. In: OURY, Jean; GUATTARI, Félix; TOSQUELLES, François. *Pratiques de l'institutionnel et politique*. Vigneux: Éditions Matrice, 1985.

\_\_\_\_\_. *Les années d'hiver: 1980-1985*. Paris: Les Prairies Ordinaires, 2009.

\_\_\_\_\_. Sair da língua. In: \_\_\_\_\_. *O inconsciente maquínico: ensaios de esquizoanálise*. Campinas: Papyrus, 1988. p. 21-40.

HARAWAY, Donna J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz (Org.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 33-118.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Parte II. 13.ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 9-14.

HER. Diretor: Spike Jonze. Produtora: Sony Pictures, USA, 2014.

LAPOUJADE, David. *Deleuze, os movimentos aberrantes*. São Paulo: N-1 edições, 2015. p. 9-24.

\_\_\_\_\_. *Potências do tempo*. São Paulo: N-1 edições, 2013. p. 11-25.

LAZZARATO, Maurizio. *Signos, máquinas, subjetividades*. São Paulo: SESC; N-1 edições, 2014. p. 53-65.

MALEVICH, Kasimir. *Quadrado branco sobre fundo branco*, 1915.

MARX, Karl. *O capital*, livro 3, v. 4. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 177.

PRECIADO, Beatriz. *Manifesto contrassexual*. São Paulo: N-1 edições, 2014.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina/UFRGS, 2011. p. 12.

SCOTT, Joan Wallach. *The fantasy of feminist history*. Durham: Duke University Press, 2011.

SIBILA, Paula. *O homem pós-orgânico: a alquimia dos corpos e das almas à luz das tecnologias digitais*. 2.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

TARDE, Gabriel. *As leis da imitação*. Porto: Res Editora, 1983.

# CAPÍTULO 7

## CRÍTICA FEMINISTA E NARRATIVAS PÓS/DESCOLONIAIS: os limites do gênero e da representação

Sandra Regina Goulart Almeida<sup>1</sup>

---

### Os limites do gênero e da representação

A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adiche, em seu célebre ensaio *Sejamos todos feministas*, observa que “o problema da questão de gênero é que ela prescreve como *devemos* ser em vez de reconhecer quem somos” (ADICHE, 2015, p. 36). Essa contundente observação nos remete a questões prementes ao analisarmos a intersecção, foco deste trabalho, entre os limites do gênero e da representação a ele associada. Tal reflexão nos leva ainda a questionar os meandros das relações entre a crítica feminista e a perspectiva pós/descolonial, bem como as narrativas construídas nesse contexto.

Um dos principais eixos articuladores da crítica pós-colonial, como nos lembra Gayatri Spivak (1989), tem sido a ênfase em uma forma alternativa de pensar e ler os construtos históricos e culturais, assim como em um questionamento dos protocolos de leitura e escrita e das construções discursivas que moldaram, e ainda moldam, obstinadamente, o pensamento ocidental. Por meio da ancoragem nos estudos pós-coloniais e feministas, a pensadora indiana elabora sua proposta de uma crítica pós-colonial que contemple fundamentalmente uma reflexão sobre os instrumentos de poder e as possibilidades de agenciamento do sujeito subalterno, sujeito esse marcadamente gendrado, que sinaliza “enorme complexidade de espaço pós-colonial, especialmente o espaço da mulher” (SPIVAK, 1989, p. 276).

Nesse sentido, observa-se que o posicionamento de grande parte da crítica feminista contemporânea se move no sentido de questionar as representações e os construtos sociais e culturais principalmente com relação a papéis e construções de gênero. Ao empreender este tipo de questionamento, constrói-se um fazer crítico que se propõe a desestabilizar o poder instituído e refletir sobre questões de poder, vitimização e agenciamento. Assim, por um lado, elabora-se um discurso sobre a reconhecida vitimização histórica e o legado do processo de silenciamento e invisibilidade das mulheres e, por outro, busca-se construir um conceito propositivo de agenciamento que possa incluir as condições existenciais e materiais das mulheres como uma categoria complexa, multifária, contingenciada pelos múltiplos constituintes identitários – nos termos discutidos por Susan Friedman

---

<sup>1</sup> Professora Titular e reitora da UFMG. Pesquisadora do CNPq. E-mail: srga@ufmg.br



(1998) – e pela existência inequívoca de “hierarquias de gênero, classe e raça”, nas palavras da crítica feminista inglesa Mary Eagleton (2005, p. 5). Ressalte-se que é justamente na complexa interseção entre saber e poder, nos moldes discutidos por Foucault, ou, ainda, entre vitimização e agenciamento, que podemos entrever muitos dos pontos por meio dos quais se articulam as relevantes interseções entre os campos teóricos da crítica feminista e da crítica pós/descolonial.

## **A crítica feminista e as teorias pós/descoloniais**

Se podemos dizer, por um lado, que o pós-colonialismo se fortalece com a interrupção ocasionada pelos estudos feministas, por outro lado, podemos salientar como a crítica feminista, questionada há algum tempo por seu branqueamento e seu ocidentalismo, tem sido insistentemente levada a refletir, pelas próprias críticas feministas e pelo debate ampliado pelas discussões trazidas pelo pós-colonialismo e mais recente pelas teorias descoloniais, sobre a categoria universalista da mulher, abrindo caminho para se teorizar novas formas de se pensar o lugar das mulheres na contemporaneidade, a falácia da universalidade, a diferença entre as mulheres, os vários sujeitos do feminismo, a transversalidade do gênero, entre outros.

No entanto, como observa Ania Loomba, ainda hoje “a palavra ‘feminismo’ e as agendas popularmente associadas ao feminismo ocidental são vistas com profundo ceticismo no âmbito de vários movimentos de mulheres pós-coloniais” (LOOMBA, 1998, p. 229). Perdura, assim, apesar das várias agendas em comum, um sentimento recíproco de desconfiança e descrença entre teóricos/as feministas e pós/descoloniais que faz com que se acirre, por vezes, debates que seriam mais bem articulados se houvesse, de fato, conhecimento aprofundado sobre suas bases teóricas, bem como disposição e abertura para um diálogo fecundo e uma interação crítica contínua.

Para Leela Gandhi, uma área produtiva para se pensar em uma possível colaboração entre o pós-colonialismo e o feminismo seria a ofensiva comum “contra o mito agressivo da masculinidade tanto imperial como nacionalista” por meio da releitura, como vários críticos têm se proposto a fazer, do encontro colonial como “um conflito entre masculinidades em disputa” (GANDHI, 1998, p. 98). Gandhi, ao avaliar as críticas dirigidas ao pós-colonialismo, destaca a negativa e pernicioso percepção de tendência ao universalismo, baseado em uma crença em um bem comum a ser compartilhado por todos, cultivado em nome de uma suposta democracia que, na verdade, se revela como um conceito ingênuo e equivocado, podendo levar a um perigoso neocolonialismo conservador. Gandhi (2011, p. 38) propõe uma reflexão sobre o conceito de democracia como um “tópico crucial de intervenção pós-colonial” e um tropo significativo por sua amplitude ao abranger múltiplos interesses e preocupações.

Se Spivak está correta ao afirmar que a pós-colonialidade, como a percebemos hoje, é, de fato, um fracasso da descolonização, como acredito que esteja,



esse movimento crítico de releitura e desestabilização dos discursos e produções textuais que nos circundam deve ser uma constante em nossa prática de construção democrática e (des)construção crítica e teórica. A esse posicionamento Walter Mignolo (2010, p. 346) se refere como um necessário exercício de uma “gramática da descolonialidade”, isto é, uma “uma luta pela descolonização epistêmica” que perscrute as consequências desse fazer descolonial no sentido ético, político e teórico. Daí surge a necessidade de adotarmos uma postura que se coadune com essa preocupação que é tanto uma posição ética quanto uma disposição política efetuada por meio de uma atitude de vigília ininterrupta.

Estar vigilante, no sentido que Spivak (1997-1998, p. 166) dá ao termo, significa não apenas estar atenta às forças da matriz colonial de poder, mas também às possíveis construções ilusórias de democracia e engajamento político e ético (no sentido discutido por Gandhi) e às cumplicidades de nossas posições como intelectuais pós/descoloniais e, sobretudo, como feministas. Significa, ainda, abrir espaço para um aprendizado contínuo a partir do outro, daquele ou daquela cujo discurso silenciado corre o risco de ser apropriado e, assim, ainda mais emudecido. Nas palavras de Spivak, é imprescindível insistir em uma postura crítica que se proponha a “esquecer os privilégios da elite pós-colonial num mundo neocolonial” (SPIVAK, 1994a, p. 205). Refletir sobre histórias legíveis, alternativas e críticas, mantendo essa postura desestabilizadora e intervencionista torna-se, então, um papel decisivo tanto da crítica pós-colonial quanto da crítica feminista contemporânea.

Podemos, assim, indagar como poderia uma atitude descolonial e feminista por parte da crítica contemporânea fornecer histórias ou leituras alternativas, a partir do lócus específico de enunciação de um sujeito subalterno e de um espaço da subalternidade e da alteridade, mas que também se articule a um possível agenciamento? Entretanto, é importante atentar para o fato de que a subalternidade, como operador crítico, não pode nem resvalar para um discurso vitimizante, nem se tornar uma figura fetichizada e exotizada para um suposto consumo, posto que não há qualquer valor em se congelar o sujeito subalterno nesse espaço excludente e destituído de possibilidade de poder e agenciamento ou entregar nas mãos de outrem o destino a ele/ela reservado. Como bem adverte Spivak, torna-se, neste contexto, necessário realizar um trabalho efetivo e, principalmente, ético contra a subalternidade por meio de espaços de escuta qualificada para com o subalterno que não consegue falar porque não pode ser ouvido, sendo essa “a responsabilidade [que] deve unir o chamado da ética a uma resposta” (SPIVAK, 1994b, p. 57).

Deriva desse questionamento da posição ética que se coloca com relação ao subalterno uma necessária e imbricada reflexão sobre a violência ou cegueira epistemológica (nas palavras de Maria Lugones) ou a violência epistêmica (Spivak) que determina uma desconfortável cumplicidade entre indivíduos e que frequentemente mantêm inalteradas as estruturas da colonialidade do

poder – em um sistema que Lugones denomina apropriadamente de “sistema moderno/colonial de gênero”. Ao expandir e complicar a teorização sobre o sistema da colonialidade do poder e a modernidade do pensador peruano Aníbal Quijano, Lugones argumenta que a lógica da separação categórica entre gênero e raça distorce o que existe na interseção dessas categorias, ou seja, a violência contra as mulheres de cor: “é apenas quando percebemos o gênero e a raça como sendo imbricados ou amalgamados é que conseguimos, de fato, ver as mulheres de cor” (LUGONES, 2010, p. 373-374), pois “o eixo da *coloniality* não é suficiente para perceber todos os aspectos do gênero” (LUGONES, 2010, p. 373-374). Ressalte-se que tal sistema não apenas frequentemente ignora a inerente e necessária transversalidade de gênero, como também, por vezes, reforça seu distanciamento por meio da “construção gendrada do conhecimento na modernidade” (LUGONES, 2010, p. 377-378).

Se, como afirma Lugones (seguindo a trilha de Quijano), o sistema de colonialidade, construído historicamente a partir da colonização europeia, não se refere apenas a um domínio sobre uma suposta classificação racial, mas permeia todo o controle imposto sobre o sexo, a subjetividade, a autoridade e o conhecimento, cabe examinarmos como esse sistema é preservado em contextos nos quais um discurso de agenciamento de um sujeito (que permanece silenciado) parece apagar esse histórico. Essa questão revela não apenas a produção “gendrada” do conhecimento como também o imbricamento desse sistema de gênero com a colonialidade do poder como uma mútua forma constitutiva. (LUGONES, 2010, p. 383-84). Ambos agem para preservar o que Spivak denomina de “heteronormatividade reprodutiva” por meio do papel imposto às mulheres, como aquelas que supostamente “detêm o futuro da nação em seu ventre”, ao assumirem por um desvio constitutivo à função de dar suporte a uma retórica nacionalista por meio de um investimento ou de uma manipulação do lugar ocupado por essas mulheres (SPIVAK, 2010b, p. 42-43).

Refletir sobre a responsabilidade ética e o posicionamento crítico no contexto do sistema moderno/colonial de gênero, sobre o qual nos fala Lugones (2010), nos permite estabelecer uma articulação pertinente com relação aos lugares de fala das mulheres subalternas e pós/descoloniais. É importante também pensarmos nas formas como se dá a escuta da fala dessas subalternas, com qual sensibilidade, solidariedade e responsabilidade ética, ou mesmo com qual possibilidade de aprendizado ou de trabalho contra a subalternidade como uma forma de descolonização do saber. É imprescindível, ainda, refletir seguindo mais uma vez as palavras de Lugones, como essa postura torna “visível nossa colaboração com uma sistemática violência de gênero racializada” (LUGONES, 2010, p. 389). Essa postura questionadora nos alerta para nosso posicionamento como intelectuais e produtores de saber e conhecimento e nossa inerente cumplicidade com os discursos que se erigem como críticos, mas que efetuam o silenciamento desse outro por quem pretendemos falar. No entanto, é justamente a contrapelo que uma crítica

intervencionista e efetiva, quer seja ancorada em uma crítica feminista ou pós/descolonial (ou em ambos) e que se instala com base na responsabilidade ética e na solidariedade, deve se construir: por meio de uma abertura para as histórias alternativas, legíveis e críticas, conforme preconiza Spivak (1994b).

## Narrativas pós/descoloniais

Em *A literatura após o feminismo* (2003), a crítica feminista Rita Felski observa quão intrínseca é a relação entre literatura e feminismo. Se podemos argumentar também que a literatura é uma das linguagens culturais por meio da qual fazemos sentido do mundo, tanto o pós-colonialismo (ou as críticas descoloniais) quanto o feminismo, como movimentos políticos de ressignificação de símbolos culturais, são fortes instrumentos críticos de leituras de textos literários.

Partindo dessa constatação e considerando as diversas formas como os vários feminismos e as perspectivas pós/descoloniais têm corroborado nossas leituras culturais e literárias ao configurar novas epistemologias, destacar novos espaços constitutivos das relações de gênero e colocar em cena sujeitos historicamente ausentes da produção de conhecimento e da cena literária, abordo brevemente neste trabalho e em minha pesquisa narrativas produzidas por mulheres na contemporaneidade que enfocam a representação e a construção de gênero (como propõe de Lauretis) em um contexto pós/descolonial, bem como as múltiplas articulações de sujeitos femininos e as violências epistêmicas às quais as mulheres estão irrevogavelmente sujeitas.

Para finalizar, gostaria de discutir a obra de Chimamanda Ngozi Adiche, que trata de questões prementes que nos interessam aqui hoje: as narrativas pós/descoloniais, os limites do gênero e das representações no contexto de uma crítica marcadamente feminista.

A escritora nigeriana é hoje conhecida no mundo todo por duas outras obras: *The Danger of a Single Story* [O perigo de uma história única], palestra proferida em 2009 em um dos eventos do TED e divulgada amplamente pela Internet, e *We should all be feminists/ Sejam todos feministas*, também uma palestra do TED em 2012, publicada nos Estados Unidos, em 2014, e traduzida no Brasil. Mais recentemente foi publicado *Dear Ijeawele, or A Feminist Manifesto in Fifteen Suggestions* (2017), já traduzido para o português como *Para educar crianças feministas: um manifesto*.

O que me interessa na renomada obra desta escritora jovem, uma contadora de histórias nata, que já desponta entre os grandes nomes da literatura contemporânea, é a maneira como ela relata em seus textos ficcionais o universo das mulheres em contextos pós/descoloniais quer seja nas relações familiares, como em *Purple Hibiscus* [Hibisco Roxo] (2003), nas guerras como em *Half of a Yellow Sun* [Meio sol amarelo] (2006), ou na diáspora, como em *Americanah* (2013), ou em vários desses temas explorados pela perspectiva das mulheres na coletânea de contos *The Thing Around Her Neck* (2009).

*Half of a Yellow Sun*, pelo qual Adiche foi agraciada com o Orange Prize, conta a história da guerra civil da Nigéria, também conhecida como guerra de Biafra, ocorrida entre 1967 a 1970 (após a independência do Reino Unido, em 1960), quando as etnias Igbo (cristã, do sul e, predominantemente, da elite nigeriana) e Hausa (majoritariamente muçulmana, do norte do país) se confrontam, ocasionando um massacre de mais de 30.000 Igbos, fazendo com que esses se deslocassem para o leste e fundassem a República de Biafra. Foi uma das guerras que mais impacto teve no mundo pelas imagens chocantes da fome e destruição às quais os Igbos foram submetidos. Em um final sangrento e desolador, a Nigéria, com o apoio do ocidente, ganha a guerra e Biafra é reintegrada ao território da Nigéria.

É nesse contexto que a história da guerra, um claro “conflito entre masculinidades em disputa”, nos termos de Gandhi, é contada pela perspectiva de três personagens principais, bastante distintos entre si. Ugwu, um jovem de uma vila do interior que trabalha como empregado doméstico de Odenigbo, um professor universitário de matemática na Nsukka University; Olanna, uma professora de sociologia da mesma universidade, companheira de Odenigbo, que acaba com sua irmã organizando um campo de refugiados; Richard Churchill, um escritor inglês que vai para Nigéria estudar Igbo-Ukwu arte e mantém um relacionamento com a irmã gêmea de Olanna, Kainene. Richard é quem tenta escrever a guerra, mas no final reconhece que não cabia a ele contar a história daquele conflito.

Dividida em quatro partes, a narrativa se move entre o início de década de 60, antes da guerra, mostrando o desenrolar da situação política que levou ao início da Guerra civil, e ao final dos anos 60, já com o confronto estabelecido. Para Adiche, em sua nota ao final do romance, a narração desta história é uma forma de não nos esquecermos jamais de tamanha violência de destruição: “Para que possamos sempre nos lembrar” [*May we always remember*] (ADICHE, 2007, p. 436).

É interessante observar que a história da guerra que Adiche conta é relatada por aqueles que participam dela de maneira indireta como relatos de histórias alternativas: um jovem pobre do interior, uma mulher acadêmica e um estrangeiro. O que chama atenção, de fato, ao estilo de Adiche, é a história contada por diferentes vozes, sob perspectivas divergentes, todas elas igualmente relevantes e com suas particularidades específicas, bem como a aguçada visada feminista por meio de uma crítica que estabelece uma interseção entre o gênero, as questões raciais e, principalmente, as relações de classe em uma perspectiva pós/descolonial.

Não poderia deixar de mencionar algo sempre presente na obra de Adiche, que é uma visão voltada para o espaço ocupado pelas mulheres e como elas desafiam as expectativas sociais, sejam pela rejeição ao padrão heteronormativo ou pela participação ativa na atividade política e revolucionária e, posteriormente, na guerra. Por meio de Olanna, a partir de quem uma parte da história é contada, e também de sua irmã Kainene, que cuida de um campo de refugiados, vemos duas

mulheres ativas no mundo da guerra, que lutam junto com seus companheiros e que, como ocorre com Kainene, assume o papel central de negociação em uma guerra sem o desfecho esperado, e desejado, pelos personagens que a leitora vem acompanhando. Ambas as personagens femininas desafiam os códigos de condutas estabelecidos pela sociedade patriarcal e recusam os modelos de relacionamento com base nos tradicionais papéis de gênero. São, no entanto, permanentemente forçadas a confrontar seu privilégio de classe que as torna hierarquicamente opostas a muitas mulheres destituídas e vitimizadas. Se a elas são possíveis atos de empoderamento e agenciamento, às mulheres pobres de Biafra não resta outra alternativa senão padecer nas mãos do inimigo de forma brutal e desumana.

É, no entanto, em um conto intitulado “A private experience” [Uma experiência privada], publicado na coletânea *The Thing Around Her Neck*, que Adiche explora uma questão que corrobora de forma contundente a discussão teórica apresentada anteriormente. O conto, cujo título estabelece uma importante relação com a esfera privada à qual as mulheres estão simbólica e tradicionalmente ligadas, retoma o conflito ancestral entre os Igbos e o Hausas, mesmo tendo como pano de fundo um momento posterior à Guerra Civil da Nigéria. A narrativa se passa durante o regime do ditador nigeriano Sani Abacha, presidente no período de 1993 a 1998, após uma série de golpes de estado e ditaduras ocorridas a partir de 1983. Durante um conflito entre Igbos e Hausas – um conflito “religioso com tom de tensão étnica”, como diria a BBC (ADICHE, 2007, p. 54) – a região central da cidade é tomada por uma rebelião cujo resultado é a destruição em massa, a morte de vários sujeitos envolvidos ou não nos conflitos e o desaparecimento de muitos.

É mais uma vez em um cenário de guerra que duas mulheres de classes distintas e etnias opostas: Chika, Igbo, da classe alta e cristã, e uma mulher, cujo nome não é mencionado (desvelando sua situação de destituição), uma vendedora na feira a qual Chika e sua irmã Nnedi estavam visitando como turistas na cidade. No tumulto, Chika e a vendedora se refugiam juntas em uma loja abandonada. Nnedi e a filha da vendedora (também inominada) se perdem na confusão. A narradora, que conta a história sob a perspectiva de Chika, observa: “Mais tarde, Chika ficará sabendo que, enquanto ela e a mulher conversavam, os muçulmanos Hausa atacavam os cristãos Igbo com machetes, atirando pedras neles” (ADICHE, p. 44).

Nessa situação incomum, ambas as mulheres, tão diferentes entre si em termos de etnia e classe, encontram uma solidariedade talvez impossível em outro contexto. A mulher protege Chika ensinando-lhe o que fazer em situações como essas, que lhe são mais familiares do que para a turista, e a ajuda a conter o sangramento de sua perna com seu próprio lenço, usado pelas mulçumanas para cobrir a cabeça. Por outro lado, Chika, uma estudante de medicina, examina os bicos do seio da mulher machucados em função da amamentação do filho mais novo e sugere um tratamento. As marcas da dor e da brutalidade nos corpos dessas mulheres apontam também para a diversidade de suas experiências como

mulheres de classes e etnias distintas. Mais tarde, Chika observa que, apesar de toda a retórica que narra a violência dos supostos reacionários muçulmanos Hausas do norte do país com relação àqueles que não são muçulmanos, “em meio a sua dor, ela se lembrará que ela examinou os bicos do seio de uma mulher Hausa e muçulmana e teve a experiência de receber a gentileza dessa mulher” (p. 55).<sup>2</sup>

Esse conto nos mostra algumas questões abordadas anteriormente, em especial, as relações de gênero que ocorrem sempre de forma relacional e que atingem diferentes mulheres de maneiras distintas. Da mesma forma que as violências sofridas pelas mulheres são muitas, também são muitas as experiências das mulheres neste contexto, de modo que o gênero, isoladamente, não dá conta da complexidade da interseccionalidade necessária para se pensar as relações entre as mulheres, como o conto nos mostra, e que surge também de maneira magistral em outras obras da autora. Da mesma forma que *Adiche* nos adverte quanto aos perigos de uma histórica única, suas narrativas também nos mantêm atentos e vigilantes com relação às limitações e aos riscos de uma visada essencialista, vitimizante e mesmo prescritiva ao tratar da representação das mulheres e das questões de gênero.

---

2 Minha tradução: “in the middle of her grief, she will stop to remember that she examined the nipples and experienced the gentleness of a woman who is Hausa and Muslim”.

---

## REFERÊNCIAS

ADICHE, Chimamanda Ngozi. A private experience. *The Thing around Her Neck*. New York: Anchor Books, 2009.

\_\_\_\_\_. *Half of a Yellow Sun*. London and New York: Harper Perennial, 2007.

\_\_\_\_\_. *Sejamos todos feministas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

EAGLETON, Mary. *Figuring the Woman Author in Contemporary Fiction*. London: Palgrave, 2005.

FELSKI, Rita. *Literature after Feminism*. Chicago: The University of Chicago Press, 2003.

FRIEDMAN, Susan Stanford. *Mappings: Feminism and the Cultural Geographies of Encounter*. Princeton: Princeton University Press, 1998.

GANDHI, Leela. *Postcolonial Theory: A Critical Introduction*. New York: Columbia University Press, 1998.

\_\_\_\_\_. 'The Pauper's Gift': Postcolonial Theory and the New Democratic Dispensation. *Public Culture*, v. 23, n. 1, p. 27-38, 2009.

LAURETIS, Teresa De. *Technologies of Gender: Essays on Theory, Film, and Fiction*. Indianapolis: Indiana University Press, 1987.

LOOMBA, Ania. *Colonialism/Postcolonialisms*. London e Nova Iorque: Routledge, 1998.

LUGONES, María. The Coloniality of Gender. In: MIGNOLO, Walter D.; ESCOBAR, Arturo. *Globalization and the Decolonial Option*. London and New York: Routledge, 2010. p. 369-399.

MIGNOLO, Walter D. Delinking: The Rhetoric of Modernity, the Logic of Coloniality and the Grammar of De-coloniality. In: MIGNOLO, Walter D.; ESCOBAR, Arturo. *Globalization and the Decolonial Option*. London and New York: Routledge, 2010. p. 303-368.

\_\_\_\_\_. La opción descolonial. *Letral*, n. 1, p. 4-22, 2008.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *A Critique of Postcolonial Reason: Toward a History of the Vanishing Present*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1999.

\_\_\_\_\_. Attention: Postcolonialism! *Journal of Caribbean Studies*, v. 12, n. 2-3, p. 159-170, 1997-1998.

\_\_\_\_\_. *Nationalism and the Imagination*. London, New York, Calcutta: Seagull Books, 2010b.

\_\_\_\_\_. Responsibility. *Boundary 2: An International Journal of Literature and Culture*, Durham, v. 21, n. 3, p. 19-64, 1994b.

\_\_\_\_\_. Who Claims Alterity? In: KRUGER, Barbara; MARIANI, Phil (Ed.). *Remaking History: Discussion in Contemporary Culture*. Seattle: Bay Press, 1989. p. 269-292.



## CAPÍTULO 8

# O DISCURSO OPOSICIONAL E OS PARADOXOS DA REPRESENTAÇÃO

*Leila Assumpção Harris<sup>1</sup>*

---

Partindo da premissa que categorias tais como gênero, raça, etnia, classe, opção sexual, entre outras, operam comumente como “eixos de subordinação” que podem interagir e atuar como forças simultâneas de opressão (CRENSHAW, 2002, p. 177), não vou tratá-las aqui isoladamente, mas sim sob uma perspectiva interseccional, semelhante àquela adotada por María Lugones (2015) em “Rumo a um Feminismo Descolonial”. Dialogando coma teorização de Aníbal Quijano sobre a colonialidade do poder, calcada no entendimento de que a racialização e a exploração capitalista são inseparáveis, Lugones ressalta que “diferentemente da colonização, a colonialidade do gênero ainda está conosco. É o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial” (LUGONES, 2014). Propõe então a descolonização do feminismo – através da resistência e de uma práxis permanente – construída sobre o arcabouço do próprio povo colonizado (LUGONES, 2014, p. 939-941). O desenvolvimento/ fortalecimento de um discurso oposicional e a utilização de práticas feministas que levem em conta locais sociais e geográficos diversos são instrumentais para descolonização de saberes e estão interconectadas a políticas e estéticas de representação.

Questões de representação, autorrepresentação, representação de Outros são problemáticas e, como adverte Gayatri Spivak, requerem um autoquestionamento constante dos objetivos de tal empreendimento para evitar a homogeneização, a construção do Outro apenas como objeto de conhecimento e a exclusão dos verdadeiros Outros, ou seja, aqueles que não são beneficiados pelo que ela denomina de “ondas de benevolência” e, portanto, não têm acesso aos espaços públicos (SPIVAK, 1990, p. 63). O ensaio “Feminism in/and Postcolonialism”, escrito por Deepika Bahri (2008) quase duas décadas após o diálogo entre Gayatri Spivak e Sneja Gunew, demonstra que a questão da representação envolvendo perspectivas de gênero, minorias raciais, culturas marginalizadas e a intersecção das categorias mencionadas ainda é motivo de debates acirrados entre grupos diversos. Apon-tando preocupações e objetivos afins, assim como tensões e divergências entre o feminismo e o pós-colonialismo, Bahri argumenta que as questões centrais para qualquer discussão do feminismo no/e pós-colonialismo são: “Quem pode falar

---

<sup>1</sup> Doutora em Inglês (Literatura Norte Americana) pela Texas Tech University (1990) é professora na Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Brasil. E-mail: harris.leila@gmail.com

e em nome de quem? Quem escuta? Como representar a si mesmo e o Outro? (BAHRI, 2008, p. 199). Observando que a crítica pós-colonial nem sempre lida adequadamente com questões de gênero e a crítica feminista nem sempre incorpora questões sobre raça ou às vezes reproduz estereótipos, como no caso da “mulher do terceiro mundo”, Bahri ressalta que o feminismo pós-colonial, com suas “perspectivas [...] amplas, simultaneamente ‘pós-colonial’ e ‘feminista’ em temperamento e compromisso”, tende a enfatizar “*o conluio do patriarcado com o colonialismo*” (BAHRI, 2008, p. 201, 202, ênfase da autora).

No ensaio “Whose gaze and Who speaks for whom” [“De quem é o olhar e quem fala por quem?”], a ensaísta, poeta, romancista, diretora de cinema Dionne Brand, nascida em Trinidad e radicada no Canadá, problematiza a questão da representação à luz “das relações de poder racializadas” (BRAND, 1994, p. 153). Em outro texto, Brand aponta que o próprio termo “representação” pode ser usado como uma maneira oblíqua de discutir raça/ racismo: “acesso, representação, inclusão, exclusão, equidade. Todas são maneiras de dizer raça [no Canadá] sem dizer que vivemos em uma cultura profundamente racializada e racista que reprime as possibilidades de vida das pessoas de cor” (BRAND, 1994, p. 176).

Escritora premiada e ativista incansável, Brand se enquadra na categoria de “intelectual orgânico”. Em seus romances e poemas aborda, através de suas personagens ou de um eu lírico, os vários tipos de deslocamento associados não só ao processo diaspórico, mas aos “eixos de subordinação” que afetam as personagens/personas de suas obras. Referindo-se a argumentos apresentados por Gayatri Spivak (1988; 1996) e Stuart Hall (1997), Sandra Almeida afirma que “o corpo feminino e o corpo negro são os corpos mais regulados na diáspora” e sugere que Brand, por meio da literatura, reivindica o espaço do corpo feminino e negro, resgatando “estórias esquecidas”, “vestígios deixados por esse[s] corpo[s]” (ALMEIDA, 2015, p. 121).

Minha escolha de um texto não ficcional de Brand está associada à temática da representação e à oportunidade de divulgar a coletânea de textos *Bread out of Stone* [Pão feito de pedra], que tem como subtítulo “lembranças, sexo, reconhecimento, raça, sonhos, política”. No ensaio selecionado, Brand reflete sobre diversas situações nas quais a representação é influenciada, em graus variáveis, pelo que denomina de “o olhar do racismo liberal”, desvelando a construção do sujeito negro como objeto daquele olhar que define, codifica e comodifica.

A interrogação “De quem é o olhar?” assume um significado duplamente complexo quando Brand narra suas reações (seu olhar) ao assistir ao filme *Round Midnight* [Por volta da meia-noite] (1986), protagonizado pelo saxofonista afro-americano Dexter Gordon e baseado indiretamente na vida de Lester Young, outra lenda do saxofone. No filme, que começa em Paris, um jovem francês ouve o músico tocar e fica tão fascinado pelo seu talento que o acompanha de volta à Nova Iorque. Entretanto, a não ser pela performance musical, tudo – o gênio, o desperdício de uma vida arruinada e sórdida – é visto através dos olhos

do jovem branco. A câmera registra *o olhar* do jovem sobre o protagonista. O que a plateia assiste é ao registro desse olhar de “afeição tolerante, pena, dor, conhecimento fatal” (1994, p. 146) sobre a vida trágica de um virtuoso do jazz. Brand, consciente de que não faz parte do público-alvo do filme, “uma audiência construída pelo olhar do homem branco”, acaba se sentindo observada pelo mesmo olhar perscrutador que examina o saxofonista. A escritora “identifica este olhar como o olhar do racismo liberal que codifica o gênio negro como trágico mas de algum modo energizante para o homem branco que assume uma posição de agenciamento diante da dissolução do gênio” (BRAND, 1994, p. 147). A segunda pergunta que faz parte do título do ensaio, “quem pode falar por quem?”, também é pertinente aqui. No filme, a ausência de qualquer diálogo significativo entre o jovem e o músico e a falta de agenciamento do músico criam um paradoxo. A representação de um virtuoso do jazz por meio de um filme que envolve um tributo a seu talento oferece uma imagem imprecisa do indivíduo e não promove a visibilidade do sujeito.

Nossa percepção do que acontece no filme, filtrada pelo olhar de Brand, nos remete à teorização de Gayatri Spivak sobre o conceito de representação. No Prefácio da tradução de *Can the Subaltern Speak?* (2010) [“Pode o subalterno falar?”], Sandra Almeida discorre sobre a explicação que Spivak elabora no artigo para deixar claro que, do seu ponto de vista, existe uma “relação intrínseca entre o ‘falar por’ e o ‘re-presentar’, significados contidos nas duas palavras usadas em alemão para definir representação. Almeida frisa o que muitos ainda insistem em ignorar: a pergunta de Spivak não é para ser entendida de forma literal. “Spivak [...] ressalta a ausência [do] caráter dialógico na fala do subalterno. Da mesma forma o processo de autorrepresentação do subalterno também não se efetua, pois o ato de ser ouvido não ocorre (ALMEIDA, 2012, p. 16). O ato de falar pelo e com o Outro, assim como a criação do espaço para que o Outro seja ouvido, é inerente ao processo complexo de representação.

Nos trechos do ensaio “Whose gaze and Who speaks for whom” [“De quem é o olhar e quem fala por quem?”], em que se refere a suas experiências pessoais como mulher negra e lésbica, Brand menciona a revista pessoal (às vezes íntima) a que ela e/ou sua parceira são submetidas rotineiramente no aeroporto de Toronto e nas divisas entre o Canadá e Estados Unidos. Toda passagem pelo Serviço de Imigração envolve nuances de racismo. Brand também cita exemplos de comportamento hostil contra outras mulheres como ela, e até contra crianças, que carregam as marcas da diferença em sua pele, seus corpos.

Retomando a primeira interrogação do título – de quem é olhar? –, percebemos a importância de examinar as considerações de Avtar Brah no que diz respeito às relações de poder que regem as comunidades transnacionais. Brah argumenta que “espaço da diáspora” é uma categoria conceitual “habitada” não só por sujeitos migrantes e seus descendentes, mas também por aqueles construídos e representados como “nativos” (BRAH, 1996, p. 181). Os princípios que determinam quem

é acolhido (ou não) são de ordem política e perpassam questões de gênero, raça e etnia, como Brand dramatiza em sua ficção – “Trainto Montreal” [trem para Montreal], “No rinsed blue skies, no red flower fences” [Sem céu azul límpido, sem cercas de flores vermelhas] (1988), *What we all long for* (2005), por exemplo – ou aborda em ensaios e entrevistas. Conversando com Dagmar Novak, Brand afirma: “Se eu fosse branca, no período de uma geração minha família teria sido assimilada. Eu deixaria de ser considerada imigrante [...]. O racismo foi o foco do meu encontro com o Canadá, não a imigração” (BRAND, 1990, p. 272).

No ensaio, Brand registra também o riso e comentários que sua presença provoca em jovens brancos de uma pequena cidade no leste da Inglaterra, onde ela diz não ter visto nenhuma pessoa negra. No entanto, ouve Charlie ‘Bird’ Parker enquanto janta no melhor restaurante da cidade, que tem suas paredes decoradas com fotos de grandes ícones da música afro-americana. Mais um exemplo do olhar racializado que objetifica e invariavelmente discrimina.

Sua participação em uma mesa-redonda na Universidade de Toronto, com o tema “Quem fala por quem”, provoca uma reflexão sobre sua posição como escritora negra em um contexto no qual “a negritude e a branquitude estruturam e fazem a mediação das interações – verbais, físicas, sensuais, políticas” (BRAND, 1994 p. 152). Brand pontua que o fato de ser uma mulher negra falando para uma audiência majoritariamente branca está inserido na construção do texto que apresenta, influenciando o que vai dizer, como vai dizer e, ainda mais importante, o que não vai dizer. A postura que adota na ocasião de modo algum invalida seu discurso oposicional ou as estratégias estéticas e políticas que incorpora em sua escrita.

Sobre a recepção de sua obra literária no Canadá, Brand observa que um dos tópicos que figuram frequentemente em resenhas de suas obras é sua narrativa da “experiência negra” e retruca que a narrativa da “experiência branca” por parte de uma pessoa branca nunca atrai comentários. O outro tópico abordado nas resenhas desde a publicação de sua coleção de contos *Sans Souci and other stories* [Sans Souci e outras histórias], em 1988, é a raiva, que, de acordo com Brand (1994, p. 156), é “categorizada como uma emoção particularmente ‘negra’”. Em *Moving Beyond Boundaries* [Movendo além das Fronteiras], Carole Boyce Davies comenta sobre a imagem da mulher negra como intempestiva e pondera que a reação de uma mulher negra ao ser ignorada quando fala pode ser implosão ou explosão, silêncio ou gritos (DAVIES, 1999, p. 3).

Influenciada pelo pensamento de Amílcar Cabral, Brand reitera sua convicção de que o domínio de um povo só pode ser mantido pela repressão permanente e organizada de sua vida cultural (CABRAL apud BRAND, 1994, p. 158). Daí a necessidade de lutar contra o “imperialismo cultural”, contra a imposição de formas culturais hegemônicas em detrimento de outras formas de expressão. Consciente de que a cultura canadense utiliza táticas diferentes para lidar com a expressão cultural de grupos diversos, Brand observa que “as condições materiais desses grupos, sua história de luta contra a opressão e os tropos retóricos que

usam em sua luta e na vida cotidiana” (BRAND, 1994, p. 161) norteiam suas estratégias de resistência através de linguagens/ ações diversas.

Brand conclui o ensaio observando que o discurso dominante sobre cultura no Canadá tem tentado assimilar algumas vozes dissonantes sem fazer mudanças fundamentais em seus parâmetros culturais, mas expressa otimismo em relação ao potencial contido na multiplicidade de vozes que se fazem ouvir. “Estas vozes vêm a imaginação como transformadora, como uma possibilidade de saída do pessimismo do discurso colonial, construindo novas narrativas...” (BRAND, 1994, p. 168).

O potencial de transformação que nasce da criatividade se manifesta em linguagens diversas, e contribui para promover a descolonialidade de gênero que me impulsiona a viajar mais de duas décadas, atravessar o eixo norte-sul e me voltar para a produção artística/cultural de mulheres situadas em lugares geográficos e sociais totalmente diversos daqueles discutidos até agora.

Em 2016 ouvi falar sobre MC Carol pela primeira vez em sala de aula – não me recordo de todos os detalhes, mas era uma aula de graduação em literatura estadunidense e discutíamos engajamento social e político por parte das minorias. Em outra ocasião, na pós-graduação, falávamos sobre estereótipos, feminismo e as conferências *TEDx* de Chimamanda Adichie, cuja obra literária pesquisamos, quando outra aluna me incentivou a conhecer as músicas de MC Carol. “100% Feminista” (em parceria com Karol Conka), “Delação Premiada” e “Não foi Cabral” foram a porta de entrada e confirmaram que aprender e ensinar caminham juntos. Meu aprendizado continuou ao ler entrevistas de MC Carol. Conversando com Helô D’Angelo, ela fala que não conhecia a palavra “feminista” até pouco tempo atrás:

“Feminista” é um rótulo que eu só conheci no ano passado, mas sempre tive na cabeça que deveria existir igualdade entre todas as pessoas. Sempre lutei por isso, desde pequena. É como uma armadura, uma proteção, a única forma que eu encontrei de eu conseguir respeito, me colocando como igual aos homens. Eu sempre tive muita autoridade lá no morro. Levava porrada na rua, mas também batia. Hoje, ainda não sei totalmente o que é ser feminista, mas estou desvendando, de pouquinho em pouquinho. Depois de ler bastante e de conversar muito, sei que o vulgo feminista é a mulher que luta pelos seus direitos. E aí pensei: sempre fui essa mulher (MC CAROL, 2016).

Partindo da premissa de que todo discurso é “posicionado”, “contextualizado”, (HALL, 1990, p. 222), estou lidando aqui com diferentes locais de fala: o dos/as alunos/as, jovens que acreditam em direitos iguais para todos/as; o meu, professora/pesquisadora que há décadas se dedica ao estudo da produção de autoria feminina de expressão inglesa, mas que não se distancia do aqui e do agora; e o da jovem negra e pobre que cresceu na favela. Experiências e olhares muito diferentes mas que não anulam afinidades.

As imbricações de gênero, raça, classe e sexualidade que fazem parte da minha pesquisa estão presentes nas letras de MC Carol, ainda que vistas de perspectivas diferentes. A funkeira Carolina de Oliveira Lourenço cresceu na periferia e aprendeu muito cedo a importância de conquistar seu espaço. Trechos de suas composições mostram que seu saber está ligado a experiências de vida (“teorizando na carne”, como diz Cherríe Moraga in MORAGA; ANZALDÚA, 1983) que precedem sua introdução a conceitos como opressão machista, por exemplo. Na primeira estrofe de em “100% Feminista”, a voz carrega a força do testemunho, das memórias de infância, e da determinação de quebrar o ciclo de submissão/ violência:

Presenciei tudo isso dentro da minha família/  
 Mulher com olho roxo, espancada todo dia  
 Eu tinha uns cinco anos, mas já entendia  
 Que mulher apanha se não fizer comida  
 Mulher oprimida, sem voz, obediente  
 Quando eu crescer, eu vou ser diferente  
 (MC CAROL, 2016).

O crítico musical Leonardo Lichote comenta o resultado da parceria de MC Carol (funk) e Karol Conca (rap) em “100% Feminista” e ressalta que a diferença de perspectiva do feminismo das duas artistas está inscrita em seus respectivos versos: “Enquanto Carol coloca a dureza clara da experiência pessoal [...], Karol expõe um olhar mais analítico (“Século XXI/ E ainda querem nos limitar/ Com novas leis”) – uma alimentando e fortalecendo a contundência da outra” (O Globo, 2016).

Outra composição de MC Carol, “Delação Premiada”, causou impacto e controvérsia. Além das denúncias contundentes sobre a violência policial nas favelas, a letra contrasta o tratamento desigual de ricos e pobres perante a lei, impunidade e leniência para os ricos e poderosos, perseguição, tortura e/ou morte para os pobres<sup>2</sup>. O refrão enfatiza a contribuição da mídia em manter a visão estereotipada dos negros/ pobres: “Na televisão a verdade não importa/ É negro, favelado, então tava de pistola” (duas vezes). Quando a música foi lançada, em julho de 2016, o jornalista Kiko Nogueira escreveu a matéria “‘Delação Premiada’: MC Carol, e não Chico ou Caetano, faz a trilha sonora do momento político do Brasil”. Elogia o engajamento e talento da artista, porém adverte que

o maior risco que corre é o de ser adotada por intelectuais que a queiram transformar em símbolo de qualquer coisa. Sua força está no talento intuitivo de colocar as palavras certas umas depois das outras, de cantá-las com convicção, de passar um recado e de olhar à sua volta (NOGUEIRA, 2016).

2 Para explicações sobre referências específicas na letra, ver: <<http://mdemulher.abril.com.br/cultura/entenda-por-que-a-musica-delacao-premiada-de-mc-carol-e-tao-importante>>.



A advertência de Nogueira ressoa com as palavras de Spivak e Almeida sobre o lugar incômodo do intelectual que se propõe a representar o Outro (ALMEIDA, 2012, p. 14, 16).

“Não foi Cabral” surgiu a partir da participação de MC Carol no projeto Temas de Dança, que estuda a relação entre corpo, dança e história. A conversa com Cristina Boeckel, do G1-Rio, revela que a revisão que MC Carol faz sobre o descobrimento do Brasil é fruto de reflexão após largar a escola (passou por quatro) e questionar repetidamente a versão oficial da história.

Nessa entrevista [ao projeto] eu comecei a falar sobre a minha adolescência na escola e falei que debatia muito com as professoras. Contei que a professora de história era com a qual eu mais debatia. Ela falava coisas que eu não aceitava e me colocava para fora da sala [...] Ela dizia que Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil. E eu falava: professora, Pedro Álvares Cabral não descobriu o Brasil porque já tinha 4 milhões de índios aqui. Como ele descobriu? (MC CAROL, 2016).

Ao fundo da mixagem do hino nacional com a batida de funk, há a voz que contesta: “Professora me desculpe/ mas agora vou falar/ Esse ano na escola as coisas vão mudar/ Nada contra ti/ Não me leve a mal/ Quem descobriu o Brasil não foi Cabral”. O sofrimento e matança dos índios, a perseguição de Zumbi dos Palmares, o papel de Dandara na luta dos negros pelo fim da escravidão são partes da história que insiste em contar. A julgar por sua crescente visibilidade e pelo sucesso dos seus shows, MC Carol está sendo ouvida.

MC Carol não é a primeira nem a única funkeira a usar a batida do funk para marcar as várias desigualdades que afetam as pessoas para quem os eixos de subordinação de gênero/ raça/ classe são entraves difíceis senão impossíveis de superar. Desde os anos 90, Deize Tigrona, a carioca precursora do funk feminista, talvez mais conhecida fora do Brasil do que aqui, compõe letras que tanto agradam quanto incomodam a quem ouve.

Na cena atual, graças às mídias sociais, várias vozes se fazem ouvir, incluindo a da paulista MC Linn da Quebrada, que Néli Pereira chama de “a voz do funk LGBT” e que se autorrepresenta como “bicha, trans, preta e periférica. Nem ator, nem, atriz, atroz. Performer e terrorista de gênero” (PEREIRA, 2016). A preocupação com a autorrepresentação e com a representação do Outro fica evidente em suas falas. No evento Liberdade de Gênero na Música, realizado em 2016, em São Paulo, MC Linn fala que através da música se inventam afetos e produz-se um jeito de olhar um tipo de amor compulsório. Expõe então seu objetivo de “invadir” a música tanto para contar como para inventar sua história, e, até mesmo, para inventar uma história que talvez ainda não exista. Ressalta também a importância de “ouvir outras vozes sobre o lugar que o feminino ocupa independente de que corpo esse feminino esteja”. A primeira estrofe de “Mulher” ilustra, pelo menos em parte, o que MC Linn visa alcançar com sua invasão.

De noite pelas calçadas  
Andando de esquina em esquina  
Não é homem nem mulher  
É uma trava feminina  
Parou entre uns edifícios, mostrou todos os seus orifícios  
Ela é diva da sarjeta, o seu corpo é uma ocupação  
É favela, garagem, esgoto e pro seu desgosto  
Está sempre em desconstrução  
(MC LINN, 2016).

O potencial da música – e outras formas artísticas – de promover a “des-colonialidade de gênero” e a resignificação de afetos se concretiza através do discurso oposicional e das composições/performances de MC Linn.

Sem esquecer as advertências de Spivak sobre os perigos de representar o Outro, sem a intenção de falar pelo Outro, meu objetivo aqui é divulgar os discursos e práticas das artistas selecionadas, tentando “trabalhar ‘contra’ a subalternidade (ALMEIDA, 2012, p. 16-17), ao criar um espaço para estas vozes serem ouvidas.



---

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. *Cartografias contemporâneas: espaço, corpo, escrita*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

\_\_\_\_\_. Prefácio: apresentando Spivak. In: SPIVAK, Gayatri Chakravorty; Andre Pereira. *Pode o subalterno falar?* Tradução Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: EdUFMG, 2010.

BAHRI, Deepika. Feminism in/and postcolonialism. In: LAZARUS, Neil (Ed.). *The Cambridge Companion ton Postcolonial Literary Studies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 199-220.

BOECKEL, Cristina. Professores analisam funk de MC Carol que contesta a história do Brasil. *G1-Rio*, 09 jul. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/musica/noticia/2015/07/professores-analisam-funk-de-mc-carol-que-contesta>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

BRAH, Avtar. *Cartographies of Diaspora: Contesting Identities*. London: Routledge, 1996.

BRAND, Dionne. *Bread out of Stone: recollections sex recognitions race dreaming politics*. Toronto: Coach House Press, 1994. p. 146-168.

\_\_\_\_\_. Interview. In: HUTCHEON, Linda; RICHMOND, Marion (Ed.). *Other Solitudes: Canadian Multicultural Fictions*. Toronto: Oxford University Press, 1990. p. 271-277.

\_\_\_\_\_. *Sans Souci and Other Stories*. Stratford, Ontario: Williams Wallace Publishers Inc., 1988.

\_\_\_\_\_. *What we all long for*. Toronto: Knopf, 2005.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, n. 1, p. 176-188, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2016.

D'ANGELO, Helô. Eu nasci feminista. *Revista Forum semanal*, 2016. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/semanal/mc-carol-eu-nasci-feminista1/>>. Acesso em: 28 out. 2016.

DAVIES, Carole Boyce; OGUNDPPIPE-LESLIE, Molará (Ed.). *Moving Beyond Boundaries*. v. 1. London: Pluto Press, 1999.

FEIX, Giovana. Entenda por que a música ‘Delação Premiada’, de MC Carol, é tão importante. *M de Mulher*, 27 out. 2016. Disponível em: <<http://mdemulher.abril.com.br/cultura/entenda-por-que-a-musica-delacao-premiada-de-mc-carol-e-tao-importan>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

FRIEDMAN, Susan. Bodies on the Move: A Poetics of Home and Diaspora. *Tulsa Studies in Women's Literature*, v. 23, n. 2, p. 189-212, 2004.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, jan. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>>. Acesso em: 07 set. 2015.

MORAGA, Cherríe; ANZALDÚA, Gloria. *This Bridge Called my Back*. New York: Kitchen Table/Women of Color Press, 1983.

NOGUEIRA, Kiko. “Delação Premiada”: MC Carol, e não Chico ou Caetano, faz a trilha sonora do momento político do Brasil. *Diário do Centro do Mundo*, 15 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/delacao-premiada-mc-carol-e-nao-chico-ou-caetano-faz-a-trilha-sonora-do-momento-politico-do-brasil-por-kiko-nogueira/>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

OLIVEIRA, Luccas. MC Carol une forças com Karol Conka para falar de feminismo em single. *Jornal O Globo* [Versão digital], 06 out. 2016. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/musica/mc-carol-une-forcas-com-karol-conka-para-falar-de-feminismo-em-single-20246078>>. Acesso em: 28 out 2016.

PEREIRA, Néli. De testemunha de Jeová a voz do funk LGBT, MC Linn da Quebrada se diz ‘terrorista de gênero’. *G1-Rio*, 12 set. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/musica/noticia/2016/09/de-testemunha-de-jeova-voz-do-funk-lgbt-mc-linn-da-quebrada-se>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

ROUND Midnight. Diretor: Bertrand Tavernier. Roteiro: David Rayfiel e Bertrand Tavernier. País: Estados Unidos, França. Gênero: Drama, Música. Duração: 2h13 min, 1986.

SIM SÃO PAULO 2016. *Liberdade de gênero na música – Parte ¼*, 17 mai. 2017. Disponível em: <<https://m.youtube.com/watch?v=4ujsbS62ChI&t=921s>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Questions of Multi-culturalism. In: HARASYM, Sarah (Ed.). *The Post-Colonial Critic: interviews, strategies, dialogues with Gayatri Chakravorty Spivak*. New York: Routledge, 1990, p. 59-66.

## II. FEMINISMOS HISTÓRICOS E CONTEMPORÂNEOS



# CAPÍTULO 9

## FEMINISMOS, PADRÕES DE ATUAÇÃO E DISPUTAS POLÍTICAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Flávia Biroli<sup>1</sup>

---

Desde os anos 1980, a atuação dos movimentos feministas no Brasil tem produzido diversos efeitos na legislação, nas políticas públicas e no debate público mais amplamente. Os efeitos têm sido múltiplos e em graus variados, mas eu destacaria três eixos: o da violência, o do trabalho e um terceiro em que reúne saúde, reprodução e sexualidade. São também eixos fundamentais das desigualdades de gênero no país, nos quais uma série de embates tem sido travada – em alguns casos, também internamente aos movimentos. Se observamos apenas os anos 2000, alguns marcos legais se destacam na institucionalização da igualdade de gênero<sup>2</sup>. Em todos os casos, a ação de mulheres, movimentos e organizações feministas, nutrida de décadas de debates em que a agenda da igualdade de gênero se fortaleceu em nível nacional e transnacional, se fez presente e teve efeito no âmbito do Estado.

Mas que atuação é essa à qual credito efeitos políticos, sensíveis ao menos desde os anos 1980 (ALVAREZ, 1990; PINTO, 2013) e que se acentuaram nos anos 2000? Como tem se dado, e quais têm sido seus limites? Trago aqui alguns dados, eventos e reflexões em busca de respostas para estas questões.

Trata-se de um contexto de profundas *mudanças sociais*. Nas últimas décadas, a posição relativa das mulheres foi profundamente redefinida, mas permanecem desigualdades significativas. Para exemplificar, em 1970, o percentual de mulheres economicamente ativas era de 18,5%; em 2005, esse percentual chegou a 59%; hoje, está em torno de 56%. Adicione-se a isso o fato de que os níveis de escolaridade são maiores entre elas do que entre eles e poderíamos imaginar uma

---

1 Professora do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil. E-mail: flaviabiroli@gmail.com

2 Para citar alguns exemplos, destaco a Lei Maria da Penha (11.340/2006), sancionada em 2006, que permitiu institucionalizar e ampliar o combate à violência doméstica numa perspectiva de gênero; a legislação de 2008 que amplia para 180 dias a licença-maternidade para 20 dias a licença-paternidade (no setor privado, define incentivos nos marcos do Programa Empresa Cidadã, Lei 11.770/2008); a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 54/2004) que resultou na decisão do Supremo Tribunal Federal de 2012 que permite o aborto nos casos de anencefalia fetal; a decisão do STF de 2011 que, após uma sucessão de decisões favoráveis em outros níveis do Judiciário, reconhece a união entre pessoas do mesmo sexo; a PEC das Domésticas (72/2013), regulamentada em junho de 2015, que equaliza os direitos das trabalhadoras domésticas aos de outros trabalhadores, lembrando que no Brasil 98% das pessoas que exercem trabalho doméstico remunerado são mulheres e, em sua maioria, mulheres negras; e a Lei do Feminicídio (Lei 13.104/2015), sancionada em março de 2015.

superação relativa das desigualdades. Mas não é o que se deu. As mulheres recebem em média cerca de 25% a menos do que os homens nas mesmas atividades e são maioria entre as pessoas que exercem trabalho precarizado.

Muito mudou também na organização das relações familiares. As mulheres se casam e se tornam mães mais tarde e, principalmente, têm menos filhos (a taxa de fecundidade, que em 1970 era de 5,8 filhos por mulher, é hoje de 1,77). Mas elas continuam a ser as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e pelo cuidado, desdobrando-se em diversas funções. Não apenas as expectativas quanto aos papéis desempenhados, mas também o acesso a um recurso fundamental, o tempo, permanece desigual entre mulheres e homens, o que incide nos padrões da participação de umas e outros na sociedade (BIROLI, 2016a).

Trata-se, ainda, de um contexto de *mudanças políticas* importantes, sobretudo no que diz respeito às brechas e oportunidades na transição de um regime autoritário ditatorial para um regime referenciado por normas e valores liberal-democráticos. Nesse contexto, movimentos que se organizaram a partir da atuação das mulheres na oposição à ditadura e em um ambiente de avanços no combate às desigualdades de gênero em nível transnacional atuaram para a construção de legislação e políticas compatíveis com os interesses das mulheres. Fizeram isso estabelecendo diferentes graus de proximidade em relação ao Estado. Sua inserção na política partidária foi diversa, tendo prevalecido a aproximação com partidos de centro-esquerda. Nesse ponto, quando o horizonte deixa de ser o combate à ditadura e passa a ser o da construção de um regime democrático, destaco a atuação de feministas e movimentos junto ao Partido dos Trabalhadores (PT) por ser importante para a compreensão de como os movimentos atuaram a partir de 2003, com a chegada do PT ao Governo Federal.

O problema que trago à discussão é o fato de que *a atuação sistemática, qualificada e efetiva de mulheres e movimentos feministas não correspondeu a um aumento significativo da presença de mulheres nas esferas formais de representação*. Temos hoje, ainda, um número restrito de mulheres, e um número ainda mais restrito de mulheres identificadas com a agenda feminista, investidas de cargos eletivos. Com isso, nos vemos diante de um dilema, ou de um paradoxo, que diz respeito ao fato de que essa atuação se ampliou e se qualificou, mas não tem equivalência no âmbito dos partidos políticos e na construção de carreiras políticas. Partido e Estado permanecem, assim, largamente masculinos.

O Brasil é um dos países com os piores índices de representação de mulheres na política – em todo o mundo e também em relação a seus vizinhos latino-americanos. A despeito da adoção, há 20 anos, de cotas que determinam um mínimo de 30% de candidaturas do sexo feminino nas listas partidárias, elegemos menos de uma mulher para cada nove homens para a Câmara dos Deputados em 2014. Os números não são muito melhores nas Assembleias Estaduais e nas Câmaras Municipais. No Executivo, embora uma mulher tenha sido eleita para a Presidência da República por duas vezes, em 2010 e em 2014 – tendo sido

deposta em 2016 por um golpe parlamentar marcado pela misoginia –, a regra continua a ser a da sub-representação: apenas 11,5% dos municípios elegeram mulheres como prefeitas nas últimas eleições. Apenas um estado, entre os 27 que constituem a Federação, elegeu uma mulher como governadora.

Em 2016, a deposição de Dilma Rousseff expôs o peso desigual de mulheres e homens nos partidos e em cargos eletivos. Uma mulher foi deposta e aquele que a sucedeu, Michel Temer, nomeou um ministério inteiramente composto por homens brancos. A nomeação, de forte caráter simbólico, repercutiu nos noticiários nacionais e internacionais. Seu pano de fundo, ainda em curso, foi a ruptura do diálogo com os movimentos feministas, negros e LGBT, colocados de um golpe fora do âmbito estatal federal. Não havia e não há ainda uma presença desses grupos no Congresso Nacional que pudesse estabelecer um contraponto a essa exclusão.

Mas se aquele foi um momento que nos permitiu ver com clareza o problema que aqui procuro colocar, nos anos anteriores, em que o diálogo entre governos petistas e os movimentos feministas existia e se estreitava relativamente a governos anteriores, tivemos exemplos também didáticos. Quando Dilma Rousseff foi eleita pela primeira vez, em 2010, anunciou seu objetivo de compor um ministério que teria ao menos um terço de mulheres. Terminou nomeando apenas 9 mulheres em um total de 37 ministérios. Os relatos presentes na mídia e feitos por integrantes do governo são de que os partidos da base aliada se recusaram a indicar mulheres, reforçando o entendimento de que os partidos políticos são um gargalo importante, se não um ambiente abertamente hostil, à participação política das mulheres. São um elo fundamental na reposição de uma política masculina porque as hierarquias se reproduzem na composição das instâncias diretivas, nas decisões de financiamento de candidaturas e na definição do que é prioritário em sua agenda e em suas estratégias políticas.

Em todo o período em que o PT permaneceu no Governo Federal, a aproximação entre governo e movimentos feministas foi “calibrada” pelas alianças políticas. Agendas históricas já encampadas pelo próprio partido foram obstruídas por integrantes de centro-direita da coalizão governista que tinham como recursos assentos e, portanto, votos no Congresso Nacional: o apoio ao governo nas esferas formais de representação foi a moeda para trocas em que o valor da agenda das mulheres foi reduzido. Assim, o desequilíbrio de forças no Congresso é um dos fatores que explica os limites à implementação da agenda progressista que resultou das Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres (2004; 2007; 2011 e 2016), um dos pontos altos da articulação dos movimentos para a ação política no período, e que esteve presente nos Planos Nacionais de Direitos Humanos, especialmente no PNDH-3, de 2009, ao qual voltarei mais adiante.

Alguns exemplos foram o material para a educação sexual nas escolas, produzido pelo Ministério da Educação e vetado pelo governo em 2011; as campanhas para a prevenção da AIDS e de outras doenças sexualmente transmissíveis

voltadas para o público LGBT e as campanhas de saúde pública dirigidas a trabalhadoras do sexo, produzidas no âmbito do Ministério da Saúde, que também sofreram restrições após pressões dos setores conservadores.

As disputas relativas ao aborto ajudam a compreender o que defino como uma dialética de *avanços, investidas reacionárias e recuos* (BIROLI; MIGUEL, 2016; BIROLI, 2016b). Movimentos e organizações feministas trabalharam em duas frentes: pelo avanço na legislação e por garantias de cumprimento das exceções à lei penal. Uma das disputas ainda em curso implica a Norma Técnica do Ministério da Saúde “Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes de Violência Sexual Contra as Mulheres e Adolescentes”, cuja primeira publicação data de 1999 (2005).

Apesar do combate sistemático dos grupos conservadores, essa norma foi reeditada, revista e ampliada em 2005. Nesta edição, publicada novamente em 2011, tornou-se desnecessária a apresentação de Boletim de Ocorrência (BO) para atendimento e profilaxia da gravidez em caso de estupro. A Norma despertou reações imediatas dos grupos conservadores que, no Congresso, têm trabalhado para retroceder na legislação, eliminando os permissivos legais. O governo cedeu parcialmente a essas pressões em 2005<sup>3</sup>, mas, em 2013, os avanços conquistados por meio de normas técnicas seriam incorporados à lei 12.845/2013, que define violência sexual como “qualquer forma de atividade sexual não consentida”, tornando obrigatório o atendimento integral e imediato no SUS de mulheres que sofreram violência, incluindo a realização de profilaxia da gravidez. Por isso a lei é chamada pelos opositores do direito ao aborto de “Lei Cavalo de Tróia”: em nome do atendimento às mulheres violentadas, ela teria ampliado o acesso ao aborto.

Foi uma das reações a esses avanços nas garantias aos permissivos já existentes que produziu, como contrarreação, aquela que vejo como a primeira manifestação massiva e difundida nacionalmente pelo direito ao aborto no Brasil. Em 2015, mulheres foram às ruas em todo o país contra o PL 5069/2013, que tem como objetivo restringir o atendimento em caso de estupro. As redes sociais tiveram importância na forma e na amplitude que esse debate assumiu. Entendo que o acúmulo dos debates feministas, os avanços nos direitos das mulheres (com um amplo percurso de exposição pública de questões que, mesmo não estando diretamente relacionadas aos direitos reprodutivos, colaboram para redefinir o enquadramento destes, como a violência doméstica) e as transformações na posição social das mesmas colaboraram para um ambiente de maior sensibilidade e abertura à temática do aborto.

Anotada essa complexidade na dialética das ações e reações, gostaria de seguir um pouco com as disputas em torno do aborto, voltando ao ano de 2004. Naquele momento, com o protagonismo da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres

3 A Portaria 1.508/2005 tornou obrigatório um Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez, que inclui um “Termo de relato circunstanciado” assinado pela mulher que sofreu violência e por dois profissionais de saúde do serviço, além de termos de responsabilidade e de consentimento livre e esclarecido.



(SPM), ocorreu a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e uma das demandas aprovadas foi a de revisão da legislação punitiva do aborto. Uma Comissão Tripartite, composta por representantes do Executivo, do Legislativo e da sociedade civil, elaborou a correspondente proposta de anteprojeto de lei a ser entregue à Câmara Federal, que instituiu o direito à interrupção da gravidez até a 12ª semana, e até a 20ª nos casos de estupro, obrigando o SUS e os planos de saúde a realizarem o atendimento. O governo recuou no momento da entrega, mantida pela então ministra Nilceia Freire, mas já sem o apoio anterior. Isso teria ocorrido devido a um acordo entre o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a Confederação Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB), da Igreja Católica, em troca do apoio público desta ao governo na chamada crise do “mensalão”, que consistiu na denúncia de compra de votos de parlamentares pelo governo (MACHADO, 2016). O anteprojeto seria finalmente rejeitado em 2008.

Avanços via Judiciário, como o que definiu uma terceira exceção à penalização do aborto por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2012, são também alvos nas reações dos grupos conservadores no Congresso. Há hoje, na Câmara dos Deputados, um número exponencialmente maior de projetos de lei que pretendem retroceder na lei penal relativa ao aborto, isto é, suspender as exceções (entre 2000 e 2015, ao menos 32 proposições), do que projetos que visam à descriminalização ou garantias para as mulheres nos casos já previstos em lei (no mesmo período, duas proposições).

O quadro que trouxe até o momento tem como personagens principais mulheres e movimentos feministas que ampliaram sua atuação no âmbito estatal federal e grupos conservadores que têm atuado no Congresso Nacional. Há, ainda, outros elementos que precisariam ser trazidos à cena. Um deles é o ambiente internacional. Deixo apenas alguns registros, embora os considere bastante importantes. Feministas brasileiras têm participado de conferências internacionais e trabalhado pela adesão do Brasil a convenções e esforços pelos direitos das mulheres e pela igualdade de gênero. Essas mesmas convenções e acordos se transformam, em nível nacional, em instrumentos na luta para construção de legislação, políticas públicas e, ainda, para limitar a ação de grupos conservadores.

Vale observar também que grupos religiosos sempre atuaram na política brasileira, mas estamos diante de novos padrões de atuação, que incluem duas questões que considero fundamentais. A primeira é que as alianças entre grupos conservadores pentecostais e católicos no Congresso têm permitido uma atuação eficaz, em esfera formal de representação. Na nossa história, assim como na de outros países latino-americanos, a atuação da Igreja Católica tem sido eficaz no bloqueio à agenda feminista. O que temos agora é uma ação mais direta, que pode clamar para si “representatividade” por estar investida de cargos conferidos pelo voto. Ela corresponde a estratégias eleitorais de novo tipo e é nesse ponto que se coloca a segunda questão: trata-se de candidatos, de parlamentares e de grupos políticos religiosos que têm colocado a agenda reativa aos direitos das mulheres e

à igualdade de gênero como prioritária. O combate ao direito ao aborto e à união homoafetiva são pontas de lança de discursos públicos e da construção de suas identidades políticas (embora sua atuação seja, de fato, bem mais ampla).

Entendo que estamos diante de uma reação que se estabelece duplamente. Trata-se da reação à atuação dos movimentos feministas no âmbito do Estado. Mas se trata, também, e quero deixar aqui essa hipótese, de reação a mudanças sociais, ao cotidiano das relações de gênero, em que a vivência da sexualidade e as configurações do feminino e do masculino se alteraram. Daí parte dessa reação estar voltada diretamente para o debate nas escolas, procurando restringir não apenas a perspectiva de gênero nas políticas públicas e nos conteúdos escolares, mas cercar o debate. Penso, em especial, na reação que vem sendo orquestrada internacionalmente por setores conservadores da Igreja Católica contra o que chamam de “ideologia de gênero”, que conta no Brasil com importantes aliados entre grupos pentecostais e outros grupos conservadores, como aqueles articulados no chamado Escola Sem Partido.

Assim, se foquei pelas escolhas que fiz aqui nos movimentos feministas que têm atuado no âmbito do Estado, em mulheres que aprenderam a atuar ao longo das últimas décadas em movimentos feministas, movimentos negros, movimentos LGBTQs e na construção de partidos de esquerda, a compreensão dessa reação depende de que se jogue luz também sobre as mudanças sociais nos padrões de gênero e sobre a ampliação e difusão atual dos movimentos feministas. Nas justificativas para o bloqueio ao debate sobre gênero nas escolas, por meio de vetos aos Planos de Ensino nos níveis nacional, estaduais e municipais, a defesa da autoridade moral dos pais sobre os filhos é acompanhada da desconfiança em relação a professoras e professores (2015). Pergunto, porém: não serão as e os jovens estudantes os alvos principais? Não serão elas e eles aqueles que estão imersos em novos padrões de relações e mais “conectados”, literalmente, ao debate feminista?

Os “novos feminismos” se multiplicaram a partir dos anos 2000. Surpreendem pela sua presença em diferentes partes do país e pela sua capilaridade. Nos anos recentes, as reações ao PL 5069 e as mobilizações de 8 de março de 2017 levaram para as ruas muitas mulheres jovens, que fazem parte de coletivos ou são feministas autônomas e que não tiveram necessariamente contato com organizações e movimentos feministas estruturados há mais tempo. São também jovens as mulheres que escrevem e interagem em blogs feministas e numa nova imprensa feminista, que lança campanhas de grande alcance e recolocou em pauta, por exemplo, o debate sobre assédio sexual.

Contrariando apostas conservadoras na superação do feminismo como ideologia capaz de produzir adesões nesse início de século XXI, sua presença capilar tem sido percebida em diferentes espaços e expressões (GOMES; SORJ, 2014). A popularização do feminismo tem se dado juntamente com sua pluralização e descentramento (ALVAREZ, 2014). Como ocorreu antes, nos anos 1980

e 1990, os novos feminismos têm “forçado” a temática de gênero em espaços antes menos sensíveis a ela, incidindo na imprensa e, mesmo indiretamente, no campo das esquerdas, nos partidos políticos e, mesmo, em atores conservadores investidos de cargos, forçados em casos recentes a recuar ou dar respostas a críticas que esses feminismos colocam em circulação.

A internet tem um papel fundamental no seu espraiamento e organização. Embora tenham se tornado possíveis, entendo, nas malhas dos efeitos da atuação de mulheres e movimentos das décadas anteriores, os novos feminismos seguem padrões distintos. Estão mais capilarizados, em algumas frentes são bastante internacionalizados – como foram movimentos e organizações anteriores, como mostrou a configuração do 8 de março de 2017 –, mas também estão mais distantes da ação política coletiva institucionalizada, sobretudo daquela que tem nos partidos políticos um ator relevante. Nesses novos feminismos, os partidos têm menor peso como recurso organizacional e elo na construção das lutas do que tiveram nos anos 1980, 1990 e já nos anos 2000 entre organizações já consolidadas, como a Articulação de Mulheres Brasileiras, que existe desde 1994, e a Marcha Mundial das Mulheres, fundada em 2000.

Ainda assim, parece-me importante voltar ao meu ponto inicial: a reação conservadora tem assento no Congresso, espaço nos partidos políticos, recursos organizacionais e materiais para campanhas políticas. É possível que mobilize candidaturas de mulheres antifeministas a partir de igrejas para as eleições que virão. Parece necessário lidar, então, com o desequilíbrio entre a *expertise* de movimentos atuantes nas últimas décadas, o potencial político dos novos feminismos e a baixa presença de feministas nos espaços decisórios, nos espaços de representação formal.

Finalizo com questões e preocupações. *Como transformar a potência feminista difusa em potência que incida sobre o sistema político, sobre o Estado, sobre normas, políticas públicas e orçamento?* Em outras palavras, como fazer frente a partir das ruas e das redes, mas também nos espaços institucionais, a reações que vão de restrições nos direitos sexuais e reprodutivos à retirada de direitos das mulheres trabalhadoras? A investida atual contra os direitos e o aprofundamento do neoliberalismo incidem diretamente sobre as mulheres (BIROLI, 2017). Ações cotidianas, sem dúvida relevantes, podem ser frágeis se no âmbito estatal o peso dos grupos conservadores se materializa em legislação e políticas restritivas ou supostamente “neutras”, isto é, que se recusam a incorporar a problemática de gênero e a se referenciar por valores como igualdade e justiça.

Deixo, assim, indicados os riscos que podem existir em uma ação política que não tenha alguma correspondência na ação político-partidária organizada ou que recuse esta última em nome de algum purismo político. Historicamente, os feminismos brasileiros se depararam com uma série de obstáculos na sua relação com partidos e com o próprio Estado, na conhecida tensão entre autonomia dos movimentos e ação partidária e no âmbito estatal. Em partidos de direita, mas

também nos de centro e nos de esquerda, a estrutura e as hierarquias partidárias têm se mostrado pouco permeáveis à atuação e à agenda das mulheres. Mas essa história tem sido também a da disputa por tornar essa agenda permeável aos feminismos, ao antirracismo, à agenda dos direitos sexuais, uma *disputa pelos recursos para uma ação política eficaz*. Não me parece possível abrir mão dessa disputa, assim como da disputa por construir o Estado de modo que seja sensível às injustiças distributivas, à organização deficiente do cuidado, às violências que comprometem a integridade física e psíquica das mulheres. A interseccionalidade marca documentos recentes, como aqueles que resultaram das Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres e da Marcha das Margaridas. Neles, fica claro o potencial de uma crítica feminista que se constrói na demanda por direitos e no enfrentamento ao capitalismo.

## REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sonia E. *Engendering democracy in Brazil: women's movements in transition politics*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

\_\_\_\_\_. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, n. 43, p. 13-56, 2014.

BRASIL. *Decreto n.º 7.037*, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm)>.

\_\_\_\_\_. *Lei n.º 12.845*, de 1º de agosto de 2013. Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112845.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112845.htm)>.

\_\_\_\_\_. Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes. *Norma Técnica*. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Caderno 4. Brasília, 2005. (Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos)

\_\_\_\_\_. *Projeto de Lei n.º 5069*, de 27 de fevereiro de 2013. Acrescenta o art. 127-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal. Câmara dos Deputados. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565882>>.

BIROLI, Flávia. Aborto em debate na Câmara dos Deputados. *CFemea, Ipas e Observatório da Sexualidade*, 2016b. Disponível em: <[http://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2016/09/Estudo-Flavia-Biroli-29-09-2016\\_def.pdf](http://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2016/09/Estudo-Flavia-Biroli-29-09-2016_def.pdf)>. Acesso em: jun. 2017.

\_\_\_\_\_. A ideologia de Gênero e as ameaças à democracia. *Blog da Boitempo*, 2015. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2015/06/26/a-ideologia-de-genero-e-as-ameacas-a-democracia/>>. Acesso em: jun. 2017.

\_\_\_\_\_. A reforma da Previdência e a PEC 287 contra as mulheres. *Blog do Demodê*, 2017. Disponível em: <<https://grupo-demode.tumblr.com/post/157581196902/reforma-da-previdencia-a-pec-287-contras-as>>. Acesso em: jun. 2017.

BIROLI, Flávia. Divisão sexual do trabalho e democracia. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, v. 59, n. 3, p. 719-754, 2016a.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe (Org.). *Aborto e democracia no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2016.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, gerações e identidade: a *Marcha das vadias* no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, v. 29, n. 2, p. 433-447, 2014.

MACHADO, Lia Zanotta. Brazilian feminists in their relations with the State: contexts and uncertainties. *Cadernos Pagu*, n. 47, 2016.

MARCHA das Margaridas. *Pauta para o Congresso Nacional*. Brasília: Contag, 2015. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/imagens/f2414cadernodepautamarchaweb.pdf>>. Acesso em: junho de 2017.

PINTO, Céli. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2003.

# CAPÍTULO 10

## LOS RETOS DEL FEMINISMO EN LA ERA DEL “FASCISMO SOCIAL” Y DEL NEO-INTEGRISMO RELIGIOSO EN CENTROAMÉRICA<sup>1</sup>

*Montserrat Sagot<sup>2</sup>*

---

El movimiento feminista ha tenido una destacada participación en la configuración de las sociedades centroamericanas, sobre todo después del fin de la guerra y de la firma de los Acuerdos de Paz de las décadas de los años 80 y 90 del siglo XX. De hecho, es imposible pensar en los procesos de democratización de la región sin los aportes del feminismo. Este proceso se inició con la activa, aunque a veces invisibilizada, participación de muchas mujeres en los movimientos revolucionarios y populares de los años 70. En gran medida, el feminismo centroamericano surge de los grupos que combatieron a las dictaduras de la región, así como de otras organizaciones progresistas y de izquierda. Por esas razones, desde el nacimiento de esta segunda ola, el feminismo centroamericano se caracterizó por su crítica tanto al sistema de opresión de género como a las condiciones de opresión económica y política.

Después del fin de la guerra, el movimiento feminista colocó los asuntos relativos a la desigualdad de género en las agendas políticas de la región e impulsó la aprobación de nuevas leyes, el desarrollo de políticas públicas e incluso la transformación de la institucionalidad del Estado. En esta dirección se propiciaron cambios en los Códigos de Trabajo, de Familia, Electorales e incluso Penales para derogar leyes discriminatorias y para la aprobación de nuevas normas sobre violencia intrafamiliar, penalización del femicidio/feminicidio (Guatemala, Nicaragua, El Salvador, Costa Rica) y cuotas de participación política, entre otras. Asimismo, todos los gobiernos de la región ratificaron la

1 Esta es una versión actualizada y más corta del artículo “Un paso adelante y dos atrás: la tortuosa marcha del movimiento feminista en la era del “fascismo social” y el neo integrismo em Centroamérica” publicada en el libro *Feminismo y Cambio Social en América Latina y el Caribe*. Argentina: CLACSO, 2012.

2 Doctora en Sociología, con especialidad en Sociología del Género de The American University, Washington DC, Magíster en esta misma disciplina de la Universidad de Costa Rica y egresada de la Licenciatura en Antropología de esta misma casa de estudios. Cuenta con una amplia experiencia en la Universidad de Costa Rica, donde se ha desempeñado como Decana del Sistema de Estudios de Posgrado (2004), Vice-decana de este mismo programa en el período 2001-2004, Directora de la Maestría Regional en Estudios de la Mujer (1995-2001), Directora del Consejo Universitario, entre otros puestos. Desde 1990 es profesora de esta Institución en las escuelas de Antropología y Sociología y en diversos programas de posgrado, entre los que destacan Estudios Interdisciplinarios en discapacidad, Evaluación Educativa, Gerontología y Sociología. E-mail montserrat.sagot@ucr.ac.cr

CEDAW y la Convención de Belém do Pará y establecieron mecanismos nacionales (institutos o ministerios) para el adelanto de las mujeres.

Desde esa perspectiva, es posible afirmar que el movimiento feminista ha tenido una impronta significativa en la construcción de la institucionalidad pos-conflicto y en fomentar la idea de la necesidad de promover igualdad de género, lo que se convirtió en parte del discurso público en todos los países de la región centroamericana. Asimismo, el movimiento feminista contribuyó a politizar áreas previamente consideradas terreno privado al darle nombre a problemas ancestralmente ocultos, como las diversas formas de violencia contra las mujeres, y al ayudar a crear nuevas categorías de análisis para entender los procesos sociales vividos. Lo anterior da cuenta de la capacidad de incidencia del movimiento feminista en ese período y de su capacidad para transformar la mente colectiva.

Mención particular merecen los avances en el terreno de prevención, atención y combate a la violencia contra mujeres promovidos desde el movimiento feminista de la región. Dadas las situaciones de conflicto social y político de gran envergadura y de violación sistemática a los Derechos Humanos que se vivieron en la región, algunas organizaciones del movimiento feminista de Centroamérica desarrollaron su planteamiento de que los procesos de paz y democratización necesitan garantizar una vida libre de violencia y abuso de poder a toda la población, sin importar el espacio donde se ejerza esa violencia o quienes sean los perpetradores.

De esta forma, el movimiento feminista de la región se convirtió en un vehículo para la ampliación de la democracia y produjo algunas rupturas en el sistema de dominación patriarcal al permitir que las voces de las mujeres más excluidas (las abusadas y violentadas) pudieran ser un instrumento de inspiración y propuesta de reformas a las leyes y a las políticas estatales. Es decir, como lo han planteado algunas autoras, la problemática de la violencia contra las mujeres generó un discurso contra-hegemónico que diseminó nuevos conceptos e ideas en la esfera pública y promovió cambios y reformas en la agenda estatal (YOUNG, 2000; WELDON, 2004). En ese sentido, más que otros discursos propios del repertorio feminista, el discurso sobre la violencia contra las mujeres ha jugado un papel fundamental en los esfuerzos por “politizar” el ámbito de lo privado en Centroamérica.

Ahora bien, la relación entre el movimiento feminista y el Estado es dinámica, contradictoria y está determinada por la coyuntura política e histórica (SANTOS, 2004; MOLINEAUX, 2000). Es decir, como cualquier movimiento social que intenta introducir cambios en la configuración del Estado y en la sociedad en su conjunto, el movimiento feminista tiene más posibilidades de incidir en los períodos y lugares más progresistas y de mayor apertura democrática. En ese sentido, las oportunidades para la incidencia feminista oscilan entre los momentos de cambio liberador y receptividad por un lado, y los momentos de mayor conservadurismo y represión, por otro.



Desde esa perspectiva, las relaciones entre el Estado y el movimiento feminista deben entenderse como variables y contingentes. Son relaciones en cambio y redefinición constantes. Existe, además, una tensión permanente entre las propuestas y visiones del movimiento feminista y su capacidad de incidencia en los poderes establecidos. En otras palabras, en el terreno de las transformaciones sociales relativas a la condición de las mujeres, no hay conquista definitiva ni avance sin contradicción (CARCEDO; MOLINA, 2003).

## Los límites de la transición democrática

Centroamérica es hoy en día una región que vivió una transición hacia la democracia, pero cuyo resultado fue incompleto y muy restringido. De hecho, la combinación de un proceso de democratización formal con la implementación de una agenda neoliberal llevó a que se terminara el conflicto armado, pero no los problemas que lo originaron.

Es decir, si bien en toda Centroamérica se produjo un giro democrático y muchos avances en la institucionalidad, estos cambios se dan profundamente imbricados con el neoliberalismo, lo que ha implicado la construcción de un modelo de democracia que no se preocupa tanto por el bien común, sino por facilitar espacios para las inversiones transnacionales y para el desarrollo del capitalismo global. Un paso fundamental para concretar e incluso darle un marco de legalidad a este proceso fue la firma del Tratado de Libre Comercio entre Centroamérica, República Dominicana y Estados Unidos (CAFTA), que incluso obligó a los estados centroamericanos a modificar sus leyes internas, su definición territorial y hasta su capacidad regulatoria para el desempeño de las actividades económicas en su territorio nacional (Universidad de Costa Rica, 2006). Como lo plantea Breny Mendoza (2010), en la experiencia reciente de Centroamérica podríamos hablar incluso de la colonialidad de la democracia o de cómo la democracia neoliberal, utilizando el artefacto del libre comercio, ha sido instrumental para restablecer normas coloniales al interior de nuestras sociedades y a la vez reconstruir el vínculo colonial de la región con los nuevos poderes de occidente.

En ese contexto, en las últimas décadas se ha producido en Centroamérica un aumento de los niveles de la desigualdad social y de la pobreza (INSTITUTO CENTROAMERICANO DE ESTUDIOS FISCALES, 2011; CEPAL, 2012), un aumento de la violencia en todas sus manifestaciones,<sup>3</sup> grandes y sonados casos de corrupción, así como el resurgimiento de los fundamentalismos y del neo-integrismo católico, que invocan el mantenimiento del orden tradicional de género. Asimismo, la región vive un proceso de fragmentación de la producción, una sobreexplotación de la fuerza de trabajo, sobre todo femenina, y nuevas

3 Centroamérica es la región más violenta del planeta y una de sus ciudades, San Pedro Sula, en Honduras, es la ciudad más peligrosa del mundo, con una tasa de 169 homicidios por cada 100.000 habitantes (CONSEJO CIUDADANO PARA LA SEGURIDAD PÚBLICA Y JUSTICIA PENAL, 2012). Además, tres países de la región, Guatemala, El Salvador y Honduras, están entre los 10 países con las tasas más altas de femicidios del mundo (SMALL ARMS SURVEY, 2012).

formas de imponer condiciones políticas por medio de modalidades renovadas de represión y autoritarismo, con el caso del golpe de Estado en Honduras como el ejemplo más claro de este último fenómeno.

Las situaciones descritas evidencian la falta de correspondencia entre la democracia política y la democracia social en Centroamérica. Es decir, hay una contradicción entre un modelo económico que le da predominancia al mercado y la democracia. Para resolver esas contradicciones, las democracias neoliberales generan altos niveles de violencia, formas renovadas de represión, individualismo exacerbado, autoritarismo y relaciones cercanas con los fundamentalismos religiosos. Así, por ejemplo, se abrieron espacios de participación ciudadana para las mujeres y se generaron políticas de igualdad, sobre todo en el terreno formal, pero las difíciles condiciones económicas, la violencia generalizada, la represión, el avance del neo-integrismo religioso y las políticas fiscales restringen la amplitud y contenido de esa participación, y dejan las políticas de igualdad en el nivel de la retórica más vacía.

En ese sentido, el tránsito a la democracia no se ha visto acompañado de un mejoramiento real de las condiciones de vida de la población, sino, por el contrario, de un empeoramiento sustantivo, que genera frustraciones y que profundiza la ya existente desigualdad social (BANCO MUNDIAL, 2017). De esta forma, en la región se vive una profunda contradicción entre la promesa de la democracia y la paz, y las condiciones de vida desesperadas que enfrentan importantes sectores de la población, en particular los más excluidos, como las mujeres, las poblaciones indígenas y rurales, la niñez y los migrantes.

Por otra parte, las demandas de igualdad formal hechas por el feminismo pos-conflicto no parecen haber resultado del todo contradictorias con la democracia liberal. Desde esa perspectiva, en su proceso de cambio y adaptación a las nuevas condiciones históricas, el capitalismo y la democracia liberal han hecho concesiones al movimiento feminista por medio del reconocimiento de la igualdad *de jure*, sin que eso haya implicado grandes transformaciones sistémicas. Además, como lo han planteado algunas autoras, las necesidades del capitalismo incluso crearon un discurso de “emancipación”, y la igualdad de género – sobre todo en lo referente al ingreso de las mujeres a los sistemas educativos y al mundo del trabajo – pasó a ser fundamental para aumentar los ingresos familiares y el consumo en los hogares (BERGER, 2010; GIRÓN, 2012). Es decir, de nuevo, muchos de los logros del movimiento feminista fueron cooptados por la democracia liberal y acomodados a las necesidades del sistema capitalista con el fin de producir reformas, pero sin tocar el núcleo duro de la desigualdad.

Lo anterior nos muestra un panorama de serios retrocesos, incluso en el terreno del reconocimiento de derechos en Centroamérica. Es decir, con el afianzamiento del neoliberalismo, los asuntos relativos a la igualdad de derechos ni siquiera son importantes en el discurso público de los Estados de la región, y los espacios de acción de las organizaciones feministas se han visto reducidos de

una manera significativa. Además, la precariedad de las condiciones materiales hace que grupos importantes de la población, especialmente las mujeres de los grupos históricamente discriminados, queden fuera del reconocimiento de sus derechos más básicos al bienestar e incluso a la sobrevivencia.

Ahora bien, para que el neoliberalismo pueda convertirse en un proyecto civilizatorio viable, necesita del apoyo de dos fenómenos que aquí llamaremos fascismo social y neo-integrismo religioso. Estos fenómenos son los que justamente les proveen a las democracias neoliberales de un pilar socio-cultural que refuerza ideológicamente su proyecto económico y le ayudan a construir también las subjetividades necesarias para una vida llena de carencias y controles represivos.

## **El fascismo social como régimen civilizacional**

Según Boaventura de Sousa Santos (2009), el fascismo actual no es un régimen político sino, más bien, un régimen social y civilizacional. Se caracteriza por experiencias de vida bajo relaciones de poder e intercambios extremadamente desiguales, que se dirigen a formas de exclusión particularmente severas y potencialmente irreversibles.

Este régimen tiene una serie de características que se pueden apreciar claramente en los países centroamericanos. En primer lugar, es un fenómeno que crea un *apartheid social*; es decir, una segregación social y exclusión profundas que construyen un nuevo espacio-tiempo hegemónico que atraviesa todas las relaciones sociales, económicas, políticas y culturales y, por tanto, se convierte en un criterio general de sociabilidad. Como lo planteábamos antes, la desigualdad social que vive Centroamérica en la actualidad crea diferencias extraordinarias, que separan a los habitantes de los países en mundos completamente aparte y claramente demarcados.

La segunda característica del fascismo social se refiere a la usurpación de las prerrogativas del Estado por parte de actores sociales muy poderosos que, frecuentemente con la complicidad del propio Estado, o bien neutralizan o bien suplantán el control social y hasta económico que debería ser ejercido por el Estado. Como parte de esta segunda característica se produce un fenómeno en que actores sociales con grandes cantidades de capital disputan al Estado el control sobre los territorios. Esos actores poderosos cooptan o coaccionan a las instituciones del Estado y pasan ellos a ejercer la regulación social sobre los ciudadanos del territorio sin que éstos participen e, incluso, en contra de sus intereses. En Centroamérica este fenómeno tiene dos caras extremas: el control por parte de las maras o de otros grupos del crimen organizado de importantes territorios, sobre todo en los espacios urbanos, y el control por parte de terratenientes, o incluso de compañías transnacionales, de grandes extensiones de tierra en las zonas rurales, muchas veces usurpando derechos a las poblaciones campesinas o indígenas, y donde se impone la ley de la seguridad privada, del miedo y de la muerte.

*La tercera característica del fascismo social es la violencia y la inseguridad.* Es decir, la violencia en todas sus manifestaciones y la inseguridad de todo tipo, incluyendo la laboral y la incertidumbre frente a la posibilidad de la sobrevivencia misma, se convierten en determinantes del modo de vida en las democracias neoliberales. Esta violencia, por supuesto, afecta a las mujeres de forma particular, con un aumento escandaloso de las formas más extremas y crueles del femicidio, cuyas principales víctimas son las mujeres jóvenes. Es más, los homicidios de mujeres han crecido más rápidamente que los de los hombres en muchos de los países (CARCEDO, 2010; OBSERVATORIO DE LA VIOLENCIA UNAH, 2013).

La última característica del fascismo social es el control de los mercados financieros y de los flujos de capital por parte de inversores individuales o institucionales esparcidos por todo el mundo, y que no tienen nada en común salvo el deseo de maximizar sus ganancias. Esta “economía de casino”, como le llama de Sousa Santos (2009), es complemente adversa a cualquier tipo de intervención y deliberación democráticas. El golpe de Estado en Honduras de junio del 2009 se puede interpretar como un experimento de esta manifestación del fascismo social, con el fin de probar la efectividad de su poderío y de evitar intentos de instaurar democracias más participativas y de bienestar en la región (SALAZAR, 2009).

## **El neo-integrismo religioso y el debilitamiento del carácter secular del Estado**

Aunado al fascismo social, el otro fenómeno que le sirve de sustento ideológico a las democracias neoliberales de Centroamérica es el neo-integrismo religioso. Este es un fenómeno que surge en siglo XIX como respuesta de grupos católicos a la secularización y a la primacía de la ciencia. Su objetivo fundamental es instrumentalizar la religión con fines políticos; es decir, no es la conquista de almas *per se* lo que interesa, sino el ganar espacios dentro del Estado y de sus instituciones. Su lógica epistémica es que la religión debe manifestarse en el orden público, pero con el discurso de la modernidad (PACE; GUOLO, 2006). En ese sentido, es más difícil combatir sus estrategias que las del fundamentalismo, ya que en su discurso no necesariamente hacen referencia explícita a la Biblia o al pecado, sino que utilizan los instrumentos y el lenguaje de la democracia y de la ciencia.

Desde la anterior perspectiva, el proyecto del neo-integrismo es la refundación de la sociedad, no de acuerdo al dogma religioso como tal, sino a las consecuencias normativas del dogma (PACE; GUOLO, 2006). Por eso, es más importante que el Estado respete, asuma y convierta en política pública el sustrato moral de sus posiciones, que ganar adeptos que crean en Dios y en la Biblia.

Este movimiento ha encontrado un campo fértil en los estados centroamericanos, ya que el asumir sus demandas no hace parecer a los políticos o

gobernantes como retrógrados abiertamente. Por el contrario, los hace parecer como respetuosos y defensores de preceptos contenidos en las declaraciones internacionales de derechos humanos, como el respeto a la vida desde la fecundación y las concepciones tradicionales de familia (contenidas, por ejemplo, en el Pacto de San José), mientras que pueden violentar toda la otra gama de derechos económicos y sociales contenidos en esos mismos instrumentos.

La creciente cercanía de los gobiernos de la región con los grupos religiosos no solo ha debilitado el carácter secular de los estados, sino que se convierte en un impedimento directo para el avance de las propuestas feministas. De hecho, en todos los países de la región, independientemente de si los gobiernos son de derecha o de izquierda, se ha establecido una clara alianza entre los gobiernos y las jerarquías religiosas para prevenir el avance de la agenda feminista, principalmente en lo concerniente a los derechos sexuales y reproductivos.

Ejemplos de la anterior son la eliminación, durante la última década, del aborto terapéutico en Nicaragua, El Salvador y Honduras, la eliminación de la fertilización *in vitro* en Costa Rica y la derogación de las políticas de salud que permitían el uso de la anticoncepción de emergencia en Honduras. Asimismo, algunas feministas que se mantenían en puestos estatales fueron cesadas de sus funciones cuando manifestaron algún nivel de crítica o desacuerdo con las políticas públicas influenciadas por el neo-integrismo religioso.

## **¿Un paso adelante y dos atrás?**

Es en el marco de este nuevo contexto que el movimiento feminista de la región trata de llevar adelante su agenda, lo que se ha convertido en una tortuosa marcha. Si bien los discursos sobre la igualdad y la equidad de género se convirtieron en parte de la agenda pública, la eliminación de todas las formas de opresión y desigualdad no constituye una dimensión inherente de la justicia social en Centroamérica. Por el contrario, las políticas neoliberales más bien han profundizado las desigualdades y han generado nuevas formas de opresión, violencia y exclusión social.

Mientras que los países centroamericanos han hecho algunos avances en materia de igualdad formal y se han otorgado derechos de reconocimiento a las mujeres, la realidad política y económica de la región representa una barrera material y simbólica para el adelanto de una agenda de transformación social más profunda, particularmente de una agenda, como la feminista, basada en una ética de justicia redistributiva.

Hasta la institucionalidad de género creada y los diferentes programas de atención desarrollados en los países enfrentan serios problemas. No solo porque muchos de estos espacios han sido tomados por sectores conservadores e incluso neo-integristas, y funcionan con presupuestos muy bajos, sino porque nunca han operado desde una perspectiva dirigida hacia la eliminación de la opresión y de la injusticia de género. Más bien, muchas de estas instituciones funcionan bajo la

lógica del asistencialismo, y las mujeres que acuden a sus servicios son definidas como “beneficiarias” “necesitadas de ayuda” o como “víctimas” a las que hay que atender o soportar como un favor, pero no como ciudadanas con derechos.

En la práctica, parece entonces que la igualdad de género formalizada, tal y como ha sido construida en Centroamérica, y el neoliberalismo no son mutuamente excluyentes, sino, más bien, son socios en la búsqueda de un nuevo orden mundial (KROOK, 2008). En el contexto de un neoliberalismo global creciente pareciera entonces que las medidas para alcanzar una igualdad *de jure* son una concesión importante a las demandas del movimiento de mujeres, pero, a la vez, se convierten en una promesa vacía al contribuir a ensanchar la brecha creciente entre empoderamiento político, por un lado, y empoderamiento social y económico, por otro (PHILLIPS, 1999).

Por esa razón, muchas feministas de la región expresan ahora sus dudas acerca de los cambios promovidos en el terreno de la igualdad formal, argumentando, entre otras cosas, que estos cambios más bien ayudan a hacer avanzar los proyectos neoliberales, desmovilizan los movimientos de mujeres, resultan en la elección de mujeres conservadoras en puestos de elección popular, promueven una visión estática de las mujeres como grupo y disminuyen su eficacia como actoras políticas.

La dinámica actual se da en un clima social mucho más conservador y restrictivo, caracterizado por el surgimiento de grupos organizados, tanto de carácter religioso como político, que intentan frenar los avances e incluso revertir los logros alcanzados por el movimiento feminista (SAGOT, 2006). Desde esa perspectiva, las barreras sociales construidas para frenar el avance de cualquier propuesta progresista en la región pueden ser leídas como un símbolo de las nuevas condiciones en las que las feministas tratan de llevar adelante su agenda de transformación, pero se enfrentan a un Estado y a una sociedad menos receptiva, influenciada cada vez más por el discurso y la reacción organizada de grupos económicos, políticos y religiosos que evocan el autoritarismo, la preeminencia del mercado sobre la política, el individualismo exacerbado e incluso mantenimiento del orden tradicional de género.

En el contexto del fascismo social y del neo-integrismo religioso, de las promesas de igualdad vacías y de los retrocesos experimentados, muchas feministas de la región apuntan a que, a lo mejor, hay que mirar hacia otra parte. Aunque todavía no surgen propuestas muy acabadas, empieza a existir un creciente desencanto con la democracia, como parte de un reconocimiento de su estrecha relación con la globalización neoliberal, con el sistema de masculinidad hegemónica y con las políticas neo-coloniales. Además, algunos sectores del feminismo centroamericano empiezan a reconocer que si bien el discurso de derechos fue útil en determinados momentos, este discurso no debilita el poder del capitalismo neoliberal, ni ayuda a desarticular las relaciones desiguales de poder (BRADSHAW, 2006). En otras palabras, las armas de la democracia no parecen ser suficientes para atacar la fortaleza de la desigualdad.

Lo importante ahora sería no quedar atrapadas en las promesas de la democratización ni en fantasías sobre la buena vida contenidas en el paradigma de los Derechos Humanos, sino entender que las democracias neoliberales, reforzadas por el fascismo social y el neo-integrismo religioso, no pueden garantizar igualdad, seguridad y prosperidad a la mayoría de la población y menos a las mujeres.

Por eso, se empieza a construir un consenso de que si se quiere perturbar la hegemonía del capitalismo neoliberal, la lucha debe ser por la justicia y no tanto por la equidad, la paridad o las políticas de representación. No es una política de la presencia lo que se debe promover, sino una política de la justicia y de la redistribución que desmantele el dispositivo de poder que genera la desigualdad y la exclusión (MENDOZA, 2010). Como parte de las estrategias, el reconocimiento de que los adversarios en esta lucha, tanto los viejos como los nuevos, son sumamente poderosos ha llevado también a las feministas centroamericanas a proponer la creación y participación en alianzas amplias con otros sectores históricamente excluidos, pero manteniendo la autonomía. Es decir, la propuesta apunta hacia el desarrollo de nuevas formas de resistencia para transformar la precariedad en vida política activa.

De esta forma, se plantea la necesidad de construir un nuevo movimiento social centroamericano, diferente a los viejos movimientos revolucionarios del pasado, que debería construir alternativas y propuestas frente a la militarización, a la violencia, a las privatizaciones, al deterioro en las condiciones de trabajo y ambientales, a la soberanía alimentaria, a la defensa del agua y de los recursos naturales, etc. En esa dirección, la utopía demanda también la despatriarcalización, la descolonización y la desmercantilización de la vida. En resumen, un movimiento cuya aspiración sea la construcción de una nueva sociedad y de una nueva biopolítica que genere una empatía profunda entre las personas, independientemente de sus diferencias, así como de estas hacia los animales no humanos y hacia la naturaleza. Es decir, una biopolítica que respete y abrace la vida en todas sus formas, en lugar de la necropolítica promovida por la globalización neoliberal en su proceso de afianzamiento.



---

## REFERENCIAS

BANCO MUNDIAL, ¿Desarrollo económico inestable? Choques agregados en América Latina y el Caribe. Washington, DC: Banco Mundial. Licencia: Creative Commons Attribution CC BY 3, 2017. 91 p.

BERGER, Silvia. La Argentina oligárquica agroexportadora y los cambios en el orden de género. En: CAROSIO, Alba (Coord.). *Feminismo y cambio social en América Latina*. Argentina: CLACSO, 2012. p. 179-206.

BRADSHAW, Sarah. Is the rights focus the right focus? Nicaraguan responses to the rights agenda. *Third World Quarterly* [online], v. 27, n. 7, p. 1329-1341, 2006. <<https://doi.org/10.1080/01436590600933693>>.

CARCEDO, Ana. *No olvidamos, ni aceptamos: Femicidio en Centroamérica, 2000-2006*. San José, Costa Rica: CEFEMINA-Horizontes de Amistad, 2010. 502 p.

CARCEDO, Ana; MOLINA, Giselle. *Mujeres contra la violencia, una rebelión radical*. San José, Costa Rica: Embajada Real de los Países Bajos-CEFEMINA, 2003. 217 p.

CEPAL. *Panorama Social de América Latina 2012*. Santiago de Chile: CEPAL, 2012. 59 p.

CONSEJO CIUDADANO PARA LA SEGURIDAD PÚBLICA Y JUSTICIA PENAL. *Ranking de las 50 ciudades más violentas del mundo, 2012*. México: CCSPJP, 2012. 44 p.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. *Sociología jurídica crítica*. Para un nuevo sentido común en el derecho. Madrid, España: Trotta, 2009. 708 p.

GIRÓN, Alicia. Feminismo. Quiebres y zurcidos. En: CAROSIO, Alba (Coord.). *Feminismo y cambio social en América Latina*. Argentina: CLACSO, 2012. p. 43-56.

INSTITUTO CENTROAMERICANO DE ESTUDIOS FISCALES. Relación Política Fiscal Política social en Centroamérica. *Foro Regional Situación Fiscal en Centroamérica: La necesidad de reformas con enfoque social*. Guatemala, 2011. 43 p.



KROOK, Mona Lena. La adopción e impacto de las leyes de cuotas de género: una perspectiva global. En: RÍOS TOBAR, Marcela (Ed.). *Mujer y política: el impacto de las cuotas en América Latina*. Chile: Catalonia, 2008. Capítulo 1. p. 27-59.

MACDOWELL SANTOS, Cecília. En-gendering the police: women's police stations and feminism in Sao Paulo. *Latin American Research Review*, University of Pittsburgh, v 39, n. 3, October, 2004.

MARION YOUNG, Iris. *La justicia y la política de la diferencia*. Valencia, España: Ediciones Cátedra, 2000. 457 p.

MENDOZA, Breny. Los desafíos de los feminismos transnacionales en la nueva era del genocidio. *Cuadernos de Sociología*, San José, Costa Rica, n. 10, número extraordinario, 2010. p. 15-36

MOLYNEAUX, Maxine. Twentieth-Century state formations in Latin America. En: DORE, E.; MOLYNEAUX, M. (Eds.). *Hidden Histories of Gender and the State in Latin America*. Durham: Duke University Press, 2000. p. 33-82

OBSERVATORIO DE LA VIOLENCIA-UNAH. Boletín Especial sobre Muerte Violenta de Mujeres. Edición Especial, n. 9, ene. 2013. Disponible en: <<https://tzibalnaah.unah.edu.hn/bitstream/handle/123456789/1991/B-IUP00007.pdf?sequence=2&isAllowed=y>>.

PACE, Enzo; GUOLA, Renzo. 2006. *Los fundamentalismos*. México: Siglo XXI, 2006. 172 p.

PHILLIPS, Anne. *Which equalities matter?* Malden: Polity Press, 1999. 159 p.

SAGOT, Montserrat. La paz comienza en casa: las luchas de las mujeres contra la violencia y acción estatal en Costa Rica. En: LEBON, N.; MAIER, E. (Eds.). *De lo privado a lo público. 30 años de lucha ciudadana de las mujeres en América Latina*. México: Siglo XXI Editores-LASA-UNIFEM, 2006. p. 273-289.

\_\_\_\_\_. (Re) Definiendo las identidades y la acción política: multitudes diversas, sujetos colectivos y movimientos sociales en la Centroamérica del nuevo milenio. *Cuadernos de Sociología*, San José, Costa Rica, n. 7, 2007. p. 9-18.

SALAZAR, Robinson. Honduras factor estratégico que cambió el rumbo de América Latina. *América Latina en Movimiento*, n. 447, ago. 2009, año XXXIII. Segunda época. p. 9-13.

SMALL ARMS SURVEY. Femicide: a Global Problem. *Research Note*, Switzerland, n. 14, feb. 2012. Disponible en: <<http://www.smallarmssurvey.org/about-us/highlights/highlight-rn14.html>>.

UNIVERSIDAD DE COSTA RICA. *Pronunciamiento del Consejo Universitario en relación con el Tratado de Libre Comercio entre República Dominicana, Centroamérica y EEUU (TLC)* Acuerdo firme de la Sesión Ordinaria No. 5064, artículo 3, del 19 de abril del 2006.

YOUNG, Iris Marion. *La Justicia y la Política de la Diferencia*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2000. 457 p.

III. ARTE E GÊNERO:  
subversões, resistências e afirmatividade



# CAPÍTULO 11

## EXPOSICIONES DE ARTE FEMINISTAS Y/O DE LO QUEER: ¿resistencias, utopías o arqueologías?

Rosa Maria Blanca<sup>1</sup>

---

### Introducción

En la presente investigación se sugiere que existe una dinámica contingente en la contemporaneidad en lo que se refiere al panorama identitario y que en la dimensión artística se han estado produciendo propuestas que vienen a intensificar mudanzas en la percepción de sí y de los (as) otros (as). Este pensamiento es uno de los resultados del proyecto de investigación *Tránsitos (Des)identitarios: Arte como Proceso de Subjetivación*.

Se proponen a las exposiciones de artes visuales como proposiciones de subjetividades. Se parte del supuesto de que el arte contemporáneo permite dialogar con necesidades tanto cotidianas, cuanto culturales y científicas. Hay un esfuerzo en la investigación artística por producir otras categorías que colaboren con el propio desarrollo del lenguaje contemporáneo. Pero también puede ser visto cómo esa necesidad de hablar de sí, en el arte, traduce otros elementos de expresión, produciendo otras imágenes de lo subjetivo.

En ese sentido, se proponen las exposiciones como lugares de producción plástica de vivencias orgánicas, artificiales y políticas. Y donde el espacio de la muestra expone un tipo de intimidad probablemente aleatoria de visualidades evidentemente vulnerables. Sin embargo, esa vulnerabilidad no es destinada al sacrificio. Potencializa la subjetividad y su estética. Si existe un poder en una exposición, es precisamente su carácter de explosión y de implosión.

### La II Exposición Internacional de Arte y Género

Inserida en el contexto del Seminário Fazendo Gênero 11 & Women's Worlds Congress 13th, la II Exposición Internacional de Arte y Género ha tenido sometidos 48 propuestas artísticas pertenecientes a 51 artistas. Han sido seleccionados 25 trabajos para ser expuestos en el Museo de Arqueología y Etnología, de la Universidad Federal de Santa Catarina. Han participado artistas como Agnes Vilseki, Alexandra Martins, Alice Monsell, Aline Daka, Ana Sabiá,

---

<sup>1</sup> Rosa Maria Blanca es coordinadora del Laboratorio de Arte y Subjetividades (LASUB) y docente del Programa de Posgrado en Artes Visuales, de la Universidad Federal de Santa Maria, Santa Maria, Brasil. E-mail: rosablanca.art@gmail.com

Annie Gonzaga, Bruna Luisa, Cheyenne Luge, Clarissa Silva, Cláudia Paim, Consuelo Schlichta, Elisete Machado, Diane Sbardelotto, Elisa Comandulli, Heloisa Angelli, Itamara Ribeiro, Larissa Schip, Letícia Lima, Livia Auler, Marielen Baldissera, Mirela Ferraz, Nadia Senna, Natália Rosa, Rosana Bortolin, Sophia Pinheiro e Waleska Timmen. Han actuado en la Comisión de Selección: Glauco Ferreira, Lino Arruda, Patrícia Lessa, Sandro Ka y Virgínia Villaplana Ruiz. Rosa Maria Blanca ha sido la comisaria de la exposición.

En *La insoportable levedad del ser* (2016), Ana Sabiá muestra el fragmento de un cuerpo. El material que usa es vidrio quebrado. Las piernas se exponen en estillas y vestidas con medias de nylon. La artista torna transparente la condición femenina. La imagen traduce la vulnerabilidad con que el cuerpo femenino es construido en la cultura. Los vidrios rotos inquietan al (la) espectador(a), al mismo tiempo en que lo (la) cuestionan. ¿Cuál es el sentido de una cultura que fragiliza el cuerpo femenino para que después estalle, sin por ello perder la apariencia deseada?

Esa condición perturba todavía más cuando se sabe que quién se atreve a pasar la mano por el cuerpo en pedazos puede salir herido. Hay una clara propuesta de repensar las circunstancias en que se produce la identidad. Lo que sugiere pensar hasta dónde es posible afirmar la identidad femenina en el sujeto mujer en sus más variados grados de contingencia. La reflexión plástica atraviesa también los relacionamientos de poder entre el sujeto hombre y la sujeto mujer. La imagen de la sujeción vista a través de las estillas de esta obra de arte sugiere repensar los mecanismos mediante los cuales se producen las relaciones sociales en una cultura.

Agnes Vilseki participa con la fotografía *Diane 35* (2016). Se trata de una imagen visualizada mediante un panel *backlight*. Vilseki problematiza las categorías binarias de naturaleza y cultura y, junto con ellas, lo natural con lo artificial. En la fotografía es posible reconocer dos personajes usando accesorios que caracterizan el género femenino, como el vestido. Sin embargo, existen algunos elementos que abren la duda para una exacta definición del género, como lo son el cabello corto, en una de las modelos, o el andar casi militar y con botas, en otra de las modelos. Los zapatos de tacón y la peluca rosa podrían ser indicios de lo femenino, pero el desencuentro de la escena, connotado inclusive por la composición desplazada, abren todavía más el paisaje de lo natural.

Los excesos de lo sintético y del brillo intensifican la importancia de la tecnología y acentúan lo problemático que podría parecer imaginar natural cualquier paradigma identitario. La artificialidad del tejido del vestido corrompe la inocencia de la femineidad, como hipótesis o punto de partida para su legitimidad.

*Moldes* (2016) es una pintura de Diane Sbardelotto. La artista propone un cuerpo pictórico suspendido en el espacio. Ese cuerpo femenino pintado en acrílico envuelve también los restos y los rastros de la labor costurera. Discute el desgaste y la jerarquía de las profesiones y de los oficios, de lo (neo)liberal y lo (arte)sanal. Levanta cuestionamientos plásticos mediante la apropiación del

lenguaje de la pintura, pero también de la escultura y de la tridimensionalidad, arrastrando gestos arcaicos. Hay un *molde* improbable. Puede ser matriz, aunque también se propone como (ir)reproducible.

El cuerpo de Sbardelotto sorprende. Insinúa una genealogía de lo que es (im)propio como género en el contexto artístico. La problematización de lo legítimo y de lo noble artístico se hace evidente. Se instala la frontera entre lo artístico y lo que se costura. Hay un rigor, una exigencia, un respeto por los elementos y los materiales. Y sin embargo, ¿en qué momento ha surgido el privilegio? ¿En qué instante se abomina lo abominable? Los antagonismos, las contradicciones, los desusos de la obra de Sbardelotto devuelven la mirada.

## Trânsitos (Des)Identitários

La exposición *Trânsitos (Des)Identitários* (2016) ha sido realizada en el marco del I Seminario de (Des)Configuraciones y Subjetivaciones en Artes, del Laboratorio de Arte y Subjetividades (LASUB) del Programa de Posgrado en Artes Visuales y del Departamento del Artes Visuales, de la Universidad Federal de Santa Maria. Participaron integrantes del laboratorio.

El laboratorio produce poéticas visuales y contribuye para el desarrollo de teorías del arte. Busca también ofrecer alternativas para la historia del arte. Así, el laboratorio está integrado por artistas, por discentes en formación docente y por estudiantes de artes visuales que se interesan por la teoría y la práctica conceptual. Los(as) investigadores deben producir trabajos de arte en sus talleres o en espacios para la producción artística y al mismo tiempo realizan una reflexión teórica. Las discusiones son realizadas en el laboratorio.

Generalmente, se trata de artistas estudiantes que se identifican con lo queer, lo trans y lo feminista. Algunos (as) de ellos son activistas. También hay integrantes que investigan la constitución del (a) sujeto como artista y su proceso de subjetivación. Actualmente, pertenecen al LASUB, Leticia Honorio, William Silva, Ana Belizário, Livia Cocco e George Zampieri, todos(as) ellos(as) de la UFSM. También pertenecen artistas e investigadores(as) de otras universidades, como Ana Paula Simioni, Lino Arruda, Jacks Ricardo Salistre, Marcelo Chardosim y Milena Costa, entre otros(as) no menos importantes.

Para la exposición han sido mostrados trabajos que interfieren en la forma de percibirse a sí mismos (as), y que al mismo tiempo expanden la idea de cuerpo y sensibilidad. Ha tenido la curaduría de Rosa Maria Blanca y ha sido montada en la Sala de Exposiciones Cláudio Carriconde, del Centro de Artes y Letras, de la Universidad Federal de Santa Maria. En esa exposición, Leticia Honorio, por ejemplo, en *Sin título* (2016), ha problematizado el desnudo femenino, cuestionando el contexto en el que se produce la estética del cuerpo femenino. En la fotografía en blanco y negro, la luz también desmitifica lo femenino, ampliando zonas corporales (in)vistas. Al contrario de cómo sucede

en las exposiciones, donde existe un punto de vista masculino que tiende a la sobre-codificación de la sexualización de lo femenino, Honorio contra-sexualiza su propio cuerpo, como afirmaría Paul Preciado (2002). La exposición muestra un cuerpo sin órganos o con una multiplicidad de órganos, proponiendo un contra-discurso del cuerpo mujer. Las fotografías son una seducción de lo subjetivo, substituyendo el carácter fetichista de algunos íconos de la historia del arte y de los medios de comunicación.

Las fotografías de Rafael Durante, como *Sin Título* (2016) son autorretratos de sí mismo. Sobre su propia piel, Durante pinta estampas y otras texturas. En algunos momentos esas sobreposiciones y transparencias coloridas visualizan superficies orgánicas, escamas y otros contextos ambientales. El artista performa movimientos inusuales. Proyecta una fantasía. La sutileza de su composición visualiza una música, una partitura del autorretrato que no admite la justificativa del género. Hay un boceto de una identidad que todavía no existe en los manuales de la ciencia médica.

## La muestra Selfie

La muestra *Selfie* (2015) ha sido curada por Marcelo Chardosim. Expuesta en la Galería de los Arcos, en el interior del Gasómetro, en Porto Alegre, ha reunido fotografías de artistas como Alexandre Côpes, Camila Machado, David Cecon, Frozi, Glaucis de Moraes, Marcelo Chardosim, Mariana Rotter, Raphael Jacques, Rosa Blanca, Vivian Lockman e Viviane Gomes.

Uno de los objetivos de la curaduría de Chardosim ha sido la de abrir un espacio para aquellas propuestas que solamente encuentran un diálogo en la academia. Haciendo uso de un espacio clásico para el trabajo fotográfico como la Galería de los Arcos, Chardosim (des)obedece el significado de *selfie*. El resultado ha sido un conjunto de obras que alteran la lógica del autorretrato. Entre extrañamientos, técnicas virtuosas, obras nítidas y lúcidas, la exposición interpone un lenguaje contemporáneo que decepciona las expectativas formalistas y del protocolo artístico brasileiro.

Frozi muestra una imagen donde aparece fotografiándose a sí mismo frente a un espejo, sobre una cama y de rodillas. Parece estar usando apenas un calzón, dando visibilidad a sus glúteos. Visiblemente, la fotografía presenta un (des)cuidado escenario de lo que podría ser un motel. El culo subrayado por un barrote se visualiza en un primer plano, traicionando la estética del cuerpo. Esa interferencia hiere la iconografía masculina de la historia del arte. La espontaneidad del retrato prioriza una sensibilidad delicada y atrevida, imponiendo una vida privada como pública, que desautoriza a la propia norma.

Rosa Blanca expone a sí misma como “masculina”. Vistiendo una camisa social y unos jeans, aparece de pie, frente al urinario, ironizando el gesto de orinar convencional de hombres cis. La fotografía discute la relación que existe



entre la ciencia y la estética. Evidencia también la relación que existe entre los dispositivos tecnológicos como los vasos sanitarios y la identidad de género. La industria se ha encargado de fabricar artefactos como los vasos sanitarios dirigidos a la reiteración de gestos y comportamientos identitarios que (re)construyen constantemente el género. De tal forma que sujetos mujeres deben sentarse para orinar y sujetos hombres deben permanecer en pie. Mujeres deben ser ocultas cuando realizan este acto, mientras que hombres pueden usar estos dispositivos de forma colectiva, o sea, pueden o deben ser vistos, quien no se deja ver puede tener puesta en duda su virilidad. Blanca performa y confronta al espectador(a), proponiendo la libertad en la ficción como libertad artística e identitaria.

## Conclusiones

A modo de conclusión, se ve cómo en la mayoría de las exposiciones donde se problematiza lo identitario y donde se expanden los procesos de subjetivación participa artistas que intensifican sus percepciones de sí mismos(as), sin ilustrar un arquetipo. Esto quiere decir, que en el arte de lo trans, de lo queer o de lo feminista, no se trabaja con la idea de ilustrar alguna teoría. Hay una necesidad de cuestionar la constitución de lo artístico, de lo histórico y de lo cultural, pero simultáneamente se proponen ficciones reales, se imaginan estéticas desde la experiencia, el imaginario, el deseo y la sensualidad.

En estas muestras, inseridas en ocasiones en contextos políticos y feministas como la *II Exposición Internacional de Arte y Género*, generalmente se sienten interpeladas artistas mujeres. La decadencia del género como identidad, como muchos activistas e intelectuales militan, en un seminario como el *Fazendo Género*, exige reivindicación como una emergencia. Su arqueologización parece ser una estrategia para ignorar el conflicto tanto feminicida, cuanto de racialización.

Quien participa como artista en alguna de las exposiciones discutidas, o quien visita un espacio con una de estas muestras, no solamente conoce otros lenguajes contemporáneos, sino también se identifica y se sorprende. No está más solo o sola. Hay un colectivo, una investigación plástica, académica o no académica, institucional o no institucional, un acervo desde lo ilegítimo, desde lo que no encuentra un canon, desde lo desautorizado en el sistema de las artes, desde los márgenes, desde lo irrepresentable o desde lo acientífico.

El espacio de una exposición es utópico, pero no pretende dibujar un futuro, apenas traducir el presente abyecto.

## REFERENCIA

PRECIADO, Beatriz. *Manifiesto contra-sexual*. Madrid: Ópera Prima, 2002. 176 p.

## CAPÍTULO 12

### *MARCHA DOS VADIOS* DE ALICE PORTO: apropriações de fotografias de feministas em manifestações feministas

Ana Maio<sup>1</sup>

---

Conheci Alice no extremo sul do Brasil, na praia do Cassino, numa noite do inverno do ano de 2010, em uma exposição coletiva de que ela participava com desenhos autobiográficos, uma espécie de diário gráfico sobre questões afetivas que ela tinha dificuldade de tornar palavra.

Falar sobre a artista e feminista Alice Porto é articular dobras sobre gênero, desenho, narrativas gráficas, ficções e processos de impressão. Desenhar para Alice é começar algo, guardar, esquecer, encontrar, perder, reencontrar. Reflito: o que fazer diante do reencontro com arquivos de desenhos? Alice aproxima pedaços, inventa narrativas e, dispersamente, mergulha em si. Uma dispersão que instaura um processo de atenção, erguido na poética dos seus rascunhos. Alice conecta fragmentos e cria coesões temporárias para conjuntos de desenhos de anotação. Trava um embate com um tipo de atenção espalhada horizontalmente.

O sofisma na música “Masculino e Feminino”, de Pepeu Gomes (1983), as discussões diárias – presenciais e em redes sociais – acerca do conceito de gênero, os conflitos ideológicos e as rivalidades no território da linguagem motivaram Alice Porto à criação da série de desenhos intitulada *Marcha dos Vadios*. Sua proposição parte da ideia de aprofundar questões relativas a trabalhos realizados em desenho e gravura, que constituem um território de fricções entre arte e política, temática que aborda há alguns anos, em decorrência da sua atuação em coletivos feministas no estado do Rio Grande do Sul<sup>2</sup>. As discussões e ações realizadas junto a estas mulheres, assim como a leitura de teorias feministas aplicadas aos campos da história da arte, da linguística e da crítica literária impulsionaram seu processo de criação. Por conseguinte, o ambiente das redes sociais como lugar de troca, ativismo, articulação de coletivos políticos e artísticos é o espaço de construção e circulação das suas práticas poéticas.

A série de desenhos *Marcha dos Vadios* é um projeto de natureza coletiva, que parte de um convite endereçado às mulheres que participam, presencialmente, das marchas como ativistas ou fotógrafas ou, a distância,

1 Professora Associada III e pesquisadora dos Cursos de Artes Visuais – Licenciatura e Bacharelado da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, município do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Pós-Doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, no Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, na área de Poéticas Visuais (2013). E-mail: anamaio@terra.com.br

2 Coletivo feminista Giamarê, de Pelotas/RS, e Coletivo de Mulheres da UFRGS, de Porto Alegre/RS.

nos debates promovidos por estas imagens nas redes. O convite é postado numa página do Facebook<sup>3</sup>, solicitando registros fotográficos da participação de homens nos protestos da Marcha das Vadias<sup>4</sup> – manifestação pública feminista que visa, principalmente, evidenciar e se opor à cultura do estupro<sup>5</sup>. Este trabalho vem sendo realizado desde dezembro de 2015 e atualmente é composto por 45 desenhos, sendo que ainda está em construção.

A partir da observância de fotografias das Marchas das Vadias (MDVs) que circulam nas redes sociais e registros fotográficos de sua autoria – particularmente, imagens que mostram textos escritos em placas, cartazes e pintura no corpo, e expressão corporal dos participantes –, a artista define elementos determinantes para a articulação visual dos discursos usados nas manifestações e, por meio de processos de pós-produção, nos reapresenta os arquivos criados e apropriados na linguagem do desenho.

Para Alice, se por um lado esses signos visuais revelam posicionamentos coletivos, por outro lado, mostram que a Marcha das Vadias é um movimento que reflete uma diversidade de discursos e o pouco conhecimento histórico da resistência das mulheres, cedendo espaço para que *feministas* participem das manifestações, muitas vezes, de forma cômica.

A denominação da série de desenhos – *Marcha dos Vadios* – aborda a histórica diferenciação de gênero nos modos de uso da língua, consolidando o território daquilo que determina o que uma mulher deve ou não deve ser. Tal determinismo também se aplica aos homens, porém, em escala incomparavelmente, menor.

Robin Lakoff (1975), professora emérita de linguística na Universidade da Califórnia, Berkeley, no livro “Linguagem e o lugar da mulher”, de 1973, aborda a discussão sobre linguagem e gênero social no âmbito da sociolinguística, ao tratar dos modos de diferenciação da fala das mulheres em relação à dos homens; da discriminação da mulher a partir de sua linguagem e da maneira pela qual poderia haver mudanças. Em relação aos modos de fala, a ‘linguagem das mulheres’ é concebida, por Lakoff, como um estilo particular de fala aprendido durante a socialização no contexto da família. Para Lakoff, existe uma separação nítida, como se houvessem duas línguas distintas sob o mesmo nome e modos diferenciados de uso.

A autora discute o duplo preconceito relacionado à ‘linguagem das mulheres’: o de serem desacreditadas, quando assim se comportam, ou o de serem ridicularizadas, quando se recusam a falar como uma dama. Para a autora, a ‘linguagem das mulheres, com a emotividade, a hesitação, indicativas de trivialidade e incerteza, conduzem a uma fala sem poder, presente em uma fala mais forte e vigorosa,

3 Disponível em: <<https://www.facebook.com/serumhomemfeministo/?fref=ts>>.

4 Manifestação que ocorre em diversas cidades do país e tem origem na Slutwalk, que aconteceu pela primeira vez em Toronto, Canadá, no dia 3 de abril de 2011, e rapidamente tornou-se um fenômeno internacional.

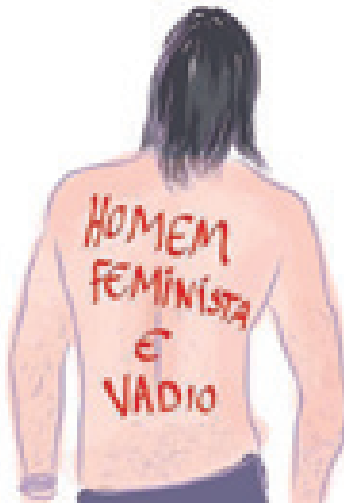
5 A “cultura do estupro” é um conceito cunhado por teóricas feministas dos anos 1970 a fim de nomear a maneira através da qual a sociedade se estrutura para fins de normalizar o estupro e responsabilizar as vítimas ao invés dos agressores.

normalmente atribuída aos homens. Em relação a propostas de mudanças, Lakoff se direciona a militantes no movimento de liberação das mulheres, linguistas e professores de ensino do inglês como segunda língua. Apesar de seu estudo ser sobre a língua inglesa, é possível aqui tecer um paralelo com a língua portuguesa.

A *Marcha dos Vadios* problematiza a língua como componente dessa tensão histórica no debate sobre gênero – refiro-me aos textos escritos e seus suportes. Quando comecei a analisar os desenhos de Alice, chamaram-me atenção as imagens de homens que usam o corpo como alicerce do discurso (Figura 1). O corpo carrega uma narrativa desprovida do vivido! Há uma disjunção entre o discurso e a vida das mulheres no contexto social. Entre o discurso e a cotidianidade de mulheres que são submetidas a uma diversidade de violências.

Ainda, para a artista, os discursos feministas são coletivamente construídos pelas mulheres. Portanto, quando homens que não participam, diretamente, desta construção, se apropriam destas narrativas e geram sentidos não propositais de leitura, confirmados em frases como: “Meu pau sabe onde entra”, “orgasmos para todxs”, “estupre-me” – escritas sobre o próprio corpo. Tal fato me permite aproximar esses corpos de uma vitrine de vivência do Outro. Alice percebe nisso uma confusão gerada pelo alargamento do debate sobre feminismo, catalizada nas redes sociais<sup>6</sup>, que amplia o acesso às reflexões sobre o tema, no entanto, gera um desvio das questões políticas para os discursos individualistas.

**Figura 1 – Desenho da série *Marcha dos Vadios***



Nesse contexto, o trabalho artístico de Alice cria agenciamentos com estas narrativas políticas tecidas no espaço das manifestações urbanas, considerando identidades, reivindicações, protagonismos, proposições e gírias.

6 A artista refere-se ao Facebook por ser a rede social que mais utiliza, porém, também identifica esta problemática no Twitter, Instagram e Tinder.

Ela adota o termo personagem para se referir aos *feministas* porque não tem interesse na identificação desses indivíduos, mas, antes, nas imagens que desvelam comportamentos coletivos. Personagem aqui, também, alude à linguagem de narrativa gráfica que dialoga com as histórias em quadrinhos e atende ao tom de humor que caracteriza a série. A artista usa somente uma fotografia e, a partir de componentes visuais selecionados, cria narrativas em desenho que poderão ou não coincidir com fatos.

A *Marcha dos Vadios* também reflete a atual tendência, nas redes sociais, de pessoas construírem narrativas que projetam uma imagem estrategicamente elaborada de si, conduzindo a um fenômeno intitulado “virtue signalling” (sinalização de virtudes), que consiste na invenção de aparências. Assim, associamos a imagem dos *feministas* a homens bons, que se solidarizam com a luta e a resistência das mulheres no tecido social.

Para Alice, o Facebook é amplamente usado por sujeitos com o objetivo de exibirem textos sobre ética e temas afins, na busca por confiabilidade. Assim, os *feministas* se apropriam de frases extraídas das construções dos movimentos feministas, que expressam demandas da politização coletiva do cotidiano específico de mulheres, e desconsideram que o sujeito do discurso altera os usos da linguagem e da leitura. Por efeito, a participação desses sujeitos nas MDVs, muitas vezes, implica em encenações com propósitos narcisistas.

Alice Porto vincula as suas práticas artísticas a uma parcela do ativismo que utiliza o humor e a ironia para refletir sobre o modo como as identidades, na contemporaneidade, constituem narrativas ficcionais que envolvem processos de criação e inserção de autoimagem no espaço público e nas redes sociais. O seu percurso poético emerge no espaço social dessas práticas de publicização individual no instante em que atos falhos são identificados e evidenciam um contrassenso entre a ação e a intenção desses sujeitos, potência esta explorada graficamente nos trabalhos por meio da contraposição das narrativas escritas (cartazes, símbolos) e o subtexto da ação (linguagem corporal e contexto subjacente).

A circulação da série de seus desenhos nas redes sociais se aproxima à intenção do pixo – para além das imagens, Alice demarca um território e afirma a retomada do protagonismo da voz da mulher, artista e feminista. As redes sociais são o território de atravessamentos e produção de suas ficções. A artista se apropria de discursos nas fotografias de registro das Marchas da Vadias – léxico visual erguido no movimento que atravessa as ruas das diferentes cidades do país – e cria estratégias de reinvenção e rerepresentação destas narrativas. Portanto, é neste território que a artista opera passagens entre a reflexão e o humor, entre os feminismos e a arte.

Para Alice, se o território das imagens miméticas é utilizado por homens a fim de condenar a conduta de mulheres que muitas vezes desencadeiam casos extremos de humilhação, linchamento e suicídio devido à impossibilidade de essas imagens serem controladas na internet, a partir do momento em que são

absorvidas nas e pelas redes sociais, então, trata-se de uma ação transgressiva utilizar esta mesma plataforma para expor limites próprios da linguagem, como a transposição de “feminista” e “vadio” para o masculino, uma apropriação debochada das restrições da língua.

Dentre os textos escritos em cartazes e os símbolos desenhados sobre a pele, o que não é dito? Quais são os possíveis deslocamentos da apropriação destas narrativas no campo das Artes Visuais? Como abordar as passagens operadas da fotografia ao desenho, do desenho à gravura e da gravura ao livro de artista? A partir destes questionamentos, os desenhos de Alice Porto são devolvidos às redes sociais, de onde se originaram, ou inseridos em diferentes contextos cotidianos por meio de bottons, camisetas, adesivos, pôsteres e pequenos livros de bolso, interagindo novamente com a paisagem urbana, de onde foram apropriados. A publicação *Ser Um Omi Feminista*, impressa em risografia<sup>7</sup> numa tiragem de 210 cópias, foi lançada na Feira Plana<sup>8</sup>, em São Paulo, em janeiro de 2016. É um livro de artista de pequena dimensão, em formato de sanfona, que articula quatro desenhos da série *Marcha dos Vadios* e um texto curto, paródia da música “Masculino e Feminino”, de Pepeu Gomes.

Por conseguinte, reflito: De que maneira as visualidades presentes nos registros fotográficos das manifestações feministas podem ser articuladas numa produção artística em estreito diálogo com as políticas de gênero? Que novos significados podem ser agregados a essas fotografias, a partir de um deslocamento gerado pela reelaboração das mesmas em práticas em desenho?

No caso de Alice, narrativas gráficas, desenho e processos de impressão se apresentam como elementos articuladores de fricções entre gênero e arte, num percurso criativo erguido com ações de apropriação e pós-produção de arquivos constituintes do debate sobre gênero e suas reverberações no campo do ativismo das Artes Visuais. A criação de narrativas sobre gênero e as formas de apresentação e inserção destas no contexto da arte contemporânea revelam a força que movimenta o trabalho da artista em direção a novas e feministas fronteiras.

7 A risografia é um processo de impressão que se situa entre o mecânico e o artesanal, entre o xerox e a serigrafia, combinando, dessa forma, alguns elementos da impressão digital (rapidez, praticidade e baixo custo) e elementos artesanais (a textura da tinta e algumas imperfeições no encaixe de cores).

8 A Feira Plana é um evento anual que reúne editores independentes, artistas, fotógrafos e designers desde 2012. Atualmente é a maior feira de publicações de artista em território nacional. Mais informações em: <<http://www.feiraplana.org/>>.

## REFERÊNCIAS

LAKOFF, Robin. *Language and women's place*. Londres: Harper Colophon Books, 1975.

MANUAL para uso não sexista da linguagem. Elaborado pela Secretaria de Políticas para Mulheres do Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <[http://www.spm.rs.gov.br/upload/1407514791\\_Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf](http://www.spm.rs.gov.br/upload/1407514791_Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf)>.



## CAPÍTULO 13

# OCUPAR O ENSINO DE ARTES COM AS REFLEXÕES SOBRE RELAÇÕES DE GÊNERO E DE SEXUALIDADES

*Rafael Siqueira de Guimarães<sup>1</sup>*

---

A “educação sexual”, desde uma perspectiva normatizadora do Estado brasileiro, esteve presente desde os anos 1920 (SAYÃO, 1997), mas é somente nos anos 1980, com a proximidade da abertura política do Brasil, após período de ditadura militar, que esses temas são inseridos numa perspectiva mais emancipadora, ainda que bastante implicados com o paradigma da prevenção à AIDS.

Destaca-se uma mudança, a partir dos anos 1990, para uma crescente inserção destas temáticas, em especial nos espaços de formação para a educação básica (LOURO, 1996), a partir dos estudos foucaultianos e pós-estruturalistas do currículo e da educação, que inserem tanto a referência do pensador francês no campo da educação e, em especial, nos estudos do currículo, como o espectro, no interior dos estudos feministas, de uma perspectiva crítica que insere o campo discursivo desde a mesma posição epistemológica para pensar gênero, corpos e sexualidades.

Somente em 1997, após 11 anos de “abertura política” no Brasil, é que se insere o tema da “orientação sexual” nos parâmetros Curriculares Nacionais, mesmo ainda desde uma ideia bastante informativo-preventiva, tanto populacional como individual (ALTMANN, 2001), denotando, como aponta Foucault (1999), tanto a incidência do poder disciplinar como o biopoder. Mesmo que se possa compreender a importância da inserção da temática, e que esta, neste momento, traga uma abertura aos diversos modos de viver as sexualidades, o documento trata-o como tema transversal. No campo da formação de professoras e professores, a marcação das temáticas de gênero e diversidade sexual só é inserida nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), ou seja, sob a forma de Lei, em 2015 (BRASIL, 2015).

Com a afirmação e citação de diversas autoras de diferentes matrizes feministas e pós-feministas, por meio dos estudos da área da homocultura, do transfeminismo, dos feminismos negros, fui reafirmando a necessidade premente de considerar a produção do conhecimento nestas áreas como necessárias para o debate na área de artes, que não é “menos” filosófico que a matriz hegemônica ocidental, que trata de reduzir as especificidades em tela. Com a participação efetiva de algumas estudantes, que realizaram o chamado de uma reunião com

<sup>1</sup> Performer, psicólogo, ativista e produtor cultural. Professor da Universidade Federal do Sul da Bahia. E-mail: rafaorlando@gmail.com

os Colegiados de Curso, apoderando-se de leituras, experiências de suas militâncias (feministas, LGBTIAQ, negras), foi que se constituiu efetivamente a possibilidade da definição do espaço, um componente (CC) específico com o nome “Arte, gênero e sexualidades” tanto na Licenciatura como no Bacharelado de Artes, com a seguinte ementa: “Arte para uma cartografia sentimental: as relações das artes com as poéticas de gênero e sexualidades”.

A ementa construída apresenta um amplo espectro dos estudos e práticas para as artes, as relações de gênero e as sexualidades, compreendendo o processo histórico marcado, neste processo, pelas tendências curriculares pós-críticas em educação, considerando a historicidade dos estudos feministas e queer e os movimentos decolonialistas. Aponta para um debate que dialoga ao mesmo tempo com os dos fazeres artísticos, como os espaços educacionais, e também dialoga com os movimentos sociais de lutas feministas e dos direitos LGBTIAQ.

O principal espaço de atuação é o fazer artístico, e este lugar profissional, assim como outros, é permeado por relações de poder. Obviamente, como afirma Hall (2016), existem diferentes representações sobre qualquer fazer, que podem, inclusive, se contrapor. A representação do que é o “ser artista” é majoritariamente masculina. Como bem lembra Osthoff (2010, p. 77):

Embora a misoginia, o racismo e a homofobia não sejam práticas sociais incomuns na América Latina, mesmo entre intelectuais progressistas, em geral não se considerava que essas questões deveriam ser abordadas prioritariamente, ou mesmo separadamente daquelas concernentes às relações de classe e de raça.

Entendemos que as teorias feministas e as perspectivas queer, para além de um substrato importado do Norte global, poderiam nos oferecer uma discussão aprofundada a fim de refletir sobre a arte produzida no Brasil e na América Latina e reconhecer o lugar do fazer das artistas mulheres e das perspectivas gays, lésbicas, transfeministas queer nas artes. Apropriei-me, para a realização dos trabalhos, da perspectiva das pedagogias queer (LOURO, 1997, 2007) e a proposição da pedagogia dos monstros (COHEN, 2000). Esta última, como proposta político-metodológica, interessou muito às/aos estudantes:

O monstro surge no intervalo no qual a diferença é percebida como a divisão entre, de um lado, a voz que registra a “existência” do “diferente” e, do outro, o sujeito assim definido; o critério dessa divisão é arbitrário, e pode ir desde a anatomia ou a cor da pele até a crença religiosa, ao costume e a ideologia política. A destrutividade do monstro é realmente uma desconstrutividade: ele ameaça revelar que a diferença tem origem no processo e não no fato (e que o “fato” está sujeito a constante reconstrução e mudança). Dado que os que têm registrado a história do Ocidente têm sido principalmente europeus e masculinos, as mulheres (Ela) e os não-brancos (Eles!) viram-se repetidamente transformados

em monstros, seja para validar alinhamentos específicos de masculinidade e branquitude, seja simplesmente para serem expulsos do seu domínio de pensamento. Os outros femininos e culturais já são bastante monstruosos se considerados isoladamente, na sociedade patriarcal, mas quando eles ameaçam se misturar é toda uma economia do desejo que se vê atacada (COHEN, 2000, p. 45).

Chamou-lhes muita atenção para esta reflexão, disseram-me repetidamente, que “nunca haviam pensado a partir desta perspectiva”. Desde o momento em que lhes causava estranheza, pudemos trabalhar especificamente a estranheza em relação ao anormal: não foi preciso, nesse momento, realizar leituras aprofundadas e históricas baseadas na perspectiva foucaultiana, que é de onde surgem estes desdobramentos. Por exemplo: nem tínhamos tempo e nem nas condições de formação de bacharelado/licenciatura talvez fossem possíveis, mas o fato de trazermos como operador este sentido dado por Cohen (2000), ao monstro e à sua desconstrução, levou alunas e alunos a refletirem sobre a maneira como a escola (as artes e a sociedade) lida com as diferenças, e, em especial, às distintas identidades de gênero, às formas de vivência do desejo, dos corpos e das sexualidades. Esta leitura, em especial, nos levou ao espaço pensado/desejado das pedagogias queer, já que dão o entendimento das identidades como identidades políticas, sem, contudo, desenvolver um processo de aprendizagem por definição de identidades.

Entender o monstro/desvio como possibilidade de resistência política levou minhas/meus estudantes a compreenderem que a atuação artística e docente na educação básica, que engloba as dimensões de gêneros e de sexualidades, diz respeito a relações de poder que se estabelecem no cotidiano das práticas e elas/es puderam pensar que o simples fato de estas questões não pautarem suas práticas significa que se está deixando esvaír uma construção pedagógica mais emancipatória.

Desde um lugar epistemológico da educação até uma construção epistemológica feminista (OSTHOFF, 2010) e queer (cuir) (FERREIRA, 2016), buscamos refletir sobre as construções históricas e as (im)possibilidades que deixaram estas reflexões de fora dos espaços de formação em artes. Como bem reflète Osthoff (2010, p. 77), em diálogo com as artistas entrevistadas:

Entre as artistas que entrevistei para este artigo, o consenso geral parecia ser querer evitar o “gueto da estética feminina”. As artistas brasileiras têm preferido falar de questões tais como o status de cidadãos de segunda classe que os artistas latino-americanos, infelizmente, ainda possuem na cena artística internacional.

Assim, as próprias artistas também refletem sobre o lugar redutor de se colocar num lugar de uma estética “feminina”, mas é certo que, temos visto, nos

últimos tempos, o crescimento de fazeres artísticos voltados às lutas feministas, pós-feministas, queer e decoloniais. Como aponta Ferreira (2016, p. 218-219),

ainda que não necessariamente pudéssemos definir ou mesmo classificar certas práticas artísticas como queer (pelas hesitações intrínsecas em nomear coisas, pessoas e identidades a partir dessa categoria), pode apontar para certas obras performáticas que flertam e discutem em si mesmas questões referentes aos binarismos de gênero, às identidades trans e aos processos de racialização mais específicos e próprios do caso brasileiro. Recentemente uma série de artistas vinculados ao meio musical vêm se mostrando abertos a discutirem suas sexualidades em público nestes termos não-binários e de como esses marcadores de diferença relacionados à sexualidade, gênero e raça e identidade influenciam de diversos modos a música e a arte que produzem. Exemplos marcantes que despontam recentemente são a/os cantore/as Jaloo, Liniker e MC Linn da Quebrada. Todos/as ele/as parecem expressar em diferentes momentos suas posicionalidades como pessoas que se entendem como não-binárias, trans ou mesmo como dissidentes de certas normativas binárias de gênero e sexualidade vigentes no Brasil, na “tradição” transgressiva de Ney Matogrosso e dos Dzi Croquettes.

O espaço de inserção das estéticas propositivas das afirmatividades feministas, pós-feministas e queer na formação de bacharelado e licenciatura em artes proporciona a estas formações trazer a própria desconstrução a que se propõem as perspectivas pós-críticas nos estudos de gênero, pois intensificamos, por uma releitura da arte, por meio dos pressupostos epistemológicos, que estes posicionamentos nos permitem, assim como permitiram às/aos artistas, que, ao dialogarem com estas leituras, colocam-se esteticamente num lugar de questionamento de seus próprios fazeres no interior das normas de gênero vigentes. Trata-se, como aponta Preciado, de uma apropriação da tecnologia de gênero, já que se coloca como tática de guerrilha, que é estética, é sexopolítica:

[...] se faz na apropriação das disciplinas de saber/poder sobre os sexos, na rearticulação e no desvio das tecnologias sexopolíticas específicas de produção dos corpos “normais” e “desviantes”. Por oposição às políticas “feministas” ou “homossexuais”, a política da multidão queer não repousa sobre uma identidade natural (homem/mulher) nem sobre uma definição pelas práticas (heterossexual/homossexual), mas sobre uma multiplicidade de corpos que se levantam contra os regimes que os constroem como “normais” ou “anormais”: são os drag kings, as gouinesgarous, as mulheres de barba, os transbichas sem paus, os deficientes ciborgues (PRECIADO, 2011, p. 16).

## REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. *Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, p. 575-587, 2001.

BRASIL. *Resolução CNE/CP n. 02/2015*. Conselho Nacional de Educação. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, 1º de julho de 2015.

COHEN, Jeffrey Jerome. A cultura dos monstros: sete teses. In: SILVA, Thomaz Tadeu da et al. (Org.). *Pedagogia dos monstros: os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 23-60.

FERREIRA, Glauco B. ‘Arte Queer’ no Brasil? Relações raciais e não-binarismos de gênero e sexualidades em expressões artísticas em contextos sociais brasileiros. *Urdimento*, v. 2, n. 27, p. 206-227, 2016.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Apicuri/PUCRio, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. *Educação em Revista*, n. 46, p. 201-218, 2007.

\_\_\_\_\_. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1997.

OSTHOFF, Simone. De musas a autoras: mulheres, arte e tecnologia no Brasil. *ARS*, ano 5, n. 15, p. 75-91, 2010.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. *Revista Estudos Feministas*, v. 19, n. 1, p. 11-20, 2011.

SAYÃO, Yara. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, Julio Groppa. (Ed.). *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997. p. 107-117.



IV. CORPOS, SABERES,  
TERRITÓRIOS: desafios do gênero e  
da negritude na contemporaneidade





# CAPÍTULO 14

## SEXUALIDADE, GÊNERO E DISTOPIA NAS LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

*Mário César Lugarinho<sup>1</sup>*

---

Há uma forte e flagrante relação entre gênero e nacionalidade. A formulação dos discursos das identidades das nações europeias (modelos dos estados nacionais modernos) construiu paradigmas identitários que orientaram a formação dos indivíduos como súditos, primeiramente, e como cidadãos, em seguida. Por definição, esses paradigmas também definiram quais indivíduos deveriam ser excluídos do discurso identitário nacional.

George L. Mosse (2000, p. 61) aponta que, especialmente durante o século XVII, os estados europeus se fecharam em fronteiras determinadas pela ordem dinástica. No interior desses territórios, passou a se constituir uma “cultura” baseada numa flagrante homogeneização linguística, religiosa e étnica, que, além de determinar a construção de traços comuns e contínuos entre os indivíduos, por eleger e instituir uma narrativa comum de origem, excluiu indivíduos que não se submetiam e/ou não se reconheciam a partir daquela narrativa. Dependendo da predominância populacional existente no interior das fronteiras das monarquias e estados daquele tempo, ser católico, ortodoxo ou protestante, latino, germânico ou eslavo, ou ter algum desses traços na origem familiar instituía indivíduos e grupos em condições hegemônicas ou não. O estado dinástico, então, passava a se estabelecer como estado nacional. Cabe lembrar que a nação, seguindo a lição de Benedict Anderson (2007), a “comunidade imaginada”, fora construída a partir de indivíduos que possuíam uma identidade comum e partilhavam experiências comuns e que se reconheciam a partir de uma narrativa fundadora.

De imediato, judeus e ciganos (notadamente na Europa Central), mas também indivíduos mestiços de toda sorte, foram excluídos do estatuto das identidades nacionais europeias. Com o passar do tempo, com a estabilização do paradigma racial/étnico e religioso, outras características foram adicionadas, na medida em que a Ciência avançava sobre a narrativa mítica fundadora, acompanhada pela expansão capitalista e pela própria instituição do Estado, por meio do Direito e da Justiça: assim, a sanidade mental e a orientação sexual, o

---

1 Professor Associado da Universidade de São Paulo na área de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. É bolsista de produtividade em pesquisa (nível 2) do CNPq, recebendo sucessivos apoios desde 2001. É pesquisador associado do Centro de Estudos Comparatistas, da Universidade de Lisboa, e do Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa, da Universidade do Porto. E-mail: mario.cesar.lugarinho@gmail.com

capital acumulado e o respeito à legislação interna e à ordem política estabelecida também passaram a hierarquizar os traços identitários individuais e coletivos em relação à identidade nacional paradigmática. Por negação aos desvios, que passaram a ser fortemente descritos pela ciência emergente, o paradigma da identidade nacional se estabelecia – um paradigma flagrantemente masculino. Para Mosse (2000), nesta altura, a centralidade da identidade masculina é levada ao paroxismo a fim de dar sentido às identidades nacionais, com a criação, ao longo do século XVIII, na Europa, dos exércitos nacionais<sup>2</sup>. A criação do braço armado do Estado nacional determinou uma mudança drástica na cultura europeia a partir da qual o serviço ao Estado passava a agregar valor de masculinidade ao indivíduo, alçando-o da esfera comum da vida cotidiana aos desígnios nacionais (como se observa pela transformação operada em Heathcliff, protagonista de *Wuthering Heights*, de Emily Brontë [1847]).

A estruturação da “ordem de gênero” é devida ao reconhecimento da masculinidade hegemônica a partir da qual todos os indivíduos de um agrupamento social são colocados em função – assim, o modelo do homem burguês e moderno ainda muito deveria ao modelo do homem do Antigo Regime, apesar de diferirem de maneira flagrante. Na tradição ocidental do Antigo Regime, a masculinidade hegemônica estava instalada pelo patriarcado, instituição social, cuja face jurídica, advinda do Direito romano, era o princípio do *pater familias*. O patriarcado concedia ao chefe do agrupamento familiar o direito de dispor sobre a vida de todos que a ele se subordinavam (homens e mulheres, esposas, concubinas, amantes, filho e filhas, legítimos ou não, empregados, servos e escravos, de todas as etnias, raças, religiões, origens e possíveis orientações sexuais). O patriarca, num tempo em que as comunicações eram difíceis entre espaços distantes, era efetivamente um representante bastante autônomo do poder imperial e, posteriormente, colonial. Apenas com a formulação do estado nacional e com a instalação da vida burguesa, o *pater familias* foi sendo esvaziado paulatinamente até o seu completo desaparecimento – o direito sobre a vida dos subordinados ao passar para o Estado, conforme a disseminação das instituições jurídicas, exigiu uma redefinição da forma de ser e estar homem e das características que viriam a pautar a masculinidade<sup>3</sup>.

Connell apontava ainda que masculinidades não hegemônicas se constituíam em função dos indivíduos que desempenhavam a hegemonia no agrupamento social e, dessa maneira, estabilizavam e consolidavam os papéis sociais que construíam a “ordem de gênero”. Uma articulada rede de relações hierarquizava

2 Os agrupamentos armados reunidos em função de uma identidade nacional comum devem ser observados em contraste com os exércitos mercenários, expediente historicamente anterior e a que os estados dinásticos recorriam.

3 O duelo, por exemplo, que entrara no século XIX como prática legítima, ao seu fim, estava juridicamente banido das legislações ocidentais que punia severamente aqueles que o praticassem. A honra, conceito difuso, mas atributo fundamental da masculinidade, e que era o efetivo objeto de disputa num duelo, passou a ser defendida e definida pelo Estado. A autonomia plena masculina adentra, portanto, o século XX fortemente abalada.

e ainda hierarquiza os agrupamentos sociais e os indivíduos se também a ela forem acrescidas as relações estabelecidas entre raça/etnia, religião, orientação sexual etc. Dessa forma, é constituída uma imagem piramidal cujo topo é ocupado por indivíduos que exercem a masculinidade hegemônica. Todos os outros indivíduos, porém, a ela concorrem sem necessariamente serem do sexo biológico masculino<sup>4</sup>. A sociedade ocidental burguesa, entretanto, paralisou a dinâmica anterior ao constituir papéis sociais fixos que deveriam ser desempenhados por indivíduos a partir de seu sexo biológico – como se fosse estabelecida uma sinonímia imediata entre o *ser* e o *estar* na masculinidade hegemônica. A “ordem de gênero”, tal qual a sociedade ocidental a definiu, ou seja, pela institucionalização da família nuclear, foi, assim, exportada para todos os quadrantes do globo terrestre pelo capitalismo, pelo colonialismo, pelo neoimperialismo e, ainda, hoje, pela globalização.

A produção cultural dos países colonizados não fugiu a essa regra, independente de sua localização – Américas, África, Ásia ou Oceania. Os estudos que descrevem a “ordem de gênero” nas Literaturas Africanas de Língua Portuguesa demonstram-na.

O gênero, ainda tratado como papel social, foi um imperativo para que se construíssem as identidades nacionais dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs), ainda que agenciamentos experimentados no âmbito das sociedades coloniais e que colocavam em xeque o modelo hegemônico, advindo da sociedade burguesa da metrópole.

Apesar de se observar que traços aparentemente distintos foram convocados para a construção de paradigmas de masculinidade pautados por uma “origem” africana, pode se perceber que tais traços eram a transposição de elementos dispostos pela cultura e pela história do colonialismo dos séculos XIX e XX, na medida em que as literaturas dos PALOPs foram produzidas a partir de estéticas ideologicamente marcadas pela proposição do “homem novo”, cunhada pelo marxismo-leninismo e pelo estado soviético. A requisição do conceito de “homem novo” não foi uma exclusividade dos movimentos de libertação nacional, tampouco da produção literária engajada nessas lutas – o conceito também fora propagado pelo Estado Novo português, como uma conversão cristã do ideal do “homem novo” do nazifascismo. O “homem novo”, nazifascista e estadonovista, afinal, era o paradigma sobre o qual o nacionalismo do século XX assentara a sua proposta de renovação social, cultural e nacional, concomitantemente à perspectiva do comunismo soviético que, de igual maneira, propunha um “homem novo” como agente e paciente da revolução proletária (cf. MOSSE, 1985, 2000; KOLBANOSKY, 1947; LUGARINHO, 2013).

No âmbito português, inicialmente de maneira isolada, a Agência Geral das Colônias (AGC), entre 1926 e 1974, tratou de incentivar uma produção literária

4 A masculinidade hegemônica, mais do que um exercício exclusivo de indivíduos do sexo biológico masculino, é um dispositivo da cultura que pode ser exercido, circunstancialmente, por quaisquer indivíduos.

que não apenas disseminasse o ideal colonial e imperial na população da metrópole portuguesa, mas que, também, a partir da “política do espírito” (1933) de António Ferro, dirigente do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), viesse a formular paradigmas válidos para a constituição do “homem novo” do Estado Novo (ROSAS, 2001), sujeito da portugalidade. Em contrapartida, a reconhecida produção literária da qual derivaram as literaturas nacionais dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, investindo também no “homem novo”, formulou paradigmas para o sujeito da africanidade, num primeiro momento, para, em seguida, investir no “homem novo” nacional, sujeito da caboverdianidade, da moçambicanidade e da angolalidade, que moldou o discurso das identidades nacionais nas literaturas de Angola, Cabo Verde e Moçambique.

Sendo um discurso vigoroso, porque emanado pelo Estado colonial, foram propostas fórmulas acabadas de masculinidade que fomentaram os “contradisursos” dos movimentos de libertação das nações africanas; se o poder colonial construía modelos, históricos ou literários, outros modelos, antagônicos ao modelo oficial e colonial, foram construídos<sup>5</sup>. Ao mesmo tempo em que investiam na constituição de modelos de masculinidade, necessários para a (re)instituição e revisão da “ordem de gênero” que o colonialismo impusera, as literaturas nacionais dos PALOPs encontravam condições de criticar esses mesmos modelos, na medida em que percebiam as contradições e aporias das culturas que emergiam ao fim do colonialismo, como se verifica na obra de Luandino Vieira (1987), especialmente *João Vêncio: seus amores*, ou de Luís Bernardo Honwana (1980), com o conto “Nós matamos o cão tihoso”.

Mas vale mais alguma reflexão acerca da simbiose conceitual entre gênero e nação. Se, num primeiro momento, o paradigma do “homem novo” tornava-se visível e disseminava-se nos programas políticos dos movimentos de libertação (CABRAL), por derivação constituía-se uma “ordem de gênero” a partir da qual eram estratificadas e instrumentalizadas as relações entre indivíduos, masculinos e femininos, homens e mulheres. Dessa forma, o estudo das relações que instituíram ao mesmo tempo a nação e a ordem de gênero, que a sustentava, aponta tanto para uma perspectiva libertária, notadamente feminista, quanto para uma perspectiva conservadora, que mantém, ao mesmo tempo, práticas oriundas das tradições autóctones e do colonialismo. Diante disso, caberia perguntar se as Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, ao experimentarem o seu processo de conversão em Literaturas Nacionais, resignificaram as relações de gênero.

Na produção literária dos PALOPs, observa-se o investimento no protagonismo feminino, como acontece flagrantemente na obra de Luandino Vieira (1987). Esse modelo será herdado pelas gerações mais jovens de autores, especialmente aqueles que começaram a publicar a partir da década de 1980.

5 Como no romance de Manuel Lopes, *Flagelados do vento leste* (1959), a personagem José da Cruz, que é tomada como paradigma de uma caboverdianidade por suas virtudes demonstradas ao longo da narrativa, demonstrando um grau potencializado de honra e solidariedade, torna-se modelo a todos os outros personagens.

Desse conjunto, podem ser destacadas as narrativas de Paulina Chiziane, Dina Salústio ou João Melo, devedores da emergência do feminino nos contextos social, político e cultural africano, introduzindo novas possibilidades de subjetivação nos discursos literários. Sem dúvidas, essa emergência potencializou a problematização que começara a ser operada, por exemplo, por Francisco José Tenreiro ou Noémia de Souza, na medida em que, ao questionarem o *status quo* da condição colonial, abriram fendas na ordem de gênero reclamando não apenas a emergência do “homem novo”, mas, também, a sua efetiva inscrição na cultura do porvir que projetavam em suas obras.

Desde fins da década de 1980, começaram a emergir, nas literaturas de Cabo Verde, Angola e Moçambique, obras que problematizam a ordem de gênero instituída pelo colonialismo e mantida pelos movimentos nacionalistas no período pós-independência. Apesar dos esforços nacionais que propunham a disseminação do “homem novo”, esse conceito recai, sobretudo, no masculino, ao definir uma prática renovadora reservada primordialmente aos indivíduos do sexo biológico masculino. As sociedades das emergentes nações africanas, entretanto, mantiveram e estabilizaram as práticas que sustentavam tanto a ordem de gênero, dada pelo colonialismo, quanto aquela herdada da tradição, mesmo que colocada em suspenso pelas parcelas mais urbanizadas das populações.

A proposta do “homem novo” que, no discurso dos movimentos de libertação, se resumia à negação do tribalismo, da tradição local, da gerontocracia, do nepotismo e do sexismo (CABRAL), não atingiu seus objetivos. A permanência da relação imediata entre gênero e papel social, verificada como crítica social na obra de inúmeros autores, dentre os quais se destaca vivamente a moçambicana Paulina Chiziane, cumpre ser superada. Cabem as perguntas: no que se tornou *ser e estar* mulher? No que se tornou *ser* homem e *estar* homem? Ou, melhor, cabem ainda estas perguntas na medida em que se compreende todo o processo de circulação e instabilidade existente entre os gêneros? Cumpre, em nome da superação dos vícios do colonialismo, superar a equação e abrir espaço para a crítica da ordem de gênero, como se verifica não apenas em Chiziane, mas, também, em Ungulani Ba Ka Khosa, Luandino Vieira, João Melo, Evel Rocha, Dina Salústio ou Danny Spínola, dentre outros.

## **Gênero, nação/afeto, distopia**

A partir desse quadro, somos levados a observar que as Literaturas Africanas de Língua Portuguesa não ficaram alheias a esse processo social e cultural que os estudiosos do gênero apontavam e que representava mais uma crise à modernidade. Os paradigmas das representações de gênero foram questionados e problematizados, quando não desconstruídos a fim de não apenas se superar as práticas e estruturas sociais do colonialismo, mas também os modelos que as diversas tradições locais impunham aos novos estados e nações. O escândalo inicial, que foi a publicação de *Niketche*, de Paulina Chiziane (2004), bem

demonstra o problema que as relações de gênero, quando desnaturalizadas, impõem à própria ordem que as institui – já que a obra de Chiziane evidenciava a tensão entre a tradição da poligamia e a ordem ocidental da família nuclear. Sem dúvidas, *Niketche*, reconhecida aqui como não apenas a obra em si, mas também as polêmicas que gerou no âmbito da crítica das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, encenou encruzilhadas culturais dos povos africanos.

No entanto, em 2010, despontou na Literatura Cabo-verdiana *Marginais*, de Evel Rocha. A narrativa apresenta a vida de um jovem criado às margens de uma sociedade em transformação. Iniciada em 1977, ano de nascimento de Sérgio Pitboy, o protagonista, a narrativa chega à sua morte, em 1999. O pano de fundo é o processo de constituição do estado nacional cabo-verdiano e a crescente urbanização de sua população. O espaço narrativo é a Ilha do Sal, centro turístico, polo de atração de grandes investimentos internacionais. Narrado em primeira pessoa, o relato consiste nas memórias de Sérgio Pitbull, supostamente entregues ao autor após um encontro casual. Optando por marcas gráficas que distinguem as vozes narrativas, como o uso do itálico, a narrativa principia pelo encontro do narrador com o protagonista, já em adiantada situação de risco social e degradação física. Ao receber os manuscritos, o autor expressa o seu juízo, atribuindo à narrativa um sentido de urgência: “Este é um livro que muitos jovens deste país gostariam de ter escrito” (ROCHA, 2010, p. 13).

*Marginais* privilegia a noção de espaço. Como as personagens, o espaço constitui-se também à margem do centro urbano, não apenas o espaço da periferia, mas, não sendo exatamente um espaço geográfico específico, torna-se um espaço “subterrâneo”, onde se assentam as cidades idealizadas (FREITAG, 2002). No espaço geográfico, a Ilha do Sal, são evidentes os influxos modernizadores da globalização. Sérgio Pitbull transita da cidade subterrânea e periférica aos centros de povoação burguesa e de atração turística da ilha, instalando-se na condição de marginal. Mas, apesar da situação social de risco, Sérgio mantém o sonho de habitar aqueles centros e constituir-se no espaço social aburguesado, seja formando-se em Direito, seja como jogador de futebol em Portugal, seja como cantor de rap. Os sonhos de sucesso profissional e social são os fios que o atam aos anseios maternos, ao reencontro almejado com a mãe, que experimentará a imigração após o seu nascimento. No entanto, sua marginalização social continuada, como um processo inexoravelmente descendente, leva-o a se confrontar, naqueles espaços, com situações-limite que pulverizam todos os seus anseios de ascensão.

Apesar de poder ser remetido ao modelo do romance de formação, na medida em que acompanha, através do recurso da memória, o desenvolvimento físico, sexual, psicológico e social do protagonista, *Marginais* escapa às formas canônicas. Facilmente poderíamos recorrer a Charles Dickens (*David Copperfield*, 1850) ou a Mark Twain (*Tom Sawyer*, 1876), a fim de compará-lo e encontrar seus “modelos” narrativos. No entanto, *Marginais* estaria mais próximo de narrativas mais contemporâneas, como a do cubano Pedro Gutierrez



(*El Rey de La Habana*, 1999), ou dos brasileiros Jorge Amado (*Capitães de Areia*, 1937), Ferréz (*Capão pecado*, 2000) e, mesmo, do romance reportagem de Celso Athayde, MVBill e Luis Eduardo Soares (*Cabeça de porco*, 2005). Ao contrário dos exemplos extraídos da literatura do século XIX, nesse conjunto de narrativas não há orientação ofertada às personagens pelo modelo social burguês; pelo contrário, o leitor é apresentado, sem mediações, ao universo das populações das periferias das cidades, onde a fome, a violência e a inexistência de um poder público que organize o espaço já predestinam cada personagem antes mesmo de seu nascimento, como acontecera com as irmãs de Sérgio, mortas poucos dias depois do nascimento. Nesse sentido, *Marginais* é uma narrativa que facilmente se insere na tradição literária cabo-verdiana dos tempos coloniais, pelos mesmos elementos que a singularizam nesse conjunto. Sua novidade consiste no espaço, que não oferece mais sentido, como acontecia na produção mais tradicional. Se a terra, tanto na geração claridosa, quanto naquelas que lhe seguiram, oferecia sentido a um anseio de identidade nacional autônoma, em *Marginais* essa mesma terra perde o seu estatuto privilegiado – espaço geográfico onde a nação se concretiza. A terra é esvaziada de sentido na medida em que a nação é representada por um Estado indolente e incapaz de ser a entidade política e jurídica que deveria promover a estabilidade social, a justiça e a felicidade, com políticas efetivas de inclusão e socialização. Em *Marginais*, o estado é cartorial, “pertence” às classes mais abastadas, e o exercício do poder público apenas garante a estratificação e a perpetuação de condições de injustiça, já que as faces apresentadas, a escola, a polícia ou o poder judiciário garantem apenas a manutenção do status quo. Aos “marginais” não são oferecidas oportunidades de escaparem ao “sistema”, restando-lhes o crime, o tráfico e a prostituição. Alternativas são opções idealizadas e usuais como o esporte ou a música. Por isso, no espaço narrativo da Ilha do Sal – apesar de suas fronteiras geográficas e sociais internas bem demarcadas – os “marginais” transitam invisíveis.

Para o conjunto da Literatura Cabo-verdiana, em que pese a miséria característica dos espaços sociais tradicionais daquela literatura, a narrativa de Rocha (2010) não introduz um quadro social novo, mas *Marginais* ressignifica os grupos sociais, não apenas por sua atualização temporal, mas, principalmente, porque a partir deles emergem discursos que se confrontam com a ordem social e nos quais se verifica uma violência cotidiana e endêmica, desde os espaços domésticos até os aparelhos de segurança do estado – porque não há limites para a sua prática.

Em *Marginais* estão colocados os temas tradicionais da literatura nacional, como o evasãoismo, a insularidade, ou a morabeza – mas todos postos em função do espaço marginal e da condição social experimentada pelas personagens. Evadir-se das ilhas não é opção, é apenas sonho e fio de esperança; o isolamento é condição atávica; e a morabeza é subvertida pela violência cotidiana. A solidariedade, que garantiria a estabilidade social, política e cultural, só é experimentada entre os indivíduos que compartilham algumas experiências

porque localizados num mesmo grupo específico, identificados por idade e proximidade social, geográfica e/ou afetiva, ou seja, a gangue urbana, como sugere Gary T. Barker (2008).

Mas se o marcador de classe social, nessa narrativa, é instrumento para a verificação de exclusão – resta aos indivíduos em situação social de risco, como verificara a antropóloga Sofia Aboim (2004), ao tratar dos homens de Maputo, o marcador de gênero. Para as parcelas marginalizadas das sociedades, ser homem, ou mulher, e ser reconhecido como tal, é o recurso possível para a individuação e o destaque social almejado. O reconhecimento passa indubitavelmente pela manifestação de caracteres físicos, pela iniciação sexual e suas práticas e, também, pelo desconhecimento de regras e desafios aos parâmetros sociais burgueses que organizam as cidades modernas.

Sérgio deseja crescer, tornar-se adulto e concretizar os desejos maternos, entretanto, esbarra em obstáculos que vão desde o fracasso escolar e a experiência amorosa incerta e esvaziada de sentido – “desaprendi a amar” (p. 109), dirá quando mais adulto – até a prática sexual limítrofe ao seu senso de masculinidade. Na adolescência, apaixonou-se pela professora Izilda, mas diante dela era incapaz de apresentar-se como homem, um aluno bem-sucedido, e ser por ela reconhecido para além de sua condição social subalterna.

Nas memórias de Sérgio, Fusco é personagem que ocupa lugar privilegiado por sua ousadia, pelo poder de sedução e por suas performances desafiadoras frente aos dispositivos de repressão com que se depara. Sérgio nunca rejeitara Fusco – a não ser inicialmente, provocado pelo discurso religioso –, ao contrário, além da amizade, ambos passaram a compartilhar suas intimidades. Em *Marginais*, a prática sexual é naturalizada, inclusive as homossexuais. Além da amizade com Fusco, a relação que, por volta dos seus vinte anos, Sérgio mantém com Valdomiro/Mirinha é reveladora. Se, num primeiro momento, a prática de relações homoeróticas foi motivo de curiosidade e de iniciação sexual, Sérgio, mais adulto, é atravessado pelo afeto por Mirinha, mesmo quando submetido à compaixão. Sérgio insiste em não saber amar, em não se interessar por quaisquer envolvimentos que lhe induzissem a um romance. Além disso, em *Marginais*, a sexualidade naturalizada é experimentada também através de estupros e violações, principalmente praticadas pelos aparelhos estatais de segurança.

A trajetória de Sérgio, mais do que a sua busca por ascensão social, concentra-se na valorização das relações oferecidas pelos afetos e, também, por um senso de justiça que busca o reparo da (des)ordem social. Após a morte de Mirinha, Sérgio se confronta também com a morte de Mirna, com quem também desenvolvera uma intensa relação de afeto que, apesar de ter sido de duração mais longa e mais perene, fora idêntica àquela que mantivera com Mirinha – ou seja, comovido por compaixão, nega continuamente qualquer referência ao amor. A morte de Mirna, que se tornara prostituta e vivera “servindo” aos mais ricos da Ilha, se dá após a sua descrição em flagrante decadência física, tendo



realizado inúmeros abortos e com a certeza de alguma DST não identificada pelo narrador. Mirna morre só, numa cama de hospital.

A narrativa de *Marginais* encerra com o seu retorno às mãos do autor, que, novamente, em tipos itálicos, informa que Sérgio foi encontrado morto, alguns dias após o Natal de 1999, com um corte profundo no pulso. Em suas mãos, um papel escrito a lápis continha o seguinte poema:

No princípio era a corrupção e a corrupção era deus.  
A corrupção estava no princípio com deus.  
Todas as coisas foram feitas pela corrupção  
E sem ela, nada do que foi feito se fez.  
(ROCHA, 2010, p. 223).

A narrativa de Evel Rocha, exposta de maneira resumida, revela-se como manancial para questionamentos acerca dos vários sentidos a que a crítica literária se acostumou, em sua tradição, ao ler o conjunto das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Rocha, com seus *Marginais*, subverte esses sentidos ao dar relevo, no que toca à cultura e à sociedade cabo-verdianas, a personagens que estão longe dos estereótipos – sem pudores, os vícios, os crimes, as transgressões, a miséria, a fome, a desigualdade, a injustiça aparecem na narrativa. O narrador que não se anima pela utopia e, por isso, não se alinha a nenhuma outra produção anterior. Nem a terra, nem a nação, nem a sua população são capazes de oferecer algum sentido que escape ao fatalismo da corrupção enunciada no poema deixado pelo protagonista de *Marginais*. Resta aos marginais, de Evel Rocha, no entanto, um sentido de justiça social que emanaria dos juízos de Sérgio Pitbull, resgatados do senso comum, e que se assenta sobre o seu senso de masculinidade.

A leitura da narrativa de Evel Rocha impõe-nos uma tentativa vã de resposta à pergunta de Gayatri Spivak em seu já clássico artigo “Pode o subalterno falar?” (SPIVAK, 2010). A perspectiva nada otimista da socióloga indiana da impossibilidade do acesso ao discurso pelos subalternos encontra respaldo nessa narrativa, em que as personagens estão presas à inexorabilidade das categorias de classe e gênero – é preciso lembrar que o discurso de Sérgio é mediado pela narrativa do “autor” que acolhe seus manuscritos e os coloca em circulação. A subversão, da ordem social ou da ordem de gênero, é ação já prevista pelos dispositivos de controle que se adensaram no mundo globalizado e pós-moderno. Não haveria, assim, saídas àqueles que transitam pela narrativa de Rocha, a não ser, possivelmente, o acesso ao discurso. A realização de *Marginais*, o jogo discursivo da narrativa, a sua própria construção é a resposta à urgência com que o autor e o narrador sublinharam a própria narrativa desde as suas primeiras páginas. Ao se tornar narrativa e literatura, Sérgio pode circular livremente.

---

## REFERÊNCIAS

- ABOIM, Sofia. Masculinidades na encruzilhada: hegemonia, dominação e hibridismo em Maputo. *Análise Social*, v. XLIII, n. 2, p. 273-295, 2008.
- AMADO, Jorge. *Capitães de areia*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- ATHAYDE, Celso; MVBILL; SOARES, Luis Eduardo. *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- BARKER, Gary T. *Homens na linha de fogo: juventude, masculinidade e exclusão social*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.
- BRONTË, Emily. *Wuthering Heights*. London: Penguin Books, 2003.
- CABRAL, Amílcar. *Livro*. Disponível em: <<http://www.amilcarchabral.org>>. Acesso em: 15 jul. 2011.
- CHIZIANE, Paulina. *Niketche: uma história de poligamia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- CONNELL, Raewyn W. La organización social de la masculinidad. In: VALDES, Teresa; OLIVARRÍA, José (Orgs.). *Masculinidad/es: poder y crisis*. Santiago de Chile, Isis y Flacso-Chile, 1997. p. 31-48.
- DICKENS, Charles. *David Copperfield*. London: Penguin Books, 2004.
- FERREZ. *Capão pecado*. São Paulo: Labortexto, 2000.
- FREITAG, Bárbara. *Cidade dos Homens*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.
- GUTIERREZ, Pedro. *El Rey de la Habana*. Barcelona: Anagrama, 1999.
- HONWANA, Luís Bernardo. *Nós matamos o cão tinoso*. São Paulo: Ática, 1980. [1964]

KOLBANOSKI, Vladimir. A Moral Comunista (1947). *Problemas – Revista Mensal de Cultura Política*, n. 17, fev-mar. 1949. Disponível em: [http://www.marxists.org/portugues/tematica/rev\\_prob/17/moral.htm](http://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/17/moral.htm). Acesso em 18 de julho de 2011.

LUGARINHO, Mário César. Masculinidade e colonialismo: em direção ao “homem novo” (subsídios para os estudos de gênero e para os estudos pós-coloniais no contexto de língua portuguesa). *Abril*, Niterói, n. 10, p. 15-38, 2013.

MOSSE, George L. *La imagen del hombre: la creación de la moderna masculinidad*. Madrid: Talasa Ediciones, 2000.

\_\_\_\_\_. *Nationalism and Sexuality: Respectability and Abnormal Sexuality in Modern Europe*. New York: Howard Ferting, 1985.

ROCHA, Evel. *Marginais*. Praia: ASA/Gráfica da Praia, 2010.

ROSAS, Fernando. O salazarismo e o homem novo ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social*, v. XXXV, n. 157, p. 1031-1054, 2001.

SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: EdUFMG, 2010.

TWAIN, Mark. *Tom Sawyer*. [s/l]: Dover Publications, 1998.

VIEIRA, José Luandino. *João Vêncio: os seus amores*. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 1987 [1979]



## CAPÍTULO 15

# IMITAÇÃO DE SARTRE E SIMONE DE BEAUVOIR OU A DIFICULDADE DAS RELAÇÕES SOCIAIS E AFETIVAS NO PÓS-INDEPENDÊNCIA ANGOLANO

Maria Teresa Salgado<sup>1</sup>

---

Interessa-nos aqui expandir um diálogo que nasce de muitos olhares sobre a obra *Imitação de Sartre e Simone de Beauvoir* (1999), de João Melo. É que essas histórias nos permitem flagrar os conflitos e dificuldades vividos pelas mulheres numa fase bastante emblemática – o pós-independência na sociedade angolana e, embora tenham sido publicados em 1998, foram produzidos ainda na década de 1980, quando as frustrações com o pós independência vinham se mostrando de forma clara na literatura angolana – vide obras como *O cão e os caluandas*, *Quem me dera ser onda* ou *Os anões e os mendigos*.

Trata-se de uma fase de muitas mudanças, não só em Angola, mas no mundo todo. A novidade que os contos de J. Melo trazem no que se refere às obras angolanas do mesmo período é que, ao nos apresentarem as frustrações experimentadas no plano social e político do pós-independência angolano, elas as relacionam constantemente às frustrações vividas pelas mulheres, até aquele momento silenciadas ou pouco evidentes. Somos, assim, introduzidos no palco de conflitos que se cruzam nos planos coletivo (da política) e individual (das relações afetivas e psíquicas entre o homem e a mulher) na sociedade angolana.

Ao estabelecer essa conexão, que evidencia os laços entre a política e as relações afetivas, o texto nos leva a atentar para o pensamento da crítica feminista Simone de Beauvoir. Esse olhar já nos é proposto, de forma evidente, desde o título do livro. Para a filósofa francesa, enquanto homens e mulheres não se reconhecessem como iguais, a disputa entre eles deveria durar. O que flagramos, em *Imitação*, parece ser justamente uma fase aguda dessa disputa, numa sociedade que pretendia instituir um estado marxista (supostamente igualitário) na África, mas que não conseguia senão uma caricatura, seja do marxismo, seja das tradições africanas, seja do feminismo.

Afinal, notamos claramente na leitura da obra que, “para esses tipos, que provavelmente terão inspirado as personagens de João Melo, o fim da dominação

---

<sup>1</sup> Doutora em Literaturas Africanas, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1997) e desenvolveu pesquisa de pós-doutorado, em Literaturas de língua portuguesa, em Paris IV (Sorbonne), com ênfase na escrita feminina (2016). Atualmente, é professora-associada de Literaturas Africanas na Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: teresa@atlanticaedu.com.br

do homem pelo homem não incluía a mulher” (TOMÁS, 1999). Assim, não há como deixar de ver em *Imitação* uma alusão às ideias de Simone de Beauvoir, mais precisamente aquelas que a crítica feminista nos ofereceu em sua obra revolucionária *O segundo sexo (Le deuxième sexe)*.

O livro da filósofa foi acusado tanto por feministas quanto por antifeministas de negar as diferenças entre homem e a mulher. Mas o que Beauvoir afirmava era que as diferenças eram de ordem cultural e não natural, e seu maior interesse voltava-se para a ideia de liberdade e para a cumplicidade das mulheres em sua própria falta de liberdade.

O que essas dez narrativas de João Melo nos trazem de novo é que, a partir delas, percebemos o quão difícil se mostra para as mulheres assumirem sua liberdade. Tal como nos mostrou Beauvoir em *A mulher independente* (um dos capítulos de *O segundo sexo*), a mulher não se liberta do homem porque os costumes passam a lhe impor menos contrariedades. Ela permanece fechada na sua condição de vassala, sobretudo, porque ainda tem dificuldade de se pensar como igual.

Tal dificuldade se revela logo na primeira estória – “E de repente as flores murcharam”. Nela conhecemos Júlia, que, logo depois de se despedir do marido, surpreende-se com o fato de as belas rosas vermelhas de seu jardim “terem murchado subitamente e sem qualquer causa lógica ou visível” (MELO, 1999, p. 33). Ao longo do conto e, sobretudo, ao final, descobrimos que a morte das rosas está associada à morte do marido de Júlia. Quando ela recebe a notícia do seu acidente, já sabe que ele está morto. Na busca de uma explicação para o desenlace do conto, além daquela ligada à religiosidade africana, vale lembrar que a devoção de Júlia pelas rosas fora adquirida “no colégio religioso onde Júlia consumira a sua adolescência” (MELO, 1999, p. 34). O fato de que essa adoração se formou na mesma época da educação reprimida de Júlia nos leva a pensar na fase em que uma série de ideias predeterminadas sobre o comportamento feminino é inculcada na mulher. É na adolescência, como nos ensina Beauvoir, em *A mulher independente*, que a mulher se descobre inferior ao homem. Vejamos a seguinte passagem onde a veneração de Júlia pelo marido se sedimenta em paralelo com sua adoração pelas flores: “No dia em que ele, sem motivo aparente, lhe ofereceu as rosas, o ventre dela morreu e renasceu 7 vezes, atingiu o cume das montanhas azuis, tocou o sol, embriagou-se de leite e mel até perder a consciência” (MELO, 1999, p. 35). A devoção que Júlia dedica às flores pode ser comparada à que dedica ao marido, sem nenhum questionamento. Aliás, este morre logo no início do conto, sem que saibamos muito sobre sua conduta, exceto o fato de que Júlia sente medo e fascínio por ele. Ela cresce, como muitas mulheres, pronta para esses sentimentos. Vejamos ainda a seguinte passagem:

A sua segurança e a sua linguagem direta, mas dita sempre de forma digna, embriagavam-na e simultaneamente, assustavam-na. Queria decidir que ele era um libertino, mas à noite tinha sonhos monstruosos, nos quais

acabava sempre por sucumbir sob uma serpente multicolor e com braços amorosos que se desdobravam até o infinito (MELO, 1999, p. 35).

Esse primeiro conto é o único que data de 1978, período ainda recente na independência de Angola, em que também não foram evidenciadas nem as grandes frustrações com o pós-independência. Do mesmo modo, as grandes frustrações da mulher angolana em relação ao homem podem até ser sentidas, mas não haviam alcançado ainda a consciência. As palavras utilizadas para descrever a vida de Júlia mostram que a alienação e a inconsciência são parte do seu dia a dia, como se ela não entendesse realmente a razão de suas atitudes. No colégio, ela tece inconscientemente um casulo à sua volta e, mais tarde, quando recebe flores do marido, embriaga-se até perder a consciência, o que nos permite estabelecer um paralelo entre a inconsciência política da sociedade angolana e a inconsciência de Júlia em relação ao seu casamento.

O segundo conto, “Até que a morte os juntou”, nos apresenta um casal perfeito, num relacionamento sem conflitos. Seu amor e sua felicidade parecem se desenvolver em eco com o entusiasmo apresentado no texto em relação à luta de libertação e o sonho de construção de um país novo, como se mostra nos seguintes trechos: “Paria-se o país (paríamos), contra mil adversários, qual deles o mais pífido perigoso?” (MELO, 1999, p. 40). “Ah, mas vencemos... Sorriam outra vez. E amaram-se como sempre o faziam: com uma intensidade verdadeiramente inaudita, radical, vinda do núcleo da carne e do espírito” (MELO, 1999, p. 40).

Bem diferente dos demais contos, de desequilíbrio permanente entre o homem e a mulher, aqui, desenvolve-se uma relação de harmonia e igualdade entre os sexos. A mulher tem uma profissão, prossegue seus estudos, é respeitada pelo marido em todos os sentidos, e o amor que sentem um pelo outro permanece intenso, a despeito do tempo. Tudo é tão inverossimilmente perfeito e equilibrado entre os dois, que a morte da mulher no parto termina se revelando como única saída para essa situação inverossímil. A morte do marido, ao evitar a volta para Angola no mesmo voo em que estava o corpo da mulher, e tomar o avião seguinte que despenca, acentua ainda mais a funda ironia observável nas relações inverossímeis.

“Crime e castigo”, terceiro conto da obra, propõe agora uma intertextualidade com Dostoiévski, ainda que em situação completamente avessa ao romance homônimo, além de nos revelar o alto nível das pretensões literárias de Melo. Se, no texto russo, dá-se uma profunda crise de consciência no protagonista Roskolnikov, por ter provocado a morte da velha que o explorava, no conto de João Melo, o protagonista, Pedro Domingos João, pouco se incomoda o suicídio da própria mulher, Lemba, e nem se questiona se sua morte está relacionada ao comportamento egoísta dele. Tudo indica que sim, já que, ao longo da narrativa, descobrimos que Lemba é preterida por ele, que dedica mais tempo à Rita, amante descoberta na capital, e vê na morte de Lemba uma solução de seus problemas atuais: agora vai ocupar o cargo de embaixador e precisa levar para a embaixada apenas uma mulher.

Ressalte-se que o apelido do protagonista do conto, “Tiro infalível”, foi adquirido durante a luta pela independência de Angola, por este nunca errar o seu alvo. No entanto, os motivos que o levaram a lutar pela libertação de Angola já se encontram, a essa altura, bem esquecidos e transformados por este, como atestam as seguintes palavras do narrador que assim resume o seu comportamento no pós-independência: “A Revolução angolana não foi a primeira e nem será a última que assistirá a esse processo de decomposição de alguns dos homens que, bravamente, lhe deram corpo” (MELO, 1999). Assim como se transformara politicamente, depois da independência, voltando-se apenas para a aquisição de bens materiais, transformara-se igualmente no plano afetivo. Seu alvo agora são os bens, que adquire na proporção dos inimigos que derrubou na guerra, e as mulheres, que ele diz que abate quando leva para cama. O único dilema que apresenta, diferente do enorme dilema moral de Roskolnikov, de *Crime e castigo*, prende-se a um motivo torpe: qual das suas duas mulheres, “afinal de contas, mereceria ser a embaixatriz?” (MELO, 1999, p. 48). O conto aponta a relação entre o descaso pelos ideais políticos e o descaso pela mulher. Embora não fique claro o motivo do suicídio de Lemba, podemos relacioná-lo à vida que ela leva com o marido. Ao discutir o adoecimento da mulher, Beauvoir afirma que a maior parte das doenças que a acomete tem causas psíquicas.

O quarto conto nos traz mais uma mulher oprimida e perturbada emocional e psiquicamente, Noémia. Mas agora a narrativa se abre com um gesto de revolta da protagonista, cuja vida ao lado do marido Carlos nos é apresentada ao longo de seis *flashbacks* e indicações de tomada, como numa espécie de roteiro para cinema, que acentua a angústia crescente da protagonista após anos de descaso.

Noémia foi educada, como a maioria das mulheres, dentro dos preceitos tradicionais: “os pais dela, extremamente zelosos, não a deixavam sair com rapazes, a não ser que seja ““um menino de boas famílias”. Esta última expressão aparece, naturalmente, entre aspas, pois o narrador, acentuadamente intruso e onisciente, comenta, numa piscada cúmplice com o leitor, que o marido de Noémia era “um grande filho da puta”. Ele a violentara logo nos primeiros encontros até finalmente se casarem e começarem a viver de acordo com as regras de Carlos. Acompanhamos, assim, mais uma vez, a opressão da mulher que, mesmo ao tomar consciência dos meios para sair da opressão, sabendo que precisa estudar e trabalhar, encontra sempre obstáculos. Além de servir-se de Noémia e agredi-la, em muitos sentidos, o marido a impede de estudar e buscar sua autonomia, dizendo, sempre quando ela o enfrenta: “Liberdade, é isso o que queres? A tua liberdade está aqui, entre as minhas pernas” (MELO, 1999, p. 57). Diferente da mulher que comete suicídio na estória anterior, Noémia um belo dia se recusa a ter relações com o marido e termina cortando o seu pênis, na última cena do conto, num gesto que remete ao desejo de castração, evidenciado por Freud, mas desenvolvido por Simone de Beauvoir como um desejo de privar o homem de sua transcendência. O desejo da mulher, como



aponta a filósofa, é bastante ambíguo: ela quer, de modo contraditório, ter essa transcendência, o que supõe que ela a respeita e nega simultaneamente. O drama não se desenvolveria, portanto, sobre um plano sexual; a luta dos sexos não estaria imediatamente implicada na anatomia do homem ou da mulher. Como enfatiza Beauvoir, a mulher só aboliria a sua inferioridade, decretada pela sociedade, destruindo a suposta superioridade viril masculina.

“Querida Maria” apresenta um enredo em que a violência e o conflito não aparecem de forma evidente. Afinal, estamos diante de uma mulher, Maria, que aguarda, na casa de sua mãe, a chegada do homem com quem ela se relaciona há mais de dez anos, e com quem aceitou se casar. Não há violência explícita relatada nessa relação, como se deu em contos anteriores. No entanto, desde o início da narrativa sentimos a angústia de Maria que não se levanta da cama quando a buzina do namorado toca para buscá-la e “permanece forrada até o útero sob os espessos lençóis da mãe” (MELO, 1999, p. 61). Em busca de uma explicação para a recusa de Maria em se levantar e aceitar a proposta de Frederico, atentamos para o modo como os dois se relacionam. Se Frederico não a violenta fisicamente, por outro lado faz questão que ela lhe diga sempre quando estão na cama: eu sou tua escrava. Podemos perceber que, tal como Carlos, o marido do conto “Criador e criatura”, Frederico também precisa dizer: “A tua alegria é o meu pau! Estás presa ao mundo por essa coisa que enfio dentro de ti... Vá diz: eu sou tua escrava” (MELO, 1999, p. 66). Aos poucos, percebemos que a relação dos dois atualiza o inevitável desequilíbrio. É como se Maria tentasse se convencer de que o ama. Afinal, sua experiência com o primeiro marido gay (numa sociedade preconceituosa e machista como a angolana) tinha sido desastrosa, corroborando mais um convencionalismo social nefasto.

As circunstâncias sociopolíticas se mostram como mais um motivo de conflito entre os dois. Enquanto Maria critica os rumos de Angola no pós-independência, em diversos aspectos, Frederico procura contestar todas as críticas feitas por Maria: “Ele nunca acreditava no que ela lhe dizia, rebatia tudo, tinha sempre uma explicação, uma esperança, uma perspectiva, que tirava da algibeira como um mágico tira coelhos da cartola” (MELO, 1999, p. 66). A princípio, ela concorda com Frederico, atendendo à necessidade objetiva de organizar o que a incomodava. No entanto, mais tarde, “quando ficava só, logo o desespero voltava” (MELO, 1999, p. 66). Vemos, portanto, que o comportamento de Maria traduz um desequilíbrio, uma angústia, uma perturbação psicológica presente, também, em graus diversos, nas demais mulheres retratadas na obra.

O sexto conto, “Sexo e violência”, nos traz mais um contexto peculiar do pós-independência. Entre 1975 e 1991, os cubanos (soldados, médicos, professores e engenheiros) vão para Angola. Isso acontece com o objetivo de ajudarem na expulsão das tropas da UNITA, apoiadas pela África do Sul. Manuela se relaciona com três homens ao mesmo tempo: o marido, que está na frente de combate, o personagem-narrador em primeira pessoa e um cubano.

O personagem narrador está ciente das circunstâncias da vida de Manuela. Diferente das estórias anteriores, temos uma mulher que não espera que os homens a procurem. Pelo contrário, é ela que os procura e assume abertamente a pluralidade sexual. Esse novo contexto social nos traz aparentemente uma nova mulher, numa situação que nos remete ao que diz a psicanalista Maria Rita Khel no texto “A mínima diferença”:

A aproximação entre as aparências, as ações, os atributos masculinos e femininos são para o homem mais do que angustiantes. É de terror e de fascínio que se trata, quando um homem se vê diante da pretensão feminina de ser também homem, sem deixar de ser mulher (KHEL, 1992).

Desse modo, os homens são extremamente atingidos pela nova situação de liberação sexual feminina, não apenas porque perdem poder, mas porque sua identidade é posta em questão. Não é à toa que o personagem-narrador reage acabrunhado, quando Manuela confessa que, além de sair com ele, está envolvida com um cubano. O narrador se vê às voltas com pesadelos diante dessa nova mulher que não só assume os seus desejos sexuais, mas declara agir de modo semelhante ao homem, assumindo uma relação com vários parceiros ao mesmo tempo. O título “Sexo e violência” parece aludir mais a esse novo papel agressivo da mulher na cena sexual, que intimida o homem e o leva a se reprimir – como vemos no comportamento do personagem-narrador – do que a violência da cena final, em que o narrador se vê perseguido pelos seus rivais.

O conto que dá nome ao livro, “Imitação de Sartre e Simone de Beauvoir”, traz um casal, Pedro e Ana, que se reencontra após a separação. Os dois conversam sobre o que lhes aconteceu: por que e como a relação entre eles se transformou, o que os aproximou e o que os afastou. Ao mesmo tempo, acompanhamos, também, reflexões sobre as contradições do comportamento masculino na sociedade angolana do pós-independência. “Essa mania de vocês todos terem mais do que uma mulher por causa das tais tradições africanas, comigo não pega... gostaria de saber se nos livros onde vocês estudam o marxismo isso está previsto”, diz a mulher (MELO, 1999, p. 85). O amor, a paixão e o sexo comparecem com intensidade, por sinal, de forma muitas vezes lírica; mas não participamos de uma atmosfera violenta ou agressiva, na qual a mulher se sinta oprimida ou desrespeitada. Ambos estão fragilizados, a relação dos dois acabou por muitos motivos, não apenas pelas traições do marido. Existe, contudo, o diálogo entre os dois. E o que nos chama atenção é que o encontro se inicia justamente com uma imagem de força e independência do corpo dessa mulher: “pernas de imbondeiro, pernas de imbondeiro”, diz o homem desde a primeira vez em que se relacionaram sexualmente. O imbondeiro é a árvore sagrada na cultura africana, com poder de cura e de renovação, além de ser a morada por excelência dos ancestrais. Essa mulher forte nos permite pensar em Simone de Beauvoir. Ainda que saibamos

que os conflitos entre eles foram muitos e que Simone muitas vezes se anulou a bem de Sartre, a discussão sobre a ideia da igualdade entre os sexos norteou todo o pensamento de Beauvoir e, como todos sabem, o casal de filósofos tinha uma relação aberta com direitos iguais no que se refere à liberdade sexual.

Mas o próprio personagem Pedro sabe que sua proposta para Ana de uma relação sexual aberta não daria certo: “diante do sorriso da mulher, metia o rabo entre as pernas: está bem, está bem, eu sou o Pedro e tu a Ana...” (MELO, 1999, p. 85). E o conto termina numa espécie de desencanto tranquilo, já que, apesar do aparente amor existente entre os dois, a relação deve acabar: “Não me disseste nada, mas eu sei; esta foi a última vez que fizemos amor. Por isso, antes de sair, resolvo (como se discursasse para ti) guardar para sempre o sabor da tua pele em todas as minhas extremidades (MELO, 1999, p. 86).

A fuligem que cobre o narrador-personagem do conto do mesmo nome remete a um estado de decomposição. Esse homem coberto de fuligem nos é apresentado logo no início da narrativa como “O homem da pistola 45”, pois está escondido dentro da chaminé, decidido a surpreender sua jovem esposa e o amante desta para matá-los. Enquanto aguarda a chegada da mulher, o homem reflete sobre os motivos da traição, e não consegue entendê-la, da mesma forma que não consegue entender os motivos de seu chefe levá-lo sempre em viagens. Ele atravessa o conto todo dentro da chaminé, desnortado com a sua vida. Se este homem está coberto de fuligem, indicando degradação e sujeira, podemos caracterizar sua mulher Necas como “desempoeirada”, pelo menos no que tange à atitude decidida com que encara o marido: “Necas sabe que nada tem a temer daquele homem que, desde o primeiro dia, a agoniava” (MELO, 1999, p. 94). Assim, diz a ele sem nenhum receio: “Quando chegares da viagem, não vais mais encontrar-me em casa; vou viver com o Juca” (MELO, 1999, p. 94).

O penúltimo conto do livro, “O fato escuro”, parece quebrar o ciclo de evolução feminina que fomos acompanhando ao longo do livro e traz de volta a mulher menosprezada e subalterna que vimos no início. Belita, como outras tantas, parece ciente “das responsabilidades, digamos assim, histórico-sociais que lhes cabiam” (MELO, 1999, p. 97). A narrativa a apresenta passando e engomando o fato de André, o homem com quem vive e cheia de receios de o desagradar. A conduta de André no trabalho, como diretor de uma empresa estatal, é cínica – só usufrui de benesses, pouco trabalha, “ninguém (o) chateia” (MELO, 1999, p. 98) – e reflete o mesmo cinismo da relação que este estabelece com Belita. Não dá a ela atenção, carinho ou direito ao diálogo: “Raramente falavam, os dois. Ou melhor: ele evitava falar com ela” (MELO, 1999, p. 99); e o conto termina mostrando o descaso e o desencontro completo entre os dois. Nas linhas finais, Belita recebe um telefonema, informando que o marido está se casando com o fato azul escuro que ela acabara de passar. Atualiza-se, mais uma vez, o quadro de total desencontro homem e mulher mostrado na maioria dos contos.

Essa sucessão de desencontros parece culminar no conto final, com “O estranho caso da doutora Umbelina”, a mais estranha narrativa de todas, de fato. Como entender que uma mulher, que passou cinco anos em Cuba estudando medicina, deixando o marido Miguel e o filho pequeno para se dedicar a uma formação, volte a Angola e decida abandonar a carreira e a família, agora para viver com um feiticeiro num casebre no meio do nada? Sabemos que ela está revoltada com o comportamento do marido, pois este, na sua ausência, passou a dedicar mais tempo à amante, negligenciando-a. Mas Umbelina mostrou um comportamento equilibrado, autônomo e maduro na maior parte das atitudes, como uma verdadeira mulher emancipada. Já Miguel, além de enganá-la abertamente com a amante, demonstrou um complexo de inferioridade diante dos estudos da mulher e acomodação em todos os sentidos (não quer estudar e não se esforça em exercer seu trabalho numa empresa estatal com decência). Diante desse quadro, como entender que Umbelina sucumba aos conselhos de sua tia, aos quais resistiu por um bom tempo, e procure o feiticeiro? Por que motivo “quando bebeu o sangue viscoso e ardente de mã Fifas, ela sentiu-se, pela primeira vez em toda a sua existência, protegida contra todos os males e perigos. Invencível”? (MELO, 1999, p. 112). Logo no início do conto, somos informados que o sangue dele “tinha um sabor intenso e angustiante de esperma... o que, pela primeira vez depois de tantos meses, lhe apaziguava os calundus que lhe provocavam aquelas insónias desesperadas” (MELO, 1999, p. 103). Essa imagem de simultânea angústia e apaziguamento que nos é oferecida no último conto do livro parece-me ligada à situação atormentada na qual se encontravam, por muito tempo, as mulheres que escolhiam uma carreira. Como observou Beauvoir, a mulher se engaja numa carreira, mas ainda se encontra sujeita aos encargos ligados tradicionalmente à feminilidade. Daí a angústia que a acompanha ao longo de suas escolhas.

Os conflitos mostrados na obra de João Melo desnudam a um só tempo a degradação dos comportamentos sociais e afetivos. Nesse desnudamento, os homens parecem se mostrar mais cínicos e corrompidos, enquanto as mulheres se mostram mais sensíveis e afetadas. Ainda que logrem questionar e algumas vezes aparentemente suplantar seus companheiros no que se refere à violência, como vemos em “O criador e criatura”, no universo literário de João Melo não parece haver possibilidade de equilíbrio numa luta em que qualquer forma de fraternidade está ausente e na qual a degradação moral começa no plano social.

---

## REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. La femme indépendante. In: BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Paris: Gallimard, 2008.

\_\_\_\_\_. *Le deuxième sexe, tome I: les faits et les mythes*. Paris: Gallimard, 1986.

DOSTOIEVSKY, Fiodor. *Crime e castigo*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2001.

KHEL, Maria Rita. *A mínima diferença*. São Paulo: Imago, 1992.

MELO, João. *Imitação de Sartre e Simone de Beauvoir*. Lisboa: Caminho, 1999.

TOMÁS, Antonio. *Jornal O público*, Lisboa, 1999.



## CAPÍTULO 16

# CORPOS NUS DE MULHERES NEGRAS: poéticas da violência / poéticas da resistência

*Catarina Martins<sup>1</sup>*

“Femme nue, femme noire [...],  
Je te découvre, Terre promise...” (SENGHOR, 1944)

Nos países africanos, em geral, e nos países africanos de língua oficial portuguesa, em particular, o colonialismo encontrou nos corpos nus das mulheres negras um instrumento concreto e retórico axial para o exercício material e simbólico das mais extremadas práticas de poder. Tendo como objeto a(s) mulher(es), reais ou metafóricas, estas práticas destinavam-se, sobretudo, à dominação dos homens brancos sobre os homens negros, segundo uma lógica em que as corporalidades eram discursivamente construídas para sustentar uma hierarquia civilizacional e legitimar a imposição de uma ordem social codificada segundo os eixos de género e de raça. De facto, para lá da linha abissal que separa colonizador de colonizado, um espaço onde, como afirma Sousa Santos (2007), só são válidas as lógicas da apropriação e violência, estas não são exercidas de forma homogênea. A ordem social sexuada do mundo colonizador é transferida, por imitação, para o mundo colonizado, no qual, como constata Lugones (2010), não havia “homens vs mulheres”, mas apenas “machos vs fêmeas”. Desta forma, constrói-se uma hierarquia na qual as mulheres, meros corpos negros e nus, foram levadas ao extremo do despojamento que permite a máxima apropriação, por todos os agentes de uma complexa rede de relações de poder, incluindo os próprios homens negros. Se estes homens também eram corpos aos dispor do colonizador, possuíam ainda a capacidade de expressão de posse sobre as suas mulheres. Nos corpos de fêmeas negras, a nudez aparece como a própria inscrição da alienabilidade, ou seja, trata-se de corpos que são definidos por um constante “não-ser”, manifesto na disponibilidade de utilização por parte de outrém, através de diferentes modos de exploração, do trabalho, ao sexo e à reprodução. O modo de “haver” destes não mais que corpos nus é, por conseguinte, o modo da negação e da violência. Assinale-se que, na retórica lusotropicalista que sustenta o império português em particular, o enaltecimento da mestiçagem mais não é do que o elogio da licença para violar.

<sup>1</sup> Professora Auxiliar do Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Investigadora do Centro de Estudos Sociais. É Doutorada em Literatura Alemã pela Universidade de Coimbra (2008). Tem publicado sobre temas de estudos feministas e pós-coloniais, literatura comparada, literatura de expressão alemã e literaturas africanas, em particular de mulheres. De entre as suas actuais áreas de investigação destacam-se os estudos pós-coloniais e os estudos feministas, associados a temas e problemáticas das literaturas e culturas. E-mail: cmartins@ci.uc.pt

Os corpos femininos, negros e nus aparecem, ainda, como eixo estruturante do discurso que sustenta esta ordem política colonial, constituindo o nó de um repertório simbólico e de uma gramática adaptáveis aos diferentes contextos em que, literalmente ou por analogia, é necessário firmar relações de poder assentes na intersecção de raça e género. Assim, a terra africana, virgem, núbil e fértil, que se oferece ao colonizador, aparece como o corpo feminino apropriável, sobretudo devido à exuberância selvagem e ao excesso sensual da sua Natureza. Estes atributos, por sua vez, são conferidos às mulheres negras, como Evas arquetípicas num *heart of darkness* que seduz inexoravelmente e ameaça, devendo, pois, ser domado. A estrita corporeidade destas fêmeas, no quadro do caos irracional dos territórios selvagens, forma o contraponto com a incorporeidade das mulheres brancas, paradoxalmente associadas a uma espiritualidade virtuosa e à pureza de Maria, mesmo na qualidade de mães. Esta oposição permite diferenciar os frutos de ventres brancos e negros, mesmo quando produto do mesmo sémen (uns, humanos; outros sub-humanos), licencia a opressão de mulheres negras por mulheres brancas, e responsabiliza as negras pelas sistemáticas violações. A gramática da diferença sexual serve, também, discursivamente a caracterização do negro, ora efeminado, quando interessa destacar a inferioridade em relação ao homem branco, cuja espingarda, a tecnologia, constitui um falo mais potente do que qualquer arma primitiva, ora hipersexualizado, quando interessa sublinhar a sua natureza selvagem, que a missão civilizadora deve neutralizar. Neste último caso, a apropriação da mulher negra por parte do homem branco chega a aparecer retoricamente como um acto bondoso de proteção daquela em relação à violência do negro. Na realidade, o que se pretende com este acto é a aniquilação do negro pela humilhação que constitui a ocupação violenta da “sua” mulher, numa contenda masculina em que a mulher serve apenas de objeto de disputa, cujo sofrimento não é sequer considerado. Assim, os corpos de mulheres negras fornecem o conjunto de atributos que permitem configurar discursivamente mesmo as relações de poder entre homens, brancos e negros, ou do homem branco sobre a mulher branca. Desta forma, mesmo que sempre ausentes no seu “não-ser”, estes corpos possuem uma materialidade extremamente densa e ubíqua na poética e na política do colonialismo, a qual é sempre uma escrita e uma prática da violência nas formas mais extremas.

O facto de a lógica de apropriação e violência, manifesta no outro lado da linha abissal do colonialismo, ser diferenciada em termos de género torna-se claro quando atentamos nos projetos anticoloniais e das independências. Neste contexto, em que a cultura é mobilizada para consubstanciar ideias de nação e se torna crucial para a mobilização de uma ideia de povo, em particular nos anos que precederam e durante a luta armada, as noções de origem, de autenticidade, de tradição, são evocadas a partir de um repertório simbólico e poético associado à Mulher, consonante com a construção mítica da responsabilidade do movimento da Negritude. O poema “Femme Noire” (1944), de Léopold



Sédar Senghor (Senegal), é o epítome da figuração da África num corpo negro e nu de mulher, Terra-Mãe-origem protectora e fecunda, ou terra-sensualidade arquetípica, cujas curvas e texturas reproduzem as paisagens de um território a ser possuído e fecundado pelo homem (BOEHMER, 2005, p. 24). Os homens são os sujeitos que escrevem, pelejam, se erguem virilmente como heróis sobre um objeto – o mesmo território-corpo feminino que o colono também cantara e possuía. No discurso masculino, a Mulher mítica fornece um corpo (corpus) metafórico a uma poética de violência que sustenta as dominações sucessivas exercidas sobre as mulheres africanas. Mais do que isso: a exploração das mulheres reais chega a ser celebrada enquanto essência africana (e, portanto, naturalizada e não transformável): a da mulher rural da maternidade sucessiva e sacrificada, das cargas transportadas à cabeça e do filho amarrado às costas, da tradição etnicizada e de uma temporalidade primitiva, da ignorância, da oralidade, das línguas locais, uma mulher excluída das linguagens e das práticas da modernidade. De facto, é discursivamente criada uma dualidade sexuada, que permite ancorar a identidade nacional africana em tempos remotos, através das representações do feminino e, simultaneamente, apresentá-la como protagonista de uma modernidade urbana, através das representações do masculino como o Homem Novo do discurso marxista, que se propagou em Angola e em Moçambique, os casos de que aqui me ocuparei. Este Homem Novo, supostamente deseticizado e sem sexo e, por isso, igualitário, servirá como base política para a conceção de um corpus jurídico que configura uma cidadania moldada pelo masculino e consagra a supremacia dos homens nos direitos e nas práticas sociais. Assim, no contexto da libertação do colonialismo, mais uma vez, os corpos nus de mulheres negras são manuseados como um instrumento discursivo fundamental de um poder que agora é negro, mas permanece masculino e patriarcal, e que igualmente os objetifica, domina, expropria, controla e violenta. A linha abissal última desloca-se, assim, para a fronteira entre homens negros e mulheres negras.

Este facto torna-se claro na literatura que desempenhou um papel fulcral nas independências africanas. De facto, desde o poema já evocado de Senghor ao romance emblemático do anticolonialismo africano – *Things Fall Apart* –, do nigeriano Chinua Achebe, é evidente um paradigma que reforça as masculinidades africanas à custa de um papel subalterno para as mulheres. Estas são obras canónicas, legitimadas pela crítica literária e pela historiografia pelo seu valor nacionalista, que quase nunca dá atenção à forma como é naturalizada a violência exercida sobre as mulheres pelos heróis negros, como uma espécie de fator inerente às próprias vitórias sobre o colonizador. O exemplo maior nas literaturas lusófonas é, talvez, Pepetela. Em romances como *Mayombe* ou *A Geração da Utopia*, a apropriação do corpo feminino através da violação sexual surge recorrentemente sob uma óptica idealizada que jamais perturba a legitimidade moral dos heróis ou até a alimenta. O corpo feminino existe em

função do guerreiro ou converte-se na natureza em que este mergulha para renovar as forças indispensáveis para o combate pela nação.

Este facto extraordinário tem de constituir um apelo fortíssimo a uma autor-reflexão dos estudos que se ocupam das literaturas africanas, os quais necessitam de uma revisão profunda travejada por perspetivas feministas. Devemos interrogar não somente as ausências de vozes femininas, mas os próprios modelos epistemológicos androcêntricos que sustentam a hermenêutica textual. Estes convertem a crítica literária em agente ativo destas ausências, validando um cânone e uma periodização em que as vozes femininas, enquanto sujeito, não podem ter lugar. Ou seja, enquanto as mulheres permanecerem adstritas ao “não-ser” de corpos nus, disponíveis como material poético para a dominação masculina, o seu lugar na escrita será também um “não-lugar” ou um lugar eternamente marginal – a prateleira da “literatura de autoria feminina” (MATA, 2015, p. 24), identificada apenas a partir dos anos 80 do séc. XX, e caracterizada da seguinte forma:

[...] estes títulos revelam, à partida, uma diferente perspetiva, esta subjetiva, porque vivencial e intimista [...]. As vozes femininas da actualidade, não descurando a dimensão comunitária, já prenunciam uma busca individual, mais íntima e sonhadora, mesmo quando a sua preocupação última é colectiva... (MATA, 2007, p. 425).

A colagem das literaturas africanas, por parte da crítica, a um fazer histórico de ordem política e pública, construído discursivamente em moldes androcêntricos, bem como, por vezes, às ideologias dos processos de construção nacional, tem importantes consequências. De um ponto de vista feminista, que entende que o “privado é também público”, bem como do ponto de vista pós-colonial, que percebe a noção de “privado” como uma herança colonial ocidental, distinta das mundivisões mais fortemente comunitárias das culturas africanas, é difícil compreender uma separação entre uma escrita do coletivo (masculina), e uma escrita intimista, do individual ou do “corpo amoroso” (feminina). Acresce que a própria ideia de História em que o estudo das literaturas africanas assenta é estruturada sobre pilares epistemológicos ocidentais que as expressões culturais africanas tradicionalmente contrariaram: desde logo, uma noção linear e teleológica de tempo, em que o passado tem menos peso do que, por exemplo, os cultos da ancestralidade, no âmbito de temporalidades circulares ou de espaços/tempo que se interpenetram; a preocupação com a factualidade e a menor atenção ao universo mítico, com a correspondente focalização em territórios materiais, e não em espaços imaginados, nómados, híbridos; a História como sucessão de linhas de conflito geralmente dicotómicas (colonizador / colonizado; branco / negro), e de eventos políticos e guerreiros, entre outros. A esta construção da História e da nação, em particular em países como Angola e Moçambique que sofreram duas longas guerras, corresponde toda uma gramática masculina da violência, estruturada em torno de heróis e mártires masculinos e valores másculos como

a força, a valentia, a resistência, validando-se lugares de memória associados às conquistas da força ou ao tombar do corpo masculino.

O corpo de mulher, negro e nu, surge, pois, como o elemento central de uma poética da violência que sustenta discursivamente toda uma estrutura de dominação masculina. As mulheres escritoras africanas reconhecem claramente este facto e convertem o mesmo corpo no eixo de poéticas da resistência, invertendo, desde logo, o objeto que é escrito (possuído, dominado) no sujeito que escreve. O confronto intertextual e a reescrita da poética masculina, que passa, inevitavelmente, pela reescrita da própria violência a partir de uma posição radicalmente outra, constituem, assim, um momento essencial para o resgate e a reivindicação desse corpo, e para a reinscrição das mulheres numa História e num corpo nacional através de narrativas com protagonistas e *topoi* completamente distintos. A título de exemplo, cito dois poemas de Ana Paula Tavares e Ana de Santana (Angola) e alguns elementos dos romances *Niketche. Uma História de Poligamia* (2002) e *O Alegre Canto da Perdiz* (2008), de Paulina Chiziane (Moçambique). Estes textos constituem uma disputa pelo espaço, pelo tempo, e por um dizer do coletivo no sentido de, justamente, rever as linhas semânticas e as lógicas discursivas androcêntricas e ocidentais (e, nesse sentido, coloniais) da História e da identidade angolana e moçambicana. Estas escritoras partem de uma ressignificação do corpo feminino e negro, ostentando a nudez como forma de negar a sua expropriação e objetificação. Os corpos das mulheres aparecem como arma de cisão de corpora institucionalizados (o corpo nacional, o corpus do cânone literário, os corpos emblemáticos de papéis sociais normativos), de modo a criar fissuras em que se inscrevam camadas de espaços concomitantes e de tempos coevos, até aqui silenciados e ocultados.

Começo por Paula Tavares e o seu primeiro livro, *Ritos de Passagem* (1985), o qual interpreto como uma proposta de reinscrição do corpo feminino e negro no “ser” real e no tempo. De um modo que só aparentemente se reduz à expressão de anseios e desejos individuais, Tavares revela, afinal, que este corpo sensualizado foi e é o próprio território do político. Em *Alphabeto* (TAVARES, 2007, p. 58), o eu lírico identifica claramente o corpo feminino como constante produto de uma escrita alheia, ciclicamente recomposto. A dactilografia, um percorrer táctil da pele-superfície de escrita, é só aparentemente libertadora. As asas que esta reescrita abre não permitem superar inscrições anteriores, fazendo surgir uma pluralidade de cicatrizes. Trata-se de um corpo-palimpsesto-objeto, ainda entregue às mãos de um “tu” que, no poema “Desossaste-me” (TAVARES, 2007, p. 54), é evocado num tom de acusação pela dimensão de violência inerente à recomposição escrita. Esta desenvolve-se como atos sucessivos de desmembramentos e inscrições num universo Outro ao sujeito da enunciação – o universo masculino –, em relação ao qual o corpo feminino representa um conjunto de antíteses: ferida e prótese, maldita e necessária. O texto decorrente desta inscrição é inexoravelmente aquele que serve uma totalidade construída

pelo masculino, que se instituí como teleologia do feminino, reduzindo-o a um estatuto de “não-ser”. Até que, num momento muito forte de rutura, o corpo feminino completo e vivo (aceso), que usa os próprios instrumentos de inscrição (tacula), recusa o papel subserviente materializado nas tarefas domésticas e na reclusão e reclama, em maiúsculas, a voz incisiva, o poder de decisão, a sua libertação e um estatuto de sujeito.

Enquanto o primeiro poema parece remeter para um tempo iterativo inextricável de alienação do corpo feminino exposto à inscrição de violências repetidas, o segundo opera uma cisão nesta continuidade temporal e espacial do universo-*-Todo-homem*, reclamando para o Eu enunciador um momento iniciático e uma geografia própria. O tempo é também iterativo, mas no sentido da repetição contínua do gesto de emancipação. Em ambos os poemas, o corpo e o sentir não são meramente individuais nem evocam apenas o coletivo das mulheres. Acima de tudo, confrontam as estruturas discursivas patriarcais da construção cultural, as suas axialidades espaço-temporais, e a desmaterialização do corpo feminino, negro e nu numa mitificação que serve o poder patriarcal. De resto, o conjunto do volume desenvolve-se sob o signo da “passagem” para uma outra escrita do corpo já nem feminino nem masculino, em que as metáforas são despidas da semântica rígida que possuíam no corpo retórico da “africanidade” para se abrirem a deslocamentos e transformações num espaço sempre transicional e de tradução. Os sangues vertidos pelas mulheres (menstruação, desvirginação, parto, violação), por exemplo, passam a ocupar o lugar central em “cerimónias de passagem” que asseguram a unidade cultural num tempo elíptico, substituindo-se aos sangues dos heróis homens conquistadores num tempo linear. Como no poema de Ana de Santana, intitulado “Canção para uma Mulher”, incluído em *Sabores-Odores & Sonho* (1985), em que o dizer do corpo feminino é um canto silenciado de uma “música estuprada à força do falo” (GIOVETH; SANTOS, 2005, p. 39) e o ato de fecundação é atribuído a mulheres sem homem, um momento fundacional que carece ainda de bocas femininas libertas e de filhos que inscrevam o corpo feminino, não como recetáculo, mas como verdadeiro agente do ato de criação, mesmo quando este resulta do “estupro” que metonimicamente designa toda a violência real e simbólica exercida sobre o corpo das mulheres. De resto, no poema “Ralhete” (GIOVETH; SANTOS, 2005, p. 38), que inscreve habilmente a guerra num espaço onde público e privado não se distinguem, não encontramos apenas a voz de uma mãe que admoesta severamente o filho que reclama dela funções maternas tradicionais, mas a interpelação de todo um horizonte de expectativas relativamente ao que é a mulher-mãe-África, em particular num contexto de conflito que problematiza as identidades estruturantes da unidade nacional construída na literatura patriarcal. O corpo feminino enquanto tropo é, mais uma vez, decomposto em partes que recusam o papel servil que exerciam na construção ideológica masculina. A cisão com esta construção é localizada, expressamente, na apresentação do ato da fecundação como violação, que impede

a concretização da maternidade nos termos que a deviam definir. O Eu feminino que afirma que “a minha boca / há muito se fechou à força / do fuzil do homem / que em mim te semeou” é, paradoxalmente, neste registro de “Ralhete”, uma voz fortíssima, em que dor é indissociável de resistência, vontade e decisão. Um sujeito, e nunca uma vítima.

Portanto, estas poetisas questionam, com a sua escrita, não apenas o que é narrado no corpus da cultura, mas o modo da narrativa, os seus topoi, e as posições de sujeito / objeto, agente / paciente, os tempos e os espaços que nela se concretizam. Atente-se neste belíssimo passo de *Niketche* (2002), de Paulina Chiziane:

Nós, mulheres, fazemos existir, mas não existimos. Fazemos viver, mas não vivemos. Fazemos nascer, mas não nascemos. Há dias conheci uma mulher do interior da Zambézia. Tem cinco filhos, já crescidos. O primeiro, um mulato esbelto, é dos portugueses que a violaram durante a guerra colonial. O segundo, um preto, elegante e forte como um guerreiro, é fruto de outra violação dos guerrilheiros de libertação da mesma guerra colonial. O terceiro, outro mulato, mimoso como um gato, é dos comandos rodesianos brancos, que arrasaram esta terra para aniquilar as bases dos guerrilheiros do Zimbabwe. O quarto é dos rebeldes que fizeram a guerra civil no interior do país. A primeira e a segunda vez foi violada, mas à terceira e quarta entregou-se de livre vontade, porque se sentia especializada em violação sexual. O quinto é de um homem com quem se deitou por amor pela primeira vez. Essa mulher carregou a história de todas as guerras do país num só ventre (CHIZIANE, 2002, p. 277-278).

Desta forma concentrada, Chiziane reconta a História nacional a partir dos corpos das mulheres. Estas são geralmente excluídas não somente da noção heroica de combatentes, da resistência persistente do quotidiano da retaguarda, como até da história da dor. Mártires são os homens que tombam, mas nunca mulheres como esta, que Chiziane resgata. O corpo negro desta mulher tem gravada em si a História do seu país, onde as mulheres são a substância e a permanência numa inconstância de homens. O corpo negro deixa de ser metáfora e a mitificação é anulada através da crueza de uma realidade excessivamente violenta. Para além disso, não se mostra uma mulher vítima. O conceito de vítima é ressignificado na forma como a mulher recupera a propriedade e a capacidade de ação do seu corpo usurpado e se torna criadora de uma nova raça por actos de resistência e amor. Esta raça moçambicana é inevitavelmente mestiça, pois os conflitos da história nunca resultam em separação, mas em histórias misturadas que jamais conseguirão dissociar-se. A História não é uma linha só com um fim único, mas uma trama materializada nos corpos e pelos corpos de mulheres em que linhas convergem, se cruzam e divergem, perfazendo uma cartografia complexa, paradoxal.

Uma intenção semelhante à do passo citado de *Niketche* é a que vemos desenvolvida em *O Alegre Canto da Perdiz*, que conta a História de Moçambique

da perspectiva de três mulheres de três gerações da mesma família, do período colonial, passando pelas guerras e construindo a utopia de um país pacificado e conciliado. A narrativa começa com a aparição inusitada de uma mulher negra e nua, junto dos montes Namuli, na província da Zambézia, que são associados à origem do mundo. De seguida, o romance desenvolve-se em dois planos. Um deles é uma série de lendas que reescrivem o domínio do mítico, em paralelo com o da História, numa ótica de mulheres heroicas. A Zambézia, metonímia de Moçambique, é retratada como feminina, uma terra fértil cobiçada pelos “marinheiros” – os colonizadores brancos. Se se mantém a típica associação da mulher à terra africana, a construção de Moçambique aparece, porém, como uma contenda sexuada, um paradoxo de desejo e violência, prazer e dor, cujo centro e agente são as mulheres. Os seus corpos violentados, como no poema de Ana de Santana, são o lugar sofrido da criação de “uma nova raça”. Também os corpos femininos vertem sangues, mas a sua heroicidade assenta numa ação criadora e unificadora radicalmente inversa ao ato masculino, destruidor e traidor. O erotismo e a sensualidade femininos e masculinos surgem como uma vivência coletiva, como forças moventes da História, e não como expressão de um desejo subjetivo:

De todas as sereias, a Zambézia era a mais bela. Os marinheiros invadiram-na e amaram-na furiosamente, como só se invade a mulher amada. A Zambézia bela, encantada, gritava em orgasmo pleno: vem, marinheiro, ama-me, eu te darei um filho. Eu e tu, sempre juntos, criando uma nova raça. [...] Os navegadores correram de aldeia em aldeia, derramando sangue, profanando túmulos, pervertendo a história, fazendo o impensável. A Zambézia abriu o seu corpo de mulher e engravidou de espinhos e fel. [...] Havia lógica em tudo aquilo. O homem apaixonado tudo arrasa para possuir a mulher amada. É a vida. Primeiro o prazer do amor, na gestação da dor. Com enjoos e vômitos para temperar a gravidez. O corpo transformado, rasgado, ferido. O sangue fluindo, no parto da nova nação (CHIZIANE, 2008, p. 64).

O outro plano diegético é uma enorme analepse que conta o passado de Maria das Dores, o corpo nu exposto na abertura do romance. Maria das Dores é vendida pela mãe, sofre os maus-tratos do marido num lar polígamo e foge, levando os filhos pequenos que perde num Moçambique em guerra. É, como a mulher de Niketche, um corpo prostituído, violentado, de muitos sangues. É um mapa físico, traçado por cicatrizes, de uma deambulação solitária e desesperada pelo território do país, numa procura pelos filhos que é também a procura pela identidade de um povo. Maria das Dores contradiz e complexifica as representações típicas da mulher africana: mãe que dá à luz, mas cuja maternidade é o martírio de um ventre e um coração expoliados pela perda daqueles que gerou; corpo nu, mas não virgem, nem núbil – um corpo repetidamente penetrado, libertado paradoxalmente pelo sofrimento extremo. Um corpo que transporta um poder de transformação obriga a um olhar novo sobre conflitos, divisões e caos:



Colocámos os pretos e os brancos na batalha das raças, mas eles tanto se bateram até que se beijaram. E se apaixonaram pela bravura de um e de outro. Acabaram casados, numa só paixão, formando uma só família [...]. No final desta guerra seremos um. Esses filhos metade pretos, metade brancos, metade asiáticos, serão os fósseis a partir dos quais se compreenderá a nossa História. Nas próximas gerações as raças se amarão, sem ódio nem raivas, inspiradas no nosso exemplo. [...] Terá chegado o momento de inventar novas raças e recriar novas humanidades (CHIZIANE, 2008, p. 333-334).

Com esta conclusão, Chiziane faz uma reavaliação da História em que os heróis e as valentias são perspetivados com matizes vários. Procede-se à reinscrição das mulheres no papel de criadoras, cujos corpos são entendidos como armas e locus de combate, e cujos sangues – das violações e dos partos – são reconhecidos como sangues igualmente vertidos pela pátria. Esta reinscrição é colocada em oposição à destruição motivada pelo ímpeto de conquista violenta de colonizadores e resistentes anticoloniais, materializado nas guerras sucessivas. Para além disso, o corpo feminino negro e nu, aparecido junto dos montes Namuli, a que o romance regressa no final como um colo materno original, converte-se no momento utópico de unidade nacional, através da criação de uma identidade mestiça para Moçambique.

A subalterna, a quem foi negada voz, disputa um espaço de fala, para contar as experiências vividas pelas mulheres, a especificidade das opressões e violências que sofreram no colonialismo, no processo de constituição dos novos países e na pós-colonialidade. Os seus corpos deixam de ser metáfora para se mostrarem de uma forma muito assertiva como um terreno de disputa no qual o poder e a violência se inscreveram sempre de forma profundamente material. As mulheres que escrevem tornam claro que estas sujeitas nunca foram passivas, tendo, pelo contrário, desenvolvido estratégias várias de resistência e de afirmação que obrigam a uma leitura muito mais complexa dos processos históricos do colonialismo e das independências do que a matriz teleológica e heroica androcêntrica do Novo Homem africano. As estruturas e dinâmicas sociais e políticas dos territórios africanos colonizados e dos países independentes surgem, nas obras escritas por mulheres, como mais intrincadas, com cruzamentos e camadas insuspeitados, nomeadamente por factores raciais e sociais se intersectarem com variadas dimensões sexuadas. Neste reclamar da História por parte das escritoras africanas, os corpos femininos, negros e nus erguem-se e obrigam a uma nova compreensão de si, de quem os oprimiu, e das relações entre ambos. Obrigam, finalmente, a uma nova percepção e a uma nova linguagem para uma narrativa Outra da História e da memória nacionais, em que se deslocam a semântica e o valor de conceitos estruturantes como opressão, submissão, conquista, heroísmo e sangue. A matéria simbólica da qual se constrói a nação será só aparente a mesma e, no entanto, radicalmente invertida.

---

## REFERÊNCIAS

BOEHMER, Elleke. *Stories of Women. Gender and Narrative in the Postcolonial Nation*. Manchester and New York: Manchester UP, 2005.

CHIZIANE, Paulina. *Niketche. Uma História de Poligamia*. Lisboa: Caminho, 2002.

\_\_\_\_\_. *O Alegre Canto da Perdiz*. Lisboa: Caminho, 2008.

GIOVETH, Filomena; SANTOS, Seomara. *O Amor Tem Asas de Ouro*. Antologia da Poesia Feminina Angolana. Luanda: UEA, 2005.

LUGONES, Maria. Toward a Decolonial Feminism. *Hypatia*, v. 25, n. 4, p. 742-759, 2010.

MATA, Inocência. A Literatura Angolana entre Utopias e Distopias: Um Percorso. *Textos e Pretextos*, Lisboa, n. 19, p. 9-26, 2015. (Angola. Poesia e Prosa)

\_\_\_\_\_. Mulheres de África no Espaço da Escrita: A Inscrição da Mulher na Sua Diferença. In: MATA, Inocência; PADILHA, Laura C. *A Mulher em África. Vozes de uma margem sempre presente*. Lisboa: Colibri, 2007. p. 421-440.

OWEN, Hilary. *Mother Africa, Father Marx. Women's Writing of Mozambique 1948-2002*. Lewisburg. Bucknell University Press, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 78, p. 3-46, outubro 2007.

TAVARES, Paula. *Ritos de Passagem*. Lisboa: Caminho, 2007.



## CAPÍTULO 17

# A ESCRITURA COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E PODER: autoras com origens em ex-colônias italianas na África

Márcia de Almeida<sup>1</sup>

A afirmação de Emily Dickinson (1830-1886) de que “‘Não’ é a palavra mais selvagem que se pode atribuir à língua” nos faz pensar na frequência com que esse termo – selvagem – foi usado, pelas metrópoles, durante as diversas campanhas coloniais na África, seja em relação ao Continente, seja adjetivando os autóctones, que foram estereotipados, negativamente, como indivíduos sem cultura, primitivos, bárbaros, rudes, chucros, estúpidos e não civilizados.

De modo particular, cabe lembrar que o vocábulo foi mobilizado, no mesmo sentido, pela propaganda imperialista italiana, como justificativa para a colonização das populações “selvagens” da Líbia, da Eritreia, da Etiópia e da Somália. De fato, mascarou-se o projeto imperialista italiano sob uma iniciativa “generosa” em relação àqueles “tristes povos, metade demônio, metade criança”<sup>2</sup> – remetendo ao poema “O fardo do homem branco”, de Rudyard Kipling<sup>3</sup> –, quando os colonizadores assumiram “o fardo”, ou seja, a dura missão de domar aqueles “bravios” e levar a civilização aos territórios conquistados.

No entanto, “selvagem”, em uma acepção mais próxima à da citação de Dickinson, adquire, nos dias atuais, o significado positivo de quem se recusa a ser domesticado, amansado, de quem se rebela à imposição de disciplina sobre seu corpo e sua escritura, como as autoras objeto deste estudo – Ubax Cristina Ali Farah, Gabriella Ghermandi e Igiaba Scego – que, tidas como “selvagens”, no primeiro significado, posto que originárias da África, apropriam-se do segundo, em suas práticas literárias e no ativismo político.

Passemos, então, à investigação do engajamento das escritoras da chamada literatura pós-colonial italiana, que, em sua prática literária, criam um “espaço de resistência” e dizem “não”, essa palavra selvagem, ao esquecimento/apagamento dos abusos cometidos, sobretudo em relação às mulheres, durante a conquista da Somália, da Eritreia e da Etiópia.

1 Professora Associada da Universidade Federal de Juiz de Fora, possui graduação em Letras pela UFJF, mestrado e doutorado em Letras Neolatinas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pós-doutorado realizado em La Sapienza-Università di Roma. E-mail: marcia.almeida@ufff.edu.br

2 O poema é de 1899 e pode ser encontrado, em inglês e em português, em <<http://www.ensinarhistoriajoelza.com.br/imperialismo/>>.

3 Rudyard Kipling (1865-1936), poeta britânico, recebeu o Prêmio Nobel de Literatura em 1907 e ficou conhecido pelos ensaios e poemas favoráveis ao imperialismo, incluindo *The Jungle Book* (1894) e o poema “The whiteman’s burden”, O fardo do homem branco.

Reconhecendo que, ainda nos dias de hoje, os antigos e novos processos de colonização têm implicações preconceituosas e ultrajantes em todos os Continentes, veremos como essas autoras empreendem, em suas obras, uma revisão da campanha imperialista da Itália na África Oriental, desfazendo a imagem dos colonizadores italianos como *brava gente* e trazendo à tona uma outra versão para a história daquele período, narrada pelas/pelos colonizadas/colonizados.

Nesse cenário, destaco os nomes de Cristina Ali Farah (Somália), Gabriella Ghermandi (Etiópia) e, em especial, Igiaba Scego (Somália), que alia sua profícua produção literária a uma relevante produção crítica/ensaística.

O que essas escritoras têm em comum, apesar de virem de diferentes nações, é a familiaridade com a história, a cultura e a língua italiana, elementos que derivam, de diversos modos, da relação colonial de seus países com a Itália. Essa relação é representada nos textos dessas autoras de maneira direta – através, por exemplo, da tentativa de reescritura da história daquele período, com base na recuperação dos eventos – ou de forma indireta – através da análise de temas como o preconceito racial e a marginalização dos migrantes.

Além disso, o modo como são construídos os romances e a seleção dos eventos a serem narrados sugerem a supremacia de uma perspectiva feminina. E, a justificar essa constatação, poderiam ser levantados dois motivos principais.

Em primeiro lugar estaria o reconhecimento, recorrente entre as autoras africanas italianas<sup>4</sup>, da figura feminina como guardiã e divulgadora da tradição cultural pré-colonial. Esse fato pode ser verificado não só na construção dos personagens, como também na escolha dos títulos dos romances, nos quais se repetem os vocábulos memória(s) e mãe. Só para citar alguns, mencionamos *Memorie di una principessa etiopie* (Memórias de uma princesa etíope)<sup>5</sup>, autobiografia de Martha Nasibù, filha de um famoso comandante militar, morto intoxicado por gás mostarda durante a guerra contra a Itália, e *Madre piccola* (Mãezinha), de Cristina Ali Farah.

A pesquisadora Tiziana Colusso compartilha dessa opinião e afirma que “seguimos com prazer essas autoras, além dos dados históricos que as determinam (mulher, colonizada, escritora em língua italiana), pelo seu trabalho de emaranhada tessitura de pátrias/*mátrias* imaginárias” (COLUSSO, 2011, p. 8).<sup>6</sup>

Para Daniele Comberiati, que também estuda essa questão,

é possível, então, descobrir uma outra história do período colonial e pós-colonial [...]: caracterizadas por uma dupla alteridade (como mulheres e como colonizadas), tais autoras criam uma narração alternativa

4 A justificar a adoção de “autoras africanas italianas”, sem barras, cf. Romeo (2017).

5 São minhas todas as traduções do italiano para o português.

6 Texto original: “seguiamo volentieri queste autrici, al dilà dei dati storici che le determinano (donna, colonizzata, scrittrice in lingua italiana), nel loro lavoro di ingarbugliata tessitura di patrie/*matricie* immaginarie”.

que coloca em jogo diferentes relações de gênero e dinâmicas de poder (COMBERIATI, 2007, p. 190).<sup>7</sup>

Constroem-se, assim, figuras femininas que são, como suas criadoras, guardiãs de uma tradição que faz parte da busca de uma identidade cultural que ajude a crescer e a seguir adiante sem perder sua própria natureza, como em *Regina di fiori e di perle* (Rainha de flores e de pérolas), de 2007, primeiro romance de Gabriella Ghermandi, que nasceu na Etiópia, em 1965, filha de pai italiano e mãe ítalo-eritreia.

Já nas primeiras linhas, o livro, que percorre mais de cem anos de história, dos tempos de Menelik, imperador da Etiópia, até os dias atuais, traz, na voz da protagonista Mahlet, o seguinte vaticínio: “Quando eu era criança, os três veneráveis anciãos da casa me diziam sempre: ‘Você será a nossa cantora’” (GHERMANDI, 2007, p. 5)<sup>8</sup>. E, mais adiante, um dos veneráveis, que atuou na resistência contra a colonização italiana, ratifica a sua expectativa em relação à jovem Mahlet, dizendo:

Conserve a sua curiosidade e recolha todas as histórias que puder. Um dia você será a nossa voz que narra. Vai atravessar o mar que atravessaram Pedro e Paulo e vai levar as nossas histórias à terra dos italianos. Você será a voz da nossa história que não quer ser esquecida (GHERMANDI, 2007, p. 6).<sup>9</sup>

Torna-se, então, inevitável a identificação da missão da protagonista com o compromisso que a autora assume para si: a recuperação da memória da colonização italiana na Etiópia, sob a perspectiva do colonizado e, mais especificamente, como acredito, sob a ótica do feminino.

Cumpre, porém, complementar que se trata de uma busca que não diz respeito apenas à dimensão africana, mas é também “um modo de se interrogar sobre a identidade da memória colonial italiana” (LOMBARDI-DIOP, 2007, p. 259)<sup>10</sup>, pois, segundo o pesquisador etíope Ali Mumin Ahad, diferentemente do que acontece com outros/as escritores/as da chamada literatura italiana de migração, para as autoras com origens nas ex-colônias italianas na África, “falar de seus países [de origem] significa [...], em outros termos, falar também da Itália, tendo em vista as ligações históricas e culturais que foram estabelecidas no século que eles percorreram juntos” (AHAD, 2006, p. 242).<sup>11</sup>

7 Texto original: “é possibile così rintracciare una storia altra del periodo coloniale e postcoloniale [...]: contraddistinta da una duplice alterità (come donne e come colonizzate), tali autrici creano una narrazione alternativa che mette in gioco differenti rapporti di genere e dinamiche di potere”.

8 Texto original: “Quando ero piccola, me lo dicevano sempre i tre venerabili anziani di casa: ‘Sarai la nostra cantora’”.

9 Texto original: “Tienila stretta quella curiosità e raccogli tutte le storie che puoi. Un giorno sarai la nostra voce che racconta. Attraverserai il mare che hanno attraversato Pietro e Paolo e porterai le nostre storie nella terra degli italiani. Sarai la voce della nostra storia che non vuole essere dimenticata”.

10 Texto original: “un’interrogazione sull’identità della memoria coloniale italiana”.

11 Texto original: “Parlare del loro paese significa [...], in altri termini, parlare anche dell’Italia, per i legami storici e culturali che si sono stabiliti nel secolo trascorso insieme”.

A questão da proveniência dessas escritoras, de ex-colônias, também será fundamental para iluminar o outro motivo aqui levantado para entender a constatação da perspectiva feminina na construção de seus romances. Essa segunda justificativa delinea-se como uma necessidade de questionar a visão que o colonizador italiano tem das mulheres das colônias. Uma visão estereotipada que faz parte do imaginário coletivo da península e que está presente, desde os anos vinte do século passado, implícita nas propagandas que acompanhavam a campanha expansionista de Benito Mussolini, podendo ser encontrada, mais explicitamente e em termos editoriais, nas revistas e nos romances coloniais incentivados pelo regime fascista.

De fato, em um estudo sobre a revista *Italia d'Oltremare* (Itália de Além-mar), financiada pelo Ministério das colônias, entre os anos de 1936 e 1943, Sara Kapelj comenta que a publicação quinzenal

conseguiu [...] difundir estereótipos e lugares comuns sobre os habitantes da África passíveis de incrementar sentimentos racistas [...] e contribuiu para difundir uma imagem degradante dos habitantes das colônias, construída em oposição àquela do novo homem fascista e voltada para consolidar nos italianos a certeza da própria superioridade racial (KAPELJ, 2012).<sup>12</sup>

Além disso, basta uma breve pesquisa para afirmar que, nos textos daquela época, “os personagens femininos subalternos emergem [...] exclusivamente associados à natureza estereotipada da ‘mulher exótica’, projeção de uma cultura bárbara pervertida e pervertedora, fundamentalmente diferente da ética moderada da Europa dita civil” (BODDI, 2012).<sup>13</sup>

Nos romances das escritoras africanas italianas, entre tantos personagens femininos, nenhum se aproxima, nem minimamente, dessa definição. Ao contrário, as autoras se empenham em criticar essa rotulação e denunciam, por exemplo, os estupros das africanas durante a campanha colonial, as relações de concubinato entre colonizadores e meninas, e a discriminação feminina sofrida sob o Decreto Régio 880, que proibia, seja o casamento dos italianos com as mulheres da colônia, seja o reconhecimento dos filhos gerados por essa união.

Com relação ao Decreto citado, Ghermandi faz uma abordagem de forma inovadora nas reflexões de um personagem masculino e italiano, Daniel, um soldado do exército italiano, que, nos primeiros anos de ocupação, ao se apaixonar pela etíope Amarech, faz a seu comandante um pedido de desmobilização

12 Texto original: “riuscì [...] a diffondere stereotipi e luoghi comuni sugli abitanti dell’Africa in grado di incrementare sentimenti razzisti [...] e ha [...] contribuito a diffondere un’immagine degradante degli abitanti delle colonie, costruita in opposizione a quella dell’uomo nuovo fascista e volta a consolidare negli italiani la certezza della propria superiorità razziale”.

13 Texto original: “I personaggi femminili subalterni emergono, in questo senso, esclusivamente associati alla natura stereotipata della ‘donna esotica’, proiezione di una cultura barbara pervertita e pervertente, fondamentalmente diversa dall’etica morigerata dell’Europa cosiddetta civile”.

para se casar com a jovem e ficar definitivamente na Etiópia. O pedido é negado e Daniel recebe uma ordem de repatriação e uma condenação de cinco anos a ser cumprida na Itália. Antes de decidir fugir com Amarech para se aliar aos guerrilheiros da resistência etíope, Daniel desabafa:

Eu sabia, [...] sabia que tinha aquele maldito decreto, mas não achava que fosse realmente aplicado. Vi muitos soldados que ficavam com mulheres daqui, e todos no Forte tinham conhecimento do fato. Achava que o decreto tinha sido promulgado apenas para deixar contentes os fascistas na Itália. Mas não. Você pode ficar com as mulheres daqui, mas tem que tratá-las como prostitutas. Não pode amá-las, ter filhos com elas, sonhar com uma família. Se fizer algo do tipo, eles aplicam o decreto. [...] A grande Itália civilizatória. Eis seu verdadeiro rosto (GHERMANDI, 2007, p. 44).<sup>14</sup>

Dessa forma, a leitura desses romances se aproxima de temas fundamentais que ativam um mecanismo descolonizador que, por sua vez, conscientiza o leitor sobre situações passadas, mas também presentes, sobre as quais, geralmente, não se fixam os refletores.

De fato, teóricas pós-coloniais, como Gayatri Spivak (2010) e Ania Loomba (2000), por exemplo, afirmam que a construção social do gênero e a sua interseção com os processos de construção da raça e da classe social representam as bases principais sobre as quais o colonialismo construiu um sistema de poder capaz de dividir e governar os povos colonizados. E não há como negar que a interação desses três eixos continua a estruturar a composição social do mundo contemporâneo.

Além disso, lembremos que o paradigma pós-colonial não se atém apenas à releitura da história e a cultura, mas formula novas epistemologias a partir de novos sujeitos, que antes eram subjugados, enfatizando as relações de poder que o colonialismo produziu e as formas como essas relações são reproduzidas nas sociedades pós-coloniais contemporâneas.

Na mesma linha de raciocínio, a pesquisadora Caterina Romeo afirma que “os estudos ‘pós-coloniais’ não se limitam a investigar as relações entre uma ex-pátria-mãe e as suas ex-colônias, mas refletem sobre as relações de poder que os sistemas coloniais colocaram em prática” (ROMEO, 2017, p. 21) e que repercutem ainda hoje.

Para exemplificar como os efeitos do colonialismo ainda se fazem presentes, recorro a *Madre piccola* (Mãezinha), de 2007, primeiro romance de Ubax Cristina Ali Farah, que nasceu, em 1973, na Itália, terra de sua mãe, mas morou, de 1976 a 1991, em Mogadíscio, capital da Somália, terra natal de seu pai.<sup>15</sup>

14 Texto original: “Io lo sapevo, [...] lo sapevo che c'era quel maledetto decreto, ma non pensavo venisse applicato veramente. Ne ho visti tanti di soldati che andavano con le donne di qui, e tutti al Forte ne erano a conoscenza. Credevo lo avessero promulgato solo per far contenti i fascisti in Italia. Invece no. Tu ci puoi andare con le donne di qui, ma devi trattarle da prostitute. Non puoi amarle, avere figli con loro, sognare una famiglia. Se fai una cosa del genere loro applicano il decreto. [...] La grande Italia civilizzatrice. Ecco il suo vero volto”.

15 Em 2014, Ali Farah publicou seu segundo romance: *Il comandante del fiume* (O comandante do rio).

*Madre piccola*, por meio de seus protagonistas Barni, Domenica Axad e Taageere, apresenta diversas histórias sob o cenário da diáspora somali no mundo. Entre elas, a de Maxamed X, que, tendo sido encontrado muito ferido em um carro em chamas perto da embaixada da Somália em Roma, é, de forma etnocêntrica e preconceituosa, considerado suspeito de terrorismo. Cabe a Barni, obstetra somali, estabelecida em Roma desde o início da guerra civil em seu país, livrá-lo da acusação, descobrindo que Maxamed X tinha se queimado para tentar salvar Luul, que ele acreditava ainda estar no carro, onde havia dado à luz. Maxamed X havia conhecido Luul, irmã de Taageere, grávida, durante a travessia do Mar Mediterrâneo, e ambos viviam, clandestinamente, no porão da embaixada, onde também moravam os rapazes que, tentando fazer funcionar o carro abandonado, tinham acabado por incendiá-lo involuntariamente.

Dessa maneira, a leitura dos romances aqui mobilizados, além da revisitação crítica do período colonial, permite uma intervenção sobre o presente italiano que, não tendo feito as contas com o passado, não sabe gerir sua atualidade multicultural. Possibilita, também, o exame e a denúncia da recente onda conservadora que temos presenciado, cotidianamente, em nível mundial.

Nesse sentido, é de grande relevância o trabalho desenvolvido por Igiaba Scego, escritora de origem somali, nascida na Itália, em 1974, que, utilizando a sua escritura como “espaço de poder”, além da publicação de romances que tematizam o encontro entre culturas, vem se afirmando, por meio de ensaios e artigos, como crítica da questão pós-colonial na Itália. Na verdade, Scego estaria seguindo certa tendência, que Françoise Lionnet (2010) observa também em escritoras magrebina, de um duplo investimento – na atividade criadora e na crítica – como estratégia para reivindicar reconhecimento e fazer ouvir sua voz.

O primeiro romance de Scego, *Rhoda*, de 2004, discute, sob a temática da migração, a viabilidade de novas construções identitárias através de três protagonistas, como anunciado na contracapa do livro:

Três mulheres somalis. Imigradas. Aisha, a mais nova da família, vive a integração, sofrida, mas possível; a tia Barni mora há anos na Itália, mas ainda está ligada às tradições e aos valores da Somália. Porém, a experiência mais sofrida é a de Rhoda (SCEGO, 2004, contracapa).<sup>16</sup>

Simbolizando, pois, as dificuldades de integração, temos a tia Barni, há anos estabelecida na Itália, onde trabalha, como faxineira, para se manter e enviar dinheiro ao irmão, que tem uma grande família na Somália. É Barni que acolhe, em Roma, as sobrinhas órfãs, Aisha e Rhoda, que, antes da guerra civil, viviam com o tio na África.

Barni sofre preconceitos por parte dos italianos, mas suporta a situação para honrar seu compromisso com a educação das sobrinhas e com a sobrevivência

16 Texto original: “Ter donne somale. Immigrate. Aisha, la più piccola della famiglia, vive l'integrazione, sofferta ma possibile; la zia Barni vive da anni in Italia, ma è ancora legata alle tradizioni e ai valori della Somalia. L'esperienza più sofferta è però quella di Rhoda”.

da família na terra de origem. Em uma passagem do romance, percebemos que Barni, através da recusa da língua italiana, que ela havia aprendido ainda na Somália, descarta qualquer possibilidade de integração:

ela havia frequentado as escolas italianas [...] tinha estudado Dante, Ariosto e Leopardi. E tinha até gostado! Agora – adulta – percebia que não devia ter gostado. Deve-se estudar a própria história antes, e a dos outros depois. [...] De tanto ouvir: “Vocês, negros, não sabem o italiano!”, Barni tinha acabado por acreditar. [...] Tudo na sua fala ficou confuso [...]. E ela acabou se tornando o estereótipo da mulher migrante que a sociedade via nela (SCEGO, 2004, p. 155-156).<sup>17</sup>

A sobrinha mais velha, Rhoda, também se rende ao estereótipo, ao senso comum, e se torna prostituta, o que explica da seguinte forma:

Uma mulher negra na Itália tinha, no imaginário comum, possibilidades limitadas de colocação. [...] As mulheres negras eram cantoras [...] de jazz, atletas recordistas, modelos... isso na melhor das hipóteses. Na pior das hipóteses, eram mulheres perdidas, fêmeas ávidas de dinheiro e dispostas a se vender por poucos e nojentos trocados. Enquanto mulher negra me sentia rotulada. Não tinha saída [...] (SCEGO, 2004, p. 162).<sup>18</sup>

Aisha, ao contrário, personifica, no romance, a possibilidade de integração e antecipa o pertencimento a uma cultura global, multifacetada, como faz o próprio livro, cuja capa mostra uma foto feita em Florianópolis e que traz, entre as epígrafes, um trecho de uma música do brasileiro Lenine.

Dando sequência ao exame da prolífica produção de Scego, percebe-se que a defesa da convivência e do recíproco enriquecimento das culturas se intensifica nas obras mais recentes. *Oltre Babilonia* (Para além da Babilônia) (2008), por exemplo, apresenta complexas construções prosopográficas, topográficas e linguísticas, sendo ambientado na Itália, na Somália, na Argentina e na Tunísia, com protagonistas, também aqui femininas, originárias dessas nações, ou que aí se encontram, e que mesclam palavras dos respectivos idiomas. Também o Brasil volta a aparecer no livro, nas referências à literatura (2008, p. 82) e à música (2008, p. 38) brasileiras. Publicado em 2008, esse segundo romance antecipa os debates sobre temas, como italianidade, que surgem com as comemorações dos 150 anos de unificação italiana, em 2011. E, através da história de

17 Texto original: “lei aveva fatto scuole italiane [...] aveva studiato Dante, Ariosto e Leopardi. E le era piaciuto anche! Ora – da grande – si rendeva conto che non le doveva piacere. Si deve studiare la propria storia prima e poi quella degli altri. [...] A furia di sentirsi dire: ‘Voi negri non sapete l’italiano!’, Barni aveva finito per crederci. [...] Tutto nel suo linguaggio divenne confuso [...]. È finicol di ventare quello stereotipo di Donna immigrata che la società [...] voleva vedere in lei.”

18 Texto original: “Una donna nera in Italia aveva, nell’immaginario comune, delle collocazioni precise. [...] Le donne nere erano cantanti [...] di jazz, atlete da record, modelle da urlo... questo nei casi migliori. Nei casi peggiori si era delle donne perdute, femmine avidi di soldi e disposte a vendersi per pochi luri dispiccioli. In quanto donna nera mi sentivo etichettata. Non avevo scampo [...]”.



seus personagens, de sua ascendência e descendência, retoma, de forma crítica, tanto o período da grande migração italiana transoceânica, quanto o impulso imperialista em relação à África, chegando à contemporaneidade multicultural da península. Já em *La mia casa è dove sono* (A minha casa é onde estou), de 2010, um livro de memórias, o próprio título espelha o alargamento da noção de pertencimento, que amplia a consciência do local para o comprometimento em relação ao global. Em 2015, a autora publica um novo romance, *Adua* (2015), dando voz a mais uma protagonista, cujo nome é uma referência à batalha de Adua, na Etiópia (1896), na qual as tropas italianas sofreram uma grande derrota e que se tornou símbolo da luta contra o colonialismo na África.

A cada novo lançamento percebe-se como Igiaba Scego se afirma como escritora consciente e amadurecida, porém, como seria de se esperar, é nos ensaios e artigos jornalísticos que seu engajamento se torna mais explícito. Assim, em 2014, a escritora publica, em parceria com o fotógrafo Rino Bianchi, *Roma negata. Percorsi postcolonial in ella città* (Roma negada. Percursos pós-coloniais na cidade), um longo ensaio acompanhado de fotografias, em preto e branco, de pessoas e lugares de Roma indelevelmente marcados pela história do colonialismo. É relevante mencionar que o livro faz parte de uma coleção, da Editora Ediesse, intitulada *sessismo e razzismo*, ou seja, sexismo e racismo, a indicar que esses serão os temas principais e que, como afirmam as organizadoras da coleção:

A invenção das raças, para estabelecer hierarquias sociais e de poder, impondo-as e/ou insinuando-as como se fossem hierarquias naturais, esteve pari passu com o domínio masculino sobre as mulheres, com o sexismo que é a matriz do racismo (MELANDRI et al. apud SCEGO; BIANCHI, 2014, p. 2)<sup>19</sup>.

Igiaba Scego, que é filha do colonialismo, mas que também é filha de Roma, narra, então, seu percurso por vários pontos da capital italiana, cuja referência ao passado colonial foi apagada ou negada, e ativa o mecanismo da memória, esquecida ou comodamente removida, com o propósito de que as atrocidades, uma vez desveladas, não se repitam.

Nesse sentido, denuncia várias perversidades cometidas durante a campanha colonial, as quais desmentem o imaginário coletivo dos italianos como colonizadores cordiais, ou seja, como *brava gente*, e lamenta:

Ah, o colonialismo italiano, ferida que nunca sarou, que nunca foi costurada, memória esquecida! Aquele colonialismo italiano, que se fingia de bom (o mito dos italianos *bravagente* custava a morrer no imaginário popular), mas que tinha exterminado tantos e às vezes mais do que os outros colonialismos. Pensei imediatamente nas vítimas do

19 Texto original: "L'invenzione delle razze per stabilire gerarchie sociali e di potere, imponendole e/o insinuandole come se fossero gerarchie naturali, è andata di pari passo con il dominio maschile sulle donne, con il sessismo che del razzismo è la matrice".



gás mostarda na Etiópia. Nas vítimas daquela guerra horrenda desejada por Mussolini. Pobres corpos dilacerados pela química. Peles negras transformadas em brancas por um assassino covarde [...] que eliminava pessoas [...] com um gás que a convenção de Genebra havia proibido. Pensei nas mulheres eritreias e somalis, obrigadas a se vender (quando não imediatamente estupradas) ao patrão italiano. Pensei nos campos de concentração [...] onde as pobres pessoas acabavam e onde consumiam as próprias vidas, entre surras e fome (SCEGO; BIANCHI, 2014, p. 18).<sup>20</sup>

A autora também chama a atenção para a atualidade dessas reflexões e explica, no primeiro capítulo, que a ideia do livro nasceu da notícia de um enésimo naufrágio perto de Lampedusa<sup>21</sup>, com o intuito de recordar os 369 eritreus, de algum modo filhos daquele colonialismo, que, em 2013, perderam a vida tentando chegar à Itália.

No dia 3 de outubro de outubro de 2013, o Mar Mediterrâneo engoliu 396 eritreus, mulheres, crianças, homens jovens. Todos os sonhos daquela gente naufragados naquele mar frio e inóspito. Mas nenhum grande jornal escreveu “aqueles rapazes, aquelas jovens, aquelas crianças são nossos”. O vínculo histórico entre Itália e Eritreia não foi percebido, reconhecido. A Itália [...] não assumiu [...] a sua responsabilidade histórica em relação à Eritreia. Tudo foi silenciado, esquecido, apagado. [...] Ontem os colonizados, hoje os migrantes, vítimas de um sistema que se cria sozinho e se autoabsolve (SCEGO; BIANCHI, 2014, p. 22-25).<sup>22</sup>

Esse tema, infelizmente, continua em pauta, se tivermos em mente que, segundo dados oficiais do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), só este ano, de janeiro a abril, 44.776 migrantes chegaram na Europa pelo mar, sendo que, desses, 37.142 pessoas desembarcaram nas costas italianas (COLOMBO, 2017), a maioria proveniente da África, sem mencionar as que morreram na travessia do Mediterrâneo.

Ainda no ensaio *Roma negata*, Scego volta a insistir, em vários momentos, na importância da revisão do passado colonial para a contemporaneidade italiana, quando escreve, por exemplo: “esquecer a história que liga a África à Itália é uma infâmia. Porque, esquecendo-a, se esquece o quanto se foi infame, racista,

20 Texto original: “Ahi, il colonialismo italiano che si fingeva buono (il mito degli italiani brava gente era duro a morire nell’immaginario popolare), ma che aveva sterminato quanto e a volte più degli altri colonialismi. Pensai in un lampo alle vittime dell’iprite in Etiopia. Alle vittime di quella guerra orrenda voluta da Mussolini. Poveri corpi dilacerati dalla chimica. Pelli nerere sebianche da una morte viciosa [...] che aveva eliminato le genti [...] con gas che la convenzione di Ginevra aveva vietato. Pensai alle donne eritree e somale costrette a vendersi (se non direttamente vittime di stupro) al padrone italiano. Pensai ai campi di concentramento [...] dove povera gente finiva e desaturava la propria vita tra percosse e fame”.

21 Pequena ilha italiana, localizada entre a Sicília e a Tunísia, e, por isso, conhecida como porta da Europa para os migrantes provenientes da África.

22 Texto original: “Il 3 ottobre 2013 il Mar Mediterraneo ha inghiottito 369 eritrei, donne, bambini, giovani uomini. Tutti i sogni di quella gente naufragati in quel mare freddo e inospitale. Ma nessun grande giornale ha scritto ‘quei ragazzi, quelle ragazze, quei bambini sono i nostri’. Il legame storico tra Italia e Eritrea non è stato percepito, riconosciuto. L’Italia [...] non ha dichiarato [...] la sua responsabilità storica verso l’Eritrea. Il tutto è stato silenziato, dimenticato, cancellato. [...] Ieri i colonizzati, oggi i migranti, vittime di un sistema che si autogenera e autoassolve”.

colonialista” (SCEGO; BIANCHI, 2014, p. 25)<sup>23</sup>. E, em artigos on-line mais recentes, como os publicados na revista eletrônica *Internazionale*, retoma a discussão sobre as consequências, no século XXI, dos diversos colonialismos do passado, que tiveram a necessidade de criar um discurso de discriminação racial, sexual e religiosa – eu superior, você inferior – para conquistar populações e territórios.

Assim, em 1º de abril de 2017, no artigo “I libriches montano il mito del colonialismo buono degli italiani” (Os livros que desfazem o mito do colonialismo bom dos italianos), além de elencar e elogiar tais livros, a escritora, comentando a exibição, em Roma, do documentário “I’m not your negro”, de Raoul Peck, baseado em um texto inédito de James Baldwin, aponta para a pertinência dos debates sobre a violência sofrida pelos afrodescendentes, não só na Itália, e para a constatação da permanência, ainda hoje, de estereótipos criados durante as campanhas coloniais, afirmando o seguinte:

O sistema Itália tentou silenciar aquela memória que nos diz respeito [...], esta violência contra nós. Por muito tempo os nossos antepassados não tiveram direito de falar, de pensar, de viver, fechados no frio estereótipo de um mal-entendido. O colonizado se tornou apenas o seu corpo. Um corpo bonito a ser possuído ou um corpo feio a ser aniquilado. Somos os nossos lábios, os nossos seios, as nossas vaginas, os nossos testículos. [...] Castrações, estupros, homicídios caracterizaram as políticas segregacionistas. Corpos negros, bodes expiatórios de uma sociedade em contínua mutação, tanto nos Estados Unidos quanto na Itália (SCEGO, 2017).<sup>24</sup>

Em outro artigo da *Internazionale*, “Gli afrouropei e l’invenzione del colore della pelle” (Os afrouropeus e a invenção da cor da pele)<sup>25</sup>, de fevereiro deste ano, Scego lembra vários assassinatos cometidos na última década contra negros, imigrantes, muçulmanos – na Europa, mas também nos Estados Unidos –, cuja única motivação seria uma postura etnocêntrica, incapaz de reconhecer a *diferença cultural* como válida.

Dessa forma, a escritora cria uma nova sensibilidade para a percepção do passado e da contemporaneidade e, de modo original, contribui para a construção de um novo código literário e cultural de uma sociedade aberta ao mundo, embora consciente das feridas da história. Assim, Igiaba Scego pode ser tomada como exemplo, na atualidade, de uma ativista atenta à defesa dos direitos humanos, à valorização feminina, à promoção do respeito às diferenças religiosas e culturais, contra o racismo, contra a homofobia e tantas outras formas de segregação.

23 Texto original: “dimenticare la storia che lega Africa e Italia è un’infamia. Perché dimenticandola si dimentica di esse restati infami, razzisti, colonialisti”.

24 Texto original: “Il sistema Italia ha cercato di costringere al silenzio quella memoria che ci riguarda [...], questa violenza che ci è stata fatta. Per molto tempo i nostri antenati non hanno avuto il diritto di parola, di pensiero, di vita, chiusi nel freddo stereotipo di un fraintendimento. Il colonizzato è diventato solo il suo corpo. Un corpo bello da possedere o un corpo brutto da annientare. Siamo le nostre labbra, i nostri seni, le nostre vagine, i nostri testicoli. [...] Evirazioni, stupri, omicidi hanno caratterizzato le politiche segregazioniste. Corpi neri, capri espiatori di una società in continua mutazione, negli Stati Uniti come in Italia”.

25 Disponível em: <<http://www.internazionale.it/opinione/igiaba-scego/2017/02/26/afrouropei-razzismo>>. Acesso em: 09 jun. 2017.

## REFERÊNCIAS

AHAD, Ali Mumin. Corno d’Africa. L’ex-impero italiano. In: GNISCI, Armando. *Nuovo planetario italiano: Geografia e antologia della letteratura della migrazione in Italia e in Europa*. Troina: Città Aperta, 2006.

ALI FARAH, Cristina Ubox. *Madre piccola*. Milano: Frassinelli, 2007.

BODDI, Massimo. *Letteratura dell’impero e romanzi coloniali (1922-1935)*. Minturno: Caramanica, 2012. Disponível em: <[http://it.wikipedia.org/wiki/Letteratura\\_coloniale\\_italiana](http://it.wikipedia.org/wiki/Letteratura_coloniale_italiana)>. Acesso em: 08 jun. 2017.

COLOMBO, Fabio. Quanti migranti stanno arrivando nel 2017? *Lenius*, junho 2017. Disponível em: <<https://www.lenius.it/migranti-2017/2/>>. Acesso em: 09 jun. 2017.

COLUSSO, Tiziana. Le patrie/matrie immaginarie della scrittura. In: COMBERIATI, Daniele. *La quarta sponda*. Roma: Caravan, 2011.

COMBERIATI, Daniele. La letteratura femminile della migrazione: le scrittrici delle ex colonie italiane di seconda generazione. In: TIRABASSI, Maddalena; CORTI, Paola. *Raccontidal mondo*. Narrazioni, memorie e saggi delle migrazioni. Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 2007. p. 189-206.

GHERMANDI, Gabriella. *Regina di fiori e di perle*. Roma: Donzelli, 2007.

I’M NOT your negro. Direção: Raoul Peck. Roteiro: James Baldwin e Raoul Peck. Produção: Magnolia Pictures. Documentário. França, Estados Unidos, Bélgica e Suíça. Documentário, 2016, 1h33min.

KAPELJ, Sara. L’*“Italia d’Oltremare”*: razzismo e costruzione dell’alterità africana negli articoli etnografici e nel romanzo *I prigionieri del sole*, 2012. Disponível em: <<http://www.openstarts.units.it/dspace/handle/10077/7407>>. Acesso em: 09 jun. 2017.

KIPLING, Rudyard. *Kipling’s Verse: Definitive Edition*. New York: Doubleday, 1940.

LIONNET, Françoise. Ces voix au fil de soi (e): le détour du poétique. In: ASHOT, Wolfgang et al. *Assia Djebar: littérature et transmission*. Colloque de Cerisy. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2010.

LOMBARDI-DIOP, Cristina. Postfazione. In: GHERMANDI, Gabriella. *Regina di fiori e di perle*. Roma: Donzelli, 2007.

LOMBARDI-DIOP, Cristina; ROMEO, Caterina. *L'Italia postcoloniale*. Milano: Mondadori, 2014.

LOOMBA, Ania. *Colonialismo/Postcolonialismo*. Roma: Meltemi, 2000.

NASIBÙ, Martha. *Memorie di una principessa etiopica*. Vicenza: Neri Pozza, 2005.

ROMEO, Caterina. Literatura da migração e literatura pós-colonial italiana 1990-2013: uma leitura crítica. In: GONÇALVES, Ana Beatriz Rodrigues; ALMEIDA, Márcia; FARIA, Alexandre Garcia (Org.). *Novas Cartografias: Desafios Literários*. Juiz de Fora: EdUFJF, 2017.

SCEGO, Igiaba; BIANCHI, Rino. *Adua*. Roma: Giunti, 2015.

SCEGO, Igiaba; BIANCHI, Rino. Gli afroeuropei e l'invenzione del colore della pelle, *Internazionale*, 26 fev. 2016. ISSN 2499-1600.

SCEGO, Igiaba; BIANCHI, Rino. I libriches montano il mito del colonialismo buono degli italiani. *Internazionale*, abril de 2017. Disponível em: <<https://www.internazionale.it/opinione/igiaba-scego/2017/04/01/italia-colonialismo-libri>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

SCEGO, Igiaba; BIANCHI, Rino. *La mia casa è dove sono*. Milano: Rizzoli, 2010.

SCEGO, Igiaba; BIANCHI, Rino. *Oltre Babilonia*. Roma: Donzelli, 2008.

SCEGO, Igiaba; BIANCHI, Rino. *Rhoda*. Roma: Sinnos, 2004.

SCEGO, Igiaba; BIANCHI, Rino. *Roma negata*. Percorsi post-coloniali nella città. Roma: Ediesse, 2014.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: EdUFMG, 2010.

# CAPÍTULO 18

## CORPO, DISCURSO E POESIA EM AUTORAS NEGRAS CONTEMPORÂNEAS: linguagens eco(dis)tópicas

Izabel F. O. Brandão<sup>1</sup>

trying to convince myself  
i am allowed  
to take up space  
is like writing with  
my left hand  
when i was born  
to use my right  
[...]  
rupi kaur

A escritora caribenha Grace Nichols tem sido foco de minhas pesquisas há mais de vinte anos. Em 2016, revisei o seu primeiro livro *i is a long memoried woman* (1983), para uma mesa-redonda sobre utopias e distopias contemporâneas.<sup>2</sup> O livro trata da diáspora africana para o Caribe, enfocando o que aconteceu com as mulheres inseridas no processo de escravidão. O poema “Ala”, em especial, trata de uma escrava que comete o infanticídio. A cruel conexão da temática da violência, em sua representação na literatura de autoras contemporâneas, com a realidade histórica, foi o que me levou à poesia da escocesa Jackie Kay e da brasileira Conceição Evaristo, entre outras. Minhas inquietações em relação ao que diziam os poemas não eram simplesmente voltadas para a denúncia da violência. A análise comparativa realizada para aquele trabalho sobre utopias e distopias contemporâneas mostrou que o poema de Nichols apresentava-se como uma fronteira entre essas duas situações.<sup>3</sup> Já nos poemas de Kay e Evaristo tem-se uma visão mais pesada em relação ao contexto da utopia, prevalecendo a referência distópica. A ambivalência do conceito de utopia permite a nomeação desse lugar como eco(dis)tópico, cuja

1 Doutora em English Literature (PhD.) pela University of Sheffield, Inglaterra (1991). É professora titular da Universidade Federal de Alagoas desde 2015. É bolsista de produtividade do CNPq. Atua na área dos Estudos Literários, principalmente nos seguintes campos: literatura comparada, crítica literária feminista, literatura de autoria feminina, literatura de língua inglesa, autoria feminina e interdisciplinaridade. E-mail: ifob.izabel@gmail.com

2 A mesa-redonda foi parte da 9ª Semana de Letras da Faculdade de Letras, da Universidade Federal de Alagoas, proposta pelo Diretório Literatura & Utopia, coordenado pela colega Ildney Cavalcanti, em comemoração aos 500 anos da publicação de *Utopia*, de Thomas More.

3 Cf. “O corpo como travessia: o canto da resistência de Grace Nichols” (BRANDÃO, 2006). Esse trabalho foi a base para a construção do comparativo apresentado aqui neste ensaio.

linguagem pode desvelar ressonâncias positivas ou não, no seu discurso sobre o corpo, aqui em sua ontologia relacional, conforme estabelece a ecocrítica feminista (Cf. OPPERMANN, 2013a, 2013b; GAARD, 2010, 2013). É isso o que revelam os poemas, como poderemos observar.

A problematização dos poemas pode ser demarcada através dos processos de resistência, presentes em cada instância de opressão vivida pelo sujeito que ocupa o lugar de oprimido/a (no caso, aqui, as mulheres), que o leva a buscar por espaços alternativos, conhecidos como o “bom lugar” (*eu-topos*), nos estudos voltados para a utopia.<sup>4</sup>

A busca desse espaço alternativo, do “bom lugar”, iniciado dentro do espaço de opressão às mulheres, é o que me parece levar à presença da esperança no poema de Nichols, primeiro a ser trazido aqui. “Ala” nem é inteiramente distópico nem completamente utópico. Nichols usa um meio termo, uma fronteira onde utopia e distopia se entrecruzam. A crua realidade mostrada no poema é necessariamente distópica, mas a busca de uma ação concreta leva o poema para o espaço utópico, em busca do “bom lugar”. Nesse aspecto, os poemas de Conceição Evaristo e de Jackie Kay contrapõem-se ao de Nichols, por apresentarem uma visão distópica, como espero mostrar.<sup>5</sup>

O poema de Nichols, “Ala”, insere-se em uma coletânea que trata do processo de escravidão da África para as Américas, e, além de mostrar poeticamente a dura realidade política vivida pelas mulheres escravas, traz elementos que podem ser vistos como parte da busca utópica, em seu aspecto negativo. Pela perspectiva distópica, o corpo de Uzo, que está preso em estacas, “arms and legs spread-eagle”, também apresenta a condição distópica de “enquadramento”.<sup>6</sup> Como a escrava é uma mulher rebelde, deve servir de exemplo para que as outras mulheres nunca mais cometam semelhante ato, ou seja, o infanticídio, destruindo o que, para o colonizador, significa mercadoria e lucro.

Entre as formas de rebeldia e insurgência no período da escravidão estão o aborto e o infanticídio e as mulheres na condição de escravas recorriam a essas práticas de resistência para impedir que seus filhos crescessem na crueldade da escravidão. Isso revela o nível de profundidade da ferida para a mãe rebelde do poema de Nichols, mas acaba por suavizar essa dor, pois o ato significa o preço da busca da liberdade para o filho morto. É a partir da morte do corpo que a alma se liberta. A mãe envia “[...] the little-new-born/ soul winging its way back/ to Africa – free”. Da distopia, pode-se dizer, nasce a possibilidade da liberdade.

4 Cf. Cavalcanti (2003, p. 339) para esclarecimentos a respeito dos espaços de opressão vinculados às distopias e à busca do “bom-lugar” (*eu-topos*) como alternativa.

5 E numa outra ponta há a visão utópica também possível em poemas de Helena Parente Cunha, do livro *Impregnações na floresta – poemas amazônicos* (2013). Essa gama de possibilidades parece indicar que as poetas contemporâneas transitam em múltiplas percepções. Cf. Brandão (2017) em ensaio sobre poetas brasileiras contemporâneas.

6 A questão do “enquadramento” do corpo das mulheres na perspectiva da utopia e da distopia feminista pode ser aprofundada em Cavalcanti (2005).

A necessidade do exemplo marca visualmente o nível de crueldade a que o opressor poderia chegar. “[The] fate for us all rebel/ women” é “the slow and painful/ picking away of the flesh/ by red and pitiless ants” (NICHOLS, 1983). O corpo mutilado e punido socialmente não é, contudo, suficiente para destruir o território livre da mente imaginativa que, ao se sentir presa do “mau-lugar”, vai em busca do “bom-lugar”, ainda que esse lugar esteja no país do “sonho diurno”, de que fala Bloch (1995), ou do devaneio (de que fala Bachelard, 1988) que acende o desejo de liberdade. Desejo este que nasce a partir da visão do inferno, cruamente exposto no poema com a imagem do corpo mutilado de Uzo. O desespero, nesse caso, cede lugar à esperança que, para Bloch (1995, p. 112), “destrói o medo” (e busca a felicidade): “esperança não é apenas o conceito oposto de ansiedade, mas também, em que pese o seu caráter emocional, de memória”.<sup>7</sup> Assim,

a esperança projetou-se exatamente do lugar da morte, como algo que busca a luz e a vida, como algo que não permite o fracasso como última palavra; [...] definitivamente, [a esperança] tem o conteúdo intencional. Ainda há resgate no horizonte (BLOCH, 1995, p. 112).

Os versos de Nichols também levam à ideologia platônica que, segundo Badinter (1985), era muito comum e aliada à pedagogia do século XVII: “para salvar uma alma, não hesitamos em castigar o corpo” (p. 59). Uzo matou o filho, mas lhe salvou a alma. Esse é também o componente que leva o poema a representar uma utopia de retorno, de caráter mítico,<sup>8</sup> pois a alma do pequenino ser retorna à mãe África.

Bloch (1995, p. 98) fala na vontade de se chegar ao fim da viagem: “para o fim onde tudo termina bem [que] sempre permeia a consciência utópica”. É assim que o poema, mesmo com a percepção idealista de mandar a alma do pequenino ser de volta para o país onde sua mãe (e, conseqüentemente, todos os escravos) era feliz, tem uma projeção de futuro, pois as imagens são para ele projetadas (BLOCH, 1995, p. 99). O conceito de emoção esperançosa é pertinente na compreensão do salto distópico para o retorno ao “bom lugar”: sua intenção “aponta para frente, o ambiente temporal de seu conteúdo é o futuro [...]. Mesmo as emoções esperançosas com conteúdo negativo no tocante à autopreservação, como ansiedade e medo, podem da mesma forma tornar-se paixões, não menos do que esperança” (BLOCH, 1995, p. 108).

Essa intenção aparece quando as mulheres, ao lamentarem a morte de Uzo, invocam os mitos ancestrais da velha África:

O Ala  
Uzo is due to join you

7 Todas as traduções, exceto quando indicadas, são de minha autoria.

8 Há uma distinção entre utopia mítica e utopia concreta, de ação, que mais se aproxima da percepção de Bloch em seu referencial teórico sobre a utopia contemporânea. Parte do poema de Nichols leva para a utopia mítica. Agradeço à Ildney Cavalcanti a informação.



to return to the pocket  
of your womb

Permit her remains to be  
laid to rest – for she has  
died a painful death

Retomo mais uma vez à fala de Bloch (1995, p. 112) a respeito da presença da esperança no espaço onde o medo é também foco. Ele cita o poeta Hölderlin, do romantismo alemão: “Onde há perigo, cresce também o resgate” e argumenta que esse verso “indica a virada dialética positiva na qual o medo do lugar da morte desaparece”. É exatamente isso o que ocorre no poema de Nichols.

No tocante aos poemas de Evaristo e Kay, que dialogam com o de Nichols, o corpo pode ser percebido como um lugar de identidade relacional e histórica, como “texto cultural” (BORDO, 1993, p. 288), uma parte da natureza que desvela não apenas as contradições sociais, mas permite às poetisas reter essa conexão através de imagens que, embora tratem de uma longa história de opressão, também podem mostrar formas de escapar dela.

Esse lugar – o espaço corporal – deve ser compreendido como um território existencial, mas também um espaço “trans-corpóreo” (ALAIMO, 2008), que transita entre o que é material e também discursivo.<sup>9</sup> Nesse sentido, citando Serpil Oppermann (2013, p. 77),

Em um contexto ecocrítico feminista, os corpos das mulheres... são também sites complexos de relações de poder discursivas, ecológicas e ideológicas, por meio das quais somos estimuladas a repensar a materialidade dos corpos interconectados com suas formações discursivas.

Conforme já pontuado, o poema de Nichols trabalha numa fronteira, num limiar que o coloca num diálogo entre utopia e distopia, sendo o foco da esperança situado no simbólico. O poema de Conceição Evaristo (2008), “Da menina, a pipa”, tem uma perspectiva que o crava no contexto distópico através da referência da violência. O conceito de violência é bastante amplo, mas seu caráter de desafio inscreve a ambivalência e a dubiedade como pontos de referência:

[...] atos agressivos ou cruéis só serão definidos como atos de violência (apesar de violentos) de acordo com quem os comete e com quem os sofre [...].

Nesse sentido, entendendo a violência como uma espécie de linguagem cuja expressão indica que houve algum tipo de falha nas relações so-

9 Aqui caberia uma discussão mais aprofundada sobre questões que hoje são parte de um debate-chave dos chamados “novos feminismos” (OPPERMANN, 2013), onde se situa o chamado feminismo material, cujas relações com o meio ambiente não podem ser excluídas, mas a discussão extrapola o escopo deste ensaio. Cf o instigante ensaio “Feminismos trans-corpóreos e o espaço ético da natureza”, de Stacy Alaimo (2017) e também do comentário que escrevi sobre o texto, nessa mesma seção.



ciais de convívio e que o uso da razão foi superado pelo uso do instinto (MATIAS, 2015, p. 286).

Essa percepção pode ser associada às discussões feministas sobre o conceito de violência. Donna Haraway (1991) e Karla Armbruster (1998), por exemplo, apontam para a possibilidade de colaboracionismo presente em situações as quais envolvem violência. A filósofa brasileira Helleith Saffioti (2004), ao problematizar a questão da violência de gênero, tem uma perspectiva que é complementar à percepção das pensadoras norte-americanas. Para Saffioti, a violência se estabelece para alguém do contexto da consciência das mulheres. Seguindo tal entendimento, é possível dizer que “as mulheres se submetem à violência não porque ‘consintam’: elas são forçadas a “ceder” porque não têm poder suficiente para consentir” (SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 150).

Esse contexto permite dizer que, em sua escrevivência, Evaristo fala da “crueldade do cotidiano dos excluídos. A mescla de violência e sentimento, de realismo cru e ternura, revela o compromisso e a identificação da intelectual afrodescendente com os irmãos colocados à margem do desenvolvimento” (DUARTE; CAMPOS, 2011, p. 208). Seu poema “Da menina, a pipa” é apenas uma amostra desse retrato implacável da vida de meninas pobres que vivem à margem da sociedade brasileira, nos não lugares que circundam as grandes cidades onde a natureza é representada pelo descaso desalentador (político e de outra natureza) pela vida humana, tratada como lixo e sujeita à violência. A natureza enquanto espaço formal não aparece no poema, mas o corpo violentado da menina funciona distopicamente como uma metonímia da própria natureza e da sua desagregação do resto da sociedade. Seu corpo é concebido como terra de ninguém, e assim sendo, sua violação é socialmente permitida, ainda que escondida pela anonimidade daqueles que sobrevivem na periferia da civilização, o que parece confirmar a visão de Saffioti acerca do desempoderamento da menina, para consentir ou não, com o ato de violência contra ela cometido. Talvez nesse espaço anônimo possamos retomar a questão instintual de que fala Matias: a sociedade que permite a ocorrência da violência age através de sujeitos cujas pulsões instintuais poderiam conectá-los ao mundo animal que exclui o contexto da racionalidade. Esse mundo desvelado por Evaristo, no qual crescer expõe a profunda ferida que, ironicamente, pressagia um futuro sem futuro, uma heterotopia “distópica”: se se nasce menina, até mesmo seus brinquedos – uma pipa de seda, uma boneca – se tornam metáforas da crueldade contra seu corpo, presa da violência masculina:

um barbante áspero  
másculo cerol, cruel  
rompeu a tênue linha  
da pipa-borboleta da menina.

O resultado é “dor/ e o abandono”. O futuro sombrio revela o trauma resolvido com mais violência:

E depois, sempre dilacerada,  
a menina expulsou de si  
uma boneca ensanguentada  
que afundou num banheiro  
público qualquer.

A complexidade da temática do aborto gera a necessidade de uma problematização mais ampla, que vai da natureza política e ideológica à religiosa, o que não é possível neste momento. Retomo apenas o que diz Badinter em relação ao infanticídio: nenhuma violência cometida contra crianças é de fácil digestão. No caso do poema de Nichols, o ato de violência cometido por meio do infanticídio leva à simbólica libertação da alma do infante. No poema de Evaristo, o que temos é uma infância destruída, no caso da menina especificamente, e o seu batismo em uma tal realidade devastadora expõe um nervo da cultura para nós. Evaristo inflige em nós um choque de realidade: até quando pessoas como a sua menina do poema, marginalizadas em todos os níveis, sofrerão? Essa é a mensagem para nós e para as instituições cujo descaso pelos desfavorecidos os torna responsáveis por toda a sorte de violência cometida. Nós, mais do que espectadoras/es, beiramos à convivência com tal realidade.

*Darling* (2007), de Jackie Kay, traz poemas escolhidos de oito coletâneas, incluindo poemas para crianças. O poema “Inside” (“Dentro”) trata da ferida aberta da violência, tema recorrente em Kay. Essa violência que emerge no seu discurso poético, da mesma forma que a tratada nas poetisas anteriores, é tanto física quanto a psíquica (Cf. BARRETTO, 2009). Em “Inside”, como em outros poemas do livro, a violência física que se expressa no corpo promove dores no psiquismo cuja regeneração é uma necessidade, embora o poema não descortine nenhuma brecha de esperança, como o de Nichols. Entretanto, a palavra escrita é uma forma de exorcismo poético para trabalhar o contexto da dor visando a uma resolução dos males sociais que afligem o mundo ocidental – global –, sem ter qualquer relevância o lugar físico onde o sujeito esteja.

Percebo nesse poema de Kay elementos complementares ao de Evaristo. Não se trata da violência de rua, uma vez que, aqui, o problema desenha-se como doméstico. A oralidade dos versos é capaz de nos emocionar e também de nos indignar, tendo em vista que o psiquismo de mulheres inseridas em qualquer contexto em que a violência sexual aja contra elas é fundamentalmente atingido. A voz poética que Kay usa, soa como um pedido de socorro, num contexto em que o espaço é a casa e o familiar torna-se estranho e brutal.

Inside I’d say, don’t please.  
Grit my teeth. Bite the pillow.

You pulled me to the place  
 where everything went numb, hollow.  
 .....  
 You, underneath my skin.  
 That smell, that voice, that hollow.  
 My own heart, broken like bones.

A persona poética cujo corpo grita, fala dos dentes trincados, da dor e da paralisia que anestesia a violência, traduzindo o entranhamento da dor provocada através de uma imagem cuja materialidade transforma o coração num tecido duro, como ossos, mas com a resistência quebrada pela violência.

“Inside” tem ressonâncias em um poema da indiana canadense rupi kaur, cujo livro *milk and honey* foi recentemente traduzido no Brasil.<sup>10</sup> Sem nome, o curto poema tem apenas quatro versos – quase um aforisma:

it is your blood  
 in my veins  
 tell me how i'm  
 supposed to forget

Esse poema de kaur integra a primeira parte – “the hurting” (a dor) – do livro e mostra a conexão pesada do significado da violência sexual para quem a sofre no espaço doméstico. No poema de Kay, a voz lírica diz: “You, underneath my skin”, remetendo à música “I’ve got you under my skin”, que fala de amor. O verso fala de violência entranhada no ser. É o mesmo sentido dado no poema de kaur: “it is your blood / in my veins”. Esse sentido é, também, duplo: quem cometeu o ato de violência, além de provocar o seu entranhamento no ser, na vítima, é alguém da família.

No poema de Kay o corpo fala tanto psíquica quanto fisicamente: a vítima pede que o opressor/estuprador não a violenta: “Inside I’d say, don’t please”, repetido outra vez, como se essa contenção da palavra fosse resolver o problema. Nesse espaço de sete versos, há a voz que fala e o corpo que grita: ela “Grit[s her] teeth. Bite the pillow”, verso também repetido três linhas depois. No movimento da ação violenta, o opressor a puxa: “to the place / where everything went numb, hollow”. A partir daí, ela perde a voz e, com ela, a fala, o poder de expressão que poderia ajudá-la a se livrar da situação. O lado externo fica, agora, restrito ao olhar que observa “High on the wall [...] your shadow/ turn against me – shape of a storm.” A vítima resume seu estado: nada lhe resta senão perceber o coração “broken like bones”, verso também repetido na última linha do poema. Na primeira vez, a expressão do desejo – vontade – de que a noite passe logo e o amanhã possa lhe trazer algo bom: “I’d wish [...] for tomorrow /

10 O título do livro em português, já em sua 4ª edição, é *Outros jeitos de usar a boca* e foi publicado pela editora Planeta, com tradução de Ana Guadalupe.

when I might wash you away and sorrow / would leave me alone”. Esse desejo é vão porque a dor está no íntimo do ser: “You underneath my skin”; e o resultado é a dor psíquica “Nothing washed you away”; é “That smell, that voice, that hollow”, a corrente do fantasma que vai persegui-la sempre.

Aqui o corpo mostra que a violência cometida contra ele pelo familiar transforma-o num espaço distópico, sem saída. Exorcizar esse tipo de dor é algo que o sujeito, por mais que tente, pode nunca conseguir. O psiquismo traz a violência como o fantasma invisível de que fala Derrida em *Specters of Marx*, cuja função é assustar o sujeito ao reaparecer sempre, em momentos inesperados em que esse sujeito não tem condições de recusar sua presença: “É preciso observar, em primeiro lugar, aquilo que não se deixa ver [...]. Assim, pensar o corpo sem um corpo desta invisibilidade invisível [significa que] o fantasma já está tomando forma” (DERRIDA, 1994, p. 6-7). A ação do fantasma também ocorre no poema de Nichols, mas lá, a memória que se constrói é dupla: para a mãe, o infanticídio libertou o filho e a lembrança desse fantasma é boa. Mas sua ação levou a outra, reativa, por parte do opressor, que foi a tortura física. E, nesse caso, o fantasma pode trazer a memória do ato como ruim devido à tortura geradora de morte para a mulher. Em Kay, não há saída. O corpo é presa de uma tortura que foi física e que acabou, mas cujos traços parecem irremovíveis no psiquismo. Por isso o contexto da distopia é muito mais forte aqui. E é tão forte quanto no poema de Evaristo, porque as consequências do estupro lá estão visíveis na presença de uma gravidez indesejada que resulta no aborto, na “boneca ensanguentada/ que afundou num banheiro/ público qualquer”. São dores profundas. O bom lugar aqui não existe; a utopia, na sua expressão mais clara, está ausente desses poemas.

Para concluir esta análise, falarei brevemente do poema “Vitória Régia”, de Helena Parente Cunha, cuja identificação com valores espirituais podem ser associados tanto às questões da utopia quanto à ecocrítica feminista. O que me mobiliza a usar esse poema aqui, nesta conclusão, é a sua carga de esperança que nos leva de retorno ao princípio da utopia, com seu impulso mobilizador de vida, qualidade por excelência do que é poético na obra dessa autora e poeta contemporânea. Sua poeticidade é um “abrir para o futuro, abrir para frente, projetar sempre no outro aquilo em que ela crê” (SOARES, 2010, p. 107). Sua “cosmovisão”, para usar o termo de Angélica Soares (2010, p. 110), entretece a natureza humana e não humana. Ela “não separa o ser humano da natureza, pelo contrário, considera que o ser humano é natureza, está inserido nela, assim como os outros elementos”.

*Impregnações na floresta* – Poemas amazônicos, publicado em 2013, após uma viagem à floresta amazônica, mostra poemas acerca de uma “excursão místico-ecológica”, organizada por uma comunidade conhecida como “Comunidade Unindo Corações”. Essa comunidade é definida pela poeta como “um dos centros dedicados à prática e difusão da nova espiritualidade... [que é] a busca do Divino em nós e da prática do amor incondicional. Ou seja, a

busca do ‘Ser Profundo’, como diz Fernando Pessoa, no poema ‘Iniciação...’ (CUNHA, 2013, p. 26-27). Essa jornada foi, então, para a poeta, “uma imersão no meu mundo interior” (CUNHA, 2013, p. 28), mas também, acrescentaria com Soares, um engajamento “com questões pertencentes à ordem planetária” (2010, p. 114). Essa viagem interior pode ser plenamente associada ao contexto utópico da ilha dos sonhos.<sup>11</sup>

O poema “Vitória Régia” traduz, dessa viagem, a conexão com o corpo que chega via uma habitante da floresta amazônica – uma índia –, um ser arcaico e primitivo (uma *anima mundi*?), cujo corpo é convertido numa espécie de flor-de-lotus (i.e, a Vitória Régia). Isso integra tudo que está na natureza, organismos vivos, criaturas e o divino em (ou dentro) de nós/da natureza:

uma índia enamorada  
foi ao encontro da lua  
refletida em alvo brilho  
no fundo espelho das águas  
no profundo das retinas

Ao recorrer a um ser arcaico, a poeta mostra a necessidade de paz, amor e comunhão com o todo. Quer utopia maior do que essa? Nas águas vivas da floresta (o inconsciente), ela busca a lua: “mergulhou... / atrás da intacta morada”, sem conhecer o caminho para a “medida perfeita/ de se fazer uma estrela”. O verso termina com uma interrogação, que aponta para a necessidade de integração. Essa é a razão pela qual

[...] a índia enamorada  
mudada em flor da lagoa  
é mandala desdobrada  
em outras muitas mandalas

Uma imagem de transformação e totalidade como essa responde à necessidade para uma forma superior de consciência que pode unificar terra e céu, humano e mais-que-humano, revelando a comunhão de diferentes elementos:

vestindo o corpo das águas  
acolhendo em seus redondos  
o etéreo redondo da lua

A índia transformada “desabrocha o branco viço/ sob as pétalas do luar”: assim, uma torna-se a outra, uma conjunção alquímica perfeita; “a índia enamorada/ agora flor e estrela” nasce na água, desse modo desvelando que tudo na natureza está interligado. O amanhecer anuncia o nascimento, uma esperançosa nota para o futuro.

11 Aqui não se trata de estabelecer o contexto étnico/racial, mas desvelar o contexto da utopia que sempre busca a esperança.

O que une os poemas deste trabalho quando lidos através da lente eco(dis)tópica é a forma como abordam o corpo, aqui compreendido como um texto discursivo que vê cultura-e-natureza como interdependentes, interconectadas e em permanente interação. A percepção de Nichols, Kay, Evaristo e Cunha acerca do corpo como um lugar onde se pode construir pontes, que borram as fronteiras entre humano e mais-que-humano e suas imagens, põe em perspectiva aquilo que Oppermann (2013b, p. 69) concebe como as “complexas interconexões de gênero, sexualidade e ideologia que têm impacto sobre o corpo das mulheres”.

O poema de Nichols, longe de representar apenas a idealização do retorno utópico à terra mãe África, de onde Uzo e seus descendentes foram arrancados, representa o medo do colonizador diante da ação concreta – o infanticídio – de uma rebelde que se recusou a aceitar sua condição de escrava, com todas as implicações que isso carrega. As mortes de Uzo e de seu filho, se não alteraram a realidade para melhor – a liberdade dos povos escravizados –, o que tornaria o poema uma utopia concreta, pelo menos, mostram a ação como mais uma dolorosa trincheira de resistência por onde as mulheres escravas foram forçadas a passar. Essa trincheira junta-se a outras polêmicas formas utilizadas pela poeta Nichols em sua obra. Aqui, podemos vê-la na crueza de um ato de dor que abre as portas para o retorno à tão sonhada liberdade.

Cabe ainda acrescentar que a visão de Nichols apresenta o privilégio e o benefício relativos ao tempo da escrita do poema, pois, como autora contemporânea, pôde revisar situações históricas de referência opressiva poeticamente, colocando a situação de opressão a partir da perspectiva feminista do realinhamento dialógico: o presente dialoga com o passado e revisa o possível, fazendo com que nós, leitoras contemporâneas, percebamos o poema como uma forma de reescrita do passado, fazendo, por assim dizer, justiça, ainda que simbólica.

A percepção de Evaristo acerca do corpo trazida em seu poema trata da ideia de que o poder masculino na sociedade estabelece a brecha que oprime e domina aqueles que são hegemonicamente desempoderados – mulheres, crianças, pessoas negras – enquanto ela acrescenta raça/etnia e componentes de classe à análise ecocrítica feminista. Ainda podemos acrescentar também que o discurso da natureza pertence ao universo da opressão sobre o qual Evaristo fala.

Já o poema de Kay, a referência ao espaço da violência como o doméstico, chama nossa atenção para o silêncio que ainda é o norte das inúmeras situações que muitas vezes nem percebemos ao nosso redor. Como “Inside” não fecha a questão relativa à raça/etnia, podemos, de certo modo, universalizar a opressão sexual que paralisa tantas filhas/mulheres no interior das casas onde tantas famílias habitam. Essa percepção que vemos como distópica, do ser que foi agredido ao ponto da paralisia, parece deixar a porta fechada para uma visão de libertação. Ainda assim, percebo um caminho de saída positivo, quando penso que, enquanto leitoras, a leitura do poema, a sua verbalização no discurso poético é geradora de um reposicionamento do meu olhar diante do ocorrido: enquanto

leio, analiso e, se assim o faço, posso repassar o meu sentimento sobre o que li. Esta é, parece-me, a única utopia possível permitida pelo poema de Kay, extensivo ao de Evaristo também.

Finalmente, a leitura do corpo no poema de Helena mostra a evasão do conflito que separa humanos e natureza com todas as suas criaturas. De modo geral, pode-se dizer que seus poemas mostram um movimento rumo à eudaimonia ou felicidade.

Ecocríticas feministas trabalham uma prática que propõe o cultivo de “uma vida virtuosa da mente, do corpo e da alma”, na qual a “pessoa precisa praticar ser generosa, compassiva, solidária, gentil e racional até que essas qualidades passem a integrar sua natureza” (LOCKWOOD, 2012, p. 134). Essa também parece ser a esperançosa compreensão que Helena tem do planeta e daqueles que fazem parte dele. Seu “ativismo”, se se pode dizer dessa forma, aponta para um retecimento das atitudes humanas para com o universo, aqui observado em termos de sua experiência amazônica, na qual uma índia, mais do que uma representante do coletivo de mulheres de uma forma essencialista, convida a uma conexão com o todo. Por isso, seu apelo rumo à eudaimonia está a caminho. Um apelo utópico, sem dúvida.

## REFERÊNCIAS

ALAIMO, Stacy. Feminismos transcorpóreos e o espaço ético da natureza. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 2, maio/ago. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n2p961>>.

\_\_\_\_\_. Trans-corporeal Feminisms and the Ethical Space of Nature. In: ALAIMO, Stacy; HECKMAN, Susan (Ed.) *Material Feminisms*. Bloomington: Indiana University Press, 2008. p. 237-263.

ARMBRUSTER, Karla. ‘Buffalo Gals, Won’t You Come out Tonight?’: A Call for Boundary-Crossing in Ecofeminist Literary Criticism. In: GAARD, Greta; MURPHY, Patrick D. (Ed.). *Ecofeminist Literary Criticism – Theory, Interpretation, Pedagogy*. Urbana and Chicago: University of Illinois Press, 1998. p. 97-122.

BACHELARD, Gaston. *A poética do devaneio*. Tradução Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução Walsenir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARRETTO, Elvira. A violência nas fronteiras fixas de gênero: pensando rupturas a partir das telenovelas da América Latina e Europa. In: BRANDÃO, Izabel; ALBUQUERQUE, Fátima (Org.). *Gênero e outros lugares: políticas e espaços interdisciplinares*. Maceió: EdUFAL, 2009. p. 89-114.

BLOCH, Ernst. *The Principle of Hope*, v. 1. Tradução Nevile Plaice et al. Cambridge: The MIT Press, 1995.

BORDO, Susan. Feminism, Foucault and the Politics of the Body. In: PRICE, Janet; SHILDRICK, Margrit (ed.). *Feminist Theory and the Body: A Reader*. New York: Routledge, 1999. p. 246-257.

BRANDÃO, Izabel. A propósito de “Feminismos trans-corpóreos e o espaço ético da natureza”, de Stacy Alaimo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 961-974, maio/ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Brazilian Women Poets on Gender, Nature and the Body. In: PARHAM, J.; WESTLING, L. (Ed.). *A Global History of Literature and the Environment*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 393-406.



BRANDÃO, Izabel. O corpo como travessia: o canto da resistência de Grace Nichols. In: MONTEIRO, Maria Conceição; LIMA, Tereza Marques de O. (Org.). *Entre o estético e o político: a mulher nas literaturas de línguas estrangeiras*. Florianópolis: Mulheres, 2006. p. 163-176.

CAVALCANTI, Ildney. A dystopia feminista contemporânea: um mito e uma figura. In: BRANDÃO, Izabel; MUZART, Zahidé (Org.). *Refazendo nós: ensaios sobre mulher e literatura*. Florianópolis/Santa Cruz do Sul: Mulheres/EdUNISC, 2003. p. 336-360.

\_\_\_\_\_. You've been framed: o corpo da mulher nas distopias feministas. In: BRANDÃO, Izabel (Org.). *O corpo em revista: olhares interdisciplinares*. Maceió: EdUFAL, 2005. p. 83-98.

CUNHA, Helena Parente. *Impregnações na floresta: poemas amazônicos*. Florianópolis: Mulheres, 2013.

DERRIDA, Jacques. *Specters of Marx. The State of the Debt, the Work of Mourning and the New International*. Tradução Peggy Kamuf. New York: Routledge, 1994.

DUARTE, Eduardo de Assis; CAMPOS, Consuelo Cunha. Conceição Evaristo. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Literatura e afro-descendência no Brasil: antologia crítica*, v. 2. Belo Horizonte: EdUFMG, 2011. p. 207-226.

EVARISTO, Conceição. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Belo Horizonte: Nadyala, 2008.

GAARD, Greta. New Directions for Ecofeminism: Toward a More Feminist Ecocriticism. *ISLE – Interdisciplinary Studies in Literature and Environment*, p. 1-23, 2010.

GAARD, Greta; OPPERMANN, Serpill; ESTOCK, Simon (Ed.). *International Perspectives in Feminist Ecocriticism*. New York, London: Routledge, 2013a.

HARAWAY, Donna. *Simians, Cyborgs, and Women: The reinvention of nature*. New York: Routledge, 1991.

KAUR, Rupri. *Milk and Honey*. Andrews McMeel Publishing, 2015.

KAY, Jackie. *Darling*. Northumberland: Blodaxe Books, 1991.

LOCKWOOD, Jeffrey. Afterword: Ecofeminism, The Ironic Philosophy. In: VAKOCH, Douglas; ADAMS, Vicky (Org.). *Feminist Ecocriticism: Environment, Women, and Literature*. Lanham: Lexington Books, 2012. p. 123-134.

MATIAS, Marcus Vinicius. A gênese do mal: distopia e violência na ficção detetivesca. In: CORDIVIOLA, Alfredo; CAVALCANTI, Ildney (Org.). *Os retornos da utopia: histórias, imagens, experiências*, v. 1. Maceió: EdUFAL, 2015. p. 285-314.

NICHOLS, Grace. *i is a long memoried woman*. London: Karnak Books, 1983.

OPPERMANN, Serpil. Feminist Ecocriticism. A Posthumanist Direction in Ecocritical Trajectory. In: GAARD, Greta; OPPERMANN, Serpill; ESTOCK, Simon (Ed.). *International Perspectives in Feminist Ecocriticism*. New York, London: Routledge, 2013a. p. 19-36.

\_\_\_\_\_. Feminist Ecocriticism: the New Ecofeminist criticism. *Feminismo/s* 22, p. 65-88, diciembre 2013b.

SAFIOTTI, Helleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Cecília Macdowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. *E.I.A.L.*, v. 16, n. 1, 2005, p. 147-164.

SOARES, Angélica. Depoimento. In: FONSECA, Aleilton; BOAVENTURA, Edivaldo M.; HOISEL, Evelina (Ed.). *As formas informes do desejo* – Helena Parente Cunha. Rio de Janeiro: Editora da Palavra, 2010.

V. FILOSOFIA FEMINISTA  
NA AMÉRICA LATINA



# CAPÍTULO 19

## ALGUNOS APUNTES SOBRE FEMINISMOS EN AMÉRICA LATINA

María Luisa Femenías<sup>1</sup>

---

### I

Los centros hegemónicos de producción de conocimiento nos identifican como América Latina; y nosotros hemos asumido tal identificación queriendo construirnos como una vía alternativa cultural y económica, más que geográfica. Sin embargo, debemos tener presente que se trata de un continente donde cada país y cada región tiene sus peculiaridades. Por eso, cuando a lo largo de estas páginas repetimos “América Latina”, nos gustaría que se tuviera presente que nuestro territorio está atravesado por muchas lenguas, geografías y culturas. Es decir, no es una unidad etnoracial, ni geográfica y ni religiosa. Sólo el cristianismo y la experiencia de la colonización le han impreso algunos rasgos comunes. Por eso, hay quienes sostienen que América Latina es más bien una “idea” (MIGNOLO, 2007, p. 18-19);<sup>2</sup> a veces utópica, casi siempre tensa.

Desde el punto de mira del feminismo, creemos posible reconocer, al menos, cuatro grandes corrientes con algunos conceptos compartidos y ciertas disidencias (CAROSIO, 2009; FEMENÍAS, 2011, 2015, 2016; OLIVA PORTOLÉS, 2014). En primer lugar, debemos tener en cuenta 1) la herencia del universalismo contractualista que orienta casi todas nuestras constituciones, y donde “igualdad” y “universal” se toman como sostén de un número interesante de logros, tales como el voto femenino, el derecho a la educación pública y el salario igualitario. Más recientemente, y sobre todo a partir de los desarrollos de los feminismos de la diferencia, comienza a configurarse el entrecruzamiento género/etnia, que se plasma en 2) los estudios de la subalternidad, con su intersección sexo/etnia, primero; 3) la fuerte influencia del pensamiento postmoderno, y luego en 4) los estudios decoloniales, surgidos en Perú y en el seno de los *Latino Studies* de EEUU. En este trabajo revisaremos brevemente (4), en tanto corriente emergente activa, que busca conformar un paradigma de conocimiento *otro*, y cuyos representantes dicen rechazar los marcos epistemológicos europeos y anglosajones. Nuestra revisión recogerá también las críticas de una de sus representantes más consolidadas: María Lugones, quien – como veremos – introduce la categoría de género.

1 Profesora Consulta de la Universidad Nacional de La Plata. La Plata (Argentina). E-mail: lfemenias@gmail.com

2 Mignolo introduce la noción de “idea” de América Latina. Cf. Carosio, 2009.

## II

Si las tres primeras corrientes que mencionamos hacen uso expreso de las herramientas conceptuales anglo-europeas, ya sean modernas o posmodernas, el pensamiento decolonial, en cambio, pretende generar un conocimiento propio al margen de esa producción teórica. Por eso, quienes adhieren al pensamiento decolonial se reconocen como a-modernos; es decir, ni modernos ni postmodernos sino a-modernos, siguiendo la feliz afirmación de Bruno Latour (1990), a los efectos de generar un pensamiento propio, al margen del universalismo ilustrado (ESCOBAR, 2003). Con el mismo objetivo de descentrarse de la modernidad y de sus herencias, muchas feministas toman el pensamiento decolonial como referencia.

Como se sabe, de los mentores más importantes de la corriente decolonial es el peruano Aníbal Quijano. Quijano advierte que aunque la colonia acabó hace doscientos años, la “colonialidad”, persiste, sin embargo, en sus estructuras y en su estrategia cultural, pudiéndosela detectar en el racismo, el eurocentrismo epistémico, la occidentalización de los estilos de vida de la sociedad (sea violenta o negociada), y en los privilegios sociales y económicos que la educación reproduce (QUIJANO, 2000, 2011). Sobre estas bases, Quijano relea el “mito de la modernidad” para generar una unidad de análisis propia a partir de categorías tales como “diferencia colonial”, “sistema-mundo-moderno / mundo-colonial” y “colonialidad”, entre otros. Esa posición enriquece la revisión histórica de la situación político-social de América Latina, con una grilla conceptual cuyos aspectos más relevantes son:

- 1) Acompañan el nivel de las prácticas de los movimientos identitarios étnoraciales y proponen “rediseñar el poder” entre los grupos racializados y los hegemónicos;
- 2) Complejizan los modos de comprensión de las redes de poder que se expresan en “voz propia”;
- 3) Dan visibilidad a la acción teórica de las periferias de América latina, elaborando categorías conceptuales propias, con gran impacto en EEUU, bajo la denominación *Latino Philosophy*.

Ahora bien, en primer término, no obstante su insistencia en una lectura crítica de los conceptos moderno-coloniales, su posición se vuelve paradójica. ¿Es posible – nos preguntamos – desvincular, como intentan los teóricos decoloniales, su pensamiento de todo lo que sea europeo y generar herramientas teóricas propias que ignoren sus aportes? Cabe conjeturar que tal actitud implica, en el mejor de los casos, desconocer los modos en que las teorías circulan, viajan, se apropian y se resignifican (FEMENÍAS; SOZA ROSSI, 2011). Como se sabe, en sus escritos es posible detectar elementos en los que convergen aspectos de la teología de la liberación, de la teoría de la dependencia, de los debates

modernidad/post-modernidad, de los estudios culturales, de las discusiones en torno al concepto de “hibridez” y/o de “mestizaje” y las “tradiciones originarias”, y hasta cierto vocabulario marxista, claramente ilustrado y no-autóctono, lo que los sitúa paradójicamente en tanto adoptan elementos que dicen rechazar. Sea como fuere – siempre en la paradoja –, nos interesa señalar que los representantes de la decolonialidad no han deconstruido al menos ese aspecto del pensamiento moderno: el sexismo, aunque sí han prescindido de buena parte del aparato teórico-conceptual que permitía deconstruirlo. En efecto, los teóricos decoloniales varones han ensayado numerosos caminos para desvelar supuestos “epocales” o “metódicos” y sus inconsecuencias. Pero, vistas en su conjunto, sus obras han construido un edificio de conocimiento “propio” manteniendo uno de los presupuestos más sólidos que marcan el pensamiento de aquellos a quienes consideran sus referentes polémicos: el sexismo. De modo que el subtexto sexista o, en otras palabras, la ceguera de sexo-género, se mantiene en la mayor parte de sus aportaciones. Conscientes de este sesgo, algunos teóricos decoloniales invitan a las mujeres a contribuir al enriquecimiento de la corriente con análisis feministas y de género (ESCOBAR, 2003, p. 71); algo que las mujeres hacen desde hace décadas: una epistemología propia, un examen minucioso del poder patriarcal, una deconstrucción de las identidades esencializadas, una revisión de la subjetividad, la construcción de una agencia femenina, y un cuidadoso análisis de las redes de contención de la vida cotidiana.

Siguiendo sus propios análisis, pero adscribiéndose a la corriente decolonial, un conjunto potente de mujeres está haciendo visible su sesgo de género. Entre otras cuestiones, advierten sobre la no-homogeneidad de las sociedades originarias y las tensiones de poder inter e intraétnicas (tal como en los análisis de Rivera Cusicanqui) y de sexo-género; aspectos que no perciben las figuras más relevantes de la decolonialidad. Los aportes de estas teóricas están ganando visibilidad dentro y fuera de la corriente decolonial, porque ofrecen logran identificar y describir los sexismos soterrados en el entramado teórico-político de sus mentores fundamentales, exhibido en sus exclusiones y sus jerarquizaciones.

Haremos visible, a continuación, algunos aspectos del subtexto sexista, por ejemplo en el uso de conceptos tales como “tradicición”. El pensamiento decolonial suele adoptar su caracterización patriarcal sin más; es decir, sin tener en cuenta que las tradiciones se construyen en base a las necesidades teóricas y políticas del presente, tal como lo mostrara claramente Hobsbawm (HOBSBAWM; RANGER; 1989; YUVAL-DAVIS, 2010).<sup>3</sup> De ahí que, fieles a sus preconcepciones sexistas, entienden conceptos tales como “tradicición”, “identidad”, “identidad cultural” y “cultura tradicional” de modo tal que mantienen a las mujeres relegadas a sus papeles *tradicionales* como “guardianas simbólicas de las tradiciones”, por usar palabras de Linda Martín Alcoff, no dando cuenta de

3 Cf. Hobsbawm, E.; Ranger, T., 1989.

sus luchas históricas, sus contribuciones y sus valores (ALCOFF et al.; 2006; SCHUTTE, 1998a, 1998b, 2007; BLACKWELL, 2002).

En este sentido, son importantes los aportes de la argentina, radicada en EEUU, María Lugones. Sabemos que este análisis debiera ser más extenso, pero por razones de espacio, lo limitamos a un solo aspecto que nos interesa resaltar. Lugones, como se sabe, se inscribe en una posición decolonial. Examina los conceptos de “raza” y de “género” bajo su fórmula de “sistema moderno/colonial de género” (*the colonial/modern gender system*), que amplía y complejiza el concepto de Quijano y pensadores afines de sistema moderno/colonial (LUGONES, 1994, 2003, 2008, 2010, entre otros). Combinando a Quijano con la teórica africana Oyeronke Oyewùmi, Lugones sostiene que el colonialismo moderno construye de modo conjunto, e impone tanto el concepto de “raza” cuanto el de “género”, estableciendo una clara interdependencia entre ambos, intersectándolos y jerarquizándolos a la vez. Es decir, la binariedad de los géneros, en términos de oposición varón/mujer jerarquizados, constituye una imposición colonial tanto como el sistema jerárquico de “razas”.

Ahora bien, para llegar a estas conclusiones, Lugones se reapropia (paradojalmente) de los modelos y métodos deconstructivos europeos, pero para fines teórico-políticos no-deconstructivos, sino para hallar las bases precoloniales de la sociedad colonial. Desde este punto de mira, Lugones le critica a Quijano su estrecho uso del concepto de “género”. En efecto, al igual que “sexo”, para Quijano el “género” tiene algún fundamento biológico y lo limita al dimorfismo varón/mujer. La lectura crítica de Lugones, por un lado, desvincula el género del sexo como dato biológico y, por otro, incorpora el concepto de *intersexualidad* al dualismo de Quijano, ampliando así la gama de los géneros reconocidos.

Además, enriquece su análisis de los sexo-géneros, ubicándolos en el entramado económico-social del control que los varones ejercen sobre las mujeres, para disponer de su trabajo y acceder a ellas. Por eso le critica a Quijano que considere al “sexo” como un “recurso natural”, y no como una construcción jerárquica social inscrita en el marco moderno/colonial.

Tras este análisis, Lugones concluye que la teoría de Quijano sobre la colonialidad del poder no logra ver que el género funciona de modo equivalente a la raza, y que ambos fueron inventados al mismo tiempo por el sistema moderno/colonial de poder, constituyendo una imposición colonial tan efectiva como la de “raza”. Siguiendo a Oyewumi, Lugones afirma que previamente a la colonización (tanto en toda América cuanto en las comunidades subsaharianas de África), el género ni era binario ni estaba jerarquizado y que, si hemos de extraer las conclusiones que se siguen de sus afirmaciones previas, otro tanto sucedía con las “razas”. En consecuencia, “raza” y “género”, como invenciones del sistema moderno / colonial, estructuran las sociedades latinoamericanas actuales por imposición hegemónica.



Revisemos las críticas de Lugones a Quijano. Respecto de la primera, sobre el binarismo sexual, debemos admitir dos cuestiones: primero que, efectivamente, en muchas comunidades autóctonas no había binarismo sexual excluyente (NICHOLSON, 1992; SEGATO, 2003). Segundo, que si bien la ampliación del número de “géneros” es un aporte que atiende a los numerosos estudios antropológicos y a los relatos de los colonizadores respecto de la organización social sexo-genérica de algunos grupos pre-coloniales, de eso no se sigue que ampliando el número de géneros (con sus variaciones reales o simbólicas) se rompa su jerarquización. Si aceptamos la comparación de la misma Lugones entre “géneros” y “razas”, bien sabemos que de la pluralidad y gamas del mestizaje no se sigue su dejerarquización, como muy bien lo ilustra Rivera Cusicanqui en un exhaustivo trabajo sobre los términos peyorativos con que se designa a las mujeres de diversos grados de mestizaje (RIVERA CUSICANQUI, 1996; FEMENÍAS, 2007).<sup>4</sup>

Es decir, esta crítica de Lugones a Quijano no alcanza a destruir el sistema jerárquico al que apunta, aunque constituye, en cambio, un llamado de atención a la inscripción de los sexo-géneros en un sistema de poder. En otras palabras, Lugones da visibilidad a la construcción social de los sexo-géneros, sustrayéndolos del orden de la naturaleza, y de su inscripción como “recurso natural” donde los deja Quijano. Esto y su señalamiento de la estrechez con que utiliza el concepto de género, sí constituyen aportes interesantes.<sup>5</sup> Por su parte, no es tan claro si antes de la colonización había o no sistemas de sexo-géneros y/o jerarquizaciones que se vincularan estructuralmente a la noción de “raza”. Claramente se trata de un contrafáctico histórico donde, quizá, lo más prudente que se pueda decir es que, seguramente, de haber tales distinciones (y yo creo que sí las había), no tuvieran las características del sistema moderno/colonial. No hay registros ni antropológicos ni históricos, ni arqueológicos que insten a pensar que las organizaciones sociales precolombinas carecieran de intersecciones de “sexo” y/o de “raza”, y evitaran de ese modo el círculo naturalizado de violencia-sumisión. De hecho, las descripciones actuales de antropólogas notables, tanto en África cuanto en América Latina, describen sistemas jerárquico-vinculares diferentes, pero no inexistentes (HÉRITIER, 1996; HERNANDO, 2002).

Sea como fuere, nos interesa subrayar dos aspectos. El primero tiene forma de pregunta: ¿Cuáles son los beneficios que aporta el pensamiento decolonial a la “causa” de las mujeres? Nos referimos en general, y más allá del señalamiento de Lugones sobre la estrechez de la categoría de “género” en el pensamiento de Quijano (cuestión con la que coincidimos). Dejamos abierta la respuesta a esta pregunta y la anudamos al siguiente punto que nos interesa remarcar: ¿Cómo entienden Lugones, Quijano y demás teóricos decoloniales los términos “raza” y “género”? Por ejemplo, ¿Lo hacen en su significación moderna? Es decir, como

4 Cf. Femenías, 2007, p. 229-232, donde amplió el argumento.

5 Cf. también “How (If at All) is Gender Relevant to Comparative Philosophy?” *Symposium* entre: Nkiru Nzegwu, Mary Bockover, María Luisa Femenías, Maitrayee Chaudhuri: *Journal of World Philosophies*, vol. 1.1, 2016. Disponible en: <<https://scholarworks.iu.edu/iupjournals/index.php/jwp/issue/view/21>>.

categorías – pretendidamente – formales y vacías. ¿O, por el contrario, en su uso postmoderno? Es decir, constituidas en el entramado del discurso y, por lo tanto, sustantivas. Independientemente de que tanto una posibilidad como la otra son deudoras del pensamiento europeo (otra vez la paradoja), tenemos la tentación de señalar que los teóricos decoloniales no hacen un uso consistente de ellas, produciéndose desplazamientos de un orden ontológico a uno constructivista, con las consecuencias teóricas del caso. No obstante, como una afirmación tal merece un examen más exhaustivo del que podemos hacer ahora, también dejamos abierta esta alternativa para retomarla en otra oportunidad.

## Conclusiones

En esta breve presentación, hemos tratado de ilustrar algunas contribuciones teóricas latinoamericanas, que han examinado y puesto de manifiesto sesgos sexistas, entrelazados con cuestiones etnoraciales y económicas en la sociedad y las teorías contemporáneas de la decolonialidad. Desde las herramientas conceptuales que ofrecen tanto el feminismo anglófono como el francófono y otras teorías relevantes como el marxismo, o foucaultianas, tanto Rivera Cusicanqui cuanto Lugones hacen una lectura situada y enriquecida de las contribuciones de las mujeres, subrayando la importancia del entrecruzamiento sexo-género-etnorraza. Abrazando la teoría decolonial, Lugones denuncia el sesgo sexista de sus compañeros de ruta y contribuye críticamente a consolidar ese punto de mira.

El panorama es incompleto porque en toda América Latina asistimos a un proceso sorprendente de revisión crítica de los mandatos sociales frente a la rigidez de las propuestas tradicionales de identidad femenina y a avances teóricos y legislativos de gran importancia. Por una parte, se producen numerosos cambios en las maneras de ser/hacer mujer, y por otra, emerge una pluralidad de experiencias y manifestaciones identitarias que denuncian la estructura patriarcal de nuestras sociedades, y que no se adecuan a las necesidades y deseos ni de las mujeres ni de muchos grupos de disidencia sexual. Gracias a la capacidad de resiliencia, los procesos económicos, político-sociales y también las propuestas de igualdad, desarrollo autónomo y consciente impactan en sus vidas, las tensionan, las desgarran, y les dan nuevos contenidos. A la par de esas experiencias, se desarrolla teoría, se la enriquece y se potencia la reflexión y la conciencia de las propias posibilidades. De ahí la importancia de sus aportes y su estrecha vinculación con las experiencias cotidianas, de cuya riqueza sólo hemos podido brindar un ligero esbozo.

---

## REFERENCIAS

ALCOFF, L. M. et al. (Eds.). *Identity Politics Reconsidered*. New York: Palgrave MacMillan, 2006. XIII, 289 p. DOI: 10.1057/9781403983398. EBook ISBN: 978-1-4039-8339-8.

CAROSIO, A. El feminismo Latinoamericano y su proyecto ético-político en el siglo XXI. *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*, Caracas, v. 14 n. 33, p. 13-24, dic. 2009.

ESCOBAR, A. Mundos y conocimiento de otro modo. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 1, p. 51-86, 2003.

FEMENÍAS, M. L. El feminismo postcolonial y sus límites. En: AMORÓS, C.; MIGUEL, A. (Comps). *Teoría Feminista: de la Ilustración a la globalización*. Madrid: Minerva Ediciones, 2005. Tomo III, p. 153-213.

\_\_\_\_\_. *El género del multiculturalismo*. 1 ed. Bernal: UNQui, 2007. 328 p.

\_\_\_\_\_. Esbozo del feminismo en América Latina. En: MONTE ROCHA, M. A. (Org.). *Feminismos Plurais*. Fortaleza: Fábrica de Imagenes, 2016. p. 27-51.

\_\_\_\_\_. Feminismos Latinoamericanos: una mirada panorámica. *La manzana de la discordia*, Universidad del Valle, v. 6.1, p. 53-59, 2011.

\_\_\_\_\_. Una mirada desde Latinoamérica: Feminismos, Movimientos de Mujeres y Postcolonialidad. En: RODRÍGUEZ MAGDA, R. M. (Ed.). *Sin género de dudas*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2015. p. 137-159.

FEMENÍAS, M. L.; P. SOZA ROSSI. *Saberes situados/Teorías trashumantes*. La Plata: FaHCE-UNLP, 2011. Introducción. 190 p.

HÉRITIER, F. *Masculino /Femenino: El pensamiento de la diferencia*. Barcelona: Ariel, 1996. 320 p.

HERNANDO, A. *Arqueología de la identidad*. Madrid: Akal, 2002. 224 p.

HOBBSBAWM, E.; T. RANGER. *The Invention of Tradition*. New York: Cambridge University Press, 1992. 322 p.

LUGONES, M. Colonialidad y Género. *Tabula Rasa*, Colombia, n. 9, p. 73-101, 2008.

\_\_\_\_\_. *Pilgrimages / Peregrinajes: Theorizing coalition against multiple oppressions (Feminist constructions)*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 2003. ISBN: 978-0-7425-1459-1.

\_\_\_\_\_. Purity, Impurity, and Separation. *Signs*, Chicago, v. 19, n. 2, p. 458-47, Winter 1994.

\_\_\_\_\_. Towards a Decolonial Feminism. *Hypatia* [online], v. 25, n. 4, p. 742-759, 2010. Disponible en: <<https://doi.org/10.1111/j.1527-2001.2010.01137.x>>.

MIGNOLO, W. *La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial*. Traducción de Silvia Jawerbaum y Julieta Barba. Barcelona: Gedisa, 2007[2005]. 240 p.

NICHOLSON, L. La genealogía del género. Traducción de María Luisa Femenías. *Hiparquia* [online], v. V, jul. 1992. Disponible en: <<http://www.hiparquia.fahce.unlp.edu.ar/numeros/volv/la-genealogia-del-genero>>.

OLIVA PORTOLÉS, A. Entrevista a María Luisa Femenías realizada por Asunción Oliva Portolés con ocasión del XV Simposio de la Asociación Internacional de Filósofas sobre Filosofía, Conocimiento y Prácticas realizado en Junio de 2014. *Investigaciones Feministas*, Madrid, v. 5, p. 416-433, 2014.

OYEWUMI, O. *Conceptualizing gender: the eurocentric foundations of feminist concepts and the Challenge of African Epistemologies*. Disponible en: <<https://www.codesria.org/IMG/pdf/OYEWUMI.pdf>>.

QUIJANO, A. *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina*. Caracas: Instituto de Estudios Internacionales, 2011. p. 201-246.

\_\_\_\_\_. ¡Qué tal raza! *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, v. 6, n. 1, p. 37-45, 2000.

RIVERA CUSICANQUI, S. et al. (Eds.). *Ser mujer indígena, chola o birlocha en la Bolivia postcolonial de los años 90*. La Paz: Ministerio de Desarrollo Humano, 1996. 451 p.

RIVERA CUSICANQUI, S.; BARRAGÁN, S. *Debates Post Coloniales. Una Introducción a los Estudios de la Subalternidad*. Traducciones de Raquel

Gutiérrez, Alison Spedding, Ana Rebeca Prada y Silvia Rivera Cusicanqui. La Paz: SIERPE Publicaciones, 1977. 323 p.

SCHUTTE, O. Cultural alterity: cross-cultural communication and feminist thought in North-South dialogue. *Hypatia*, v. 13, n. 2, p. 53-72, 1998.

\_\_\_\_\_. Dependency work, women, and the global economy. En: KITTAY, E. F.; FEDER, E. K. (Eds.). *The subject of care: feminist perspectives on dependency*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2002. p. 138 -158.

\_\_\_\_\_. Latin America. En: JAGGAR, A. M.; YOUNG, I. M. (Eds.). *A Companion to feminist philosophy*. Malden: Blackwell, 1999. p. 87-95. DOI: 10.1111/b.97800631220671.1999.00010.x. eISBN: 9780631220671.

\_\_\_\_\_. Postcolonial feminisms: Genealogies and recent directions. En: AL-COFF, L. M.; KITTAY, E. F. (Eds.). *The Blackwell guide to feminist philosophy*. Malden, MA: Blackwell, 2007. p. 165-176.

SEGATO, R. *Las estructuras elementales de la violencia*. Buenos Aires: Prometeo, 2003. p. 181-251

TZUL TZUL, G. Pueblos indígenas y buen vivir: una reflexión biopolítica. En: FEMENÍAS, M. L.; P. SOZA ROSSI (Comps.). *Saberes situados/Teorías trashumantes*. La Plata: FaHCE-UNLP, 2011. p. 101-114.

YUVAL-DAVIS, N. Etnicidad, relaciones de género y multiculturalismo. En: BASTIDA RODRÍGUEZ, P.; RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, C.; CARRERA SUÁREZ, I. (Coords.). *Nación, Diversidad y género: Perspectivas críticas*. Barcelona: Anthropos, 2010. p. 64-86.



# CAPÍTULO 20

## FEMINISMO DIALÓGICO

*Márcia Tiburi<sup>1</sup>*

---

### **Sobre uma definição impossível**

Não podemos buscar uma definição de feminismo na etimologia, muito menos apenas na história de seu uso na ordem do discurso. A palavra foi datada no século 19 a partir de um uso negativo (FRAISSE, 1989). Uma construção mais positiva faz com que avance pelo século 20 e chegue aos nossos dias totalmente renovada.

A dificuldade enfrentada por diversas pessoas em relação ao feminismo, tanto por quem realiza o discurso antifeminista sem enfrentar seu alcance, tem vergonha de se autoafirmar feminista ou considera um exagero dizer-se feminista, assim como por quem muitas vezes se define como feminista, mas mantém uma disputa moral com outras feministas acerca de qual seria o “melhor” feminismo, resulta certamente da estrutura do patriarcado, mas também da natureza da coisa à qual o conceito se refere e que não pode ser compreendida tendo a lógica do patriarcado como ponto de partida.

O que está em questão é algo realmente difícil de compreender desde que o patriarcado, o sistema da dominação masculina e exploração das mulheres e de todas as minorias políticas por ele heteroproduzidas dominam a ordem do saber. O que chamo aqui de patriarcado é o próprio sistema do saber como vontade de saber e vontade de verdade. No patriarcado, saber e poder unem-se contra os seres, heterodenominados desde o patriarcado como mulheres. É neste cenário que a novidade do feminismo se faz ainda mais complexa.

O feminismo não é apenas um conceito, no sentido de uma abstração teórica, muito menos um sistema de pensamento, nem somente o nome próprio que se dá a uma prática. O feminismo é mais do que um conceito. O feminismo é um complexo operador ético-político, analítico, crítico e desconstrutivo que serve como lente de leitura do mundo. Uma lente de aumento que põe foco sobre as relações humanas tendo em vista aspectos ocultados nessas mesmas relações. Nesse sentido, o feminismo não é um conteúdo específico organizado sistêmica ou sistematicamente, mas tão somente um meio. Nem é simplesmente um viés, mas a potência de um corte crítico em relação ao continuum histórico do patriarcado.

---

<sup>1</sup> Doutora em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com ênfase em Filosofia Contemporânea. Pós-doutorado em Artes pelo Instituto de Artes da UNICAMP. Professora da Universidade Veiga de Almeida. E-mail: contato@marciatiburi.com.br; marciatiburi2011@gmail.com

Do mesmo modo, o feminismo não pressupõe um patriarcado como abstração. O feminismo não cria o patriarcado como um “outro”, como um objeto de estudos. Por isso mesmo é que podemos ficar seguras de que o feminismo não é uma ideologia como muitos, principalmente seus detratores misóginos, desejam explorar. O feminismo é uma leitura que põe em questão o existente, aquilo que está dado, para analisá-lo. O objeto do feminismo não surge de um recorte. Esse objeto é uma espécie de todo – um pano de fundo contra o qual ele investe sua partícula de dúvida, sua rasgadura. O feminismo é, nessa linha, teoria crítica que se constrói a partir do arcabouço dado do patriarcado como uma teoria tradicional, uma visão de mundo exposta em tela. Ora, a teoria crítica leva em conta a construção do sujeito da pesquisa como sujeito do questionamento para além da ideia de um sujeito do sistema do conhecimento que simplesmente acumularia informações e erudição. Falamos de feminismo e estamos diante de um antissistema.

Do mesmo modo, o feminismo não é um sistema de categorias, uma discursividade na base de jargões. Por isso, o feminismo não se constitui em uma nova episteme substitutiva da episteme machista-patriarcal. O feminismo é, no sentido de teoria crítica, aquele que espera a transformação da realidade social e, por isso, acompanha o desenvolvimento histórico da sociedade na tentativa de, por meio da crítica e autocrítica da subjetividade construtora da teoria e da prática, e autoconstruída no contexto da teoria e da prática, modificá-la.

Levando esses aspectos em consideração, podemos pensar que o feminismo é, em sua definição impossível, um signo para muitas definições possíveis, todas incompletas, todas carregadas das mais diversas potências às quais damos o nome de potências feministas. O feminismo não é apenas plural. Desse modo, ele é eminentemente potencial. Como abertura à compreensão, ao futuro, mais do que uma promessa, o feminismo é um método de transformação social capaz de modificar tanto a microfísica quanto a macroestrutura da sociedade alicerçada no patriarcado machista e sexista que tem sua base na conhecida violência contra as mulheres, não por acaso excluídas e alijadas do poder-saber.

## **Contradispositivo e presença da singularidade**

Nesse sentido é que podemos dizer que o feminismo é um operador teórico-prático, mas no sentido de um contradispositivo acionado em um processo que envolve uma ação discursiva na intenção de desmontagem da máquina misógina patriarcal ou, melhor, desse programa que orienta nossos comportamentos, um verdadeiro esquematismo do entendimento e da ação que nos faz pensar de um determinado modo, enquanto estrutura que nos coage e seduz a sermos de um modo adequado ao patriarcado e não de outro modo relacionado ao desejo que não se regula por ele, mas o transmuta.

Progressista por vocação, o feminismo é um operador criativo. Ele se inventa e reinventa a cada vez que surge uma nova feminista, a cada vez que



surge um novo coletivo, a cada vez que as feministas produzem o feminismo que desejam por meio de teorias e práticas. O feminismo não é, nesse sentido, um jogo. Ele é muito mais um ritual sem mística contra um ritual místico diário do culto patriarcal ao macho.

Produção de outro desejo que esteja para além das objetificações e fetichizações, o feminismo é um fazer, ação que põe em cena o desejo daquelas que, sendo mulheres no mais amplo sentido dessa palavra, sem perder de vista que “mulher” é uma marcação do patriarcado, lutam contra o seu encarceramento, sua domesticação, sua escravização e sua docilização.

Assim, não é errado dizer que o feminismo de cada uma entra em jogo com os feminismos possíveis das outras, os feminismos preexistentes e que se recriam, replicam, redefinem tempos e espaços, e, ao mesmo tempo, relacionam-se ao “feminismo”, termo que, usado no singular, não nos deve remeter a uma unidade, ela mesma uma categoria patriarcal, mas, antes, deve nos levar a pensar em termos de presença da singularidade. Feminismo é um significante que preenchemos com nosso desejo, nossos saberes e ignorâncias fundando uma trama, um tecido, a rede, para usar uma expressão bem contemporânea que ajuda a visualizar didaticamente o contexto de nossas relações hoje.

Todo feminismo é particular e é geral, ao mesmo tempo. Todo feminismo está, na lógica da presença, ligado a outro feminismo; todo feminismo está em relação dialética, em tensão com o outro, para usar uma palavra altamente feminina, amada ou temida por muitos filósofos.

## **Feminismo processual**

Mas o que torna o feminismo ainda mais complexo não é apenas esse sentido profundamente filosófico, de questionamento do status quo patriarcal, caracterizado pela combinação interseccional de gênero-raça-classe-sexualidade – e, devemos acrescentar, idade e plasticidade. O que o torna ainda mais complexo é o seu caráter inventivo, o seu modo de ser processual. O feminismo, mais do que uma teoria e uma prática intimamente enlaçadas, é a invenção de um outro mundo possível a partir da desmontagem do jogo patriarcal, mas apenas enquanto a invenção de um outro mundo constitui sua utopia.

A diversidade feminista é a fonte e o efeito do caráter mais profundo do que chamamos genericamente de feminismo. O feminismo surge como contraposição ao dado, mas também como promessa. Contra uma visão de mundo pronta, contra um sistema, contra uma estrutura a partir da qual é possível pensar, contra outra forma de pensar superada, o feminismo é como a dialética negativa que visa à superação de um estado social injusto e que não teme desaparecer depois que tenha cumprido sua função histórico-social. Apesar disso, o feminismo é método no sentido de caminho que se faz ao caminhar sem garantia alguma de que se chegará ao destino desejado.

Por isso, por seu caráter aberto, o feminismo incomoda muita gente. O patriarcado, como que se protege do feminismo como o diabo da cruz, para usar uma expressão própria desse campo expressivo-conceitual que é o patriarcado, um regime eminentemente religioso, moralista e ascético em relação ao qual o feminismo parece de um paganismo amedrontador. Quem tenta destruir o feminismo é justamente quem tem medo do seu caráter transformador e, certamente, pelo menos em um primeiro momento, que pode surgir como algo altamente negativo, de um lado, em relação ao estabelecido, e positivo, como é evidente, quando se tem em vista esse caráter processual. Vejam que aqui eu uso os termos negativo e positivo para além de um sentido moral.

O feminismo cresce em todos os espaços sociais. Grupos e coletivos enriquecem o cenário da luta pelos direitos das mulheres e, como não pode deixar de ser, de todas as minorias das quais o signo “Mulher” é uma expressão básica, um signo de luta. Raça e classe social, desde o feminismo interseccional, são questões que vêm contribuir com o avanço das práticas feministas historicamente ligadas a gênero e sexualidade. O impacto do feminismo interseccional é tal entre nós que podemos falar dele como um divisor de águas.

Podemos falar da pluralidade de propostas e posturas no âmbito feminista que inclui mulheres de todas as idades, raças, crenças, plasticidades, escolaridades, sexualidades. A dialogicidade do feminismo refere-se a essa presença concreta da diferença. O feminismo é um espaço-tempo, no qual habita a multiplicidade dos corpos em relação não violenta. Nesse sentido, o dissenso é uma característica da dialogicidade, desse não discurso ou contradiscurso, dessa multiplicidade de vozes, dessa presença de dissonâncias em ação performativa, a saber, aquela que nos define como seres expressivos e inventores de mundo a um só tempo.

A dialogicidade é um movimento entre presenças que diferem entre si. O feminismo é, nesse sentido, uma utopia concreta, em que o enlace entre política e ética orienta-se à defesa da singularidade das pessoas. O feminismo é, nesse sentido, a própria democracia que queremos, mas uma democracia profunda em que começa se colocando a questão dos direitos das mulheres e avança pondo em questão a urgência dos direitos de todos que sofrem sob jugos diversos em cenários em que o poder do capital estabelece toda forma de violência, das mais sutis às mais brutais.

### **Misoginia: antialogicidade machista contra a dialogicidade feminista**

Não é possível pensar a dialogicidade do feminismo se não pensarmos na antialogicidade do machismo. A misoginia é uma espécie de ódio histórico às mulheres. Essa forma de ódio aparece no mundo patriarcal em momentos diferentes da história. A leitura de Foucault acerca de um antigo poder tana-topolítico que dá lugar a um moderno poder biopolítico nos ajuda a compreender o estatuto desse ódio (FOUCAULT, 1998). O lugar das mulheres na

formação da textualidade e, podemos dizer, usando mais uma vez Foucault, nas formações discursivas (FOUCAULT, 2007) que deram lugar a um saber sobre as mulheres, as coloca como objetos de um discurso, nunca como um sujeito. A condição de sujeito é uma conquista complexa que, em tempos diversos, se enfrenta genealógicamente com a hegemonia do poder masculino, constantemente na forma de violência.

Aquele antigo poder tanatopolítico tem alguns momentos importantíssimos na história, o sacrifício das jovens e das esposas (LORAU, 1988) de que temos notícia na antiguidade grega clássica (cuja afinidade ideológica com o *sati* indiano mereceria análise), bem como o assassinato das *bruxas* pela Inquisição cristã. Essas práticas arcaicas têm relação direta com o histórico assassinato de mulheres, àquilo que há não muito tempo chamamos de feminicídio. Não podemos dizer que o feminicídio tenha deixado de ser em momento algum uma constante cultural (BLAY, 2008), mas podemos dizer que, como parte fundamental do que podemos entender como prática tanatopolítica, ele passa a dividir espaço com a docilização das mulheres em uma linha mais marcadamente biopolítica.

Por isso, aquilo que se convencionou chamar de “feminino”, um elemento tão negativo, quanto – ao mesmo tempo – elogiado por poetas e filósofos, nada mais foi do que a demarcação de um novo regime estético-moral para as mulheres. A garantia de sua docilidade é até hoje o caminho da sobrevivência feminina, tanto a manutenção do feminino, quanto de um ser marcado como “mulher”.

Entre o elogio do caráter feminino e o feminismo há um abismo estético, ético e político, um abismo antropológico que reproduz questões teológicas. Podemos nos perguntar se o elogio do feminino, tal como ele é desenhado na lógica patriarcal, não serve para esconder o ódio que se tem às mulheres e ao que o feminismo é, como crítica ao feminino e como construção da autonomia das mulheres. Assim como o ódio aos negros também é ódio ao questionamento antirracista, assim como o ódio ao comunismo realiza-se como ódio à ideia de luta de classes ou à crítica ao capitalismo, o ódio ao feminismo acompanha o ódio às mulheres. Não é, no entanto, redutível a um elogio ou defesa das mulheres.

O feminismo é contradiscurso em relação ao patriarcado na forma de Estado, Mídia, Igreja, Família, Capital. Todas essas constituições vendem suas ideologias como discurso verdadeiro essencializando o feminino e as mulheres como suas portadoras. É bom lembrar que as vozes nunca são neutras. As vozes feministas, antirracistas e em luta de classes alertam que há algo de errado na pretensa neutralidade da sociedade patriarcal, ela mesma uma grande propaganda, um sistema de autoelogio acerca de si mesma.

Nesse contexto, o termo feminismo é tratado como um erro, uma mentira, uma falsidade. É como se, ao afirmar-se feminista, uma mulher, ou qualquer pessoa, estivesse indo contra um estado natural das coisas que é tratado pelo discurso como sendo “a verdade”. Portanto, as mulheres feministas estariam

indo contra uma verdade que não pode ser negada sob pena de morte, no caso, a verdade do poder patriarcal em vigência entre nós.

Essa verdade patriarcal é poder de morte, violência simbólica e física, contra as mulheres. O feminismo, por sua vez, é a luta contra o poder sustentado junto à alucinação da verdade patriarcal.

## **O feminismo dialógico como encontro das lutas: lugar de fala e lugar de escuta**

Quando usamos o termo luta, queremos falar de um bom afeto, de algo que nos anima, que inspira e instiga. Luta é a ação do desejo que nos politiza. Luta é o nome próprio da ação política, ela mesma uma ação poética. Ao mesmo tempo, o termo luta está no mundo da vida. Feministas são seres em luta, sendo ou não mulheres, já que a diversidade do termo feminismo não pode depender da unidade do conceito de “mulher”. Ele mesmo, sempre é bom lembrar, é um termo criado pelo patriarcado, com o qual feministas estão em luta.

Se percebemos que a dialogicidade é também presença das lutas e um encontro de lutas, é porque coloca em movimento falas e escutas no amplo campo do jogo de linguagem dialógico nas políticas democráticas e antidialógicas quando se trata de cenários autoritários comuns ao patriarcado.

É nesse cenário que surge o tópico contemporâneo do “lugar de fala” fundamental no contexto em que a politização de grupos e sujeitos se faz por meio de marcadores opressores que são redefinidos como mote de politização. Aspectos heteroconstruídos, signos de opressão, dão lugar à consciência política como percepção da opressão vivida. Daí a importância da “fala”, como expressão e autoexpressão no contexto do poder. Audre Lorde (2013) nos alerta que não podemos lutar levando adiante a armadilha de uma hierarquia de opressão como se o sofrimento fosse um capital. Mas não podemos esquecer as marcas acumuladas das dores que não podem ser esquecidas. A solidariedade, por sua vez, não pode ser descartada; ela deve ser exigida em um contexto dialógico. A luta é dialógica e exige laços de mútua defesa de direitos.

Nesse sentido, o feminismo interseccional é uma prática interseccional de marcadores de leitura política, mas também da luta contra os sofrimentos acumulados. A interseccionalidade nos leva a pensar que toda luta é luta quando é luta com o outro. A dialogicidade, nesse sentido, relaciona-se ao sofrimento e à luta. Por isso, a partir de Lorde, lutar pelos direitos das mulheres é lutar pelos direitos dos negros, lutar pelos direitos dos negros é lutar pelos direitos das mulheres e dos índios, das pessoas trans e dos trabalhadores, lutar pelos direitos dos trabalhadores é lutar pelos direitos das mulheres que são trabalhadoras: lutar por direitos não significa lutar apenas pelos próprios direitos. Não somos apenas nós mesmos que podemos lutar por nossos direitos. A luta é lugar de todos, ou seja, presença da diferença que instaura a dialogicidade.

## **Lugar de escuta e metáfora do homem branco**

É o desejo político que vem se dizer no lugar de fala. O lugar de fala pede, no entanto, um lugar de escuta. O lugar de fala expressa um desejo de espaço e tempo contra uma ordem que favorece uns em detrimento de outros. A escuta é um elemento prático no processo político que precisa ser experimentado com urgência, sobretudo pelos sujeitos do privilégio da fala.

Na ordem do discurso, sabemos que não se trata apenas de “quem pode falar?”, mas do fato de que quem fala, fala para alguém. A hegemonia da fala gera uma obrigação da escuta – uma escuta dócil – que precisa ser pensada. A escuta política não é dócil. Fala e escuta são tensas. Geram um campo de forças dentro do qual se pode romper com o poder. A problematização da escuta perturba a hegemonia da fala, daí a complexidade da presença de um lugar de fala no contexto da fala colonizada.

Em um contexto democrático pressupõe-se que todos podem falar. No entanto, os caminhos da fala, bem como os da produção de discursos e os meios de comunicação, pertencem às elites econômicas que vivem no contexto dos privilégios de raça, gênero, sexualidade e classe social. Fora do sistema dos privilégios, a expressão é contida, digamos que econômica e politicamente administrada. O espaço da voz foi até hoje do homem branco situado no topo do sistema social de privilégios. O “homem branco” representa o capital sexual (da heterossexualidade compulsória), o capital financeiro, o capital social e intelectual, por fim, o capital comunicacional. O “homem branco” é a metáfora que nos permite entender a proposta de uma outra fala possível. A autodesmontagem crítica do vodu do homem branco, muitas vezes encarnado em corpos de não homens e não brancos – depende de que ele possa se posicionar no lugar de escuta.

O homem branco falante é uma forma anatomopolítica encarnada. Um simulacro do poder. Seu totem e seu tabu. Na ordem do discurso patriarcal, o homem branco está autorizado a falar sobre todos os assuntos. A produzir e reproduzir a episteme que sustenta o sujeito do falocentrismo contra a qual o lugar de fala, nesse momento, se insurge.

## REFERÊNCIAS

BLAY, Eva Alterman. *Assassinato de Mulheres e direitos humanos*. São Paulo: Ed. 34, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do Saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

\_\_\_\_\_. *História da Sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FRAISSE, Geneviève. Musa de la Razón. *La democracia excluyente y la diferencia de los sexos*. Tradução Alicia Puelo. Madri: Alinéa, 1989.

LORAU, Nicole. *Maneiras trágicas de matar uma mulher*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

LORDE, Audre. Não há hierarquias de opressão. In: \_\_\_\_\_. *Textos Escolhidos de Audre Lorde*. [S.I.]: Herética Edições Lesbosfeministas Independentes, 2013. p. 1

## CAPÍTULO 21

# A ATUALIDADE DO FEMINISMO NEGRO E INTERSECCIONAL DE LÉLIA GONZALEZ

*Carla Rodrigues<sup>1</sup>*

---

A decisão de falar sobre uma feminista brasileira negra numa mesa que tem como tema o feminismo latino-americano se deu a partir da percepção de que, se estou certa de que um dos objetivos dessa mesa é contribuir para pensar sobre a crescente necessidade de descolonização das teorias feministas, então é importante fazer um resgate de uma mulher cuja vida e obra foram curtas e intensas, mas cuja herança para o debate político contemporâneo fundamental.<sup>2</sup> Estou me referindo à Lélia Gonzalez, nascida em Minas, em 1935, falecida no Rio de Janeiro em 1994, pouco antes de completar 60 anos. Considerando os critérios atuais, podemos dizer que Lélia quase não publicou, mas deixou contribuições que continuam ecoando quando se trata de debater racismo e feminismo na América Latina.

É verdade que o Brasil é um país sem tradição de luto público e que essa “distribuição desigual do luto”, para usar uma expressão de Judith Butler, atinge mais diretamente mulheres do que homens, negras do que brancos, pobres do que ricos e assim sucessivamente. Tenho trabalhado com a ideia de que o luto é entendido por Butler como mais importante do que a morte em Hegel. Sabemos que, para Hegel, a morte marca o início da vida do espírito, este imortal. Na minha hipótese, Butler promove um deslocamento da importância da morte em Hegel para o luto como elemento de reconhecimento de que foi vivida uma vida além da vida biológica. Luto aqui entendido como uma política de memória que me faz trazer Lélia a fim de resgatar e, mais, reconhecer as heranças não coloniais que nos compõem. É nesse sentido que rememorar a obra de Lélia e inseri-la num contexto de pensamento feminista latino-americano me pareceu um gesto político necessário neste momento tão difícil, para dizer o mínimo, da vida política do país.

Mas é verdade também que nesse processo de resgate e reconhecimento póstumo há um conjunto de teses e dissertações importantes na retomada da obra de Lélia. O Portal de Periódicos da Capes registra 46 artigos em que seu trabalho é citado.<sup>3</sup> Entre tantas possibilidades de pesquisadoras que trabalharam

---

1 Professora do Departamento de Filosofia da UFRJ, pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Filosofia (IFCS/UFRJ) e pesquisadora da Faperj (Jovem Cientista do Nosso Estado – 2018/2020) com um projeto sobre a filosofia de Judith Butler. Coordena o laboratório Escritas – filosofia, gênero e psicanálise (UFRJ/CNPq). E-mail: carla@ifcs.ufrj.br

2 Texto apresentado na mesa-redonda Filosofia Feminista na América Latina, realizada sob coordenação da professora Maria Borges no 13º Mundos de Mulheres & Fazendo Gênero 11, UFSC, Florianópolis, agosto de 2017.

3 Apenas a título, exemplo de iniciativas que pretendem retomar o legado intelectual de Lélia, cito o Projeto Memória Lélia Gonzalez – o feminismo negro no palco da História – uma parceria da Fundação Banco do

sobre a obra de Lélia antes de mim, destaco a dissertação de mestrado de Raquel de Andrade Barreto, defendida na PUC-Rio em 2005, porque aproxima Lélia da feminista negra estadunidense Angela Davis que, em 1999, esteve no Brasil para participar da I Jornada Cultural Lélia Gonzalez organizada pela Fundação Cultural Palmares. Uma das propostas desse texto é fazer essa aproximação. Outra excelente fonte de pesquisa é a ótima biografia escrita por Alex Ratts e Flavia Rios e publicada pelo Selo Negro Edições. Em relação aos escritos de Lélia, há um texto específico, editado numa coletânea feminista dos anos 1980, sobre o qual pretendo me debruçar. Gosto dele por muitas razões; a principal é por acreditar que é um texto que nos fala de feminismo negro e interseccionalidade antes mesmo desta palavra entrar na moda. Foi escrito na Califórnia dos anos 1980 e, ao que parece, em diálogo muito próximo com o trabalho de Angela, de quem recentemente a Boitempo editou “Mulheres, raça e classe”, também escrito na Califórnia dos anos 1980. Vou fazer aqui duas citações breves e só depois identificar as suas autoras.

Apesar dos testemunhos de escravas e escravos sobre a alta incidência de estupros e coerção sexual, o tema tem sido mais do que minimizado na literatura tradicional sobre escravidão. Às vezes, parte-se até mesmo do princípio de que as escravas aceitavam e encorajavam a atenção sexual dos homens brancos. O que acontecia, portanto, não era exploração sexual, mas ‘miscigenação’ (DAVIS, 2016, p. 37 [1981]).

Enquanto mucama, cabia-lhe a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa grande: lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre ‘livre’ das sinhazinhas. E isso sem contar as investidas sexuais do senhor branco que, muitas vezes, convidava parentes mais jovens para se iniciarem sexualmente com as mucamas mais atraentes. Desnecessário dizer o quanto eram objeto do ciúme rancoroso da senhora (GONZALEZ, 2017, p. 403 [1982]).

O primeiro trecho está no livro de Angela e o segundo no texto de Lélia, mas excetuando um vocabulário específico da escravidão no Brasil – como o uso dos termos sinhazinha e mucama – o grau de proximidade delas me permite confundir as duas escritas. Num certo sentido, posso pensar que as duas tomam gênero como categoria útil de análise histórica, seguindo as proposições de J. Scott (1995), para rever a participação das mulheres na escravidão e, com isso, rever a própria história da escravidão. Importante lembrar que Scott estava interessada não apenas em incluir as mulheres na história, mas em reescrever a história a partir de uma historiografia que passasse a trabalhar com a categoria gênero. Reescrever a história da escravidão se tornaria um ponto de militância fundamental para Lélia, engajada no movimento negro e no debate sobre a chamada abolição



da escravatura que culminou, entre outras coisas, na criação do Dia Nacional da Consciência Negra e no deslocamento do foco da “caridosa abolicionista” princesa Isabel para a conquista do líder insurgente Zumbi dos Palmares.

Neste debate, Lélia propõe a categoria da amefricanidade – bem antes do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro falar em pensamento ameríndio, em 1996 –, com a qual recupera tanto a diáspora negra como o extermínio da população indígena das Américas e suas histórias de resistências, apagadas pela violência da narrativa oficial (CARDOSO, 2014, p. 969). A amefricanidade se refere à experiência comum de mulheres e homens negros na diáspora e à experiência de mulheres e homens indígenas contra a dominação colonial, numa perspectiva epistemológica que, a partir da amefricanidade, interliga racismo, colonialismo e imperialismo (CARDOSO, 2014, p. 971), o que eu identificaria em Lélia, como já fizeram autoras pesquisadoras do pós-colonialismo no feminismo, como uma vanguarda do pensamento pós-colonial.<sup>4</sup>

Os biógrafos de Lélia dedicam especial importância ao texto que escolhi para comentar por considerarem que “A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica” é o melhor exemplo da participação de Lélia no movimento feminista, naquele momento dos anos 1980 ainda pouco sensível à causa da mulher negra. Elegemos este artigo para a antologia de ensaios brasileiros sobre gênero, publicada este ano pela Funarte. Estou me referindo a Problemas de gênero – da coleção de ensaios brasileiros contemporâneos, organizado por Tânia Ramos, Luciana Borges e eu.

Considero que o texto de Lélia condensa, nas suas pouco mais de 10 páginas, diferentes questões para os feminismos. Pelo menos dois pontos do texto nos interessavam na antologia e me interessam aqui: o primeiro, já mencionado, a revisão da história da escravidão a partir do gênero como categoria útil de análise. O segundo motivo é por perceber que está ali o início do debate sobre interseccionalidade, quando ela se refere, e eu cito, a tripla discriminação:

Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais alto nível de opressão. Enquanto seu homem é objeto da perseguição, repressão e violência policiais [...], ela volta-se para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira. Enquanto empregada doméstica, sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da ‘inferioridade’ que lhe seriam peculiares. Tudo isso acrescido pelo problema da dupla jornada que ela, mais do que ninguém, tem que enfrentar (GONZALEZ, 2017, p. 408 [1982]).

4 Estou me referindo, por exemplo, a Promoting Feminist Amefricanidade: Bridging Black Feminist Cultures and Politics in the Americas (2016).

Seguindo a hipótese de aproximar as duas autoras, observo que Angela também estava ocupada com a articulação entre dominação e esfera doméstica, quando escreve:

Assim como seus companheiros, as mulheres negras trabalharam até não poder mais. Assim como seus companheiros, elas assumiram a responsabilidade de provedoras da família. [...] No entanto, da mesma maneira que suas irmãs brancas chamadas de ‘donas de casa’, elas cozinham e limpam, além de alimentar e educar incontáveis crianças. [...] Como suas irmãs brancas da classe trabalhadora, que também carregam o fardo duplo de trabalho para sobreviver e de servir ao marido e a suas crianças, as mulheres negras há muito, muito tempo precisam ser aliviadas dessa situação opressiva (DAVIS, 2016, p. 233 [1981]).

Temos aqui contextos sociais, históricos e econômicos muito diferentes. Nesse ponto, me parece que cabe destacar como a obra de Lélia está engajada num pensamento descolonizador também no que diz respeito ao debate feminista. Embora Lélia e Angela estejam escrevendo no mesmo momento – ambos os textos são de 1980 – e Lélia estivesse na mesma Califórnia de Angela, Lélia não perde a perspectiva do contexto da exploração da mão de obra negra feminina, diferente em muitos aspectos da situação dos EUA. As marcas de subalternidade da mulher negra brasileira são muito diferentes da negra estadunidense; e nos dois casos, as autoras estão empenhadas em discutir, a partir da situação da mulher negra, uma proposição de transformação social que vá além das reivindicações feministas. Angela está discutindo a invisibilidade do trabalho doméstico e o problema da impossibilidade de o capitalismo aceitá-lo como uma realidade na vida dos trabalhadores, mais um fator de sobrecarga para a mão de obra feminina.

Embora a exploração das mulheres operárias seja um problema histórico na luta das trabalhadoras, considero a crítica ao capitalismo a partir das feministas negras contemporâneas uma das questões mais relevantes para os feminismos do século XX. Faço eco, aqui, ao argumento da feminista Nancy Fraser:

[...] o que foi verdadeiramente novo sobre a segunda onda foi o modo pelo qual ela entrelaçou, em uma crítica ao capitalismo androcêntrico organizado pelo Estado, três dimensões analiticamente distintas de injustiça de gênero: econômica, cultural e política. Sujeitando o capitalismo organizado pelo Estado a um exame multifacetado e abrangente no qual essas três perspectivas se misturaram livremente, as feministas geraram uma crítica que foi simultaneamente ramificada e sistemática (FRASER, 2009, p. 14).

Como lemos em Lélia e em Angela, a crítica ao capitalismo é inevitável para as mulheres, especialmente para as negras, mão de obra mais explorada e precarizada no sistema de relações de trabalho. Por isso, acredito que ainda há

uma dupla tarefa para nós, feministas brasileiras e latino-americanas: confrontar a hierarquia de gênero no que sobrou da esquerda e interrogar o racismo dentro de uma quarta onda emergente do feminismo. Lélia se dedicou a esse questionamento no auge da segunda onda feminista, apontando a invisibilidade das mulheres negras dentro do movimento feminista, o que ela chamou de “duplo sintoma”.

[...] de um lado, o atraso político (principalmente dos grupos que se consideravam mais progressistas) e do outro, a grande necessidade de denegar o racismo para ocultar outra questão: a exploração da mulher negra pela mulher branca (GONZALES, 2017, p. 411 [1981]).

Fundadora e militante do Movimento Negro Unificado, Lélia acentua a “fundamental importância” da presença da mulher negra na militância, afirmando que, para as mulheres, “o combate ao racismo é prioritário, não se dispersa num tipo de feminismo que a afastaria de seus irmãos e companheiros” (GONZALES, 2017, p. 413). Ao estabelecer uma hierarquia entre o combate ao racismo e o combate à discriminação de gênero, sendo o primeiro mais relevante, Lélia estaria, do meu ponto de vista, apontando para o caráter conservador de um certo feminismo branco liberal, no qual a ênfase na emancipação da mulher e na igualdade de direitos em relação ao homem branco intelectual não tem sido capaz de promover transformações estruturais na organização social, ainda que tenha melhorado a vida de muitas de nós, mulheres brancas e intelectuais.

Ouvindo o movimento de mulheres negras hoje, ouço ecos de Lélia, da necessidade urgente de colocar em pauta as questões que ela chamou de africanidade; identifico a busca de autoras latino-americanas, chicanas e africanas num debate que aos poucos vai deixando de ser eurocêntrico e, com isso, pode tomar como questão as características do desenvolvimento econômico no continente latino-americano – combinado e desigual, para usar a famosa proposição de Trotsky da qual Lélia se vale –, questão sobre a qual a teoria feminista se debruça a fim de pensar os feminismos dentro de uma proposição de transformação social mais radical.

Das mulheres negras me interessa, por exemplo, ouvi-las dizer que o inimigo não é o homem. Como na afirmação de Gonzalez, o homem negro que todos os dias sofre violência policial, o homem negro que é assassinado pelo Estado numa política de extermínio que visa a grupos específicos, como os jovens negros pobres das favelas cariocas; esse homem não é meu inimigo. Numa crítica rigorosa ao capitalismo, muitas de nós, mulheres brancas, ocupamos lugares privilegiados em relação a homens negros subalternos e explorados no sistema econômico. Se um dos objetivos dos feminismos é a transformação da sociedade não apenas do ponto de vista da cultura, como observa Fraser, mas também da economia, do mercado de trabalho e da desigualdade racial e social, então será preciso avançar em perspectivas menos binárias, para além dos pares homem/mulher, masculino/feminino, cisgênero/transgênero.

Por fim, mas não menos importante, me parece que num momento em que estamos lutando pela descolonização de saberes, retomar de Lélia a categoria de amefricanidade é uma forma de afirmar que existem nos feminismos brasileiros possibilidades para além das leituras sempre muito competentes de teóricas europeias ou norte-americanas. Antes de avançar para a conclusão, retomo aqui um argumento de Lélia:

O racismo estabelece uma hierarquia racial e cultural que opõe a “superioridade” branca ocidental à “inferioridade” negroafricana. A África é o continente “obscuro”, sem uma história própria (Hegel); por isso, a Razão é branca, enquanto a Emoção é negra (GONZALEZ, 1988, p. 77).

Acrescento outras características históricas da Razão branca a que Lélia se refere: além de branca, a Razão é masculina, heteronormativa e colonial; enquanto a Emoção é negra, feminina, disruptiva e latina, ou ladina, como Lélia propôs. Ladino designava escravos e índios que já tinham alguma instrução; ladinos somos todos nós reprodutores dos saberes colonizadores como se essa fosse uma grande vantagem ou esperteza. Foi a partir dessa Razão que nós, colonizados e colonizadas, nos instituímos nos países da América Latina como elite branca intelectual, reproduzindo a ideologia do opressor, para usar a expressão de Althusser a que Lélia recorre. Uma transformação mais profunda nos nossos modos de vida passa pela revisão, ou talvez até do abandono, dos paradigmas ético-políticos que importamos de sociedades de cunho individualista e liberal, como os que estão em vigor nos EUA e impostos aqui como únicos; assim como passa por uma revisão crítica dos modelos multiculturais importados do pensamento europeu, como já estão fazendo feministas estadunidenses como Judith Butler. Esta tem sido sua tarefa filosófica a partir dos anos 2000, ano da publicação de *O Clamor de Antígona*, livro que, do meu ponto de vista, marca uma virada crítica em relação às ligações entre feminismo e política de Estado, tarefa porvir para nós, feministas brasileiras.

As propostas de transformação social a serem aprendidas com as feministas negras passam por uma descolonização epistemológica que podemos ler e reler na obra de Lélia e incluem, em primeiro lugar, ouvir de novo e mais uma vez a crítica que foi feita a nós, mulheres brancas, e que infelizmente ainda é pertinente: reproduzimos com as mulheres negras a ideologia de opressão a que somos submetidas e, embora possamos estar, individualmente, em condições de emancipação muito melhores que nossas mães e avós, somos presa fácil de um modelo liberal individualista no qual atuamos sob o imaginário da igualdade, mas na prática ainda como mão de obra secundária, cidadãs de segunda classe, na maioria das vezes reforçando o modelo de razão branca, masculina, eurocêntrica e heteronormativa, modelo criado para nos excluir e subjugar, modelo contra o qual precisamos de novas alianças para enfrentar.

---

## REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sonia E.; CALDWELL, Kia Lilly. *Promoting Feminist Amefricanidade: Bridging Black Feminist Cultures and Politics in the Americas*. African Descendant Feminisms in Latin America, v. 14, n. 1, Part I: Brazil, p. v-xi, 2016.

BARRETO, Raquel de Andrade. *Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça: Narrativas de Libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez*. 2005. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – PUC, Rio de Janeiro, 2005.

BUTLER, Judith. *O clamor de Antígona*. Florianópolis: EdUFSC, 2014.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 320, setembro-dezembro 2014.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Mediações*, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-33, jul./dez. 2009.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92-93, p. 69-82, 1988.

\_\_\_\_\_. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: RODRIGUES, Carla; RAMOS, Tânia; BORGES, Luciana (Org.). *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro: Funarte, 2017. (Coleção Ensaios brasileiros contemporâneos)

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. *Lélia Gonzalez*. Rio de Janeiro: Selo Negro, 2010.

SCOTT, Joan. Gênero como categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, 1995. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana*, v. 2, n. 2, p. 115-144, 1996.



VI. GÊNERO, DIVERSIDADES E  
EDUCAÇÃO: perspectivas contemporâneas





## CAPÍTULO 22

# A QUEM TUDO QUER SABER, NADA SE LHE DIZ: uma educação sem gênero e sem sexualidade é desejável?

*Fernando Seffner<sup>1</sup>*

---

### **O novo por não saber e o velho por não querer deitam tudo a perder<sup>2</sup>**

Escola é lugar de alfabetização científica, aprender sobre o mundo e preparar-se para a vida, a partir de um currículo estabelecido, profissionais reconhecidos, disciplinas e projetos, calendário anual e seriação progressiva, acesso à biblioteca e acervos, estratégias de avaliação das aprendizagens, convívio com colegas da mesma geração, encontros e trocas entre as culturas juvenis, brincadeiras e rituais de passagem. Escola é lugar de fazer perguntas e ter as perguntas respondidas, num clima de liberdade para ampliar os saberes. A escola oferta conhecimentos e busca interessar alunos e alunas no seu aprendizado por meio de uma diversidade de estratégias pedagógicas, configurando o que se costuma chamar de cultura escolar. Por cultura escolar entendemos um conjunto articulado de registros simbólicos, dispositivos disciplinares específicos, estrutura curricular, modos e meios de realizar as atividades, linguajar próprio, formas de avaliação, estratégias de sociabilidade e de socialização que permitem reconhecer os contornos da instituição, conhecer seus limites e possibilidades e pensar seu lugar e funções no tecido social e político. Outra marca importante do território escolar está assinalada por Delors (1994)<sup>3</sup>, quando afirma que os temas trazidos para estudo na escola devem estar em sintonia com os quatro pilares básicos da educação para o Século XXI: aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a conviver juntos, aprender a fazer. A escola não abre mão de seu papel tradicional de alfabetização científica, mas agrega novas competências em conexão com a vida em sociedade e a política como construção do bem comum.

Algo está equivocado quando há propostas para retirada de temas, conhecimentos e oportunidades de convivência na escola, sob a alegação de que ali

---

1 Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Coordenador do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE). E-mail: fernandoseffner@gmail.com

2 Este texto é a versão modificada, com destaque para a etnografia das cenas escolares feitas pelo autor, de Seffner e Picchetti (2016).

3 Maiores informações sobre estas proposições para a educação do Século XXI podem ser obtidas junto ao Notre Europe Jacques Delors Institute em <<http://www.delorsinstitute.eu/>>. Acesso em: dez. 2014.

não seriam bem-vindos. Em termos mais claros, há visível desconforto quando a escola se recusa a ensinar, comprometida com a produção da ignorância e não com a oferta de instâncias de aprendizado e convivência. Defrontamo-nos com a situação em que as novas gerações desejam saber, mas as velhas gerações não querem abrir a possibilidade do aprender. As questões de gênero e sexualidade têm estado há alguns anos oscilando entre propostas explícitas de abordagem escolar, como foi o caso do tema transversal Orientação Sexual no interior dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), já previstos no Plano Decenal de Educação 1993-2003 (FARIA et al., 1999), e sua negação, como recentemente foi a polêmica sob o rótulo de “ideologia de gênero”, quando muitos municípios e estados retiraram de seus planos de educação a menção ao aprendizado de questões de gênero e sexualidade. Há claramente uma disputa política no interior da sociedade brasileira entre grupos que não desejam sua abordagem pela escola (ROSADO-NUNES, 2015), e outros que defendem com ardor que estes temas sejam ensinados de modo explícito (BENTO, 2015).

Esse texto busca mostrar que gênero e sexualidade são elementos atuantes no território escolar, e que é tarefa da educação tomar estes temas de modo explícito e legitimado como necessários para a aprendizagem das novas gerações. Para levar a cabo estes objetivos, o texto se serve da etnografia de cenas escolares, derivadas de projeto de pesquisa intitulado “Ensino Religioso no interior do estado laico: análise e reflexões a partir das escolas públicas de Porto Alegre”<sup>4</sup>, que possibilitou o trânsito pelo território escolar na busca de situações onde questões de gênero e sexualidade estavam atuando em sintonia com outros marcadores.

Para ficar apenas na escola, território que nos interessa, gênero e sexualidade ajudam a moldar as possibilidades de relação, e dizem respeito a quase tudo que ali acontece: por que alguns estudam mais que outros? Por que alguns trazem material para a aula e outros sempre esquecem? Por que as aulas de artes são as preferidas de alguns e detestadas por outros? Por que se organizam filas para o ingresso na sala de aula? Por que as canecas da merenda escolar são azul e rosa? Por que o livro de registro das disciplinas costuma ter frequência maior de meninos em suas anotações? Por que os banheiros são como são? Por que se separam meninos de meninas nas aulas de educação física? etc. Cada período histórico gera um vocabulário educacional próprio. O regime democrático que vigora no Brasil nas últimas décadas produziu seu impacto na linguagem educacional, e isso se manifesta em particular na noção de inclusão. A valorização da diversidade é característica dos ambientes democráticos, onde temos a criação de muitas identidades culturais e a associação de indivíduos em grupos de pertencimento (gênero, sexualidade,

4 Projeto de pesquisa vigente entre 2008-2013, que visava analisar as estratégias educacionais e os conteúdos presentes nas aulas de ensino religioso em um conjunto de escolas públicas estaduais do município de Porto Alegre. O campo de trabalho em Porto Alegre foi coordenado por Fernando Seffner, e o projeto fazia interlocução com iniciativa mais ampla de pesquisa, coordenada pela Profa. Dra. Roseli Fischmann da Faculdade de Educação da USP. Mais informações sobre o projeto em <<http://lattes.cnpq.br/2541553433398672>>. A observação continuada das aulas de ensino religioso revelou muitos momentos em que questões de gênero e, em particular, relativas à masculinidade, eram a tônica do debate.

raça, etnia, pertencimento religioso, estilo musical, pertencimento político, profissão, deficiência ou necessidades especiais, região, geração, nacionalidade etc.). O vocabulário educacional contemporâneo incorporou fortemente as noções de diversidade, inclusão, educação em direitos humanos e culturas juvenis, e estas categorias todas podem ser pensadas em conexão com gênero e sexualidade: oferecer oportunidades educacionais com equidade entre meninos e meninas; incluir de modo respeitoso quem manifesta orientação sexual diferente da norma na escola; oferecer boa condição de aprendizagem e ambiente de respeito para meninos e meninas independente dos modos que desejam viver os atributos de masculinidade e feminilidade; respeitar e dialogar com os elementos das culturas juvenis, como o gosto musical, sabendo que os elementos de gênero e sexualidade são altamente frequentes nelas; possibilitar que cada um seja chamado pelo nome social se assim desejar etc. É tarefa da escola cuidar para que não se produzam situações de desigualdade e restrição de oportunidades de aprendizagem por conta dos marcadores de gênero e sexualidade, e ao fazer isso a escola educa para a vida no espaço público, local em que o respeito pela diversidade é a regra.

No interior desse novo contexto educacional marcado pela diversidade e pelas demandas de respeito e inclusão, o professor é tanto o indivíduo que domina o conhecimento e as estratégias de ensino de uma disciplina específica, como quem atua enquanto adulto de referência (SEFFNER, 2016) para as questões que dizem respeito aos valores que norteiam a vida no espaço público republicano. O desafio maior está dado pelo conceito de *modus vivendi*, capacidade de construir acordos entre indivíduos e grupos cujas opiniões diferem. Questões de gênero e sexualidade são vinculadas a conhecimento científico, ou seja, saber sobre gênero e sexualidade do ponto de vista biológico, histórico, linguístico, cultural, artístico, literário, da geografia humana, dos padrões de adoecimento, da vida política. Mas também dizem respeito a saber viver em sociedade, e no âmbito do espaço público de feição republicano, negociando as diferenças de gênero e sexualidade. Vale lembrar que um atributo forte do espaço público é ser lugar de intensa negociação das diferenças e de aprendizado político daí decorrente, cuidando para evitar que a diferença oportunize a criação de situações de desigualdade ou injustiça, como ocorre em ambientes de racismo institucionalizado, machismo predominante, heterossexualidade compulsória, privilégios apenas para aqueles que são de certa etnia ou classe social. O espaço público não é uma extensão do ambiente privado da casa, e não se pode imaginar que ele seja regido por uma lógica doméstica. No ambiente da casa podemos escolher companhias e definir modos de proceder, dentro, é claro, dos limites da lei. No espaço público vamos cruzar com indivíduos que diferem de nós, e nós deles, em muitos atributos. Essa é uma marca importante da vida em sociedade. No Brasil nos acostumamos a dizer que a família é a base da sociedade. Nada mais equivocado, a base da sociedade é o espaço público, lugar de negociação e respeito pela diversidade, onde aprendemos a conviver

com os diferentes, ao mesmo tempo em que percebemos que nossos gostos e opiniões políticas podem ser muito diferentes daquelas de outros indivíduos.

As cenas que apresentamos a seguir privilegiam a observação de comportamentos dos meninos. Os estudos sobre masculinidades ingressam com vigor no território da educação nos últimos anos, e no ambiente escolar em particular, e buscam mostrar as diferenças nas trajetórias de aprendizado entre meninos e meninas, a configuração da escola como um ambiente de viés feminino e as implicações disso para a construção das masculinidades entre os rapazes. As diferenças entre meninos e meninas no quesito desempenho escolar e no quesito disciplina e de como estes dois atributos se embaralham (DAL'IGNA, 2005) têm sido o tópico mais recorrente de investigação. Há forte produção em tópicos como a relação dos gêneros com a produção da cultura escolar, as conexões entre o desempenho escolar e o acesso ao mercado de trabalho, as tensões entre ser um bom aluno e produzir-se como um homem. Mais recentemente, forte ênfase na interseccionalidade considerando as diferenças nas trajetórias de meninos a depender da cor da pele, da classe social, da localização regional, do padrão estético, da orientação sexual, do pertencimento religioso e as múltiplas influências recíprocas entre estes marcadores (SILVA, 2012; FRAGA, 2005; CARVALHO, 2012; REZENDE; CARVALHO, 2012; ARTES; CARVALHO, 2010; PEREIRA; CARVALHO, 2009). Em sintonia com a pesquisa acadêmica, mas guardando ritmo e velocidade próprios, os sistemas de ensino e muitos professores de modo individual se envolvem em iniciativas que visam trazer questões de gênero e sexualidade para o debate e para o interior das propostas pedagógicas, regimentos escolares, marcas da cultura escolar, respeito com as culturas juvenis. Isso se verifica no campo da educação sexual, no regramento do uso do nome social, na ênfase em uma educação que lide com a equidade de gênero, enfim, com a proposição e o respeito pelas novas trajetórias de vida de meninos e meninas. Tudo isso, como é bem perceptível mesmo a um olhar desatento no Brasil, tem produzido atritos com alguns setores sociais, em particular com os grupos religiosos. Passamos agora a descrever e comentar as cenas etnografadas em escolas. Todas elas insistem na ideia de que os temas de gênero e sexualidade são contingentes, urgentes, presentes e atuantes no espaço escolar, a pedir intervenção pedagógica adequada e sensível.

### **Quem pode fazer o quê?**

Classe bastante numerosa de alunos de nono ano do ensino fundamental, turno da tarde. O professor de ensino religioso parece ter uma ótima relação com a classe, todos gostam dele, fazem brincadeiras e ajudam na manutenção da disciplina, o que em parte aconteceu porque estamos observando, e somos da universidade, o que foi deixado claro aos alunos pelo professor. A atividade proposta por ele, coerente com a etapa final do ensino fundamental que é o nono ano, foi a produção de um curto texto pessoal sobre as expectativas profissionais

de cada um, para posterior debate no grupo. Decorrido o tempo das escritas individuais, o professor organizou uma tabela no quadro, em que ia colocando as profissões desejadas por meninos e meninas, seguidas de algumas argumentações e comentários. Logo ficou claro que as meninas tinham apresentado um leque maior de opções do que os meninos. Ao lado de profissões tipicamente femininas, como enfermeira, professora, nutricionista, as meninas citaram engenharia, química, advocacia e inovaram com profissões como motorista de táxi, piloto de avião, gerente de fábrica. Os meninos colocaram profissões masculinas tradicionais, incluindo jogador de futebol com destaque.

O professor, bastante atilado, fez ver que a lista das meninas era mais variada em termos de opções. As meninas se apressaram em fazer duas afirmativas claras: as mulheres hoje em dia podiam exercer todas as profissões dos homens, pois elas tinham capacidade, e elas eram muito estudiosas e iam bem na escola. Os meninos reagiram dizendo que eles não precisavam estudar, com frases como “eu sou inteligente, na hora do exame vestibular eu vou lá e acerto tudo”. As meninas duvidaram, e o professor, que revelou estar bem informado sobre as estatísticas, disse que, nos últimos anos, as meninas eram mais numerosas no ingresso ao ensino superior do que os meninos. A discussão então ficou em torno de que era necessário estudar para ter acesso a boas profissões. Mas os meninos insistiam em dizer que eles poderiam ter acesso a boas profissões sem estudar, e um deles deu o conhecido exemplo que é muito visível em supermercados: as meninas trabalham como funcionárias das caixas registradoras, mas todos os fiscais de caixa são homens, então os homens mandam nas mulheres no ambiente de trabalho, disse ele, o que acendeu a polêmica. Claramente havia uma recusa por parte dos meninos em aceitar a premissa de que era necessário estudar para ter garantia de um bom emprego, e insistiam na tese de que eles poderiam ter acesso a bons empregos sem estudar. Ficou bastante evidente que o caminho proposto “estudar, ser um bom aluno, para então ter sucesso na vida profissional” era visto como um caminho feminino por conta do apego aos estudos. Eles então deram exemplos de jogadores de futebol, de apresentadores de programas jovens na televisão, de cantores, atletas em geral, vereadores e deputados, inventores na área da informática, e até mesmo de traficantes de drogas, dos quais se diz que tinham talento e tiveram sucesso, sem necessidade de estudar. O talento foi tomado como algo masculino, algo que “estava” na pessoa, e que lhe asseguraria sucesso profissional. Um menino foi claramente motivo de troça pelas meninas, pois ele afirmou que seria um grande engenheiro de transportes, e elas disseram que ele não estudava nada, e ele respondeu “quando eu precisar eu vou estudar, e vou passar no exame vestibular, pois eu sei que sou inteligente. Agora não vale a pena estudar ainda, essa escola aqui é muito podre”.

A noção de uma inteligência nata, com a qual os homens nascem, associada a certo desembaraço também visto como natural na esfera pública ficou evidente na argumentação. Outra fonte de discórdia aconteceu porque uma menina disse

claramente que “as mulheres estavam tomando conta dos empregos dos homens, mas os homens não tinham coragem de exercer os empregos das mulheres, como cabeleireiro, e então as mulheres tinham cada vez mais oportunidades”. Os meninos reagiram prontamente, dizendo que eles não iam ser cabeleireiros, manicures, telefonistas, mesmo que isso trouxesse bons salários. As meninas então insistiram em dizer que se as coisas iam assim, as mulheres cada vez mais teriam bons empregos, o que foi difícil de contra-argumentar pelos meninos. Por coincidência, na mesma quadra da avenida onde funciona a escola há dois grandes salões de beleza, onde os profissionais são mulheres e homens gays, e isso entrou na discussão. As meninas, dizendo que as mulheres donas dos salões eram “ricas”, citaram inclusive os nomes delas e a marca dos carros que elas possuíam, e os gays que eram cabeleireiros também eram “ricos”, tinham carro melhor do que os carros dos professores, o que provocou risadas gerais, mas sem constrangimento do professor. Com isso, as meninas encurralaram os meninos, mas estes insistiram em dizer que era só o que faltava serem cabeleireiros de salão, o que só foi admitido em tom de troça, quando um dos meninos disse “eu só trabalho em salão se for para fazer massagem nas mulheres”. Aqui se revelou a conhecida estratégia dos meninos em muitos debates, que é introduzir elementos de deboche e ironia, e com isso inviabilizar uma reflexão mais profunda em torno das diferenças de gênero e oportunidades profissionais. De todo modo, foi visível que a atividade produziu certo desassossego nos modos tradicionais como os meninos equacionam a vida profissional futura.

## **Desempenho escolar não tem gênero?**

Uma classe de oitavo ano do ensino fundamental, sala cheia, alunos e alunas em torno de doze e treze anos, turno da manhã. A professora de ensino religioso é também professora de literatura da classe. Ao final da aula ela aproveita para devolver as provas de literatura, após ter feito comentários sobre as notas. Ela havia ordenado as provas de acordo com as notas, então aqueles que foram chamados inicialmente haviam recebido as melhores notas. São entregues oito provas para meninas, quando então ela chama o primeiro menino. Assim que ele se levanta para pegar sua prova, vários outros meninos começam a fazer troça, dizendo frases como “mais uma menina que tirou boas notas na prova de literatura” e “uuii, menina estudiosa”. Ao pegar a prova, ele volta para seu lugar dizendo em alto e bom som “eu nem estudei nada, eu coleí tudo, obrigado Rosane”, e todos riem. Quando ele senta, percebemos que a menina na carteira ao lado dele é a Rosane, que foi chamada em primeiro lugar, tendo, portanto, tirado a melhor nota. Claramente era uma disputa em termos de representações de masculinidade, e o aluno em questão precisava se defender da suspeita de que, tendo tirado uma boa nota na prova de literatura, ele não era tão masculino como se poderia pensar. Tal não se observou entre as meninas que tiraram boas notas, que foram inclusive cumprimentadas pelas colegas.

## **Comportado, atento, participativo, estudioso: é possível ser assim e ser menino?**

Entrei na sala, me apresentei à turma, e fui sentar no fundo como de costume. Uma turma de ensino médio com 12 meninas e 11 meninos. As carteiras estão organizadas em três filas duplas. O único menino – Alfredo – que está sentado ao lado de uma menina é claramente mais delicado que os demais, e se veste também de um modo que, poderíamos dizer, é mais original e detalhado que os demais meninos, todos eles de bermuda, camiseta e tênis. Já antes de entrar na aula, ele estava no corredor em um grupo de meninas, enquanto os garotos estavam todos juntos fazendo algazarra. Este menino ocupa a primeira carteira próxima à porta. Há uma menina ao seu lado e outra atrás, e mais para trás na fileira há apenas meninas. Todos os demais meninos estão sentados em duplas, prioritariamente na fileira rente às janelas, oposta à porta, ou no fundo da sala. Nas fileiras centrais algumas meninas em dupla, mas é uma área mais rarefeita da sala, com pouca gente. Topograficamente falando, temos uma divisão clara na turma entre meninos e meninas. Alfredo está segregado dos demais meninos, mas integrado na turma das meninas. Mais ainda, ele se revelou na aula ser muito participativo e foi acompanhado nas falas por várias meninas. Ele é extremamente simpático e bem-humorado, e manteve em vários momentos um diálogo com a professora, articulando questões bem formuladas sobre o tema da aula, no que igualmente foi acompanhado por algumas meninas. É bastante visível que ele é o menos infantil dos meninos em seu vocabulário, postura e falas. Os demais meninos estiveram apáticos quase toda a aula, embora não tenham feito bagunça ou algazarra, mas apenas um deles abriu o caderno, os demais sequer abriram a mochila, o que também aconteceu por conta da professora, que ficou discutindo questões, e em momento algum pediu que anotassem algo. Mas as meninas, e o Alfredo, estes sim abriram os cadernos, e algumas coisas anotaram. Ou seja, acompanhando a divisão de gênero, havia uma divisão igual em termos de envolvimento nos estudos. A atmosfera que era possível respirar na aula poderia ser assim definida: estudar e conversar com a professora é coisa de meninas, os meninos ficam ali meio que por obrigação. Sendo o estudo uma coisa de meninas; o menino que estuda é claramente localizado no campo do feminino pelos demais meninos. Quando o sinal tocou, eles simplesmente voaram porta a fora, para fazer zoada no corredor. As meninas e o Alfredo ficaram na sala de aula, já arrumando as classes para o período seguinte, que eu entendi era de artes, e a professora queria que fizessem grupos de quatro pessoas para seguir analisando gravuras, tarefa já iniciada em período anterior.

## **Viver não custa, o que custa é saber viver**

Uma sala de aula é um ambiente generificado e igualmente sexualizado. Ou seja, estes marcadores estão presentes, e operando o tempo todo, conforme



buscamos evidenciar nas cenas descritas. Muitas relações sociais se constroem no território escolar a partir de diferenças percebidas entre os gêneros, e entre orientações sexuais, seja para aproximar ou afastar indivíduos. Mas a questão não é meramente de amizade ou não amizade. Há efetivamente uma distribuição de poder na sala de aula que deriva dos atributos de gênero e sexualidade – bem como de cor da pele, classe econômica, padrão estético e outros elementos que aqui não temos como problematizar na interseccionalidade com o foco do texto. O que queremos ressaltar é que as diferenças de gênero que se percebem numa sala de aula, bem como as diferenças de sexualidade, operam no sentido de conceder a alguns mais poder do que outros, em certos contextos, tudo podendo se modificar ao sabor das intervenções de colegas, professores ou elementos emergentes do cotidiano social e cultural. Muitos dos enfrentamentos que acontecem em sala de aula – entre alunos e alunas, entre alunos, entre alunas, entre o alunado e o professorado, entre estes e as diretrizes educacionais – podem ser lidos na pauta do gênero e da sexualidade. Sempre é bom lembrar a afirmação de Scott (1995, p. 86): “o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Daí se conclui que quando professores e professoras planejam abordagens de gênero e sexualidade na escola não devem se limitar a identificar o que são códigos do feminino e do masculino, ou mesmo a descrever apenas as diferentes orientações sexuais que existem. De modo muito mais profundo, estas questões estão inseridas no campo dos direitos humanos, ou seja, elas dizem respeito à vida política no espaço público e à distribuição de poder e de oportunidades entre pessoas.

Valorizar a diversidade e promover a igualdade se articulam com o regime democrático e com o espaço público de corte republicano. Os esforços para convívio entre os diferentes, que aqui estamos chamando de *modus vivendi*, trazem movimento ao regime político e permitem a cada um o aprendizado sobre a importância da elaboração de regras sociais. Promover situações de justiça social, econômica, cultural, bem como situações de justiça com os marcadores de gênero e sexualidade é, certamente, uma tarefa complexa, a exigir aprendizado desde os bancos escolares. Não se trata apenas de estabelecer o diálogo entre os diferentes, mas de modificar estruturas que produzem desigualdade e injustiça nas questões de gênero e sexualidade. A educação é tarefa que tem óbvias implicações políticas, e a disputa sobre o ingresso ou não dos temas de gênero e sexualidade nos currículos reflete exatamente isso. As questões que envolvem disputas de gênero e sexualidade exigem enorme habilidade de conduta pedagógica, e por certo devem fazer parte dos cursos de formação docente.



## REFERÊNCIAS

ARTES, Amélia Cristina Abreu; CARVALHO, Marília Pinto de. O trabalho como fator determinante da defasagem escolar dos meninos no Brasil: mito ou realidade? *Cadernos Pagu*, UNICAMP (Impresso), v. 34, p. 41-74, 2010.

BENTO, Berenice. Disputas de gênero. *Correio Braziliense*, “Opinião”. Brasília, terça-feira, 30 de junho de 2015, p. 11.

BRASIL, *Parâmetros Curriculares Nacionais: orientação Sexual*. Brasília: MEC/SEF Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

CARVALHO, Marília Pinto de. Teses e dissertações sobre gênero e desempenho escolar no Brasil (1993-2007): um estado da arte. *Pro-Posições*, UNICAMP (Impresso), v. 23, p. 220-244, 2012.

DAL’IGNA, Maria Cláudia. “*Há diferença*”? *Relações entre desempenho escolar e gênero*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

DELORS, Jacques. *La educación encierra un tesoro. Informe de la UNESCO de la Comisión Internacional para la Educación para el Siglo XXI*. Madrid: Santillana/UNESCO, 1994.

FRAGA, Alex Branco. A quadra e os cantos: arquitetura de gêneros nas práticas corporais escolares. *Lecturas Educación Física y Deportes*, Buenos Aires, v. 10, n. 87, 2005.

PEREIRA, Fábio Hoffmann; CARVALHO, Marília Pinto de. Meninos e meninas num projeto de recuperação paralela. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 90, p. 673-694, 2009.

REZENDE, Andréia Botelho de; CARVALHO, Marília Pinto de. Meninos negros: múltiplas estratégias para lidar com o fracasso escolar. *Sociologia da Educação*, v. 5, p. 1, 2012.

ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas. A “ideologia de gênero” na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 13, n. 39, p. 1237-1260, jul./set. 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SEFFNER, Fernando. Escola pública e professor como adulto de referência: indispensáveis em qualquer projeto de nação. *Educação Unisinos* (on-line), São Leopoldo, UNISINOS, v. 20, p. 48-57, 2016.

SEFFNER, Fernando; PICCHETTI, Yara de Paula. A quem tudo quer saber, nada se lhe diz: uma educação sem gênero e sem sexualidade é desejável? *Reflexão e Ação* (on-line), Santa Cruz do Sul, UNISC, v. 24, p. 61-81, 2016.

SILVA, Luciano Ferreira da. *Mind the Gap*: processos de construção e manutenção das masculinidades e distanciamentos no desempenho escolar de meninos e meninas. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

## CAPÍTULO 23

# ASCENSÃO E QUEDA DE UMA POLÍTICA EDUCACIONAL LGBT

*Alexandre Bortolini*<sup>1</sup>

---

Meu nome é Alexandre Bortolini. Eu sou hoje doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da USP, onde eu acabo de dar início a uma pesquisa que tem por objetivo uma política educacional específica, desenvolvida ao longo dos governos Lula e Dilma (2003-2016), cujo foco era o enfrentamento de violências e discriminações vividas por pessoas em função de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Minha trajetória de vida, de trabalho e de ativismo está bastante conectada a essa política não só porque eu participei dela em diferentes momentos e de diferentes lugares, mas também porque eu vivi na minha vida, na minha pele, as transformações desses tempos que, para uma bixa de Madureira, foram muitas. O projeto de pesquisa nasce da vontade de contar essa história, de construir uma narrativa sobre esses tempos e essas lutas no campo específico da educação. E é exatamente esse exercício que eu queria propor agora: de construir uma narrativa possível sobre essa política e confrontar essa narrativa com outras possíveis que vocês tragam para que possamos, assim, pensar juntos sobre o que nós vivemos nesses últimos anos, especialmente nós que confrontamos – na nossa vida, no ativismo e no nosso trabalho – essa ordem cishetero-racista-classista que impregna todas as nossas relações sociais, inclusive a política, a educação, e a política educacional.

Eu queria começar essa narrativa em 1996, ano em que eu assumi para minha mãe que eu era homossexual. Eu tinha 16 anos. Nós estávamos conversando sobre voltar a morar juntos, quando eu contei. Ela me olhou, disse que ela tinha sido educada de um jeito para achar que isso era errado, que era doença, mas que ia aprender comigo, que eu era filho dela e que ela me amava e amaria sempre. E era verdade. Ela foi educada para entender que a homossexualidade era uma doença. Ela foi educada para entender que o sexo entre homens ou entre mulheres era imoral. Isso era 1996. A homossexualidade tinha saído do Código Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde havia apenas seis anos, em 17 de maio de 1990 – que viria a ser o Dia Internacional de Luta contra a Homofobia. Mas se a condenação moral ainda era majoritária, já existia um ativismo gay-lésbico-travesti crescente, que disseminava narrativas sobre ser

---

1     Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo – Brasil. E-mail: bortolini.alexandre@gmail.com

e viver fora dos modelos de comportamento, identificação e conjugalidade da cisheteronorma, narrativas que, felizmente, me alcançaram ainda adolescente e que me permitiram construir uma ideia de orgulho, mesmo nesse contexto. Marta Suplicy aparecia na TV falando sobre seu projeto de lei para reconhecer a união entre pessoas do mesmo sexo (BRASIL, 1995)<sup>2</sup>, enquanto eu esperava ansiosamente pela próxima cena do Sandrinho e do Jeferson na televisão, o primeiro casal gay – interracial – que eu via ser representado de maneira positiva em uma novela das oito. A internet aberta tinha chegado ao Brasil há apenas dois anos e as redes sociais ainda eram algo que estava começando a acontecer. Acessar qualquer material textual ou audiovisual que falasse sobre homossexualidade ou transexualidade, da informação, ao romance e à pornografia demandava bastante empenho (para rodar as bancas de jornal e as locadoras de vídeo do bairro) e um bocado de coragem (para alugar o filme ou comprar a revista que você encontrou). Ser um adolescente gay, na minha experiência nos anos 90, foi bastante solitário. Fora alguns jogos sexuais não declarados, a sensação de isolamento era muito intensa. Nenhuma bixa ou lésbica assumida na família. Ninguém era assumido no colégio e na minha escola nenhum professor sonhava em discutir orientação sexual ou identidade de gênero. Quem sabe se fizesse uma discussão sobre a desigualdade entre homens e mulheres e se falasse sobre estereótipos de gênero? Quem sabe na aula sobre prevenção à DST/Aids alguém falasse sobre homossexualismo, desencorajando a prática ou, num raro relance de esperança, recomendando respeito e pregando a não violência?

1996 foi o ano em que morreu Renato Russo. A Aids ainda era um estigma pesado sobre as bixas, as travestis e os bissexuais, o maior medo das nossas mães e um fantasma que rondava o nosso sexo. Não existia teste rápido, nem Profilaxia Pós-Exposição. A cada transa sem camisinha, se sucedia uma torturante longa espera, que incluía a janela imunológica para fazer o exame e tempo para ler o resultado. É justamente em 1996 que seria aprovada a lei que garante a distribuição gratuita dos antirretrovirais pelo Sistema Único de Saúde<sup>3</sup>. E é por aí, pelas políticas de educação sexual mobilizadas principalmente pelo enfrentamento da epidemia de Aids e da gravidez na adolescência que algo sobre esse universo gay lésbico travesti podia chegar na escola.

No ano seguinte, em 1997, seriam publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997a), que definem a “orientação sexual” (leia-se: educação sexual) como um tema transversal, a ser discutido no ensino fundamental. O texto dos PCN identifica como motivadores à discussão destes temas nas escolas o avanço da epidemia de Aids, a preocupação com casos de gravidez na adolescência e o debate provocado por movimentos sociais pós-ditadura. A homossexualidade aparece de forma explícita nos PCN, reiteradamente citada como tema polêmico,

2 Projeto de Lei n.º 1151/1995 apresentado pela deputada federal Marta Suplicy, que propunha um reconhecimento diferenciado para uniões homossexuais.

3 Lei n.º 9313, de 13 de novembro de 1996. Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS.

ao lado do que o documento chama de “hermafroditismo” e “transexualismo”. Os parâmetros dizem que esses temas têm que ser debatidos, mas não explicitam um posicionamento específico diante deles. Nos Parâmetros Curriculares nacionais para o Ensino Médio, publicados no ano 2000, não há quase nada sobre gênero ou sexualidade e nenhuma referência direta a essas questões (BRASIL, 2000).

No início dos anos 2000 eu estava começando a faculdade, mesmo ano da criação da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Mesmo em um curso de comunicação em uma universidade pública, eram raras as bixas ou as lésbicas assumidas, nenhum aluno ou aluna trans, nenhum coletivo e, na minha grade, nenhuma disciplina que tocasse no assunto. Eu então inventei uma matéria sobre homossexualidade para um jornal da faculdade – só uma desculpa para chegar até o primeiro grupo de ativismo com que eu tive contato. Era o Grupo Arco-Iris, do Rio de Janeiro, criado a partir de um grupo de amigos criado a menos de dez anos em resposta à epidemia de Aids e à discriminação. Um ativismo ainda fortemente marcado pela epidemia de Aids, que guardava algo das práticas comunitaristas dos anos 80/90, com encontros para trocas de vivência e empoderamento entre pares, mas já completamente institucionalizado, profissionalizado e hierarquizado já se articulava com o Estado em ações de enfrentamento à disseminação do HIV. Foi lá que eu participei pela primeira vez como voluntário de um projeto de prevenção à DST/Aids entre jovens homossexuais financiado pelo Ministério da Saúde. A Aids foi, digamos, a porta de entrada do ativismo gay lésbico travesti e bissexual nas políticas públicas.

Mas não era só sobre Aids, era também sobre direitos, sobre construir uma narrativa positiva de si mesmos. No Projeto eu podia aprender com outras bixas, com lésbicas, com bissexuais, com travestis e transexuais, trocando experiências sobre nossas histórias de vida, falando dos nossos afetos, nossos medos e nossas estratégias de sobrevivência. E beijando, claro. Beijando muito. O sexo coletivo nos darkrooms das boates, o cinemão, o banheirão, as transas nos pontos de pegação da cidade eram parte dessa experiência política. Como também era parte amar, se apaixonar, namorar. Se não havia ainda o direito formal ao casamento, a conjugalidade já era algo possível. E eu queria mais era andar de mão dada com o namorado no meio da rua. Disputar o território da cidade era parte da luta. Luta mesmo. Botar a cara no sol era necessariamente dar a cara a tapa. Tapa. Físico. Eu vivi, ao longo dos anos 2000, ao menos três episódios de agressão física na rua, roupa cheia de sangue, arma apontada para a cabeça. Fora as interpelações – recorrentemente violentas – do dia a dia. Mas a gente era teimosa. E continua sendo. E essa disputa territorial foi ganhando força. Lembro quando começou a “quarta-gay” em Madureira, uma espécie de rolezinho dos anos 2000, em que dezenas de adolescentes lésbicas, gays e bissexuais se encontravam na praça de alimentação do quarto andar do que era, na época, o shopping mais movimentado da zona norte do Rio de Janeiro. E a cada ano, nós nos encontrávamos na Parada do Orgulho em Copacabana e na

de Madureira para beijar e dançar na rua, o que era, indiscutivelmente, naquele momento, uma atitude política. As paradas, que já vinham acontecendo desde 1995, ampliavam seu público a cada ano e iam se consolidando como o espaço principal de manifestação e de visibilidade, explodindo como manifestação de massa no início dos anos 2000, ganhando uma expressão que ultrapassaria, no caso de Rio e, especialmente, de São Paulo, a cifra de um milhão de pessoas.

No plano internacional, a virada do século e o início dos anos 2000 marcam um momento importante de expansão da agenda dos direitos humanos, especialmente do enfrentamento a diferentes formas de desigualdade e discriminação a partir do Ciclo Social da ONU (Cairo, Durban etc). É um momento em que agendas como o enfrentamento ao racismo e ao machismo vão ganhando força, ao lado das lutas contra a desigualdade econômica. Época dos Fóruns Sociais Mundiais, em que um discurso de esquerda vai cada vez mais se fortalecendo em contraposição às políticas neoliberais que dominaram os anos 80 e 90. Lembro dos dias e das noites no acampamento da juventude, em Porto Alegre, onde a gente se encontrava com outros milhares de jovens, de diferentes lugares, pertencimentos e movimentos sociais, para discutir como construir esse tal outro mundo possível.

Tudo isso começava a reverberar nas políticas públicas. Em 2002 foi aprovada, ainda no governo Fernando Henrique, a segunda versão do Programa Nacional de Direitos Humanos<sup>4</sup>. Se no primeiro PNDH de 1996<sup>5</sup> havia apenas uma menção a “homossexuais” dentre os grupos vulneráveis que demandavam proteção aos seus direitos e contra a violência, no PNDH II já se pôde encontrar tópicos, dentro dos capítulos sobre “garantia do direito à livre expressão” e “garantia do direito à igualdade”, dedicados especificamente a “Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais – GLTTB” que já propunham ações em diferentes áreas da política pública, desde produção de dados sociodemográficos, passando pelo enfrentamento à violência e chegando a políticas de formação de profissionais de educação. Orientação sexual ainda apareceria em outros tópicos do documento sobre adoção, mercado de trabalho e, claro, políticas de enfrentamento ao HIV. O documento já sugeria também o apoio à regulamentação de uma “lei de redesignação de sexo e mudança de registro civil para transexuais” – vale lembrar, ainda dentro do tópico “orientação sexual”.

2002, ano em que o PNDH 2 foi publicado, foi também o ano em que Luiz Inácio Lula da Silva vence pela primeira vez as eleições presidenciais. Dois anos antes eu tinha me filiado ao PT e a ideia de um governo de esquerda no Brasil ainda era um projeto de realização imprevisível. Grande parte do ativismo votou em Lula – ou mesmo se engajou na campanha.

A reivindicação por uma agenda que fosse para além da saúde já vinha se consolidando no segundo mandato do governo FHC – e o PNDH II é a sua

4 Decreto n.º 4.229, de 13 de maio de 2002. Dispõe sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH, instituído pelo Decreto no 1.904, de 13 de maio de 1996, e dá outras providências.

5 Decreto n.º 1.904, de 13 de maio de 1996. Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH.

maior evidência. Mas foi no governo Lula que essa interação se intensificou. Uma interação entre um certo ativismo e o Partido dos Trabalhadores, que já acumulava um longo histórico – desde as tentativas de menção à orientação sexual na Constituinte, passando pelos projetos de lei da união/parceria civil até a criminalização da homofobia e por uma série de articulações locais que geraram inclusive alguma legislação local protetiva. Com a chegada do PT ao governo federal, o ativismo começou a demandar uma política explícita voltada a estes grupos de âmbito nacional que, logo no início do primeiro mandato, ganharia forma no Programa Brasil Sem Homofobia.

O Brasil Sem Homofobia trazia um capítulo chamado “Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e a não discriminação por orientação sexual”, propondo um programa de ação que incluía: elaborar diretrizes para orientar os sistemas de ensino; fomentar cursos de formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade; avaliar livros didáticos para eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e superar a homofobia; estimular a produção de materiais educativos sobre orientação sexual e superação da homofobia; estimular a pesquisa e a difusão de conhecimentos que contribuam para o combate à violência e à discriminação de GLTB e, por fim, criar um comitê sobre “Educação em Direitos Humanos no Ministério da Educação, com a participação do movimento de homossexuais, para acompanhar e avaliar as diretrizes” (BRASIL, 2004, p. 23).

A chegada do BSH no MEC seria via a recém-criada Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, criada em 2004, mesmo ano de lançamento do Programa. A criação da Secad não foi coisa simples, afinal, como reunir em um mesmo espaço institucional temas e movimentos que iam da educação escolar indígena à orientação sexual e identidade de gênero, passando pelas relações étnico-raciais e a educação ambiental? Essa série dispersa e difusa de políticas (e interlocutores) seria reunida num mesmo espaço institucional, sob o signo da “diversidade”. Nessa configuração, a agenda GLBT se tornaria, na educação, parte das políticas de reconhecimento e valorização da diversidade, nesse caso, diversidade sexual (e de gênero), compartilhando o mesmo espaço institucional e campo discursivo de outros grupos sociais historicamente marginalizados ou invisibilizados, como negros, indígenas e mulheres.

A agenda inicial do BSH na educação se voltaria ao financiamento para formação continuada de professores e à produção de material didático, com algum financiamento à pesquisa. A formação continuada seria fomentada a partir de chamadas públicas que alcançariam, de início, tanto organizações não governamentais quanto instituições públicas. E foi justamente na formação continuada que eu iria novamente me encontrar com essa política. Um ano depois do lançamento do programa, em 2005, foi divulgada a primeira chamada pública para “projetos de capacitação/formação de profissionais da educação para a cidadania, a diversidade sexual e o combate à homofobia” (BRASIL, 2007, p. 5).



O Grupo Arco-Íris estava entre as organizações selecionadas e eu fui trabalhar como “capacitador” no curso de formação que o grupo ofereceu. Nesse mesmo ano eu me tornei técnico da Universidade Federal do Rio de Janeiro e fui trabalhar numa coordenação de extensão. No ano seguinte, em 2006, nós realizaríamos, no Fórum Mundial de Educação, em Nova Iguaçu, a primeira oficina do recém-criado Projeto Diversidade Sexual na Escola, um projeto de extensão da UFRJ voltado justamente para a formação de profissionais de educação nesses temas. Pouco depois, uma crise no Programa Brasil Alfabetizado faria o governo federal suspender boa parte do financiamento voltado a organizações não governamentais e as universidades e institutos federais assumiriam de vez a execução da maior parte da formação continuada nessa área, pelo menos as financiadas pelo MEC. Daí em diante, a UFRJ ofereceria uma sequência de cursos de extensão, oficinas e projetos voltados para profissionais da educação básica, fazendo até mesmo articulação com secretarias municipais e estaduais de educação e distribuindo livros e outros materiais que nós produzimos sobre o assunto. Projetos semelhantes foram desenvolvidos em muitas universidades em todas as regiões do país.

Embora os dados sobre número de cursos, materiais e profissionais formados sejam ainda imprecisos e, de todo modo, pareçam irrelevantes diante da massa de educadores que atua nas redes públicas de ensino, estes projetos, desenvolvidos ao longo de alguns anos por um número significativo de universidades, institutos e secretarias produziram impacto. Qual o tamanho desse impacto? Difícil dizer. E mais: será possível reduzir a análise de impacto de uma política educacional apenas aos números? Número de professores formados em cursos? Número de livros distribuídos? A percepção que eu tenho e que vai cada vez mais se consolidando é de que, se como programa de ação essa política foi mínima, no plano político-discursivo ela produziu impacto considerável. Boa parte das normativas educacionais foi impactada. Na sequência de diretrizes educacionais aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação nos anos posteriores é possível encontrar indícios das agendas de gênero e sexualidade: nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil; para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos; para o Ensino Médio; para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio; para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica; para a Educação Ambiental e para a Educação em Direitos Humanos.

No âmbito local, nós vivemos, ao que me parece nesse momento, um período de efetivo avanço de um discurso pró-reconhecimento, pró-enfrentamento à violência, de desvelamento das discriminações e, mais importante, de empoderamento de quem queria assumir o tema ou a sua própria identidade no espaço escolar. Foram criadas áreas nas secretarias de educação responsáveis por discutir temas ligados à diversidade; desenvolvidos projetos de formação nas redes de ensino; criados espaços de diálogo, de formação e reforçado o enfrentamento.

Ter o discurso oficial, ainda que tímido, eventualmente retórico ou, até mesmo, cínico, do nosso lado fez muita diferença. E talvez hoje isso esteja cada



vez mais evidente. Os planos, programas, ainda que pouco substantivos como programas de ação, serviram como base, escopo, fundamentação, legitimação para quem queria falar sobre isso na escola. Na escola e na universidade. Porque um curso como o GDS ou o GDE ou o GPPGeR não é apenas um curso. Eles reúnem em torno de si uma série de sujeitos, técnicos, professores, estudantes de graduação, de pós. Gente que começa a querer pesquisar sobre, escolher o assunto como tema do TCC, da dissertação, da tese. Vão se criando espaços para expor essas experiências em congressos acadêmicos. Vai aumentando a pressão sobre o staff dos programas de pós para que haja profissionais capazes de orientar sobre esses temas. A literatura relacionada começa a circular de forma mais intensa, a se tornar menos desconhecida para quem não é da área. E é difícil imaginar que isto não tenha relação com o aumento da produção acadêmica sobre o assunto nos últimos anos (VIANNA, 2012).

O segundo mandato do Lula começou em 2007. Em 2008 eu assistiria, junto com mais de mil pessoas, ao presidente Lula discursar na abertura do que seria a primeira Conferência Nacional GLBT do Brasil, evento inédito no mundo. Partindo das propostas da conferência, o governo lançaria, em 2009, um Plano Nacional LGBT (sigla conflagrada pela conferência, fruto já do intenso questionamento que se vinha fazendo quanto à hegemonia gay no ativismo). E em 2010 o antigo Conselho Nacional de Combate à Discriminação, criado ainda no Governo FHC, mas esvaziado pelo surgimento da SPM e da Seppir, seria transformado em Conselho Nacional LGBT, um espaço de negociação entre uma parte do ativismo LGBT e o governo federal.

2010 foi também o ano da eleição de Dilma Rousseff, primeira mulher eleita para a presidência da República no Brasil. Dilma assumiria em um contexto já de avanço do conservadorismo religioso, que teve uma atuação forte na campanha eleitoral e ainda em meio às repercussões da crise econômica de 2008. 2011, ano do primeiro mandato, seria um ano-chave para a agenda LGBT.

Provocado pela Procuradoria Geral da República<sup>6</sup> e pelo governo do Estado do Rio de Janeiro<sup>7</sup>, em maio de 2011 o Supremo Tribunal Federal reconheceu como entidade familiar a união estável entre pessoas do mesmo sexo, garantindo os mesmos direitos conferidos às uniões heterossexuais. O direito ao casamento foi durante muito tempo uma das, se não a principal bandeira do ativismo gay/lésbico, e dominou a agenda LGBT por anos, invisibilizando inclusive outras agendas. Com toda a problematização que possamos e devemos fazer, o direito ao casamento encerra um ciclo de investimento do movimento e vai abrir espaço para novas agendas e novos atores ganharem espaço.

Mas a essa boa notícia se sucede o que é, no meu entender, o ponto de inversão da política educacional LGBT: o veto ao kit. Desde 2007 o projeto Escola Sem Homofobia, uma parceria entre o MEC, a ABGLT e outras organizações

6 Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n.º 4277.

7 Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n.º 132.

vinha desenvolvendo um conjunto de materiais que, a princípio, seria distribuído pelo próprio Ministério a escolas públicas. Nele havia cadernos voltados a professores, mas o que mais chamou atenção foram, de fato, os três vídeos que tinham como alvo (ao menos possível) estudantes. O kit me parece muito representativo da política educacional LGBT que foi se desenvolvendo no governo Lula. Ele é construído numa parceria entre o governo do PT e a associação nacional mais poderosa dentro do ativismo institucionalizado da época. Ele espelha o discurso identitário do movimento: cada um dos três vídeos é voltado a uma das letras: um sobre uma menina lésbica, outro sobre uma aluna trans e outro sobre um estudante bissexual. A ausência de um personagem gay talvez seja justamente a expressão da hegemonia GGG no ativismo – uma hegemonia já bastante questionada. Expressa também o que era, em boa parte, a proposta desse ativismo para a educação, algo que eu discutia na minha dissertação de mestrado exatamente nessa época: uma certa didatização dos sujeitos, um abecedário LGBT explicando para cisheteros como são e vivem lésbicas e bissexuais. A ênfase na visibilidade como estratégia política e o enfoque identitário-descritivo de identidades estáveis e bem delimitadas, o suficiente para serem explicadas em uma aula. Uma agenda exclusivamente LGBT – que mesmo subsumida no discurso da diversidade segue falando de sujeitos e grupos específicos mais do que discutindo gênero, sexualidade e diferença em um sentido amplo. É bom que se diga, o veto do kit é o ápice do processo extremamente lento, tenso e contraditório que foi sua produção (CARREIRA, 2015). Seu conteúdo foi exaustivamente negociado. O kit é significativo também porque ele expõe concretamente o receio do governo do PT sobre até que limites a agenda LGBT poderia ser assumida. E não é estranho que esse limite seja mais tensamente testado na Educação. Em 25 de maio de 2011, em meio a uma crise política, a presidente Dilma veta a distribuição do kit. Eu me lembro bem da data, porque foi nessa mesma noite a última vez em que falei com minha mãe. Ela me ligou, perguntou por que eu estava com aquela voz, e eu expliquei o que tinha acontecido: o veto, a declaração presidencial e tudo o que aquilo significava e como afetava o meu trabalho. Ela me mandou um beijo, um eu te amo e morreu um pouco depois de desligar o telefone.

O veto ao kit anti-homofobia não é um acidente nem um episódio isolado. Se o que lhe dispara é uma contingência política de momento – salvar o Palocci agradando políticos que ganham votos com uma agenda antiLGBT – ele marca de fato uma inflexão na política educacional LGBT, quiçá em toda a agenda LGBT no Governo Federal. Ao veto, se sucedeu a queda do Secretário e uma série de mudanças na área do MEC responsável pela sua produção. Colegas do Ministério contavam sobre o momento pós-veto, de uma equipe surgindo de repente para buscar os kits (sim, porque já tinha material impresso), e voltando quando deram falta de um que, sem querer, tinha sido esquecido em alguma

gaveta – documentos retornando da nova Diretoria com expressões como orientação sexual e homofobia riscadas.

A partir de 2011 foi estabelecida uma nova configuração da Rede Nacional de Formação Continuada, e não mais foram publicados editais específicos para cursos de formação de profissionais de educação nas temáticas ligadas à agenda LGBT. Os cursos remanescentes foram renomeados como GDE-extensão: uma política de formação em gênero que vinha do movimento de mulheres e que já interseccionava com discussões sobre orientação sexual e identidade de gênero. Sucedeu-se também uma série de cortes e contingenciamentos. Lembro da crise que vivemos na equipe do projeto na UFRJ em 2012, com pagamentos de bolsa atrasados e recursos presos.

Em 2013, eu deixaria a UFRJ para trabalhar no Ministério da Educação, justamente na equipe da Coordenação-Geral de Direitos Humanos, área da Secadi responsável pela agenda LGBT. O clima político definitivamente não era promissor. O conservadorismo avançava cada vez mais, alimentado pela crise econômica e política. E o governo ia ficando pouco a pouco mais frágil. Em junho de 2013, meu primeiro mês em Brasília, eu vi de perto o teto do Congresso Nacional sendo tomado por manifestantes, enquanto acompanhava desesperadamente pelo telefone amigos e amigas sendo encurralados e perseguidos pela PM no Rio de Janeiro. Eu mesmo respirei um bocado de gás lacrimogêneo e assisti ao show de técnica e violência da Força Nacional de Segurança. No trabalho no Ministério, a agenda estava visivelmente fragilizada. Conseguíamos avançar muito pouco. Para se ter uma ideia, conseguir o reconhecimento do nome social no ENEM, em 2014, foi uma “grande conquista”.

Nesse mesmo ano, a política educacional LGBT seria diretamente atacada na votação do Plano Nacional de Educação. A retirada da menção explícita à orientação sexual e identidade de gênero do documento final do PNE, apesar de não isentar muito menos proibir os sistemas de ensino de trabalharem esses temas, sem dúvida produziu efeitos nas microdisputas cotidianas na escola. Se o veto ao kit marca o início do declínio, a votação do PNE talvez marque o derradeiro fim do ciclo desta política. No debate subsequente dos planos estaduais e municipais, ganhou força um movimento articulado de enfrentamento ao que ele mesmo denomina como “ideologia de gênero”. Algumas cidades não só retiraram referência explícita, como chegaram a aprovar leis proibicionistas, que vetavam a discussão ou a distribuição de material sobre esses temas nas suas redes, indicando, inclusive, retaliações a profissionais de educação que insistam em abordá-los. O Projeto de Emenda que modificou a Lei Orgânica do município de Campinas e o Plano Estadual de Educação aprovado no estado de Alagoas, ambos de 2015, são exemplos. Falar desses temas na escola podia agora colocar o professor ou a diretora diante de uma notificação extrajudicial, um documento forjado pelo movimento Escola Sem Partido, sem validade legal, mas com uma força considerável na disputa micropolítica.

Depois do PNE, a política educacional LGBT agonizava. O contingenciamento que se sucedeu ao início do segundo mandato cortou os recursos para cursos de formação continuada ou qualquer outra ação relacionada à política. Sobrava como espaço de ação o campo normativo, mas, mesmo aí, ou talvez especialmente aí, já não existia fôlego político para produzir algo significativo. A exceção talvez seja a Resolução nº 12, de 2015, que recomenda o reconhecimento da identidade de gênero nas escolas – e cujo parecer eu tive a felicidade de escrever –, que será construída e publicada pelo Conselho Nacional LGBT, fora do MEC, ainda que com a colaboração dos representantes do Ministério. O Conselho Nacional de Educação foi provocado sobre o assunto, chegou a iniciar uma conversa com organizações LGBT e a Secadi, mas fora uma carta de intenções, nada caminhou efetivamente no sentido de normatizar esse reconhecimento no âmbito próprio da Educação.

A dupla mensagem, as idas e vindas, o tomar e (des)tomar decisões continuava marcando a agenda LGBT no Governo Federal. Em fins de 2015, numa das últimas tentativas de produzir algum avanço nesse campo, a Coordenação-Geral de Direitos Humanos conseguiu cavar (com esforço e constrangimento) a assinatura do Secretário da já agora Secadi para a criação de um Comitê de Gênero no MEC. Em poucos dias, esse comitê, usando-se do mesmo recurso discursivo do PNE, seria transformado em um comitê contra “todas as formas de discriminação”. Não há notícias de que tenha se reunido uma única vez.

Esses acontecimentos se relacionam ao processo de aprofundamento da crise política e econômica que atravessaria os dois mandatos da presidenta Dilma e a levaria ao impeachment em 2016. O ano de 2016 acabaria já sem o PT no governo. Se a inflexão realizada no governo Dilma iniciou o declínio dessa política, a saída definitiva do PT do governo parece desmontar toda a articulação construída durante os anos anteriores entre governo, organizações e universidades.

Lembro de 1996, quando comecei essa história, minha história, nossa história, e vejo quanta coisa mudou, inclusive nós. As mudanças no movimento social são visíveis. A crise de representatividade deflagrada em 2013 não atingiu apenas a classe política profissional, mas também o ativismo institucionalizado. Organizações que antes direcionavam o ativismo e toda sua relação com o Estado parecem hoje esvaziadas, de gente e de sentido. Parece emergir uma nova onda comunitarista, formada por coletivos fundados em variados pertencimentos, difusos por vários grupos e territórios, que trazem outras formas de enfrentamento, de empoderamento e de comunicação. A televisão foi dando espaço às redes sociais e através delas vão surgindo outros atores, youtubers trans com meio milhão de seguidores (que figura pública do ativismo pré-2013 consegue mobilizar tamanho número de gente?), canais de produção de conteúdo que alcançam meninos, meninas e meninos em todas as partes do país levando a palavra do orgulho, da autoaceitação e do enfrentamento. O ativismo não se resume mais a umas poucas centenas de pessoas relativamente conhecidas, mas

explode em milhares de sujeitos que se articulam na micropolítica cotidiana. Marchas, beijaços, ocupações, casas coletivas, *croudfunding* e mais outras novas formas de fazer política vão emergindo.

Há toda uma nova geração no mundo. Outras gentes, outras formas de sociabilidade, de identificação – e o modelo LGBT já não parece dar conta dessas experiências. Com a aprovação do casamento, pautas como o enfrentamento à violência e o reconhecimento da identidade de gênero ganham espaço. As atenções se voltam para o movimento trans – em todas as suas novas possibilidades de ser e viver. Ser gay, como se era no início dos anos 2000, já soa antiquado. Bixas pretas, homens trans, lésbicas negras, meninos não binários, transvestigêneres são grupos e formas de identificação emergentes. O *Brokeback Mountain* de 2005 dá lugar à *Garota Dinamarquesa* de 2015 e ao *Moonlight* de 2016.

Na educação, o contexto também mudou. E não estou falando da onda conservadora. Estou falando de bixas assumidas na escola, de lésbicas discutindo com a coordenadora, professoras e professores gays, lésbicas, trans se assumindo diante das suas turmas, crianças trans demandando o reconhecimento do seu nome e da sua identidade, meninos de saia e batom enfrentando direções conservadoras. E toda essa gente ocupando escolas, junto com outros jovens. Estamos em outro momento. Estamos em outro patamar. Ninguém vai voltar para o armário ou para o quartinho de empregada. O empoderamento chegou à adolescência. O debate sobre essas questões na escola não depende mais de uma lei ou de uma diretriz. Ele se impõe porque as pessoas se impõem. E vão continuar se impondo.

Eu queria contar essa história exatamente para isso: para nós percebermos o quanto mudou. Quanta transformação nós já produzimos. E na minha fala, aqui, queria reforçar uma mensagem positiva. Eu sei que é difícil, nesse momento de tantos golpes, em que o sistema de dominação se escancara, em que muitos de nós estamos perdidos, sem conseguir entender ou agir. O doutorado é também um certo exílio, uma retirada estratégica para reabastecer a mente e visitar o corpo, e aprender e ter tempo para se reposicionar nesse novo mundo, nesse novo contexto. Não é mais possível voltar atrás. 1996, onde eu comecei essa história, foi há mais de vinte anos. 2002, quando o Lula ganhou sua primeira eleição, foi a 15 anos atrás. O veto do kit foi há mais de seis anos. É lindo o que a gente fez. Mas não é fazendo a mesma coisa – nem cometendo os mesmos erros – que nós vamos avançar daqui para frente. E eu não digo isso para essa nova geração. Ela já sabe disso. Eu digo isso para nós, as mais antigas, as quase históricas. O nosso tempo não passou pelo simples fato de que o nosso tempo é hoje, e será sempre hoje enquanto nós continuarmos vivos. Mas nós precisamos urgentemente chegar em 2017, viver em 2017, entender 2017, para poder agir e transformar esse novo mundo que nós mesmas ajudamos a construir.

---

## REFERÊNCIAS

BRASIL. *Brasil Sem Homofobia*: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual. Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República/Ministério da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

\_\_\_\_\_. *Decreto n.º 1.904*, de 13 de maio de 1996. Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH. Brasília: Câmara dos Deputados, 1996a.

\_\_\_\_\_. *Decreto n.º 4.229*, de 13 de maio de 2002. Dispõe sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH, instituído pelo Decreto no 1.904, de 13 de maio de 1996, e dá outras providências. Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. *Instruções para apresentação e seleção de Projetos de Capacitação/Formação de Profissionais da Educação para a Cidadania e a Diversidade Sexual*. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. *Lei n.º 9.313*, de 13 de novembro de 1996. Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS. Brasília: Presidência da República, 1996b.

\_\_\_\_\_. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação. Brasília: MEC/SEF, 1997a.

\_\_\_\_\_. *Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio*. Ministério da Educação. Brasília: MEC/SEF, 1997b.

\_\_\_\_\_. *Projeto de Lei n.º 1151/1995*. Apresentado pela deputada federal Marta Suplicy, que propunha um reconhecimento diferenciado para uniões homossexuais. Brasília: Câmara dos Deputados, 1995.

\_\_\_\_\_. *Resolução n.º 12*, de 16 de janeiro de 2015. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília, 2015.

CARREIRA, Denise. *Igualdade e diferenças nas políticas educacionais: a agenda das diversidades nos governos Lula e Dilma*. 2015. 508p. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

VIANNA, Cláudia. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. *Pro-Posições*, Campinas, v. 23, n. 2, p. 68, 2012.

## CAPÍTULO 24

# GÊNERO E EDUCAÇÃO – A EXPERIÊNCIA DO GDE

*Olga Regina Zigelli Garcia*<sup>1</sup>

---

Falar sobre gênero e educação, principalmente em um evento de grande porte como este, é uma tarefa desafiadora.

As desigualdades de gênero permeiam toda a trajetória da história da educação, em nível mundial, ainda que as normas socialmente construídas sejam variadas.

Quando se fala em gênero e educação, numerosas questões podem ser debatidas e, confesso, fiquei pensando o que eu poderia trazer de novo para o debate, na busca de fugir um pouco do binarismo e da polarização tão recorrentes nos escritos sobre o tema, entre o masculino/feminino; homem/mulher; hetero/homossexual, como se a educação não fosse viável sem uma política identitária.

Guacira Lopes Louro nos esclarece muito bem sobre este tema em seu artigo denominado “Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação”. Nesta obra, já em 2001, portanto há 16 anos, a autora alertava que:

O grande desafio não é apenas assumir que as posições de gênero e sexuais se multiplicaram e, então, que é impossível lidar com elas apoiadas em esquemas binários; mas também admitir que as fronteiras vêm sendo constantemente atravessadas e – o que é ainda mais complicado – que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira. (LOURO, 2001, p. 542).

Do que falar então? Poderia falar sobre o quanto as desigualdades de gênero pesaram historicamente sobre as mulheres na educação, do fato da inclusão de mulheres no processo de escolarização vir acompanhado de discriminação sexista; da exclusão das pessoas que não se percebem heterossexuais do ensino; da avaliação e espaços diferenciados na escola para meninas e meninos; sobre gênero na educação infantil; da falta de preparo de professoras e professores para o manejo das questões relativas a gênero, sexualidades e diversidade etc., entre tantas outras possibilidades que a temática de gênero e educação suscita. Penso, porém e salvo melhor juízo, que a melhor escolha para este momento é falar de minha experiência na coordenação do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na escola – GDE em Santa Catarina.

---

<sup>1</sup> Enfermeira, Professora Dra. da Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenadora do Curso de Especialização EaD Gênero e Diversidade na Escola. E-mail: zigarcia@gmail.com.



O GDE é um curso financiado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI/MEC), em convênio com Universidade Aberta do Brasil – UAB-CAPES, e foi desenvolvido em Santa Catarina pelo Instituto de Estudos de Gênero – IEG da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC em 2009 e 2012 como curso de aperfeiçoamento, com duração de três meses.

Em 2013, a professora doutora Miriam Pillar Grossi, que havia participado, junto com as professoras doutoras Mara Lago e Luzinete Minella da coordenação dos GDEs de 2009 e 2013, iniciou as tratativas para que o IEG (que recebia inúmeras demandas por essa formação) conseguisse oferecer novamente o curso, agora como especialização, o que se concretizou no início de 2015, sob sua coordenação, sendo eu a sub-coordenadora.

Por se tratar de um curso de especialização, as tratativas que culminaram no projeto de implantação do curso envolveram inúmeras parcerias. Com o compromisso inicial do MEC/SECADI, buscamos o apoio da Pró-reitoria de Pós-Graduação da UFSC e assim se iniciou uma longa tramitação nas instâncias superiores da UFSC (em particular junto à Pró-reitoria de Pós-Graduação e no contato com os municípios onde os polos foram implantados, seguindo a legislação de pós-graduação [que exige um mínimo de 70% do corpo docente da instituição]). Buscamos no projeto Interdisciplinar do Instituto de Estudos de Gênero da UFSC o apoio de nossos pares, de professoras/es doutoras/es vinculadas/os aos diferentes projetos desenvolvidos no Instituto, à Pró-reitoria de Pós-Graduação da UFSC e a outras Instituições de Ensino Superior de Santa Catarina. Foi composta, assim, a equipe do Curso de Especialização GDE/UFSC com 23 professoras/es (17 mulheres e 6 homens) e um total de 25 tutoras/es, sendo 3 (três) homens.

O curso visou à formação de professoras/es da rede pública municipal e estadual de ensino em gênero, sexualidade, orientação sexual, relações étnico-raciais e deficiências, a fim de capacitá-las/os para atuarem na educação formal, promovendo a igualdade e equidade através da articulação e implantação destas temáticas no contexto escolar. Saliento ainda que este foi o único GDE no Brasil a incluir uma disciplina obrigatória sobre deficiências.

Foi um curso de 420 horas, das quais 356 realizadas a distância (EaD) e 64 horas em atividades presenciais. Por demanda da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) da Presidência da República no governo Dilma Rousseff, o projeto do primeiro curso de especialização desta natureza foi elaborado, em 2010, pelo Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), sediado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Como já dito, esta primeira edição do GDE, em nível de especialização, veio dar continuidade a duas edições do curso, oferecidas em nível de aperfeiçoamento pelo IEG/UFSC em 2009 e 2012/2013, nas quais foram capacitadas 500 cursistas nos polos localizados nas cidades de Braço do Norte, Canoinhas, Chapecó, Concórdia, Florianópolis, Itajaí, Itapema, Palmitos e Praia Grande.



Como especialização, ela foi oferecida para oito turmas em cinco polos de ensino a distância da UFSC em Santa Catarina, nas cidades de Concórdia, Laguna, Itapema, Praia Grande e Florianópolis (com quatro turmas), tendo iniciado suas atividades em fevereiro de 2015.

O curso teve dois anos de duração e durante sua execução foram elaborados cinco livros relativos aos módulos do curso, reproduzindo alguns textos escritos pela equipe do curso de especialização a distância em Gênero e Diversidade na Escola do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos humanos (CLAM) publicados em seu material didático e artigos da Revista de Estudos Feministas (REF), junto com vários capítulos inéditos escritos pela equipe de professoras/es e colaboradoras/es do GDE/UFSC.

Iniciamos o curso com 255 alunas/os, sendo 225 mulheres, a grande maioria de professoras/es de escolas públicas. Partindo do pressuposto de que a educação é realizada em várias frentes de luta, estendemos também a oportunidade de participação no curso para gestoras, gestores e militantes de movimentos sociais, ONGs, Conselhos e Associações Profissionais. Deste total, 65 desistiram ao longo do curso e 50 foram reprovadas/os, ficando um total de 140 alunas/os, conforme tabelas abaixo:

**Tabela 1 – Total de concluintes por vínculo**

Vínculo	N
Prof. Escola Estadual	49
Prof. Escola Municipal	59
Prof. Escola Federal	10
Prof. Escola Particular	06
ONGs	16
<b>TOTAL</b>	<b>140</b>

Fonte: Banco de dados do GDE.

**Tabela 2 – Desistentes por módulo**

Cursistas efetivas	P. Gde	Itap	Lag	Con	A	B	C	D	T	%
	27	38	27	31	33	31	25	33	255	100
Módulo I (G. e Diversidade)	8	4	4	4	3	2	9	5	39	15
Módulo II (G. e Religião)	1	-	1	5	2	1	1	-	11	4,3
Módulo III (G. e Mov. Sociais)	1	-	1	-	2	-	-	-	4	1,5
Módulo IV (G., raça e etnia)	-	1	-	-	-	-	-	-	1	0,4
Módulo V (G. e Sexualidade)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Módulo VI (G. e Defici., Met)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Projeto de Pesquisa	1	1	2	-	1	4	1	-	10	4,0
<b>TOTAL</b>	<b>11</b>	<b>06</b>	<b>08</b>	<b>9</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>11</b>	<b>5</b>	<b>65</b>	<b>25</b>

Fonte: Banco de dados do GDE.

Das/os alunas/os desistentes, 15, apesar de selecionadas, sequer iniciaram o curso. Segundo Censo EAD 2015/6 da Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED, são considerados alunos evadidos os que não iniciaram os cursos na modalidade a distância ou os que abandonaram de uma forma ou outra. Esta visão também é compartilhada por Rute Vera Maria Favero (2006) ao definir evasão como a desistência do curso, incluindo os que, após terem se matriculado, nunca se apresentaram ou se manifestaram de alguma

forma para os colegas e mediadores do curso, em qualquer momento. Saliento, porém, que, para efeitos desta análise, os que não iniciaram o curso não estão computados nas evasões. Tal fato se deve ao entendimento de que a possibilidade de fazer um curso de pós-graduação a distância em uma universidade pública federal de forma gratuita desperta o interesse, fazendo com que muitas pessoas se inscrevam por impulso, na tentativa de “garantir a vaga” sem uma reflexão aprofundada de seu real interesse e possibilidade de fazer o curso, o que acaba gerando abandono na hora de efetivar a matrícula.

O Censo EAD 2015/6 registrou uma evasão de 26%-50%, com 40% das ocorrências nas instituições que oferecem cursos regulamentados totalmente a distância (SANTOS et al., 2017).

Nesta edição do GDE constata-se, considerando-se as/os 190 alunas/os que frequentaram o curso sem desistir (e incluindo, portanto, as/os reprovada/os), uma taxa de evasão de 25,49%, um pouco abaixo do limite inferior da média de evasão nos cursos EaD apontada pela ABED. A grande maioria ocorreu no primeiro módulo do curso, o que vai ao encontro da afirmação de Santos (2008) de que, nos cursos modulares, é no primeiro eixo que ocorrem quase 70% do total de evasão dos cursos, indicando que é nesse período que ocorre o maior número de desistências.

Entre os motivos alegados para desistência no GDE 2015 destacam-se: considerar que o curso, por ser na modalidade a distância, tinha um alto nível de exigência e deveria ser mais “fácil”; sobrecarga da jornada de trabalho como docente (em muitas situações de 60 horas semanais) incompatível com as exigências do curso; falta de disponibilidade para participar de chats, fóruns, fazer leituras e trabalhos; problemas pessoais e familiares e também resistência e incompatibilidade com as temáticas abordadas no curso, entre outras.

Sobre o nível de exigência do curso ser um dos motivos de evasão, destaco a fala de João Vianney, consultor em ensino a distância, em entrevista concedida à jornalista Camila Rodrigues:

Uma parte não se adapta à rotina de estudos individuais que a modalidade exige e acaba desistindo. Isso acontece porque ainda há o imaginário de que é possível aprender sem esforço no EAD, o que não é verdade. Os alunos têm de dedicar entre 12 a 15 horas estudos semanais para aprender, pois o conteúdo é equivalente ao que se ensina em uma faculdade presencial (2012).

A falta de tempo para se dedicar aos estudos e a exigência do curso também foram constatadas por Lozano et al. (2014) ao analisarem as causas da evasão no aperfeiçoamento em Gênero e Diversidade ofertado em 2013 pelo IEG, tornando-se um obstáculo decisivo que gerou o abandono. Na análise deste obstáculo é preciso lembrar que a grande maioria das/os alunas/os foi composta por professoras/es do ensino fundamental e médio da rede pública de ensino do Estado de Santa

Catarina. É inegável que fazer a formação em um curso como a especialização em GDE exige um sobre-esforço de quem o cursa. Para professoras e professores com obrigações familiares, excesso de carga didática com jornadas muitas vezes de 60 horas semanais de trabalho ou, ainda, cursando universidade, não é fácil o deslocamento para o polo durante um dia inteiro de aulas aos sábados, na busca de uma formação que em termos financeiros quase nada acrescenta ao pequeno salário que infelizmente ainda se ganha para ensinar crianças e jovens no Brasil.

Há de se considerar também que um curso a distância é, em relação aos horários de estudos, diferente de um curso presencial. No Ead a metodologia permite uma flexibilidade nos horários de estudos, o que implica planejamento para cumprir as demandas do curso. Esta flexibilidade de horários de estudo é um dos motivos da procura por cursos EaD mas, em contrapartida, exige da/o aluna/o organização e disciplina, com um novo olhar para o processo de aprendizagem.

Importante registrar que, diferentemente do curso anterior, nesta edição, em nível de especialização, a falta de habilidade em frequentar o ambiente virtual de ensino aprendizagem e trabalhar com as novas tecnologias da informação não foi apontada como motivo de evasão. Considero que a oferta de uma disciplina de 30h, de introdução à Tecnologia de Ensino a Distância e treinamento presencial de entrada no moodle tenha sido o grande diferencial para instrumentalizar as/os cursistas para trabalharem com o ambiente virtual de ensino aprendizagem – evitando evasões por este motivo.

Na análise das causas da evasão há de se considerar também que “os números de inscrições e desistências do curso em GDE são indícios das resistências ainda presentes nesses profissionais”, o que aponta para a importância de “reforçar constantemente a ausência das diversidades na educação e a resistência que os educadores têm com essas temáticas” (SCHWERZ, 2016, p. 57).

Como dito, a maioria absoluta de cursistas foi formada por mulheres (88%). Tal dado vai ao encontro dos dados do Censo ABED 2015/6 que revela a forte participação (67%) das mulheres no ensino a distância no Brasil. Destaque-se que dos 30 homens inicialmente matriculados no GDE, apenas 17 concluíram o curso, o que dá uma taxa de evasão de alunos homens bem superior à taxa de evasão das mulheres.

Houve um total de 50 reprovações ao longo do curso, o que, salvo melhor juízo, aponta para o compromisso do corpo docente do mesmo com a qualidade de ensino, na contramão do imaginário coletivo tem a ideia de que um curso EaD é fácil e não tem compromisso com a qualidade.

Importante registrar que, apesar de todos os esforços da coordenação para que todas/os concluíssem com êxito o curso, dez cursistas desistiram do curso na fase de elaboração da monografia.

Um grande desafio da coordenação do curso foi articular os convites e contatos para 85 orientadoras/es de Trabalho de Conclusão de Curso, de acordo com suas áreas de estudo, de várias instituições e estados do Brasil, bem como organizar as

bancas examinadoras com três membros para cada cursista que defendeu o seu TCC, envolvendo 60 professoras/es e pesquisadoras/es para integrarem as bancas de defesa, mostrando o compromisso coletivo com a formação desta turma de especialistas em gênero e diversidade na escola.

Vencido este desafio, cento e vinte e oito cursistas defenderam seu TCC em dezembro de 2016 e 12 em fevereiro de 2017, totalizando 140 concluintes, com os seguintes eixos temáticos:

**Tabela 3 – TCCS por eixos temáticos**

EIXO TEMÁTICO	N	%
Gênero e Diversidade	39	27,85
Gênero e Educação	28	20
Gênero, Raça e Etnia	18	12,85
Gênero e Educação Infantil	13	9,28
Gênero e Deficiência	14	10
Gênero e Violência	13	9,28
Gênero e Sexualidade	10	7,14
Gênero e Movimentos Sociais	03	2,14
Gênero e Religião	02	1,42
<b>TOTAL</b>	<b>140</b>	<b>100</b>

Inicialmente foram oferecidos para os TCCs cinco grandes eixos temáticos: Gênero; Diversidades e Sexualidades; Questões Étnico-raciais; Religião e Deficiências. Porém, de acordo com os interesses dos cursistas, os mesmos foram subdivididos em nove eixos: Gênero e Diversidade; Gênero e Educação; Gênero, Raça e Etnia; Gênero e Educação Infantil; Gênero e Deficiência; Gênero e Violência; Gênero e Sexualidade; Gênero e Movimentos Sociais; Gênero e Religião. Como se pode perceber na tabela 3, as temáticas relacionadas a gênero e diversidade, seguidas de raça e etnia, gênero e violência; e gênero e educação infantil foram as que mais despertaram interesse para o desenvolvimento dos TCCs, temáticas estas a cada dia mais emergentes no cenário mundial, onde se busca o respeito à diversidade, o combate à violência e o investimento na formação das futuras gerações.

Nos seis encontros presenciais ocorridos durante o curso foram inúmeros os depoimentos do seu grande impacto positivo no cotidiano das pessoas que o concluíram. O impacto do GDE na formação deste grupo de professoras e professores se refletiu na percepção e mudança de comportamentos preconceituosos, homofóbicos, lesbofóbicos, transfóbicos, sexistas, racistas, capacitistas, sendo inúmeros os relatos do quanto o curso transformou sua prática pedagógica, seu autoconhecimento e postura social.

Como cita Schwerz (2016), psicóloga concluinte do GDE, orientada por Mara Coelho de Souza Lago em seu TCC sobre formação e subjetividade no curso de especialização em Gênero e Diversidade na Escola,

os sujeitos que vivenciaram essa experiência apontaram-na como sendo um “divisor de águas” em suas vidas. O grande impacto se deu pela descoberta de limites e práticas que propagavam formas de violências, preconceitos, racismos e outros, permitindo-lhes afirmar que dentre todos os propósitos

do curso, o autoconhecimento foi um adicional, que escapou ao conteúdo programático [...] A descoberta de pensamentos estereotipados e crenças que julgavam inexistentes, o reconhecimento desses como fenômenos sociais camuflados, mas abundantes ainda na nossa sociedade, de acordo com os relatos promoveu transformações diretas na prática dos docentes [...] os educadores conseguem aplicar e gerar mudanças seja no campo profissional ou pessoal, plantando sementes, e potencializando alguns regadores, novos plantios são possíveis nos espaços educacionais e sociais no que diz respeito à diversidade, gênero, etc. (SCHWERZ, 2016, p. 55-56).

Na análise geral dos TCCs, que podem ser vistos por todas/os deste evento na seção pôster do GDE, fica evidente que os mesmos, entre outros, trouxeram propostas inovadoras que traduzem o respeito à diversidade humana e promoção da equidade e revelam o potencial criador e transformador das/os cursistas.

Como forma de reconhecimento, a coordenação do GDE trabalhou incansavelmente na publicação e entrega – no dia da formatura – do último livro do GDE 2015, contendo os banners dos TCCs apresentados por alunas/os, intitulado: *Transformando a Educação em Santa Catarina: Trabalhos de Conclusão do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola*.

A solenidade de formatura, ocorrida em 03 de março de 2017, seguiu o cerimonial universitário e foi conduzida pelo reitor da Universidade Federal de Santa Catarina com a presença de outras autoridades universitárias.

Foi um momento marcante e politicamente importante, com grande repercussão nas redes sociais com mais de 120 postagens e compartilhamentos, um reconhecimento público a todo investimento pessoal e profissional de cursistas e equipe docente e administrativa na formação em Gênero e Diversidade.

**Foto 1 – Juramento Formatura**



**Foto 2 – Entrega de diploma pelo reitor**

Destaco que a oferta do GDE em municípios do interior do estado de Santa Catarina expressa, de forma mais ampla, o compromisso da Universidade Federal de Santa Catarina e também do Instituto de Estudos de Gênero da UFSC com a interiorização do conhecimento e com a promoção da equidade de gênero, o reconhecimento da diversidade e o enfrentamento do preconceito, da discriminação e das violências racistas, sexistas, lesbo-trans-homofóbicas e capacitistas no campo educacional.

A escola é um dos espaços de socialização mais marcantes do viver humano e não pode continuar alicerçada em uma visão binária entre o masculino/feminino; homem/mulher; hetero/homossexual perpetuando o não respeito à diversidade e o não reconhecimento de outras formas de ser/estar no mundo. É preciso transformar as práticas de ensino, desconstruir preconceitos e romper o ciclo de sua reprodução pela e na escola.

Iniciativas como o GDE são, sem dúvida, um espaço de resistência e de luta por uma sociedade mais justa e igualitária e demonstraram que fazer diferente é possível. Para tanto, é preciso acolher a diferença, dispondo-se a novos aprendizados, despindo-se de preconceitos, colocando-se de forma aberta para o mundo com o compromisso de transformação social.

Ao finalizar minha fala, julgo importante destacar que a oferta de cursos sobre Gênero e Diversidade na Escola financiados pelo governo federal em vários estados e municípios do Brasil e, em especial, em Santa

Catarina, foi uma política de governo exitosa, que infelizmente não se concretizou em uma política de Estado, ao contrário, vem sendo extinta e criminalizada por diversos setores conservadores na sociedade brasileira.

Enquanto formadoras, continuamos nosso trabalho, na convicção de que plantamos uma semente no coração de todas/os as/os formadoras/res das futuras gerações, para a composição de um novo olhar que estimule novos projetos e novas realizações na temática de gênero e educação. Que os bons frutos colhidos na especialização em Gênero e Diversidade em Santa Catarina sejam um divisor de águas e que a especialização seja lembrada como um espaço de resistência e de luta e por uma sociedade mais justa e igualitária.

---

## REFERÊNCIAS

CENSO EAD Brasil 2015. Relatório Analítico de Aprendizagem a Distância no Brasil 2015. ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância (Org.). Curitiba: InterSaberes, 2016. Disponível em: <[http://abed.org.br/arquivos/Censo\\_EAD\\_2015\\_POR.pdf](http://abed.org.br/arquivos/Censo_EAD_2015_POR.pdf)>. Acesso em: 05 mar. 2017.

FAVERO, Rute Vera Maria. *Dialogar ou evadir: Eis a questão!:* um estudo sobre a permanência e a evasão na Educação a Distância. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, UFRGS, Porto Alegre, 2006.

GROSSI, Miriam P.; GARCIA, Olga Regina Z.; LOZANO, Marie-Anne. Apresentação. In: GROSSI, Miriam Pilla; GARCIA, Olga Regina Z.; LOZANO, Marie-Anne; MAGRINI, Pedro Rosas (Orgs.). *Livro 1 – Módulo 1*. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero/Departamento de Antropologia/Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFSC, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer – uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, jan. 2001.

LOZANO, Marie Leal; SILVA, Izabele; CARVALHO, Suzy. Evasões e permanências: o desafio de estudar em um curso a distância com os temas do GDE. In: GARCIA, Olga Regina Z.; GROSSI, Miriam Pillar; GRAUPE, Mareli Eliane. *Desafios da formação em gênero, sexualidade e diversidades étnico-raciais em Santa Catarina*. Tubarão: Copiart, 2014.

RODRIGUES, Camila. Evasão é o maior problema do Ensino a Distância, aponta estudo. *UOL Educação*, 02/08/2012. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2012/08/02/evasao-e-o-maior-obstaculo-ao-ensino-a-distancia-para-instituicoes-diz-estudo.htm>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

SANTOS, Elaine Maria et al. *Evasão na Educação a Distância: Identificando causas e propondo estratégias de prevenção*. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/511200845607PM.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

SCHWERZ, Rosana Maria. *Onde Vivem os monstros? Formação e Subjetividade no Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola*. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Centro de Filosofia de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/173756>>. Acesso em: 25 mar. 2017.



VII. O CUIDADO COMO UM DIREITO:  
produção e reprodução da vida humana



# CAPÍTULO 25

## INTERFACES ENTRE VIOLÊNCIAS DE GÊNERO E AÇÕES DE CUIDADOS

Lourdes Maria Bandeira<sup>1</sup>

---

### Introdução

Ao tratar das interfaces entre as situações de violência contra a mulher e de gênero<sup>2</sup> e as demandas de ações de cuidado, a partir de uma perspectiva feminista, nos apoiamos no artigo de Donna Haraway intitulado “Saberes Localizados” (1995). Discute a autora a noção de ‘objetividade corporificada’, isto é, de se estar implicada e interpelada pelos fatos analisados e de se poder pensar criticamente sobre as posições de poder presentes na elaboração e divulgação relativas ao campo científico e jurídico – sem desconsiderar a racionalidade científica, mas nos posicionando frente às situações das mulheres agredidas e vitimadas.<sup>3</sup>

As mulheres têm sido pouco implicadas para além dos atos visíveis de violência física e sexual infringidos aos seus corpos, seja por parte do Estado, seja, simbolicamente, pelo ‘*corpus* jurídico’<sup>4</sup>, uma vez que os fatos de violências de gênero são bem mais complexos e têm consequências também sobre a integridade psicológica e moral das mulheres.

Dito de outra forma, as estratégias discursivas do olhar feminista permitem refletir criticamente sobre a própria posição e entendimento da categoria da violência de gênero, sem correr o risco de serem ‘afetadas’ por concepções desviadas, mascaradas ou até mesmo preconceituosas (ENGEL, 2013). Com certeza, a postura feminista nos convoca a dialogar com as narrativas discursivas do ‘*corpus* jurídico’, assim como com os/as gestores/as do Estado que atuam no campo das políticas públicas de prevenção e de enfrentamento à violência contra as mulheres agredidas e vitimadas. Haraway enfatiza: “Gostaria de

- 1 Professora Titular do Departamento de Sociologia/UnB e membro do Núcleo de Estudos e de Pesquisa sobre a Mulher – NEPEM/UnB. Universidade de Brasília – UnB. E-mail: lourdesmbandeira@yahoo.com.br
- 2 Caracteriza-se a expressão aqui usada da ‘violência contra a mulher e de gênero’ como um fenômeno social complexo, composto por dois elementos: i) “o pressuposto comum a todas as mulheres é de que a violência ocorre em relações assimétricas e hierarquizadas, denotando uma relação desigual de poder e/ou de subordinação que interfere de forma negativa no desenvolvimento pleno do sujeito agredido” (CASAB, 2015, p. 377); ii) a Lei n.º 12.340, aprovada em 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha e à Lei do Femicídio n.º 13.104, aprovada em 09 de março de 2015.
- 3 Nessa apresentação é usada a expressão ‘mulher(es) agredida(s) e vitimada(s), uma vez a violência é sempre uma forma de opressão sobre os corpos, e qualquer agressão (física, sexual ou moral etc.), além de ocasionar sofrimento, as colocam em plena condição de maior vulnerabilidade.
- 4 Uso a nomenclatura de ‘*corpus* jurídico’ referente a um construto conceitual para designar o conjunto de membros que atuam no mundo real do Sistema de Justiça, cuja especificidade está no seu caráter de representantes de universo jurídico ‘masculino’. Ao mesmo tempo em que imprimem na linguagem jurídica características próprias.

poder [propor] uma doutrina de ‘objetividade corporificada’ que acomodasse os projetos feministas críticos e paradoxais: objetividade feminista significa – simplesmente saberes localizados” (1995, p. 18).

Em síntese, Haraway desenvolveu sua reflexão contextualizada pela discussão cara às feministas e estudiosas do gênero destacando que sua abordagem do conhecimento é uma ‘prática situada’ e posicionada. Para a autora, “a ciência é um texto contestável e um campo de poder; o conteúdo é a forma. Ponto” (HARAWAY, 1995, p. 11). Em outras palavras, se interessa pelos ‘existentes’. Enfatiza que ainda persiste uma produção científica tida como válida e reconhecida, embora “... consideravelmente danosa para os estudos de gênero e para as análises sociais de maneira geral” (apud ENGEL, 2013, p. 13).

Na mesma direção caminha Tronto (1987; 2007), uma das autoras pioneiras no tema, ao ir além de uma análise abstrata sobre [as ações] de cuidado pensando-as nas práticas cotidianas de mulheres situadas, isto é, vai

... além de uma análise abstrata com pretensões axiológicas, a autora está preocupada, em grande parte, de como se dão essas práticas cotidianas – do cuidado e do agir democrático (ou de um agir “não democrático”, que seria comandado mais por uma lógica do mercado que por uma lógica democrática) –, de como elas são construídas, como se dão e como afetam não apenas o dia a dia das pessoas, mas sua posição social. (MOTA, 2015, p. 5).

Nessa reflexão, as ações de cuidados são pensadas para ‘as existentes’, humanamente concretas, isto é, as mulheres que sofrem agressões e que são vitimadas por múltiplas violências, nos espaços privados e públicos de maneira continuada. Estas têm sido ‘deixadas’ à margem em relação a qualquer ação de cuidado no âmbito das políticas públicas com perspectiva multidisciplinar e interseccional por parte do Estado, e também concernente ao desempenho do ‘*corpus* jurídico’. As implicações subjetivas de ordem psicológica, de saúde mental e assistencial, embora existam legislações que deveriam, a princípio, concretizá-las, são deixadas de serem implicadas – pelas políticas públicas e pelo judiciário.

Segmentos dos movimentos sociais têm se envolvido em ações solidárias, de apoio e de cuidado como fator ‘organizador das relações afetivas’ (BIROLI, 2015), embora de um lugar específico em função de suas restrições materiais – mesmo assim constituem-se em práticas sociais essenciais à própria condição de sustentabilidade da vida humana. Concorde-se com a Marcondes e Yannoulas (2012, p. 175), ao afirmarem que:

As necessidades humanas concretas podem ser [...] de bens e serviços, mas também de emoções, afetos e relações. O cuidado é dotado, portanto, de uma dimensão objetiva – que responde às necessidades naturais e sociais –, e outra dimensão subjetiva –, que inclui os afetos e as emoções.

Tronto (2007, p. 287), ao discutir a categoria de cuidado, apesar de sua complexidade, e mesmo sabendo que não há um consenso sobre o seu significado, adota a definição ampla<sup>5</sup>:

[...] cuidado é uma atividade da própria espécie que inclui tudo o que podemos fazer para manter, continuar e reparar nosso “mundo” para que possamos viver nele da melhor maneira possível. Esse mundo inclui nossos corpos, nós mesmos e nosso meio ambiente, e tudo em que procuramos intervir de forma complexa e auto-sustentável [grifos da autora].

Nessa direção deveriam caminhar as demandas de ações de cuidado especializadas que não têm repercutido no atendimento de mulheres agredidas e vitimadas e continuam sendo as ‘eternas’ esquecidas como parte das responsabilidades do Estado e do ‘*corpus* jurídico’, uma vez que estes, articulados às políticas públicas na dimensão de igualdade de gênero, romperiam com o costume de “ver a vida através dos olhos dos homens” (GILLIGAN, 1982). O olhar masculino androcêntrico continua, pois, presente e persistente na narrativa jurídica, cuja história nunca deixou de ser alheia à intervenção familiar. Nas palavras de Machado (2016, p. 1):

[...] é um mito ilusório afirmar que a interferência da justiça nas famílias tenha começado a partir das novas leis surgidas para combater a violência familiar e doméstica contra as mulheres [a Lei Maria da Penha]. As relações familiares foram sempre submetidas ao Direito e ao Sistema de Justiça, que outorgaram à chefia masculina o poder sobre suas mulheres, filhos e agregados. No Brasil, a “honra familiar” foi o “bem jurídico” que centralizou as argumentações sobre o poder patriarcal atribuídas ao masculino e a desigualdade de gênero a partir da diferença de sexo.

Se por um lado a ‘honra familiar’ foi o ‘bem jurídico’, no passado, isso não significa que no presente deixou de existir, na medida em que o poder patriarcal deslocou-se, simbolicamente, para o ‘*corpus* jurídico’ e para outras dimensões da vida humana. Por exemplo, durante a audiência realizada com a presença da mulher agredida e vitimada não tem sido evidenciado o empenho e reconhecimento em relação à sua desinformação, necessidade e precariedade. Deixa-se de se ocupar com ela, embora ela represente o ‘sujeito’ da ação do trabalho que necessita ser feito, cujo resultado moral óbvio seria o da competência e da responsabilidade (MOTA, 2015).

Oferecer o cuidado é o trabalho em si. A essa definição vinculo a qualidade moral da competência, a qual, frequentemente, supõe-se que seja uma questão técnica e também bem compreendida, acredito, como uma categoria moral. Receber o cuidado é a resposta ao seu oferecimento (TRONTO, 2007, p. 288).

5 A concepção foi formulada por Tronto em parceria com Berenice Fisher em 1990.

Nesse contexto se explicita a relevância do Estado no desenvolvimento de ações de cuidado em sua agenda de políticas públicas de prevenção e de combate à violência contra as mulheres e de gênero; ainda como ações de cuidado também podem – para os movimentos sociais de mulheres –, se constituírem em um “fator na organização das relações afetivas e de solidariedade” (BIROLI, 2015, p. 4).

Esta apresentação centra-se nos seguintes eixos: i) interfaces na aplicação da Lei Maria da Penha: institucionalização de políticas públicas e ações de cuidado; ii) atuação do ‘*corpus* jurídico’ nos ritos processuais e as ações de cuidado às mulheres agredidas e vitimadas e, por fim, iii) desafios que se colocam como possíveis para articular as interfaces da violência de gênero com ações de cuidado.

### **Interfaces na aplicação da Lei Maria da Penha: institucionalização de políticas públicas e ações de cuidado**

É inegável o avanço que representou a conquista da LMP – ocorrida há mais de uma década – pelas organizações feministas juntamente com atores públicos. A sua implementação desencadeia mudanças estruturais na maneira de como as políticas públicas lidam com a violência contra as mulheres, assim como nas estruturas jurídicas. É também instigadora de um processo de ‘conscientização’ das mulheres para a necessidade de realizarem a denúncia sobre a violência sofrida, sendo que o percentual de denúncias tem aumentado em todo o território nacional, indicando que as mulheres já não estão mais tão ‘passivas e significa que, estatisticamente, a curva da violência de gênero não tem diminuído<sup>6</sup>.

As configurações da violência de gênero são ainda reconhecidas com dificuldade pelos agentes públicos e até mesmo por autoridades do meio jurídico. Embora a letra da lei estabeleça que a violência baseada na condição de gênero que envolve “... qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (art. 5º da LMP, 2006), esta definição é ainda pouco incorporada para além de olhares estigmatizados e preconceituosos.

Assegurar a dignidade através do enfrentamento e da prevenção às mulheres agredidas e vitimadas fez parte da Política Nacional para as Mulheres detalhada no(s) Plano(s) Nacional(is) de Política para as Mulheres (PNPM), desde a criação da SPM, em 2003/4. Observa-se que no PNPM (2012-2015) é dedicado um capítulo (4) completo para tratar das mulheres agredidas e vitimadas nas relações de interdependência com raça/cor/etnia e sexualidades: “Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres”. O capítulo (9): “Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia” se articula e se complementa ao citado. Objetivos principais: i) ‘Garantir e proteger os direitos das mulheres em situação de violência considerando as questões étnicas, raciais, geracionais, de orientação sexual, de deficiência e de inserção social, econômica e regional

6 Consultar o Mapa da Violência, 2015: homicídio de mulheres.

e ii) Ampliar e fortalecer os serviços especializados, integrar e articular os serviços e instituições de atendimento as mulheres em situação de violência, especialmente as mulheres do campo e da floresta (In: PNPM, 2015, p. 43).

Embora estes sejam objetivos complexos, não mencionam – explicitamente – ações de cuidado como elemento importante e articulado às práticas de prevenção às mulheres agredidas e vitimadas. A LMP, que se ancora na definição da Convenção de Belém do Pará (1994), não foi explícita nessa questão, o que informa a pouca visibilidade do cuidado como uma ação também política e pública e não sendo restrita apenas à esfera pessoal e do privado (BIROLI, 2015; MOTA, 2015).

Assim, ao explicitar a implementação de diversos serviços públicos especializados<sup>7</sup> no atendimento a mulher agredida e vitimada pela violência de gênero, deveria “... requer[er] ações e adequada concentração federativa entre os poderes [e esferas] da República” (MARTINS et al., 2015, p. 7). Esta tarefa exige o cumprimento pleno da LMP que deve estabelecer proteção e garantias individuais, a preservação da integridade física, moral e patrimonial da mulher assim como de suas relações privadas e íntimas (MARTINS et al., 2015).

A atuação das políticas públicas via o trabalho da Rede de Atendimento as Mulheres em Situação de Violência tem buscado atuar no enfrentamento da violência de gênero e racial, com um conjunto de ações e de serviços na área psicossocial, de assistência social, da justiça, da segurança pública, além das instituições educativas, de saúde e hospitalares. Falta, além de infraestrutura, maior articulação, capacidade de diálogo entre seus agentes para atuarem de forma capilarizada, sensível e interseccionada considerando as particularidades de violências vividas por diferentes segmentos de mulheres. É fundamental, nesse sentido, promover a integralidade e a humanização no atendimento assegurando a eficácia destas, no âmbito dos dispositivos legais como também de suas necessidades pessoais e emocionais.

Biroli (2015, p. 6) afirma que “o déficit democrático está relacionado ao déficit do cuidado”, o que indica a necessidade de que a democracia seja repensada, uma vez que as ações de cuidado são constitutivas de práticas democráticas, essenciais à vida das pessoas, sobretudo, em mulheres localizadas – agredidas e vitimadas. Disponibilizar ações de cuidados a elas não é apenas respeitar os seus direitos à saúde, reconhecer suas perdas, mas libertá-las do sofrimento e da culpa permanente desejada ‘propositadamente’ pelos agressores. Ou seja, contribuir para torná-las dignas e plenas de liberdade de serem elas mesmas e de não pertencer aos seus agressores (BIROLI, 2015). Portanto, ações de cuidados devem ser disponibilizadas pelos diversos organismos do estado, que devem se dispor, devem estar presentes e devem oferecer-se para? [oferecer para quê? Parece-nos que falta complemento].

<sup>7</sup> Principais Serviços públicos especializados ao atendimento as mulheres agredidas e vitimadas criados pela SPM, a partir de 2003: Ligue 180; serviços de saúde especializados; centros especializados da mulher; Juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher; promotorias públicas especializadas e, por fim, a casa da mulher ou núcleos de gênero no Ministério Público.

## Atuação do ‘*corpus* jurídico’ nos ritos processuais e as ações de cuidado às mulheres agredidas e vitimadas

A atuação do ‘*corpus* jurídico’ como membro representante do Estado tem como parte de suas responsabilidades e obrigações possibilitar ações de cuidado [e ações de ‘reparação’] tanto prevenindo os futuros danos, como aos causados pela violência de gênero, seja a mulher, à comunidade ou, mesmo, à população, uma vez que esta tem características relacionais e sociopolíticas. Trata-se de um fenômeno social produzido como resultante de relações desiguais de poder, de classe e de raça/etnia, que explicita as matrizes patriarcais estruturantes e persistentes de nossa sociedade. Também se mobilizam e se deslocam atuando em esferas específicas do Estado, a exemplo do ‘*corpus* jurídico’.

Por tal razão, o ‘*corpus* jurídico’ deve(ria), ao aplicar a LMP, contemplar na narrativa processual um olhar situado sobre as envolvidas em cada situação de violência direta ou indireta, ampliar sua compreensão a fim de apreender as dimensões mais amplas e nem sempre explícitas da violência de gênero (BANDEIRA, 2014), pois há múltiplas determinações cotidianas, assim como há particularidades em relação às mulheres agredidas e vitimadas, situadas por sua condição econômica, racial ou geracional, que são desconsideradas. Na atuação da prática processual, a partir de observações empíricas, se constata que há resistências e limites do ‘*corpus* jurídico’, muitas já conhecidas quando se trata da aplicação da LMP, uma vez que as relações assimétricas ainda perpassam suas narrativas jurídicas.

As resistências se devem, entre outras causas, ao entendimento de que o fenômeno da violência de gênero e contra a mulher é composto por símbolos associados à condição de subordinação feminina e potencializados por outras desigualdades e de como se convive com tais significados, pois estes influenciam de diversas formas: como pensar, sentir e agir. Machado (2016, p. 5) afirma que “o gênero feminino é visto como o *locus da não razão*, da incapacidade de perceber o certo, o bem e o razoável, da incapacidade de autonomia e decisão, assim como o *locus* guardião da moralidade familiar, e, por isso, objeto de acusação”. Embora não sejam apenas as áreas de segurança e do Poder Judiciário os responsáveis pela efetivação da LMP, cabe aqui destacar alguns ‘fragmentos’ da atuação de seus ‘*corpus*’ relativos às denúncias, assim como às audiências realizadas nos Juizados e Varas de Violência Doméstica.

A cena inicial da denúncia se caracteriza pelas dificuldades das mulheres agredidas e vitimadas tomarem a decisão de realizá-la na Delegacia de Atendimento da Mulher – DEAM. Para muitas pessoas, estas dificuldades podem parecer banais, mas são concretas, pois ocorrem desde a falta de dinheiro para comprar a passagem, por medo, vergonha, e por ameaça do agressor: “*Igual te falei, gostava muito dele [...] e tinha medo de denunciar, e dele sair e me matar; eu era jovem, novinha também*” (FONSECA, 2016, p. 20, depoimento



da Flor)<sup>8</sup>. Muitas vezes a mulher tem que lutar contra si mesma para romper com o silêncio e denunciar a violência sofrida: “*para denunciar é preciso ter força de vontade; a gente tira essa força de onde não tem, mas deve denunciar*” (FONSECA, 2016, p. 20).

Também pela falta de conhecimento e insegurança que se apodera da mulher ao ingressar no sistema de segurança e jurídico, o que ocorre pela falta de conhecimento e insegurança. Trata-se de esferas plenamente desconhecidas a elas, uma vez que não sabem, minimamente, o que pode vir a ocorrer a partir da formalização da denúncia, pois há uma grande distância entre as experiências cotidianas destas com as narrativas, os rituais e as processualísticas jurídicas. Quando finalmente tomam a decisão de fazer a denúncia, no geral estão sós e muitas vezes o fazem por ter sido pressionadas pelos próprios filhos: “*Mãe! não aguento mais ver que você apanha do pai e não faz nada, só fica chorando [...] sei, é o pai [...]. Um dia ele vai te matar, então eu mato ele*” (filho de 14 anos).

Essa condição de ‘abandono’ da mulher agredida e vitimada diante dos filhos e da tomada de decisão indica a ausência de atenção e acolhimento por parte de uma atuação pública voltada ao apoio e esclarecimento de seus direitos, assim como do significado e consequências em realizar a denúncia. Institucionalmente a criação da ‘Casa da Mulher Brasileira’, hoje existente em apenas três capitais, deveria atuar nessa direção, assim como os Centros de Referência, parte da rede de serviços mencionados e espalhados por diversos municípios. O atendimento na DEAM, apesar dos maciços investimentos realizados pela SPM, na capacitação de seus/as agentes, ainda deixa muito a desejar, segundo o depoimento de uma agente pública:

O atendimento a essas mulheres ainda se faz precário nas delegacias de polícia, porque os agentes policiais não estão treinados para um atendimento adequado a mulher agredida, alguns podem até com um olhar julgador tentar apaziguar os fatos, vendo pelo lado masculino (FONSECA, 2016, p. 19)<sup>9</sup>.

Uma segunda cena refere-se à dinâmica da audiência pública realizada nos Juizados pelo ‘*corpus* jurídico’. Sem dúvida que a intenção pode ser de ampliar os rumos à melhor aplicação da Lei Maria da Penha (MACHADO, 2016); no entanto, o acolhimento à mulher agredida e vitimada ainda é precário, na medida em que o impacto inicial ocorre quando ela ingressa no ambiente físico da sala de audiência<sup>10</sup>. É completamente desconhecido, disciplinado, ordenado com lugares próprios e hierarquizados, onde é verbalizada uma linguagem técnica e neutra pelo ‘*corpus* jurídico’, cujos movimentos lhes são estranhos e desentendidos. Segundo Amaral (2016), ‘Juizes anestesiados’, ‘promotores desconhecidos’ e

8 Todas as falas estão destacadas em itálico neste texto.

9 Fonseca é Agente pública.

10 Descrição da Sala de audiência padrão é feita por Amaral (2016).

‘ausentes’<sup>11</sup> se colocam de maneira distanciada, evidenciando preocupação com o direito, com o rito processual e com o uso não excessivo do tempo. Acabam por centrar-se na ritualística do direito, distanciando-se da mulher agredida e vitimada. Esta, por sua vez, fica alheia ao que está ocorrendo e sem entender a complexidade da situação, raramente tem oportunidade de se fazer escutar. Ela não sabe como ‘operar’ na sala de audiência, uma vez que, segundo o Defensor público citado, “... aqui no DF todos os acusados têm defensores; situação diversa às vítimas que não têm defensores [...]; o contrário do que ocorre em São Paulo, onde há defensores para as vítimas” (AMARAL, 2016). De acordo com a LMP, a disponibilização de defensor para a mulher agredida e vitimada deve ser imprescindível. A realidade evidencia que a mulher permanece só. Depoimento de uma mulher agredida e vitimada durante a audiência:

Não sei se podia falar. Ninguém me perguntou nada. Nem me olhavam direto [...]. Queria saber como vai ficar o pagamento da pensão [...] e se ele for preso, como fica? [...] pra dizer a verdade quase não entendi nada [...] assinei um papel [...] acho que dizia que ele não vai mais me bater [...] leio pouco e devagar, não deu pra lê tudo<sup>12</sup>.

A mulher não consegue formar uma ideia clara do que se passou e tem dificuldade de perceber a violência institucional e moral, implícita na ritualista da audiência. Em nenhum momento se evidenciou a alocação de responsabilidade por parte do ‘*corpus* jurídico’ (TRONTO, 2007) em relação à sua condição de ‘desentendimento’ ou de ‘alienação’. É ‘compreensível’ tal comportamento por parte do ‘*corpus* jurídico’ pois seu entendimento é de que “o cuidado é apenas pessoal e privado”, como já expressado (BIROLI, 2015), e não lhes caberia tal responsabilidade. A audiência não foi precedida por qualquer informação que poderia possibilitar à agredida alguma clareza, assim como a quebra da ‘frieza’ e do ‘distanciamento’ presentes por parte do ‘*corpus* jurídico’. Mais adiante, comentou:

Um daqueles (dos presentes, provavelmente, o juiz) perguntou para ele (ex-marido) se ele batia nela sempre e mesmo daquele jeito (daquele jeito era com um cassetete de madeira). Ele disse que não era daquele jeito sempre [...] e que tinha batido pouco nela [...].

Para aquela mulher, ele (ex-marido) estava mentindo, pois batia sempre com aquele pau. Concorde-se com a afirmação de que:

O Estado toma as rédeas, aclama anseios da sociedade e evita que haja pautas dissonantes. É por intermédio do Juiz que a sociedade é anestesiada e as demandas de direitos humanos continuam sendo desperso-

11 Expressões e situações narradas pelo Defensor Público – Dr. Alberto Carvalho Amaral, na comunicação: ‘Anestésicos, desconhecidos, ausentes: representações sociais das mulheres em situação de violência doméstica’, realizada no III Colóquio de Estudos Feministas e de Gênero: Mulheres e Violências: Interseccionalidades. Brasília, FINATEC/UnB. (9/11 de nov. 2016).

12 Depoimento de uma mulher agredida e vitimada dado após ter passado por uma audiência (06/9/2016).

nalizadas e tratadas de maneira distanciada, quase impessoal e sem o engajamento que deveria ser inerente a elas (AMARAL, 2017, p. 263).

Como visto, sem qualquer intenção de generalização, pois se trata de um exemplo específico, predomina o formalismo jurídico dos tribunais na afirmação de Bourdieu (1980) – traduzida pela noção de *habitus* que apreende a multiplicidade de relações sociais em um espaço, entre os agentes institucionais e a presença de agentes sociais plurais (que podem ser indivíduos ou grupos); onde converge, nesse espaço, a predominância da condição masculina. Assim, coube ao acusado o direito de fala, enquanto não coube à mulher agredida e vitimada o mesmo direito.

Portanto, na realização das audiências, nem sempre as pessoas saem apaziguadas, uma vez que as tensões se fazem presentes podendo ser tidas como antagonicas e inconciliáveis, onde a verossimilhança com a realidade vivida pela mulher agredida e vitimada acaba sendo tratada com os mesmos parâmetros de ‘objetividade’ e de ‘imparcialidade’ presentes na sociedade, que reafirma sua condição de subordinação. Nesse caso, o ‘*corpus* jurídico’ portador de conhecimento pré-adquirido e de um capital social e simbólico não deixa de se incorporar a um campo de poder, cujo entendimento ou percepção não é audível na compreensão dos demais participantes da audiência.

Segundo Soraya Nour Sckell (2016, p. 3), “Bourdieu viu também o direito acima de tudo como um instrumento de reprodução social que não teria muito a contribuir para a emancipação social [...] o qual chamou os juristas de *guardiões da hipocrisia coletiva*”. O fato de não existir apenas uma forma de masculinidade no mundo não anula a sua expressividade hegemônica, e é essa forma que organiza os discursos, as práticas e também a divisão de privilégios e poder e que tem efeitos na distribuição das responsabilidades relativas ao cuidado (MOTA, 2015).

Uma terceira cena, ocorrida após o acusado cumprir pena por força da LMP, no depoimento de Flor, torna perceptível a ausência de qualquer ação de apoio:

Aí ele ficou preso uma semana, aí o pessoal do fórum me ligou e avisou: “o Tiago vai ser solto amanhã, tô ligando para avisar”. Aí recebi a medida protetiva<sup>13</sup> rapidinho. Quando completou um mês que estava solto... aconteceu [...] isso ele veio na minha porta. Eu estava evitando sair, não ia nem no mercado, em lugar nenhum, não levava minhas filhas na escola,, na natação, minha mãe que levava [...] eu tinha muito medo dele voltar a me agredir [...].

Pode-se observar que o telefonema institucional recebido é mais uma sorte de ‘aviso’ à mulher dirigido sobre possíveis consequências que poderiam advir

13 Medidas protetivas de urgência são aquelas adotadas em casos em que a vítima corre sério risco de ser agredida ao voltar para o domicílio após a denúncia. Entre os exemplos de medidas protetivas estão a obrigação de que o suspeito da agressão seja afastado da casa ou do local de convivência da vítima; a proibição de que o suspeito se aproxime ou que mantenha contato com a vítima, seus familiares e testemunhas; a obrigação do suspeito em prestar alimentos para garantir que a vítima dependente financeiramente não fique sem recursos; e a suspensão temporária de contratos de compra, venda ou aluguel de propriedades que sejam de posse comum.

pelo fato de o acusado já estar solto, do que necessariamente uma ação voltada a qualquer preocupação de cuidado, mesmo com a providência da medida protetiva. Uma cultura jurídica que, sob o olhar de imparcialidade e de neutralidade – nominadas pela ‘objetividade’ [...] resultam-se coagidas a reproduzirem as formas autoritárias de poder entre elas e as opressões de gênero (SEVERI, 2017, p. 50).

Lembro que as políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero propostas pelo PNPM executadas por meio da rede de atendimento têm se centrado ainda no encaminhamento da denúncia e menos em ações de cuidado preventivas contemplando as dimensões subjetivas – de afetos e emoções (MARCONDES et al., 2012) como parte fundamental do direito à cidadania feminina. Limitam-se ao que é visível no corpo. No momento atual é consequência dos processos de ‘desestruturação’ propiciados pelo neoliberalismo – como sendo ‘uma máquina de irresponsabilidade’ (TRONTO apud MOTA, 2015) – que vivemos hoje. Isso compromete os profissionais da rede de serviços à falta de informações e subsídios para que se seja percebida e compreendida a violência que não se apresenta de forma visível e audível aos seus olhos.

Observa-se que o corpo interage com o ambiente e que a biologia e a cultura estão relacionadas com influências mútuas. Para Haraway (1995, p. 20), “saberes localizados” requerem que o objeto de conhecimento seja visto como ator e agente, e não como uma tela ou um terreno ou um recurso [...], pois o olho e a capacidade de vidência são formatadas pela configuração genética que, por sua vez, se modifica e reformata na interação com o ambiente. Os olhos, além disso, são sistemas de percepção ativos e não meros receptores de estímulos do ambiente. Nesse sentido, não é somente a interpretação que é perspectivada, a apreensão em si também o é; tudo o que se vê depende do sujeito vidente (ENGEL, 2013, p. 13).

Ninguém via que sofria muito [...] depois de um tempo de tanto apanhar fiquei meio amalucada [...]; falava sozinha, olhava só pras paredes com medo [...] não tava machucada, também não conseguia mais sair sozinha, sentia muita dor na cabeça [...] parece até que não controla a vontade de urinar [...] passei a ser chamada de Maria da Dor, mas viam que tinha enlouquecido [...] estou me recuperando<sup>14</sup>. Então lhe perguntei: quem tem lhe ajudado a melhorar? Ela me olhou fixamente e me respondeu: só me resta Jesus no coração!

Às (im)possibilidades de integração da perspectiva de gênero na doutrina jurídica brasileira, Piovesan (2014) argumenta que esta ordem jurídica reúne em um mesmo sistema normativo instrumentos jurídicos contemporâneos e inovadores [Lei Maria da Penha] e a Constituição Federal e os Instrumentos Internacionais de proteção aos direitos humanos das mulheres. No entanto, esta convivência se reveste de muita tensão entre valores masculinos continuamente

14 Depoimento de uma mulher agredida, concedido em uma conversa espontânea (13/4/2016), enquanto nos sentamos lado a lado em uma repartição pública à espera de atendimento; é moradora na região do Areial-DF.

reafirmados e as rupturas impostas pelos ‘saberes localizados’ trazidos pela crítica feminista. Desta convivência tensionada e até paradoxal, a autora destaca a persistência de uma ‘perspectiva androcêntrica’ nos Códigos Civil e Penal, segundo a qual a presença masculina é fundante e o homem acaba se modelando como o paradigma central da humanidade (PIOVESAN, 2014).

## **Desafios que se apresentam frente ao fortalecimento e às interfaces de ações de cuidados**

- O desafio maior é a necessidade de que a violência de gênero seja reconhecida nos marcos jurídicos, articulando-se com as políticas públicas na produção de decisões judiciais. Para tanto, se faz necessário ampliar os processos de formação como de sensibilização dos agentes públicos como dos membros do ‘*corpus* jurídico’, sem deixar de lado os movimentos sociais e feministas.

Outros desafios são igualmente importantes:

- Ações de cuidado: Devem ser disponibilizadas às mulheres agredidas e vitimadas como prática que deve permear sua vida e seu cotidiano, como uma etapa importante à sua autopercepção de se constituir em um sujeito de direitos; e, nesse sentido, a mulher não pode correr riscos de ser revitimizada por agentes públicos (de segurança e judiciário, entre outros), quando a eles se dirige para buscar apoio e assistência.

- Dificuldade de perceber a violência moral: Muitas vezes a mulher agredida e vitimada convive anos e não percebe a gravidade da situação sobre suas condições de saúde. Esse desafio remete à demanda de ações de cuidados especializados e sistemáticas ainda não oferecidas pelas políticas públicas de saúde devido a uma série de barreiras, seja pela sua ineficácia, seja pelas barreiras disciplinares e sociais existentes e pelas dificuldades por serem desigualmente vulneráveis (MOLINIER; PAPERMAN, 2015).

- Efetivação do Estado Brasileiro: O Estado brasileiro deve tornar mais efetivo, em toda a sua extensão, a necessidade de modernizar os sistemas de justiça e seus respectivos ‘*corpus* jurídicos’ a partir do mecanismo legal – a LMP. Estes deveriam estar mais atuantes e abertos a contemplar atendimento psicossocial sem desconsiderar as condições de subjetividade das mulheres agredidas e vitimadas que envolvem condições raciais interseccionalizadas com outras vulnerabilidades.

Por fim, um dos principais desafios à efetivação das políticas públicas articuladas às ações de cuidados encontra-se na falta de uma política de controle na execução e impactos das políticas públicas desenvolvidas para os grupos e instituições sociais, associada a um sistema de informações eficientes que possam aquilatar os esforços humanos e de recursos públicos investidos.

Concluo indagando: em que medida não seria possível a implementação de uma Justiça mais voltada à perspectiva de gênero, na qual o ‘*corpus* jurídico’ pudesse articular-se com as políticas públicas com vistas a ‘responder’ mais equitativamente as ações de cuidado para as mulheres agredidas e vitimadas?

---

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Alberto Carvalho. *A violência doméstica a partir do olhar das vítimas. Reflexões sobre a Lei Maria da Penha em juízo*. Brasília: D'Plácido, 2017.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de Gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 29, n. 2, mai./ago. 2014.

BIROLI, Flávia. Responsabilidades, cuidado e democracia. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 18, 2015.

BOURDIEU, Pierre. La force du droit: éléments pour une sociologie du champ juridique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, v. 1, n. 64, p. 3-19, 1980.

CASSAB, Latif Antonia. Violência de gênero (verbete). In: FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth; MENEGHEL, Stela (Org.). *Dicionário Feminino da Infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.

ENGEL, Cíntia Liara. *Doença de Alzheimer e cuidado familiar*. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UnB, Brasília, 2013.

FONSECA, Elisangela Lopez Barbosa. *Quais são as consequências psicológicas da violência doméstica sobre a mulher?* 2016. Monografia (Especialização em Segurança Pública) – Departamento de Sociologia, UnB, Brasília, 2016.

GILLIGAN, Carol. *Uma voz diferente*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, 1995.

MACHADO, Lia Zanotta. *Violência baseada no gênero e a Lei Maria da Penha*. Brasília: NEPEM/UnB, 2016. (mimeo)

MARCONDES, Mariana M.; YANNOULAS, Sílvia C. Práticas sociais de cuidado e a responsabilidade do Estado. *Revista Artemis*, João Pessoa, n. 13, 2012, p. 174-186.

MARTINS, Ana Paula A.; CERQUEIRA, Daniel; MATOS, Mariana V. M. *Nota Técnica N.º 13*. A institucionalização das Políticas Públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil. Brasília: IPEA, março de 2015.

MOLINIER, Pascale; PAPERMAN, Patricia. Descompartimentar a noção de cuidado? *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 18, 2015, p. 43-57.

MOTA, Fernanda Ferreira; TRONTO, Joan C. Caring Democracy: markets, equality, and justice. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 18, 2015.

PIOVESAN, Flávia. O Poder Judiciário e os Direitos Humanos. *REVISTA USP*, São Paulo, n. 101, p. 99-112, março/abril/maio 2014.

SCKELL, Soraya Nour. Os juristas e o direito em Bourdieu. A conflituosa construção histórica da racionalidade jurídica. *Tempo Social*, São Paulo, USP, v. 28, n. 1, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v28n1/1809-4554-ts-28-01-00157.pdf>.

SEVERI, Fabiana Cristina. Marcos teóricos para uma justiça de Gênero. *Themis: Gênero, Justiça e Direitos Humanos*, Porto Alegre, v. 5, n. 5, 2017.

TRONTO, Joan C. Assistência democrática e Democracias Assistenciais. *Sociedade e Estado*, v. 22, n. 2, Brasília, p. 285-308, mai./ago./2007.

\_\_\_\_\_. Au-delà d'une Différence de Genre: vers une théorie du care. In: LAUGIER, Sandra; PAPERMAN, Patricia (Dir.). *Le Soucides Autres*. Paris: Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1987.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2015*. Homicídio de Mulheres no Brasil. Brasília: Flacso, ONU-Mulheres, SPM, OMS, out. 2015.





# CAPÍTULO 26

## GÉNERO, MIGRACIONES Y CUIDADO COMUNITARIO EN CONTEXTOS DE RELEGACIÓN URBANA

*María José Magliano<sup>1</sup>*

---

### **Introducción**

Las estrategias de subsistencia desplegadas por las familias migrantes en los contextos de destino, especialmente vinculadas a las formas de inserción laboral y a las modalidades de organización del cuidado, ha ocupado un lugar relevante dentro del campo de estudios sobre migraciones y género (MAGLIANO, 2013; MALLIMACI, 2012). Un tema menos explorado ha sido las estrategias de cuidado comunitario que los y las migrantes, sobre todo quienes viven en barrios de relegación urbana, desarrollan en pos de asegurar la reproducción de la vida. Precisamente, en esta presentación nos proponemos analizar las prácticas y modalidades que adquiere el cuidado comunitario en un barrio de relegación urbana (WACQUANT, 2007) de la ciudad de Córdoba, habitado mayoritariamente por migrantes de origen peruano. Asimismo, nos interesa reflexionar sobre las motivaciones que llevan a las mujeres migrantes peruanas a participar de las redes de cuidado comunitario dentro los espacios donde se desarrolla su vida cotidiana. Entendemos lo “comunitario” como clave interpretativa para analizar la manera en que se gestiona la producción y la reproducción de la vida (GUTIÉRREZ AGUILAR; SALAZAR LOHMAN, 2015) en los márgenes de las ciudades contemporáneas.

Los migrantes, varones y mujeres, que han arribado en las últimas décadas a la Argentina se han dirigido principalmente a las áreas periféricas y relegadas de las grandes ciudades en un contexto de nuevas formas de pobreza y marginalidad urbana centradas en ciertas trayectorias laborales (SASSEN, 2007). Así, bajo un escenario de creciente informalización de la vida cotidiana de las poblaciones migrantes, lo comunitario, comprendido como la capacidad práctica que tienen las poblaciones para cooperar entre ellas (GUTIÉRREZ AGUILAR, 2008, p. 35), adquiere potencia y centralidad en tanto ofrece formas alternativas de subsistencia familiar. Es en este marco que el barrio de relegación urbana y las familias, en nuestro caso migrantes,

---

<sup>1</sup> Investigadora Adjunta del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) con lugar de trabajo en el Centro de Investigaciones y Estudios sobre Cultura y Sociedad (CIECS-CONICET y UNC). Profesora de la Universidad Nacional de Córdoba en la Facultad de Filosofía y Humanidades, Córdoba, Argentina. E-mail: majomagliano@gmail.com

se interconectan con formas de organización social del cuidado con una fuerte impronta territorial (comedores y guarderías comunitarias, por ejemplo) como un modo de poder asegurar la reproducción de la vida.

Si bien los trabajos de cuidado engloban un conjunto amplio de actividades remuneradas y no remuneradas, en esta ocasión atenderemos a un fenómeno relevante en América Latina, como es la participación de las mujeres en diversas actividades vinculadas con el cuidado en el ámbito comunitario en contextos de pobreza (ZIBECCHI, 2013). En esos espacios, donde las energías del Estado (ya sea municipal, provincial o nacional) son “economizadas” (DE MARINIS, 2011),<sup>2</sup> los vecinos y vecinas despliegan una serie de estrategias en pos de asegurar la subsistencia familiar. Para ello, se valen de los vínculos que se establecen con organizaciones sociales y políticas que tienen una presencia activa en los lugares donde viven, y también de las políticas públicas orientadas a tratar de resolver algunos de los problemas que enfrentan los sectores populares.<sup>3</sup>

Nuestro argumento parte de considerar la centralidad de lo comunitario en las tareas de creación y sostenimiento de los barrios de relegación urbana. Los entramados comunitarios – que pueden leerse como una forma de cuestionamiento al creciente aislamiento individualista (HARVEY, 2013) que distingue a las ciudades actuales – no implican ausencia de tensiones y conflictos, sino que expresan “relaciones sociales de compartencia que operan coordinada y/o cooperativamente de forma más o menos estable en el tiempo con objetivos múltiples, buscando la satisfacción de necesidades básicas de la existencia social y por tanto individual” (GUTIÉRREZ AGUILAR; SALAZAR LOHMAN, 2015, p. 23).

## La caja de herramientas teórica y metodológica para el análisis del cuidado comunitario

Para el desarrollo de esta investigación, nos apoyamos en el potencial teórico y político de la economía feminista. Desde esta perspectiva, se ha denunciado que los paradigmas clásicos adolecen de profundos sesgos androcéntricos en tanto no contemplan al ámbito de la *reproducción*, ni intentan visualizar y explicar las desigualdades de género que estructuran el mundo del trabajo productivo y reproductivo (PÉREZ OROZCO, 2014, p. 38). La economía feminista, al contrario, saca a la luz todo el trabajo no remunerado, ampliando ese mundo y haciendo emerger a toda una esfera de actividad económica (más oscura) que antes no se veía, y donde las mujeres han estado históricamente presentes (PÉREZ OROZCO, 2014, p. 46). En particular, el universo del cuidado resulta potencialmente útil para reflexionar sobre el mundo del trabajo en tanto ofrece herramientas de reflexión crítica sobre los puentes – construidos históricamente

2 Esas energías “economizadas” a las que hace referencia De Marinis, remite a un nuevo formato “adelgazado” de actividad estatal que no implica “retirada” o “desaparición” (DE MARINIS, 2011).

3 Entre ellas, podemos mencionar la Asignación Universal por Hijo (AUH), que funciona en Argentina desde el año 2009 y otorga a personas desocupadas, que trabajan en empleos informales o que ganan menos del salario mínimo, vital y móvil un beneficio mensual por cada hijo menor de 18 años o hijo discapacitado.

– entre lo productivo y reproductivo, lo público y lo privado, lo remunerado y no remunerado. En este trabajo, por “cuidado” entendemos al conjunto de actividades que giran en torno al sostén cotidiano de la vida humana en el marco de dos dimensiones centrales: las disposiciones y motivaciones ético-afectivas y las tareas concretas de la vida diaria (VEGA; GUTIERREZ-RODRÍGUEZ, 2014, p. 9-10) que pueden ser remuneradas o no. Dentro del campo de los estudios sobre género y migraciones, los trabajos de cuidados remunerados han recibido una importante atención desde las últimas décadas. Lo mismo ha sucedido con aquellas temáticas vinculadas a los cuidados no remunerados y las estrategias de organización familiar en contextos migratorios. La forma comunitaria del cuidado que despliegan las mujeres migrantes en los lugares de llegada no ha sido abordada en profundidad, aun cuando resulta un aspecto clave no solo de la reproducción familiar sino también barrial en tanto involucra aspectos vinculados a la producción, reproducción y a la territorialidad. Los cuidados comunitarios hunden sus raíces en el territorio, pero no en cualquier territorio, sino en aquellos marcados por la precariedad.

En términos metodológicos, esta propuesta se apoya en un trabajo de campo cualitativo sostenido en el tiempo (2012-2016) en Sabattini, un barrio de relegación urbana ubicado en la periferia de la ciudad de Córdoba y mayoritariamente habitado por migrantes peruanos.<sup>4</sup> En el marco de ese trabajo de campo, nos valimos de entrevistas en profundidad a mujeres peruanas que allí residen, muchas de las cuales llevan adelante tareas de cuidado comunitario, y de la técnica de observación participante a partir del registro de cada una de nuestras visitas al barrio en el transcurso del trabajo de campo.

## **El cuidado comunitario en los barrios de relegación urbana**

Desde la última década, asistimos a la concentración de muchas familias peruanas – y no solo ellas – en espacios relegados de la ciudad en consonancia con las trayectorias laborales que estas familias poseen en los lugares de destino, caracterizadas por la informalidad, la invisibilidad y la inestabilidad. Como indagamos en trabajos previos (MAGLIANO; PERISSINOTTI; ZENKLUSEN, 2014), los espacios urbanos relegados son aquellos en los cuales sus residentes no cuentan con ninguna documentación oficial que avale la posesión de los terrenos, en tanto se construyen a partir de un proceso de “ocupación” de tierras dentro de las zonas urbanas, en general pertenecientes al Estado nacional, que hasta ese momento se encontraban deshabitadas. Además, son espacios que no poseen servicios públicos, como gas natural, alumbrado público, cloacas y desagües. Es decir, las poblaciones migrantes que viven en los barrios de relegación urbana enfrentan una precariedad que va más allá del ámbito estrictamente laboral, para abarcar “la totalidad de la existencia, los cuerpos, los modos de

4 Tanto el nombre del barrio como el de las personas mencionadas en este texto han sido modificados para preservar su anonimato.

subjetivación” (LOREY, 2016, 17). Es bajo este escenario que el entramado comunitario del cuidado adquiere relevancia en la reproducción de la vida de las poblaciones que allí residen.

En Sabattini, el cuidado comunitario es una tarea fundamentalmente femenina que se articula en torno a las necesidades de subsistencia de las familias que allí residen y a las condiciones de socio-segregación del barrio. Para fines del año 2016, dos merenderos, “Comedor de la abuela” y “Comedor-merendero Sabattini”, orientados a resolver las necesidades alimentarias de los niños y niñas que allí viven, reunían a más de 30 mujeres peruanas.<sup>5</sup> En esos merenderos las mujeres no solo se desempeñan como cocineras, sino que también se ocupan de recolectar el dinero entre las distintas familias y hacer las compras de los productos que se van a utilizar para dar la “copa de leche”. En pos de ello, se despliegan una serie de estrategias y relaciones con distintos actores políticos que responden a las necesidades que van emergiendo en esos espacios.

Estos merenderos presentan historias diferentes: mientras que el “Comedor de la abuela” tiene una mayor antigüedad, el “Comedor-merendero Sabattini” se organizó a comienzos del año 2016, a partir de una serie de disputas que surgieron entre las mujeres peruanas encargadas de manejar el merendero más antiguo del barrio. Ambos merenderos funcionan durante la semana, por la tarde, pues es en ese horario cuando la mayoría de los niños regresa de la escuela (asisten unos 100 niños y algunos adultos). El merendero “Comedor de la abuela” funciona en la casa de la mujer que se encarga de su manejo, y el “Comedor-merendero Sabattini” lo hace en la Sede del barrio, una construcción de madera que funciona como salón multiuso para distintas actividades que se desarrollan en Sabattini. La mera existencia de estos espacios expresa las dificultades que encuentran muchas familias pertenecientes a los sectores populares para asegurar su subsistencia.

Cada merendero se encuentra organizado en torno a un grupo de mujeres más o menos estables (unas 15 mujeres en cada uno), en ambos casos de origen peruano, que se ocupan de la compra de la mercadería y de preparar aquello que se va a comer en la jornada. Los dos se sostienen en base a un aporte mensual mínimo de las familias que envían allí a sus hijos y también de la ayuda de agrupaciones sociales. Para poder comprar mercadería a un mejor precio más accesible que aquella que se consigue en el mercado, la opción más buscada es poder acceder a la Fundación Banco de Alimentos Córdoba, organización no gubernamental cuya tarea “consiste en **solicitar la donación de productos alimenticios, recibirlos, almacenarlos y luego distribuirlos** a centros asistenciales debidamente acreditados” (FUNDACIÓN BANCO DE ALIMENTOS CÓRDOBA, 2016). Un requisito básico para poder acceder al Banco de Alimentos es contar con personería jurídica, es decir, la formalización de la organización.

5 Vale aclarar que en Sabattini no hay jardines ni guarderías. Las familias que allí residen deben trasladarse hacia otro barrio cercano y dejar a sus niños en las guarderías durante la jornada laboral.

Es por ello que el “Comedor de la abuela” se constituyó en una organización, conformada por mujeres, para obtener la personería. Una vez obtenida, comenzaron a proveerse con los productos que ofrece ese Banco. El otro merendero aspira también a obtener esa personería para, de este modo, acceder a productos a un precio más accesible. Según lo que hemos podido reconstruir, en ambos merenderos el aporte de los estados, ya sea municipal, provincial o nacional, es escaso. En particular, el “Comedor-merendero Sabattini” se sostiene además con el aporte que realiza el Movimiento Evita.<sup>6</sup>

Algo que atraviesa los relatos de quienes participan en estos espacios es la cuestión de la inestabilidad, esto es, no contar con la certeza de que se pueda sostener la actividad en el tiempo. Y esto se vincula con que su experiencia “suele estar atravesada por los avatares, sobre todo económicos, tanto de orden estructural como coyuntural” (FOURNIER, 2017, p. 91). El desempleo y la precariedad laboral actúan sobre la cotidianidad de las familias del barrio y eso condiciona el aporte mensual, aunque mínimo, que deben realizar. También la inestabilidad se alimenta de las intermitencias en las presencias de las agrupaciones sociales y políticas, truncando muchas veces el desarrollo y sostenimiento de los proyectos que van surgiendo.

Asimismo, son esas mismas mujeres que se ocupan de organizar distintos festejos y eventos, de manera comunitaria, en el barrio. Nos referimos al día del niño, a la Navidad, al comienzo de clases, entre otras. Para cada una de esas fechas, un grupo de mujeres se reúne para organizar y extender una serie de pedidos a distintos actores del ámbito público (movimientos sociales y políticos) y privados (empresas reconocidas de la ciudad). Por ejemplo, cada mes de noviembre, las mujeres peruanas del barrio se reúnen para armar un listado de lugares a los que van a acercarse para pedir donaciones para la Navidad (desde juguetes hasta comida y bebida). Además de armar esa lista, redactan de puño y letra las notas que serán presentadas en las mesas de entradas de algunas de esos lugares seleccionados. El primero de ellos es el Consulado de Perú en Córdoba. Esa es la primera nota que redactan, solicitándole tenga a bien colaborar con algo para los “250 niños” que viven en Sabattini, “muchos de los cuales son peruanos o sus padres son peruanos”. La idea, nos expresaba Melania, es “que cada niño del barrio tenga su juguete y algo para comer” (Melania, migrante peruana, 29 de noviembre de 2016). Además de empresas reconocidas, este conjunto de mujeres (que también forma parte de uno de los merenderos del barrio) solicitan donaciones a comerciantes peruanos “prósperos” de Córdoba, que tienen sus negocios en el “centro” y cada año les envían algo.

En este espacio, como en otros, el cuidado tanto familiar como comunitario recae exclusivamente en las mujeres, quienes despliegan distintas redes

6 El Movimiento es una agrupación que se autodefine como expresión de una “fuerza nacional, popular y federal” que surge en el contexto de las luchas y resistencias contra las políticas neoliberales. Para mayor información respecto a la historia y composición del Movimiento Evita véase <https://movimiento-evita.org.ar>.

en pos de buscar asegurar la reproducción de la vida. La creatividad para resolver las ausencias emerge en cada práctica y estrategia desplegada, aun cuando se reproduzcan en esas prácticas y estrategias mandatos dominantes de género que las ubican como los sujetos privilegiados para los trabajos de cuidado, ya sean remunerados como no remunerados. En el próximo apartado, nos detendremos en analizar quiénes son estas mujeres cuidadoras, sus trayectorias y prácticas, para así poder reflexionar sobre aquello que se juega en la reproducción de la vida en su forma comunitaria.

## **Sobre las cuidadoras comunitarias migrantes: saberes, prácticas y estrategias**

El cuidado comunitario funciona como canalizador de las carencias que existen en los espacios de relegación urbana, y se articula con trayectorias laborales y familiares concretas que involucran a las familias migrantes que llegaron en las últimas décadas a la Argentina. Justamente, lo que nos interesa indagar en este apartado es el modo en que las dinámicas familiares de las mujeres peruanas actúan sobre las formas y modalidades de participación en el cuidado comunitario del barrio. Entendemos que en espacios como Sabattini se juegan saberes, prácticas y relaciones de poder dentro de un contexto particular, a partir de considerar que el sostenimiento del cuidado en su forma comunitaria va más allá de la subsistencia familiar para abarcar también la barrial. En este sentido, lo comunitario, además de responder a las necesidades de reproducción de la vida en contextos de marginalidad urbana a partir de las ausencias – o presencias “adelgazadas”, como señala De Marinis (2011) – del Estado, se desempeña como factor de consolidación de esos contextos.

No todas las mujeres peruanas tienen una participación activa en los merenderos del barrio, al contrario, quienes manejan y lideran esos espacios tienen determinadas trayectorias familiares y laborales. Las encargadas de los merenderos, dos mujeres peruanas adultas que llegaron en el transcurso de la primera década del siglo XXI a Córdoba, se dedican centralmente al cuidado no remunerado tanto familiar como comunitario. Para ellas, como para quienes colaboran en la elaboración de las comidas que ofrecen los merenderos, lo comunitario funciona como una actividad más que se suma a las responsabilidades del ámbito familiar, que siempre recaen en las mujeres de la familia (madres e hijas). No reciben un salario a cambio por ese trabajo comunitario, sino que son las propias trayectorias familiares las que habilitan su participación y las formas de involucramiento.

La reconstrucción de la trayectoria de Alicia, encargada del “comedor-merendero Sabattini”, muestra que la consolidación del proyecto migratorio vino de la mano de su “salida” del ámbito del trabajo remunerado, como empleada doméstica y cuidadora, para dedicarse con exclusividad al cuidado no remunerado, primero familiar y luego también comunitario. Alicia llegó por

primera vez a Córdoba desde Lima en el año 2003, dejando a su hija de cinco años y a su marido en Lima. Estuvo un año trabajando “cama adentro” en una casa de familia en Villa Allende, localidad ubicada en la zona norte de Córdoba. Las dificultades que supuso la distancia con su familia la llevaron a retornar a Lima un año después, para volver a Córdoba en el año 2006, esta vez con su marido y su hija (Alicia, migrante peruana, 5 de marzo de 2014).

Tanto en el caso de Alicia como en el de Teresa, encargada del “Comedor de la abuela”, sus maridos trabajan en la construcción, siendo el sostén económico principal de las familias.<sup>7</sup> Las hijas mayores, jóvenes y adolescentes, colaboran con el funcionamiento del merendero, en el marco de una actividad configurada como eminentemente femenina, lo que no implica que no sea apoyada por los varones del barrio, en tanto resuelve las necesidades de subsistencia de sus propias familias. Aquellas mujeres que trabajan en los merenderos del barrio se ocupan, sin excepción, de las actividades domésticas y del cuidado la interior de sus propias familias.

Además de las encargadas principales de los merenderos, existe un conjunto de mujeres también migrantes que colaboran con el funcionamiento de estos espacios: cocinan, seleccionan y deciden los productos a comprar, y arman el menú que mejor responda a los criterios que manejan respecto a una “buena alimentación” y a las posibilidades de compra en relación con los recursos con que cuentan. En ambos casos, alimentar bien – o lo mejor posible – a los niños y niñas del barrio es su fin principal. Leche, harina, arroz, huevo, azúcar, se encuentran entre los productos más requeridos.<sup>8</sup>

En un escenario de trayectorias laborales propias y familiares que se distinguen por la precariedad, la informalidad y la invisibilidad, lo comunitario configura un marco de “respetabilidad” (SKEGGS, 1997) que permite impugnar y cuestionar la escasa valoración de las competencias, saberes y habilidades incorporados por quienes realizan estas actividades (ARANGO GAVIRIA, 2011). De modo principal, esa “respetabilidad” emerge en relación con lo que el cuidado comunitario habilita, como es la creciente politización de quienes se encuentran involucrados en esas tareas. Son mujeres que tienen una participación política activa, vinculándose con distintas organizaciones sociales y políticas que se acercan al barrio, y con actores estatales con quienes negocian determinadas demandas colectivas en pos de mejorar la calidad de quienes viven en ese lugar.

Las organizaciones comunitarias no son estables ni armónicas; al contrario, son espacios de disputa entre las propias vecinas – y vecinos – en tanto se juega la visibilidad, el respeto y el prestigio no solo al interior del espacio

7 En Sabattini, las principales inserciones laborales para los varones son la construcción y el trabajo textil, para las mujeres, el trabajo doméstico y del cuidado remunerado y el trabajo textil. Existe un número importante de mujeres que se dedican al cuidado no remunerado.

8 Es importante destacar que no siempre se puede acceder a esos productos. En una ocasión, por ejemplo, y debido a la falta de fondos, el “Comedor de la abuela” debió dar como merienda (a las 5pm, cuando los niños y niñas salen del colegio) fideos con aceite, pues no tenían otra opción.



barrial sino también en su vínculo con las organizaciones sociales y políticas. Así, a las visiones en torno a la “generosidad” y el “desinterés” por parte de quienes se involucran en estas tareas, se les suma también la “validación” dentro del barrio que refuerza la condición de referentes dentro del espacio y de interlocutor con su exterior.

## **Conclusiones**

En esta presentación planteamos que el cuidado comunitario supone, para las mujeres migrantes y sus familias, mucho más que una estrategia de subsistencia a partir de la reproducción de ciertos estereotipos de género que vinculan a las mujeres como los sujetos privilegiados para llevar adelante las tareas del “cuidado”. Las prácticas y los saberes que se despliegan en torno al cuidado comunitario van más allá de la mera reproducción de roles de género. La forma comunitaria del cuidado se interna y disputa las fronteras entre lo público y lo privado. Quienes se dedican al cuidado comunitario son también referentes barriales con una importante visibilidad en el barrio y con fuertes vínculos con organizaciones sociales y políticas que tienen presencia en ese espacio, actuando en muchos casos como intermediarias entre esas organizaciones y los propios vecinos.

Así pues, lo comunitario resulta un factor – entre otros – de sostenimiento y consolidación de los espacios donde reside un amplio conjunto de la población migrante en Argentina. Ese cuidado comunitario, con sus tensiones y contradicciones, es clave en la reproducción de la vida migrante desde un lugar “común” de solidaridad y resistencia en los confines de las ciudades.



## REFERENCIAS

ARANGO GAVIRIA, Luz Gabriela. El trabajo de cuidado: ¿servidumbre, profesión o ingeniería emocional? In: ARANGO GAVIRIA, Luz Gabriela; MOLINIER, Pasquale. *El trabajo y la ética del cuidado*. Medellín: La carreta editores, 2011, p. 91-109.

DE MARINIS, Pablo. Derivas de la Comunidad: algunas reflexiones preliminares para una teoría sociológica en (y desde) América Latina. *SINAIS. Revista Eletrônica – Ciências Sociais*, Brasil, v. 1, n. 9, p. 83-117, 2011.

FOURNIER, Marisa. La labor de las trabajadoras comunitarias de cuidado infantil en el conurbano bonaerense ¿Una forma de subsidio de ‘abajo hacia arriba’? *Trabajo y Sociedad*, Argentina, n. 28, 2017, p. 83-108.

FUNDACIÓN BANCO DE ALIMENTOS CÓRDOBA. Disponible en: <<http://bancodealimentoscba.org.ar>>. Accedido en: 07/09/2016.

GUTIERREZ-AGUILAR, Raquel. *Los ritmos del Pachakuti. Movilización y levantamiento popular-indígena en Bolivia*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2008. 384 p.

GUTIERREZ AGUILAR, Raquel; SALAZAR LOHMAN, Huáscar. Reproducción comunitaria de la vida. Pensando la transformación social en el presente. *El Apantle. Revista de Estudios Comunitarios*, México, n. 1, p. 15-50, 2015.

HARVEY, David. *Ciudades rebeldes. Del derecho de la ciudad a la revolución urbana*. Traducción de Juanmari Madariaga. Madrid: Ediciones Akal, 2013[2012]. 239 p.

LOREY, Isabell. *Estado de inseguridad. Gobernar la precariedad*. Prologado por Judith Butler. Traducción de Raúl Sánchez Cedillo. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016[2012]. 132 p.

MAGLIANO, María José. Los significados de vivir ‘múltiples presencias’: Mujeres bolivianas en Argentina. *Revista Migraciones Internacionales*, México, v. 7, n. 24, p. 165-195, 2013.

MAGLIANO, María José; PERISSINOTTI, María Victoria; ZENKLUSEN, Denise. Estrategias en torno a las formas de apropiación y organización del

espacio en un 'barrio de migrantes' de la ciudad de Córdoba. *Estudios Demográficos y Urbanos*, México, v. 29, n. 3, p. 513-539, 2014.

MALLIMACI, Ana Inés. Revisitando la relación entre géneros y migraciones: Resultados de una investigación en Argentina. *Revista Mora*, Argentina, vol. 18, n. 2, p. 10-22, 2012.

PÉREZ OROZCO, Amaia. *Subversión feminista de la economía. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida*. Madrid: Traficantes de sueños, 2014. 309 p.

SASSEN, Saskia. *Una sociología de la globalización*. Traducción de María Victoria Rodil. Buenos Aires: Katz ediciones, 2007. 323 p.

SKEGGS, Beverly. *Formations of Class and Gender. Becoming Respectable*. Londres: Sage Publications, 1997. 200 p.

VEGA, Cristina; GUTIÉRREZ-RODRÍGUEZ, Encarnación. Nuevas aproximaciones a la organización social del cuidado. Debates latinoamericanos. *Íconos. Revista de Ciencias Sociales*, Ecuador, n. 50, p. 9-26, 2014.

WACQUANT, Loïc. *Los condenados de la ciudad. Gueto, periferias y Estado*. Traducción de Marcos Mayer. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007. 376 p.

ZIBECCHI, Carla. Organizaciones comunitarias y cuidado en la primera infancia: un análisis en torno a las trayectorias, prácticas y saberes de las cuidadoras. *Trabajo y Sociedad*, Argentina, n. 20, p. 427-447, 2013.

# CAPÍTULO 27

## E QUEM VAI CUIDAR DELAS? MIGRAÇÃO INTERNACIONAL DE MULHERES ORIGINÁRIAS DA AMÉRICA LATINA E TRABALHOS DE CUIDADO

Delia Dutra<sup>1</sup>

---

### As mulheres na migração

A migração internacional feminina contemporânea tem como protagonistas mulheres de diversas origens que se deslocam para se empregar no setor de serviços domésticos e de cuidados. Isso tem gerado amplos debates sobre assuntos, tais como: os efeitos da produção e reprodução social de iniquidade, um suposto processo de empoderamento das migrantes, a maternidade a distância e o seu contraponto das denominadas mães substitutas da infância global, dentre outros assuntos.

Quando deslocamos a atenção para o debate específico ao âmbito dos Estudos Migratórios, a perspectiva analítica de gênero tende a se diluir um pouco e podemos reconhecer a existência ainda hoje de algumas premissas com forte teor universalista. Ou seja, pontos de partida epistêmicos que, desde nosso ponto de vista, distorcem a compreensão esclarecedora proposta por Sayad (1998) do fenômeno migratório como fato social total. Particularmente, entendemos que o erro interpretativo que mais nos afasta dessa proposta da migração como fato multidimensional é a prática intelectual de associar a migração (seja internacional quanto interna) como um fenômeno basicamente masculino. Uma prática que, na medida em que vai se reproduzindo, implícita ou explicitamente, afiança a existência de uma matriz interpretativa de *o migrante* como universal masculino que, até hoje, imprime sua marca nas denominadas teorias das migrações<sup>2</sup> e nas práticas institucionais dedicadas a ‘cuidar’ e ‘administrar’ esse fenômeno (políticas migratórias, programas de retorno, dentre outros) (DUTRA, 2017).

A isso acrescentamos o problema teórico-metodológico quando no âmbito científico falamos de *a mulher* migrante, reproduzindo a prática universalista antes mencionada, sendo que, neste caso, é utilizada na tentativa de desenvolver

- 1 Pesquisadora Colaboradora Plena no Programa de Estudos Comparados sobre as Américas, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília. Bolsista PNPd/CAPES. Coordenadora do Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Gênero (<http://www.ceppac.unb.br/laboratorios/greig>). E-mail: deliadutra@gmail.com
- 2 Existem diversas compilações do que deveriam ser considerados como os “textos fundadores” dos estudos migratórios. Consultar, por exemplo, Piché (2013), Arango (2000).

uma análise social que dê conta de ‘abraçar’ a experiência migratória delas, *todas*. Um movimento que busca incluir, “*add*”, nas palavras de Harding (1987, p. 7), e, mesmo sendo feito com a melhor intenção, acaba carregando esta forma de análise social de um claro “relativismo” (HARDING, 1987, p. 9) que nos leva a esquecer de perguntas tão necessárias como: *de quais mulheres estamos falando? quem são essas mães substitutas da infância global? ou, o país de origem, a língua por elas falada, os traços físicos, dão conta de explicar suas formas de incorporação ao mercado de trabalho?*

Esta comunicação representa uma tentativa de introduzir, nos diálogos já estabelecidos no âmbito dos estudos migratórios e de gênero, reflexões que vêm sendo levantadas por pensadoras feministas comunitárias latino-americanas. Nessa linha, e como exercício de refletir e buscar agregá-las aos debates existentes, trazemos o conceito de “entronque patriarcal” proposto por feministas aymaras-bolivianas<sup>3</sup>; conceito que, no nosso entendimento, auxilia na compreensão do fenômeno migratório de mulheres originárias da América latina, já não só para a Europa e os Estados Unidos, mas notadamente para grandes e médias cidades da nossa região (Buenos Aires, São Paulo, Lima, Brasília, Montevideu etc.) onde costumam trabalhar no setor de serviços domésticos e de cuidados.

Historicamente têm sido elaborados marcos regulatórios que propiciam a exploração da mão de obra migrante considerada ‘não qualificada’, porém, fundamental para o andamento da economia e que beneficia setores muito específicos da sociedade. Quando acrescentamos a isso o fato de que notadamente em países considerados mais desenvolvidos a legislação é deliberadamente omissa, não protege o trabalho feito pelas mulheres migrantes e inexistente qualquer forma legal de fiscalização no que se refere às condições de vida e de trabalho dessas mulheres que se incorporam ao setor de serviços domésticos e de cuidado, temos como resultado o cenário atual em que vivemos, onde diariamente mulheres migrantes e não migrantes são exploradas, violentadas e obrigadas a viver em condições indignas (DUTRA, 2013c).

## De quais migrantes estamos falando?<sup>4</sup>

*Maruja no tenía edad  
De sus años de antes, nada contaba.  
De sus años de después, nada esperaba.  
No era linda, ni fea, ni más o menos.  
Caminaba arrastrando los pies, empuñando el plumero,  
o la escoba, o el cucharón.  
Despierta, hundía la cabeza entre los hombros.  
Dormida, hundía la cabeza entre las rodillas.  
Cuando le hablaban, miraba el suelo,  
como quien cuenta hormigas.*

3 Consultar Cabnal (2010).

4 Esse item se desenvolve com base em Dutra (2017).

*Había trabajado en casas ajenas desde que tenía memoria.  
Nunca había salido de la ciudad de Lima.  
Mucho trajinó, de casa en casa, y en ninguna se hallaba.  
Por fin, encontró un lugar donde fue trata-  
da como si fuera persona.  
A los pocos días, se fue.  
Se estaba encariñando.  
Los hijos de los días  
(Eduardo Galeano)*

A migração internacional de mulheres tem sido historicamente vinculada a situações de vulnerabilidade, pobreza e violência física e/ou simbólica. Para desenvolver nossa reflexão, tomamos como base as condições de vida que atualmente enfrentam as mulheres migrantes trabalhadoras de origem social pobre, ou seja, as *Marujas* do Galeano. Mulheres cujo contexto de trabalho (ou falta deste) se conforma como eixo e lugar a partir do qual vivem e tomam decisões sobre o processo migratório, sobre a família, sobre os projetos de retorno e/ou de permanência na sociedade de acolhida.

A pobreza propicia uma maior violência para com as migrantes e seus dependentes, porque resulta em separação, em afastamento das mulheres do seu núcleo familiar, seus afetos e sua cultura, submetendo-as a empregos onde amiúde sofrem violência física e/ou simbólica. A questão passa por problematizar que o processo de globalização, seguindo o pensamento de Hirata (2010), criou mais empregos para as mulheres, porém, se trata de empregos vulneráveis e precários. As sucessivas crises mundiais, acrescenta essa autora, têm gerado muitas análises; porém, muito poucas estão voltadas para compreender os impactos sobre os homens e sobre as mulheres. A precarização do trabalho da mulher é ainda mais evidente do que a do homem, gerando maior impacto na precarização familiar. Ou seja, isso traz implicações não só para as próprias mulheres como para o seu núcleo familiar, gerando mudanças na estrutura social com enormes repercussões na comunidade local (de origem) e que provocam fenômenos como o da mobilidade indesejada da mulher, afetando a estrutura da família de matriz patriarcal<sup>5</sup> (DUTRA, 2015).

A migração poucas vezes é consequência de uma decisão individual e jamais resulta de um processo decisório exclusivamente racional. Pesquisas, como a que desenvolvemos (DUTRA, 2013a) junto a mulheres peruanas que chegam em Brasília para trabalhar no setor de serviços domésticos, provam que a decisão de serem elas, as mulheres (mães, esposas, filhas) as protagonistas únicas desse ato migratório em particular resulta de uma decisão do núcleo

5 Fontenla (2007) define o patriarcado como "sistema de relações sociais sexopolíticas baseadas em diferentes instituições públicas e privadas e na solidariedade interclasses e intragênero instaurada pelos homens, que enquanto grupo social e em forma individual e coletiva oprimem as mulheres também em forma individual e coletiva, e se apropriam de sua força produtiva e reprodutiva, de seus corpos e seus produtos, seja com meios pacíficos ou por meio da violência" (FONTENLA, 2007, p. 258). Tradução nossa do original em espanhol.

familiar, realizada no âmbito de uma lógica patriarcal que observa esses nichos do mercado de trabalho internacional como oportunidades basicamente para *a mulher* sem capital econômico e social que lhe permita outras escolhas profissionais, outras formas de vida.

Para a mulher é muito mais fácil arrumar emprego onde for. Se você estiver numa situação difícil, sendo mulher pode trabalhar até em casas [doméstica]. Já o homem... não. Ele não se acostumaria com esse tipo de trabalho. Então a mulher migrante tem como opção trabalhar em casas (Elena)<sup>6</sup> (grifos meus).

É muito difícil para um homem arrumar emprego... o que ele poderia fazer aqui? Trabalhar como jardineiro? .. não muito mais... mas isso é difícil e, sinceramente, eu sentiria pena de ver o meu marido trabalhando nisso. Ele não está acostumado. Prefiro ser eu a que fica longe .. eu sim me adapto (Amelia).

Identificamos nesse processo familiar de decisões – a quem corresponde migrar, como migrar, para onde ir, em quais condições, por quanto tempo, qual o objetivo dessa migração, qual o destino da renda produto do trabalho doméstico em migração – como uma primeira instância de interação violenta que coloca nas mulheres migrantes o papel de serem praticamente as únicas capazes de ‘salvar’ a situação de pobreza do grupo. Se analisarmos os depoimentos antes citados de Elena e Amelia, podemos entender que se dá a incorporação de uma lógica que, para as próprias migrantes, é natural e quase óbvio que devem ser elas as trabalhadoras domésticas capazes de suportar e, portanto, que devem elas abraçar o lugar que lhes outorga a nossa cultura patriarcal.

Mas esse sentimento não é homogêneo nem está presente sempre e de forma tranquila. Por um momento, elas próprias manifestavam-se incomodadas com relação a essa situação de terem saído elas e o marido ter ficado no país de origem recebendo as remessas. Um sentimento que também pode ser identificado como marcas dessa cultura patriarcal; ou seja, também dentro de uma lógica linear patriarcal seria o homem que deveria sair e a mulher cuidar da família, recebendo o dinheiro produto do trabalho de quem migrou. Entretanto, justamente a divisão internacional, sexual e racial do trabalho, no contexto capitalista mundial, no caso do trabalho doméstico e de cuidados, viria a inverter a lógica tradicional de organização familiar. Contudo, não necessariamente, até diríamos dificilmente, resulta no empoderamento da mulher migrante, quem muitas vezes continua submetida a relações familiares opressivas a distância.

6 Nomes fictícios são usados para preservar as identidades das migrantes que contribuíram com nossa pesquisa. Para mais detalhe sobre o processo e resultados da investigação, consultar nosso livro *Migração internacional e trabalho doméstico. Mulheres peruanas em Brasília*. Disponível em: <<http://www.csem.org.br/index.php/csem-em-foco/2902-publicado-e-book-do-livro-de-delia-dutra>>. Acesso em: 09 dez. 2016.

Por momentos parece dominar um sentimento maternal, querendo proteger o marido dos sofrimentos, as dificuldades por elas vividas. Mas também, em outros momentos, aparece a revolta, o cansaço dessa situação de tornar-se provedoras, sustentadoras à distância: *cansei disso, já decidi, vou embora em setembro. Olha só o que ele me disse o outro dia no telefone! “achei que você iria ficar mais tempo”. Como é que pode? Eu sofrendo aqui todo tipo de humilhação e ele se acostumando ao dinheiro que eu envio todo mês!* (Carmen) (DUTRA, 2013a, p. 229).

Essa naturalização do fato de serem mulheres as que *devem* migrar para ocupar espaços oferecidos pela divisão sexual, racial e internacional do trabalho, reforça fenômenos como a segregação ocupacional e/ou a discriminação retributiva.

[...] a segregação ocupacional como uma evidência da discriminação sofrida pelas trabalhadoras migrantes, Nash<sup>7</sup> sustenta que a “mercantilização das tarefas domésticas e de cuidado” é um fenômeno que pode ser caracterizado como global desde finais do século XX e cada vez mais associado às migrantes, as “recém chegadas”<sup>8</sup>, muitas delas convertidas em “mães substitutivas da infância global”, fenômenos que para essa autora renovam o já conhecido debate de traspasso de funções domésticas sempre e unicamente entre mulheres. São elas, mulheres autóctones e mulheres migrantes, que por meio de uma compaginação entre vida profissional e vida familiar garantem a reprodução e avanço da sociedade (DUTRA, 2013b, p. 181).

Em diálogo com isso, nós estamos propondo que o conceito de “entronque patriarcal” (CABNAL, 2010; DUTRA; BANDEIRA, 2015), elaborado por feministas aymaras-bolivianas, nos auxilia numa compreensão mais a fundo do fenômeno migratório das mulheres originárias da cultura andina, por exemplo, não só para a Europa, Estados Unidos, mas também para grandes e médias cidades da América Latina, com o objetivo de se empregar no setor de serviços domésticos e de cuidados.

O conceito entronque patriarcal refere ao encontro de dois modelos de opressão, violência de fato, que sofrem as mulheres originárias do nosso continente: a violência do colonizador e a violência ancestral dos homens para com as mulheres da mesma comunidade em algumas culturas originárias. Veja-se que a proposta destas pensadoras não é a de homogeneizar as culturas originárias; trata-se de alguns grupos que compartilham desses problemas internos às comunidades tidos até o momento como tabu. O reconhecimento dessas tradições – produto do encontro da cultura do colonizador e das culturas dos povos originários – nos permite hoje contextualizar esse fenômeno internacional de

7 Consultar Nash (2012).

8 O sentido dado à expressão “recém chegadas” vai além do tempo que as mulheres possam ter residido na sociedade de acolhida. Refere à ênfase dada à condição de serem de “fora”, à marca de não pertença (NASH, 2012).



traspasso de funções sempre entre mulheres e das mães substitutas da infância global que mencionamos antes com base em Nash (2012).

De acordo com Segato (2014), sempre existiu uma hierarquia no mundo pré-intrusão, materializada, por vezes, em diferenças no prestígio entre homens e mulheres. Para esta autora, havia uma espécie de pré-patriarcado. No entanto, o contato feito pelo mundo colonizador afetou as estruturas das relações sociais locais, capturando-as e as reorganizando dentro da lógica eurocentrada de organização do mundo. O primeiro sintoma dessa ingerência foi a cooptação dos homens como classe ancestralmente dedicada aos papéis do espaço público. A privatização do espaço doméstico como esfera residual, não abarcando as questões consideradas de interesse público geral, faz parte de um processo binário de colonização (SEGATO apud MATOS et al., 2017).

Nessa linha de pensamento e compreensão sobre a violência que ainda sofrem, algumas feministas comunitárias propõem a ideia de entender seus *corpos* com as especificidades de serem *duplamente pactuados*, *duplamente expropriados*, tanto pelas práticas patriarcais ancestrais quanto por aquelas que surgiram e foram se transformando com o processo colonizador (DUTRA; BANDEIRA, 2015).

## Considerações finais

Cuidar dos outros, velar e zelar por aqueles que delas dependem, assim como servir àqueles a quem elas obedecem, é o lugar social e culturalmente atribuído às mulheres. No entanto, o grau de responsabilidade e/ou de submissão assumido por uma mulher migrante varia enormemente conforme a situação social em que se encontra em função da sua origem e capital social de que dispõe.

Significa dizer que existem diversas variáveis que, em maior ou menor grau, se sobrepõem à condição de gênero (de serem mulheres) e acabam configurando as possibilidades reais de efetivar ou não as mudanças esperadas durante o processo migratório. Como exemplos de tais variáveis, podemos citar: a origem social, as características étnico-raciais, o grau de acúmulo de capital cultural e a posse ou não de documentação que as habilitem a desempenhar tarefas no mercado formal de trabalho. Para o caso específico das mulheres migrantes trabalhadoras e de origem social pobre, atualmente esse lugar assume certas características que, na sociedade receptora, geralmente as condena a nichos específicos no mercado de trabalho. Tal o caso do setor de serviços domésticos e de cuidados. Isso porque, nos apropriando do pensamento de Bourdieu (1998) ao refletir sobre *o migrante*, como matriz universal, nós sugerimos que são *elas*, as *mulheres migrantes* pobres, trabalhadoras, as que claramente se encontram na fronteira entre o ser e não ser social.

Entretanto, nessa fronteira entre o ser e o não ser social identificamos diversas nuances que, para serem compreendidas, é preciso que se torne fundamental



o desenvolvimento de uma perspectiva analítica que levante perguntas simples, porém, esclarecedoras, no seu ponto de partida: *de quais mulheres estamos falando? quem são essas mães substitutas da infância global? ou, o país de origem, a língua por elas falada, os traços físicos, dão conta de explicar suas formas de incorporação ao mercado de trabalho?* Somente assim estaremos em condições de iniciarmos um caminho compreensivo onde, dentre as nossas descobertas e avanços, consigamos levantar outras perguntas: *alguém já pensou em quem vai cuidar delas?* Isto é, qual o lugar dessas migrantes quando seus corpos, duplamente pactuados pelo efeito do entronque patriarcal, deixem de ser ‘úteis’ para esse mercado de trabalho que hoje está lhes abrindo uma única porta?

---

## REFERÊNCIAS

ARANGO, J. Explaining Migration: A Critical View. *International Social Science Journal*, v. 52, n. 165, p. 283-296, 2000.

BOURDIEU, Pierre. Um analista do inconsciente. In: SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998. p. 9-12.

CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In: \_\_\_\_\_. *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. España: Instituto de la Mujer/ACSUR, Las Segovias, 2010. p. 11-25.

DUTRA, Delia. *As mulheres no contexto das políticas migratórias*. Brasília: CSEM, 2013c. Disponível em: <[http://csem.org.br/images/downloads/artigos/As\\_mulheres\\_no\\_contexto\\_das\\_pol%C3%ADticas\\_migrat%C3%B3rias.pdf](http://csem.org.br/images/downloads/artigos/As_mulheres_no_contexto_das_pol%C3%ADticas_migrat%C3%B3rias.pdf)>. Acesso em: 02 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Marcas de uma origem e uma profissão: trabalhadoras domésticas peruanas em Brasília. *Caderno CRH*, v. 28, n. 73, 2015, p. 181-197. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792015000100012>>. Acesso em: 09 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. *Migração Internacional e trabalho doméstico*. Mulheres peruanas em Brasília. Brasília: CSEM; Sorocaba, OJM. 2013a.

\_\_\_\_\_. Mulheres migrantes trabalhadoras: a segregação no mercado de trabalho. *REMHU, Rev. Inter. Mob. Hum.*, n. 40, p. 177-193, 2013b. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/remhu/v21n40/11.pdf](http://www.scielo.br/pdf/remhu/v21n40/11.pdf)>. Acesso em: 09 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. Mulheres migrantes, trabalhadoras domésticas: vulnerabilidades e violências. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska; SILVA, Edlene; PORTELA, Cristiane (Org.). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília: Technopolitik, 2017. Disponível em: <[https://media.wix.com/ugd/2ee9da\\_7655fb848516489fa7634659ebf497f2.pdf](https://media.wix.com/ugd/2ee9da_7655fb848516489fa7634659ebf497f2.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2017.

DUTRA, Delia; BANDEIRA, Lourdes. Estudos de Gênero na América Latina: dinâmicas epistêmicas e emancipações plurais. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 9, n. 2, 2015, p. 1-15.

FONTENLA, Marta Amanda. Patriarcado. In: GAMBA, Susana. *Diccionario de estudios de género y feminismos*. Buenos Aires: Biblos, 2007. p. 256-258.

HARDING, Sandra. Introduction. Is there a feminist method? In: HARDING, Sandra (Ed.). *Feminism and Methodology*. USA: Indiana Univ. Press, 1987. p. 1-14.

HIRATA, Helena. Painel “Emprego, responsabilidades familiares e obstáculos socio-culturais à igualdade de gênero na economia”. *XI Conferência Regional sobre a Mulher de América Latina e do Caribe*, Brasília, 14 de julho de 2010. Disponível em: <[http://www.cepal.org/mujer/noticias/paginas/2/38882/Ponencia\\_HelenaHirata.pdf](http://www.cepal.org/mujer/noticias/paginas/2/38882/Ponencia_HelenaHirata.pdf)>. Acesso em: 08 dez. 2016.

MATOS, Renata; LIMA, Renata M.; DUTRA, Delia. Entre Debates e Embates: uma reflexão sobre epistemologias feministas latino-americanas. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, 2017. [no prelo]

NASH, Mary. Nuevos horizontes y viejos dilemas. Los retos de la era global. In: \_\_\_\_\_. *Mujeres en el Mundo. Historia, retos y movimientos*. Madrid: Alianza Editorial, 2012. p. 309-339.

PICHÉ, Victor (Dir.). *Les théories de la migration*. Paris: INED, 2013.

SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.

SEGATO, Rita Laura. Colonialidad y patriarcado moderno: expansión del frente estatal, modernización, y la vida de las mujeres. In: ESPINOSA, Yuderlys M.; GÓMEZ, Diana C.; OCHOA, Karina M. (Ed.). *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. p. 75-90.



## VIII. PSICOLOGIA, GÊNERO E SAÚDE



## CAPÍTULO 28

# GÊNERO E SAÚDE: encrencas transdisciplinares para a psicologia?

Anna Paula Uziel<sup>1</sup>

---

Tomo o termo “encrenca” de empréstimo de Sandra Azêredo (2010), a quem agradeço por partilhar suas reflexões, reinventando o título em português do livro de Judith Butler, *Gender Trouble*. Sandra se pergunta se a tradução mais apropriada para *trouble* não deveria ser encrenca, uma vez que a psicologia é uma área disciplinar e o gênero exige “um discurso inter e pós-disciplinar para resistir à domesticação acadêmica” (AZERÊDO, 2010, p. 175). Nessa mesma linha, ao invés de fazer uso dos termos inter ou pós, primeiro vou arriscar o conceito de transdisciplinar, para pensar em um momento seguinte se é possível fazer ranger a noção de dobra de Deleuze (1991) para ajudar a pensar neste campo que chamamos de saberes psi. Em comum: atravessamentos e territórios que se desfazem, fazem e refazem.

Pensar em encrenca deve servir para deslocar ideias, para incomodar as outras. E os outros. E se incomodar também. Um incômodo pode provocar. E a Psicologia já se sabe múltipla (ARANTES, 2004), a ausência de unidade não é um estágio a ser superado, mas uma característica deste campo de saber que, apesar disso, insiste em ser domesticado. O modo-indivíduo de que fala Regina Benevides de Barros (2013) talvez sirva para se pensar a forma como concebemos tradicionalmente as disciplinas.

Pistas sobre a transdisciplinaridade dos saberes psi talvez já estivessem lá onde se nomeia como algum início, quando uma falsa dicotomia se apresentava como necessidade de opção: a biologia ou a filosofia? Ou, ainda, nas questões que em meados do século passado Canguilhem levantava, comparando a Psicologia e a Filosofia, ou nos provocando, a partir da Filosofia...

A questão “o que é a Psicologia?” parece mais perturbadora para o psicólogo do que é “O que é a filosofia?”. Porque, para a Filosofia, a questão do seu sentido e de sua essência a constitui, bem mais do que define uma resposta a essa questão. O fato de que a questão renasça incessantemente, na falta de uma resposta satisfatória é, para quem gostaria de poder se chamar filósofo, uma razão de humildade e não

---

1 Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2002). É professora associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, coordenadora do LIDIS – Laboratório Integrado em Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos e pesquisadora associada do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ). E-mail: uzielap@gmail.com

uma causa de humilhação. Mas, para a Psicologia, a questão de sua essência, ou mais modestamente de seu conceito, coloca em questão também a própria essência do psicólogo, na medida em que, por não poder responder exatamente sobre o que é, tornou-se bastante difícil para ele responder sobre o que faz. Ele não pode, então, procurar, senão numa eficácia sempre discutível, a justificação de sua importância de especialista, importância que não desagradaria absolutamente a alguns que ela originasse no filósofo um complexo de inferioridade (CANGUILHEM, 1973 [1956], p. 1).

A filosofia, diz Deleuze (1992),

consiste sempre em inventar conceitos. [...] A filosofia tem uma função que permanece perfeitamente atual, criar conceitos. [...] A única condição é que eles tenham uma necessidade, mas também uma estranheza, e eles as têm na medida em que respondem a verdadeiros problemas. O conceito é o que impede que o pensamento seja uma simples opinião, um conselho, uma discussão, uma tagarelice (DELEUZE, 1992, p. 171).

Verdade que as palavras são “fugidias, instáveis, têm múltiplos apelos... (LOURO, 1997, p. 14). E conceitos... (se) aprisionam? Importante mencionar o quanto a discussão sobre integralidade e complexidade, ancorada em Basarab Nicolescu e Edgard Morin, constitui os debates sobre transdisciplinaridade na área da saúde. São conceitos-chave da área.

Na área da Saúde Coletiva, diz Mehry (2004), é possível identificar dois caminhos científicos: um onde há uma clara separação entre sujeito de conhecimento e objeto de estudo, que garante a objetividade do conhecimento, e outro que reconhece a ligação entre sujeito e objeto. No entanto, defende o autor, há pesquisas que não cabem nestes traços, pesquisas militantes e implicadas. As pesquisas na área de gênero parecem habitar este outro grupo.

Naomar de Almeida Filho (1997, p. 6), ainda nos anos 1990, ao discutir “aspectos históricos, epistemológicos e etimológicos associados à construção das noções de análise, método e, principalmente, disciplina”, considera o uso da ideia de transdisciplinaridade na saúde coletiva. A partir do esquema Jantsch-Vasconcelos-Bibeau, afirma tratar-se de

efeito de uma integração das disciplinas de um campo particular sobre a base de uma axiomática geral compartilhada. Baseada em um sistema de vários níveis e com objetivos diversificados, sua coordenação é assegurada por referência a uma finalidade comum, com tendência à horizontalização das relações de poder.

E se pergunta ainda: “Mas não é esta abertura das fronteiras disciplinares justamente a demanda que se impõe à ciência contemporânea?” (1997, p. 16).



E acrescenta: “Como propus em outro momento (ALMEIDA FILHO, 1997, p. 18), o “complexo saúde-doença-cuidado” é um daqueles objetos indisciplinados, não lineares, múltiplos, plurais, emergentes, multifacetados, que exigem dos pesquisadores um tratamento sintético e totalizante”.

Ou seja, a literatura sobre saúde também provoca a Psicologia sobre a transdisciplinaridade.

Tomemos o conceito de gênero, com Butler e com Guacira.

Em uma crítica a Joan Scott, apoiando-se em Butler, Azerêdo (2010) sustenta a necessidade de atenção para as condições de emergência da matriz generificada que constitui as relações que estabelecemos. Inclusive porque, pensar em gênero faz pensar em fronteiras e fixidez (BUTLER, 1999). Guacira Lopes Louro (1997) afirma a ligação necessária entre o conceito de gênero e o movimento feminista. Uma afirmação não apenas do seu lugar de fala, mas uma posição militante que, reitera Mehry (2004), sublinha a importância do político nas discussões conceituais e se integra com a perspectiva da Análise Institucional que sustenta nossas pesquisas. O conceito de gênero é uma ferramenta política e analítica (SCOTT, 1995; LOURO, 1997). O gênero se constitui sobre os corpos e tem uma dimensão relacional (LOURO, 1997). A dimensão social constitutiva do gênero faz com seja necessariamente pensado como construção social, portanto, não sendo passível de essencializações ou universalizações. No Brasil, é no final dos anos 1980 que o conceito é incorporado e serve cada vez mais como filtro, apesar de todas as tentativas do governo golpista de aniquilar esta ferramenta / viés / filtro do nosso cotidiano. Nossas práticas e instituições são atravessadas pelo gênero (LOURO, 1997). Cada vez mais é preciso desconstruir a oposição e o binarismo de gênero, que aprisiona corpos e limita identidades, pondo em análise “tanto a oposição entre eles quanto a unidade interna de cada um” (LOURO, 1997, p. 34-35). É preciso, como diz a autora, buscar os processos e as condições que estabeleceram esta polaridade. Sujeitos/sujeitas generificados/as somos todos nós, atravessados, dobrados por classe social, cor da pele, localidade. Se o poder é capilar, como propõe Foucault, é preciso pensar sobre seu exercício (LOURO, 1997). Se onde há poder, há resistência (FOUCAULT, 1988), acompanhem os processos de produção das resistências. Também na formação de profissionais psi orientadas/os por essa perspectiva. Que as relações de poder estabelecidas cotidianamente na micropolítica possam deslocar a psicologia. Gênero pode ser um bom analisador neste sentido, utilizando o conceito da Análise Institucional: algo que provoca deslocamentos, que permite análise das relações em jogo.

Para Deleuze (1992, p. 171), o conceito tem duas outras dimensões: “as do percepto e do afecto. [...] os perceptos não são percepções, são pacotes de sensações e de relações que sobrevivem àqueles que os vivenciam. Os afectos não são sentimentos, são devires que transbordam aquele que passa por eles (tornando-se outro)”.

Se devires transbordam, o prefixo trans indica trânsito, travessias, movimento, desfazimento de fronteiras. E a dobra “expressa a invenção de diferentes formas de relação consigo e com o mundo ao longo do tempo” (SILVA, 2004, p. 1).

O pensar nas dobras nos aponta várias direções, os discursos vão se constituindo em rede, em agenciamentos coletivos maquínicos e de enunciação. As forças se dobram conforme os agenciamentos que as potencializam (SANTOS, 2006, p. 146).

A proposta aqui é dobrar a psicologia.

Faço minhas as palavras de Azerêdo (2010, p. 185), quando ela afirma que para “se estudar efetivamente gênero é preciso considerar os processos de subjetivação que nos constituem e também levar em conta o político, e este tem sido um ponto cego nas teorizações em psicologia” – pelo menos algumas psicologias.

Braidotti (2000), a respeito da teoria feminista, evoca seu caráter transdisciplinar, o que nos parece congruente com a defesa que se quer fazer aqui. Para a autora, este caráter transdisciplinar

significa o cruzamento das fronteiras disciplinares sem que importem as distinções verticais segundo as quais foram organizadas. Metodologicamente se assemelha à bricolagem [...]. Deleuze chama esta técnica de desterritorialização, ou de devir nômade das ideias (BRAIDOTTI, 2000, p. 79 [tradução minha]).

Ao pensar em psicologias em diálogo e na afirmação de seus atravessamentos que, muitas vezes, insistimos em localizar como outras disciplinas, por que não pensar em se desterritorializar ao invés de deixar para trás suas formações de origem? Inclusive porque, de acordo com Rodrigues (2000), não se trata de superar as fronteiras entre as disciplinas, mas transformar o que as produz. No político. No ético. No estético.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Naomar. Transdisciplinaridade e Saúde Coletiva. *Ciência e Saúde Coletiva II*, n. 1/2, 1997.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Pensando a psicologia aplicada à justiça. In: BRANDÃO, Eduardo Ponte; GONÇALVES, Hebe Signorini (Org). *Psicologia jurídica no Brasil*. Rio de Janeiro: NAU, 2004, p. 15-49.

AZERÊDO, Sandra. Encrenca de gênero nas teorizações em psicologia. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 288, janeiro-abril/2010.

BARROS, Regina Benevides. *Grupo – A afirmação de um simulacro*. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

BRAIDOTTI, Rosi. *Sujetos Nómades*. Buenos Aires/Barcelona/México: Paidós, 2000.

BUTLER, Judith. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’”. Tradução: Tomás Tadeu da Silva. In: LOURO, Guacira. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999[1993]. p. 151-172.

CANGUILHEM, George. O que é a Psicologia? Conferência no Collège Philosophique em 18/12/1956. *Revista Tempo Brasileiro*, n. 30-31, 1973 (1956).

DELEUZE, Gilles. *A dobra: Leibniz e o Barroco*. Campinas: Papyrus, 1991.

\_\_\_\_\_. *Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

MERHY, Emerson Elias. O conhecer militante do sujeito implicado: o desafio de reconhecê-lo como saber válido. In: FRANCO, Túlio Batista; PERES, Marco Aurélio de Anselmo (Org.). *Acolher Chapecó. Uma experiência de mudança do modelo assistencial, com base no processo de trabalho*. 1. ed., v. 1. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 21-45.

RODRIGUES, Maria Lucia. Caminhos da transdisciplinaridade – fugindo a injunções lineares. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 64, 2000.

SANTOS, Nair Iracema Silveira dos. Escola pública e comunidade. Relações em d'obras. *Vivência*, n. 31, p. 139-155, 2006.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, Rosane Neves da. A Dobra Deleuziana: Políticas de Subjetivação. *Psi*, Niterói, p. 1-16, jun. 2004.

## CAPÍTULO 29

# GÊNERO, GERAÇÃO E SAÚDE: diálogos entre a antropologia e a psicologia

Mônica Franch<sup>1</sup>

---

O conhecido antropólogo francês Claude Lévi-Strauss defendeu, em mais de uma ocasião, que a antropologia nada mais é que um tipo de psicologia (DESCOLA, 2009). Sua preocupação pelos universais da cultura e pelo funcionamento da mente humana, sua defesa da origem simbólica da sociedade e sua ênfase no inconsciente colocam Lévi-Strauss do lado das antropólogas e antropólogos que reconhecem as possibilidades de um diálogo com a psicologia, lista em que podemos também situar Marcel Mauss, Bronislaw Malinowski, Georges Devereux, Roger Bastide, as/os representantes da escola americana de Cultura e Personalidade, sem mencionar as/os antropólogas/os que, sobretudo a partir dos anos 1970, se propõem à tarefa de desenvolver uma antropologia cognitiva (REYNOSO, 1993; TOREN, 2002).

Considerado como um dos pais fundadores da antropologia, Marcel Mauss (2003) escreveu explicitamente sobre as relações entre ambas as disciplinas, defendendo certa complementaridade em que a antropologia, entretanto, teria papel prioritário, pois existiria uma precedência do social perante o individual. Deste lado do Atlântico, a escola Cultura e Personalidade foi além em seus diálogos, relacionando características de culturas concretas com tipos de personalidade, como uma forma de superar o etnocentrismo próprio de uma psicologia que tinha como único modelo as sociedades europeia e norte-americana. Foi deste modo que Margaret Mead (2001) contestou as teorias a respeito da fase adolescente como sendo uma etapa intrinsecamente problemática, perspectiva dominante nos meios profissionais e na opinião pública dos Estados Unidos dos anos 1920. Na origem dessas visões, encontrava-se o clássico estudo do psicólogo Stanley Hall (1904) sobre o assunto, que definia a adolescência como fase de “tempestade e tensão”, à semelhança do *sturmunddrang* romântico, correspondendo ao estágio da barbárie na evolução da humanidade. Estudando jovens samoanas, a antropóloga chegou à conclusão de que a adolescência não era, em si, uma fase difícil, mas que a sociedade norte-americana da época a havia tornado desse modo. Em Samoa, adolecer era um processo tranquilo, não se configurando

---

1 Doutora em Antropologia pelo PPGSA-UFRJ. É professora associada do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba, e membro permanente dos Programa de Pós-Graduação em Antropologia e em Sociologia da mesma universidade. Fundadora e líder do Grupessc – Grupo de Pesquisas em Saúde, Sociedade e Cultura (UFPB) e membro do MARC (Medical Anthropology Research Center). E-mail: monicafanchg@gmail.com

como um momento de decisões, de escolhas e de incertezas para as garotas. Era a cultura que se encarregava delas.

Está além da minha capacidade, e foge ao objetivo desta apresentação, fazer uma análise exaustiva da longa e por vezes tensa interface entre antropologia e psicologia (ver REYNOSO, 1993). Destacamos, entretanto, que ela pode ser pensada a partir tanto de aproximações como de afastamentos que nos falariam, em última instância, de singularidades na construção dos nossos objetos, metodologias, abordagens e objetivos. As diferenças mais óbvias podem ser dispostas em pares de oposição tais como sociedade/indivíduo, contexto/universalidade, compreender/transformar, teorias nativas/categorias preestabelecidas. E as semelhanças são usualmente pensadas a partir do valor dado à escuta (apesar de nossas diferenças no quê o no como escutamos), da apreciação das narrativas individuais e, em última instância, no objeto final de conhecimento (o ser humano) (SEGATO, 2003; FONSECA, 2004).

Nas páginas que seguem, colocarei essas diferenças em movimento a partir de um caso concreto: o debate em torno da fase da vida conhecida como adolescência e/ou juventude. A definição dessa etapa do ciclo vital, seus limites e características, bem como suas necessidades e interesses, serão aqui apresentados como uma via de acesso ao modo como antropólogos e psicólogos se apropriam e produzem realidades, mas também mostrarão os deslizamentos entre ambas as disciplinas. Para isso, empreenderei um pequeno desvio biográfico, que me servirá como fio de Ariadne nesta discussão.

## **Da adolescência à juventude: breve nota biográfica**

No ano de 1994, comecei a trabalhar numa organização não governamental voltada ao atendimento de “meninas de rua” na cidade do Recife. A instituição contava com um quadro bastante diversificado de profissionais, com predomínio de psicólogas e, em número menor, de sociólogas/os, embora outras profissões também estivessem representadas (médicas, advogadas, pedagogas, trabalhadoras sociais). No cotidiano institucional, a separação disciplinar entre psicólogas/os e cientistas sociais correspondia, frouxamente, à divisão entre ações voltadas ao atendimento e “resgate” das meninas de rua, de tipo terapêutico, e ações voltadas à “prevenção” da ida de novas meninas às ruas, de tipo educativo. No primeiro caso, a unidade principal era o grupo de meninas partilhando a condição de ser “de rua”; no segundo, era o grupo de meninas “de comunidade”, o que incorporava a rede de relações do cotidiano dessas garotas, dando um caráter coletivo (comunitário) à ação, que reproduzia as diferenças esperadas para os campos da psicologia (indivíduos) e das ciências sociais (contextos).

Como antropóloga, eu me encaixei no segundo desses campos, num projeto coordenado por um sociólogo e ao qual, posteriormente, se somariam uma psicóloga e vários estagiários. Por se tratar de um projeto de capacitação, contávamos por vezes com a participação de outros profissionais, entre os

quais figuravam uma médica e uma enfermeira, responsáveis por todas as ações voltadas à saúde das garotas atendidas pela instituição. Não por acaso, as visões sobre a natureza e o alcance do projeto entravam amiúde em conflito. Tratava-se de um projeto “político”, voltado à formação de intelectuais orgânicas, à moda gramsciana? De um projeto “de saúde”, como o objetivo de prevenir doenças sexualmente transmissíveis e adiar a gravidez, vista necessariamente como sendo precoce? De um projeto “psicológico” para aumentar a autoestima das jovens, “palavra da moda” nas instituições que trabalham com população pobre? Formações e trajetórias diferentes geravam expectativas distintas, que não necessariamente se harmonizavam.

Um ponto comum de todas essas visões dizia respeito à definição do grupo com o qual trabalhávamos: tratava-se de adolescentes. A apreensão dessa idade da vida passava, necessariamente, por teorias psicológicas e biomédicas, as primeiras identificadas com o então famoso trabalho de Aberastury e Knobel (1989, p. 13), intitulado *Adolescência normal: um enfoque psicanalítico*. Este estudo dizia ser “normal” para a idade justamente tudo aquilo que é, aparentemente, anormal para todas as demais: “É um período de contradições, confuso, ambivalente e doloroso, caracterizado por fricções com o meio familiar e social. Esse quadro é frequentemente confundido com crises e estados patológicos”. Já o referencial biomédico, complementar ao psicológico, falava no efeito de hormônios que se descontrolavam, gerando ambivalências no humor e a tão temida emergência do interesse sexual – pelo sexo oposto. Essas interpretações ecoavam as primeiras teorias sobre adolescência elaboradas na psicologia por Stanley Hall que foram frontalmente atacadas por Margaret Mead a partir do caso samoano. O enfoque biomédico-psicológico era apenas nuançado pelo recurso às teorias de gênero para a compreensão do universo em questão, que nos permitiam reintroduzir a diferença num processo apresentado a partir de sua homogeneidade.

Após três anos de trabalho na ONG, iniciei, em 1998, meu mestrado em Antropologia na UFPE, com um projeto de pesquisa voltado ao estudo de “adolescentes” das comunidades. Como costuma acontecer nesses casos, o projeto foi mudando de feição à medida que o curso avançava e meu estreito horizonte de conhecimentos ganhava algumas amplitudes. Mas, para além das mudanças de tema e de interesses, um dos deslocamentos mais significativos ocorreu no terreno das categorias. Ao abandonar o campo das ONGs e o referencial biopsicológico, fui deixando de lado a categoria “adolescência” em favor da “juventude”. Esse deslocamento respondia a uma tentativa de adequação disciplinar, pois logo percebi que, com exceção do trabalho de Margaret Mead, a categoria adolescência estava praticamente ausente das discussões das ciências sociais. Já os trabalhos sobre juventude eram abundantes não apenas na antropologia (de fato, a discussão sobre juventude ainda era algo limitado no nosso campo), mas, sobretudo, na sociologia, disciplina que tinha, inclusive, uma especialidade dedicada ao assunto – a sociologia da juventude.

Longe de se tratar de uma troca trivial, a substituição de categorias etárias trazia consigo diferentes prioridades e pressupostos, que também se traduziam em perdas e ganhos para a pesquisa, sobre os quais discorrerei a seguir.

### **Nem equivalentes, nem consecutivas, nem diferentes: as idades que os saberes constroem**

Numa primeira apreensão, a mudança da categoria adolescência para juventude pareceria ser apenas cronológica – a adolescência como sendo uma fase que precede a juventude. A idade cronológica, entretanto, não é tomada em sentido absoluto nem pela psicologia nem pela antropologia, aparecendo frequentemente como um atalho, quando não um empecilho, para as definições a respeito de cada uma dessas fases da vida. Mesmo considerando o critério cronológico, a ideia de que adolescência e juventude são fases da vida consecutivas esbarra nas diferentes definições nacionais e internacionais sobre cada uma delas. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) situa a adolescência entre os 12 e os 18 anos, enquanto o Estatuto da Juventude (2013) define esta como o período da vida que transcorre entre os 15 e os 29 anos. A superposição classificatória no período de 15 a 18 anos é indicativa do caráter histórico (ou arbitrário, como diria Bourdieu) dessas definições etárias, instituídas com mais de 20 anos de diferença e que refletem momentos históricos e sujeitos políticos distintos. As lutas em torno ao ECA foram lideradas por profissionais e ativistas que trabalhavam no atendimento, governamental e não governamental, dos então chamados “menores” e que vinham desenvolvendo práticas educativas inovadoras, alinhadas com as discussões internacionais em torno dos direitos da infância (ALVIM, 2002). Psicólogos, educadores e trabalhadores sociais foram a vanguarda de um movimento gestado, em grande parte, em instituições marcadas pelo seu caráter de tutela. Já o debate público que redundou no Estatuto da Juventude respondeu a um movimento internacional de elaboração de políticas para jovens, que repercutiu fortemente na América Latina.

Esse movimento foi alavancado pela multiplicação de pesquisas sobre jovens, algumas financiadas por agências como a UNESCO e muitas delas desenvolvidas a partir de referenciais do campo das ciências sociais. O foco desse novo interesse recaiu sobre o espaço público, com destaque para o lazer e as culturas juvenis, e sobre as esferas do que tradicionalmente se considera de transição ao mundo adulto – educação, trabalho, moradia. Atenção especial foi dada à questão da violência, tornada visível cotidianamente nos meios de comunicação de massa, mas também pela divulgação de pesquisas, principalmente dos Mapas da Violência da própria UNESCO.

Dois personagens condensam os significados desses dois momentos históricos – o “menor abandonado” ou “menino de rua”, nos anos 1990, e o “Falcão”, o jovem traficante dos anos 2000, cujo reverso positivado é o jovem do hip hop. “Os



meninos cresceram”, foi uma expressão que escutei em diversas ocasiões no meu trânsito por ONGs que estavam mudando de população-alvo ao sabor dos novos debates e linhas de financiamento. A escolha de personagens masculinos para simbolizar esses dois momentos não é por acaso. A visibilidade das adolescências e juventudes femininas, tanto nos estudos quanto nas políticas, foi muito menor, com uma única exceção: a “gravidez na adolescência”, entendida a priori como um “problema social”. No debate público, portanto, a sexuação social das idades, segundo expressão de Anette Langevin (1992), reproduzia divisões do público e do privado e tornava visível, apenas, aqueles aspectos do curso da vida feminino relacionados à sexualidade e reprodução, ausentes nas imagens masculinas.

Se adolescência e juventude não podem, rigorosamente, ser apreendidas enquanto fases consecutivas, também não me parecem propriamente intercambiáveis. Levantamento recente feito por Stengel e Dayrell (2017) sobre pesquisas defendidas em pós-graduações em psicologia no País mostra que, em geral, ambas as categorias têm sido usadas de forma indistinta e sem a devida reflexão, realidade que não parece ser muito diferente na antropologia. O que defendo, entretanto, é que embora adolescência e juventude tenham sido intercambiáveis na prática, elas diferem do ponto de vista dos conteúdos acionados a partir delas, sugerindo o modo pelos quais a psicologia e a antropologia constroem seus objetos e revelando, também, “contágios” entre ambas as disciplinas.

A adolescência, categoria da psicologia por excelência desde sua primeira conceituação por Stanley Hall (1904), remete, em primeiro lugar, às transformações corporais – a puberdade e o aparecimento dos chamados caracteres sexuais secundários. Esta poderia ser uma discussão interessante a se fazer desde a antropologia, uma vez que a dicotomia natureza/cultura figura entre os binômios fundantes da disciplina. Contudo, o que se observa é que o discurso biomédico parece ter capturado as mudanças corporais da adolescência e, com exceção de alguns trabalhos com sociedades tradicionais que ritualizam a puberdade, a antropologia não as tem chamado para si. Acredito que esse permanece como um desafio para antropólogas e antropólogos que trabalham com a questão das gerações e das idades da vida. O corpo e seus tempos não podem ser ignorados, porém eles também não devem ser entendidos, como tem ocorrido com frequência, como fator determinante de comportamentos e práticas sociais. Mesmo a ideia de “construção social”, em que o corpo aparece como a base sobre a qual a cultura se inscreve, reafirma uma compreensão do escopo da antropologia, *à la* Durkheim: o estudo da idade como fato social, deixando de fora tanto o fato “natural” (biologia), como a experiência “individual (psicologia). Não é possível que, em um momento em que a antropologia recoloca o debate natureza/cultura em novos termos que questionam, de quebra, as divisões disciplinares, tenhamos tão pouco a dizer sobre questões como menarca, menstruação, cognição ou hormônios, para citar alguns exemplos.

Um segundo aspecto que, no meu entender, marca uma diferença nos conteúdos mobilizados a partir das categorias juventude e adolescência, diz respeito ao tipo de transição em foco: a adolescência problematiza a transição desde a infância, enquanto a juventude nos leva para a transição à idade adulta, o que apenas em parte está relacionado com a idade cronológica. A transição da infância para a adolescência lança nosso olhar para contextos privados (as relações familiares, principalmente) e para espaços tutelados, onde a dimensão do conflito pode estar contida ou permanecer invisível. Parece-me que a questão da tutela – do Estado e seus aparelhos como a escola e da família – é um elemento importante a se levar em conta nos estudos sobre adolescência tanto na psicologia quanto na antropologia. Não por acaso, boa parte dos fenômenos que são problematizados a partir da categoria adolescência, em antropologia, remete a espaços tutelados e à relação com o corpo: o bullying, os transtornos alimentares (bulimia e anorexia), a automutilação. Práticas que também são objeto do interesse pelas ciências psi, o que certamente influencia bastante na escolha da categoria “adolescência” para compreendê-las.

Pouco abordada na antropologia, a transição da infância para a adolescência parece ter recebido algo mais de atenção da psicologia. No livro de Aberastury e Knobel anteriormente mencionado, o fim da infância é apreendido a partir da ideia de “luto pelo corpo infantil”. Mas, o que seria esse corpo infantil? Um corpo idêntico a si mesmo até chegar à adolescência, quando se deixa para trás? Seriam as mudanças da adolescência necessariamente mais dramáticas do que as de outras épocas da vida? E como podemos falar de “luto” quando a adolescência é, como já mencionou Philippe Ariès (1981), a nossa “idade favorita”, à qual todos queremos chegar e da qual ninguém quer sair? De que modo as questões de gênero e os contextos específicos informam essas passagens?

Em meus trabalhos nas periferias de Recife nos anos 1990-2000, observei que as diversas classificações do curso de vida estavam presentes posicionalmente, não sendo exclusivas nem excludentes. Duas garotas podiam ser definidas como adolescentes na escola, mas ao chegar no seu bairro uma delas era “menina” e a outra “moça”. A menarca anunciava a passagem da infância para a mocidade, ao passo que a atividade sexual promovia uma segunda transição, de “moça” a “mulher”, o que tinha implicações bem diferentes caso a garota fosse solteira, casada, tivesse namorado ou se perdesse “na rua” (FRANCH, 2010). Tais classificações, que independiam da idade cronológica, não tinham paralelo para o caso masculino, revelando o investimento social e o controle moral sobre a sexualidade feminina no período que costumamos denominar “adolescência”, termo a princípio neutro do ponto de vista de gênero. A intrínseca relação entre periodizações femininas e sexualidade está presente, nos dias atuais, na classificação das mulheres jovens em determinadas culturas juvenis como “novinhas” e “cachorras”, entre outros epítetos. Não por acaso, uma campanha

popular contra a pedofilia colocava em pauta o conflito de classificações – “Sabe aquela novinha? Nós chamamos de criança”.

A categoria adolescência pode aparecer também, nas ciências sociais, descrevendo a transição à vida adulta, porém os assuntos trazidos à baila são distintos daqueles mobilizados a partir da categoria juventude. Segundo Helena Abramo (1997), a adolescência remete a mudanças da ordem do privado – basicamente à transição entre a família de orientação, onde o/a adolescente é filho/a, e a família de procriação, onde ele/ela vai ser marido/esposa e pai/mãe. A assunção dos papéis para a vida adulta é vista a partir de seu efeito nos indivíduos, sendo o foco principal o modo como as pessoas vivenciam tais mudanças. Já a categoria juventude, segundo a mesma autora, relaciona-se à esfera pública da sociedade. Nesse sentido, ela é privilegiada para pensar a reprodução e a mudança das sociedades, o que transforma esse grupo etário numa metáfora do todo social: “A juventude, vista como categoria geracional que substitui a atual, aparece como retrato projeto da sociedade” (ABRAMO, 1997, p. 29).

Não por acaso, a juventude aparece na literatura antropológica e, notadamente, sociológica, a partir da sua intervenção pública, construindo, pela ação política, um futuro desejado. Os movimentos estudantis, as revoluções culturais empreendidas em torno do *Mai 68*, os cara-pintadas e, mais recentemente, todas as movimentações surgidas em forma de fóruns, redes e outras modalidades de ação coletiva são representativas dessa questão, que tem, em contrapartida, gerado uma imagem idealizada da juventude enquanto um período da vida contestador per se. Não sou a primeira a afirmar que, nesses casos, as ciências sociais fixam uma imagem do jovem, produzem uma “essência” juvenil, que lembra o modo como a biomedicina e a psicologia constroem suas próprias naturalizações em torno da adolescência. Na procura de fatores que expliquem a predisposição dos jovens para a contestação pública de sua sociedade, na ênfase nas aparições públicas, contestadoras, alternativas e/ou de vanguarda, são obscurecidas as práticas juvenis que não redundam em ações contestadoras do status quo. Isto também tem tido efeitos em relação à presença e ausência das juventudes das mulheres. Na área específica dos estudos sobre culturas e estilos juvenis, a procura de manifestações espetaculares e visíveis tem redundado, frequentemente, numa sub-representação dos mundos juvenis femininos, viés já denunciado por diversas autoras.

Em síntese, enquanto os estudos sobre adolescência evidenciam o corpo, os espaços tutelados e às transições da infância, os estudos sobre juventudes têm enfatizado as transições à idade adulta e as aparições públicas juvenis – na política, na cultura, na violência – revelando, igualmente, uma variedade de situações e contextos. O plural “juventudes” reivindicado na quase totalidade dos trabalhos desde, no mínimo, as pesquisas coordenadas por Gilberto Velho no Rio de Janeiro nos anos 1980, não deixa dúvidas quanto a isso. Nesse sentido, penso que a adoção cada vez maior da categoria “juventude” nas pesquisas da psicologia traduz, igualmente, um deslocamento das práticas, espaços e

problemas observados por essa disciplina. Não apenas a família, a escola e as relações “privadas”, mas a rua, as drogas, as amizades, o consumo, as redes sociais. Se as palavras não apenas nomeiam realidades, mas as constroem, o crescente uso da categoria juventude na área da psicologia pode apontar para compreensões mais coletivas, logo, mais políticas, do curso da vida.

## Despedida

De acordo com Christina Toren (2002), a interface entre antropologia e psicologia põe em destaque uma questão fundamental para as ciências humanas: “como devemos conceber os seres humanos?”. Se pensarmos que a questão indivíduo/sociedade está no cerne tanto da psicologia social como da antropologia e, de modo ainda mais evidente, da sociologia, podemos pensar que ambas as disciplinas traçaram um caminho inverso na tentativa de responder essa questão. A psicologia se origina da preocupação com o indivíduo, com o sujeito psicológico em seu sofrimento privado e na conformação de sua psique no jogo imediato de relações familiares, forjadas principalmente na primeira infância. A sociedade, nesses primeiros estudos, é um pano de fundo sobre o qual pouco ou nada se reflete, podendo ser definida talvez como a simples soma de indivíduos com suas propriedades psicológicas claramente estabelecidas. Já para a antropologia, o ponto de partida são as culturas ou sociedades vistas como um todo integrado. O social jamais pode se explicar pelo individual pois, como Durkheim gostava de repetir, o social é mais do que a simples soma dos indivíduos e o fato social pode ser tratado como uma coisa, com uma existência exterior e coercitiva sobre os sujeitos individuais. No jogo de forças indivíduo/sociedade, o primeiro levava sempre a pior para a sociologia/antropologia dos primeiros tempos, que entregava tranquilamente à psicologia o estudo das particularidades individuais, até como uma forma de definir seu campo. Com o tempo, porém, ambas as disciplinas se deslocaram do ponto inicial de sua partida. A psicologia passou a observar o social, sem abandonar o indivíduo, sendo a psicologia social resultado desse deslocamento. A antropologia, por sua vez, começou a levar em consideração as individualidades, tanto narrativamente (os “melanésios” de outrora têm hoje nome e fotografia) quanto metodológica e teoricamente, o que se verifica com o aumento dos estudos biográficos e de trajetórias. Todavia, o estudante de antropologia ainda precisa “expurgar” de seu arsenal as referências externas a seu campo, ou então justificá-las de forma que não maculem sua orientação disciplinar. Faz parte do jogo das especialidades. Contudo, o deslocamento da antropologia (do social para o individual) e da psicologia (do individual para o social) dá-se num momento em que as fronteiras entre indivíduo e sociedade, como também entre natureza e cultura, são mais questionadas do que nunca. Redefinir nossas categorias e pontos de vista a respeito das fases da vida pode e deve fazer parte desse esforço.

---

## REFERÊNCIAS

ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Maurício. *Adolescência normal: um enfoque psicanalítico*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ABRAMO, Helena. Considerações sobre a tematização social da juventude. *Revista Brasileira de Educação*, Número Especial: Juventude e contemporaneidade, ANPED, n. 5-6, p. 25-36, 1997.

ALVIM, Rosilene. Olhares sobre a juventude. *Comunicações do ISER*, ano 21, Edição Especial, 2002, p. 1-6.

ARIÈS, Philippe. *História social da infância e da família*. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRASIL. *Lei n° 8.069*, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Câmara dos Deputados, Brasília, 1990.

\_\_\_\_\_. *Lei n° 12.852*, de 05 de agosto de 2013. Estatuto da Juventude. Câmara dos Deputados, Brasília, 2013.

DESCOLA, Philippe. Claude Lévi-Strauss por Philippe Descola. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 183-192, 2009.

FONSECA, Claudia. Antropologia e psicologia: apontamentos para um diálogo aberto. In: KESSLER, Carlos Henrique (Org.). *Trama da clínica psicanalítica em debate*. Porto Alegre: Universidade da UFRGS, 2004.

FRANCH, Mónica. Três histórias – tempo, juventude e gênero em contextos de exclusão social. In: SOUZA, Marcio (Org.). *Desigualdades de gênero no Brasil*. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

HALL, Stanley. *Adolescence*. Its psychology and its relation to physiology, anthropology, sociology, sex, crime, religion and education. New York: D. Appletonand Company, 1904.

LANGEVIN, Anette. Rapports aux temps sociaux et divison sexuée. *Cahiersdu Gedisst. Iresco*, CNRS, n. 3, p. 41-47, 1992.

MAUSS, Marcel. Relações reais e práticas entre a psicologia e a sociologia. In: \_\_\_\_\_. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosacnaify, 2003.

MEAD, Margaret. *Coming of age in Samoa: a pshychological study of primitive youth for western civilization*. New York: Perennial Classics, 2001.

REYNOSO, Carlos. *De Édipo a la máquina cognitiva: introducción crítica a la antropología psicológica*. Buenos Aires: Editora de la Universidad de Buenos Aires, 1993.

SEGATO, Rita. *Antropología y psicoanálisis. Posibilidades y límites de un diálogo*. Brasília: PPGAS/UNB, 2003. (Série Antropologia)

STENGEL, Marcia; DAYRELL, Juarez. Produção sobre adolescência/juventude na pós-graduação em psicologia no Brasil. *Revista Desidades*, ano 5, n. 14, p. 18-29, março 2017.

TOREN, Christina. Antropologia e psicologia. *RBCS*, v. 27, n. 80, p. 21-36, outubro 2012.

# CAPÍTULO 30

## SAÚDE MENTAL E GÊNERO

Valeska Zanello<sup>1</sup>

---

O estudo das relações de gênero como viés para compreender o campo da saúde mental ainda é incipiente. No entanto, pode trazer aportes importantes para a compreensão da imbricação entre os processos de subjetivação gendrados (sobretudo em sociedades sexistas, como o Brasil) e o campo da psicopatologia, enquanto estudo do sofrimento e do adoecimento psíquico.

Em um primeiro momento, é necessário ressaltar tanto a participação do gênero na formação de certos sintomas, quanto seu papel configurador de pontos identitários de maior vulnerabilidade a certos estressores, caso o sujeito em questão seja um homem ou uma mulher – assumindo aqui um binarismo/essencialismo estratégico, na concepção de Spivak (1998). Centremo-nos no primeiro aspecto, para voltarmos ao segundo mais adiante. Trata-se de apontar que a cultura medeia os sintomas, quando esses não são da ordem biológica direta, ou seja, não são imediatos (LITTLEWOOD, 2002; MARTÍNEZ-HERNÁEZ, 2000; MARTINS, 2003). Há, assim, um processo de configuração dos afetos e das emoções, bem como as performances comportamentais, atravessado pelo gênero (BUTLER, 1990; BUTLER, 2012; KITAYAMA; PARK, 2007; LE BRETON, 2009). Um exemplo clássico é o choro (ZANELLO, 2014), comportamento de expressão emocional completamente aceitável, caso venha de uma mulher, mas que coloca em xeque, identitariamente, a masculinidade de um homem (comportamento cuja supressão é incitada desde a infância). Ou a expressão da agressividade em homens, não apenas aceitável, mas até desejável na afirmação de sua virilidade, porém profundamente mal vista e banida para a “feminilidade” de uma mulher.

Se, de um lado, temos o gendramento de muitos sintomas relacionados à expressão do sofrimento e da quebra psíquica, temos, por outro lado, a participação do gênero na formação subjetiva dos profissionais de saúde que atendem e devem diagnosticar o “problema” do paciente. Há uma pré-compreensão (hermenêutica) de mundo, a qual antecede o conhecimento especializado, fruto de uma formação acadêmica (ZANELLO, 2014; USSHER, 2013). O binarismo e os valores e estereótipos a ele ligados subsistem ao binarismo e aos estereótipos e valores a ele ligados. Em geral, não são questionados, são

---

<sup>1</sup> Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília. Professora do Departamento de Psicologia Clínica da Universidade de Brasília, orientadora de mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura (PPG-PSICC). Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em saúde mental e gênero, atuando principalmente nos seguintes temas: saúde mental, gênero, psicanálise e filosofia da linguagem. E-mail: valeskazanello@gmail.com. As ideias contidas nesse artigo foram retiradas do livro *Saúde mental e Gênero e Dispositivos: Cultura e Processos de Subjetivação* (2018).



vividos, “intuitivos”, mas participam ativamente do ato diagnóstico quando se “percebe” certos afetos ou comportamentos como sendo “sintomáticos”. É o caso, como pudemos observar em uma de nossas pesquisas, da “obesidade”, ou do “desprazer nas tarefas domésticas”, apontados em certos prontuários de mulheres, mas praticamente inexistentes dentre os dos homens (ZANELLO; SILVA, 2012), mesmo que houvesse usuários com excesso de peso. No caso deles, encontramos “disfunção erétil” ou “baixa libido”; enquanto nada havia sobre a vida sexual das pacientes, a não ser em casos nos quais havia a exacerbação da mesma, o que seria “inesperado” para uma mulher. Destaco, portanto, que o ato diagnóstico em saúde mental jamais é neutro; ele é fruto de um trabalho de *semiosis*, de interpretação e julgamento, o qual implica aquele que interpreta, em seus valores pessoais e sociais (em geral, acríticos). É nesse sentido que muitos historiadores da saúde mental (CHESLER, 2005; ENGEL, 2004; ENGEL, 2008; GARCIA, 1995; SHOWALTER, 1987) criticam a psiquiatria e outros campos *psis* como disciplinadores do gênero.

É necessário também realçar a descrição dos transtornos mentais nos manuais diagnósticos mais difundidos, tais como o CID e o DSM. O questionamento da existência de pressupostos de gênero, neles, no decorrer de suas versões, pode ser consultado em outros artigos (ver a discussão em WIDIGER, 2008). O que nos interessa é que “transtorno” é um termo técnico para padrões problemáticos de comportamento, tornado popular pelo DSM. Sua utilidade é diretamente relacionada à sua ambiguidade e está entre dois conceitos: a ideia de doença e de síndrome (KIRMAYER, 1994). O transtorno é uma construção classificatória. Ou seja, não é uma entidade metafísica, que existe em si mesma, mas uma criação cultural para balizar o diagnóstico e o tratamento das manifestações de sofrimento em nossa cultura. Nesse sentido, os manuais já foram amplamente criticados, sobretudo o DSM, por não serem neutros (FULFORD, 1994; WIGGINS; SCHWARTZ, 1994), e elegerem, mesmo sem intenção, certos padrões de normalidade relacionados a determinado grupo privilegiado: a classe média (branca) americana (ALARCON, 1995). Ao erigir algo como normal, necessariamente, elege-se a anormalidade, como, por exemplo, vivências relacionadas a religiões de matrizes africanas; ou comportamentos gendrados, como o chorar nas mulheres (“ódio impotente aprendido”; BELOTTI, 1983; SIMON, 2010); ou, ainda, formações somáticas, muito mais comuns em países não ocidentalizados (LEWIS-FERNÁNDEZ; KLEINMAN, 1995).

Um ponto a se destacar é a mudança e o aumento do número de transtornos mentais descritos com o passar dos anos, a partir do surgimento do primeiro DSM, na década de 1950. Isto levou ao questionamento sobre se os remédios eram criados para atender aos novos transtornos mentais “descobertos”, ou se os transtornos eram “descobertos” para vender os novos medicamentos (ESPERANZA, 2011). Há, assim, um mercado gigantesco, com alto lucro, e futuro ainda mais promissor. O campo da saúde mental possui uma



característica específica, definida por Ian Hacking (1986) como *looping effect*: os transtornos mentais são fenômenos do tipo interativo humano, os quais, ao serem nomeados/criados, alteram as vivências do próprio grupo de referência por eles “identificados”. É o que ocorreu, por exemplo, historicamente, com o grupo dos “homossexuais” ou dos portadores de “Transtorno de Déficit de Atenção”. Há uma mudança na própria identidade dessas pessoas em função de sua descrição “científica” e, também, um impacto na compreensão de suas próprias experiências.

Pensemos no caso do transtorno depressivo. Em sua descrição, no DSM, o exemplo dado para o sintoma de “tristeza” é o choro. Laboratórios farmacêuticos “traduzem” a descrição dos sintomas em imagens, presentes nos folhetos entregues aos médicos para interpelar sua prescrição, ou em encartes informativos aos pacientes para que eles mesmos possam estar “atentos” aos sintomas de qualquer suposta “doença”. No caso da depressão, a imagem utilizada é, quase sempre, de uma mulher cabisbaixa, prostrada. Trata-se do que Wittig (1992) afirma como o “what goes without saying”: o que é mostrado é que a depressão é um problema de mulheres e, em sua descrição, o choro é destacado. Ao entrar em contato com estes folhetos, há a formação/nutrição do *background* de crenças do médico e o *looping effect* naquele (ou naquela) futuro(a) paciente que identificará sua “doença” e a própria necessidade de prescrição do remédio. Borch-Jacobsen (2013) descreve, assim, a produção do aumento do número de casos clínicos, em função do surgimento de novas descrições ou novos “transtornos mentais”.

Quando se elegem sintomas gendrados para se descrever um transtorno, cria-se, portanto, um viés, além dos já existentes no próprio ato diagnóstico. Desta forma, quando se toma um “dado” como a prevalência mundial da incidência de “depressão” em mulheres comparada a homens (na escala de 2 ou 3 casos para um), deve-se questionar certos pressupostos. E evitar conclusões precipitadas, atribuídas a causalidades lineares, que reforçam e mantêm a crença em um binarismo natural. Nesse caso, uma das interpretações etiológicas mais aceitas é a perspectiva da causalidade biológica, ou seja, isso ocorreria em função da presença de hormônios específicos na mulher. Pode-se ver aqui o quanto o reducionismo da causalidade biológica obscurece, “no final” de todos os procedimentos problemáticos apontados, a participação do gênero. Ela naturaliza questões que merecem e precisam ser indagadas. Ou seja, deve-se questionar a leitura epidemiológica, quando não são colocados em xeque o próprio gendramento presente na descrição dos transtornos, além do gendramento da própria formação sintomática e aquele presente na subjetividade do profissional de saúde que interpreta os atos e sentimentos do paciente. Esse é um quebra-cabeça epistemológico bastante importante.

Em face a esse problema, alguns autores, ligados ao campo da psiquiatria (ver essa discussão em GRANT; WEISSMAN, 2008), têm sugerido mudanças

nas classificações, apontando que, ou deve haver a criação de pré-requisitos sintomáticos específicos para mulheres separadamente de homens, ou deve haver uma quantidade distinta de sintomas necessários para perfazer o diagnóstico de um transtorno, para cada sexo. Outros autores, mais ligados ao campo das ciências sociais, que estudam saúde mental e gênero, apontam, por seu turno, o gendramento do sofrimento, ou seja, o quanto homens e mulheres sofrem, porém de formas diferentes e por distintos fatores (SIMON, 2014). Nesse sentido, é sublinhado que se mulheres quebram psiquicamente, sobretudo, na depressão e nos transtornos de ansiedade, homens, por seu turno, consomem mais álcool e drogas e perfazem o transtorno do comportamento antissocial. Grande parte dessas diferenças se daria pelos processos de gendramento na configuração dos afetos, os quais seriam, nas mulheres, marcados pela “internalização” e, nos homens, pela “externalização” (SIMON, 2014).

Em relação aos fatores mais estressores, as pesquisas indicam que problemas relacionados aos filhos e à família atingem mais a saúde mental das mulheres, enquanto que os problemas financeiros e de trabalho, atingem mais os homens (ZANELLO; BUKOWITZ, 2012; ZANELLO; FIUZA; COSTA, 2015; SIMON, 2014). No entanto, resta a questão: por que isso ocorre? Aqui devemos retomar aquele ponto citado no início de nosso texto. Precisamos abordar o gendramento dos processos de subjetivação. Para isso, há que se considerar, sempre, a especificidade de cada cultura e as interseccionalidades nela presente.

Em nosso país, temos caminhos privilegiados de subjetivação específicos para homens e mulheres. Para elas, há os dispositivos<sup>2</sup> amoroso e materno; para eles, o dispositivo da eficácia, fundado na virilidade sexual e laborativa (ZANELLO, 2016). Esses dispositivos são criados, mantidos, reafirmados pela microfísica do poder, sobretudo através das tecnologias de gênero (LAURETIS, 1984), nas quais se destaca o papel da mídia (cinema, revistas, músicas etc.). As tecnologias de gênero são não apenas a representação do sistema de diferenças de gênero, mas também a própria produção das mesmas<sup>3</sup>. Assim, o gênero seria “o conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais” (LAURETIS, 1984, p. 208). Os dispositivos amoroso, materno e da eficácia são históricos e se configuraram principalmente nos últimos dois séculos e meio (ZANELLO, 2018).

Dizer que as mulheres se subjetivam hoje, em nossa cultura, pelo dispositivo amoroso, implica dizer que, para elas, o amor é construído como alfa e ômega de suas existências; sobretudo, em um tipo de relação heterossexual sempre marcada pela assimetria de investimento afetivo. Além disso, as mulheres se subjetivam em uma relação consigo mesmas mediadas pelo olhar de um homem

2 Foucault define o dispositivo como um conjunto heterogêneo que engloba “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”. Para ele, “o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos” (FOUCAULT, 1996, p. 244).

3 A construção do gênero ocorre através das várias tecnologias do gênero e discursos institucionais que produzem, promovem e implantam certas representações, incluindo aí os próprios discursos “científicos” e acadêmicos.

que as escolha (ZANELLO, 2016; ZANELLO, 2018). A metáfora que criei para compreendermos esta ideia é a “prateleira do amor”. Essa prateleira é regida por um ideal estético (que vem se construindo desde o começo do século passado) marcado pela característica de ser branco, louro, jovem e magro. Quanto mais distante desses ideais, maior o impacto sobre sua autoestima e maiores as chances de se sentir “enclachada” na prateleira, ficando em posições mais desfavoráveis na mesma. As mulheres negras são as mais afetadas nesse dispositivo, pois na configuração cultural das preferências afetivas, são as mais preteridas, em função do racismo. Por outro lado, por mais que momentaneamente uma mulher se encontre em uma suposta “boa” posição na prateleira, continua ainda vulnerabilizada, pois está fadada a envelhecer, engordar, “sair fora de mercado”. A prateleira empodera os homens, pois, nessa lógica, são eles os erigidos como avaliadores das mulheres, física e moralmente. Quem avalia os homens são os próprios homens, na “casa dos homens” (WELZERLANG, 2001).

O amor (e essa forma de amar) é algo identitário para as mulheres e sua autoestima é construída e validada pela possibilidade de “ser escolhida” por um homem. As lésbicas diminuem a assimetria de investimento, mas não necessariamente subvertem os ditames desse dispositivo. Não à toa se diz: “as lésbicas não namoram, elas se casam”. Assim, a subversão do dispositivo da sexualidade não obrigatoriamente subverte os de gênero.

Alguns aspectos importantes da prateleira do amor, no dispositivo amoroso, seriam: a) a subjetivação das mulheres em rivalidade umas com as outras (“quero ser escolhida em detrimento das demais”); b) vulnerabilidade identitária no se sentir “escolhida” (“não importa como – ou quem – ele é, mas se ele me ama!” ou “se nenhum homem me deseja, então não valho nada” – e equivalentes, “sou feia”, “estou gorda” etc.); c) vulnerabilidade também em tudo fazer para “não ser abandonada” (“melhor com ele do que ser solteira”), responsabilizando-se pela manutenção da relação.

O dispositivo materno, assim como o amoroso, trata-se de uma construção cultural que se deu, sobretudo, desde o século XVIII: de um lado, pela separação entre um universo público e um privado; de outro, pela criação do discurso ideológico do “instinto materno” (BADINTER, 1985), naturalizando nas mulheres a capacidade de cuidar (dos outros e das tarefas domésticas, ou seja, relacionados ao ambiente privado). Cuidar é uma capacidade humana, mas historicamente foi ligada aos corpos das mulheres e somente nelas interpelado. Implica, portanto, dizer que, em nossa cultura, as mulheres são subjetivadas em um processo de heterocentrismo (ao contrário dos homens, nos quais o que se interpela é o ego-centramento, o ego-ísmo). Mesmo que uma mulher não tenha filhos, será demandada culturalmente a ser cuidadora, a se doar pelos outros. Aqui, como no caso do dispositivo amoroso, fugir à regra é ser colocada em xeque, identitariamente, como “verdadeira mulher”.

Já em relação aos homens, temos o dispositivo da eficácia, o qual também foi configurado historicamente. É baseado na afirmação da virilidade sexual e laborativa. Em relação a esta última, faz-se mister apontar o *status* e o valor que o trabalho adquiriu com o advento e a afirmação do capitalismo, e cada vez mais do individualismo, e o quanto o sucesso/valor pessoal (identitário) dos homens foi, paulatinamente, a ele relacionado. Metáforas presentes no mundo laboral foram importadas para a vida sexual (AZIZE; ARAÚJO, 2003), tais como desempenho, sucesso etc. Em suma, ser um “verdadeiro” homem passa pelas performances de ser um provedor e um “comedor”. Além disso, o processo de subjetivação, na masculinidade hegemônica, se dá através da opressão de outros homens e das mulheres. Como apontam Badinter (1992) e Bourdieu (1998), ser homem se constrói no imperativo e no negativo “não seja uma mulherzinha!”. Nossa cultura se caracteriza, assim, por ser profundamente misógina.

Podemos entender por que, então, certos fatores são considerados estressores para mulheres e outros para homens: são aqueles que colocam em xeque, identitariamente, o sujeito. Esses pontos identitários são construídos e mantidos pelas tecnologias de gênero, através dos dispositivos mencionados.

As relações apontadas em nosso texto sugerem, portanto, que o vínculo entre saúde mental e gênero é profundo (sobretudo em sociedades sexistas), além de ter várias facetas que alcançam desde os processos de subjetivação, formação dos sintomas, vulnerabilização identitária, à mediação do ato diagnóstico e à própria descrição dos transtornos. Levá-las em consideração, tanto nas pesquisas, quanto nas intervenções, é fator premente, não apenas para aumentar a eficácia no tratamento e alívio do sofrimento, mas, também, para não incorrerem em novas formas de violência de gênero, ainda que pautadas por um discurso científico acrítico no que tange a essas questões.

## REFERÊNCIAS

ALARCON, Renato D. Culture and Psychiatric Diagnosis. *The Psychiatric Clinics of North America*, v. 18, n. 2, p. 449-465, 1995.

AZIZE, Rodrigo Lopes; ARAÚJO, Emanuelle Silva. A pílula azul: uma análise de representações sobre masculinidade em face do Viagra. *Antropolítica*, v. 14, p. 133-151, 2003.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado – O mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

\_\_\_\_\_. *XY De l'identité masculine*. Paris: Odile Jacob, 1992.

BELOTTI, Elena Gianini. *Educar para a submissão: o descondicionalismo da mulher*. Petrópolis: Vozes, 1983.

BORCH-JACOBSEN, Mikkel. *La fabrique des folies – de la psychanalyse au psychopharmaceutique*. Paris: Éditions Sciences Humaines, 2013.

BOURDIEU, Pierre. *La domination masculine*. Paris: Seuil, 1998.

BUTLER, Judith. Actos performativos y constitución del género: un ensayo sobre fenomenología y teoría feminista. In: CASE, Sue-Ellen (Org.). *Performing Feminisms: Feminist Critical Theory and Theatre*. Baltimore: Johns Hopkins Press, 1990. p. 296-314.

\_\_\_\_\_. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CHESLER, Phyllis. *Women and madness*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 322-361.

\_\_\_\_\_. Sexualidades interditadas: loucura e gênero masculino. *História, Ciências, Saúde*, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 15, supl., p. 173-190, jun. 2008.

ESPERANZA, Graciela. Medicalizar a vida. In: JERUSALINKY, Alfredo; FENDRIK, Silvia (Org.). *O livro negro da psicopatologia contemporânea*. São Paulo: Via Lettera, 2011. p. 53-59.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

FULFORD, Bill K. W. M. Closet logics: Hidden conceptual elements in the DSM and CID classifications of mental disorders. In: SADLER, John Z.; WIGGINS, Osborne; SCHWARTZ, Michael (Orgs.). *Philosophical perspectives on psychiatric diagnostic classification*. London: The Johns Hopkins University Press, 1994. p. 211-232.

GARCIA, Carla Cristina. *Ovelhas na névoa. Um estudo sobre as mulheres e a loucura*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1995.

GRANT, Bridget F.; WISSMAN, Myrna M. Gênero e prevalência de Transtornos Psiquiátricos. In: NARROW, William E.; FIRST, Michael B.; SIROVATKA, Paul J.; REGIER, Darrel A. (Org.). *Gênero e idade: Considerações no diagnóstico psiquiátrico*. São Paulo: Rocco, 2008. p. 29-44.

HACKING, Ian. The looping effects of human kinds. In: SPERBER, Dan; PREMACK, David (Org.). *Causal Cognition: a multidisciplinary debate*. Oxford Scholarship on-line, 1986.

KIRMAYER, Laurence J. Is the concept of mental disorder culturally relative? In: KIRK, Stuart A.; EINBINDER, Susan D. (Ed.). *Controversial issues in mental health*. Boston: Allynand Bacon, 1994. p. 1-20.

KITAYAMA, Shinobu; PARK, Hyekyung. Cultural shaping of self, emotion, and well-being: How does it work? *Social and Personality Psychology Compass*, v. 1, n. 1, p. 202-222, 2007.

LAURETIS, Teresa De. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984. p. 206-242.

LE BRETON, David. *As paixões ordinárias: antropologia das emoções*. Petrópolis: Vozes, 2009.

LEWIS-FERNÁNDEZ, Roberto; KLEINMAN, Arthur. Cultural Psychiatry. Theoretical, clinical and research issues. *The Psychiatric Clinics of North America*, v. 18, n. 3, p. 433-447, 1995.

LITTLEWOOD, Roland. *Pathologies of the West: An Anthropology of Mental Illness in Europe and America*. Ithaca: Cornell University Press, 2002.

MARTÍNEZ-HERNÁNDEZ, Angel. *What's behind the symptom? On psychiatric observation and anthropological understanding*. Amsterdam: Harwood Academic Publishers, 2000.

MARTINS, Francisco. *Psicopatologia II – Semiologia Clínica*. Brasília: Laboratório de Psicopatologia e Psicanálise/ABRAFIPP, 2003.

SHOWALTER, Elaine. *The female Malady: Women, Madness and English culture 1830-1980*. London: Pantheon Books, 1987.

SIMON, Robin W. Twenty years of the Sociology of Mental Health: The Continued Significance of Gender and Marital Status for Emotional Well-Being. In: JOHNSON, Robert et al. (Ed.). *Sociology of Mental Health*. Springer Briefs in Sociology, 2014.

SIMON, Robin W.; LIVELY, Kathryn. Sex, anger and depression. *Social Forces*, v. 88, n. 4, p. 1543-1568, 2010.

SPIVAK, Gayatri. Can the subaltern speak? In: WILLIAMS, Patrick; CHRISMAN, Laura (Ed.). *An Introduction to colonial discourse and post-colonial theory*. New York; London: Harvester-Wheatsheat, 1998. p. 175-235.

USSHER, Jane M. Diagnosing difficult women and pathologising femininity: Gender bias in psychiatric nosology. Special issue Point of View. *Feminism & Psychology*, p. 63-69, 2013.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista de Estudos Feministas*, 2001, p. 460-482. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8635.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2015.

WIDIGER, Thomas. Abordagem ao 'diagnostic and statistical manual of mental disorders' quanto ao gênero – história e controvérsias. In: NARROW, William E. et al. (Org.) *Gênero e idade. Considerações no diagnóstico psiquiátrico. Agenda de pesquisa para DSM V*. São Paulo: Roca, 2008. p. 18-28.

WIGGINS, Osborne; SCHWARTZ, Michael. The limits of psychiatric knowledge and the problem of classification. In: SADLER, John Z.; WIGGINS, Osborne; SCHWARTZ, Michael (Ed.). *Philosophical perspectives on psychiatric diagnostic classification*. London: The John Hopkins University Press, 1994. p. 90-103.



---

WITTIG, Monique. *The straight mind and other essays*. Boston: Beacon Press, 1992.

ZANELLO, Valeska. A saúde mental sob o viés de gênero: uma releitura gendrada da epidemiologia, da semiologia e da interpretação diagnóstica. In: ZANELLO, Valeska; ANDRADE, Ana Paula M. (Org.). *Saúde Mental e Gênero – Diálogos, Práticas e Interdisciplinaridade*. Curitiba: Appris, 2014. p. 41-58.

\_\_\_\_\_. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris, 2018.

\_\_\_\_\_. Saúde mental, gênero e dispositivos. In: DIMENSTEIN, Magda; LEITE, Jader; MACEDO, João Paulo; DANTAS, Candida (Org.). *Condições de vida e saúde mental em assentamentos rurais*. 1.ed. São Paulo: Intermeios Cultural, 2016. p. 223-246.

ZANELLO, Valeska; BUKOWITZ, Bruna. Insanity and culture: an approach to the gender relations in the speeches of psychiatrized patients. *Labrys*, n. 20-21, 2012. (Edition Française, on-line)

ZANELLO, Valeska; SILVA, Ren M. Saúde mental, gênero e violência estrutural. *Revista Bioética*, v. 20, n. 2, p. 267-279, 2012.

ZANELLO, Valeska; FIUZA, Gabriela; COSTA, Humberto. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. *Fractal*, v. 27, n. 3, 2015.



**IX. GÊNERO E DEFICIÊNCIAS:  
dos modelos e representações  
às múltiplas vivências**



# CAPÍTULO 31

## DIVERSIDADE FUNCIONAL, PORNOGRAFIA E PÓS-PORNOGRAFIA

Jorge Leite Jr.<sup>1</sup>

---

Dentro do que se convencionou chamar – bem genericamente – de “Ocidente”, a pornografia é um tipo de discurso que ainda hoje gera debates intensos, evoca maldições religiosas, instiga debates filosóficos, questiona cânones artísticos, encoraja pesquisas científicas, excita comércios terapêuticos, incentiva tecnologias e mídias, estimula mercados, industrializa desejos e fabrica fantasias relacionadas ao imaginário corporal, sexual e de gênero. Dessa forma, a pornografia é um *locus* privilegiado para se refletir o quanto diferença, política, ética e estética estão intimamente conectadas e não podem ser pensadas de maneira estanque e isolada.

O objetivo deste texto é refletir sobre as representações de sexualidade e gênero envolvendo pessoas com diversidade funcional na pornografia convencional e em algumas das ditas novas pornografias. Chamo de pornografia convencional um tipo específico de representação da sexualidade que surge na Europa na segunda metade do século XIX (e logo em seguida se estende para o todo o Ocidente dito “moderno”), que tem como objetivo principal a excitação sexual de seu público consumidor visando a obtenção de lucro financeiro através de um mercado próprio. É importante ressaltar que falarei somente da pornografia legalizada.<sup>2</sup> Diferentemente do que ocorria com a representação da sexualidade, do Renascimento ao século XVIII, cujo foco principal era a crítica política e social (HUNT, 1999), a pornografia propriamente dita vai se forjar e estabelecer como um ramo de negócio dentro do capitalismo – em alguns períodos de maneira ilegal, em outros de maneira legal –, sempre tendo como finalidade o ganho econômico (DÍAZ-BENÍTEZ, 2010). Outra característica fundamental da produção pornô convencional é a noção de “prática sexual” como sendo um corpo masculinizado (tenha ele pênis ou vagina) dominando e, principalmente, penetrando (seja em qual orifício for) um outro corpo feminilizado (tenha ele pênis ou vagina), tanto em produções heterossexuais quanto homo ou bissexuais. A pornografia aqui trabalhada será a audiovisual, em especial películas

---

1 Professor do Departamento de Sociologia, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e do Programa de Pós-Graduação em Literatura (PPGLit), todos da Universidade Federal de São Carlos (UFS-Car) – São Paulo – Brasil – E-mail: jcabelo@uol.com.br

2 Ou seja, regulada pelo Estado do país onde é produzida, feita de maneira consentida por, com e para pessoas com idade legal para tal. Nesse sentido, a pornografia infantil ou a chamada “pornografia de vingança” estão fora do campo desta análise.

cinematográficas estadunidenses da década de 70 do século XX e filmes feitos com tecnologias digitais a partir da primeira década do XXI.

Também uso preferencialmente a expressão “diversidade funcional”<sup>3</sup> ao invés de “deficiência”, concordando com a pesquisadora Andréa García-Santesmases Fernández (2015), ao explicar que tal termo evoca a ideia de que não existe uma maneira única de funcionamento do corpo e nem um perfil físico “correto” universal e a-histórico (PEREIRA, 2009; RIPOLLÉS, 2005). O termo “deficiente” sempre aparecerá entre aspas, usadas para ressaltar o caráter socialmente construído da “deficiência” e questionando o que seria a “eficiência” pressuposta e essencializada em tal termo. Dessa forma, farei uma reflexão sobre filmes e vídeos pornográficos apenas com pessoas com corpos “extra-ordinários”, por isso não falarei sobre pessoas com diversidade intelectual, psicossocial ou gordofobia. Também usarei o conceito de “capacitismo” como a discriminação sofrida por pessoas com diversidade funcional e motivada justamente por sua maneira de funcionar diferente do que é considerado “normal” e “natural” pela sociedade e período histórico em que tal pessoa se encontra (MELLO, 2016).

Da mesma maneira, não podemos nunca nos esquecer da temática delicada que é a relação entre sexualidade e diversidade funcional. O debate entre consentimento e vulnerabilidade (LOWENKRON, 2015) torna-se, nesse caso, muito mais delicado pois, como a crítica feminista já mostrou, não apenas as mulheres com “deficiência” estão mais vulneráveis, como efetivamente sofrem mais violência sexual (ELMAN, 2005; WILLIAMS, 2003). Assim, é preciso questionar também o quanto as desigualdades de gênero influenciam na questão dos cuidados (e cuidadorxs), na experiência corporal dessas pessoas, na vivência pessoal e social da dor, no caráter relacional das várias formas de dependência e no fundamental questionamento das noções de independência e autonomia (DINIZ, 2003; GARLAND-THOMSON, 2011; MELLO; NUERNBERG, 2012; MORRIS, 1998). Sem perder esses parâmetros, gostaria apenas de ressaltar que a temática do erotismo e da sexualidade é indispensável para pensarmos os direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos – e nesse sentido, extensíveis a todos os humanos, não apenas aos “capacitados”, “saudáveis” ou “normais” – tomando cuidado com a ideia de vulnerabilidade absoluta que, no limite, anula toda possibilidade de agencia dessas pessoas (FERRERIA, 2015; KAFER, 2013; MELLO, 2016; MORRIS, 1992; RIPOLLÉS, 2005).

Pode-se afirmar que a pornografia é o discurso sobre sexo da cultura do entretenimento. Nesse sentido, é importante lembrar que a pornografia como tal surgiu a partir da segunda metade do século XIX e o início do XX – como já dito – ao mesmo tempo em que se desenvolveu o colonialismo, o racismo científico, as teorias eugenistas, a ciência sexual, os ainda atuais padrões de corpo “normal”, “saudável” e “deficiente”, com sua naturalização e imposição

3 Termo criado pelo *Foro de Vida Independiente y Divertad*, ramo espanhol do Movimento de Vida Independente (FERNÁNDEZ, 2015).

– a chamada “corponormatividade” (McRUER, 2006) –, os então novos meios tecnológicos de comunicação (como o cinema) e tudo aquilo que depois ficou conhecido como “cultura de massa”.

Os chamados *freak shows*, também do mesmo período, foram um dos elementos fundamentais que influenciaram a pornografia e foram uma das bases da cultura do entretenimento. Nesses espetáculos, pessoas com as mais variadas capacidades físicas ou diferenças corporais eram exibidas para surpresa, medo e escárnio das plateias. Surgidos na Europa, tais shows correram o mundo e alcançaram seu pleno desenvolvimento nos Estados Unidos da América. Em seus palcos, a senhora Saartjie Baartman (1789-1815) – conhecida como a “Vênus Hotentote”; os gêmeos xifópagos Chang e Eng Bunker (1811-1874) – vindos do Sião e por isso chamados de “gêmeos siameses”; o senhor Joseph Carey Merrick (1862-1890) – famoso como o “homem elefante”, entre tantos outros seres humanos exotizados, fizeram sucesso como o espetáculo da anormalidade. Também pessoas com as mais variadas formas de diversidade funcional, além dos grupos étnicos não brancos/caucasianos, eram as estrelas estigmatizadas de tais shows.

Conforme Rosemarie Garland-Thomson (1996, 1997), essas apresentações foram fundamentais para o estabelecimento e divulgação de um padrão corporal imaginado como “normal”, pois funcionavam contrastando a “anormalidade” física dos chamados “*freaks*” com uma pressuposta “normalidade” corporal das pessoas da plateia. Nesse sentido, os *freak shows*, foram tanto um modo de naturalização quanto uma forma de pedagogia de hierarquias e desigualdades sociais organizadas como corporalidade, raça, classe, gênero e funcionalidade.

Os filmes pornô, herdeiros do cinema de variedades e da lógica do entretenimento, desde seu início encontraram na espetacularização do outro uma fonte de inspiração e de lucros. A categoria êmica “pornô bizarro” é uma autêntica versão sexualizada dos antigos *freak shows*. Como um ramo dentro da pornografia convencional, é comumente sob esse rótulo de “bizarro” que se apresentam os filmes em que atuam pessoas com as mais variadas alteridades físicas, tais como atrizes e atores com corpos extraordinários ou diversidade funcional.

Um caso exemplar é a atriz norte-americana Jeanne Silver.<sup>4</sup> Loira de pele branca, a jovem fez sucesso na pornografia dos anos 80 do século XX graças a sua característica pouco encontrada no universo geral das obras eróticas ocidentais: por uma questão congênita, uma de suas pernas terminava pouco abaixo de seu joelho, dando a impressão de que ela havia sido amputada. Em seus filmes, além do sexo “convencional”, Jeanne usa seu “cotoco” na perna para penetrar mulheres e homens durante os jogos sexuais. Essa prática atualmente pode ser pensada como uma forma transgressiva de sexualidade<sup>5</sup> – por desgenitalizar o prazer e erotizar partes do corpo que, sob a lógica tradicional, não são sensibilizadas e,

4 Mais informações sobre a atriz e seus filmes em: <<http://www.imdb.com/title/tt0178711/>>.

5 Como uma variação do *fistfucking*, prática sexual onde as mãos são penetradas, até o punho ou mais, no ânus ou vagina dx parceirx.

principalmente, por usar intencionalmente o membro “deficiente” como fonte de prazer para si e para os outros – mas, na época, dentro da pornografia heterossexual, apesar dessa possibilidade de compreensão mais libertária não estar ausente, as cenas pareciam mais reforçar a heteronormatividade, feminilizando os homens por ela penetrados, e fortalecendo a lógica masculina tradicional de que relação sexual é sinônimo de penetração.

Assim, não é por acaso que em seus filmes mais famosos essa atriz é chamada de Long Jeanne Silver, com seu nome artístico fazendo referência direta a outro ator pornô famoso do período: o inglês Daniel Arthur Mead. Conhecido como Long Dong Silver,<sup>6</sup> ele era um rapaz negro prestigiado por possuir um pênis que media mais de um metro de comprimento – e que, depois, revelou-se ser uma prótese usada durante as filmagens. Nessa lógica, Jeanne (a mulher branca) é a versão (ou inversão) feminina de Daniel (o homem negro), onde sua perna “incompleta” funcionava como um tipo especial de pênis e evocava o membro do ator negro que, por sua vez, lembrava uma “terceira perna”. Sendo ambos vistos como *freaks* (ou “aberrações”), suas diferenças eram espetacularizadas para reafirmar o falocentrismo racista heterossexual. Nesse exemplo com Long Jeanne Silver e Long Dong Silver, corporalidade, raça, sexualidade e gênero são usados para reforçar o olhar capacitista: apesar de Jeanne possuir um discurso militante e empoderador para pessoas com diversidade funcional, seus filmes são feitos por pessoas “não deficientes” para um público de “não deficientes” (CENTENO ORTIZ, 2014), mantendo ainda um forte caráter de exotismo físico e bizarrice sexual.

Com certeza, essa é uma das principais características – e problema – da indústria pornográfica convencional: o reforço de estereótipos de gênero tradicionais e seu íntimo flerte com a misoginia, além da naturalização do racismo, das discriminações de classe e do capacitismo, entre várias outras formas de desigualdades e preconceitos apresentadas nesses filmes. Ainda assim, é preciso reconhecer que a pornografia não é algo monolítico nem possui um discurso unicamente conservador (BALTAR; BARRETO, 2014; DÍAZ-BENÍTEZ, 2010; PRECIADO, 2007; TAORMINO et al., 2013; WILLIAMS, 2004). Foi de dentro da própria indústria pornô que nasceram os movimentos mais críticos a essas produções tradicionais e que, a partir do final dos anos 80, vão gerar novas pornografias, como veremos à frente.

No início do século XX, quando a quase totalidade dos estudos científicos sobre sexo diziam que as mulheres não tinham nem desejo sexual nem prazer, um dos poucos espaços onde isso era questionado e as mulheres apresentadas como detentoras de autonomia erótica era a pornografia. Enquanto no discurso médico e acadêmico sobre sexo feminilidade era praticamente sinônimo de assexualidade, no discurso da cultura do entretenimento feminilidade era equivalente

6 Mais informações sobre o ator e seus filmes em: <<http://www.imdb.com/name/nm0798740/>>.

a sensualidade e diversão carnal – para as próprias mulheres. Além disso, na década de 60 desse período, as produções pornô foram recebidas como uma força libertária por uma parte dos movimentos de contracultura e da chamada Revolução sexual, pois colocavam as mulheres no comando de sua emancipação erótica, além de estimularem o debate sobre quais práticas sexuais e corpos poderiam ser representados.

Linda Williams, em seu artigo *Skin flicks on the racial border* (2004), analisa como os filmes pornográficos estadunidenses das décadas de 70 e 80 do século XX e que tinham como protagonistas homens negros, apesar de reforçarem certos estereótipos de raça e virilidade masculina, também trouxeram para o debate social uma visão ainda pouco explicitada no período: o homem negro como um parceiro legitimamente desejável por uma mulher branca. Ou seja, esses filmes pornô eram uma forma de discurso público em que o desejo (não apenas erótico) por negros (e em menor medida, por negras) era apresentado como uma possibilidade aceitável e fora do contexto da fetichização ou da violência. Da mesma maneira, ainda que de forma quantitativamente e qualitativamente menor, os filmes em que apareciam pessoas com diversidade funcional não apenas questionavam quais corpos podiam ser elegidos como desejáveis e desejantes, mas também ajudavam a retirar esse desejo do plano do grotesco e do ridículo.

Prestando mais atenção às críticas feministas, à teoria *queer* e aos estudos pós-coloniais (e a novos nichos de mercado), a partir da década de 90, o meio pornográfico começa a se reconfigurar e produzir obras que pretendem inovar não apenas no conteúdo, mas também na forma como a representação da sexualidade é exibida (DUARTE, 2013). Tendo seu início em discussões organizadas pelas próprias atrizes pornô, ou seja, pela ponta mais vulnerável dessa indústria (FUENTES; SCHRAGE, 1987), as novas gerações de pornógrafas não vão se pautar pela tendência proibicionista, como desejavam algumas feministas conhecidas como *anti-porn*, mas sim pela linha feminista *pró-sex*, que não via na pornografia um mal em si mesmo (PRADA, 2010; TAORMINO et al., 2013). Conforme Paul B. Preciado (evocando uma ideia expressa por Annie Sprinkle<sup>7</sup>), “o melhor antídoto contra a pornografia dominante não é a censura, e sim a produção de representações alternativas da sexualidade, feitas de pontos de vista divergentes do olhar normativo”<sup>8</sup> (PRECIADO, 2007). A partir dessa lógica, surgirão as chamadas novas pornografias, como as pornografias amadora, feminista, alternativa, *queer* e a pós-pornografia.

Apesar de algumas delas estarem mais próximas do modelo da pornografia convencional (como a pornografia alternativa) e algumas muito distantes (como a pós-pornografia), o que une a todas é não apenas a discordância ideológica para com o pornô tradicional, mas o embasamento conceitual na crítica

7 Atriz pornô, prostituta, educadora sexual e artista performer, conhecida como a criadora da pós-pornografia. Mais informações em: <<http://anniesprinkle.org/>>.

8 Tradução do autor.

feminista, além da militância explícita para o empoderamento dos corpos e grupos historicamente discriminados e/ou estereotipados na própria pornografia, como as pessoas gordas, negras, latinas, asiáticas, transexuais, com diversidade funcional, entre várias outras. Dentre esses recentes modelos de representação da sexualidade, dois são especialmente interessantes para nossa discussão: a pós-pornografia e a pornografia amadora.

Pós-pornografia é a linha que mais vai investir na proposta não apenas de uma nova estética, mas de novas linguagens para se falar de corpo, gênero e sexualidade, tendo como objetivo não tanto a excitação sexual, mas o confronto político (LLOPIS, 2010; RAMOS 2015). O uso do termo “pós”, como nos estudos pós-coloniais, não indica uma superação da pornografia, mas justamente a sua crítica. Conforme Fabiane Borges (2011),

Pósporno é um dos nomes que identifica este movimento sexual/social que tenta criar alternativas para o padrão de pornografia vigente. [...] Se um dos vetores do movimento é essencialmente político, pode-se dizer que outro vetor é essencialmente experimental. Reivindicar o corpo como experiência, não como propriedade.

Também chamado de posporno, nele são comuns trabalhos questionando a heteronormatividade e os padrões físicos através de práticas como a modificação corporal, o uso de dildos e/ou próteses e os rituais fetichistas/ sadomasoquistas, expressando a fluidez dos gêneros e a desgenitalização do erotismo. As críticas do feminismo pró-sexo, do ativismo *queer*, dos debates pós-coloniais, do feminismo negro, lésbico, decolonial e do transfeminismo desembocam aqui como expressões artísticas e militantes. Se a pornografia é, antes de tudo, um saber/poder sobre o sexo (elaborado pela ótica da indústria do entretenimento), a pós-pornografia é a criação de outro discurso sobre o sexo, agora sob o viés da contestação política (DUARTE, 2013). É importante ressaltar que o movimento da pós-pornografia é algo ainda recente e fluido e que, sob esse rótulo, muitas obras distintas assim se auto classificam ou são classificadas.

A pós-pornografia se utiliza das mais variadas linguagens artísticas, e o registro documental-filmico é uma delas, sendo também neste formato que ela mais vai investir no questionamento dos corpos moldados como desejáveis e na apresentação de pessoas com diversidade funcional. Como exemplos, podemos citar o documentário *Yes, we fuck*<sup>9</sup> (2015) e o vídeo *Nexos*<sup>10</sup> (sem data). Nestas duas obras espanholas, a sexualidade e as questões de gênero envolvendo pessoas com diversidade funcional são mostradas de maneira a criticar a opressão capacitista sobre os corpos, desejos, gêneros e identidades ao mesmo tempo

9 Direção: Antonio Centeno e Raúl de La Morena, Espanha, 2015. Mais informações em: <<http://www.yeswefuck.org/>>.

10 Projeto criado pelo coletivo espanhol Post-Op e ativistas “alejados” (no original: *tullidos*) transfeministas como Antonio Centeno, Sabrina Lux, Patricia Carmona, Veronika Arauzo, Juan De, KarmenTep e Dany Varó, conforme informações em: <<http://postop-postporno.tumblr.com/nexos>>.



em que afirma prazeres, práticas e possibilidades eróticas “desviantes” (FERNÁNDEZ, 2015; FERREIRA, 2013), sem reforçar a misericórdia dos sujeitos “normais e perfeitos” ou cair literalmente na “pornografia inspiracional” (obras em que “deficientes” são usadas para inspirar os “não deficientes” através dos discursos de superação pessoal).<sup>11</sup>

A pornografia amadora, a rigor, é a mais distante do caráter contestador e militante dos novos pornôis, mas ainda assim possui um forte potencial criativo para o desenvolvimento de uma visão mais libertária sobre a diversidade funcional. Formada principalmente por usuários e usuárias comuns da internet que produzem e disponibilizam seus vídeos de nudez e sexo (e não feita por empreendedores de negócios com intenções prioritariamente comerciais), esse chamado “amadorismo” ajudou a formar a *netporn*, que são as obras pornôis produzidas e consumidas através das mídias digitais e organizadas segundo a lógica da interatividade produtor/consumidor. Assim, a internet 2.0 é um elemento fundamental não apenas para ampliação de negócios (como o pornô), para troca de ideias e experiências ou pela facilidade de formação de grupos colaborativos e militantes, mas pela política de interação derivada destas tecnologias.

A exposição do corpo nu e de imagens das próprias práticas sexuais, ou a “pornificação de si” – conforme as pesquisadoras Mariana Baltar e Nayara Barreto (2014) –, torna-se cada vez mais uma provável fonte de autoconhecimento, trocas afetivas, gratificação erótica e, principalmente, militância por reconhecimento de diferenças e individualidades. Desta forma, é possível encontrar em portais de filmes pornôis como Xvideos<sup>12</sup> ou Pornhub<sup>13</sup>, centenas de vídeos pornográficos postados pelos próprios usuários com diversidade funcional. Nessas obras, tais pessoas não apenas afirmam sua vivência erótica com seus prazeres e possibilidades, mas apresentam uma nova forma de produção e consumo desse material: vídeos feitos por “deficientes” (e/ou cuidadorxs sob sua orientação), com “deficientes” e para “deficientes”.

Uma das promessas do projeto de modernidade do Ocidente é, junto com uma maior capacidade de agência sobre o próprio corpo,<sup>14</sup> a estetização de si e da vida como um todo. Ao contrário de outros períodos históricos, a ideia de que a nossa vida não apenas pode, mas deve ser bela, e que a beleza – inclusive física – é algo acessível para qualquer um, bastando apenas disposição para tal busca, é uma das falácias que vai sustentar a modernidade capitalista. Assim, das roupas que vestimos ao automóvel que dirigimos, do corte de cabelo à geladeira da casa, tudo em nosso cotidiano – inclusive o corpo ou a pornografia – deve exprimir na aparência nossos valores e ideais.

11 Conforme explicado pela jornalista e humorista australiana Stella Young em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8K9Gg164Bsw>>.

12 Disponível em: <<https://www.xvideos.com/>>.

13 Disponível em: <<https://www.pornhub.com/>>.

14 Não utilizarei o termo “autonomia” pois, em um país como o Brasil, onde o aborto é criminalizado, infelizmente ainda não é possível falar plena e juridicamente em autonomia e direito sobre o próprio corpo.

Pierre-Joseph Proudhon (2009), o fundador no século XIX do anarquismo como um sistema político (ao mesmo tempo em que começava a surgir a pornografia), já constatava em seu livro de 1865, *Do princípio da arte e de sua destinação social*, que não existe política sem estética, pois toda estética dá forma e conteúdo aos valores de um grupo em determinada época (PROUDHON, 2009; RANCIÈRE, 2005), sejam eles valores éticos, religiosos, políticos, morais ou eróticos. No limite, toda estética é política, assim como toda política necessita de uma estética própria.

Os estudos feministas sobre cinema também desenvolveram essa ideia mostrando como não apenas o conteúdo de um filme, mas sua forma técnica (enquadramento, fotografia etc.) pode reforçar ou questionar o machismo, o racismo ou mesmo o capacitismo (MILLÁN, 1999). Assim, podemos pensar com Linda Williams (2004) que os filmes pornô heterossexuais com homens negros das décadas de 70 do século XX nos Estados Unidos estavam dialogando diretamente com o lema “*Black is beautiful*” do movimento negro no mesmo período. Da mesma forma, a pornografia amadora com pessoas com diversidade funcional é um forte exemplo da estetização erótica de si e, mesmo que não intencionalmente, trabalha como uma força que ajuda a ampliar os limites do que é considerado digno de ser desejado, desejante ou mesmo de ter sua imagem circulando tanto na internet quanto no imaginário social.

É neste ponto que a teoria *crip* do crítico estadunidense Robert McRuer (2006) pode nos ajudar. Unindo os *disability studies* com a teoria *queer*, este autor leva ao limite o modelo social da deficiência. O termo *crip* vem do inglês *cripple*, que significa aleijado, defeituoso e, como na teoria *queer*, busca ressignificar um termo ofensivo e acusatório. Assim, procura-se não apenas a “deficiência” como força política, mas o “aleijado” como um ator político específico (GAVÉRIO, 2015; LOPES, 2016; MCRUER, 2006). Para McRuer, o corpo eficiente (*able body*) é compulsório como a heterossexualidade e um termo mantém o outro segundo a mesma lógica da normatividade. É necessário então criticar a naturalização do corpo “eficiente” através da crítica aos binômios eficiente/deficiente, hetero/homo, público privado e analisar a separação lesão/deficiência, da mesma forma que a separação sexo/gênero: lesão é deficiência, assim como sexo é gênero. Como e por quê determinados corpos podem ser elegidos como desejáveis e outros como não desejáveis, amedrontadores ou dignos de pena? Qual a norma que vê o corpo diferente como problema?

Sem cair na boa intenção de que todos somos deficientes (pois ela pode despolitizar e perder justamente o saber situado dos “deficientes”) é possível uma aliança política entre os corpos *queer* e os corpos *crip*, pois ambos são unidos pela abjeção – embora quase toda a teoria *queer* tenha se baseado no corpo eficiente/ capacitado. O “deficiente” é o oposto constitutivo para que exista o eficiente, assim como o homossexual é condição *sine qua non* para a existência do hetero. Desta maneira, é importante criticar não apenas o sexo

“eficiente” e genitalizado, com suas zonas erógenas restritas e práticas sexuais padronizadas, mas pensar também a noção de acessibilidade como direito ao acesso à sexualidade, ao prazer e ao próprio corpo (FERREIRA, 2015; KAFER, 2013; McRUER, 2006; McRUER; MOLLOW, 2012).

Para além do medo da fetichização e do estímulo ao devotismo (BRUNO, 1997; FIDUCCIA, 1999; KAFER 2000; McRUER; MOLLOW, 2012) – ambos elementos muitas vezes pensados *a priori* como algo nocivo –, e de que a associação entre diversidade funcional, erotização e pornografia vulnerabilize mais essas pessoas (deixando-as ainda mais expostas à violência) e despolitize a discussão, o que essas novas pornografias estão propondo é exatamente o oposto: a erotização como forma de empoderamento e discurso político. Afinal, se conforme Proudhon, toda estética é política, uma nova política de gênero, sexualidade e diversidade corporal necessita consequentemente não apenas de uma nova ética, mas de uma nova estética erótica.

Afinal, somente os capacitados, “eficientes” ou “sadios” tem direito ao sexo, ao desejo e ao prazer? Se não conseguirmos mudar nosso repertório e imaginário sexual, incluindo neles a percepção que as pessoas com diversidade funcional são desejáveis e eroticamente legítimas, não vamos ultrapassar a visão capacitista presunçosa que sente piedade pelos “deficientes”. Talvez as novas pornografias nos ajudem a criar um futuro (KAFER, 2013) onde a diversidade funcional não esteja ausente (como no sonho eugenista do completo extermínio dessas pessoas), e que afirmando essa diferença, os *freaks* e *crips* sejam também motivo de beleza e tesão.

---

## REFERÊNCIAS

BALTAR, Mariana; BARRETO, Nayara. As pornificações de si em Diário da putaria. *Crítica Cultural*, – Palhoça, SC, v. 9, n. 2, p. 265-278, jul./dez. 2014. Disponível em: <[http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Critica\\_Cultural/article/view/2992/2134](http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Critica_Cultural/article/view/2992/2134)>

BORGES, Fabiane. Pósporno. *Na Borda*, Distrito dos Costas, MG, 2011. Disponível em: <<http://naborda.com.br/2011/texto/posporno/>>.

BRUNO, Richard L. Devotees, pretenders and wannabes: two cases of factitious disability disorder. *Journal of Sexuality and Disability*, Bethesda MD, vol. 15, n. 4, p. 243-260, 1997.

CENTENO ORTIZ, Antonio. Simbolismos y alianzas para una revuelta de los cuerpos. *Educació Social. Revista d'interneió socioeducativa*, Catalunya, p. 58, p. 101-118, 2014.

DIAZ-BENÍTEZ, Maria Elvira. *Nas redes do sexo: os bastidores do pornô brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010. 239 p.

DINIZ, Débora. Modelo social da deficiência: a crítica feminista. *Série Anis*, Brasília, v. 28, p. 1-10, 2003. Disponível em: <[http://www.anis.org.br/serie/artigos/sa28\(diniz\)deficienciafeminismo.pdf](http://www.anis.org.br/serie/artigos/sa28(diniz)deficienciafeminismo.pdf)>.

DUARTE, Larissa Costa. Iconografia e pós-pornografia – feminismo, subversão e teoria queer. *IV Encontro Nacional de Estudos da Imagem; I Encontro Internacional de Estudos da Imagem*. Londrina, 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/encimagem/2013/anais2013/trabalhos/pdf/Larissa%20Costa%20Duarte.pdf>>.

ELMAN, R. Amy. *Confronting the sexual abuse of women with disability*. Harrisburg, PA: VAWnet, a project of the National Resource Center on Domestic Violence/Pennsylvania Coalition Against Domestic Violence. Jan. 2005. Disponível em: <<http://wwda.org.au/wp-content/uploads/2013/12/elman1.pdf>>.

FERNÁNDEZ, Andre García-Santesmases. El cuerpo en disputa: cuestionamientos a la identidad de género desde la diversidad funcional. *Intersticios: Revista sociológica de pensamiento crítico*, v. 9, n.1, 2015. Disponível em: <<http://www.intersticios.es/article/viewFile/14343/9472>>.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Itinerações em busca de cuidados sexuais. Texto apresentado na mesa: *Consentimento e Vulnerabilidade. XI Reunião de Antropologia do Mercosul*, Montevidéu, 2015.

\_\_\_\_\_. “Yes, we fuck”: sexualidade, “diversidade funcional” e mercado do sexo. Texto apresentado na *V Reunião da Associação Portuguesa de Antropologia*, Vila Real, 2013.

FIDUCCIA, Barbara Faya Waxman. Sexual imagery of physical disabled women: erotic? Perverse? Sexist? *Journal of Sexuality and Disability*, Bethesda MD, v. 17, n. 3, p. 277-282, 1999.

FUENTES, Annete; SCHRAGE, Margaret. Deep inside porn stars – interview with Veronica Hart, Gloria Leonard, Kelly Nichols, Candidia Royalle, Annie Sprinkle, and Veronica Vera. *Jump Cut: A Review of Contemporary Media* [online], n. 32, p. 41-43, Apr. 1987. Disponível em: <<http://www.ejumpcut.org/archive/onlinessays/JC32folder/PornWomenInt.html>>.

GARLAND-THOMSON, Rosemarie. *Extraordinary bodies: figuring physical disability in American culture and literature*. New York: Columbia University Press, 1997. 200 p.

\_\_\_\_\_. From Wonder to Error: A Genealogy of Freak Discourse in Modernity. In: THOMSON, Rosemarie Garland (Ed.). *Freakery – Cultural Spectacles of the Extraordinary Body*. New York: New York University Press, 1996. p. 1-22.

\_\_\_\_\_. Misfits: a feminist materialist disability concept. *Hypatia* [online], v. 26, n. 3, p. 591-609, Summer, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1527-2001.2011.01206.x>.

GAVÉRIO, Marco Antônio. Medo de um planeta aleijado? Notas para possíveis aleijamentos da sexualidade. *Áskesis*, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 103 – 117, jan.- jun., 2015. Disponível em: <<http://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/view/29/pdf>>.

HUNT, Lynn. Obscenidade e as Origens da Modernidade (1500-1800). In: HUNT, Lynn (Org.). *A Invenção da Pornografia*. São Paulo: Hedra, 1999. 372 p.

KAFER, Alison. *Feminist, queer, crip*. Bloomington: Indiana University Press, 2013. 276 p.

\_\_\_\_\_. Mulheres deficientes e a comunidade de devotees. *Palestra apresentada durante a Conferência de Estudos sobre a Deficiência*, Chicago, Jun. 2000.

Disponível em: <<http://www.entreamigos.org.br/sites/default/files/textos/Mulheres%20Deficientes%20e%20a%20Comunidade%20de%20Devotees.pdf>>.

LLOPIS, María. *El postporno era eso*. Espanha: Melusina, 2010. 208 p.

LOPES, Pedro. Notas sobre teoria crip: desafios de “novos” horizontes de articulação. *Paper apresentado no encontro Diálogos entre deficiências e questões trans: saberes, direitos e políticas*, Campinas/SP, Universidade Estadual de Campinas, 21 de setembro de 2016. Mimeo.

LOWENKRON, Laura. Consentimento e vulnerabilidade: alguns cruzamentos entre o abuso sexual infantil e o tráfico de pessoas para fim de exploração sexual. *Cadernos Pagu* [online], Campinas, n. 45, p. 225-258, dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n45/0104-8333-cpa-45-00225.pdf>>.

MCRUER, Robert. *Crip theory: cultural signs of queerness and disability*. New York: New York University Press, 2006. 283 p.

MCRUER, Robert; MOLLOW, Anna (Eds.). *Sex and disability*. Durham and London: Duke University Press, 2012. 432 p.

MELLO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, out. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n10/1413-8123-csc-21-10-3265.pdf>>.

MELLO, Anahi Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: intersecções e perspectivas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 635-655, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v20n3/03.pdf>>.

MILLÁN, Mágara. *Derivas de un cine en femenino*. México: Programa Universitario de Estudios de Género de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), 1999. 234 p.

MORRIS, Jenny. Feminism, gender and disability. *Text of a paper presented at a seminar in Sydney*, Australia, Feb. 1998. Disponível em: <<http://disability-studies.leeds.ac.uk/files/library/morris-gender-and-disability.pdf>>.

\_\_\_\_\_. Personal and political: a feminist perspective on researching physical disability. *Disability, Handicap & Society*, vol. 7, n. 2, p. 157-166, 1992. Disponível em: <[http://www.um.es/discatif/PROYECTO\\_DISCATIF/Textos\\_discapacidad/00\\_Morris.pdf](http://www.um.es/discatif/PROYECTO_DISCATIF/Textos_discapacidad/00_Morris.pdf)>. DOI: <<https://doi.org/10.1080/02674649266780181>>.

PEREIRA, Ray. Diversidade funcional: a diferença e o histórico modelo de homem padrão. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 715-728, set. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v16n3/09.pdf>>.

PRADA, Nancy Prada. ¿Qué decimos las feministas sobre la pornografía? Los orígenes de un debate. *La manzana de la discordia*, v. 5, n. 1, p. 7-26, mar. 2016 (2010). Disponível em: <[http://manzanadiscordia.univalle.edu.co/index.php/la\\_manzana\\_de\\_la\\_discordia/article/view/1526](http://manzanadiscordia.univalle.edu.co/index.php/la_manzana_de_la_discordia/article/view/1526)>. DOI: <<https://doi.org/10.25100/lamanzanadeladiscordia.v5i1.1526>>.

PRECIADO, Paul B. Mujeres en los márgenes. *El País*, Madrid, ene. 2007. Disponível em: <[http://elpais.com/diario/2007/01/13/babelia/1168648750\\_850215.html](http://elpais.com/diario/2007/01/13/babelia/1168648750_850215.html)>.

PROUDHON, P. J. *Do princípio da arte e de sua destinação social*. 1 ed. Campinas: Editora Armazém do Ipê, 2009. 256 p.

RAMOS, Maria Eduarda. *Pornografia, resistências e feminismos – Estratégias políticas feministas de produções audiovisuais pornográficas*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2015.

RANCIÈRE, Jacques. A partilha do sensível: estética e política. Tradução de Mônica Costa Netto. 1. ed. São Paulo; EXO experimental org./ Ed. 34, 2005. 72 p.

RIPOLLÉS, Maria Soledad Arnau. Otras voces de mujer: el feminismo de la diversidad funcional. *Asparkia*, Castellón de la Plana, n. 16, p. 12-26, 2005. Disponível em: <<http://www.e-revistas.uji.es/index.php/asparkia/article/view/540/456>>.

TAORMINO, Tristan; SHIMIZU Celine Parreñas; PENLEY, Constance; MILLER-YOUNG, Mirelle (Eds.). *The feminist porn book: the politics of producing pleasure*. New York: The feminist Press at CUNY, 2013. 432 p.

WILLIAMS, Linda. Skin flicks on the racial border: pornography, exploitation and inter-racial lust. In: WILLIAMS, Linda (Ed.). *Porn Studies*. 1<sup>st</sup> ed. Durham: Duke University Press, 2004. p. 271-308.

WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Sobre deficiência e violência: reflexões para uma análise de revisão de área. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v.9, n.2, p. 141-154, jul.-dez. 2003.





## CAPÍTULO 32

# GÊNERO, DEFICIÊNCIA E A PRODUÇÃO DE VULNERABILIDADES

Marivete Gesser<sup>1</sup>

---

O objetivo deste capítulo será o de problematizar os atuais enquadramentos da deficiência e identificar pressupostos teórico-metodológicos voltados ao desafio ético-político de tornar a vida das pessoas com deficiência mais vivível. Para tanto, estabeleceu-se um diálogo entre o pensamento da filósofa Judith Butler e as contribuições dos Estudos Feministas da Deficiência (*Feminist Disability Studies*). Esse texto está organizado em três tópicos. No primeiro, serão brevemente apresentados dados sobre deficiência e os modelos de compreensão da deficiência. Em seguida, os efeitos dos enquadramentos da deficiência no que se refere à inteligibilidade das pessoas com deficiência serão problematizados, uma vez que os diferentes contextos sociais têm sido organizados com base em normas capacitistas que, ao estabelecerem determinados padrões relacionados aos corpos, tornam determinadas vidas ininteligíveis, contribuindo para a produção de uma condição de precariedade da vida. Por fim, as noções de cuidado e de interdependência serão discutidas como elementos importantes para a garantia dos direitos humanos das pessoas com deficiência.

### **A deficiência e seus modelos de compreensão**

Estima-se que mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo vivenciam alguma condição de deficiência (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2012). No Brasil, segundo informações obtidas no último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011) no ano 2010, cerca de 45 milhões de brasileiros experienciavam alguma condição de deficiência, o que representava 23,9% do total da população. Desses, em torno de 13 milhões apresentavam graves impedimentos de natureza física, visual, auditiva ou intelectual. Considerando que o envelhecimento produz condições de deficiência, esse número tende a aumentar com o aumento da expectativa de vida da população.

Há diferentes modelos de compreensão da deficiência, sendo esses ancorados em discursos caritativos/religiosos, biomédicos e histórico-críticos acerca da deficiência. Esses modelos têm diferentes características e podem produzir diferentes efeitos nas vidas das pessoas que experienciam condições de deficiência.

---

1 Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. E-mail: mariveteg@gmail.com

O modelo caritativo, segundo Mário Lanna-Junior (2010), surgiu com o fortalecimento do cristianismo ao longo da Idade Média. Esse modelo é fundado em uma perspectiva assistencialista na qual a deficiência é considerada um déficit individual, e as pessoas com deficiência são dignas de piedade por serem vítimas da própria incapacidade. Neste modelo, as ações voltadas às pessoas com deficiência ficam centradas no asilamento ou na assistência.

No que se refere ao modelo médico da deficiência, este entende a deficiência como sinônimo de doença que necessita ser curada. Além disso, os critérios que definem o que se considera deficiência são estabelecidos com base em normas e nos desvios destas. Nesse modelo, segundo Débora Diniz (2007) as ações voltadas à população com deficiência devem ser centradas no diagnóstico dos supostos déficits e na reabilitação da pessoa com deficiência a qualquer custo.

Já o modelo social da deficiência surgiu com o intuito de apontar a experiência da deficiência como uma forma de opressão. Ele foi criando inicialmente com o intuito de denunciar o quanto a sociedade, por meio das múltiplas barreiras que obstaculizam a participação social das pessoas com deficiência em igualdade de condições, segrega e exclui esse grupo social. Esse modelo vem sofrendo grandes transformações em decorrência da entrada das autoras feministas no campo dos estudos sobre deficiência as quais, sem negar que a deficiência é uma forma de opressão, vêm trazendo outros elementos para pensar a experiência da deficiência, tais como: a) a interseccionalidade da deficiência com as questões de raça, gênero, sexualidade, geração e classe social, b) a crítica a noção de independência e defesa da interdependência como inerente à condição humana, c) o cuidado com um princípio que deve atravessar todas as relações e d) a experiência da dor. Portanto, com a inserção das autoras feministas nos estudos sobre deficiência, há uma importante ampliação desse campo de estudos do ponto de vista científico e político.

Um importante instrumento jurídico voltado à garantia dos direitos humanos de pessoas com deficiência que foi elaborado com base nas discussões do modelo social da deficiência foi a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a qual foi ratificada pelo Brasil juntamente com o seu Protocolo Facultativo em agosto de 2008, e incorporada no ordenamento jurídico brasileiro sob o status de emenda constitucional por meio do Decreto no 6.949/2009 (BRASIL, 2009). Esse documento, construído com a participação de pessoas com deficiência vinculadas a diferentes organizações da sociedade civil, caracteriza-se, segundo Amita Dhanda (2008), como um importante tratado ético de direitos humanos. No artigo 1 deste documento, as pessoas com deficiência

[...] são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2009).

Esse conceito subverte os modelos de compreensão da deficiência que a caracterizam como uma condição individual, inscrita no corpo do sujeito,

e apontam para a importância de rompermos as barreiras que obstaculizam a participação das pessoas com deficiência na sociedade.

## **A deficiência e seus enquadramentos**

Neste tópico, os efeitos dos enquadramentos da deficiência no que se refere à inteligibilidade das pessoas com deficiência serão problematizados. Essa discussão é importante uma vez que os diferentes contextos sociais têm sido organizados com base em normas capacitistas que, ao estabelecerem determinados padrões relacionados aos corpos, tornam determinadas vidas ininteligíveis, contribuindo para a produção de uma condição de precariedade da vida e produzindo relações ancoradas em concepções caritativas/assistencialistas e/ou medicalizantes dos corpos.

A discussão será realizada com base nas reflexões de Judith Butler (2011, 2015) sobre a vida precária e os enquadramentos que podem tornar certas vidas mais ou menos inteligíveis e dignas de políticas voltadas à garantia dos direitos humanos. Embora a autora problematize as questões acima a partir de uma crítica às guerras contemporâneas, parte-se da premissa de que esse debate é fundamental para revelar os enquadramentos epistemológicos e seus efeitos em determinados grupos sociais tais como o referente às pessoas com deficiência.

O enquadramento está relacionado, segundo Butler (2015), às normas sociais que, mediante operações de poder, regulam nossas disposições afetivas e éticas em relação a determinado grupo social. Essas normas, quando repetidas, produzem e deslocam os termos por meio dos quais os sujeitos são reconhecidos. Sobre o reconhecimento, a autora destaca que: “ser reconhecido é um ato, uma prática, empreendida por, pelo menos, dois sujeitos, e que, como sugeriria a perspectiva hegeliana, constitui uma ação recíproca” (BUTLER, 2015, p. 20). Portanto, para que ocorra o reconhecimento, é necessário que haja relações de alteridade, o que é um desafio quando os enquadramentos, com base em normas capacitistas, consideram determinados corpos menos humanos do que outros.

Em relação ao capacitismo, segundo Anahi Mello (2016), esse é um processo que hierarquiza as pessoas em função da adequação dos seus corpos a um ideal de perfeição e capacidade funcional. Ele é materializado por meio de atitudes preconceituosas e geradoras de discriminação que hierarquizam pessoas em função da adequação de seus corpos a padrões de beleza e capacidade funcional. Essa hierarquização está relacionada ao ideal corponormativo vigente e produz opressão e exclusão aos corpos que não se conformam às normas estabelecidas.

Quando os enquadramentos da deficiência são baseados em normas capacitistas, tem-se como efeito: a) a responsabilização da pessoa com deficiência pela sua condição; b) a construção de estratégias voltadas predominantemente à reabilitação do corpo, para a adequação deste às normas que tornam possível o reconhecimento deste como humano; c) a acentuação da hierarquização das condições de deficiência, uma vez que, para alguns corpos, a inteligibilidade,

em decorrência das normas, não é algo alcançável, por mais esses sejam objetos de intervenções médicas voltadas à correção dos supostos desvios; e d) a emergência de uma condição precária, uma vez que o Estado-nação fica eximido de garantir a adequação dos espaços com base nas variações corpóreas.

Como construir relações de alteridade em meio a enquadramentos que consideram determinados corpos menos inteligíveis do que outros? Essa questão é muito relevante uma vez que, para Butler (2015), para que ocorra o processo de reconhecimento é necessário que haja não somente a apreensão do outro, mas a inteligibilidade.

O enquadramento, portanto, pode contribuir para tornar os corpos mais ou menos inteligíveis, bem como para configurar uma condição de precariedade da vida e vulnerabilidade. Especificamente em relação aos enquadramentos relacionados às pessoas com deficiência, pode-se afirmar que há o estabelecimento de uma moldura que, com base em normas capacitistas ancoradas no modelo médico da deficiência, tende a caracterizá-las como abjetas, defeituosas e incapazes, dificultando a construção de relações de alteridade e, conseqüentemente, de uma sociedade acessível para elas. Com base no pensamento de Butler, pode-se afirmar que, para garantir a participação das pessoas com deficiência em igualdade de condições é necessário, primeiramente, romper com o longo processo de abjeção, tornando essas pessoas inteligíveis. Isso se torna um desafio em função dos enquadramentos epistemológicos que insistem em compreender a deficiência como uma doença que precisa ser curada e tratar as pessoas com deficiência como dignas de pena, caridade e cuidados voltados à reabilitação do corpo, conforme tem mostrado as pesquisas de Ana Machado, (2017), Marivete Gesser e Adriano Nuernberg (2014), Hebe Regis, (2013), entre outras.

Enquadramentos que tornam os corpos ininteligíveis podem dificultar a alteridade e a vinculação, criando uma condição de precariedade da vida. Butler (2015) destaca que todas as vidas são precárias, uma vez que dependem de condições que estão fora delas, podendo ser eliminadas de maneira proposital e acidental. Todavia, elas podem experimentar uma condição precária a qual “designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte” (BUTLER, 2015, p. 46). Para romper com esses enquadramentos, precisamos, segundo a autora, repensar normas corporais como as de gênero, capacitismo e racialização, mostrando que não existe uma forma única de ser humano.

Essas normas produzem enquadramentos que dificultam a apreensão da vida em sua precariedade, bem como o reconhecimento do humano naqueles sujeitos que delas deviam. Ademais, fazendo uma analogia com o conceito de performatividade, Butler (2015) propõe pensarmos o enquadramento como provisório, uma vez que ele não é apreensível da mesma forma para todos. Ele escapa do contexto em que foi produzido. Ou seja, “O ‘enquadramento’ não é

capaz de conter completamente o que transmite, e se rompe toda vez que tenta dar uma organização definitiva ao seu conteúdo” (BUTLER, 2015, p. 26). Por isso, determinados enquadramentos realizados em um contexto específico, quando são visibilizados em outros contextos, produzem comoção.

Portanto, as normas que configuram os enquadramentos são construídas e podem ser desconstruídas. O processo de desconstrução é de fundamental importância para que determinadas vidas possam ser apreendidas em sua precariedade e vulnerabilidade, facilitando, dessa forma, a nossa capacidade de reconhecimento e vinculação.

### **Desconstruir normas, reinventar as molduras...: algumas contribuições dos Estudos Feministas sobre Deficiência e da Filosofia de Judith Butler para a construção de práticas inclusivas e voltadas à garantia dos direitos humanos**

Neste tópico, com base nos Estudos Feministas da Deficiência e no pensamento de Butler, as noções de cuidado, dependência e interdependência serão apresentadas como transversais a todas as relações e importantes para a construção de enquadramentos mais potentes para a garantia dos direitos humanos das pessoas com deficiência.

Para iniciar essa discussão, há necessidade de se problematizar a noção de independência, fortemente presente na sociedade contemporânea e entendida como um ideal a ser alcançado por todas as pessoas. Visando tal problematização, Eva Kittay, Bruce Jennings e Angela Wassunna (2005) destacam que há, nas sociedades industrializadas ocidentais, o que elas chamam de “mito do independente”, sendo este um sujeito sem corpo, não em desenvolvimento, não doente, não deficiente e que nunca vai envelhecer. Este mito atravessa e constitui nossa maneira de conceber questões de justiça e de política bem como o valor que damos à dimensão do cuidado (KITTAI; JENNINGS; WASUNNA, 2005).

Autores representantes dos Estudos Feministas da Deficiência tais como Débora Diniz (2007), Anahi Mello e Adriano Nuernberg (2012), Rosemarie Garland-Thompson (2014) e Laura Davy (2015) fazem uma crítica à noção de independência. Para eles, ter como meta a independência das pessoas com deficiência é negar as condições de precariedade e dependência a que todos estamos sujeitos, e que apontam para a centralidade das relações de interdependência entre as pessoas.

Essa dependência mútua e interdependência também é apontada como importante para Eva Kittay (2015). Fazendo uma crítica às concepções de justiça que não conseguem acomodar pessoas com a condição de deficiência intelectual, a autora propõe que a noção de justiça social incorpore nossa dependência mútua e inevitável e a nossa inexorável interdependência. Para a Kittay, a forma de incluir todas as pessoas com deficiência é focalizar os seres humanos como inevitavelmente dependentes, o cuidado como necessário devido à inevitável

dependência e a inexorável interdependência dos seres humanos. Kittay destaca que isso se faz necessário porque nunca somos totalmente independentes. Dessa forma, a autora rompe com uma concepção moderna de sujeito e de subjetividade ainda muito presente no contexto social e político.

Ao problematizar as relações entre deficiência e dependência, Kittay (2015) destaca que esta última é vista pelas pessoas com deficiência como infantilização e outras atribuições negativas. A autora cita Lennard Davis (2007, p. 4) destacando que é importante redefinir dependência pelas pessoas com deficiência, tirando dela o caráter interno e individual, e “compreendendo-a como abrangendo as vastas redes de assistência e provisão que tornam a vida moderna possível”. Dessa forma, Kittay critica os movimentos sociais de pessoas com deficiência que partem da premissa de que a justiça para as pessoas com deficiência está associada somente à organização da sociedade para que as lesões e impedimentos corporais não produzam dependências. Para tanto, utiliza como argumento que, para algumas pessoas, a luta pela qualidade de vida é possibilitada pela ajuda dos outros. Kittay destaca que muitas pessoas com deficiência

[...] alegaram que a injustiça da deficiência não é menos social do que o racismo, o sexismo ou a homofobia. Em alguns casos, no entanto, existem dependências residuais que permanecem mesmo quando temos modificações no ambiente físico e social destinadas a permitir que pessoas com deficiência funcionem “independentemente”. Essas dependências não são alteradas por ambientes alterados (KITTAY, 2015, p. 289).

Butler também contribuiu para o debate sobre interdependência quando a relaciona com a noção de que somos todos vidas precárias – precisamos de condições sociais e políticas para sobreviver e prosperar. Ou seja, estamos “sempre entregues aos outros, às normas, a organizações sociais e políticas que se desenvolveram historicamente a fim de maximizar a precariedade para alguns e minimizar a precariedade para outros” (p. 15). Com base nessa premissa, Butler aponta que temos que

[...] nos apoiar em uma nova ontologia corporal que implique repensar a precariedade, a vulnerabilidade, a dor, a interdependência, a exposição, a subsistência corporal, o desejo, o trabalho e as reivindicações sobre a linguagem e o pertencimento social (p. 15).

Por fim, a autora faz uma reflexão sobre a responsabilidade que temos com os outros, especialmente com aquelas pessoas que diferem das normas pelas quais são construídos os campos de possibilidade de reconhecimento.

Com base no pensamento de Butler e nos Estudos Feministas da Deficiência, acredita-se que o princípio da interdependência deve atravessar e constituir todas as políticas públicas voltadas às pessoas com e sem deficiência, norteadas por diversas práticas sociais. Contudo, considerando os discursos caritativos e assistencialistas que atravessam e constituem o enquadramento da deficiência,

há necessidade de não se produzir dependências desnecessárias. Para tanto, as estratégias de intervenção nos diversos âmbitos da vida das pessoas com deficiência devem ser elaboradas COM elas, visando, como propõe Gayatri Spivak (2010), tornar a voz dessas pessoas audível. Assim, deve-se considerar o lema do Movimento Político das Pessoas com Deficiência “Nada sobre nós sem nós”.

Considerando que a interdependência é uma condição humana decorrente da precariedade da vida, outro tema que tem sido muito discutido pelas autoras vinculadas aos Estudos Feministas da Deficiência, intrinsecamente ligado à interdependência, refere-se ao cuidado. Cuidado e interdependência são, de acordo com Garland-Thomson (2014), essenciais para garantir a qualidade de vida das pessoas com deficiência, principalmente daquelas que dependem do apoio de outras pessoas para poder ter uma vida vivível.

Todavia, ao longo da história, presenciou-se uma desvalorização das relações de dependência e do cuidado, sendo este último considerado como restrito ao âmbito privado e como uma atividade feminina. Considerando as desigualdades históricas de gênero, decorrentes de um sistema sexo/gênero que restringe o cuidado ao feminino e desvaloriza as mulheres e seus fazeres, o cuidado, e as cuidadoras, ocuparam um lugar subalterno na sociedade (TRONTO, 1999).

Acredito que subverter a desqualificação histórica do cuidado e colocá-lo no centro da discussão sobre justiça social às pessoas com deficiência é um ato ético e político, voltado à garantia dos direitos humanos das pessoas com deficiência. Defendo esse argumento porque, para muitas pessoas com condições de deficiência, o cuidado é um elemento fundamental para a manutenção da vida e da dignidade humanas. Acredito que o cuidado deve estar presente não somente no âmbito privado e sendo realizado por mulheres, mas que ele deve ser realizado em todos os contextos e atravessar e constituir todas as relações. Tornar o cuidado público pode contribuir para emergência de uma sociedade mais inclusiva a todas as pessoas, com ou sem deficiência.

Para que o cuidado possa ser voltado à garantia dos direitos humanos das pessoas com deficiência, precisamos garantir que a voz delas seja ouvida. É necessário, portanto, romper com práticas voltadas a dedução, com base em nossa experiência, do que o outro precisa e buscar conhecer as necessidades das pessoas com deficiência, bem como desconstruir os enquadramentos que colocam essas pessoas no campo da abjeção e que deslegitimam a sua voz.

Por fim, gostaria de ressaltar que é necessário desconstruir os enquadramentos que colocam as pessoas com deficiência no campo do desvio e da abjeção, bem como incorporar as contribuições dos Estudos Feministas da Deficiência na produção do conhecimento e nas políticas públicas. Assim poderemos fomentar a construção de uma sociedade inclusiva na qual a deficiência deixe de ser caracterizada como um desvio e passe a ser significada como uma característica da pessoa, inerente à variação humana. Penso que esse é um desafio ético e político voltado à luta pela garantia dos direitos humanos das pessoas com deficiência.



---

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Decreto Lei nº 6.949/2009. (2009). Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. *Diário Oficial da União*, Brasília, (26.08.2009).

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Tradução de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Revisão de tradução de Marina Vargas. Revisão técnica de Carla Rodrigues. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. 288 p.

\_\_\_\_\_. Vida precária. Tradução de Angelo Marcelo Vasco. Revisão de Richard Miskolci. *Contemporânea*, v. 1, n. 1, p. 13-33, 2011. ISSN: 2236-532X.

DAVY, Laura. Philosophical Inclusive Design: Intellectual Disability and the Limits of Individual Autonomy in Moral and Political Theory. *Hypatia* [online], v. 30, n. 1, p. 132-148, 2015. DOI: <<https://doi.org/10.1111/hypa.12119>>.

DHANDA, Amita. Construindo um novo léxico dos direitos humanos: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências. *SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos* [online], v. 5, n. 8, p. 42-59, 2008. ISSN 1806-6445. DOI: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1806-64452008000100003>>. Recuperado em 20 de novembro, 2010, da SciELO (Scientific Electronic Library On line): [www.scielo.br](http://www.scielo.br).

DINIZ, Debora. *O que é deficiência*. (Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Brasiliense, 2007. 96 p.

GARLAND-THOMSON, Rosemarie. A Habitable World: Harriet McBryde Johnson's "Case for My Life". *Hypatia* [online], v. 30, n. 1, p. 300-306, 2014. DOI: <<https://doi.org/10.1111/hypa.12132>>.

GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique. Psicologia, Sexualidade e Deficiência: Novas Perspectivas em Direitos Humanos. *Psicol. cienc. prof.*, v. 34, n. 4, p. 850-863, dez. 2014.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2011). Censo Demográfico: Resultados Preliminares da Amostra, 2011.

KITTAY, Eva Feder. Centering Justice on Dependency and Recovering Freedom [Versão Eletrônica]. *Hypatia* [online], v. 30, n. 1, p. 285-291, 2015. DOI: <<https://doi.org/10.1111/hypa.12131>>.



KITTAY, Eva Feder; JENNINGS, Bruce; WASUNNA, Angela A. Dependency, Difference and the Global Ethic of Longterm Care. *The Journal of Political Philosophy* [online], v. 13, n. 4, p. 443–469, 2005. DOI: <<https://doi.org/10.1111/j.1467-9760.2005.00232.x>>.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. (Org.). *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil*. Brasília: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. 2010.

MACHADO, Ana Paula. *Investigando as significações produzidas por segundos professores sobre seu trabalho no contexto das práticas de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2017.

MELLO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n.10, p. 3265-3276, 2016. ISSN: 1413-8123. DOI: <<http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320152110.07792016>>.

MELLO, Anahi Guedes de; NUERNBERG Adriano Henrique. Gênero e deficiência: intersecções e perspectivas [Versão Eletrônica]. *Revista Estudos Feministas* [online], v. 20, n. 3, p. 635-655, 2012. ISSN: 0104-026X. DOI: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2012000300003>>.

NUSSBAUM, Martha C. *Las fronteras de la justicia*. Madrid: Paidós, 2007 [2006]. 447 p.

ORGANIZAÇÃO Mundial de Saúde (2012). *Relatório mundial sobre a deficiência*. São Paulo: SEDPcD, 2012.

REGIS, Hebe Cristina Bastos. *Mulheres com deficiência intelectual e a esterilização involuntária: de quem é esse corpo?* Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013. Repositório Institucional UFSC. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/123020>>.

SPIVAK, Gayatri C.. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 133 p.

TRONTO, Joan C.. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? Tradução de Britta Lemos de Freitas. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (Eds.). *Gênero, corpo e conhecimento*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1999. p. 186-203.



X. GÊNERO E VIOLÊNCIAS  
NA AMÉRICA LATINA



# CAPÍTULO 33

## AFECTOS JUSTOS: testimonio, violencia y género

*Claudia Bacci*<sup>1</sup>

---

La bibliografía referida a los procesos represivos desplegados en América Latina entre las décadas de 1960 y 1980 ha destacado la centralidad de los testimonios para los procesos de búsqueda de justicia y verdad y para la reconstrucción de las memorias en el periodo posterior. Esta enorme literatura testimonial ha reconocido solo en las últimas décadas las dimensiones de la violencia sexual y de género en dichos contextos (JELIN, 1994; THEIDON, 2001; TOLEDO VÁZQUEZ, 2009; SANFORD, 2004, 2008; KAPLAN, 2007; HINER, 2009; HAYNER, 2011; MEMORIA ABIERTA, 2012; WOOD, 2012; JOFFILY, 2016, entre otras).<sup>2</sup> Este reconocimiento se produce en el marco de procesos denominados de “justicia transicional”, que incluyen desde comisiones de la verdad hasta procesos de “justicia universal”, a través de los cuales se integran conceptos y perspectivas de género al marco de los derechos humanos, que expanden el alcance de los sujetos de derecho y las instancias de reparación y justicia en los cuales los Estados están obligados por compromisos internacionales a desarrollar políticas de reparación y de acceso a la verdad jurídica (MINOW, 1998; JELIN, 2012; SIKKINK; KIM, 2013; TORRES FALCÓN, 2015). Así la ley, al nominar a estos delitos como “crímenes de lesa humanidad”, los coloca en el campo del derecho y otorga reconocimiento a quienes han padecido esas formas de violencia en diferentes contextos (SEGATO, 2010; ROSS, 2003; GONZÁLEZ, 2014). En este sentido, “La generalización del paradigma de los derechos humanos implica la centralidad de la víctima y el reconocimiento de su sufrimiento, así como la intención de reparación” (JELIN, 2014, p. 235).

Diferentes trabajos sobre el tema señalan el carácter coactivo que el marco judicial impone a los testimonios sobre la violencia sexual en general (CHEJTER, 1996; JELIN, 2002; DAS, 2006; VASALLO, 2016), así como las dificultades que el formato del testimonio de prueba, elemento central para construir evidencia judicial en torno a cuestiones relativas al daño físico y/o psíquico, supone para

---

1 Carrera de Sociología, Universidad de Buenos Aires, Argentina. E-mail: cabacci@gmail.com

2 En relación a la violencia física y al grado de involucramiento del cuerpo en cada caso, entendemos como “violencia sexual” distintas formas de agresión, desde insultos y comentarios lascivos que convierten al cuerpo en objeto, desnudez forzada, prácticas carcelarias extremas (requisas vejatorias, tratos humillantes a detenidas y familiares visitantes), y otras formas de abuso sobre el cuerpo femenino como embarazos forzados, abortos forzados, apropiación de los hijos e hijas, esclavitud sexual, violación. Cfr. Franco (2008) y Bacci, Capurro Robles, Oberti y Skura (2014).

la visibilización de los aspectos subjetivos de las experiencias de la violencia extrema y su relación con la sexualidad y los géneros (BARBUTO, 2011, MACON, 2014 y 2015). Uno de los cuestionamientos al enfoque de las políticas de justicia y reparación centrado en el ámbito judicial reside en la forma en que estos testimonios son producidos allí, donde quedan paradójicamente sujetos a las reglas procedimentales que limitan la expresión emocional de los testigos a la vez que se requiere demostrar en la enunciación las marcas que deberían verse en el cuerpo (JELIN, 2012).

Desde otro ángulo se ha criticado también la producción de trabajos en las áreas de estudios de mujeres y feministas que se centran en el carácter de “víctima” de las mujeres que son afectadas por la violencia sexual (MARCUS, 1994; DAS, 2008) y, en paralelo, la cuestión de los márgenes de agencia que pueden ser reconocidos en contextos de extrema violencia. A la carga de tabúes y represión social se suman perspectivas condescendientes y (re) victimizantes que requieren ser discutidas. Este trabajo es un intento en ese sentido, a partir de los desarrollos en los estudios sobre el pasado reciente en nuestra región y las perspectivas teóricas feministas contemporáneas sobre el género, la violencia sexual y las subjetividades.

Para ello propongo recorrer, de manera comparativa y a modo de apostillas, tres escenas testimoniales en las que las denuncias sobre violencia sexual en contextos de violencia estatal y política tuvieron diferente estatus y recepción por parte de instancias judiciales y estatales: el Juicio a las Juntas (Argentina, 1985), el juicio de Manta y Vilca (Huancavelica, Perú, 2016) y el Juicio de Sepur Zarco (Guatemala, 2016). En este sentido, coincidiendo con diversas autoras que han abordado contextos sociales similares en relación con la violencia sexual sistemática (DAS, 2006; THEIDON, 2001), sostengo que no todo silencio es olvido o rechazo, ni siempre toda palabra “ante la ley” es justicia.<sup>3</sup>

## Género y violencia sexual: tres escenas testimoniales

Si la escena de la justicia se plantea como una escena donde todo lo dicho/ escuchado debe aportar al esclarecimiento de una verdad sobre las atrocidades cometidas/padecidas – instalando así una relación de igualdad entre la palabra de los perpetradores y de las víctimas –, es también la plataforma que da lugar a una escucha ampliada, social. También es la oportunidad para que quienes testimonian reciban una escucha empática, solidaria de su sufrimiento, como parte de las instancias reparatorias que este tipo de procesos se proponen instaurar. En

3 Veena Das (2008) desarrolla una aproximación antropológica a la experiencia de ser testigo de la violencia social-sexual como una forma de “conocimiento envenenado”, una experiencia de (auto)reconocimiento en la vulnerabilidad que afecta a todas las relaciones y sostenes sociales del sujeto. Esta afección, muchas veces caracterizada como “arrasadora”, requiere ser reconsiderada, ya que “ser vulnerable es diferente de ser una víctima” (Das, 2006., p. 225, énfasis mío). Se podrían así repensar las prácticas potenciales de resistencia, como aquellas estrategias personales y colectivas que buscan mitigar el daño -sin restringirnos a la “resistencia física” que la doctrina legal suele considerar como “prueba de la acción sexual forzada”, y las estrategias y gestos individuales y colectivos, propios y ajenos. Cfr. Memoria Abierta (2012).

estas escenas testimoniales confluyen diferentes voces y formas de nombrar el sufrimiento que en ese mismo acto discursivo reafirman al sujeto que ha sobrevivido y puede dar cuenta del daño y sus alcances en el presente. Es también un espacio de inmensa responsabilidad para quien escucha (LAUB, 2013, p. 72-74).

En relación a la violencia sexual, y en particular a la violación, es preciso apreciar su performatividad en tanto “gramática genérica de la violencia” (MARCUS, 1994), lo que supone comprender las estructuras de dominación que atraviesan los discursos sociales como el de la justicia y que instituyen un “guión social” que cristaliza representaciones del “cuerpo femenino sexualizado” siempre ya objeto potencial de violencia, que legitima a su vez el des-conocimiento social de una amplia gradación de violencias contra las mujeres. Como señala Silvia Chejter (ob. cit.), es necesario reformular una definición de la categoría “violencia sexual” que discuta el uso de “distinciones voyeuristas” y amplíe el marco de lo que podemos considerar como los efectos (físicos, psíquicos, sociales y emocionales) que emergen de los relatos de mujeres que la han experimentado.

Diferentes iniciativas relativas a la construcción de memorias sociales, procesos de justicia y reparación tras conflictos violentos en nuestra región (Perú, Guatemala, Colombia) plantean la inclusión de una “perspectiva sensible al género” para subsanar el supuesto de que “las mujeres no hablan”, “las mujeres no hablan sobre violaciones” o “las mujeres no hablan sobre sí mismas” (THEIDON, 2001., p. 49-50). Elizabeth Jelin (2012) ha problematizado la significación moral y política de los testimonios sobre violencia sexual bajo el terrorismo de Estado en Argentina, señalando que “existe una presión social y judicial sobre las mujeres a “hablar” y relatar detalles y circunstancias” (p. 348), una cierta “incitación al discurso” sobre la violación.

No obstante esto, es el espacio judicial también el que ha permitido resignificar el lugar social de quienes testimonian en el marco de procesos de justicia transicional, habilitando su traducción desde el rol de *víctimas* al de denunciantes, querellantes, testigos, aunque quede entre paréntesis su potencialidad reparadora (KAUFMAN, 2014).<sup>4</sup> Nada asegura que quienes dan testimonio y son reconocidos como *sujetos de derecho*, sean también reconocidos como sujetos que sufren en el propio acto de narrar su experiencia (SEGATO, 2010). Propongo así pensar estos procesos complejos de puesta pública de los testimonios sobre la violencia sexual a partir de una lectura sincrónica de diferentes procesos de justicia y reparación, no solo como escenas de denuncia sino sobre todo como escenas donde se establece un marco social de escucha y se legitiman tanto los contenidos como las formas en las que es posible decir y reconocer el daño social provocado por la violencia sexual sistemática con objetivos de disciplinamiento

4 Existen diferentes espacios para estos relatos, es decir que lo público de la narraciones no ha esperado a su puesta en acto judicial para encontrar interlocutores, en diferentes contextos sociales y con diferentes formatos y ejes testimoniales. Para el caso argentino, cfr. Bacci, 2015; Sutton, 2015.

político y social, como la desplegada en los diferentes contextos latinoamericanos a los que estas escenas remiten.

Si acordamos en que “los contextos que rodean al acto de habla, y que moldean la posición del hablante, el testigo y el destinatario, marcan una diferencia” (AHMED, 2015, p. 189), es necesario considerar entonces el modo en que diferentes contextos y marcos de la escucha afectan y a la vez son afectados por diferentes estrategias y posibilidades discursivas. Así, entiendo que la insistencia en las formas testimoniales ligadas a lo confesional que desatienden las articulaciones entre *lo privado* y *lo público* (ARENDRT, 1996; RABOTNIKOF, 1996; ARFUCH, 2005), tales como la escena judicial donde los asuntos privados devienen públicos sin ganar necesariamente carácter político, tienden a desconocer que, en el mundo contemporáneo, esas categorías expresan distribuciones simbólicas regidas en parte por las normas del género (vida doméstica/vida pública) así como por otras sobredeterminaciones sociales como la clase, la etnia o la religión, por ejemplo. En esa filigrana, relegadas al espacio doméstico, las mujeres (entre otrxs sujetxs subordinadxs por su sexo o género) son *privadas* también de “un cuarto propio” (COLLIN, 1994), es decir, carecen tanto de *autonomía* (económica, social e incluso política) como de *privacidad*, ese espacio “inalienable cuyo fundamento reside en los límites de su propio cuerpo”, por lo que pueden quedar bajo la “amenaza de la transformación de la sexualidad masculina en dominio” (COLLIN, 1994, p. 236). Es preciso entonces recordar que, en contextos de violaciones sistemáticas de los derechos humanos, uno de los objetivos de la expansión del terror y la represión es atravesar y difuminar las barreras entre los espacios públicos y privados. Lo que se hace a un cuerpo (feminizado) se hace a un sector de la sociedad al que se quiere disciplinar o incluso exterminar (SEGATO, 2016).

La pregunta que guía estas tres escenas es entonces ¿cómo acceder a una dimensión de la experiencia de la violencia sexual que no coloque al sujeto femenino en el lugar de pasividad exclusivo en que lo ubica el proceso judicial (“víctima”), reforzando su pérdida de autonomía, re-victimizándolo y apartándolo de sus lazos sociales?

## **Sobre la indiferencia: el Juicio a las Juntas Militares de Argentina (1985)**

El proceso de justicia argentino sobre las violaciones de los derechos humanos bajo la última dictadura ha sido caracterizado por su eclecticismo y creatividad, desde sus inicios con el retorno de los gobiernos democráticos hasta el presente.<sup>5</sup> No obstante esto, es recién en la última década que fue

5 El primero gobierno democrático impulsó la CONADEP (1984) y el Juicio a las Juntas (1985), donde se enfocaba en las responsabilidades de los integrantes de las fuerzas de seguridad en el continuo secuestro-tortura-desaparición/asesinato. En la década de 1990, luego de las Leyes de Punto Final (1986) y de Obediencia Debida (1987), se cerraron las vías judiciales. En 2003 el Congreso de la Nación declaró la



posible visibilizar la violencia sexual en los centros clandestinos de detención (CCD) y cárceles bajo la dictadura. Así, el Juicio a las Juntas Militares de 1985, un juicio oral público con un Tribunal local realizado en base al Código Penal vigente, algo inédito para la época, no contempla ni en los procedimientos de preguntas del Tribunal o la Fiscalía, ni en los considerandos de la Sentencia, nada relativo al carácter específico de la violencia sexual o una “perspectiva de género”.<sup>6</sup> No es a esta ausencia que quiero referirme, antes bien quiero plantear una lectura desde las teorías feministas acerca de la escucha, en este caso, de los integrantes del Tribunal como parte de esa gramática del género que atraviesa los discursos sobre la violencia sexual.

Durante su transcurso se escucharon alrededor de 20 testimonios donde la violencia sexual fue denunciada por mujeres y varones, tanto de personas que la habían sufrido durante su cautiverio, como de compañeros/as de cautiverio que referían lo que otras/os habían relatado sobre sus propias experiencias y que fueron luego asesinados o desaparecidos.<sup>7</sup> En torno a estas denuncias, el Tribunal reaccionó de diversas maneras, dependiendo de la habilidad para preguntar o de la capacidad para escuchar de cada Juez, así como de sus dificultades para comprender el tenor de lo que narraban con mucha dificultad las/los testigos.

A partir de una pregunta del Presidente del Tribunal, Jorge Valerga Aráoz, sobre si “Tanto los oficiales como el resto del personal ¿mantenían un trato respetuoso hacia las mujeres?”, una sobreviviente del CCD Vesubio, embarazada al momento de su secuestro y cautiverio,<sup>8</sup> denuncia las violaciones sufridas por otras detenidas en ese CCD a manos del Jefe militar del mismo – ex coronel del Ejército, Pedro Durán Sáenz.<sup>9</sup> La pregunta del juez señala un preconceito que es a la vez un prejuicio: ¿cómo interpretar si no esa presunción de *trato respetuoso* que caracterizaría a los integrantes de las fuerzas de seguridad a cargo de un CCD? Acaso lo que no podía ser escuchado – excepto quizá como alabanza de un improbable “torturador caballero” – era la denuncia de una violación a una mujer

---

nulidad de esas leyes y la imprescriptibilidad de los crímenes de lesa humanidad según las convenciones internacionales vigentes. En 2005 la Corte Suprema de la Nación también las declaró inconstitucionales, habilitando la reapertura de los juicios trunco desde 1987 y el inicio de nuevas causas que continúan hasta el presente. Durante el interregno de 1987 a 2005 se realizaron procesos judiciales no penales fundados en el derecho a conocer la verdad sobre el destino de los desaparecidos (“juicios por la verdad”) en diversas ciudades de Argentina.

- 6 El juicio contra los nueve comandantes de las tres Juntas Militares transcurrió entre el 22 de abril y el 9 de diciembre de 1985 a cargo del Juzgado N° 1 de la Cámara Federal de Buenos Aires. Fueron procesados bajo el Código Penal vigente (homicidio, privación ilegítima de la libertad seguida de homicidio, privación ilegítima de la libertad simple, tormentos, violaciones y robo). Las condenas variaron para cada imputado entre prisión perpetua y penas de prisión en suspenso, mientras que cuatro de ellos fueron absueltos. Cfr.: Feld (2002).
- 7 Previamente, las escasas menciones a la violencia sexual contra varones o mujeres en el *Informe Nunca Más* (CONADEP, 1984) se refieren en el apartado C/Torturas, identificadas con las iniciales y los números de legajo de las/los testigos ante la Comisión.
- 8 Testimonio de Elena Alfaro, Juicio a las Juntas, 2 de julio de 1985, Memoria Abierta, 2013. Alfaro fue secuestrada el 19 de abril de 1977 y llevada al CCD Vesubio donde permaneció hasta fines de ese año, y luego fue puesta bajo un régimen de libertad vigilada hasta su exilio en 1980.
- 9 Pedro Durán Sáenz (“Delta”) dirigió el CCD Vesubio (I Cuerpo del Ejército) entre 1976 y 1977. Falleció en 2011 mientras era juzgado en la “Causa Vesubio I”.

embarazada cometida por oficiales de las Fuerzas Armadas. La testigo responde desde una clara comprensión de la pregunta al señalar ofuscada que las detenidas estaban siempre totalmente expuestas a los abusos sexuales de todos los integrantes de las fuerzas de ese CCD, y que esa violencia era extendida, desde los manoseos a la servidumbre sexual. Finalmente, luego de mencionar a otras detenidas que habían sido violadas, menciona su propia violación por el mismo oficial a cargo del CCD. Mientras habla, la cámara enfoca a los jueces del Tribunal que apenas la miran, hasta que de pronto el mismo Juez la interrumpe otra vez y le pregunta con total indiferencia por lo que narra, si “¿Pudo notar la presencia de alguna persona extranjera en el lugar, como detenida?”. Luego de esa interrupción, la testigo no retoma el relato de su violación ni de otras formas de violencia sexual que había mencionado.<sup>10</sup> Las preguntas funcionaron aquí como desvíos y *silenciamientos* de las testigos, sus denuncias acerca de la des-vergüenza de esos oficiales fueron recibidas con indiferencia al punto que estos crímenes fueron subsumidos sin especificación bajo la categoría de “tormentos” en la Sentencia.

Esos testimonios quedaron flotando en un silencio social de muchos años, hasta que algunas sobrevivientes comenzaron a señalar con firmeza la necesidad de hacer justicia también por estas formas específicas de violencia. Los silencios forzados por la ausencia de escucha social durante esas décadas, así como los sentimientos de vergüenza y temor mencionados en otras instancias testimoniales por las testigos, son algunos de los elementos que explican la temporalidad diferida de estas memorias.

Me gustaría enfatizar aquí las restricciones externas como un dato sin el cual es incomprensible la tensión entre lo público y lo privado que delimitan estos testimonios: ¿qué privilegiar a la hora de abordar la violencia sexual en contextos de violencia política como estos: la intimidad y la privacidad personal y familiar? ¿la necesidad de justicia y reconocimiento públicos? Creo que esta es una elección imposible, sobre todo si ampliamos la mirada hacia otras temporalidades y otras formas de la violencia sexual en contextos de violencia estatal y conflicto armado en nuestra región.

## **Sobre el silencio: el juicio de Manta y Vilca (Perú, 2016)**

La violencia política y el conflicto armado desplegados en Perú entre 1980 y 2000 han dejado marcas sociales extensas entre las poblaciones más castigadas de la zona de la Sierra Sur del país (CVRP, 2003; MANTILLA FALCÓN, 2010).<sup>11</sup> Entre las diferentes formas de la violencia represiva y política desple-

10 Al finalizar, uno de los defensores de los militares solicita una “pericia psiquiátrica” de la testigo, entre una serie de demandas al Tribunal en relación con ese testimonio, con el fin de que sea desestimado como prueba. Aunque el Tribunal luego se expide negativamente, la denuncia no fue considerada en la Sentencia.

11 La CVR fue creada en 2001 para investigar los crímenes y violaciones a los derechos humanos ocurridos entre mayo de 1980 y noviembre de 2000, durante el conflicto armado interno donde actuaron el Estado peruano y grupos guerrilleros (Partido Comunista del Perú – Sendero Luminoso/PCP-SL y Movimiento Revolucionario Túpac Amaru/MRTA). En su Informe Final incluyó un capítulo de análisis de género del

gada, la violencia sexual constituyó también una práctica sistemática de terror y disciplinamiento social con características específicas (violaciones masivas, embarazos forzados, esterilizaciones forzadas y servidumbre sexual).

En relación al desarrollo de las audiencias de la Comisión por la Verdad y la Reconciliación de Perú (CVRP), se ha señalado el importante trabajo que significó la inclusión explícita de una perspectiva de género que remediara aun parcialmente la ausencia de las voces de las mujeres sobre sus propios sufrimientos durante el conflicto armado interno y la represión estatal (MANTILLA FALCÓN, 2006). El mandato de la CVR no establecía un eje específico sobre la violencia sexual, sino que, al avanzar en la recolección de testimonios la Comisión, comprendió la importancia de incorporar una mirada de género en la investigación, con abordajes específicos que propiciaran la denuncia de las mujeres sobre las violaciones, embarazos forzados y otras formas de violencia sexual.<sup>12</sup> Esto significó desplegar una serie de estrategias de recolección de testimonios de mujeres que cargaban no solo con el estigma de la violencia sexual, sino sobre todo con el estigma racial dirigido hacia campesinas y quechua-hablantes, población mayoritaria de las regiones más castigadas por la violencia social y política.<sup>13</sup> Su silencio no era entonces (solamente) un silencio de vergüenza o pudor, sino sobre todo una carencia de escucha para una lengua y una experiencia de la violencia que reconocía trazos de colonialidad profundos, además de las marcas de clase y género.

Durante los últimos años se ha avanzado también en el desarrollo de procesos penales por crímenes de lesa humanidad cometidos durante esas décadas, pero las denuncias de violencia sexual no han encontrado tribunales muy dispuestos a investigar y sancionar a los responsables.<sup>14</sup> Entre los obstáculos más recurrentes se destacan los que el propio proceso judicial interpone, como

- 
- conflicto armado y un apartado específico sobre la violencia sexual contra las mujeres que refería a modalidades como la esclavitud sexual, los manoseos, la humillación sexual, la prostitución forzada, el embarazo forzado, el desnudo forzado, entre otras.
- 12 Entre los obstáculos para denunciar de las mujeres indicados en el IF/CVR, además del temor a las represalias y al descrédito en sus comunidades y círculos familiares, se encuentra la dificultad para reconocer que la agresión sufrida constituía una violación de derechos humanos, priorizando en sus presentaciones lo sucedido a sus familiares, en particular varones (secuestros, asesinatos y desapariciones forzadas).
  - 13 Se identificaron casos de violencia sexual en 15 departamentos del Perú, centralmente en la sierra Sur del país (Ayacucho, Huancavelica y Apurímac), con población mayoritariamente campesina y de origen quechua, en situación de vulnerabilidad social, económica y política, cuyas edades iban mayoritariamente de los 10 a los 29 años. La CVR identificó 538 casos de violación sexual, de los cuales 527 fueron contra mujeres. El 83% de estos casos fueron cometidos por agentes del Estado (Fuerzas Armadas y Policiales) y aproximadamente un 11% por integrantes de los grupos guerrilleros (PCP-SL y MRTA).
  - 14 En 2004 la CVR presentó al Ministerio Público 47 casos de violaciones de derechos humanos, pero sólo 3 se referían a violencia sexual (caso MM donde la violación sexual fue considerada como tortura; el caso de las bases militares de Manta y Vilca por violencia sexual generalizada; y el caso Chumbivilcas donde se cometieron masacres, desaparición forzada y violencia sexual). Posteriormente se han judicializado otros casos de violencia sexual como casos individuales ("GG", "RMM", "LQI", "MELT"), y también se ha denunciado la violencia sexual contra mujeres en bases militares de la región de la Sierra Sur del país (Capaya y Santa Rosa, caso Llusita, caso Putís, base de Totos y caso Cabitos). Entre 2004 y 2008 se iniciaron alrededor de 16 causas judiciales por casos de violaciones a mujeres en el marco del conflicto armado interno, localizadas en siete regiones (Ayacucho, Huancavelica, Apurímac, Cusco, Junín, Pasco y Lima), pero varias de ellas se encuentran congeladas desde 2010, o avanzan con muchas dificultades y postergaciones.

falta de normas y de tipificación penal específica que impida la prescripción de las causas, pericias psicológicas deficientes, programación de diligencias que vulneran la dignidad de las víctimas (reconocimiento médico legal y pruebas de ADN a los niños nacidos por la violación sexual), y la carencia de formación en temas de género y violencia sexual de la policía y los operadores jurídicos (MANTILLA FALCÓN, 2015).

No obstante estos obstáculos, en agosto de 2016 se inició el juicio por las violaciones masivas cometidas por militares en las bases de Manta y Vilca (Huancavelica) entre 1985 y 1988.<sup>15</sup> La marcha de este juicio es frágil debido a las dilaciones logradas por los abogados defensores de los militares y por el temor de las mujeres para brindar sus testimonios. No obstante ello, algunas de las denunciantes solicitaron la realización de audiencias abiertas al público, pero el Tribunal privilegió el pedido de los defensores en favor de “la privacidad y el honor” de los militares imputados, prohibiendo la presencia de la prensa y del público general.

De manera similar a lo que ocurría en el Juicio a las Juntas en Argentina, los preconceptos de género habilitan el sesgo del Tribunal a favor del derecho a la legítima defensa de los imputados. La tensión entre ambos derechos de justicia podría ser saldada (momentáneamente quizás) si se considera la perspectiva que privilegia en cambio a las víctimas y su derecho a la no-revictimización, así como la obligación de los Estados a propiciar el reconocimiento social del daño provocado/padecido, quizás al costo de reforzar el aspecto pasivo de la categoría de víctima. Las mujeres no temen a la publicidad de sus testimonios en sí. Antes bien, el temor aparece ante la escena en la que deben testimoniar frente a sus antiguos violadores y torturadores. Es esta escena la que algunas testigos han impugnado, solicitando prestar sus testimonios fuera de la presencia de los imputados.

La construcción de una escena testimonial donde la escucha de las voces de las mujeres campesinas quechua hablantes, cuyas familias han sido arrasadas y cuyo lugar en las comunidades es fuente de estigmatización, es todavía un espacio social a construir, pese a los enormes esfuerzos y avances que supuso el trabajo de la CVR y de estos mismos juicios. En este sentido, “hablar sobre violaciones es [también] hablar sobre silencios”, reconocer lo que señalan o solicitan, y evitar

15 Según la organización DEMUS, que patrocina a tres de las denunciantes en el juicio de Manta y Vilca (Huancavelica), y en base al Registro Único de Víctimas del Consejo de Reparaciones del Ministerio de Justicia (Plan Integral de Reparaciones de 2006), existen 6.182 víctimas de violencia sexual durante el conflicto armado registradas hasta el 2016, y una sola sentencia condenatoria. Huancavelica fue el cuarto departamento del país en el número de muertos y desaparecidos durante el conflicto interno según la CVR. Asimismo, fue la segunda región en el número de violaciones sexuales, sometimiento a esclavitud sexual, embarazos y abortos forzados, entre otros crímenes. Cfr. “Apéndice – Violencia sexual en Huancavelica: las bases de Manta y Vilca (1984-1995)”, y <http://www.demus.org.pe/noticias/manta-y-vilca-se-debe-evitar-revictimizacion-a-mujeres-denunciantes-de-violencia-sexual/>. Las investigaciones de la Fiscalía Provincial Penal de Huancavelica se iniciaron en 2003; a fines de 2008, se presentó una denuncia penal contra un grupo de militares por violación sexual y en 2009 el Juzgado Penal Supranacional de Lima inició el proceso penal. En febrero de 2015, la 3ª Fiscalía Superior Penal Nacional presentó la acusación por violación sexual contra 14 militares, y el 8 de julio de 2016 se inició el juicio. Cfr. <http://larepublica.pe/12-12-2010/casos-de-violaciones-sexuales-durante-conflicto-armado-estan-paralizados>.

desoír las “especializaciones de la memoria” que rigen la toma de la palabra “según una división del trabajo emocional según género” (THEIDON, 2001, p. 50-51).

## ¿A quién pertenece la vergüenza?: el Juicio Sepur Zarco en Guatemala (2016)

El conflicto armado interno en Guatemala se extendió entre 1960-1996, hasta la firma de los Acuerdos de Paz (29 de diciembre de 1996), aunque el periodo que se conoce como “Política de Tierra Arrasada” transcurrió durante el gobierno de facto del general Efraín Ríos Montt, entre el 23 de marzo de 1982 al 8 de agosto de 1983. Durante este último periodo, la Comisión para el Esclarecimiento Histórico (CEH), establecida tras el Acuerdo de Oslo (23 de junio de 1994) con el objetivo de esclarecer las violaciones a los derechos humanos cometidas en ese periodo, concluyó que se desplegó una política militar contrainsurgente respaldada por la Doctrina de Seguridad Nacional (DSN) que identificó al pueblo Maya Itxil como “enemigo interno”, y que en sus territorios las fuerzas de seguridad ejecutaron políticas de genocidio y otras violaciones a los derechos humanos entre las que se cuentan 626 masacres documentadas; la violación sistemática de mujeres como método de tortura y como rito previo a las masacres; 132.000 personas resultaron ejecutadas durante el período 1978-1996; alrededor de 40.000 secuestrados fueron desaparecidos; niños y niñas (11% del total de víctimas) fueron asesinados, entre otros crímenes. Además se estima en un millón el número de personas desplazadas internas y aproximadamente 400.000 exiliados (México, Belice, Honduras, Costa Rica y Estados Unidos). El 86% de las víctimas pertenecían al pueblo Maya.<sup>16</sup> El Informe Final de la CEH señala que el Ejército incluyó la práctica de las violaciones sexuales contra las mujeres como parte del entrenamiento, comprendiendo el uso de prostitutas, el traslado forzado de mujeres a los destacamentos bajo esclavitud sexual y/o doméstica, como parte de las acciones militares de control territorial.

Las mujeres y sus familias fueron señaladas por las comunidades como corresponsables de los tormentos que sufrieron durante este cautiverio, perdiendo no solo el respeto y la posición social en sus comunidades, sino también el acceso a los recursos que el Estado debía proteger y asegurarles, como el acceso a la justicia y el derecho a la reparación.

No fue sino hasta inicios del nuevo siglo, a más de 20 años de esos hechos, que el trabajo de articulación entre organizaciones de mujeres y feministas guatemaltecas dio por resultado la visibilización de la violencia sexual como un elemento importante de las políticas de disciplinamiento social y político y control territorial desplegado durante el conflicto armado por parte del Estado.<sup>17</sup> Las sobrevivientes

16 El 55% de las masacres y ataques se cometieron en el departamento del Quiché, el 25% en Huehuetenango, el 7% en Alta Verapaz y el 3% en Chimaltenango y Baja Verapaz.

17 Distintas organizaciones guatemaltecas participaron de este proceso de denuncia y reconocimiento: Consorcio de Actoras de Cambio, ECAP, UNAMG y MTM, entre otras.

de Sepur Zarco constituyeron la Colectiva Jalok U que en 2014 solicitaron, como querellantes adhesivas, la imputación del ex teniente Esteelmer Francisco Reyes Girón y del ex comisionado militar Heriberto Asigpor los “delitos contra los deberes de humanidad, asesinato y desaparición forzada”. En 2014 Juzgado de Mayor Riesgo “B” en la etapa preparatoria del proceso por la desaparición forzada de 20 campesinos y la agresión sexual de 15 mujeres indígenas, durante los años 1982 y 1983, considerándolos como crímenes de lesa humanidad de acuerdo al Estatuto de Roma de la Corte Penal Internacional (CPI), iniciando así el juzgamiento de este tipo de delitos en el país. El juicio por los crímenes cometidos en Sepur Zarco culminó el 26 de febrero de 2017 con la sentencia a 360 años de prisión para los dos imputados (120 años a Reyes Girón y 240 a Valdez Asig).

Durante el Juicio de Sepur Zarco se escucharon diferentes peritajes que apoyaron diversas facetas del proceso desde una perspectiva solidaria con los derechos de las víctimas, fortaleciendo las denuncias y aportando elementos para la fundamentación de las acusaciones que mostraba la articulación de violencias y lógicas represivas confluyentes durante el periodo.<sup>18</sup>

Además de estas articulaciones solidarias, las sobrevivientes y testigos del juicio solicitaron al Tribunal testimoniar amparadas de la vista de sus victimarios y de la sociedad cubriéndose los rostros con sus rebozos, y así lo hicieron durante las 19 audiencias que llevó el juicio. Así expresaban su deseo de testimoniar, retomando el sufrimiento pasado con gran costo emocional, y a la vez su necesidad de protegerse durante el proceso, ser escuchadas pero no individualizadas, exponer una voz sin quedar atrapadas por completo en el procedimiento de identificación de las víctimas, como señaló la psicóloga Maudi Patal, miembro del ECAP que las acompañó. Esta dinámica compleja de visualidad y testimonio que se escenifica en un juicio como este (y que de alguna manera retoma los desafíos del Juicio a las Juntas y del Juicio de Manta y Vilca), coloca en entredicho las reglas del proceso judicial que se fundan en la exposición de los sujetos al régimen identificatorio con el juramento y las generales de la ley.

Las sobrevivientes de Sepur Zarco, que se presentaron ante la ley para ratificar sus denuncias y manifestar el alcance del daño sufrido por ellas y por sus comunidades y familias, se expusieron a la vez que pidieron resguardarse de las miradas sociales estigmatizantes, que quizá solo la sentencia puede revertir. La vergüenza, ese afecto que es efecto subsidiario de un contexto de no-reconocimiento y de rechazo social (Ahmed, 2015), requiere así un acto reverso de exposición y reconocimiento público del daño que se les ha provocado. Sí, como señala Theidon para el caso peruano, “la vergüenza toca a más de una puerta”, quizás la reparación “consista, en parte, en rescatar el sentido de lo

18 Entre las pericias presentadas, la de Irma Nimatuj se refirió al alcance de la destrucción cultural de las comunidades atacadas, la de Rita Segato hizo hincapié en la articulación de políticas patriarcales y coloniales en los actos de violencia sexual, y la de Casaús Arzú que se refirió a la articulación entre lógicas racistas, sexistas y clasistas en el despliegue de la violencia estatal.



privado, de la esfera de la intimidad que ha sido trasgredida” (THEIDON, 2001, p. 74-75). Testimoniar “bajo el manto” (HERNÁNDEZ, 2017) es una manera de reclamar también una reversión de la asignación de la vergüenza, de quienes fueron víctimas hacia quienes cometieron esos actos atroces.

## Notas finales

Si aceptamos la vulnerabilidad y la interdependencia como constitutivas de la subjetividad, la noción de autonomía requiere considerar las condiciones de inteligibilidad social y política a las que nos encontramos expuestas (BUTLER, 2009). Las tres escenas testimoniales esbozadas expresan una preocupación por la exposición que implica la puesta pública de la vulnerabilidad subjetiva en términos corporales y morales. “Los sentimientos son contradictorios: desean dar testimonio pero no ser expuestas públicamente; luchan por el acceso a la justicia – y así al reconocimiento estatal y posiblemente social – pero en el mismo momento en que se produce, lo temen” (MEMORIA ABIERTA, 2012). Creo que es necesario sostener estas tensiones que emergen de los testimonios sobre la violencia sexualizada y considerar el silencio y otras formas de auto-restricción no solo como una imposición social o una dificultad personal, sino también como parte de las estrategias de afirmación del sujeto ante ese “conocimiento envenenado”, estrategias que ponen en escena complejas negociaciones entre lo que es considerado como un *asunto privado* y lo que puede ser constituido como *cuestión pública* a partir de su exposición en diferentes marcos sociales. Afectos diversos recorren estas escenas, afectos que se manifiestan en tiempos diferidos y con intensidades variables.

La solidaridad con estos testimonios requiere reconocer el modo en que ciertas formas de la toma de la palabra en público conllevan también formas de desposesión y exposición de la vulnerabilidad en sentidos que precarizan a los sujetos y los colocan bajo rótulos identitarios esencialistas, como la que asimila “mujer” y “víctima”. Un compromiso con las políticas de reparación exige preguntarse “¿quién narra y para quién?”. También, reconocer sus resonancias en el presente de la violencia sexual y de género en nuestra región. ¿Qué relatos admitiremos sobre la experiencia de la violencia sexual? ¿Es este un problema de enunciación, o del tipo y el contexto de interlocución que disponemos a estos testimonios?

---

## REFERENCIAS

AHMED, Sara. *La política cultural de las emociones*. Traducción y revisión de Cecilia Olivares Mansuy. 1 ed. México: PUEG-UNAM, 2015[2004]. 367 p.

ARENDDT, Hannah. *La condición humana*. Traducción de Ramón Gil Novales. Barcelona: Paidós, 2005 [1996]. 368 p.

ARFUCH, Leonor. Cronotopías de la intimidad. In: ARFUCH, L. (Comp.). *Pensar este tiempo. Espacios, afectos, pertenencias*. Buenos Aires: Paidós, 2005. p. 238-290.

BACCI, Claudia. Testimonios en democracia: el Juicio a las Juntas Militares en Argentina. *Revista Interdisciplinaria kult-ur*, Barcelona, v. 2, n. 4, p. 29-50, 2015. Disponible en: <<http://www.e-revistas.uji.es/index.php/kult-ur/article/view/1776/1596>>.

BACCI, Claudia et al. Entre lo público y lo privado: los testimonios sobre la violencia contra las mujeres en el terrorismo de Estado. *Clepsidra*, Buenos Aires, n. 1, p. 122-134, mar 2014. Disponible en: <<http://ppct.caicyt.gov.ar/index.php/clepsidra/article/download/BACCI/pdf>>.

BARBUTO, Valeria. Problemas actuales en el juzgamiento de la violencia sexual y de género del terrorismo de Estado. In: Defensoría General de la Nación (Comp.). *Discriminación y género. Las formas de la violencia*. Buenos Aires: Ministerio Público de la Defensa, 2011. p. 273-281.

BUTLER, Judith. Performatividad, precariedad y políticas sexuales. Traducción de Sergio López Martínez. *Revista de Antropología Iberoamericana*, Colombia, v. 4, n. 3, p. 321-336, sep.-dic. 2009. Disponible en: <[www.aibr.org/antropologia/04v03/criticos/040302.pdf](http://www.aibr.org/antropologia/04v03/criticos/040302.pdf)>.

CHEJTER, Silvia. *La voz tutelada: violación y voyeurismo*. Buenos Aires: CECYM, 1996.

COLLIN, Françoise. Espacio doméstico, espacio público, vida privada. In: *Ciudad y Mujer*. Madrid: Seminario Permanente 'Ciudad y Mujer', 1994. p. 231-237.

COMISIÓN DE LA VERDAD Y RECONCILIACIÓN (2003). *Informe final*. Disponible en <http://www.cverdad.org.pe/ifinal/indez.php>.



COMISIÓN PARA EL ESCLARECIMIENTO HISTÓRICO (1999). *Guatemala*. Memoria del silencio. Disponible en: <<http://shr.aas.org/guatemala/ceh/mds/spanish/toc.html>>.

DAS, Veena. El acto de presenciar. Violencia, conocimiento envenenado y subjetividad. In: ORTEGA, F.A. (Ed.). *Sujetos del dolor; agentes de dignidad*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia y Pontificia Universidad Javeriana, 2008. p. 217-250. Disponible en: <<http://www.bdigital.unal.edu.co/8285/1/VeenaDas.pdf>>.

\_\_\_\_\_. Sexual violence, discursive formations and the State. In: CORONIL, F; SKURSKI, J. (Eds.). *States of violence*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2006. p. 393-424.

FELD, Claudia. *Del estrado a la pantalla*: Las imágenes del juicio a los ex comandantes en Argentina. Madrid: Siglo XXI, 2002. 170 p.

GAISTKILL, Mary. No ser una víctima: El sexo, la violación y el problema de obedecer las normas. Traducción de Nattie Golubov y Julia Constantino. *Debate Feminista*, México, v. 10, p. 67-80, 1994. Disponible en: <[http://www.debate-feminista.pueg.unam.mx/wp-content/uploads/2016/03/articulos/010\\_04.pdf](http://www.debate-feminista.pueg.unam.mx/wp-content/uploads/2016/03/articulos/010_04.pdf)>.

GONZÁLEZ, Ana I. Violencias de género constitutiva de crímenes de lesa humanidad y genocidio. El caso de Guatemala. *Aletheia*, La Plata, v. 5, n. 9, oct. 2014. Disponible en: <<http://www.aletheia.fahce.unlp.edu.ar/numeros/numero-9/pdfs/GONZALEZ-ok.pdf>>.

HAYNER, Priscilla B.. *Unspeakable truths*: transitional justice and the challenge of truth commissions. Foreword by Kofi Annan. 2 ed. New York: Routledge, 2011 [2001]. 356 p.

HERNÁNDEZ, Oswaldo. Detrás de los mantos de Sepur Zarco. *Plaza Pública de Guatemala*, Guatemala, 13 de marzo de 2016. Disponible en: <<http://www.laprensagrafica.com/2016/03/13/detras-de-los-mantos-de-sepur-zarco#sthash.WhapGtKl.dpuf>>.

HINER, Hillary. Voces soterradas, violencias ignoradas. Discurso, violencia política y género en los Informes Rettig y Valech. *Latin American Research Review*, Pittsburgh, v. 44, n. 3, p. 50-74, 2009.

JELIN, Elizabeth. ¿Ante, de, en, y? Mujeres y derechos humanos. *Revista América Latina Hoy*, Salamanca, n. 9, p. 7-23, nov. 1994. Disponible en: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=30800901>>.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Barcelona: Siglo Veintiuno editores, 2002. 156 p.

\_\_\_\_\_. Memoria y democracia. Una relación incierta. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, v. 51, n. 221, p. 225-242, may.-ago. 2014. Disponible en: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=64529702007>>.

\_\_\_\_\_. Sexual abuse as a crime against humanity and the right to privacy. *Journal of Latin American Cultural Studies* [online], v. 21, n. 2, p. 343-350, 24 July 2012. DOI: 10.1080/13569325.2012.694805.

JOFFILY, Mariana. Violencias sexuales en las dictaduras de América Latina: ¿Quién quiere saber? *Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, v.13, n. 24, p. 165-176, 2016.

KAPLAN, Temma. Revertir la vergüenza y revelar el género de la memoria. *Revista Mora*, Buenos Aires, n. 13, p. 4-22, 2007.

KAUFMAN, Susana. Violencia y testimonio. Notas sobre subjetividad y los relatos posibles. *Clepsidra*, Buenos Aires, n. 1, p. 100-113, mar. 2014.

LAUB, Dori. An event without a witness: Truth, testimony and survival. In: FELMAN, S.; LAUB, D. *Testimony: Crises of Witnessing in Literature, Psychoanalysis and History*. New York: Routledge, 2013. p. 75-92.

MACON, Cecilia. Giro afectivo y reparación testimonial: El caso de la violencia sexual en los juicios por crímenes de lesa humanidad. *Mora*, Buenos Aires, v. 21, n. 1, p. 00, jun. 2015. Disponible en: <[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1853-001X2015000100002&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-001X2015000100002&lng=es&nrm=iso)>.

\_\_\_\_\_. Illuminating affects: Sexual violence as a crime against humanity. The Argentine case. *Historiein*, v. 14, n. 1, p. 22-42, 2014. Disponible en: <<http://dx.doi.org/10.12681/historiein.251>>.

MANTILLA FALCÓN, Julissa. La Comisión de la Verdad y Reconciliación en el Perú y la perspectiva de género: principales logros y hallazgos. *Revista IIDH*, v. 43, 2006.

\_\_\_\_\_. La experiencia de la Comisión de la Verdad y Reconciliación del Perú. In: M. SONDERÉGUER, M.; CORREA, V. (Comps.). *Cuaderno de Trabajo. Violencia de Género en el Terrorismo de Estado: Políticas de Memoria, Justicia y Reparación*. 1. ed. Bernal: Universidad de Quilmes, 2010. p. 14-22. Disponible

en: <[http://www.unla.edu.ar/documentos/programas/politicaspUBLICASygenero/cuaderno\\_de\\_trabajo2.pdf](http://www.unla.edu.ar/documentos/programas/politicaspUBLICASygenero/cuaderno_de_trabajo2.pdf)>.

MANTILLA FALCÓN, Julissa. Perú y el conflicto armado. La judicialización de la violencia sexual. *Revista Puentes*, Argentina, p. 41-44, jun. 2015.

MARCUS, Sharon. Cuerpos en lucha, palabras en lucha: una teoría y una política de prevención de la violación. Traducción de Cecilia Olivares. *Revista Travesías*, Argentina, año 2, n. 2, 1994.

MEMORIA ABIERTA. Fondo Documental: 530hs. *El archivo audiovisual del Juicio a las Juntas*. Argentina (1985). Registro filmico del Juicio a las Juntas Militares o “Causa Invocada en virtud del decreto N° 158/83 – N° 13/84” (Argentina, 1985), 2013.

\_\_\_\_\_. *Y nadie quería saber*: Relatos sobre violencia contra las mujeres en el terrorismo de Estado en Argentina. Buenos Aires: Memoria Abierta, 2012. Disponible en: <<http://www.memoriaabierta.org.ar/wp/files/Y-nadie-queria-saber-Memoria-Abierta.pdf>>.

MINOW, Martha. *Between Vengeance and Forgiveness: Facing History After Genocide and Mass Violence*. 1<sup>st</sup> ed. Boston: Beacon Press, Nov. 1998. 224 p.

RABOTNIKOF, Nora. Público-Privado. *Debate feminista*, México, año 9, v. 18, p. 3-13, 1998.

ROSS, Fiona. *Bearing Witness: Women and the Truth and Reconciliation Commission in South Africa*. London: Pluto Press, 2003. 206 p.

SANFORD, Victoria. *Guatemala: del genocidio al femicidio*. Guatemala: Cuadernos del presente imperfecto. V. 5. F&G Editores, 2008. 87 p.

\_\_\_\_\_. The silencing of Maya women from Mama Maquín to Rigoberta Menchú. In: SANFORD, V. *Buried secrets: truth and human rights in Guatemala*. New York: Palgrave-Macmillan, 2004. p. 49-75.

SEGATO, Rita. *Femi-geno-cidio como crimen en el fuero internacional de los Derechos Humanos: el derecho a nombrar el sufrimiento en el derecho*, 2010. Disponible en: <<http://www.feminicidio.net/sites/default/files/femigenocidio.pdf>>.

\_\_\_\_\_. *Peritaje antropológico cultural de género*. Parte 1, Juicio Sepur Zarco, Guatemala, 2016. Disponible en: <[http://www.ivoox.com/juiciosepurzarco-parte1-peritaje-antropologico-cultural-genero-audios-mp3\\_rf\\_10549052\\_1.html](http://www.ivoox.com/juiciosepurzarco-parte1-peritaje-antropologico-cultural-genero-audios-mp3_rf_10549052_1.html)>.

SIKKINK, Kathryn; KIM, Hu Joo. The Justice Cascade: the Origins and Effectiveness of Prosecutions of Human Rights Violations. *Annual Review of Law and Social Science*, University of Notre Dame, n. 9, 2013. p. 269-285.

SUTTON, Barbara. Terror, testimonio, y transmisión: sobrevivientes de centros clandestinos de detención en Argentina (1976-1983). *Mora*, Buenos Aires, v. 21, n. 1, p.00, 2015. Disponible en: <[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1853-001X2015000100001&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-001X2015000100001&lng=es&nrm=iso)>.

THEIDON, Kimberley. Género en transición: sentido común, mujeres y guerra. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 37, p. 43-78, jul.-dez., 2001.

TOLEDO VÁZQUEZ, Patsilí. *Feminicidio*. 1 ed. México: Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos, 2009. 158 p.

TORRES FALCÓN, Marta. Entre el silencio y la impunidad: violencia sexual en escenarios de conflicto. *La Ventana. Revista Estudios de Género*, Guadalajara, v. 5 n. 41, p. 73-112, ene.-jun. 2015.

VASALLO, Marta. Salir del silencio. *Revista de Ciencias Sociales*, Buenos Aires, v. 90, p. 92-97, mar. 2016.

WOOD, Elizabeth. Variación de la violencia sexual en tiempos de guerra: la violación en la guerra no es inevitable. Traducción de Miriam Cotes Benítez y María Paula Saffon. *Revista Estudios Socio-Jurídicos*, Bogotá, v. 14, n. 1, p. 19-57, ene-jun 2012. ISSN: 2145-4531.

## CAPÍTULO 34

# AFECTOS, DUELO Y JUSTICIA EN LAS PRODUCCIONES VISUALES SOBRE MUJERES PRESAS Y MUERTAS POR ABORTAR EN AMÉRICA LATINA

*Nayla Luz Vacarezza<sup>1</sup>*

---

¿Cuál es el rol de los afectos en las producciones visuales a favor del derecho al aborto en América Latina? En años recientes, en paralelo con la popularización de los métodos abortivos medicamentosos y con la extensión de redes de acompañamiento de abortos, comenzaron a surgir producciones que vinculan al aborto con afectos socialmente considerados “positivos”. Podría decirse que se trata de novedosas experimentaciones afectivo-políticas en torno a emociones “alegres” en relación con el aborto que van conmoviendo las “estructuras de sentimiento” más arraigadas vinculadas con el asco, el secreto, el dolor, el miedo y la culpa.

Sin embargo, y afortunadamente, no sería adecuado decir que los afectos “tristes” desaparecen del discurso visual a favor de la legalización del aborto y son reemplazados por emociones más “positivas”, como la alegría, la determinación, el alivio y el cuidado mutuo. Las historias de dolor y sufrimiento asociadas con el aborto clandestino e inseguro siguen palpitando en las imágenes del archivo. El movimiento por el derecho al aborto no puede simplemente olvidarse del dolor, porque las mujeres continúan muriendo por abortos inseguros y el estado sigue encarcelando mujeres por aborto. Desvincularse completamente de estas formas de injusticia, de violencia y de sufrimiento implicaría negar injusticias pasadas y presentes que se siguen padeciendo de muchas maneras en los cuerpos de quienes abortan.

En una región en la cual “se estima que más del 97% de las mujeres en edad reproductiva [...] viven en países en donde el aborto está altamente restringido por ley”, y donde siete países poseen legislaciones que prohíben totalmente el aborto (GUTTMACHER INSTITUTE, 2016) reflexionar sobre las consecuencias más extremas de la ilegalidad sobre la vida y la libertad de las mujeres resulta un objetivo político de primer orden. Los datos más recientes de la Organización Mundial de la Salud, correspondientes a 2008, aseguran que ocurrieron 1.100 muertes de gestantes por aborto en la región durante ese año y que ese número representa un 12% del total de las muertes asociadas con la gestación, el parto

---

<sup>1</sup> Investigadora Asistente del CONICET – Instituto de Investigaciones Gino Germani, Universidad de Buenos Aires, Argentina. E-mail: [nayla.luz@gmail.com](mailto:nayla.luz@gmail.com)

y la maternidad (WHO, 2011). No existen estudios sistemáticos a nivel regional referidos a la utilización de la ley penal para perseguir y encarcelar a mujeres por abortar, pero organizaciones de Derechos Humanos y de Derechos Sexuales y Reproductivos han denunciado numerosos casos, tanto en países donde el aborto está completamente prohibido, como en países donde rigen causales de no punibilidad (AGRUPACIÓN CIUDADANA POR A DESPENALIZACIÓN DEL ABORTO TERAPÉUTICO, ÉTICO Y EUGENÉSICO, 2013; CENTRO DE DERECHOS REPRODUCTIVOS, 2013; KANE; GALLI; SKUSTER, 2013; AMNISTÍA INTERNACIONAL, 2016; otros).

El movimiento por el derecho al aborto y los movimientos feministas en la región han dedicado esfuerzos a la tarea de denunciar que las muertes y los encarcelamientos por aborto constituyen formas extremas de injusticia y violencia contra las mujeres. Además de argumentos legales, políticos y científicos, muy tempranamente estos movimientos desarrollaron formas de producción y acción artístico-política de fuerte impacto visual que llaman la atención sobre estas cuestiones. En cada una de las producciones que analizo en este trabajo, el dolor y el duelo asociados con las muertes, así como el sufrimiento que provocan los encarcelamientos, constituyen motivos para la agitación política en el sentido de perturbar el ánimo y provocar inquietud pública. El dolor se pone en movimiento en las imágenes y en los cuerpos que se manifiestan en las calles para que el orden injusto que lo provoca también se mueva y se conmueva.

El análisis que presento se basa en una selección de materiales que incluyen tanto ilustraciones como registros fotográficos de protestas de fuerte impacto visual. Me interesa, siguiendo a Ana Longoni (2010), reflexionar sobre estas producciones en términos de políticas visuales que, a través del uso de ciertas herramientas artísticas y performáticas, promueven, avivan y renuevan la dimensión creativa de la protesta política.

La persistencia de estos temas vinculados con el sufrimiento, el duelo y la injusticia en las luchas por el derecho al aborto no implica afirmar que este movimiento solo puede desplegar su potencia creativa en torno a los afectos cotidianamente considerados “tristes”, o que estos afectos sean necesariamente “malos” o desempoderantes. Por el contrario, quisiera mostrar que en estas performances y producciones visuales se movilizan formas de aflicción y duelo que no necesariamente implican paralización, victimización, ni abatimiento de la capacidad de acción. Aflicción y resistencia, lejos de oponerse, se anudan en estas producciones que movilizan el dolor para hacer un llamamiento político cargado de deseos de justicia y de reparación.

### **“La corona” y los duelos públicos feministas**

Las muertes por aborto inseguro han sido uno de los primeros temas urgentes que el movimiento por el derecho al aborto se planteó en sus prácticas políticas y

artísticas. Una muestra de ello es una temprana manifestación que tuvo lugar en la Ciudad de México el 10 de mayo de 1979. En ocasión de celebrarse el día de la madre, un grupo de manifestantes marcharon vestidas de negro en señal de luto desde el Ángel de la Independencia, por la Avenida Reforma hasta el Monumento a la Madre, llevando hasta allí una particular corona luctuosa junto con una serie de consignas que denunciaban las muertes por aborto inseguro y apoyaban su legalización.<sup>2</sup> Este fue un acto político y una ceremonia colectiva de gran impacto visual que llevaba al espacio público el duelo por las mujeres muertas en abortos clandestinos y, de este modo, hacía de esas muertes un problema político comunitario (BUTLER, 2006). En esa ocasión los cuerpos de las y los manifestantes actuaron concertadamente en la escena pública para expresar pena y aflicción por esas muertes, a la vez que llamaron la atención sobre las injusticias del aborto clandestino y reclamaron una transformación social.

El Movimiento Nacional de Mujeres organizó esta manifestación, cuya actividad principal fue luego titulada “La corona” por Mónica Mayer, artista mexicana que no estuvo presente en esa ocasión, pero que participó del proceso organizativo que dio lugar a esta protesta.<sup>3</sup> La corona luctuosa era de color azul y estaba ornamentada con flores y plumas, pero también con diversos objetos y materiales utilizados para provocar abortos inseguros. Sondas, agujas de tejer, medicamentos y carteles con los nombres de hierbas con propiedades abortivas como el zopatlé y la ruda adornan la corona. El uso de estos objetos en las políticas visuales a favor del aborto legal apunta a visibilizar y denunciar tanto la cotidianidad del aborto como los riesgos y el sufrimiento que históricamente han impuesto las condiciones de clandestinidad (VACAREZZA, en prensa).

También es posible observar en la corona dos espejos que llevan la leyenda “abortadora en potencia”. El espejo invita a las presentes a reconocerse como alguien que podría abortar y, por lo tanto, como alguien que es vulnerable a morir en ese acto debido a las condiciones de clandestinidad en las que se realiza. Se trata de una propuesta que impulsa el reconocimiento individual de las presentes como parte de un colectivo que incluye a las mujeres fallecidas y que está expuesto al riesgo de morir por causa de la clandestinidad del aborto. En el reconocimiento de esa fragilidad común se funda una experiencia compartida y también una demanda social que se expresa públicamente.

Como sostiene Judith Butler (2006), el duelo y el reconocimiento de quienes mueren como vidas valiosas que han sido perdidas es una instancia donde se elabora la comunidad política. En aquella ocasión marcharon mayoritariamente mujeres, aunque también en los registros de la marcha se puede observar a algunos varones, niños y niñas. Todas/os se movilizaron para homenajear y recordar a las muertas por aborto. Así, pusieron en acto una alianza entre quienes están

2 Tanto Mónica Mayer (2004) como Marta Lamas (2015) hacen referencia a esta actividad.

3 Las fotografías que la registran fueron tomadas por Antonio Mayer, hermano de Mónica Mayer, y por Ana Victoria Jiménez, una feminista cuyo amplio archivo se encuentra ahora en la Universidad Iberoamericana de México.



vivos/as y quienes ya no están, en la cual no se siguen las reglas de sanguinidad e intimidad que habitualmente rigen el duelo privado. Tampoco se siguieron aquí las lógicas heroicas que suelen guiar los duelos públicos. Por el contrario, se trata de muertes anónimas que son producto del desamparo social y que no tienen una inscripción comunitaria. El duelo público por esas muertes llama la atención sobre la necesidad de reconocer un problema social en común que excede a quienes tienen capacidad de gestar.

Mónica Mayer conservó un documento en el cual la Delegación Cuauhtémoc autoriza al Movimiento Nacional de Mujeres a realizar una “entrega floral” en el Monumento a la Madre. El Estado local permitió la manifestación porque supuso que se trataría de un homenaje a “la madre” que, en México y en toda Latinoamérica, es un símbolo de amor abnegado muy ligado a la figura católica de la virgen María. Pero, en esta ocasión, se trata de un homenaje que no va dirigido a “la madre” como ícono cultural del deber reproductivo, sino a quienes decidieron no llevar un embarazo a término y murieron a causa de ello. Se trata de un duelo fuera de lugar, porque se lleva a cabo en el espacio consagrado en la ciudad para celebrar el ideal materno asociado con la “vida” y no con la “muerte”. Reclamar el espacio público para rememorar a quienes desobedecieron el mandato de la maternidad trastoca el ideal materno y sus repertorios afectivos vinculados con el amor abnegado, la entrega y el cuidado incondicional.

Quienes marcharon llevando la corona llevaban también carteles donde podía leerse “Luto por las madres muertas en aborto clandestino. 80.000 muertas cada año”. En los carteles es posible advertir un gesto temprano de vocación por dimensionar cuantitativamente el problema, aunque hoy en día el lenguaje político evita llamar “muertes maternas” a las muertas por aborto. En cambio, habida cuenta de que se trata de mujeres que mueren porque tomaron la decisión de no ser madres frente a un embarazo inoportuno, se las llama “muertes de gestantes”.

Este acto de duelo por las mujeres muertas en abortos clandestinos no fue un hecho aislado ni excepcional, sino una estrategia política que se repite y que forma parte de los repertorios de protesta del movimiento a nivel regional. En la ciudad de San Pablo, el 28 de septiembre de 2014, para conmemorar el Día de Lucha por la Despenalización y Legalización del Aborto en América Latina y el Caribe, se realizó otro ritual de duelo público. En este caso, organizaciones feministas convocaron a un “Cortejo de la mujer negra muerta en aborto clandestino”. En este acto de duelo y memoria, como en otros del mismo tipo, se plantean formas de indignación frente a injusticias presentes y pasadas, pero poniendo esta vez el acento sobre las lógicas racistas y clasistas que se refuerzan y reproducen en las sombras de la ilegalidad.

Desde el V Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe, realizado en 1990, se decidió impulsar la lucha regional por el derecho al aborto el día 28 de septiembre, por ser el mismo día en que, en 1871, se promulgó en Brasil la “Ley de vientres libres”. Más de un siglo después de abolida la esclavitud,



hijos e hijas nacen libres, pero la maternidad continúa siendo obligatoria y, por lo tanto, la “libertad de vientres” sigue siendo una deuda pendiente en la región. Y lo es especialmente para las mujeres pobres y racializadas, quienes mayormente acceden a abortos inseguros que ponen en riesgo su salud y su vida. El cortejo, como manifestación pública de duelo, es una forma de llamar la atención pública sobre la vulnerabilidad diferencial que afecta a las mujeres negras.

Para esta ceremonia de duelo se invitó a marchar por la Avenida Paulista vistiendo de negro en señal de luto. Pero no fue un acto que expresó desánimo ni un registro emocional sombrío. Al contrario, mujeres encapuchadas cargaron con fuerza un ataúd en señal de protesta, pero también en una muestra de intimidad y cercanía con el cuerpo de la ausente. Las flores que adornaban el ataúd, así como las velas que prendieron alrededor de él expresan formas de respeto y cuidado de la memoria de la ausente.

Estas manifestaciones de “duelo agonístico” (ATHANASIOU, 2016), donde se toma el espacio público para recordar a quienes ha muerto por causas injustas, conectan al activismo por el derecho al aborto con los movimientos de Derechos Humanos en América Latina, que tempranamente denunciaron y llevaron adelante el trabajo de duelo por las personas asesinadas y desaparecidas en las dictaduras. También sería posible comenzar a trazar puntos de contacto con la militancia durante la crisis del SIDA y la militancia contra los feminicidios que, de distintas maneras, han llevado el duelo al espacio público en forma de protesta.

Los rituales públicos de duelo son una de las estrategias expresivas y políticas del movimiento por el derecho al aborto que reverbera de distintos modos hasta la actualidad en toda la región. En estos rituales políticos se memorializan y hacen dignas de aflicción pública a quienes representan lo “otro” del ideal materno que nuestra cultura celebra insistentemente. Estos rituales inscriben en el espacio público a las muertas por aborto como vidas dignas de ser lloradas (BUTLER, 2006), cuya pérdida es producto de formas de injusticia social que deben resolverse. Son ausencias que se traen al espacio público para transformarlas en un problema palpante que interpela la comunidad.

Cual presencias espectrales, las muertas por aborto acechan la vida política comunitaria de nuestra región. Son persistentemente invocadas y traídas a la visibilidad pública por las performances feministas que hacen del duelo una práctica relevante de la lucha por la justicia y la libertad reproductiva. En ese duelo se movilizan formas de tristeza y aflicción, pero también de indignación y de rechazo hacia las injusticias que llevan a las mujeres a morir por abortos inseguros.

## **Barrotes, mariposas y flores contra la criminalización del aborto**

Tanto en los países donde el aborto está totalmente penalizado como en los países donde existen códigos que permiten el aborto por distintas causales, resulta preocupante el número de casos de criminalización de mujeres por complicaciones obstétricas y por abortos. Tomo aquí los casos de México, El Salvador

y Argentina, por ser países en donde el movimiento feminista y de mujeres ha intervenido fuertemente con diversas estrategias visuales y performáticas para denunciar la violencia estatal y pedir por la liberación de las mujeres presas.

La legalización de la interrupción legal del embarazo en la Ciudad de México en 2007 generó una fuerte reacción conservadora en numerosos estados donde se reformaron las constituciones para “proteger la vida desde la concepción” y se agravó notablemente la persecución penal de las mujeres (LAMAS, 2015). Distintas organizaciones feministas y de mujeres impulsan hasta hoy la defensa legal y la lucha por la libertad de las mujeres encarceladas.

En El Salvador, reformas del Código Penal y de la Constitución en los años 1998 y 1999 eliminaron las causales de no punibilidad del aborto e hicieron que se convierta en uno de los siete países de la región que lo prohíben totalmente (CENTRO DE DERECHOS REPRODUCTIVOS, 2013). Tuvo gran repercusión pública la campaña por la libertad “Las 17” en la cual se peticionaron diecisiete indultos para mujeres que enfrentan penas de hasta cuarenta años de cárcel debido a complicaciones obstétricas.

En Argentina, el caso de la joven tucumana Belén generó una amplia movilización social que, instancias del movimiento feminista, logró su liberación en 2016. Belén permaneció encarcelada durante más de dos años por haber sufrido un aborto que fue caratulado por la justicia actuante como homicidio agravado.

A pesar de las diferencias entre los casos, sus singulares circunstancias y específicas cuestiones legales en juego, una mirada atenta a las políticas visuales desplegadas permite advertir algunas regularidades sobre las que vale la pena detenerse. Considero que a través de estos elementos repetitivos, el movimiento regional por el derecho al aborto construye un prometedor y efectivo lenguaje visual para oponerse a la criminalización del aborto.

Uno de los elementos recurrentes son los cuerpos encadenados o puestos detrás de barrotes. En las manifestaciones callejeras, mediante el uso de barrotes y cadenas se escenifica en el espacio público al cuerpo de las mujeres expuesto al poder arbitrario del Estado. Se muestra una situación de vulnerabilidad corporal extrema que ocurre cuando las mujeres que sufren un aborto son tratadas por el poder del Estado como criminales.

El encarcelamiento, que ocurre por fuera de la visibilidad pública, se muestra en las calles y así se hace accesible a la sensibilidad pública. Quienes no pueden aparecer públicamente porque han sido injustamente privadas de uno de los derechos básicos de la ciudadanía, la libertad, son traídas al espacio público por las manifestantes. En estas acciones callejeras, las manifestantes toman solidariamente el lugar de quienes, por estar detenidas, no pueden estar presentes.<sup>4</sup> Mostrándose encadenadas o poniéndose detrás de barrotes de fantasía, las manifestantes no se

4 La estrategia performática de tomar el lugar de quien está ausente es recurrente en el movimiento por los Derechos Humanos, especialmente en las manifestaciones relacionadas con personas desaparecidas en Argentina y en la región (LONGONI, 2010, 2010a).

muestran abatidas ni resignadas, sino que realizan un acto de resistencia donde se demanda la libertad de las mujeres presas. Quienes ponen el cuerpo en esa escena pública para denunciar la injusticia desafían el aislamiento que se les impone a las mujeres encarceladas. Se trata de actos de gran impacto visual, en donde se construyen lazos de solidaridad entre las presas y las manifestantes. Siguiendo a Judith Butler (2015, p. 171), puede afirmarse que esas redes de solidaridad hacen posible una contradicción productiva: quienes están privadas de su libertad pueden ejercer cierta libertad y el derecho a aparecer en público, aun cuando están privadas injustamente de esos derechos básicos.

Una forma recurrente de promover solidaridad y empatía con la causa de las presas por aborto ha sido difundir un nombre propio junto con datos salientes de su historia. Aunque en todos los casos el nombre es ficticio para preservar el anonimato de las mujeres, cumple el rol de personalizar y hacer que el público pueda identificar la singularidad de esa historia. En el caso de la joven argentina Belén, su nombre y su historia se convirtieron en una causa política que arrastraba un clamor de justicia. En una marcha en Tucumán – la ciudad donde Belén se encontraba presa –, las manifestantes de la agrupación política Mumalá se ubicaron detrás de barrotes de fantasía, con máscaras blancas y verdes que les tapaban el rostro y que llevaban la inscripción “somos Belén”. El color verde de las máscaras es el color que identifica a la Campaña Nacional por el Derecho al Aborto Legal, Seguro y Gratuito en Argentina. Por su parte, las máscaras blancas remiten inequívocamente al temprano movimiento de derechos humanos de Argentina, que las utilizó para hacer simbólicamente posible la presencia pública de los y las desaparecidos/as (LONGONI, 2010). Como en aquellas marchas para reclamar por los/as desaparecidos/as de la dictadura, cada una de las manifestantes se despersonalizó tapándose el rostro con la máscara para, en solidaridad, prestarle simbólicamente el cuerpo a la ausente y hacer posible su aparición en el espacio público.

Además de los barrotes, las cadenas y las máscaras, otros elementos visuales como las flores, los pájaros y las mariposas aparecen en estas producciones visuales. En El Salvador, la campaña por la libertad de “Las 17” tiene a las flores como protagonistas junto con el lema “Una flor por las 17... ¡No dejemos que sus vidas se marchiten!”. Cuando en 2014 se llevó a cabo la presentación de los diecisiete pedidos de indulto ante la Asamblea Legislativa, el acto fue acompañado por una movilización de personas llevando ramos de flores con la consigna mencionada y los nombres de fantasía de las mujeres presas. El logo de la campaña, sus videos y otros materiales visuales de difusión tienen a las flores como protagonistas. En este caso, las flores llaman la atención sobre la urgencia de la demanda y la fragilidad de esas vidas, pero también realizan una afirmación simbólica de cada una de esas vidas como valiosa y bella.

El amplio movimiento por la libertad de las mujeres presas por abortar en la región no produce imágenes que refuerzan afectos tristes y victimizantes

como forma de generar interés por medio de la conmiseración. Por el contrario, incluso lidiando con situaciones de extrema vulnerabilidad e injusticia vinculadas con la privación de libertades, este movimiento crea formas de imaginar, representar visualmente y actuar la solidaridad, la justicia y la vida en libertad.

En una ilustración de la agrupación mexicana “Producciones y Milagros”, una mujer vocifera detrás de unos barrotes. Esa acción del personaje parece querer romper el aislamiento que le impone el encierro. La protagonista no carece de capacidad de agencia ni está allí sufriente y resignada. Por el contrario, se la ve actuando apasionadamente. El personaje y los barrotes están ilustrados en blanco y negro, pero en el cuadro pueden verse, además, pájaros, flores y mariposas en colores fucsias y violetas. Estas otras figuras no parecen respetar las divisiones entre “dentro” y “fuera” que imponen los barrotes. Flores, mariposas y pájaros expresan fragilidad, pero también belleza y una esperanza puesta en la persistencia vital, a pesar del encierro y la injusticia. Completa la ilustración una consigna que, cada vez más, gana fuerza regional: “Ni cárcel ni muerte a las mujeres por abortar”.

## **Ni cárcel ni muerte a las mujeres por abortar**

El estudio de las producciones visuales sobre las mujeres presas y muertas por abortar en la región muestra que ciertos rasgos resultan recurrentes y que reverberan (SCOTT, 2009, 2012) en distintas localizaciones y temporalidades. A través de ecos y préstamos, los feminismos y movimientos de mujeres van configurando un lenguaje visual regional fuertemente cargado de afectos que suministra elementos para la transformación y la crítica social. La vulnerabilidad a la muerte y al poder arbitrario del estado no se cristaliza en una posición que lleva a la victimización, ni a la pasividad y muchos menos a la inacción (BUTLER; GAMBETTI; SABSAY, 2016). Por el contrario, ante realidades apremiantes, estas las políticas visuales crean – a partir del dolor, la vulnerabilidad y la injusticia – una sensibilidad colectiva que produce y propaga formas creativas de duelo, de indignación, de solidaridad y de esperanza.

El duelo público por las muertas por abortos inseguros es una manera de expresar dolor y de reconocer una pérdida, pero no viene acompañado de formas de parálisis ni de abatimiento. Al contrario, se trata de un “duelo agonístico” (ATHANASIOU, 2016) y de protesta donde se forja una experiencia en común, se disputan los límites de la comunidad y se politizan las causas de esas muertes. Es, también, un duelo inacabado, que seguirá apareciendo públicamente en la región hasta que haya aborto legal, seguro y gratuito para todas.

La indignación, por su parte, es un afecto movilizador de la crítica y de la acción política colectiva (GOODWIN; JASPER; POLLETTA, 2001) que es recurrente en estas políticas visuales. Las formas de rechazo y de resistencia frente a las injusticias que afectan a las personas con capacidad de gestar aparecen ligadas también a la protesta contra los regímenes de clase y raza que

hacen que sean las mujeres pobres y racializadas las que mayormente mueren o son encarceladas por abortos.

La solidaridad es otro afecto palpitante de estas políticas visuales. A través de imágenes y performances se responde al sufrimiento ajeno, al mismo tiempo que se llama al público a responder brindando su apoyo. Especialmente en las performances se crean lazos solidarios cuando las manifestantes ocupan simbólicamente el lugar de las presas e invitan a considerar a las muertas como semejantes que merecen ser recordadas públicamente.

Estas políticas visuales, aun de cara al sufrimiento – o, quizás, precisamente porque son una respuesta al sufrimiento – no renuncian a la esperanza ni al deseo de transformación social. Se elaboran herramientas visuales para luchar por la libertad de las presas y para que cesen las muertes. Pero, además de rechazar injusticias pasadas y presentes, se trata también de abrir posibilidades para que la amenaza de muerte y de prisión deje de estar en el horizonte de quienes desean abortar. Entonces, la esperanza se pone en movimiento en estas propuestas visuales que invitan a avizorar un futuro de justicia donde las libertades corporales vinculadas con la sexualidad y la reproducción puedan ejercerse gozosamente.

---

## REFERENCIAS

AGRUPACIÓN Ciudadana por la Despenalización del Aborto Terapéutico, Ético y Eugenésico. *Del hospital a la cárcel: Consecuencias para las mujeres por la penalización sin excepciones, de la interrupción del embarazo en El Salvador*. 1º ed. San Salvador: Agrupación Ciudadana por la Despenalización del Aborto Terapéutico, Ético y Eugenésico, 2013. 68 p. Disponible en: <<http://www.clacaidigital.info:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/487/Del-hospital-a-la-carcel-ElSalvador2013.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>.

AMNISTÍA INTERNACIONAL. *El Estado como “aparato reproductor” de violencia contra las mujeres: Violencia contra las mujeres y tortura u otros malos tratos en ámbito de salud sexual y reproductiva en América Latina y el Caribe*. 1 ed. Londres: Amnistía Internacional. 2016.

ATHANASIOU, Athena. Nonsovereign Agonism (or, Beyond Affirmation versus Vulnerability). In: BUTLER, J.; GAMBETTI, Z.; SABSAY, L. (Eds.). *Vulnerability in Resistance*. 1 ed. Durham: Duke University Press, 2016. p. 256-277.

BUTLER, Judith. *Vida precaria: El poder del duelo y la violencia*. Traducción de Fermín Rodríguez. 1. ed. Buenos Aires: Paidós, 2006. 194 p.

BUTLER, Judith; GAMBETTI, Zeynep; y SABSAY, Leticia (Eds.). *Vulnerability in Resistance*. 1 ed. Durham: Duke University Press, 2016. 352 p.

CENTRO DE DERECHOS REPRODUCTIVOS. *Excluidas, perseguidas, encarceladas: El impacto de la criminalización absoluta del aborto en El Salvador*. 1. ed. Nueva York: Centro de Derechos Reproductivos, 2013.

GOODWIN, Jeff; JASPER, James M.; POLLETTA, Francesca (Eds.). *Passionate Politics: Emotions and Social Movements*. 1 ed. Chicago: University of Chicago Press, 2001. 320 p.

GUTTMACHER INSTITUTE. *Datos sobre el aborto en América Latina y el Caribe*. Disponible en: <<https://www.guttmacher.org/es/fact-sheet/datos-sobre-el-aborto-en-america-latina-y-el-caribe-0#1>>. Último acceso el: 30 de abril de 2017.

KANE, Gillian; GALLI, Beatriz; SKUSTER, Patty. *Cuando el aborto es un crimen: La amenaza para mujeres vulnerables en América Latina*. 3. ed. Chapel Hill: IPAS, 2015 [2013]. 18 p.

LAMAS, Marta. *El largo camino hacia la ILE*: Mi versión de los hechos. 1. ed. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, Programa Universitario de Estudios de Género, 2015. 348 p.

LONGONI, Ana. Arte y política. Políticas visuales del movimiento de derechos humanos desde la última dictadura: fotos, siluetas y escraches. *Aletheia*, La Plata, v. 1, n. 1, oct. 2010a. Disponible en: <<http://www.aletheia.fahce.unlp.edu.ar/numeros/numero-1/numeros/numero-1/ana-longoni.-arte-y-politica.-politicas-visuales-del-movimiento-de-derechos-humanos-desde-la-ultima-dictadura-fotos-siluetas-y-escraches>>. Último acceso el: 30 de abril de 2017.

\_\_\_\_\_. Photographs and Silhouettes: Visual Politics in Argentina. *Afterall*, Londres, n. 25, 2010. Disponible en: <<https://www.afterall.org/journal/issue.25/photographs-and-silhouettes-visual-politics-in-the-human-rights-movement-of-argentina>>. Último acceso el: 30 de abril de 2017.

MAYER, Mónica. *Rosa chillante*: Mujeres y performance en México. 1 ed. Ciudad de México: Conacultura-Fonca/Pinto mi raya/AVJ Ediciones, 2004. 106 p.

SCOTT, Joan W. Eco de fantasía: La historia y la construcción de la identidad. Traducción de Mónica Dorado y Gabriela Castellanos. *La manzana de la discordia*, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 129-143, 2009. ISSN: 2500-6738. Disponible en: <[http://manzanadiscordia.univalle.edu.co/index.php/la\\_manzana\\_de\\_la\\_discordia/article/view/1481](http://manzanadiscordia.univalle.edu.co/index.php/la_manzana_de_la_discordia/article/view/1481)>. Último acceso el: 30 de abril de 2017.

\_\_\_\_\_. Reverberaciones feministas. *Revista CS*, Santiago de Cali, n. 10, p. 339-370, 19 dez. 2012. Disponible en: <[https://www.icesi.edu.co/revistas/index.php/revista\\_cs/article/view/1363/2902](https://www.icesi.edu.co/revistas/index.php/revista_cs/article/view/1363/2902)>. Último acceso el: 30 de abril de 2017.

VACAREZZA, Nayla Luz. Perejil, agujas y pastillas. Objetos y afectos en la producción visual a favor de la legalización del aborto en Argentina. En: BUS-DYGAN, Daniel (Comp.) *Diálogos sobre el aborto*: Derechos y representaciones en conflicto. 1. ed. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2017. En prensa.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Unsafe Abortion*: Global and Regional Estimates of the Incidence of Unsafe Abortion and Associated Mortality in 2008. 6. ed. Department of Reproductive Health and Research, World Health Organization, 2011. 56 p.





## CAPÍTULO 35

# EL GÉNERO Y LA GENERALIZACIÓN DE LA VIOLENCIA EN EL CONTEXTO MEXICANO ACTUAL

Mariana Berlanga<sup>1</sup>

---

El asesinato y la desaparición de personas constituyen prácticas cotidianas en el México actual. Además del clima de impunidad que prevalece, la violencia contra las mujeres, los jóvenes, los indígenas – y en general, la población en situación de precariedad económica – ha adquirido un carácter espectacular que los medios de comunicación reproducen, haciéndola todavía más ostentosa. El año 2006 y la declaración de la llamada “Guerra contra el narcotráfico” por parte del ex presidente Felipe Calderón marcaron el inicio de la “normalización” de la violencia: el horror dejó de ser excepción y se convirtió en regla.

En este contexto, cabe pensar en la pertinencia del término “feminicidio” para dar cuenta de la violencia criminal que se despliega contra los cuerpos de mujeres: ¿Cuál es el significado político de la palabra? ¿Por qué la categoría de género es fundamental para entender la especificidad de la violencia feminicida? ¿Cuál es la diferencia entre los asesinatos de hombres y mujeres? Son algunas de las preguntas que intentaré responder a continuación.

En México comenzamos a hablar de feminicidio a partir de los asesinatos seriales de mujeres que se registraron en Ciudad Juárez y otras ciudades fronterizas a partir de la década de los 90. Estos asesinatos se han caracterizado por ser extremadamente visibles. Los medios de comunicación comenzaron a darle cobertura al tema cuando el paisaje fronterizo fue intervenido por cadáveres femeninos con marcas de violencia extrema. De hecho, no verlos resultó prácticamente imposible.

Estos crímenes, entonces, nos llevaron a mirar también aquellos asesinatos de mujeres que aparentemente siempre han estado ahí, los “invisibles”, los que tienen lugar al interior de los hogares, en el terreno de lo íntimo. Fue así como incorporamos el término “feminicidio” para referirnos a los asesinatos de mujeres por motivos de género.

---

1 Profesora-investigadora de la Academia de Ciencia Política y Administración Urbana, de la Universidad Autónoma de la Ciudad de México (UACM). Durante los últimos 15 años, ha investigado el feminicidio en Ciudad Juárez, así como su vínculo con los asesinatos de mujeres en América Latina, específicamente, en Guatemala. También ha analizado la relación entre el feminicidio y la violencia generalizada, desatada en México a partir del 2007, en el contexto de la llamada guerra contra el narcotráfico en México, a partir de las categorías de género y raza. Autora de: *Una mirada al feminicidio*, editado por la UACM y Editorial Itaca (2018). E-mail: [berlanga\\_mariana@hotmail.com](mailto:berlanga_mariana@hotmail.com)

Juárez ha sido un caso paradigmático, pero el problema reviste características regionales. Tan es así que para el año 2015, 16 países latinoamericanos ya habían modificado sus legislaciones para incluir un tipo específico de delito referido al homicidio de mujeres, ya sea como femicidio o como feminicidio. A pesar de existir un patrón común, en cada país el problema ha tenido características propias. En Guatemala, por ejemplo, este tipo de crimen en forma sistemática tiene una historia más larga, ya que fue instaurado por el Estado como práctica contrainsurgente durante una guerra civil que duró 36 años.

Legitimar el término nos ha llevado tiempo. Todavía en la primera década del 2000, se decía que hablar de feminicidio era una exageración, que las cifras no eran suficientemente alarmantes como para afirmar que estábamos asistiendo a un problema, mucho menos a un problema nuevo. Por otro lado, se cuestionó que al hablar de feminicidio se estuviera dando más importancia a los asesinatos de mujeres que a los asesinatos de hombres. En este sentido, el argumento principal era que el número de hombres asesinados era mayor.

Esta crítica se ha reavivado en México en los últimos años, cuando la violencia se propagó como epidemia. Incluso en el ámbito académico se produjeron fuertes debates en relación a la pertinencia del término. Lo cierto es que el uso de la palabra se fue extendiendo poco a poco: en los medios de comunicación, en la academia, por parte de la sociedad civil y en la legislación. Desde un punto de vista académico, se consensó la utilidad del término bajo el entendido de que resulta necesario analizar la violencia con sus especificidades, lo cual no quiere decir que algunas sean más importantes que otras.

José Manuel Valenzuela Arce (2012), investigador del Colegio de la Frontera Norte en Tijuana y estudioso de la violencia contra los jóvenes ha sido una de las voces defensoras del término. Él reconoce la contribución del feminismo al introducir un término que incorpora el concepto de patriarcado, del cual se derivan una serie de opresiones y desigualdades. Las violencias son múltiples, desde su punto de vista, y hay que entender las distintas lógicas que llevan a prácticas que afectan directamente a los diferentes sujetos, pero a su vez, a la sociedad en general.

Sin embargo, habría que decir que fueron estos asesinatos seriales de mujeres los que inauguraron lo que llamo “el espectáculo de la violencia” en territorio mexicano. Fue con estos feminicidios con el patrón de Ciudad Juárez, desde mi punto de vista, donde la violencia dejó de tener una finalidad instrumental para tener un objetivo comunicativo. En otras palabras: hay un mensaje en estos cuerpos muertos. Por eso es que precisan de visibilidad. Lo importante, al parecer, no es tanto la eliminación del otro, sino la demostración del poder de muerte.

El feminicidio, por lo tanto, no es un problema de las mujeres, sino que da cuenta de un problema de la sociedad en general, del reordenamiento de los poderes, de una guerra con características novedosas, de la transformación del papel del Estado. Es decir, de una serie de elementos que las excede. Quizás el

primer punto que habría que cuestionar es por qué este tema ha quedado como un tema del feminismo sin ir más allá.

Hace aproximadamente 15 años, las mujeres sobrevivientes de Juárez, es decir, las madres o hermanas de las víctimas del feminicidio, alertaron a la población mexicana y dijeron que si así estaban matando a las mujeres en ese momento, después les matarían así a todo mundo.

Es decir, aunque en ese momento no se comprendía el porqué de los asesinatos de mujeres con ese exceso, se infería que reproducir la impunidad a lo largo del tiempo llevaría a una descomposición cada vez más profunda de la sociedad y del propio, el supuesto encargado de procurar el bienestar y la seguridad de la población (HABERMAS, 2013, p. 97).<sup>2</sup>

La consigna de “Fue el Estado” misma que escuchamos en las protestas por la desaparición de los 43 estudiantes de Ayotzinapa en 2014, es lo que durante más de 20 años han estado denunciando las madres de Juárez. Ellas han dado cuenta de la complicidad del Estado con el crimen organizado y con empresarios sospechosos de estar implicados en el secuestro y asesinato de mujeres.

Pero el Estado que tenemos enfrente no es el mismo de hace tres décadas. Ya no podemos hablar de un Estado homogéneo con un discurso único, ni con una estrategia clara. Hay un vaciamiento de la política en todos los niveles, y el Estado ya no tiene el monopolio de la violencia (ECHEVERRÍA, 1998, p. 11).<sup>3</sup>

Por otro lado, la violencia con esta carga espectacular se ha desplazado a otros sujetos y puede decirse que el sector vulnerable es cada vez más amplio. Los hombres jóvenes, racializados, en situación de precariedad también son hoy en día el blanco de la violencia, tal y como han mostrado la desaparición de los 43 de Ayotzinapa y las ejecuciones extrajudiciales en Tlatlaya.

Las muertes de los jóvenes no se investigan porque “seguramente formaban parte del crimen organizado”. Un mecanismo muy parecido a cuando una mujer aparece muerta y el estigma de “prostituta” es lo que impide que la investigación del crimen siga su curso. Es el Estado, pero también es la sociedad, quien reproduce estas valoraciones y jerarquías.

Siguiendo esta lógica, no es de extrañar que haya vidas que no importan o que no merezcan ser lloradas, vidas precarias (BUTLER, 2006, p. 20),<sup>4</sup> que no generan conmoción, porque son vidas que en el imaginario social ni siquiera cuentan como vidas. El sexismo y el racismo son los principales dispositivos que trazan la línea que divide a la población y que determina cuáles son los sujetos desechables.

A estos sectores, sin embargo, se le han sumado los periodistas y activistas, sobre todo aquellos que trabajan en malas condiciones, que no gozan

2 Habermas, Jürgen, “2. El Estado nacional europeo. Sobre el pasado y el futuro de la soberanía y la ciudadanía. La inclusión del otro Estudio de Teoría Política. Barcelona, Paidós, 2013, p. 81-135.

3 Echeverría, Bolívar, “Violencia y modernidad”, *Debate feminista*, México, PUEG-UNAM, 1998. Disponible en: <<http://www.debatefeminista.com/PDF/Articulos/violen641.pdf>>

4 Butler, Judith, *Precarious life. The Powers of Mourning and violence*, New York, Verso, 2006, p. 19-35.

de un prestigio social, y de quienes se puede poner en duda su profesión. Los estudiantes de escuelas públicas también constituyen el blanco de la violencia, como lo dejan ver las detenciones ilegales. En otras palabras, el porcentaje de la “población vulnerable” es cada vez es mayor. Ya no hay garantías, ya no hay seguridad, y esto comienza a ser la regla.

Hablar de feminicidio, sin embargo, sigue siendo fundamental para dar cuenta de la violencia propia de un sistema patriarcal que es en sí mismo opresivo para las mujeres, y que requiere de ciertas prácticas violentas reiteradas para sostener un tipo de poder que está directamente ligado con la construcción de los géneros.

La idea de un mundo binario, en el que masculino y femenino funcionan como efectos opuestos, es necesaria para sostener un orden patriarcal. A este sistema le es muy funcional el hecho de que a los hombres les corresponde cierto comportamiento y a las mujeres, otro. Así se sustenta la economía, la religión, el Estado, y el resto de instituciones propias de dicho orden.

El momento en que una mujer se sale de la norma o que no repite fielmente lo que se considera “femenino”, puede ser juzgada (no por la justicia formal, pero sí por un hombre o grupo de hombres) y castigada. Este castigo será, de una u otra forma, justificado por la sociedad y/o las instituciones del Estado que suscriben los mismos valores relacionados al género. Se trata de un asesinato misógino, porque éste no se daría (aparentemente) si no fuera por la condición de mujer, que supone una condición de subordinación.

Quien castiga, por lo tanto, es quien tiene el poder, quien se erige como autoridad, pero también quien tiene el reconocimiento del otro. Los hombres se han arrogado la facultad de imponer su ley, por decirlo de alguna forma, pero las mujeres refrendan ese estatus otorgándoles ese lugar de autoridad. El feminicidio, desde esta perspectiva, implicaría un marco de visibilidad, una apreciación de quién o quiénes merecen vivir. El feminicidio también estaría vinculado a una derrota: las mujeres pierden su autonomía, lo que las lleva a perderlo todo, incluso la vida.

Rita Laura Segato ve a los feminicidios como parte de un código, pues considera que Ciudad Juárez es “una máquina comunicativa cuyos mensajes se vuelven inteligibles solamente para quien, por una u otra razón, se adentró en el código” (SEGATO, 2007, p. 1). Y es justamente en la ininteligibilidad del resto de la población, continúa Segato, que los asesinos se refugian, como en un tenebroso código de guerra, en un *argot* compuesto enteramente de *actingouts*.

Segato también ha manifestado que: “En las marcas inscritas en estos cuerpos, los perpetradores hacen pública su capacidad de dominio irrestricto y totalitario sobre la localidad ante sus pares, ante la población local y ante agentes del Estado, que son inermes o cómplices” (SEGATO, 2007, p. 43). Otro elemento que ha distinguido en su análisis es las afinidades entre cuerpo femenino y territorio. En ese sentido, analiza también lo que significa la violación sexual:

Uso y abuso del cuerpo del otro sin que éste participe con intención o voluntad compatibles, la violación se dirige al aniquilamiento de la voluntad de la víctima, cuya reducción es justamente significada por la pérdida del control sobre el comportamiento de su cuerpo y el agenciamiento del mismo por la voluntad del agresor. La víctima es apropiada del control sobre su espacio-cuerpo (SEGATO, 2004, p. 4).

Es por todas estas razones, enfatiza Segato, que “la violación es el acto alegórico por excelencia de la definición schmittiana de la *soberanía* – control legislador sobre un territorio y sobre el cuerpo del otro como anexo a ese territorio” (SEGATO, 2004, p. 4).

La violación adquiere ese significado ya que, debido a la función de la sexualidad (en términos de cómo está planteada en el mundo que conocemos), conjuga en un acto la dominación física y moral del otro, y, añade ella: “no existe poder soberano que sea solamente físico”. Es por esta razón que una guerra que resulte en exterminio no constituye victoria, porque “solamente el poder de colonización permite la exhibición del poder de muerte ante los destinados a permanecer vivos” (SEGATO, 2004, p. 5). Segato introduce otro razonamiento que puede ayudar a entender también algunas estrategias de guerra, así como de “colonización”. Es a partir de esta lógica del proceso discursivo mediante el cual se produce la coherencia masculina o masculinidad que deben interpretarse los crímenes de mujeres en Ciudad Juárez, por lo que no está de acuerdo en el hecho de que el odio a la víctima sea el factor fundamental en los feminicidios de Juárez. Más bien, la víctima es el deshecho del proceso, una pieza descartable. En palabras de Segato: “Estas exigencias y formas de exhibicionismo son características del régimen patriarcal en un orden mafioso” (SEGATO, 2004, p. 7).

La definición de feminicidio para Segato tiene que ver, entonces, con esos códigos:

Los feminicidios son mensajes emanados de un sujeto autor que sólo puede ser identificado, localizado, *perfilado*, mediante una “escucha” rigurosa de estos crímenes como actos comunicativos. Es en su discurso que encontramos al sujeto que habla, es en su discurso que la realidad de este sujeto que se inscribe como identidad y subjetividad y, por lo tanto, se vuelve rastreable y reconocible (SEGATO, 2004, p. 10).

Segato apuesta a que el autor del crimen es un sujeto que valoriza la ganancia y el control territorial por encima de todo, incluso por encima de su propia felicidad personal. A través de este tipo de crímenes, “le confirma a sus aliados y socios en los negocios que la comunión y la lealtad del grupo continúa incólume. Les dice que su control sobre el territorio es total, que su red de alianzas es cohesiva y confiable, y que sus recursos y contactos son ilimitados” (SEGATO, 2004, p. 10).

El feminicidio, por lo tanto, sería en este caso una forma de permanencia del poder del hombre – cualquier cosa que entendamos por hombre –, que sirve al individuo en tanto que refrenda su poder invencible, pero sobre todo, al colectivo que detenta esa posición, ese poder intangible, como le llama Michel Foucault.

Al mismo tiempo, el feminicidio codifica el “menos poder de las mujeres”, que son los sujetos susceptibles de castigo. En ese sentido, el feminicidio es un ritual que refrenda y reproduce el orden patriarcal.

Los suplicios, la forma de castigo implementada en Europa hasta el siglo XIX, que guardaría una relación muy estrecha con el feminicidio, sobre todo, si consideramos que, desde el punto de vista de Rita Segato, también constituyen una forma de lenguaje:

En su dimensión expresiva, los actos violentos se comportan como una lengua capaz de funcionar eficazmente para los que la entienden, *aun cuando no participen directamente en la acción enunciativa*. Por ello, cuando se instala un sistema de comunicación con un alfabeto violento, es muy difícil desinstalarlo, eliminarlo. La violencia constituida y cristalizada se transforma en un lenguaje estable y pasa a comportarse con el casi-automatismo de cualquier idioma (SEGATO, 2007, p. 42).

Es probable que ella misma aclare por qué los suplicios estuvieron muy lejos de garantizar justicia, como admite Michel Foucault, cuando afirma contundente que: “El suplicio no restablecía la justicia, reactivaba el poder” (FOUCAULT, 2009, p. 60). Y es que desde el momento en que los actos violentos se constituyen en una suerte de lenguaje, es difícil pensar en romper el ciclo. Por lo tanto, a mayor violencia, menos posibilidad de justicia. Puede ser que los suplicios hayan sido útiles para perpetuar el poder del soberano, pero no para garantizar la justicia social. Por eso los distintos sistemas penales terminaron por cuestionar y transformar este tipo de pena.

El patriarcado y sus marcos normalizantes de violencia hacia las mujeres explican los niveles de impunidad que existen en los sistemas de justicia latinoamericanos. Como lo muestran las informaciones en los diarios, las sentencias de los jueces, detrás de cada mujer muerta existe una sospecha de índole moral: ¿Qué habrá hecho esa mujer para merecer la muerte?

El feminicidio, por lo tanto, puede leerse como un suplicio: un ritual de castigo dirigido a las mujeres por haber transgredido o no la norma de género. Podemos leerlo como un acto performativo que realizan los hombres cuando ven amenazada su masculinidad, cuando se arrogan el derecho a juzgar el “alma” de ciertas mujeres, sobre quienes se erigen como autoridad. En síntesis, se trata de un conjunto de prácticas normalizantes, que a su vez se inscriben en un marco de representación del valor de las mujeres en nuestras sociedades.

El feminicidio da cuenta de las nuevas modalidades de la guerra y del papel que en ellas tiene el cuerpo de las mujeres, pero también el cuerpo de la

población vulnerable que suele ser feminizado. Desde esa perspectiva, sí habría que diferenciar el feminicidio que presenta el patrón de Ciudad Juárez y el resto de los asesinatos de mujeres, aunque desde mi punto de vista, no son formas de violencia tan distintas.

Para explicar la lógica de las nuevas guerras, en las cuales América Latina tiene un papel fundamental, dice Segato:

Las nuevas formas de la guerra, caracterizadas por la informalidad, se despliegan hoy en un espacio intersticial que podemos caracterizar como para-estatal porque se encuentra controlado por corporaciones armadas con participación de efectivos estatales y para estatales (SEGATO, 2014, p. 15).

No estamos hablando, por lo tanto, de las guerras clásicas, donde el enemigo se localizaba “afuera” y estaban delimitadas por un principio y un fin. Estamos hablando de guerras en donde el proyecto parece ser en sí perpetuarla, porque esta es redituable a largo plazo. La frontera entre el Estado y el crimen organizado se ha diluido, así como también los límites entre la economía formal y la informal.

Es en este escenario donde estas guerras despliegan una “pedagogía de la crueldad” contra aquellos que no juegan el papel de antagonistas armados en los enfrentamientos. Visto de esta forma, se explica por qué los sujetos más vulnerables constituyen el blanco principal de esta violencia que se caracteriza, justamente, por su dimensión expresiva.

Siguiendo el argumento de Segato, considero que los asesinatos de mujeres a partir de los años noventa dieron pie a la espectacularización de la violencia a la que asistimos en México. Sin embargo, años más tarde, esta violencia se desplazó a otros cuerpos, sobre todo, a los cuerpos de jóvenes racializados en condiciones de pobreza. Este carácter espectacular fue evidente en el caso paradigmático de los 43 estudiantes desaparecidos de Ayotzinapa y los seis muertos, entre los que se encontró el rostro desollado del joven Julio César Mondragón. Desde mi punto de vista, ahí es muy evidente la dimensión expresiva de la violencia. Había un mensaje en ese rostro desollado que hablaba de lo que les puede suceder a los jóvenes que puedan llegar a identificarse con los estudiantes de Ayotzinapa. Pero lo más importante de esta violencia expresiva, considero, es asumir que el Estado no es ajeno a esa violencia, sino que tiene una participación activa.

Desde mi punto de vista, nuestras energías se han concentrado demasiado en la aprobación de leyes que incluyan la figura del feminicidio sin tomar en cuenta las variaciones que ha tenido la figura Estado en términos económicos, pero también en términos políticos. Seguimos pidiéndole justicia al Estado sin considerar que éste es parte del entramado de violencia.

En 2009, la Corte Interamericana de Derechos Humanos responsabilizó al Estado mexicano en la sentencia del Caso del Campo Algodonero. Sin embargo, la actitud omisa y negligente de las autoridades no ha cambiado desde entonces.



El feminicidio, por lo tanto, forma parte crucial de estas nuevas formas de guerra, ya que, como lo describe la propia Segato: “La rapiña que se desata sobre lo femenino se manifiesta tanto en formas de destrucción corporal sin precedentes como en las formas de trata y comercialización de los que estos cuerpos puedan ofrecer, hasta el último límite” (SEGATO, 2014, p. 17).

El feminicidio, en conclusión, sigue dando cuenta de una jerarquía que hace que existan cuerpos que no importan, sacrificables o desechables. Esta jerarquía, como dice Segato, se hace evidente desde lo estatal y lo paraestatal, pero también se reproduce en las relaciones íntimas. No son violencias separadas, porque tienen la misma lógica, aunque el nivel de sofisticación del crimen sea distinto. La dimensión expresiva de la violencia, sin embargo, también repercute en el tejido social. Por lo tanto, el feminicidio no es un tema que solo concierne a las mujeres, pues el género opera en estas dinámicas violentas. La masculinidad se reafirma a través de rituales como la violación sexual, el asesinato de mujeres y el asesinato de sujetos femeninos o feminizados.



## REFERENCIAS

CAPUTI, Jane; RUSSELL, Diana E.H. Femicidio: Sexismo terrorista contra las Mujeres. En: RADFORD, Jill; RUSSELL, Diana E. H. (Eds.). *Feminicidio: La política del asesinato de las mujeres*. México: Colección Diversidad Feminista Coedición CEIICH-UNAM/Comisión Especial para Conocer y dar Seguimiento a las Investigaciones Relacionadas con los Femicidios en la República Mexicana y a la Procuración de Justicia Vinculada, 2006. p. 53-69.

CARCEDO, Ana. *Femicidio en Costa Rica, 1990-1999*. Colección Teórica n. 1. Colaboración de Montserrat Sagot. Costa Rica: Consejo Directivo de Violencia Intrafamiliar del Sector Salud, Ministerio de Salud, Caja Costarricense del Seguro Social, Instituto Nacional de las Mujeres, 2002. 83 p.

ECHEVERRÍA, Bolívar. Violencia y modernidad. *Debate feminista*, México, PUEG-UNAM, p. 3-20, 1998. Disponible en: <[http://www.debatefeminista.pueg.unam.mx/wp-content/uploads/2016/03/articulos/025\\_01.pdf](http://www.debatefeminista.pueg.unam.mx/wp-content/uploads/2016/03/articulos/025_01.pdf)>.

FOUCAULT, Michel. *Vigilar y castigar: nacimiento de la prisión*. Traducción de Aurelio Garzón del Camino. México: Siglo veintiuno editores, 2009 [1975]. 340 p.

HABERMAS, Jürgen. 2. El Estado nacional europeo. Sobre el pasado y el futuro de la soberanía y la ciudadanía. En: HABERMAS, J. *La inclusión del otro: Estudios de teoría política*. Barcelona: Paidós, 2013. p. 81-135.

LAGARDE, Marcela. El feminicidio, delito contra la humanidad. En: RADFORD, Jill; RUSSELL; Diana E.H. et al. (Eds.). *Feminicidio, justicia y derecho*. México: Comisión Especial para Conocer y Dar Seguimiento a las Investigaciones Relacionadas con los Femicidios en la República Mexicana. H. Congreso de la Unión, Cámara de Diputados. LIX legislatura, 2005. p. 151-164.

MONÁRREZ, Fragoso J. Elementos de análisis del feminicidio sexual sistémico en Ciudad Juárez para su viabilidad jurídica. En: RADFORD, Jill; RUSSELL; Diana E.H. et al. (Eds.). *Feminicidio, justicia y derecho*, México, Comisión Especial para Conocer y Dar Seguimiento a las Investigaciones Relacionadas con los Femicidios en la República Mexicana. H. Congreso de la Unión, Cámara de Diputados. LIX legislatura, 2005. p. 197-212.

RUSSELL, Diana E. H. Definición de feminicidio y conceptos relacionados. En: RUSSELL, Diana E.H.; HARMES, Roberta A. (Eds.). *Feminicidio: una*

---

perspectiva global. México: Colección Diversidad Feminista Coedición CEI-ICH-UNAM/Comisión Especial para Conocer y dar Seguimiento a las Investigaciones Relacionadas con los Femicidios en la República Mexicana y a la Procuración de Justicia Vinculada, 2006. p. 73-96.

SEGATO, Rita L. *Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres*. 1. ed. Puebla, México: Editorial Pez en el árbol, 2014. 120 p.

\_\_\_\_\_. Qué es un femicidio. Notas para un debate emergente. En: BELAUS-TEGUIGOITIA, Marisa, MELGAR, Lucía (Coords.). *Frontera, violencia, justicia: nuevos discursos*. México: PUEG-UNAM, UNIFEM, 2007. p. 35-48.

\_\_\_\_\_. *Territorio, soberanía y crímenes de segundo Estado: La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez*. Série Antropologia n. 362. Brasília: Departamento de Antropología Universidad de Brasília, 2004. 17 p.

VALENZUELA ARCE, J. M. *Sed de mal. Femicidio, jóvenes y exclusión social*. México: El Colegio de la Frontera Norte, 2012. 264 p.

# CAPÍTULO 36

## MUJERES Y RESISTENCIA: las múltiples guerras en el marco del conflicto armado colombiano

Izabel Solyszko Gomes<sup>1</sup>

---

### Introducción

El conflicto armado en Colombia ha durado más de cinco décadas. En la actual coyuntura, la expectativa social y política es de su término, al ya tener concretado el acuerdo de paz con las FARC y al ya tener iniciado las negociaciones para el desarrollo del acuerdo de paz con el ELN – siendo esos los dos sujetos políticos armados que corresponden a la insurgencia en el momento.

La paz política del país, sin embargo, no es condición suficiente para garantizar a las mujeres una vida en paz cómo sinónimo de vida libre de violencias. El Auto 092/98 ha reconocido el impacto desproporcional sufrido por las mujeres en ese contexto, sin embargo, lo emblemático de eso es que en esa realidad marcada por la guerra que históricamente agudiza la violencia de género, utilizando el cuerpo de las mujeres como botín de guerra, se revela también el alto grado de violencia contra ellas “fuera” del contexto bélico formal. Es fundamental reconocer las múltiples formas casi que innombrables de barbarie y violación del cuerpo de las mujeres, en contextos de guerra y en llamados “tiempos de paz” (BEJARANO, 2011).

En ese orden de ideas, la insignia “*¡Ni guerra que nos mate, ni paz que nos oprima!*” expresa el sentido de la investigación<sup>2</sup> cuyo objetivo<sup>3</sup> fue debatir la articulación entre las múltiples guerras vivenciadas por las mujeres víctimas del conflicto armado, documentando las estrategias de resistencia de esas mujeres cuando se organizan colectivamente para reconstruir sus vidas.

El objetivo de esa conferencia es presentar: a) El contexto del conflicto armado colombiano y el escenario emblemático de múltiples violencias contra

1 Feminista. Trabajadora social. Doctora en Trabajo Social por la Universidad Federal de Río de Janeiro con estudios postdoctorales en Género y Desarrollo por la Universidad de Los Andes (Colombia). Docente en la Facultad de Ciencias Sociales y Humanas de la Universidad Externado de Colombia. Integrante del Área de investigación en Estudios de familia de esa Facultad. Colombia. E-mail: izabel.solyszko@uexternado.edu.co

2 La investigación se enmarca en mis estudios postdoctorales desarrollados en el año de 2015 bajo la línea Género y Desarrollo del Centro Interdisciplinar de Estudios sobre el Desarrollo de la Universidad de Los Andes/Colombia. Fue dirigida por el Profesor Javier Pineda y fue financiada por una beca de estudios postdoctorales en el exterior de CNPq/Brasil.

3 La investigación se realizó en 2015 por diversos territorios colombianos – Bogotá-DC; Soacha (Cundinamarca); Tuluá y Buenaventura (Valle del Cauca); San Juan Nepomuceno (Bolívar); Sincelejo (Sucre) y Barranquilla (Atlántico). Se registró por medio de entrevistas individuales y grupales la experiencia de once grupos de mujeres, totalizando treinta y dos mujeres entrevistadas.

las mujeres en el país. b) Las estrategias de resistencia desarrolladas por las mujeres víctimas del conflicto.

Se reconoce que hay numerosa literatura<sup>4</sup> acerca del conflicto armado colombiano y aunque en menor medida, también sobre las violencias hacia las mujeres en ese contexto, asimismo también se encuentran algunos registros de las experiencias desarrolladas por los movimientos de mujeres. El planteamiento propuesto se centra en recuperar una pequeña parte de esos antecedentes para articular y debatir sobre la violencia de género contra las mujeres en el marco del conflicto, la violencia de género estructural de la sociedad patriarcal y las estrategias de resistencia frente a esas múltiples guerras contra las mujeres. Se espera contribuir para la reflexión crítica de la realidad violenta y adversa que experimentan las mujeres en un contexto emblemático de horror y dolor, pero también de resistencia y de construcción de nuevos horizontes.

## **El conflicto armado colombiano y las múltiples guerras contra las mujeres**

Lo que se propone acá es una lectura y un análisis del conflicto armado colombiano a la luz de los proyectos societarios en disputa. Considerando las diversas e incluso, contradictorias formas posibles de narrar la guerra en Colombia, se reconoce que sin diferir de otros países latinoamericanos colonizados y saqueados al largo de su historia, el país siempre fue marcado por el problema de la concentración de la propiedad y del acceso a tierras. La cuestión agraria fue “clave” en la definición de las estrategias políticas de desarrollo de la economía nacional y por ende, los conflictos armados en el campo y la violencia siempre fueron elementos presentes en la historia reciente del país (MEERTENS; SÁNCHEZ, 1983).

Diferentemente de los planteamientos comunes de que las prácticas de violencia son un retraso para el desarrollo, algunos autores suelen demostrar que la política de concentración de tierras y de acumulación de capital fue a la mano con los períodos de mayor violencia en Colombia. En el siglo XX, los conflictos no han afectado la generación de riquezas. “El número de muertos subió al mismo ritmo de las cifras del crecimiento económico” (MOLANO, 2015, p. 555). A finales de los 50, se combinó en el país la destrucción de comunidades enteras, las pérdidas de tierras y patrimonios de millares de campesinos con el desarrollo económico. El propio presidente en la época, Alberto Lleras, declaró que “sangre y acumulación iban juntas” (FAJARDO, 2015, p. 377).

Hay cierto consenso sobre el hecho de que son múltiples las causas y factores que han impulsado la emergencia del conflicto, sin embargo, hay corrientes que privilegian elementos centrales distintos. Se considera importante evidenciar la

4 Hay que destacar que esa literatura se encuentra mayoritariamente en español o incluso en inglés y en francés, sin embargo, el debate y el conocimiento en Brasil aún es bastante escaso y no hay publicaciones de ese orden en portugués.

desigualdad social brutal, especialmente en el campo colombiano, asociando la combinación entre desarrollo y sangre en la historia del país, reconociendo en periodo de La Violencia como el tiempo de mayor desarrollo del capital (FAJARDO, 2015; ESTRADA, 2015). Aunque haga muchas otras explicaciones y muchas maneras de comprender la guerra, es importante reconocer que un marco explicativo importante es pensar la pobreza al cual fue sometido el campo y la vida rural, la desigualdad social y la política (interna y externa) marcada por la represión y por la violencia.

Aunado a una coyuntura de desigualdad social, alta concentración de tierras en el campo en un contexto histórico de subversión campesina para la resistencia, la dinámica revolucionaria internacional en los 60's fue fundamental para la elección en priorizar la lucha armada y no la vía democrática para garantizar ideales emancipatorios. El surgimiento de la insurgencia armada por medio de guerrillas en Colombia está fuertemente marcado por el contexto internacional. Aunque con planteamientos y estrategias políticas muy distintas, la reivindicación de las guerrillas estaba centrada en la reforma agraria y en la protección de los recursos naturales frente a la propuesta gubernamental de desarrollo que priorizaba la explotación desde empresas extranjeras, con graves impactos en el medio ambiente y en la población y sus territorios locales. De otro lado, la respuesta a la insurgencia fue una política de gobierno en términos de seguridad desarrollada en plena consonancia con los planteamientos estadounidenses de "guerra al comunismo".

Para sintetizar, es posible afirmar que el "inicio" del conflicto armado y sus configuraciones iniciales tienen que ver directamente con el tema de la concentración de tierras; la desigualdad social extrema que constituyó el país; la dinámica histórica conformada por los embates violentos por acceso al poder político y por garantizar la concentración de tierras y por ende, la resistencia expresa especialmente en las organizaciones campesinas y guerrilleras; por la coyuntura internacional marcada por las revoluciones comunistas y, finalmente, por las políticas antidemocráticas de carácter prácticamente dictatorial y los planes de seguridad impulsados por el gobierno ampliamente influenciados y direccionados por los Estados Unidos.

En ese contexto, apuntar a que las mujeres son las que más sufren determinadas violencias en el conflicto armado o de qué manera viven múltiples experiencias de guerra contra sus vidas y sus cuerpos, tiene que ver con la importancia en visibilizar experiencias históricamente silenciadas y olvidadas. Es nítido que "es justamente en las mujeres sobre quienes recae el peso de la tragedia producida por la violencia" (COLOMBIA, 2013, p. 305).

Colombia tiene la paradójica situación de convivir con la barbarie y la brutalidad de la violencia contra las mujeres en el contexto directo del conflicto armado: violación sexual, feminicidio, tortura, amenazas, hostigamientos, reclutamiento forzado de familiares, prostitución forzada, embarazo y aborto forzados, servidumbre forzada para labores domésticas, pérdida de familiares por

asesinato y/o desaparición forzada, desplazamiento forzado (RUTA PACÍFICA DE LAS MUJERES, 2013; MESA DE TRABAJO MUJER Y CONFLICTO ARMADO, 2014). La violencia de género dirigida hacia a las mujeres es un fenómeno histórico y socialmente construido, sostenido por una realidad patriarcal que permite que una mujer sea víctima de violencia simplemente por “ser mujer”. Por lo tanto, el fenómeno constituye una clara violación de los derechos humanos en un evidente contexto de desigualdades sociales (ALMEIDA, 2007).

Eso se evidencia concretamente en las narrativas de las violencias sufridas. *“Ese sector fue muy de paramilitares. Entonces las mujeres fueron obligadas a lavarles, tenían que lavarles la ropa, se las llevaban a la fuerza, las prostituían, todo lo que podían hacer lo hacían”* (FUNDADORA – NARRAR PARA VIVIR). Las denuncias y descripciones de los informes mencionados sobre la realidad colombiana de las mujeres en el marco del conflicto se identifican de manera muy directa con los hallazgos de la investigación realizada.

Varias mamás, aunque no lo demuestren, sufren al pensar que se le van a llevar su hijo o que le van a matar al esposo... algo. Porque nosotras las mujeres desde hace mucho tiempo venimos sufriendo ese flagelo que a los maridos se los llevan, unos no regresan, a los hijos se los desaparecen, a las niñas se las violan o se las llevan y nunca vuelven a saber de ellas. (INTEGRANTE – RED DE MARIPOSAS).

Los hechos violentos narrados por las integrantes de los grupos escuchados se repiten una y otra vez, conformando una colcha de retazos de historias de horror: van de la mención al riesgo, en la zona, de prostitución forzada y violación sexual contra las adolescentes, hasta la confrontación entre los actores armados muy cercano a sus territorios, lo que impulsa el desplazamiento. *“Desmembraron a un hermano mío. Lo desaparecieron, lo tiraron al río, al mar. No nos dejaron enterrarlo; nos mandaron amenazas, que si nosotros íbamos para allá, lo mismo que le había pasado a él, nos iba a pasar a nosotros”* (INTEGRANTE – MADRES POR LA VIDA).

Hay una multiplicidad de situaciones violentas:

Nosotros vinimos [...] Duramos mucho, como 5 días para llegar acá prácticamente a pie, colgando de los carros, mi esposo herido, violadas, prácticamente heridas toda la piel, porque estuvimos secuestrados, torturas de todo, cocidos los labios para que no habláramos... nuestros cuerpos tienen muchas heridas y cicatrices (FUNDADORA – RENACER MUJERES EMPRENDEDORAS).

Los relatos llegan a la expresión máxima de la violencia patriarcal: la violación sexual.

Lo que pasa aquí, en Montes de María la región es que las mujeres fuimos tomadas como botín de guerra porque tanto los grupos legales

como ilegales utilizaban en las mujeres como una estrategia para sembrar el terror y el control territorial [...] No faltaba una masacre donde no violaran para decirle las mujeres que te vamos a vulnerar, que te podemos violentar (FUNDADORA – NARRAR PARA VIVIR).

De otro lado de ese contexto bélico está el fenómeno global de la violencia de género contra las mujeres. Un informe producido sobre los homicidios de mujeres ocurridos entre 2002 y 2009 reveló que solamente un 8% de ellos fueron cometidos directamente en el contexto del conflicto armado (SÁNCHEZ, 2010). El último informe del Instituto de Medicina Forenses apuntó que en 2014 un 40% de los responsables por el homicidio eran conocidos de la víctima: amigo, familiar, pareja, ex-pareja, y apenas un 8%, mismo indicador del otro informe, podrían tener relación directa con el conflicto armado (DE LA HOZ, 2015a).

En 2015, más de 40 mil mujeres han denunciado la violencia de pareja en el país, alcanzando una tasa de 202,57 por 100 mil habitantes, de esos un 68% fueron politraumáticos, es decir, hirieron varias partes del cuerpo de la mujer. Del escenario de los hechos, un 70% ocurrió en la casa. En cuanto a los delitos sexuales, fueron registrados más de 22 mil casos en ese mismo año. Las niñas entre los 10 y 14 años son las que presentan mayor riesgo de ser víctimas de algún tipo de delito sexual equivalentes al 40,52% (CIFUENTES, 2015, p. 36).

Estos indicadores apuntan que el conflicto armado agudiza y profundiza la violencia de género contra las mujeres, pero no es su único reproductor. Esa violencia se reproduce en la cotidianidad de las mujeres, en la vida afectiva, es decir, en el marco de las relaciones sociales de género. A ese contexto de violencias que asolan el cuerpo y la vida de las mujeres se arriesgó nombrarlos múltiples guerras contra las mujeres.

Siguen asesinando mujeres... el miércoles no más asesinaron a una joven de 24 años. Eso fue el marido. Eso no se llama violencia intrafamiliar. Eso se llama feminicidio. Otra niña fue violada hace 8 días, por ocho de esos manes. Eso no se trata de garrotear, de golpear, sino de decir ¿Hasta cuándo nos siguen pisoteando por ser mujer? ¿Hasta cuándo nos siguen violando por ser mujer? ¿Hasta cuándo nos siguen maltratando, haciendo de nuestro cuerpo botín de guerra? ¿Hasta cuándo nos siguen matando nuestros hijos? ¿Hasta cuándo los niños de nosotros tienen que estar con el fusil? (FUNDADORA – MADRES POR LA VIDA).

Frente a ese conjunto de violencias, es importante reconocer las posibilidades concertadas colectivamente. “La historia ha demostrado que siempre existe la posibilidad de éxodos o fugas” (ESTRADA, 2015, p. 317). Frente a esas múltiples guerras contra las mujeres se reconoce su protagonismo colectivo, constructor de resistencia cuando hay encuentro entre ellas como posibilidad de lucha, cuando construyen espacios de paz y afrontamiento en contexto de guerra y de vulneración de derechos. La resistencia y la lucha cotidiana en los micro-espacios de la vida social son acciones constituyentes de la construcción de otra realidad.



## Las estrategias de resistencia de las mujeres víctimas del conflicto armado colombiano

Mano vieja que trabaja va enlazando algún telar. [...] Manos que abrazan a la esperanza [...] Manos que tocan dejando el alma [...] Manos de sangre, de viento y mar (MANOS DE MUJERES, MARTA GÓMEZ).

Las “estrategias de resistencia” se constituyen en un proceso de entrar en rebeldía (PÉREZ, 2008), de levantarse contra (MARTÍNEZ, 2013). “La resistencia constituye un acto de oposición de una fuerza respecto a otra que tiende a moverla, a moldearla, a manipularla, a controlarla, a deformarla. Implica no ceder ante la voluntad del otro” (PÉREZ, 2008, p. 29). Resistir puede ser aguantar, soportar o rechazar (PÉREZ, 2008), por lo tanto las estrategias de resistencia pueden constituirse en un accionar aprovechando las oportunidades favorables en cada contexto (ENRÍQUEZ, 2010) y pueden ser un ejercicio que quiera “dar lugar a una experiencia otra” (MARTÍNEZ, 2008, p. 88) en múltiples y distintas formas de accionar.

En ese sentido, las “estrategias de resistencia” construidas y desarrolladas por las mujeres frente al contexto del conflicto armado pueden tener múltiples expresiones y connotaciones.

Para la investigación, “estrategia de resistencia” fue considerada toda acción colectiva desarrollada por los grupos de mujeres que se juntaron para enfrentar las numerosas consecuencias que el conflicto armado trajo a sus vidas, o sea, cada experiencia construida para sobrevivir que aquí es entendida como resistencia y no sobrevivencia, puesto que: i.) Fueron caminos construidos desde el encuentro con otras mujeres, desde el entramado de fuerzas y experiencias colectivas en realidades adversas. En la sociedad patriarcal y capitalista que aún el individualismo y la disputa entre las mujeres, encontrarse y construir colectivamente es, en sí mismo, un acto de resistencia. “*Ahora que nosotras somos como las cucarachas: no sacan por un lado pero entramos por otro. Ya aquí no somos una sola, somos varias*” (Fundadora – Narrar para Vivir). “*Para mí la resistencia es estar unidas*” (Integrante – Narrar para Vivir). ii.) En el contexto donde la paz política del país no se ha consolidado, desarrollar acciones para garantizar una vida libre de violencia y “paz” es un acto de resistencia. “*Sobrevivir, ya es una resistencia [...] Yo creo que los hombres no son capaces de hablar de paz en esas condiciones tan desoladoras, como lo hicimos nosotras*” (Fundadora – Narrar para Vivir). iii.) En una coyuntura adversa, de profundas y extremas desigualdades sociales, mover esfuerzos para desarrollar medios de sobrevivencia para sí y la familia es resistencia a la necropolítica<sup>5</sup>

5 El concepto de necropolítica es desarrollado por Achille Mbembe (2003) para demostrar cómo determinados grupos poblacionales son más vulnerables como consecuencia de una política estatal que no protege a sus ciudadanos sino que los expone a contextos de profunda violación de derechos. El concepto fue apropiado y debatido frente a cuestiones de género y raza en algunas investigaciones para dar lugar a las reflexiones sobre la realidad latinoamericana (ALVES, 2010, 2011; MARTÍNEZ, 2013; BIDAISECA, 2013; SAGOT, 2013).



estatal que encuentra en la raza y en el género fuertes elementos para exponer determinadas poblaciones a condiciones de extrema vulnerabilidad.

Las integrantes de los grupos entrevistados reconocen su quehacer como resistencia al enunciar<sup>6</sup> que: *“la resistencia es como lo que estamos haciendo aquí [...] Pues a raíz de nuestra resistencia es que estamos aquí en estos momentos y seguiremos dando”* (LIDERESA – LIGA DE MUJERES AFRO); *“Caer y levantarse otra vez. Caer y levantarse”* (Integrante – Liga de Mujeres Afro); *“La resistencia es lo que estamos haciendo nosotros ahora”* (Fundadora – Madres por la Vida); *“Aquí hemos estado, aquí nos vamos a quedar, de aquí no nos vamos ir y vamos a luchar para que eso que nos pasa, no pase a nosotras ni a otras compañeras. Para mí, eso es la resistencia”* (Integrante – Red de Mariposas); *“Ha sido una marcha de resistencia que hemos tenido nosotras en este ámbito”* (Fundadora – Narrar para Vivir);

La resistencia es esto que nosotras tenemos. Resistir son las ganas de seguir viviendo. La resistencia abarca muchas palabras. Porque la resistencia significa seguir viviendo, la resistencia significa la estabilidad de vida de uno, porque si uno no tiene estabilidad a uno no le dan ganas de seguir resistiendo (FUNDADORA – NARRAR PARA VIVIR);

*“Resistencia es pararse de un pantano, salir de ese pantano, querer salir adelante y demostrarse uno mismo que es capaz de lo que se propone”* (Integrante – Renacer mujeres emprendedoras).

Se han considerado estrategias de resistencia: a.) El reconocimiento de vivencias y problemáticas comunes: se organizaron porque lo que las unía era la condición de desplazamiento forzado, los múltiples hechos violentos sufridos en el contexto del conflicto armado, sin embargo también las violencias de género cotidianas por “ser mujer”. b.) La construcción de acciones colectivas internas: i) Desarrollo de metodologías propias de atención psicosocial. ii) Escucha calificada. iii) Promoción del auto cuidado, la vivencia digna del duelo y desarrollo de un proceso de auto sanación. c.) La construcción de acciones colectivas externas: i) Realización de marchas y plantones, caminatas, en pro de la visibilización de sus luchas. ii) La participación política en espacios de decisión como la mesa de víctimas y las mesas de políticas para mujeres o con enfoque diferencial. d.) Las actividades colectivas para generar recursos económicos, puesto que no priorizan los cursos de capacitación individuales, ni las llamadas de empleo que solo benefician a una y a otra, sino que privilegian acciones colectivas que generen bienestar y recursos para todas.

6 Es importante mencionar un aspecto anecdótico en cuanto al escenario de las entrevistas: todos los encuentros fueron marcados por momentos de silencio, de llanto y de agradecimientos por la propuesta de la escucha y del interés sobre la historia del grupo y de la trayectoria de sus integrantes. Entre el dolor enunciado en la voz y las lágrimas que permearon las narrativas de la violencia y la significación de la importancia del momento de narrar, estuvo una marca bastante positiva en la actitud y en la voz de las participantes cuando contestaban la pregunta “¿qué es la resistencia?”. De manera muy visible y objetiva la postura de cada mujer al responder esa pregunta cambió completamente en tono, ánimo y entusiasmo frente a lo que era hablar sobre los hechos violentos sufridos.

Finalmente, cabe reconocer que ese conjunto de estrategias de resistencia creadas y desarrolladas por grupos de mujeres que desde sus experiencias y sus procesos organizativos han logrado resistir para sobrevivir, han contribuido para la construcción de nuevos caminos de vida y de paz. Narrar esas historias de protagonismo de las mujeres colombianas frente a la violencia de las múltiples guerras dirigidas a ellas tiene la intencionalidad de reconocer las connotaciones políticas de sus prácticas colectivas y proporcionar el conocimiento de un fenómeno a quienes “no fueron testigos de la injusticia pero que tienen el derecho de horrorizarse, de escandalizarse, de encolerizarse y de integrarse al reclamo de justicia” (MARTÍNEZ, 2008, p. 83).

## **Conclusión**

Hablar de las estrategias de resistencia de las mujeres víctimas del conflicto armado colombiano implica cuestionar la violencia de la realidad social y de todas las violencias y violaciones sufridas. Por lo tanto, hablar de garantías de derechos de las mujeres o de cualquier política que tenga “enfoque de género” demanda reconocer la totalidad del fenómeno de la violencia de género que se expresa en distintos escenarios y desde variadas dimensiones. Mirar la realidad de las mujeres que han padecido el conflicto armado conduce la mirada a la realidad de todas las mujeres de la sociedad.

El objetivo de la conferencia, fue, de manera muy breve, compartir algunos resultados de una investigación. Hay dos hallazgos que el cruce de los datos y las voces de las mujeres de distintos territorios del país evocan: a.) La paz política del país es condición necesaria, sin embargo insuficiente para garantizar paz como sinónimo de una vida libre de violencia para las mujeres. b.) Las mujeres han construido colectivamente numerosas estrategias de resistencia, porque en una cotidianidad extremadamente adversa, marcada por las desigualdades sociales, han luchado por la sobrevivencia al nivel más básico de la sobrevivencia humana propia y de sus familias, y aún más, porque con el país aún en guerra, han apostado en posibilidades de escenas de no violencia y de paz.

## REFERENCIAS

ACOSTA, María Velez. Comportamiento de la violencia de pareja. Colombia 2015. *Forensis. Datos para la Vida* (Grupo Centro de Referencia Nacional sobre Violencia. Instituto Nacional de Medicina Legal y Ciencias Forenses), Bogotá, Colombia, v. 17, n.1, p. 291-354, 2015.

ALMEIDA, Suely Souza de. Essa violência mal-dita. En: ALMEIDA, S.S. (Org.). *Violência de Gênero e Políticas Públicas*. Editora UFRJ: Rio de Janeiro, 2007. s.p.

BEJARANO, Cynthia. Introducción: una cartografía del feminicidio en las Américas. En: FREGOSO, Rosa Linda et al. (Coords.). *Feminicidio en América Latina*. Ciudad de México: CEICH/UNAM, 2011. s.p.

CIFUENTES, Sandra Liliana Osorio. Exámenes médico legales por presunto delito sexual: Colombia 2015. *Forensis. Datos para la Vida* (Grupo Centro de Referencia Nacional sobre Violencia. Instituto Nacional de Medicina Legal y Ciencias Forenses), Bogotá, Colombia, v. 17, n. 1, 2015.

COLOMBIA. Centro Nacional de Memória Histórica. *¡Basta ya! Colombia: Memorias de Guerra y Dignidad*. Informe General. Colombia, 2013. 430 p.

DE LA HOZ, Germán Alberto Bohórquez. Comportamiento del homicidio Colombia 2015. *Forensis. Datos para la Vida* (Grupo Centro de Referencia Nacional sobre Violencia. Instituto Nacional de Medicina Legal y Ciencias Forenses), Bogotá, Colombia, v. 17, n. 1, p. 73-132, 2015.

ENRÍQUEZ, Lourdes. Eficacia performativa del vocablo feminicidio y legislación penal como estrategia de resistencia. En: MARTÍNEZ, Ana María de la Escalera (Org). *Feminicidio actas de denuncia y controversia*. Debates UNAM, n. 4. Ciudad de México: PUEG/UNAM, 2010. p. 68-s.p.

ESTRADA, Jairo. *Acumulación capitalista, dominación de clase y rebelión armada. Elementos para una interpretación histórica del conflicto social y armado*. Colombia: Centro de Memoria Histórica. Comisión Histórica del Conflicto y sus Víctimas. Informe. 2015. 62 p. Disponible en: <<http://www.centrodememoriahistorica.gov.co/descargas/comisionPaz2015/estradaJairo.pdf>>.

FAJARDO, Dario. Estudio sobre los orígenes del conflicto social armado, razones de su persistencia y sus efectos más profundos en la sociedad colombiana.

*Centro de Memoria Histórica*. Comisión Histórica del Conflicto y sus Víctimas, 2015. 55 p. Disponible en: <<http://www.centrodememoriahistorica.gov.co/descargas/comisionPaz2015/FajardoDario.pdf>>.

MARTÍNEZ, Ana María de la Escalera. Las rondas de las Madres de Plaza de Mayo: una estrategia de resistencia. En: MARTÍNEZ, A. M. E. (Coord.). *Estrategias de Resistencia*. Colección Seminarios. 1 ed. México: UNAM, Programa Universitario de Estudios de Género, 2008. 92 p.

MEERTENS. Donny. *Ensayos sobre tierra, género y violencia*. Bogotá, Colombia: Universidad Nacional de Colombia. Centro de Estudios Sociales, 2000. 458 p.

MESA de Trabajo Mujer y Conflicto Armado. *XII Informe: Violencia sociopolítica contra mujeres, jóvenes y niñas en Colombia*. Bogotá, Colombia, 2014.

MOLANO, Alfredo. Fragmentos de la historia del conflicto armado (1920-2010). En: *Comisión Histórica del Conflicto y sus Víctimas*, 2015. Ensayo 6. Disponible en: <<http://www.altocomisionadoparalapaz.gov.co/mesadeconversaciones/PDF/fragmentos-de-la-historia-del-conflicto-armado-1920-2010-1447167631-1460380435.pdf>>.

MONCAYO, Víctor Manuel Cruz. Relatoría. Hacia la verdad del conflicto: insurgencia guerrillera y orden social vigente. En: *Comisión Histórica del Conflicto y sus Víctimas*, 2015, s.p.. Disponible en: <[http://www.altocomisionadoparalapaz.gov.co/mesadeconversaciones/PDF/Informe%20Comisi\\_n%20Hist\\_rica%20del%20Conflicto%20y%20sus%20V\\_ctimas.%20La%20Habana,%20Febrero%20de%202015.pdf](http://www.altocomisionadoparalapaz.gov.co/mesadeconversaciones/PDF/Informe%20Comisi_n%20Hist_rica%20del%20Conflicto%20y%20sus%20V_ctimas.%20La%20Habana,%20Febrero%20de%202015.pdf)>.

PÉREZ, María Isabel Enríquez. Estrategias de resistencia y las mujeres de los municipios autónomos de los Altos de Chiapas. En: MARTÍNEZ, A. M. E. (Coord.). *Estrategias de Resistencia*. Colección Seminarios. México: UNAM, Programa Universitario de Estudios de Género, 2008. s.p.

RUTA Pacífica de las Mujeres. *La verdad de las mujeres víctimas del conflicto armado en Colombia. Versión resumida*. Bogotá: Ruta Pacífica de las Mujeres, 2013. 123 p.

SÁNCHEZ, Olga Amparo Gomes. *¿Será que as las mujeres nos matan porque nos aman? Femicidio en Colombia 2002-2009*. Bogotá: Casa de la Mujer, Funsarep, Ruta Pacífica, Vamos Mujer, 2010. 113 p.

## XI. RELAÇÕES DE GÊNERO NO MUNDO DO TRABALHO



# CAPÍTULO 37

## DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, PRECARIZAÇÃO E DESIGUALDADES INTERSECCIONAIS

*Helena Hirata*<sup>1</sup>

---

A divisão sexual do trabalho profissional e doméstico sofreu o impacto da crise econômica e da precarização social e do trabalho a partir dos anos 1990. Desde essa época pudemos constatar uma convergência crescente das situações de precariedade e de informalidade dos países do Sul e do Norte (HIRATA, 1998, p. 383-384). A tese que queremos desenvolver nessa comunicação é que o desenvolvimento do trabalho doméstico remunerado e do trabalho de cuidado nos últimos anos não se deve apenas, como se diz frequentemente, ao aumento do trabalho remunerado das mulheres e ao envelhecimento notável da população nos países industrializados, mas também é uma consequência da precarização do trabalho e do impacto do desemprego. Tal precarização não é apenas o resultado de um processo interno às sociedades estudadas, mas é também o fruto das “cadeias globais de afeto e de assistência” às quais se referem Cristina Carrasco (2001) et Arlie Hochschild (2003). Para analisar o trabalho de cuidado como trabalho realizado principalmente por mulheres, negras e pobres, utilizaremos o paradigma interseccional, que parte da afirmação da interdependência das relações de dominação de gênero, de raça e de classe (KERGOAT, 2010).

### **Novas formas de divisão internacional do trabalho**

O cuidado requer a migração das cuidadoras vindas da Ásia, da África, da América Latina, do Caribe e da Europa do Leste para os Estados Unidos, o Canadá, a Europa Ocidental, o Japão. Mais recentemente, constatamos igualmente as migrações Sul-Sul. E o caso das babás filipinas no Brasil, recrutadas pela burguesia dos grandes centros urbanos como São Paulo, para que seus filhos aprendam a falar inglês ao mesmo tempo em que recebem os cuidados do dia a dia. Deve-se notar igualmente que existe um movimento do capital para zonas rentáveis onde há beneficiários potenciais do cuidado não deslocáveis: grupos internacionais possuem instituições de longa permanência para os idosos dependentes, e criam atualmente filiais não apenas na Europa, mas também na América Latina.

<sup>1</sup> Diretora de pesquisa emérita no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), França, e professora visitante internacional no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: helenahirata99@gmail.com

Podemos também constatar uma nova divisão internacional do trabalho se integramos a dimensão racial/étnica: veja-se, por exemplo, a divisão internacional e étnica do trabalho de fabricação de alimentos prontos para consumo na Inglaterra, tal como ela é analisada por Miriam Glucksmann (2010). Do mesmo modo, a comparação entre Brasil, França e Japão no setor do cuidado mostra o interesse e a importância de integrar a dimensão racial e étnica à análise da divisão internacional para compreender o processo de repartição do trabalho de cuidado. Na França, mais de 90% das cuidadoras domiciliares em Paris e na região parisiense são imigrantes. No Japão, apesar dos acordos de cooperação econômica com Indonésia e Filipinas, há poucas “care workers” imigrantes nas instituições de longa permanência de idosos por causa das exigências de domínio da língua japonesa impostas pelas autoridades. Quanto ao Brasil, o movimento de migração internacional no setor de cuidado é ainda incipiente, mas há migrações internas de cuidadoras do Nordeste e do Norte para o eixo São Paulo-Rio de Janeiro, por exemplo. Trata-se de um movimento de migração interna similar ao das empregadas domésticas na China contemporânea (cf. par ex. LI, 2009).

A divisão sexual do trabalho profissional e doméstico sofreu fortemente o impacto da crise econômica e social assim como da precarização do trabalho que se desenvolveu a partir dos anos 1990. Pôde-se assistir desde essa época uma convergência das situações de trabalho precário e informal dos países do Sul e do Norte (HIRATA, 1998, p. 383-384). O forte impulso dado na França pelas políticas públicas (a lei Borloo)<sup>2</sup> a duas modalidades de atividade, – emprego doméstico e trabalho de cuidado –<sup>3</sup> não se deve unicamente ao aumento do assalariamento feminino ou ao envelhecimento da população nos países industriais, como se afirma com certa frequência, mas é também a consequência da precarização do trabalho. Um caso emblemático: a inserção dos homens japoneses no trabalho de cuidado com a crise de 2008 e o desenvolvimento do desemprego.

## **Precarização, emprego feminino e aumento das desigualdades**

As cuidadoras, babás, empregadas que migram do Sul para o Norte, dos países pobres para os países ricos, chegam em situação de precariedade – muitas vezes “sem documentos” – e se inserem no mercado local do emprego doméstico e dos serviços aos particulares. E levando em consideração a precarização do trabalho assim como a imbricação das relações de sexo, de raça e de classe, podemos observar o paradoxo criado pela simultaneidade entre dois fenômenos: de um lado, uma maior igualdade entre homens e mulheres em certas esferas – por exemplo, nas profissões mais qualificadas e nas populações ativas mais jovens, apontada por pesquisas recentes (MARUANI; MERON, 2016, p. 80)

- 2 A lei Borloo de 25 de julho de 2015 tinha por objetivo a criação de empregos para diminuir a taxa de desemprego. O “plano Borloo” visava desenvolver os serviços de diarista, de acompanhante, de cuidado às pessoas idosas, de apoio escolar e de cuidado infantil. O objetivo inicial era de criar 500.000 empregos em 3 anos.
- 3 Os serviços aos particulares compreendem tanto a limpeza e o trabalho doméstico quanto o trabalho de cuidado, isto é, de cuidado domiciliar de pessoas idosas ou deficientes, ou o cuidado infantil.



e, de outro lado, simultaneamente, a constatação de uma maior desigualdade (cf. por exemplo, FALQUET et al., 2010).

Os conceitos de precarização, de trabalho informal e de vulnerabilidade são centrais para dar conta do trabalho do *care*. Proponho associar às duas explicações habituais do desenvolvimento do trabalho de *care* – o aumento do trabalho assalariado das mulheres e o envelhecimento acelerado das populações – o aumento atual da precariedade do emprego e o impacto do desemprego.<sup>4</sup>

### **Care, racismo e sexismo**

As características do trabalho do cuidado (*care*) – trabalho físico, cognitivo, sexual, relacional, emocional (SOARES, 2012) – vistas de uma perspectiva de gênero, requerem, por um lado, considerar centralmente as dimensões subjetiva e sexual da atividade e, por outro lado, a repensar as condições da mercantilização do trabalho não remunerado das mulheres, mercantilização que se realiza segundo ritmos desiguais segundo se trate do Japão, da França ou do Brasil, em virtude dos aspectos sócio-históricos e das diferenças nas políticas públicas.

Subjetividade et sexualidade<sup>5</sup> são indissociáveis na análise desse trabalho material, técnico, relacional e psicológico, da mesma forma como são indissociáveis as características das pessoas que realizam esse trabalho. Como afirma Joan Tronto, trata-se de mulheres, de migrantes, de proletária; de mulheres, negras e pobres... Imbricação e complexidade das relações de dominação que devem ainda ser amplamente estudadas.

A interseccionalidade ou a consubstancialidade (utilizamos esses dois termos como sinônimos, cf. a seguir) é uma categoria heurística para a comparação entre o Brasil, a França e o Japão sobre o trabalho do cuidado, entendido como um conjunto de atividades materiais, técnicas e relacionais consistindo “a trazer uma resposta concreta às necessidades dos outros” (MOLINIER et al., 2009). Podemos também definir o cuidado como uma relação de serviço, “de apoio e de assistência” implicando a responsabilidade em relação à vida e ao bem estar do outro (MOLINIER et al., 2009, p. 20).

Segundo D. Kergoat (2009, 2016), o cuidado, “no cruzamento das relações sociais de classe, de sexo e de raça, consiste num dos paradigmas possíveis da consubstancialidade”. Nossa pesquisa mostra que as cuidadoras são mulheres, de

4 Na indústria assiste-se igualmente a uma transformação do emprego feminino com sua precarização crescente. Para Fanny Gallot (2015), a precarização marca a permanência das operárias no espaço industrial, mas ao mesmo tempo uma profunda transformação de seus estatutos: “Tratar-se-á da última geração de operárias industriais? Sim e não. Não, porque se o recrutamento em contrato por tempo indeterminado (contrat à durée indéterminée, CDI) cessa tanto em Moulinex quanto em Chantelle desde o início dos anos 1980, são contratos precários ou temporários que começam a vigorar em Moulinex. Sim, se entendermos por isso todo um percurso profissional realizado na mesma fábrica” (GALLOT, 2015, p. 244).

5 Quanto à importância da dimensão sexual no trabalho do cuidado cf. Hirata (2016). Cf. também as pesquisas de Pascale Molinier (2009) em instituições que acolhem pessoas idosas dependentes, que mostram a que ponto a dimensão sexual faz parte da atividade de trabalho e das competências profissionais das cuidadoras e das auxiliares de enfermagem.

camadas sociais mais modestas, migrantes internas (Brasil) ou externas (França). Elas são, majoritariamente, as mais pobres, as menos qualificadas, de classes subalternas. O que confirma também a tese de Joan Tronto (2009), segundo a qual as cuidadoras são, frequentemente, mulheres, pobres, migrantes, tese partilhada por E. Nakano Glenn (2010): as “care workers” são, nos Estados Unidos, mulheres de camadas sociais subalternas, em particular negras e de origem hispânica.

São mulheres, ou homens em situação precária ou desempregados, migrantes externos (França) ou internos (Brasil) que fazem o trabalho de cuidado nas ILPI (Instituição de Longa Permanência de Idosos) ou a domicílio, frequentemente sem documentos e sem direitos sociais. Na França, de 94 entrevistados em EHPADS (estabelecimentos de acolhida de pessoas idosas dependentes), 29 nasceram na França e 65 num outro país; no Japão, de 85 cuidadoras/es de TOKUGYO (estabelecimentos de acolhida de idosos), apenas 2 nasceram num outro país; nas ILPI do Brasil, de 86, 44 trabalham fora da região em que nasceram.

Imigrantes vindos de países da África do Norte ou da África Subsaariana com diplomas de médico ou de enfermeira, que não são reconhecidos na França são sistematicamente recrutados pelos estabelecimentos que acolhem idosos dependentes na França como auxiliares de enfermagem ou cuidadoras, ofícios que não necessitam geralmente mais do que um ano de formação. A presença de profissionais altamente qualificados, no período por exemplo noturno em que a direção e os médicos estão ausentes, é um ganho incontestável para o estabelecimento. Na nossa pesquisa de campo encontramos seis médicos, a metade tendo sido recrutada como enfermeiras/os e a outra metade recrutada como auxiliares de enfermagem.

M., cuidador do turno noturno de sexo masculino, recrutado como auxiliar de enfermagem num EHPAD (estabelecimento de acolhida aos idosos dependentes) tinha 33 anos, e veio da Guiné em 2004. Sua formação de médico no seu país de origem permitiu-lhe fazer estágios no INSERM (Instituto Superior de Pesquisas Médicas) e um mestrado em saúde pública em Paris, com uma capacitação em medicina tropical. Seu salário mensal era de 1.500 euros líquidos, às vezes um pouco mais, quando fazia horas extras. Segundo M., há pessoas idosas que recusam que ele as cuide, porque é negro, dizendo: “me deixe em paz!”. Ele conseguiu seu emprego na ANPE (Agência Nacional de Emprego) e seu projeto é de regressar ao país natal no futuro para poder exercer nele a profissão de médico.

As/os cuidadoras/es francesas/es sofrem discriminação e racismo. O discurso de um cuidador homem de 45 anos, negro e imigrante sobre as pessoas idosas cuidadas por ele é revelador. Ele exprime sofrimento e revolta contra o racismo dos idosos de um EHPAD (residência de idosos dependentes) que lhe diziam: “o que você faz no meu país? Quando você vai embora?”. Conta o caso de uma pessoa idosa que diz a um cuidador negro nascido na França: “Vá embora para o seu país”, ou o caso de uma mulher idosa que vai falar com uma estagiária branca para lhe dar conselhos: “nao faça esse trabalho, deixe

esse trabalho aos ‘outros’”, a mesma que escondia sua caixa de chocolates para oferecê-los apenas às cuidadoras brancas. O fato de ser homem não o protege do desprezo e da discriminação quando se é racializado e subalterno.

## O paradigma interseccional

Patricia Hill Collins, Audre Lorde, Angela Davis, bell hooks, todas teóricas e militantes negras afirmaram, desde 1981-1982, “a natureza interseccional da opressão das mulheres negras” (HILL COLLINS, 2015, p. 23). Mas é uma jurista negra, Kimberlé Crenshaw, teórica da interseccionalidade, que utilizou esse conceito a partir do seu objetivo de melhor formular os termos da ação jurídica para defender as mulheres negras contra a discriminação de raça e de sexo (e de classe).

O caso da General Motors é um exemplo do interesse de uma perspectiva interseccional. As discriminações de raça e de sexo não eram reconhecidas pela empresa, que dizia recrutar mulheres e negros. O problema é que os negros recrutados pela GM não eram mulheres, e as mulheres recrutadas não eram negras (cf. CRENSHAW, 2010). A GM dissociava a discriminação de gênero e de raça, discriminação que só se tornava visível pela perspectiva interseccional.

A partir da afirmação da interdependência das relações de poder de raça, sexo e classe, o *Black Feminism* criticou o feminismo branco, originário das classes médias e heteronormativo. E a partir dessa herança do *Black Feminism* que a problemática da interseccionalidade foi desenvolvida nos países anglo-saxões desde o início dos anos 1990 por pesquisadoras britânicas americanas, canadenses, alemãs e, a partir de 2005, por pesquisadoras/es francesas/es. Kimberlé Crenshaw se interessa sobretudo pelas intersecções entre raça e gênero, trabalhando de maneira periférica ou parcial a dimensão de classe. Danièle Kergoat pesquisa sobretudo sobre as intersecções entre gênero e classe social, mas concede igual importância às relações sociais de sexo, de classe e de raça.

## Críticas à categoria de interseccionalidade

Feita explicitamente por Danièle Kergoat no IIº Congresso da Association Française de Sociologie (AFS) em Bordeaux, em 8 de setembro de 2006, (sob forma de artigo em 2009). Neste artigo ela critica a noção “geométrica” de intersecção:

[...] pensar em termos de cartografia nos conduz a naturalizar as categorias analíticas [...]. Dito de uma outra maneira, a multiplicidade das categorias oculta as relações sociais [...]. As posições não são fixas; elas estão inseridas em relações dinâmicas, estão em evolução perpétua e em renegociação (KERGOAT, 2009).

Essa crítica é aprofundada em 3 pontos na introdução do seu livro *Se battre, disent-elles* (2012):

- 1) a multiplicidade de pontos de entrada (casta, religião, região, etnia, nação, etc. e não apenas raça, gênero, classe) conduz a um risco de fragmentação das práticas sociais;
- 2) não é certo que todos esses pontos remetam a relações sociais e não seria talvez o caso de colocá-los todos no mesmo plano;
- 3) os teóricos da interseccionalidade continuam a raciocinar em termos de categorias e não de relações sociais, privilegiando uma ou outra categoria, como, por exemplo, a nação, a classe, a religião, o sexo, a casta, etc., sem historicizá-las, e por vezes não levam em consideração as dimensões materiais da dominação (cf. KERGOAT, 2012, p. 21-22).

Creio que a controvérsia central se refere ao que chamo “interseccionalidade de geometria variável”. Para Danièle Kergoat (2010), há 3 categorias transversais: gênero, raça, classe. Para Sirma Bilge (2009): os grandes eixos da diferenciação social são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual.

### **Tensões entre *Black feminists* e *White feminists* em torno da categoria da interseccionalidade**

Como explicar que o conceito de “consustancialidade” – de uma proximidade espantosa com o conceito de interseccionalidade – desenvolvido por Danièle Kergoat seja principalmente plebiscitado por pesquisadoras/es brancas/os? Como não se indagar sobre as verdadeiras motivações dessas universitárias brancas/os que utilizam o materialismo (a primazia das relações de classe) para desacreditar a pertinência da raça na interseccionalidade? (GAY, 2015, p. 23-24)

Esta crítica feita a Danièle Kergoat e a Roland Pfefferkorn, mostra, em nome do *Black feminism*, o pouco caso quanto à elaboração teórica desses últimos. A coerência e a solidez teórica das *Black feminists* dos anos 60-70 (cf. DORLIN, 2008, Introdução) parecem fazer falta às *Black feminists* francesas contemporâneas.

A perspectiva interseccional, entendida no sentido em que as relações sociais de raça, de gênero e de classe se coconstroem de maneira dinâmica (CERVILLE; TESTENOIRE, 2012), está bem presente em certas teóricas da interseccionalidade como Patricia Hill Collins, e no conceito de consustancialidade, elaborado por Danièle Kergoat nos anos setenta. Se todas as pesquisas que utilizam o conceito de interseccionalidade não mobilizam a categoria de relações sociais, penso que podemos utilizar “interseccionalidade” ou “consustancialidade” como sinônimos quando se trata de uma análise em termos de relações sociais de poder imbricados e não hierarquizados.

O princípio na base do conceito de interseccionalidade é a não-hierarquização dos diferentes aspectos da opressão (versus contradição “principal” e “secundária”, “infraestrutura” e “superestrutura” do marxismo ortodoxo). E a afirmação dessa não hierarquização e a afirmação da imbricação das diferentes

relações de poder que tornam possível a utilização da “interseccionalidade” ou de “consustancialidade” como sinônimos.

### **Para que serve a interseccionalidade?**

Duas imagens que reduzem o feminismo ao “gênero feminino” e mostram o interesse da crítica e desconstrução do gênero como única categoria explicativa e de ação. No Caderno “moda” do jornal *Le Monde* datado de 03 de março de 2017, uma mulher branca, loira, burguesa – vestida por Valentino, Dior et Giorgio Armani, é apresentada com o título “Feminismo – a nova voga”. Da mesma maneira, na capa da revista *Elle*, datada do dia 03 de março de 2017, aparece uma mulher branca, loira, jovem e descontraída – vestida com um jeans Levi’s e um T-shirt Dior com as palavras: “We should all be feminists”. O título do dossiê: Pop, leve, descomplicado...o novo impulso feminista. Numa revista que custa 2,20 €, pode-se imaginar que essa mensagem pode atingir amplas camadas de mulheres. Essas duas ilustrações nos convidam a não isolar a opressão das mulheres e a categoria de gênero, das outras opressões de raça e de classe social.

\*\*\*

A interseccionalidade pode ser vista como uma das formas de combate das opressões múltiplas e imbricadas, e, portanto, como instrumento de luta política. É neste sentido que Patricia Hill Collins (2015; HILL COLLINS; BILGE, 2016) considera a interseccionalidade ao mesmo tempo como um “projeto de conhecimento” e uma “arma política”. Podemos evocar como exemplo de luta interseccional a mobilização das arrumadeiras que manifestaram diante do tribunal de New York contra a violência de classe, sexista, machista e racista no “caso DSK” (Dominique Strauss-Khan). Nesse mesmo registro podemos citar as lutas das arrumadeiras imigrantes nos hotéis de Paris desde o início dos anos 2000 (cf. PUECH, 2004, FERREIRA DE MACEDO, 2003).

## REFERÊNCIAS

- BILGE, Sirma. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. *Diogène*, n. 225, p. 70-88, 2009.
- CARRASCO, Cristina. La sostenibilidad de la vida humana: ¿un asunto de mujeres? *Mientras Tanto*, n. 82, p. 43-70, 2001.
- CERVULLE, Maxime; TESTENOIRE, Armelle. Du sujet collectif au sujet individuel, et retour. Introduction aux *Cahiers du Genre*, n. 53, p. 5-17, 2012.
- COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. The Combahee River Collective Statement (1978). In: SMITH, B. (org.). *Home Girls: A Black Feminist Anthology*. New Jersey, Rutgers University Press, 2008[1978]. p. 264-274.
- CRENSHAW, Kimberlé W. Beyond Entrenchment: Race, Gender and the New Frontiers of (Un)equal Protection. In: TSUJIMURA, Miyoko (Ed). *International Perspectives on Gender Equality & Social Diversity*. Sendai: Tohoku University Press, 2008, p. 87-98.
- \_\_\_\_\_. Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, Chicago, p. 139-167, 1989.
- \_\_\_\_\_. Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color. In: FINEMAN, Martha Albertson; MYKITIUK, Roxanne (Eds.). *The public nature of private violence*. New York: Routledge, 1994. p. 93-118.
- DAVIS, Angela. *Women, Race and Class*. New York: Vintage Books, 1981. 271 p.
- FASSA, Farinaz; LÉPINARD, Eléonore, ROCA i ESCODA, Marta (Dirs.). *L'Intersectionnalité: enjeux théoriques et politiques*. Paris: La Dispute, coll. Le genre du monde, 2016. 288 p.
- FERREIRA DE MACEDO, Maria Bernardete. Femmes de ménage et veilleurs de nuit: une approche sexuée du travail précaire dans un hôtel en France. *Cahiers du Genre*, n. 35, 2003/2.
- GALLOT, Fanny. En découdre. Comment les ouvrières ont révolutionné le travail et la société. Paris: La découverte. 2015. 282 p.

GAY, Amandine. Lâche le micro! 150 ans de luttes des femmes noires pour le droit à l'auto-détermination. Préface. In: bell hooks. *Ne suis-je pas une femme? Femmes noires et féminisme*. Tradução de Olga Potot. Paris: Cambourakis, coll. Sorcières, 2015. 295 p.

HILL COLLINS, Patricia. *Black Feminist Thought – Knowledge, Consciousness, and The Politics of Empowerment*. New York/London: Routledge, 1990. 384 p.

\_\_\_\_\_. Toujours courageuses (brave)? Le féminisme noir en tant que projet de justice sociale. Tradução de Françoise Bouillot. *Les Cahiers du CEDREF. Intersectionnalité et colonialité. Débats contemporains* [online], n. 20, 2015. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/cedref/771>>.

HILL COLLINS, Patricia; BILGE, Sirma. *Intersectionality*. Cambridge: Polity Press, Key Concepts Series, 2016. 224 p.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social* [online], v.26, n. 1, p. 61-74, nov. 2014. ISSN: 0103-2070. DOI: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>>.

\_\_\_\_\_. Le care à domicile en France et au Brésil,. In: GUIMARÃES, N.A.; MARUANI, M.; SORJ, B. (Dir.). *Genre, race, classe. Travailler en France et au Brésil*. Paris: l'Harmattan, 2016. p. 237-248. (tradução em português ABREU, A.R.P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M.R. (Org.) *Gênero e trabalho no Brasil e na França. Perspectivas interseccionais*. Sao Paulo: Boitempo Editorial, 2016, p. 193-202.

\_\_\_\_\_. Restructuration industrielle et division sexuelle du travail. Une perspective comparative. *Revue Tiers Monde*, Paris, t. XXXIX, n. 154, p. 381-402, avril-juin 1998.

HOCHSCHILD, Arlie R. Love and Gold. In: EHRENREICH, Barbara; HOCHSCHILD, Arlie R. *Global Woman: Nannies, Maids, and Sex Workers in the New Economy*. New York: Metropolitan Books, 2003. p. 15-30.

HOOKS, Bell. *Ne suis-je pas une femme? Femmes noires et féminisme*. Tradução de Olga Potot. Paris: Cambourakis, coll. Sorcières, 2015[1982]. 224 p. (*Ain't I a Woman: Black Women and Feminism*, Boston, South End Press, 1982).

KERGOAT, Danièle. Dinâmicas e consubstancialidade das relações sociais. Tradução de Antonia Malta Campos. *Novos Estudos Cebrap* [online], n. 86, p. 93-103, 2010[2009]. ISSN: 0101-3300. DOI: <<http://dx.doi.org/10.1590/>



S0101-33002010000100005>. (Original: Dynamiques et consubstantialité des rapports sociaux. In: DORLIN, E. (Dir). *Sexe, Race, Classe. Pour une épistémologie de la domination*, Paris, PUF, Actuel Marx Confrontations, pp. 111-125.)

KERGOAT, Danièle. Le care et l'imbrication des rapports sociaux. In: GUIMARÃES, N. A.; MARUANI, M.; SORJ, B. (Dir.). *Genre, race, classe. Travailler en France et au Brésil*. Paris: l'Harmattan, 2016. p. 39-51. (tradução em português ABREU, A.R.P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M.R. (Org.) Gênero e trabalho no Brasil e na França. Perspectivas interseccionais. Sao Paulo: Boitempo Editorial, 2016, p. 17-26.

\_\_\_\_\_. *Se battre, disent-elles*. Paris: La Dispute, coll. Le Genre du Monde, 2012. 353 p.

LORDE, Audre. *Age, Race, Class and Sex – Women Redefining Difference*. Copeland Colloquium, Amherst College, Apr. 1980.

MOLINIER, Pascale; LAUGIER, Sandra; PAPERMAN, Patricia. *Qu'est-ce que le care? Souci des autres, sensibilité, responsabilité*. Paris: Payot & Rivages, coll. Petite Bibliothèque Payot, 2009. 298 p.

NAKANO GLENN, Evelyn. *Forced to Care. Coercion and Caregiving in America*. Cambridge: Harvard University Press, 2010. 272 p.

PUECH, Isabelle Le temps du rémue-ménage. Conditions d'emploi et de travail de femmes de chambre. *Sociologie du travail*, v. 46, n. 2, p. 150-167, 2004. DOI: 10.1016/j.socotra.2004.03.001.

SOARES, Angelo. As emoções do care. In: GUIMARÃES, N.A.; HIRATA, H. (Orgs.). *Cuidado e Cuidadoras. As várias faces do trabalho do "care"*. São Paulo: Editora Atlas, 2012. p. 44-59.

TRONTO, Joan. *Un monde vulnérable. Pour une politique du care*. Pos-fácio de Liane Mozère. Tradução de Hervé Maury. Paris: La Découverte, 2009[1993]. 240 p.



# CAPÍTULO 38

## LA DESIGUAL ECUACIÓN ENTRE EL GÉNERO Y EL TRABAJO: perspectivas feministas

*Débora D'Antonio*<sup>1</sup>

---

### I

En América Latina, desde al menos los años setenta, se ha venido incrementando de manera sostenida el ingreso de las mujeres al mercado de trabajo. Muchas son las razones que lo explican. Por un lado están los cambios que se sucedieron en los patrones de constitución y reproducción de las familias que estimularon que las mujeres asumiesen nuevos desafíos en el mundo del trabajo formal, como el incremento de la edad promedio para contraer matrimonio o las uniones de hecho; el aumento del número de personas solteras; el alza de las rupturas matrimoniales; la postergación del nacimiento del primer hijo, un mayor control sobre la reproducción y, en consecuencia, la caída del nivel de fecundidad. También contribuyeron con la ampliación y mejora en la calidad de los niveles educativos, incluyendo los estudios superiores, y el posicionamiento de las mujeres en la escena pública en favor de nuevos derechos laborales (TORRADO, 2007). Según datos estadísticos elaborados por la Dirección General de Estadística y Censos del Gobierno de la ciudad de Buenos Aires, que permiten conmensurar la tasa global de fecundidad de esta metrópoli (hijos/as por mujer) en las últimas décadas, esta ha disminuido de 2,08 en 1990 a 1,78 en el 2015, siendo actualmente inferior a dos hijos por mujer. Otros datos muestran que la edad promedio de las mujeres que tuvieron hijos en el trienio 2013-2015 estuvo cercana a los 30 años, y que un 20% de las mujeres que están finalizando su período fértil, entre 40 y 49 años, no han sido madres.<sup>2</sup> Este panorama se completa con divorcios y separaciones de parejas de hecho que resulta ser la primera causa del aumento de familias monoparentales, y que se visualiza como el espacio donde se desarrolla el fenómeno de feminización de la jefatura de hogar, alcanzando para el año 2010, siempre en la ciudad de Buenos Aires, la cifra del 80% (ARIÑO, 2007).

La contracción general del empleo de los años noventa y de comienzos del siglo XXI, que impactó centralmente en las clases bajas y medias bajas

---

1 Débora D'Antonio es Doctora en Historia por la Universidad de Buenos Aires e investigadora del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas. Se especializa en estudios de género y sexualidad en el contexto de la Argentina contemporánea. IIEGE-FFyL-UBA/Conicet. E-mail: deboradantonio@hotmail.com

2 "La fecundidad en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires: situación al año 2015", en *Dirección general de Estadísticas y Censos*; Ministerio de Hacienda, CABA.

de la Argentina, ofició también como un estímulo para la incorporación de nuevas camadas de mujeres al mercado de trabajo que tenían por principal objetivo complementar los ingresos familiares fuertemente desmejorados. En esta sobrevivencia se intensificaron tanto la actividad económica femenina doméstica como la extra-doméstica.

A partir del crecimiento de conjunto de la economía en la región sur en los últimos quince años, este último fenómeno tendió a reducirse por la mejora de las perspectivas laborales de los cónyuges y por la expansión que hubo de los beneficios provistos por los sistemas de protección social estatales.

Teniendo en cuenta los cambios de largo plazo como los provocados por los vaivenes de las coyunturas económicas, podemos afirmar, apoyándonos en los estudios especializados, que en el 2015 la tasa de actividad femenina en la Argentina, considerando a la población de entre 25 y 54 años, se colocó en un 66,6%,<sup>3</sup> mientras que, por su parte, el universo masculino de la misma franja etaria alcanzó un índice del 94,3%. Algunos estudios muestran, además, que a mejores niveles educativos más chances tienen las mujeres de ampliar sus perspectivas laborales. De modo tal, que quienes cuentan con más baja instrucción ocupan un 52,3% de la participación laboral, y las que alcanzaron un nivel educativo medio se colocan en un 66% y las universitarias un 87,8% del total (GASPARINI; MARCHIONI, 2015).

Desde una periodización de mediano plazo, es posible afirmar que en los últimos cincuenta años la tasa de actividad femenina en la Argentina se incrementó de manera sostenida, siendo sus niveles de participación en el mercado de trabajo similares a los observados entre las mujeres del resto de los países de la región. Sin lugar a dudas, las mujeres han tenido un mayor protagonismo en el mercado de trabajo en las últimas décadas, pero esta inserción se ha producido en el marco de un contexto de fuerte deterioro de los vínculos laborales, donde las desigualdades de género han estado presentes en la mayoría de los sectores económicos (NOVICK; ROJO; CASTILLO, 2008). Dicho de otro modo, esta inserción se produjo, pero de forma precaria, a través de las figuras del subempleo; los trabajos informales sin beneficios sociales; el ofrecimiento de puestos laborales con tareas básicas para mujeres sobre calificadas en sus credenciales; salarios por debajo del promedio del de los varones en las mismas funciones y severos obstáculos para ocupar puestos jerárquicos.

Como sabemos, las trayectorias laborales y las tareas disponibles en el mercado de trabajo se clasifican, valoran y asignan en razón de las representaciones socialmente construidas sobre supuestas aptitudes propias de lo femenino o de lo masculino. Así, a pesar de las numerosas transformaciones acontecidas en el mercado de trabajo, sigue primando que la inserción mayoritaria de las mujeres se produce en áreas administrativas, de enseñanza, de servicios y salud,

3 Esta cifra se construye teniendo en cuenta las mujeres que trabajaban y las que buscan hacerlo.

comercio, comunicaciones y finanzas, destacándose en ellas las figuras de las secretarías, las enfermeras, las maestras, las meseras, las empleadas públicas o las bancarias, entre otras. Estos espacios sexualmente segregados y altamente feminizados cuentan con niveles de ingreso menores y con posibilidad de movilidad social muy reducida. Se suma a todos estos rasgos característicos del empleo femenino, que más del 20 por ciento del total de las mujeres ocupadas son empleadas domésticas con contratos laborales de gran inestabilidad y fragilidad. La participación femenina en el trabajo industrial sigue siendo escasa, y no ha cambiado significativamente en las últimas décadas. El empleo de mujeres en ramas intensivas de la industria es una tendencia incipiente, que se desarrolla a la par de la disminución de mano de obra femenina en los rubros de confecciones y textiles (ASPIAZU, 2014). En términos generales, según Elena Aspiazu, que ha analizado la economía argentina en el contexto de expansión económica a partir del año 2003, se pueden tipificar las ocupaciones para las mujeres del siguiente modo: un 41% sigue trabajando en áreas donde predominan mujeres, otro 19% lo hace en sectores de la economía donde las mujeres son minoritarias, y un 40% de este género lo hace de manera integrada con los varones (2014). La importancia de esta tipificación reside en mostrar que las actividades “típicamente femeninas” suelen estar sometidas a una fuerte precariedad laboral.

Cabe señalar, no obstante, que en América Latina se vienen implementado distintas políticas públicas para proyectar un horizonte de igualdad laboral entre varones y mujeres. En orden a ello se han suscripto convenios y pactos con instituciones internacionales, se han creado organismos y programas especializados en temáticas de género en distintas áreas estatales, y se han impulsado transformaciones en la legislación atendiendo las demandas de las mujeres trabajadoras. En el mismo sentido, las instituciones sindicales, por su parte, han desarrollado políticas gremiales con perspectiva de género y han promovido mecanismos de fomento de la igualdad como las leyes de cupo sindical femenino, para que más cantidad de mujeres participen en los ámbitos de representación sindical con proporcionalidad en los cargos electivos y en las comisiones paritarias sectoriales.<sup>4</sup> En torno a este punto, algunos estudios muestran que del total de entidades registradas en el año 2006, el 72% incorporó el cupo femenino en sus estatutos. A la vez, se ha contabilizado que, para el año 2011, las mujeres constituyeron el 75% de las afiliadas en los sindicatos de la enseñanza, el 55% en los del sector salud y el 46% en los de la administración pública (ASPIAZU, 2014). El hecho de la expansión de la sindicalización femenina y que las listas sindicales cuenten con más mujeres, no ha evitado, sin embargo, que su presencia decrezca a medida que se asciende en la jerarquía de los cargos. Un hecho que deja en claro que la

4 Ver la ley No 25674 06 (noviembre 2002) de asociaciones sindicales donde se reglamenta la participación femenina en las unidades de negociación colectiva de las condiciones laborales, en función de la cantidad de trabajadoras en la rama o actividad de que se trate. La integración de mujeres en cargos electivos y representativos de las asociaciones sindicales y el porcentaje de dicha representación, en <<http://www.trabajo.gba.gov.ar/informacion/genero/legislacion/ley25674.pdf>>.

dinámica sindical responde a una racionalidad propiamente masculina y que las negociaciones colectivas de trabajo consideran a la dimensión de género como algo meramente agregativo y no estructural.

De conjunto, y a modo de síntesis, podemos afirmar, que el empleo femenino se ha ampliado, pero no se han resuelto los persistentes desacoples entre los derechos conseguidos y su real reconocimiento. Motivo por el cual la exigencia a los estados nacionales y a los mercados regionales de políticas de igualdad de género en el mundo del trabajo sigue plenamente vigente.

## II

En Latinoamérica no se ha podido conciliar una justa distribución entre el trabajo formal y el doméstico y entre el trabajo formal y el de cuidados. Incluso en el caso de familias con doble proveedor, que hoy por hoy son las más frecuentes, tampoco se han logrado consolidar modificaciones sustantivas en la división sexual del trabajo al interior de los hogares (CERRUTTI, 2003; WAINERMAN, 2003). El trabajo de cuidado no remunerado de otras personas por cuestiones de edad (menores o mayores) o por incapacidad, así como también la gestión del cuidado provisto por terceros, es uno de los motivos de mayor desigualdad entre los sexos.

Existe un consenso entre las feministas en torno a comprender a la unidad familiar como productora de un conjunto de bienes y servicios que generan valor, y como un espacio donde se realiza una parte fundamental del mantenimiento, reposición y reproducción de la fuerza de trabajo (RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, 2005). Sin embargo, para el *mainstream* la unidad familiar no es reconocida como parte de la actividad económica, porque es visualizada por fuera del ciclo capitalista y, en consecuencia, en situación de exterioridad con el andamiaje para la concreción de la venta de la fuerza de trabajo. Sin embargo, la unidad productora familiar fortalece las relaciones capitalistas de producción al proporcionar una fuerza de trabajo “libre” – la masculina – y el trabajo doméstico femenino que asegura su reproducción (OLIVEIRA; ARIZA, 1999; RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, 2005).

Explica Laura Pautassi al respecto que “cuidar es una responsabilidad social y una obligación legal que debe ser compartida por varones y mujeres por igual” y agrega, además, que “es el Estado o los particulares en determinados casos quienes también se encuentran obligados a hacer en materia de cuidado” (PAUTASSI, 2007, p. 19). El Estado, al menos en nuestra región, tiende a desentenderse de estos temas, pero sin su intervención se torna imposible resolver las desigualdades que las mujeres enfrentan día a día en el mercado laboral.

Estos retos se profundizan, como ya lo he señalado anteriormente, cuanto más debilidad hay en el nivel de educación, en las calificaciones, en las trayectorias previas, o cuanto más sustanciales sean las demandas de cuidado (más hijos o ancianos en el hogar) y cuanto más escasas sean las posibilidades de derivar el

cuidado, esto es, por ejemplo, acceder a beneficios de cuidado infantil por terceras personas. El trabajo no remunerado realizado en los hogares muestra a las claras también las desigualdades que se presentan entre las mujeres de sectores altos, medios y bajos. En situaciones de crisis económica como las que vive el mundo globalizado, donde las familias cuentan con menores posibilidades familiares de acceso a los bienes y servicios, se produce un incremento del trabajo doméstico no remunerado que recae centralmente en las mujeres, independientemente de que estas tengan o no otra actividad remunerada. La intensidad del tiempo dedicado al trabajo no remunerado es una experiencia económicamente estratificada, que vuelve siempre sobre las desigualdades como punto de partida (PAUTASSI, 2012). Sin embargo, a más alto grado o nivel educativo formal, se observa que disminuye la brecha en los ingresos. Según los trabajos empíricos que hemos consultado para la confección de esta comunicación, las mujeres en general destinan un tiempo sustantivamente mayor que los varones a la hora de cumplir el trabajo no remunerado, pudiendo ser este doméstico o de cuidado.<sup>5</sup> Estas jornadas se acrecientan aún más cuando los niños son más pequeños y cuanto más bajo es el nivel de ingreso del hogar en el que estas mujeres habitan. La suma de las horas de las jornadas de trabajo remunerado y no remunerado limita, en consecuencia, el tiempo libre y el auto cuidado. Inequidades, por otro lado, que siempre se terminan resolviendo a expensas del trabajo remunerado. A la vez, cuando las mujeres están desocupadas, son ellas, más que los varones en la misma situación, las que destinan mayor cantidad de tiempo al trabajo no remunerado.

Diversas normas del derecho internacional establecen la corresponsabilidad entre varones y mujeres para asegurar las tareas de cuidado en el orden doméstico. Para el derecho laboral argentino, sin embargo, esta corresponsabilidad casi no tiene relevancia y el reconocimiento de las mismas, se reduce exclusivamente a los períodos de licencia por maternidad. También se debe señalar que son las propias mujeres las que se aferran a estas licencias, impidiendo otro tipo de distribución de tareas en el orden doméstico ante la llegada del recién nacido/a. Existen otros tipos de beneficios como, por ejemplo, los subsidios para el cuidado de menores en guarderías o ciertas fórmulas laborales flexibles, como la reducción horaria por amamantamiento, pero que, sin embargo, refuerzan el rol de las mujeres como cuidadoras (PAUTASSI, 2014; RODRÍGUEZ, 2015).

A nivel sindical, por su parte, los Convenios Colectivos de Trabajo (CCT), en general adaptan las características propias de cada rama o sector de actividad, sin forjar nuevas herramientas que permitan reconsiderar la dimensión sobre la organización social del cuidado de manera global o de manera transversal a la problemática laboral. Siguiendo a Ana Laya en este punto:

5 Me refiero centralmente a lo que ha producido el Equipo del Proyecto "El cuidado en la agenda pública: estrategias para reducir las desigualdades de género en Argentina", cuyos integrantes son: Natalia Gherardi, Lucía Martelotte, Ana Laya, Gabriela Marzonetto, María Inés Pacecca, Laura Pautassi, Paula Rey, Corina Rodríguez Enríquez, Falicitas Rossi y Carla Zibecchi.

Concebir el cuidado desde un enfoque de derechos implica desvincularlo de la situación individual de una persona frente al empleo ya que el marco de derechos humanos requiere su acceso universal. Por lo tanto, no deberían derivarse de la particular condición de empleo el acceso a ciertos beneficios o programas (LAYA, 2015).

Domina hasta el momento para las cuestiones de género y las tareas de cuidado en los convenios un mosaico de situaciones que varía de acuerdo a la actividad y al sector productivo, y que se terminan resolviendo mayormente de forma “privada” o por el protagonismo de las distintas organizaciones sociales y comunitarias que brindan, a nivel local, redes de apoyo a las familias. Se puede decir, entonces, que las modificaciones que se han incorporado en los convenios lo hacen reproduciendo y reforzando una visión maternalista sobre este tipo de responsabilidades (LAYA, 2015).

Es de notar también que en la actualidad se ha desarrollado una experiencia novedosa y esperanzadora en la región donde la economía del cuidado ha pasado a convertirse en una política pública que ha estimulado la redistribución y el reconocimiento (FRASER, 2007), rompiendo con la naturalización de la división sexual del trabajo. Me refiero a las tareas de cuidado como derecho que se ha llevado a cabo en el Uruguay últimamente. Las compañeras cuentan allí con una Secretaría Nacional abocada a estos temas, y se ha logrado conseguir un derecho de asistencia personalizada para quienes conviven con personas en situación de dependencia severa. Disponen para ello, por ejemplo, de Centros de Larga Estadía para personas mayores que se incorporen a la órbita del Sistema de Cuidados. Asimismo, también se han desarrollado distintos convenios donde se establecen licencias por cuidados familiares, guarderías, salas de lactancia, apoyo para gastos educativos, prestaciones para personas con discapacidad y fondos sociales, entre otras políticas públicas.

En síntesis, podríamos afirmar entonces que, más allá de alguna que otra experiencia alentadora, la división sexual del trabajo en las familias tiene una correlación directa con la segregación ocupacional y con la discriminación salarial que permea permanentemente al mercado de trabajo, por lo que capitalismo y el patriarcado se refuerzan mutuamente.

### III

Oliveira y Ariza (1999) han sintetizado las contribuciones más importantes que los estudios de género produjeron sobre el trabajo femenino. La primera ha sido la redefinición del concepto mismo de trabajo al incorporar al análisis en un mismo plano, los ámbitos de producción (trabajo extradoméstico) y reproducción (trabajo doméstico, producción para el autoconsumo, acciones colectivas de cuidado, etc.). La segunda ha sido la deconstrucción de las dicotomías entre lo público y lo privado y en consecuencia la de producción y reproducción. Se

ha puesto de manifiesto, por un lado, que esto no es más que una construcción ideológica y, por otro, que el alcance de los trabajos reproductivos juega un rol central en los procesos de reproducción de la fuerza de trabajo. En tercer lugar, los estudios con perspectiva de género han señalado críticamente los desajustes entre la realidad y los significados que varones y mujeres le atribuyen a la división sexual del trabajo o “entre la esfera de la subjetividad y la de las prácticas sociales” (OLIVEIRA; ARIZA, 1999, p. 104). Esto se expresa de modo distorsionado en varones que se perciben a sí mismos como proveedores cuando ya no lo son, y en mujeres que, por trabajar fuera del hogar, desvalorizan sus esfuerzos al suponer que, con ello, descuidan el orden doméstico.

El histórico reclamo feminista por la igualdad, tal como lo ha planteado Joan Scott (1996), afirma la paradoja de la diferencia sexual para amplificar la consecución de derechos. El reparto equitativo del trabajo remunerado pasa necesariamente por el reparto equitativo del tiempo dedicado al trabajo doméstico y de cuidados, cuestionando de este modo la totalidad de las relaciones laborales y, junto con ello, la asignación de roles según sexo. La propuesta de reducción de la jornada laboral máxima, tal como se ha discutido en el IV Congreso de Economía Feminista (SEVILLA, 2013) tiene por propósito central conducir a la desmercantilización proporcional y equitativa del uso del tiempo, buscando mayores niveles de equidad entre los sexos. Diversas perspectivas críticas hoy están confluyendo en un diagnóstico sobre las causas que mantienen y profundizan las desigualdades de género en el trabajo para crear las condiciones para que estas puedan ser finalmente dislocadas. De modo muy esquemático, algunas de estas propuestas resuenan en los reclamos por un plan integral de políticas públicas que posibiliten una distribución más equitativa de tiempo entre trabajo remunerado y no remunerado de los diferentes miembros de una familia, y que incluya, entre otras cosas, la generación de oportunidades laborales con ingresos al menos suficientes para las mujeres. También es necesario exigir fuentes de información específicas en torno al género para ampliar el espectro de análisis y conocer el comportamiento del mercado laboral de modo más preciso; conocer y aportar a los debates legislativos sobre estas temáticas vinculadas al mundo del trabajo; impulsar un sistema nacional de cuidados donde el Estado oficie como garante del mismo y articule con el mercado y las familias las demandas; intervenir en los procesos de negociación colectiva laboral donde se propicie la incorporación de políticas de cuidado y de conciliación entre trabajo y familia teniendo en cuenta las particularidades de cada sector productivo; discutir para erradicar la violencia de género contra las mujeres en contextos laborales incluyendo la discriminación en las formas de selección, la sobre calificación de credenciales y la paradójica inaccesibilidad a puestos jerárquicos como parte de una cultura machista empresarial; robustecer el movimiento feminista apostando a la movilización para que esta impacte no sólo en las trabajadoras asalariadas formales sino en el conjunto de la población económicamente activa, siendo capaces de



combinar entre los diversos sectores distintas formas de protesta; apuntalar las iniciativas que construyen circuitos económicos alternativos como, por ejemplo, la apuesta por una economía social, las experiencias feministas de auto-financiación o la incorporación de criterios feministas en los mercados sociales. Un muy buen ejemplo de ello ha sido la experiencia que en los años noventa llevaron a cabo las mujeres piqueteras y las trabajadoras de fábricas recuperadas y de cooperativas (FERNÁNDEZ ÁLVAREZ; PARTENIO, 2010; ANDÚJAR, 2014).

En síntesis, el feminismo que ha estado atento a estos temas desde épocas muy tempranas de su propia historia hoy ha vuelto a colocar en el centro de su agenda y de sus debates “la cuestión del trabajo femenino”. En la movilización y el primer paro internacional de mujeres que protagonizamos el 8 de marzo último, “el trabajo” ocupó un rol central. En Argentina, por ejemplo, en las consignas y textos surgidos y consensuados en las asambleas previas de mujeres realizadas en los barrios los días 17 y 24 de febrero y del 3 de marzo, ante el interrogante de “¿por qué paramos?” se sostenía que:

Hoy somos millones las mujeres movilizadas en todo el mundo y salimos a las calles en defensa de nuestras vidas y por nuestros derechos como mujeres y como trabajadoras. Paramos porque queremos hacer visible el mapa del trabajo en clave feminista. Paramos las ocupadas y desocupadas, las asalariadas y las que cobramos subsidios, las cuentapropistas y las que realizamos tareas domésticas y de cuidado.

En las marchas se articularon y jerarquizaron consignas en un programa político que exigía el cese de los despidos y de la flexibilización laboral puestos en marcha por el actual gobierno del presidente Mauricio Macri; se rechazó toda forma de violencia laboral contra las mujeres; se impugnó la brecha salarial y se reclamó que el trabajo doméstico y reproductivo gratuito fuese reconocido como un valor económico. También el programa demandó reconocimiento institucional y políticas públicas para las trabajadoras de empresas recuperadas y auto-gestionadas, de la economía popular, social y solidaria, así como también licencias por violencia de género, licencias amplificadas por maternidad y por paternidad y la implementación y ampliación en todo el país de la Ley de Cupo Laboral para personas trans. Otras consignas vinculadas al mundo del trabajo completaron el panorama, y fueron: aumento de presupuesto para políticas públicas que garanticen tareas de cuidado; no a la suba de la edad jubilatoria para las mujeres; inclusión de las demandas de las mujeres en las paritarias; representación de mujeres en las cúpulas sindicales y paridad en la representación gremial.

Este movimiento de mujeres que se expresó en las calles tuvo por propósito, además, recuperar una histórica genealogía feminista al conectarse con las luchas de las 15.000 obreras textiles neoyorkinas que marcharon por la jornada de 8 horas a principio del siglo XX, con la de las sufragistas, con las mujeres que comenzaron la revolución de 1917 contra el zar, con las feministas negras de los 60 que



abrieron camino por nuestros derechos sexuales, con las militantes desaparecidas y asesinadas de nuestro continente y con las Madres y Abuelas de Plaza de Mayo que lucharon contra las dictaduras y por la aparición de sus hijos y nietos.

Hasta hace no mucho tiempo, en los discursos emancipatorios, la política de lo sexual era considerada algo secundario. A lo que estamos transitando hoy, es justamente a lo contrario: a su centralidad. A la politización de lo sexual y junto a ello a una nueva imaginación política (LANG, 2017). Tenemos, como mujeres, una gran experiencia acumulada, y es posible pensar otro tipo de relaciones humanas y otro tipo de apariciones y de inscripciones del cuerpo y de los cuerpos como colectivos en lo público. Por ello, nuestro análisis de la subordinación trasciende por mucho la esfera de lo económico y abarca todos los ámbitos de intervención, transformando una y otra vez, lo personal en político.

---

## REFERENCIAS

ANDÚJAR, Andrea. *Rutas argentinas hasta el fin. Mujeres, política y piquetes, 1996-2001*. Buenos Aires: Luxemburg, 2014. 298 p.

ARIÑO, Mabel. Familias tradicionales, nuevas familias. En: TORRADO, Susana (Comp.), *Población y bienestar en la Argentina del primero al segundo Centenario. Una historia social del siglo XX*. Buenos Aires: EDHASA, 2007. p. 255-284.

ASPIAZU, Eliana. "Equidad de género, mercado de trabajo y sindicalismo en la Argentina". *Realidad Económica*, Buenos Aires, n. 284, p. 10-36, 2014.

CERRUTTI, Marcela. Trabajo, organización familiar y relaciones de género en Buenos Aires. En: WAINERMAN, Catalina (Ed.). *Familia, trabajo y género. Un mundo de nuevas relaciones*. Buenos Aires: Unicef- Fondo de Cultura Económica, 2003. p. 105-152.

DE OLIVEIRA, Orlandia; ARIZA, Marina. Trabajo, familia y condición femenina: una revisión de las principales perspectivas de análisis. *Papeles de Población*, Toluca, UAEM, v. 5, n. 20, p. 89-127, 1999.

DOSSIER. *IV Congreso de Economía Feminista (2013)*, Sede Universitaria Olavide en Carmona (Sevilla). Disponible en: <<http://riemann.upo.es/personal-wp/congreso-economia-feminista/files/2014/02/Dossier-congreso.pdf>>.

FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, María Inés; PARTENIO, Florencia. Empresas recuperadas en argentina: producciones, espacios y tiempos de género. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 12, p. 119-135, 2010.

FRASER, Nancy. *Theory, Culture & Society 2007*. SAGE, Los Angeles, v. 24, n. 4, p. 7-30, 2007.

GASPARINI, Leonardo; MARCHIONNI, Mariana (Eds.). *¿Brechas que se cierran? Aumento y desaceleración de la participación laboral femenina en América Latina*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, CEDLAS, 2015. 6 p.

LAYA, Ana. El Derecho al Cuidado en los Convenios Colectivos de Trabajo del Sector Privado. Análisis comparativo de Convenios Colectivos en las ramas de actividades con mayor índice de feminización del sector privado.

*Documentos de Trabajo*: Políticas públicas y derecho al cuidado, n. 5, Buenos Aires, p. 1-48, 2015.

NOVICK, Marta; ROJO, Sofia; CASTILLO, Victoria (Comps.). *El trabajo femenino en la post convertibilidad. Argentina 2003-2007*. Santiago de Chile: CEPAL – Colección Documentos de proyecto, 2008. 120 p.

PAUTASSI, Laura. El cuidado como cuestión social desde un enfoque de derechos. Santiago de Chile: *CEPAL Serie Mujer y desarrollo*, n. 87, 2008. 50 p.

\_\_\_\_\_. El trabajo femenino en tensión: Una aproximación a las relaciones laborales desde un enfoque de género y de derechos. *Oficina de la Mujer, Poder Judicial*, p. 1-3, 2014.

\_\_\_\_\_. La igualdad en espera: el enfoque de género. *Lecciones y Ensayos*, Ciudad de México, n. 89, p. 279-298, 2011.

RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, Corina. El trabajo de cuidado no remunerado en Argentina: un análisis desde la evidencia del Módulo de Trabajo no Remunerado. *Documentos de Trabajo*: Políticas públicas y derecho al cuidado, n. 2, Buenos Aires, p. 1-24, 2015.

SCOTT, Joan W. *Only paradoxes to offer: French feminists and the rights of man*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1996. xiii+229 p.

TORRADO, Susana (Comp.). *Población y bienestar en la Argentina del primero al segundo Centenario. Una historia social del siglo XX*. Buenos Aires: EDHASA, 2007. 652 p.

WAINERMAN, Catalina (Ed.). *Familia, trabajo y género. Un mundo de nuevas relaciones*. Buenos Aires: Unicef- Fondo de Cultura Económica, 2003. 227 p.



# CAPÍTULO 39

## TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS NA TRAJETÓRIA E ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

*Junéia Martins Batista<sup>1</sup>*

---

### **Apresentação**

É sempre oportuno debater o tema do trabalho no ambiente acadêmico, pois é um espaço para compartilhar experiências que nos ajudam a superar as desigualdades que vivemos em situações marcadas pela hierarquização e desqualificação das atividades executadas pelas mulheres como trabalhadoras e dirigentes sindicais. Para isso, optei por organizar esse trabalho em três partes.

Na primeira, contextualizo a história da fundação da CUT e a forma como estão organizadas as mulheres na Central. A seguir, assinalo alguns pontos que considero estratégicos para a luta e autonomia das trabalhadoras e militantes da Central Única dos Trabalhadores ao longo desses anos e, por fim, aponto os desafios a serem superados na vida, no trabalho e no movimento sindical.

### **A CUT e a organização das mulheres**

Fundada em 1983, a CUT é o resultado do surgimento do novo sindicalismo que desafiou a ditadura militar e sua legislação antigreves. Esse movimento rompe com o modelo de organização sindical vigente, subordinado ao Estado e colaborador de classes, implantado no país desde a década de 40. Essa nova forma de organização sindical de massas tem caráter classista, autônomo e democrático, cujo compromisso é a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.

Baseada em princípios de igualdade e solidariedade, seus objetivos são: organizar, representar e dirigir sindicalmente a luta dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade, do campo, da floresta, das águas, do setor público e privado, em atividade e aposentados (as), por melhores condições de vida e de trabalho e por uma sociedade justa e democrática.

A CUT nasceu sob a defesa da liberdade e autonomia sindical, com o compromisso e o entendimento de que a classe trabalhadora tem o direito de

---

<sup>1</sup> Assistente Social do Município de São Paulo; Dirigente do Sindicato dos Servidores Municipais da Cidade de São Paulo; Secretária Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT; Presidenta do Comitê Mundial de Mulheres da ISP. E-mail: [juneia.cut@gmail.com](mailto:juneia.cut@gmail.com)

decidir livremente sobre suas formas de organização, filiação e sustentação financeira, com total independência frente ao Estado, governos, patrões, partidos e agrupamentos políticos, credos e instituições religiosas e a quaisquer organismos de caráter programático ou institucional.

Presente em todos os ramos de atividade econômica e regiões do país, a CUT é a maior central sindical do Brasil e da América Latina e a 5ª maior do mundo.<sup>2</sup>

As mulheres estão presentes na CUT desde a sua fundação, porém a constituição de um espaço formal de auto-organização aconteceu em 1986, no 2º Congresso Nacional da CUT (II CONCUR), com a criação da Comissão Nacional Sobre a Questão da Mulher Trabalhadora (então CNQMT, transformada em CNMT, em 1991), vinculada à Secretaria de Política Sindical. Naquele momento a comissão definiu como prioridades:

- Estimular a organização das mulheres nas estaduais da CUT e CUT Nacional;
- Capacitar por meio de cursos de formação sindical específicos para mulheres no sentido de sensibilizar trabalhadoras, sindicalistas, dirigentes e militantes;
- Definir como plano de luta a campanha nacional “creche para todos”.<sup>3</sup>

A partir de 1994, a Coordenação da Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora passou a compor a Direção Executiva Nacional. Foi um passo fundamental para integrar as mulheres no cotidiano da Central, garantindo uma perspectiva de gênero nas definições das políticas estratégicas da CUT.

No 8º Congresso Nacional da Central, realizado em 2003, foi aprovada a criação da Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT (SNMT, 2008). A transformação da Comissão em Secretaria representou um salto qualitativo importante. As mulheres passaram a integrar a estrutura organizativa da Central com mais poder de decisão do que tinham enquanto Comissão.

A política desenvolvida pela CNMT, agora SNMT, objetiva contribuir para a organização das mulheres para superação das desigualdades entre mulheres e homens no mundo do trabalho e na sociedade em geral.

A Secretaria tem, na sua composição política, um coletivo formado por secretárias das CUT estaduais e dos ramos das Confederações e Federações Nacionais e das mulheres que integram a Direção Executiva Nacional da CUT.

O Coletivo debate e define propostas e estratégias para o desenvolvimento da política de gênero da CUT, em nível nacional e estadual. Funciona como uma rede que contribui para o funcionamento da SNMT. A Secretaria tem, entre outras atribuições:

2 Página da CUT. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/conteudo/historico/>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

3 Caderno de Formação Sindical. Organização e Representação Sindical de Base. Relações Sociais de Gênero e Sindicalismo, p. 46.

- Elaborar, coordenar e desenvolver políticas no interior da CUT a partir das perspectivas das relações sociais de gênero e classe, para a superação das desigualdades entre mulheres e homens;
- Organizar as mulheres trabalhadoras para intervir no mundo do trabalho e sindical sobre as questões que interferem em suas vidas enquanto trabalhadoras;
- Articular os temas da política geral da Central com os temas específicos das mulheres na perspectiva de promoção da igualdade entre homens e mulheres, nas políticas públicas e nas relações de trabalho.

Do ponto de vista estratégico, há três pontos comentados por Didice Delgado (2017, p. 8 e 9) que me parece fundamentais para o fortalecimento do trabalho de mulheres na CUT.

O primeiro trata da nossa opção e disponibilidade de disputa por mais espaço político por meio de negociação (e também de confronto, se for o caso, e quase sempre é) nas instâncias de direção, nos congressos e nas plenárias, visando transformar nossas reivindicações em decisões oficiais.

Uma segunda questão é atuar de forma unificada, independentemente das posições políticas, para trabalhar em função dos interesses comuns, e a terceira a nossa estrutura organizativa nacional.

Cota é o Mínimo, Paridade é o Máximo! A discussão sobre cotas foi proposta pela CNMT em 1991, no 2º Encontro sobre a questão da mulher trabalhadora. Após dois anos de debate, a 6ª Plenária Nacional (1993) aprova a cota de mínima de 30% para cada um dos sexos nas direções estaduais e na nacional (DELGADO, 2017. p. 2). No V CONCURTO (1994) tem início a aplicação nas instâncias. Foi um momento marcante na história da organização das mulheres na Central, mas não parou por aí.

Na 12ª Plenária da Nacional da CUT, em 2008, a cota foi incorporada no Estatuto da CUT, quando passa a ser regra, também, para a estrutura vertical (confederações e federações nacionais orgânicas a CUT), torna-se ainda, exigência para as atividades de formação, delegações aos congressos e plenárias.<sup>4</sup>

Sem dúvida, a aprovação do percentual de cotas mínimas de 30% e máximo de 70% de participação para ambos os sexos nas instâncias da Central e a orientação de respeito a porcentagem de trabalhadores e trabalhadoras sindicalizados (as) na base dos sindicatos para compor as direções, significou, concretamente, uma vontade política do conjunto da CUT de iniciar um processo de luta pela igualdade de oportunidade entre homens e mulheres no movimento sindical.<sup>5</sup>

4 Nas categorias profissionais em que um dos sexos não supera os 20% de trabalhadores/as da base, é obrigatório o cumprimento de, no mínimo, a mesma porcentagem de representação existente na categoria.  
5 Caderno de Formação Sindical. Organização e Representação Sindical de Base. Relações Sociais de Gênero e Sindicalismo, p. 47.

A construção cotidiana para a aplicação das cotas possibilitou a luta pela paridade. Na 12ª Plenária Nacional, ao lançar a slogan, “cota é o mínimo”, as mulheres abriram caminho para a paridade no interior da CUT.

Assim como aconteceu em relação à política de cotas, em relação à paridade fomos estimuladas pela iniciativa do PT, que em seu 4º Congresso Nacional, realizado em 2011, aprovou a paridade de gênero, prevendo participação feminina de 50% na composição das direções, delegações, comissões e cargos com funções específicas de secretarias. A partir daí começamos a nos organizar para discutir estratégias para apresentar a discussão nas próximas plenárias e congressos, o que aconteceu na 13ª Plenária, em 2011, que definiu intensificar o debate sobre a paridade entre homens e mulheres nas instâncias das Direções Estaduais e Nacional, desde a base até o nível nacional, e com isso garantir a atualização do mecanismo sobre a representação das mulheres nos espaços de poder.

Em 2012 o XI CONCURT aprova a paridade. A partir de 2015, no XII CONCURT, pela primeira vez, é aplicada a paridade, ou seja, 50% de homens e 50% de mulheres na composição das chapas e das direções estaduais e na nacional.

A paridade é uma exceção no sindicalismo. A Internacional de Serviços Públicos (ISP) a adota desde 2007. Na Confederação Sindical de Trabalhadores/as das Américas (CSA) é critério para a composição das delegações das centrais sindicais nacionais filiadas aos congressos da confederação. No Brasil, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) aprovou a paridade em 2013 e a implementou em seu congresso de marco de 2017. Na CUT, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS) e dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal (CONFETAM) a adotam, embora o estatuto preveja a cota de 30% para as organizações por ramo de atividade (DELGADO, 2017, p. 2).

Para as mulheres da CUT, a paridade não é apenas um número, é uma política. É o reconhecimento de que mulheres e homens têm os mesmos direitos à representação política e à participação nos espaços de poder e de decisão.

## **Lutas marcantes na trajetória das mulheres cutistas**

Temos mais de 30 anos de organização interna na CUT. Ao longo dos anos tecemos ações que resultam hoje em uma grande rede articulada de organização nacional e momentos importantes que marcam nossa trajetória. Ações que tiveram início em um tempo longínquo e foram fundamentais para a construção da nossa história.

Para que este artigo não seja uma longa descrição de datas e acontecimentos, abordo alguns temas que, a meu ver, tiveram significado político importante para as ações internas da CUT e também para as ações junto ao movimento feminista e de mulheres especialmente nos aspectos relacionados às demandas por políticas públicas.



**Aborto.** O tema da legalização do aborto não é um tema fácil para o debate na sociedade em geral, imagine para uma central sindical!

Em 1988, foi realizado o I Encontro Nacional Sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, com representação de várias categorias dos diversos Estados do país. Este Encontro discutiu e elaborou um plano de lutas das mulheres que foi apresentado e aprovado no III CONCUR, além de criar o dia 12 de outubro, como o Dia Nacional de Luta por Creche. Iniciou-se, também, o debate sobre o problema social do aborto e a CUT definiu que assumiria a luta contra todas as formas de discriminação à mulher no mundo do trabalho e na sociedade, bem como, o fortalecimento da Comissão Nacional e das Comissões Estaduais.<sup>6</sup>

Mesmo sabendo das dificuldades que seriam enfrentadas, a CNQMT, entendendo ser esse um problema que atinge milhares de mulheres, resolveu levar a proposta adiante essa discussão, num processo que durou três anos de conversa e convencimento. Assim, em 1991, no IV CONCUR foi aprovado posicionamento favorável à descriminalização e legalização do aborto.

No nosso ponto de vista, a maternidade deve ser uma opção das mulheres e não uma imposição, um destino irremediável. Criminalizar as mulheres por decidirem interromper uma gravidez é uma maneira de controlar o seu corpo, a sua sexualidade e a sua autonomia. Além disso, é necessário considerar que, com a divisão sexual do trabalho, um filho ou filha traz muito mais impacto para a vida das mulheres trabalhadoras.

Em 2008, a CUT define também integrar a Frente Contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto. Menciono isso porque, apesar de não conseguirmos atuar com protagonismo em relação a esse tema, não é pouco para uma Central aprovar uma bandeira como essa e colocar o tema como uma de suas prioridades, a exemplo do que foi feito no dia 8 de março de 2017, que mesmo em meio a uma crise econômica e política não abdicamos de bandeiras históricas do movimento feminista. As nossas prioridades foram: Mulheres contra a reforma da previdência, Violência contra a mulher: já basta! e Legalização do aborto: essa luta é nossa!

**Violência sexista.** A violência contra as mulheres, em suas diferentes manifestações, são situações vivenciadas por grande parte das mulheres trabalhadoras e a CUT não pode fechar os olhos para essa situação.

Com o objetivo de mobilizar, sensibilizar e articular os sindicatos para prevenir e coibir esse tipo de manifestação de violência e poder, em 2003 a CNMT lançou a Campanha nacional “Violência contra as Mulheres: tolerância nenhuma!”, que envolveu as 27 Estaduais da CUT, Confederações e Federações Nacionais. Foram realizadas oficinas, seminários, debates, reuniões, plenárias, encontros, passeatas,

6 Caderno de Formação Sindical. Organização e Representação Sindical de Base. Relações Sociais de Gênero e Sindicalismo. Secretaria Nacional de Formação, p. 46.

fóruns e congressos; no nível nacional, regional e estadual, com a participação de sindicatos, confederações, governos e movimentos de mulheres.

**Trabalho Doméstico remunerado.** Outro tema de grande importância na nossa atuação refere-se ao trabalho doméstico remunerado. Em especial em relação à participação de representação das trabalhadoras domésticas, na 100ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que aprovou a Convenção 189 e a Recomendação 201 que trata do trabalho decente para as trabalhadoras e os trabalhadores domésticos, realizada em junho de 2011, a CUT abriu diálogo com o governo brasileiro e garantiu incluí-las no processo.

Participamos ativamente da campanha “12 por 12” promovida pela CSI/CSA, que tinha o objetivo de que, ao final de 2012, doze países tivessem ratificado a Convenção 189.

Estivemos presente nas mobilizações e negociações para aprovação da Proposta de Emenda Constitucional para igualar os direitos das trabalhadoras e trabalhadores domésticos aos dos demais trabalhadores e trabalhadoras, a chamada “PEC das domésticas”, em 2013, que ao ser regulamentado teve várias emendas que descaracterizaram o projeto inicial, deixando de fora vários direitos de trabalhadoras e trabalhadores domésticos.

**Relação com o movimento feminista.** O diálogo que a CUT manteve como o movimento feminista foi um importante processo de troca e de enriquecimento para as mulheres da Central, para que o feminismo cutista fosse esse feminismo transformador que é hoje. A CUT faz parte da diversidade que caracteriza o movimento de mulheres no Brasil.

Desde o começo desenvolvemos parcerias importantes e históricas com feministas e com o movimento feminista, essas parcerias têm se reforçado mutuamente e contribuído para que, pelo menos para certo campo do feminismo, o tema do trabalho e da divisão sexual do trabalho seja visto como estruturante das desigualdades de gênero.

Mantemos relação permanente com a Marcha Mundial de Mulheres (MMM), a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e a Frente Contra a Criminalização das Mulheres e Pela Legalização do Aborto.

Em 1999 constitui-se no Brasil a Marcha Mundial das Mulheres contra a pobreza e a violência sexista. Desde então a CUT integra a sua Coordenação Nacional participando da 1ª ação da MMM em 2000. Integrou a Comissão que apresentou a Carta das Mulheres à Secretaria Geral da Organização das Nações Unidas (ONU).

A CUT é uma das organizações parceiras na organização da Marcha das Margaridas, a mais importante manifestação das trabalhadoras rurais no país, organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG).

Em 2001, a CNMT criou o Núcleo de Reflexão Feminista sobre Trabalho Produtivo e Reprodutivo, integrado por professoras universitárias, militantes

feministas e sindicais que até 2009, período em que ficou ativo, debateu a reestruturação produtiva, a divisão sexual do trabalho e políticas públicas, visando subsidiar a atuação das mulheres. Foi uma iniciativa que contribuiu para as elaborações da Comissão e, posteriormente, da Secretaria.

Na 14ª Plenária Nacional das Mulheres na CUT em 2014, ficou definida a participação da CUT na Marcha das Mulheres Negras (2015), que denunciou o racismo e as discriminações e violências contra as mulheres negras.

A presença das mulheres não foi obra da natureza ou de mero acaso, mas sim resultado da emergência do movimento de mulheres e do feminismo no Brasil contemporâneo. As trabalhadoras, urbanas e rurais, trouxeram suas contribuições para os sindicatos e para o novo sindicalismo que nascia com a perspectiva de construir um movimento com autonomia e liberdade sindical.

E desde então, na CUT, na relação com outras Centrais sindicais, com o movimento feminista, nos espaços de participação popular, na Marcha das Margaridas, nas Ações da Marcha Mundial de Mulheres e em tantos outros espaços, as mulheres cutistas têm construído sua história como trabalhadoras e feministas.

## **Desafios na construção de pautas para a superação das desigualdades de gênero**

Com o objetivo de avançar para a superação das desigualdades entre homens e mulheres trabalhadoras, na sociedade, no trabalho e no movimento sindical em 2008, na 12ª Plenária Nacional da CUT, foi relançada a Campanha “Igualdade de Oportunidades na Vida, no Trabalho e no Movimento Sindical”. Essa campanha segue sendo um norte para pautar as ações da Secretaria de Mulheres nessas três dimensões de nossa existência.

No eixo da vida trabalhamos três temas: creche, aborto e violência, mas a luta e o debate por creche é prioridade desde o início da organização das mulheres da CUT. Sempre foi pauta prioritária para negociações coletivas e como demanda de políticas públicas.

Para esse eixo, a nossa principal reivindicação é a ampliação do acesso às creches públicas. Entendemos que é fundamental que homens, mulheres e o poder público compartilhem essa responsabilidade pelo trabalho reprodutivo e o cuidado com a vida humana (SILVA, 2010, p. 150).

Embora saibamos que esse é um direito da criança, sabemos que ele impacta diretamente a vida das mulheres, por isso, segue sendo uma demanda incluir a cláusula da creche nas negociações e acordos coletivos dos sindicatos, federações e confederações. Outra ação na qual estamos envolvidas e que consideramos importante em relação a questão do cuidado é a luta pela ratificação da Convenção 156 da OIT, que trata da não discriminação de trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares.

Em relação ao aborto, do ponto de vista externo, a CUT integra a Frente Contra a Criminalização das Mulheres e Pela Legalização do Aborto e participa de suas ações e mobilizações. Em nível interno é permanente o desafio de aprofundar e difundir esse debate na Central, porque o conservadorismo que assola nossa sociedade não mantém dirigentes e militantes imunes a possíveis contaminações. Por isso, precisamos estar cada vez mais preparadas para enfrentarmos os debates e as disputas de corações e mentes.

A violência nossa de cada dia, essas atitudes deliberadas que objetivam coagir, oprimir, agredir, ameaçar e outras tantas manifestações físicas ou psicológicas, que são demonstrações de hierarquia e poder, que humilham, ferem e matam em toda a nossa sociedade, infelizmente também estão presentes no mundo sindical e, em particular, quando se trata do assédio moral e sexual, e atinge muito mais as mulheres.

Embora a situação de violência vivida pelas mulheres seja grave, o governo que assumiu após o golpe, com Michel Temer, extinguiu a Secretaria de Política para as Mulheres, e desde então vivemos o desmonte de vários programas e políticas, entre essas aquelas voltadas para acolher, atender e apoiar a mulher para se libertar do ciclo da violência. Comparando os investimentos de 2016, este ano o governo federal reduziu em 61% a verba para atendimento à mulher em situação de violência.<sup>7</sup>

Em nossa atuação em relação ao tema da violência, no momento em que escrevo este texto estamos nos manifestando por meios de atos, audiências e outras ações, que organizamos com nossas parceiras contra os cortes das políticas públicas, em especial da saúde e violência. No que se refere às ações internas, apresentaremos uma proposta de enfrentamento ao assédio moral e sexual à 13ª Plenária – Congresso, e há uma demanda do Coletivo Nacional de Mulheres de retomarmos a campanha “Violência Contra a Mulher: Tolerância Nenhuma!”

**O eixo relacionado ao trabalho.** Esse é sem dúvida o eixo mais difícil de ser enfrentado, pois entra em disputa direta com os patrões. Depende de negociações diretas com os sindicatos ou de iniciativas do poder legislativo ou executivo que certamente terão impacto para o capital, e gerarão mais conflitos.

No eixo do mundo do trabalho, nosso tema principal é a luta por salário igual para trabalho de igual valor. Essa não é uma discussão simples porque ele deve, necessariamente, ser articulada com os debates sobre o desenvolvimento tecnológico e reestruturação produtiva, e os impactos que essas mudanças têm no mundo do trabalho (SILVA, 2010, p. 154).

É importante assinalar que a política de valorização do salário mínimo no Brasil, na última década, contribuiu para que as mulheres de baixa escolaridade e renda aproximassem suas respectivas remunerações a dos homens, mas

7 Disponível em: <<http://www.poder360.com.br/governo/governo-reduz-em-61-verba-para-atendimento-a-mulher-em-situacao-de-violencia/>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

encontramos manifestações de diferenças salariais nos locais de trabalho onde as mulheres realizam as mesmas funções e recebem salários menores. Para disfarçar essa situação, elas são registradas com distintas funções, o que caracteriza uma violação das convenções 110 e 111 da OIT ratificados pelo Brasil.<sup>8</sup>

Em 2014 o rendimento médio das mulheres ocupadas no Brasil era de R\$ 1.435,97 e dos homens, o rendimento correspondia a R\$ 1.934,93. Em termos percentuais o salário das mulheres representava 74% do masculino. Portanto, a diferença salarial era 26% (PNAD,2014). Com esses dados podemos concluir que o salário das mulheres é inferior ao do sexo masculino em 26% (TEIXEIRA, 2017, p. 81).

Ao tratar do tema do trabalho, temos foco no trabalho remunerado, mas para nós este está indissociavelmente ligado com o trabalho doméstico não remunerado e de cuidados, invisível e desvalorizado, mas que, segundo cálculos de pesquisa realizada pela professora Hildete Pereira, equivale a 11% do PIB (Produto Interno Bruto) atual, o que, em números, significa cerca de 634,3 bilhões de reais em 2015.<sup>9</sup>

Outra questão importante além da diferença salarial é a jornada de trabalho. Os dados referentes a 2014 indicam que as mulheres trabalhavam em média 37 horas por semana, enquanto os homens 42 horas semanais.

A decisão por jornadas menores está relacionada com as responsabilidades com a reprodução social uma vez que para o mesmo ano os dados indicavam que as mulheres trabalhavam, em média, 21 horas por semana, enquanto os homens dedicavam 10 horas semanais para o trabalho doméstico não remunerado (TEIXEIRA, 2017, p. 81-82).

Outra situação enfrentada pelas mulheres é a discriminação e a segregação ocupacional. As mulheres estão concentradas nas atividades profissionais ou ocupações de menor remuneração pela necessidade de compatibilizar o trabalho profissional com as responsabilidades domésticas e familiares. Diante disso, são obrigadas a buscar emprego a tempo parcial e a estar nos trabalhos mais precários.

A segregação é resultado da forma como as mulheres se inserem no mundo reprodutivo e mesmo quando parte dos empregadores manifesta resistência a contratação de mulheres para determinadas ocupações ou cargos, a sua decisão estará sendo orientada por uma compreensão e naturalização dos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres e a sua presença apenas será admitida se representar um prolongamento de seus atributos considerados naturais, especialmente a área de cuidados (TEIXEIRA, 2017, p. 86).

8 A Convenção 100, de 1951, trata igualdade de remuneração para a mão de obra masculina e a mão de obra feminina por um trabalho de igual valor e a convenção 111, de 1958, trata da discriminação em matéria de emprego e ocupação.

9 Trabalho doméstico não remunerado vale 11% do PIB no Brasil. Carta Capital, 20 de junho de 2017.

Portanto, é muito importante que nosso enfoque sobre a segregação e as desigualdades salariais possa incorporar esses aspectos do espaço reprodutivo, ou seja, somente em uma sociedade de maior igualdade e compartilhamento das responsabilidades familiares que alcançaremos condições mais favoráveis às mulheres no mundo do trabalho.

Tivemos a iniciativa de dialogar com as várias instâncias da CUT visando garantir a transversalidade de gênero, na campanha pela redução da jornada de trabalho.

Junto com as demais centrais sindicais, trabalhamos na elaboração de um PL da Igualdade (Projeto Lei), que ficou desfigurado em função de tantas emendas durante sua tramitação e, por isso, decidimos abandonar a proposta.

Estamos fortalecendo as iniciativas da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (CONTRACs) pela ratificação da Convenção 189. O Brasil ainda não ratificou a Convenção, por isso é importante que a CUT, as Confederações, as Federações e os sindicatos de todas as categorias assumam a luta das trabalhadoras domésticas como sua, pois a luta da classe trabalhadora é internacional.

No eixo do movimento sindical, a aprovação da política de cotas e da paridade foram estratégias para combater as discriminações e estabelecer a igualdade. A vemos como uma forma de democratizar a Central e impulsionar a ampliação da participação das mulheres no movimento sindical. São mecanismos que apontam para a construção de uma nova cultura sindical, baseada na divisão igualitária de poder e no convívio solidário com as diferenças, mas, para que isso aconteça, é necessário que a paridade entre homens e mulheres não seja um fim em si mesmo. Ela é um passo fundamental para iniciar uma mudança na concepção política e sindical da CUT, mas isso implica em:

- Garantir que as mulheres assumam cargos de poder e decisão e que tenham condições para assumir esses cargos. O que na prática significa garantir que sejam liberadas para realizar seu trabalho e tenham estrutura financeira e política para isso;
- Cumprir o estatuto da CUT sobre cotas de gênero e paridade na formação das delegações para congressos, plenárias e atividades de representação e formação, na composição das chapas e direções;
- Estabelecer políticas para garantir a transversalidade de gênero no conjunto das políticas da central e ramos;
- Potencializar as campanhas e bandeiras gerais dos Sindicatos, incorporando e respeitando as particularidades de linguagem, comunicação e conteúdos que considerem a realidade das mulheres e incentivar a participação das mulheres em campanhas de sindicalização.
- Outra questão importante para o fortalecimento da participação das mulheres no mundo sindical é a formação. Ao incorporar a dimensão

de gênero aos processos formativos, estaremos contribuindo para a formação de um novo perfil de dirigente sindical e para a construção de uma nova prática sindical.

As mulheres querem democracia, redistribuição da riqueza, igualdade entre mulheres e homens. Queremos construir uma sociedade sem machismo, sem homofobia, sem racismo. Queremos construir uma sociedade libertária. Temos o desafio de construir uma plataforma feminista no interior do movimento sindical, assim como a presença permanente das pautas do mundo do trabalho no movimento feminista. Essa é uma tarefa de todos e todas que desejam uma sociedade livre do machismo e do capitalismo. A disputa de concepção de sociedade que a CUT faz deve se pautar na certeza da necessidade de mudanças profundas na estruturação da sociedade para garantir a igualdade de direitos sociais, políticos e econômicos para mulheres e homens.

---

## REFERÊNCIAS

CADERNO de Formação Sindical. *Organização e Representação Sindical de Base*. Relações Sociais de Gênero e Sindicalismo. Secretaria Nacional de Formação. CUT. São Paulo, 2013. 58 p.

CADERNO de Textos. *Violência contra a Mulher Tolerância Nenhuma* – Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT. São Paulo, outubro de 2005.

CARTA Capital. Trabalho doméstico não remunerado vale 11% do PIB no Brasil. 20 de junho de 2017.

DELGADO, Didice Godinho. Construindo poder sindical com paridade de gênero: o caso da Central Única dos Trabalhadores do Brasil. Delgado. Texto escrito para o projeto “Sindicatos em Transformação”, da Fundação Friedrich Ebert (FES). 2017.

SILVA, Rosane. Igualdade de oportunidade na vida, no trabalho e no movimento sindical. In: COSTA, Albertina; ÁVILA, Maria Betânia de Melo Ávila; SILVA, Rosane; SOARES, Vera; FERREIRA, Verônica. *Divisão Sexual do Trabalho, Estado e Crise do Capitalismo*. 1ª edição, Recife, 2010. 194 p.

\_\_\_\_\_. *Legalização do aborto*. Essa luta também é nossa! São Paulo: Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora. Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT. Publicado em set. 2009. Última modificação em 25 de setembro de 2014. 30 p.

SNMT. Igualdade é o máximo, cota é o mínimo. As mulheres no mundo sindical. Secretaria Nacional Sobre a Mulher Trabalhadora da CUT. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung e CUT, agosto de 2008. 32 p.

\_\_\_\_\_. *Liberdade + Autonomia se constrói com Igualdade. Paridade já!* Folheto da Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung e CUT, s/d.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira. O que gera e perpetua a segregação, a discriminação e as desigualdades salariais. In: LEONE, Eugenia Troncoso; KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilane Oliveira (Orgs.). *Mundo do trabalho das mulheres: ampliar direitos e promover igualdade*. São Paulo: Instituto de Economia e CESIT, 2017. p. 67-90.



## **Sites consultados**

<<http://www.cut.org.br/conteudo/historico/>>. Acesso em: 14 de junho de 2017.

<<http://www.poder360.com.br/governo/governo-reduz-em-61-verba-para-atendimento-a-mulher-em-situacao-de-violencia/>>. Acesso em: 24 de junho de 2017.

## **Siglas**

AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras

CNMT – Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora

CNQMT – Comissão Nacional Sobre a Questão da Mulher Trabalhadora

CNTSS – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social

CONCUT – Congresso Nacional da CUT

CONFETAM – Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares

CONTRACS – Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços

CSA – Confederação Sindical de Trabalhadores/as das Américas

CSI – Confederação Sindical Internacional

CUT – Central Única dos Trabalhadores

FENATRAD – Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas

ISP – Internacional de Serviços Públicos

MMM – Marcha Mundial das Mulheres

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PIB – Produto Interno Bruto

PL – Projeto de Lei

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PT – Partido dos Trabalhadores

SNMT – Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora

# CAPÍTULO 40

## A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA

*Ela Wiecko V. de Castilho<sup>1</sup>*

---

### **Introdução**

Sob a justificativa do novo perfil demográfico da sociedade brasileira e de assegurar a sustentabilidade financeira do sistema de seguridade social, o Governo Michel Temer encaminhou ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional n. 287/2016 (PEC 287) da Reforma da Previdência. A proposta altera os artigos 37, 40, 42, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRB/88), para introduzir modificações no regime vigente da seguridade social. Na Câmara dos Deputados, a Proposta foi aprovada, com emendas, na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, e aguarda apreciação pelo Plenário.

Este artigo desenvolve uma reflexão sobre como a política pública pretendida pela PEC n. 287, o Substitutivo (PEC 287-A/2016) poderá afetar as mulheres, aprofundando a desigualdade de gênero existente no País. Após um breve panorama sobre as estatísticas da desigualdade, são apresentadas as atuais regras de aposentadoria e as alterações propostas, bem como os prováveis impactos negativos sobre as mulheres. As considerações finais ressaltam a continuidade da concepção patriarcal da sociedade.

### **A desigualdade de gênero no Brasil: um panorama**

Segundo dados do PNAD/IBGE 2015,<sup>2</sup> a taxa de desemprego das mulheres no Brasil (11,6%) é bem superior à dos homens (7,7%); as remunerações femininas representam 70% das masculinas; os trabalhos oferecidos às mulheres são, na sua maioria, de menor duração e pior remuneração e, portanto, embora mais escolarizadas, as mulheres acumulam menos requisitos de acesso ao sistema de proteção social e assumem a maior parte do trabalho não remunerado destinado aos cuidados com a família e, por isso, são mais propensas a receberem valores menores de aposentadoria.

1 Membro do Ministério Público Federal, desde 1976, tem dedicado especial atenção à promoção e proteção dos direitos fundamentais, tendo exercido a função de Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão no período de 2003 a 2006. Coordena o Comitê de Gênero e Raça do MPF para implementação de perspectiva de gênero e raça na instituição. É também docente da UnB onde participa do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher (NEPeM). E-mail: wiecko@unb.br

2 Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/default-tab\\_hist.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/default-tab_hist.shtm)>.

Dados do IPEA apresentados por Mostafa et al. (2017, p. 6) indicam que as mulheres contribuem, em média, 22 anos para a Previdência, contra 35 anos dos homens.

As estimativas do PNAD de 2014 são de que 83% das aposentadorias por idade foram de um salário mínimo. Estima-se que 88% das mulheres ocupadas com mais de 16 anos executem trabalhos domésticos, contra 46% dos homens. Aponta-se, nesses casos, que as mulheres trabalham mais que o dobro em trabalho não remunerado, na dupla jornada e nos cuidados com a família, num total de 20,6 horas semanais, contra 9,8 horas dos homens empregados domésticos. Existem cerca de 6 milhões de empregados domésticos, sendo 92% representados por mulheres, com mais da metade delas negras (em torno de 5,5 milhões). O agravante é que apenas 17% do total dessas domésticas (aproximadamente 938.400) encontram-se formalizadas e contribuindo com o sistema de proteção.

Por sua vez, dados do IBGE de 2010 demonstram índices de formalização no emprego doméstico bem inferiores para as mulheres (6,6%) em relação aos homens (9,2%).

A desigualdade de gênero no Brasil também se revela na taxa de ocupação de brasileiras em cargos de direção executiva. No estudo feito pela Consultoria Grant Thornton,<sup>3</sup> envolvendo 150 países, o Estado Brasileiro é o terceiro no *ranking* dos países que menos promovem as mulheres aos cargos de direção nas empresas. Apenas 16% das brasileiras ocupam cargos de presidência e de direção executiva, média inferior à mundial, de 24% e à da América Latina, de 18%. Rodas (2016) ressalta que, embora as mulheres representem a maioria absoluta da população brasileira, 52%, a participação feminina nos cargos de alta direção nas empresas ainda é inferior à dos homens.

No Poder Legislativo, a participação feminina é também muito pequena – representa apenas 10% do Parlamento Federal (*locus* da decisão política da Reforma da Previdência), 13% do total de deputados distritais e estaduais e 13% dos prefeitos –, não obstante as mulheres representarem 44% dos filiados a partidos políticos e haver reserva de 30% para candidaturas femininas a cargos eletivos nos diversos parlamentos.

Segundo dados divulgados pela União Inter-Parlamentar,<sup>4</sup> o Brasil ocupa apenas a 116ª posição no *ranking* de representação feminina no Poder Legislativo. Assim, as regras trazidas pela Reforma da Previdência ao ignorar a forte desigualdade material entre homens e mulheres são, também, um reflexo dessa sub-representação.

Além disso, dentre 144 países, o Estado Brasileiro ocupa a 79ª posição no *ranking* do relatório apresentado pelo Fórum Econômico Mundial de 2016<sup>5</sup>, que avalia anualmente a igualdade de gênero no trabalho. Estimou-se serem

3 Disponível em: <[http://www.granthornton.com.br/globalassets/\\_markets\\_/bra/media/arquivos\\_industrias/estudos/gt\\_wib\\_turning\\_promise\\_into\\_practice\\_online.pdf](http://www.granthornton.com.br/globalassets/_markets_/bra/media/arquivos_industrias/estudos/gt_wib_turning_promise_into_practice_online.pdf)>.

4 Disponível em: <<http://www.ipu.org/english/home.htm>>.

5 Disponível em: <[http://reports.weforum.org/global\\_gender\\_gap\\_report\\_2016/](http://reports.weforum.org/global_gender_gap_report_2016/)>.

necessários mais 95 anos para que o Brasil alcance a plena igualdade. Apenas cinco países, um deles Ruanda, elevaram a igualdade de gênero no trabalho ao patamar de 80%, e 74 atingiram 64% de igualdade.

Diante de um Brasil tão desigual, indaga-se: a idade para aposentadoria das mulheres brasileiras, inicialmente sugerida pela PEC n. 287 e alterada pelo Substitutivo é adequada e justa diante da desigualdade material apontada por estatísticas nacionais e internacionais? É compatível com os objetivos constitucionais de redução das desigualdades sociais e regionais e com as políticas públicas de promoção da igualdade material?

## A Reforma da Previdência

### As regras atuais e a proposta

No Brasil existem basicamente dois regimes previdenciários: o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), cujas regras estão previstas no art. 201 da CRB/88, destinado à iniciativa privada e àquelas pessoas que não estão vinculadas obrigatoriamente a algum sistema de previdência, e o Regime Próprio dos Servidores Públicos (RPPS), previsto no art. 40. Por uma questão de corte metodológico, abordarei apenas o RGPS.

Para o RGPS, a CRB estabeleceu regras diferenciadas de aposentadoria por idade e por tempo de contribuição. Assim, atualmente, as mulheres podem se aposentar, por idade, aos 60 anos (65 anos para homens), desde que cumpram a carência de 15 anos (ou 180 meses) e, por tempo de contribuição, aos 30 anos (35 para os homens). Com base no fator previdenciário<sup>6</sup> (85/95) para proventos, estabeleceu a média da idade mínima, 55 para a mulher e 60 anos para homens. O tempo de concessão do benefício é reduzido em 5 anos para professoras e professores que exerçam atividades exclusivas no tempo de efetivo exercício nas funções de magistério na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio.

Para os(as) trabalhadores(as) rurais que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, como o(a) produtora rural, o(a) garimpeira e o(a) pescadora artesanal, a idade mínima para aposentadoria é de 55 anos e de 60 anos para os homens.

A proposta inicial do Governo Temer, contida na PEC n. 287, sob a justificativa de aproximar a legislação previdenciária brasileiro da de outros países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE),<sup>7</sup>

6 O fator previdenciário 85/93 foi instituído pela Lei n. 9.876/99 após a Reforma da Previdência de 1998, para conter os gastos da Previdência Social. O objetivo é incentivar o contribuinte a trabalhar por mais tempo, reduzindo o benefício de quem se aposenta antes dos 60 anos de idade e 30 anos de contribuição, no caso das mulheres, e 65 anos de idade e 35 anos de contribuição, no caso dos homens. Quanto menor a idade no momento da aposentadoria, maior é o redutor do benefício. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/fator-previdenciario>>. Já o fator 90/100, ou Regra 85/95 Progressiva de acordo com a Lei n. 13.183/2015, que garante aposentadoria integral para quem se enquadrar nas novas regras, a ser implementado até 31/12/2026.

7 Disponível em: <<http://www.oecd.org/brazil/>>.

era igualar as idades mínimas de aposentadoria para homens e mulheres em 65 anos. Após a pressão da sociedade, o Parlamento recuou e no Projeto Substitutivo eliminou-se a ideia de igualar a idade mínima, mas foram fixadas idades mínimas de 62 anos para as mulheres e de 65 para os homens, com regras de transição até 2020, de 53 anos para mulheres e de 55 anos para homens. Além disso, a partir de 2020, a idade mínima aumenta um ano a cada dois anos até alcançar 65 anos (para homens) e 62 (para mulheres).

Para os(as) trabalhadores(as) rurais, o governo recuou da proposta de submetê-los(as) às mesmas regras do RGPS, podendo se aposentar com idade mínima de 57 anos (60 anos para os homens) e 15 anos de contribuição, que é o mesmo tempo de contribuição exigido hoje. Além disso, deverão contribuir por meio de uma alíquota equivalente a 5% do salário mínimo, o que não afetará substancialmente os cofres públicos, mas certamente faltará na subsistência dos homens e mulheres que vivem do campo.

Quanto ao benefício de prestação continuada (BPC), houve um aumento da idade mínima, fixada em 65 anos, a qual subirá, a partir de 2020, até alcançar 68 anos. A proposta original desvinculou esse benefício do salário mínimo, mas o Congresso Nacional manteve a vinculação no Substitutivo. A inclusão do BPC na Reforma vem sendo alvo de críticas. Segundo a procuradora do trabalho, Maria Aparecida Gugel, o BPC é um benefício assistencial concedido a idosos e deficientes físicos sem necessidade de contribuição, enquadrados no art. 203 da CRB (BRANCO, 2017).

As professoras poderão se aposentar aos 55 anos de idade mínima (60 anos para os professores) com 25 anos de contribuição e regra de transição diferenciada.

As policiais federais poderão se aposentar aos 55 anos com 25 anos de contribuição, dos quais 20 anos deverão ser em atividade de risco.

A Reforma propôs também, dentre outras muitas mudanças, a extinção da aposentadoria por tempo de contribuição, a ampliação da carência mínima de 15 para 25 anos de contribuição e estabeleceu tempo de 40 anos para que o segurado adquira o direito ao benefício integral.

## **A justificativa da idade mínima igual**

A Exposição de Motivos da PEC n. 287 justifica a idade mínima igual para homens e mulheres com o argumento de que a expectativa de sobrevida das mulheres (78,8 anos) supera a dos homens (71,6 anos) em aproximadamente 7 anos; questiona a persistência da desigualdade nos dias atuais com relação aos cuidados da família e à dupla jornada e sublinha o crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho.

Afirma o Governo que a expectativa de sobrevida das mulheres é incompatível com a antecedência da aposentadoria em 5 anos, mas relativiza essa questão, quando fixa a idade mínima de 65 anos para mulheres e homens, idade cuja sobrevida feminina em relação à masculina é de 3 anos. Com um raciocínio

financista, alega haver no sistema de previdência uma excessiva transferência de renda dos homens – que contribuem mais e vivem menos, para as mulheres que vivem mais e contribuem menos.

Entretanto, as novas regras de idade mínima e de tempo de contribuição sugeridas com base nessas premissas, tomadas de forma isolada, sem compensar as desigualdades de gênero em desfavor das mulheres, intrínseca à realidade do mercado de trabalho brasileiro, parecem equivocadas.

Nas palavras de Mostafa et al. (2017, p. 7):

A rigor, a diferenciação das idades de acesso à aposentadoria não tem qualquer relação com a expectativa de vida: a distinção de critérios guarda proporcionalidade com as condições desiguais de inserção de homens e mulheres no mundo do trabalho. Do ponto de vista do princípio de justiça, a equiparação de idades entre homens e mulheres somente poderia sustentar-se ante a constatação de que as desigualdades de gênero no mundo do trabalho se reduziram consideravelmente, seja quanto às ocupações externas – com remunerações, taxa de emprego, participação e número de horas mais equitativas entre os sexos –, seja quanto aos afazeres domésticos – com uma divisão mais equilibrada dos trabalhos no âmbito das famílias. [...]. Em síntese, o argumento da equiparação de idades não atende a uma regra de justiça, ainda que possa ser alegado, a pretexto dela, motivações fiscais.

## **Como as mudanças trazidas pela PEC irão afetar os direitos das mulheres**

Uma das maiores críticas à Reforma é a fixação de uma idade mínima, sob o pretexto de que as mulheres vivem, em média, 7 anos a mais do que os homens. Trata-se de um grande retrocesso na luta das mulheres pela igualdade e equidade. A desigualdade começa pela própria desproporção da regra. O aumento da idade de aposentadoria dos homens de 60 para 65, que representa uma elevação de 8%, é bem inferior ao da idade mínima feminina, de 55 para 62, uma elevação de 12%. A regra, por si só, exclui do sistema de proteção boa parte das mulheres pobres, que falecerão antes de adquirir os requisitos à aposentadoria.

A elevação de idade teve o objetivo de estabelecer convergência dos critérios previdenciários brasileiros ao padrão médio internacional de idade mínima (65 anos) de países, como Islândia, Alemanha, Dinamarca, dentre outros, listados pela OCDE. De Souza e Dos Santos (2017, p. 3), que analisaram as idades mínimas de vários desses países, mostram, porém, que a fixação das idades mínimas nesses países foi feita de forma paulatina, com regras de transição mais elásticas. Na Alemanha, por exemplo, em 2012, fixou-se a idade mínima em 65 anos, mas há uma gradação. Vem aumentando um mês a cada ano até 2023. São 11 anos para a implantação da política. Muitas das nossas regras de transição

encerram-se após três anos a partir da aprovação do Substitutivo, como a que ocorrerá com o BPC. A consequência é novamente a exclusão.

A Espanha fixou regras de transição tanto para a idade mínima quanto para o tempo de contribuição. Essa prática seria salutar no Brasil, em que a média de anos de contribuição feminina é de 22 anos. O aumento do tempo de contribuição de 15 anos para 25 deixará fora da aposentadoria muitas mulheres, principalmente àquelas pertencentes às camadas mais pobres da população, pois não conseguirão atingir os 25 anos de contribuição.

Outro ponto importante é que a fixação dos requisitos de idades mínimas venha acompanhada de políticas afirmativas em favor das mulheres. Na Espanha, por exemplo, há um adicional de 5% a 15%, pago de acordo com o número de filhos. Na Inglaterra, país em que as mulheres ganham 17% a menos que os homens, esse ano foi aprovada uma lei obrigando todas as empresas a publicarem, até abril de 2018, as diferenças salariais no pagamento de homens e mulheres. Essa iniciativa está sendo considerada como um dos maiores avanços na questão de gênero no país (VAZ, 2017).

Segundo Perrucci (2016), a expectativa de vida média dos países da OCDE é de 81,2 anos, maior que os 75 anos no Brasil, resultando numa sobrevida de mais de 6 anos nesses países em relação ao Brasil. Não é razoável estabelecer regras iguais para realidades tão distintas.

Registre-se que a escolha de igualar a idade mínima das mulheres em 65 anos na proposta original, ou a de 62 anos do Substitutivo, não levou em consideração as profundas desigualdades sociais e regionais do Brasil. Em 19 municípios nordestinos, dentre os quais cinco se localizam na Paraíba, três em Alagoas, 7 em Pernambuco e quatro no Maranhão, a esperança de vida é de, no máximo, 65 anos. Nesse sentido, as idosas dessas cidades sequer iriam se aposentar, por que morreriam antes de adquirir o direito do benefício. Por outro lado, existem 20 municípios pertencentes ao estado de Santa Catarina cuja expectativa de vida é, em média, de 78 anos. Nessas cidades os aposentados têm sobrevida elevada e poderiam usufruir dos benefícios de aposentadoria por um longo período. Para a Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, Deborah Duprat, tal situação afronta o princípio da proteção da pessoa idosa, previsto no art. 230 da Constituição Federal, haja vista as diferentes realidades, em que uns gozariam do direito de se aposentar e outros faleceriam antes de adquirir essa condição.

Mostafa et al. (2017, p. 6-7) apontam várias questões em consequência da fixação de uma idade mínima e a ampliação do tempo de contribuição nas aposentadorias para homens e mulheres.

Primeiro, é importante frisar que o estabelecimento de políticas que possibilitem condições diferenciadas de idade mínima e de tempo de contribuição para homens e mulheres é uma forma de compensar a maneira distinta como homens e mulheres ingressam e permanecem no mercado de trabalho, porquanto



boa parte das atividades domésticas e dos cuidados da família ainda são destinadas às mulheres.

Outro ponto crucial é que o critério de idade mínima não reconhece o valor do trabalho reprodutivo, reservado, em grande medida, às mulheres. A própria licença maternidade remunerada para as mulheres é uma política que reconhece as diferenças no tocante à participação da mulher no mercado de trabalho após o parto ou adoção. No Brasil não há uma política pública voltada para que pais dividam licenças com as mães para cuidar dos filhos, mesmo que, por algum motivo, a mãe não possa amamentar. O reflexo da política existente é que mulheres grávidas não são muito benquistas para ingressarem em uma vaga de trabalho, mesmo que possuam iguais qualificações e graus de escolaridade às dos concorrentes a vaga do sexo masculino.

A instituição de uma idade mínima tão elevada num país tão desigual como o Brasil pode gerar grandes disparidades para as mulheres jovens, negras, pobres, de baixa escolaridade, que contribuem menos tempo para o sistema, pois não conseguem ficar empregadas por longos períodos em trabalhos fixos, não conseguem ingressar no mercado laboral, estão sujeitas ao subemprego, entre outros obstáculos. Na prática, provavelmente, uma pessoa com essa história laboral optará por se aposentar apenas por idade e o mais tarde possível, contribuindo o mínimo para a Previdência. Por isso, as estatísticas do IBGE indicam que 83% das aposentadorias por idade são de um salário mínimo.

A elevação do tempo obrigatório de contribuição de 15 para 25 anos resultará na inviabilidade de aposentadoria de 44% a 56% das mulheres ocupadas, cuja desproteção alcançará, com especial ênfase, as menos escolarizadas (MOSTAFA et al., 2017, p. 7).

Esses autores acreditam que a redução de 5 anos de carência na idade de aposentadoria, como ocorre nas regras atuais, seja justificável, haja vista que as mulheres consomem 8 horas, em média, a mais de trabalhos domésticos que os homens, o que equivale a 5,4 anos a mais de trabalho realizado pelas mulheres, sem remuneração, ao longo de 30 anos ou de 35,4 anos de vida laboral, incluindo os trabalhos domésticos. Como atualmente as mulheres contribuem, em média, por 22 anos, (as regras atuais de aposentadoria exigem 55 anos de idade e 15 de contribuição), boa parte das mulheres não conseguirá contribuir por 25 anos e adquirir o direito de se aposentar.

Como destaca Freitas (2017), a Reforma excluiu as empregadas domésticas. Segundo dados, 88% das mulheres ocupadas, com mais de 16 anos, realizam trabalhos domésticos, contra 46% dos homens que realizam esse trabalho. O trabalho doméstico regularizado foi uma recente conquista das empregadas domésticas. Em grande parte, é realizado por mulheres pobres com vida laboral cheia de interrupções, pela própria característica do trabalho. Quase 6 milhões de mulheres são empregadas domésticas (92%) do total de

empregados domésticos, e mais da metade dessas mulheres são negras, sendo que apenas 17% têm suas carteiras de trabalho regularizadas. Pelas regras atuais, mesmo com uma vida inteira de trabalho, muitas dessas domésticas não implementarão as condições de se aposentar.

### **Considerações finais**

O tema da Previdência é de fundamental importância para a nação e a Reforma, se aprovada, irá afetar milhões de brasileiras. O debate amplo e democrático é condição primordial para a validade jurídica das regras previdenciárias. Não se pode aprovar uma Reforma com tantos vieses, sem a minuciosa discussão. Descabe o argumento de que outros países possuem uma idade mínima para as mulheres nos níveis propostos. Após alcançarmos os mesmos níveis de igualdades de gênero dos países usados como parâmetros para o estabelecimento das idades mínimas de contribuição, poderemos fixar essas idades em semelhante patamar.

Diante das profundas desigualdades de gênero existentes na sociedade brasileira, tal como demonstrado ao longo do texto, viola os direitos humanos das mulheres, sob o argumento do equilíbrio financeiro do sistema previdenciário, a imposição de uma reforma com base em uma igualdade formal sem a correspondente igualdade material.

## REFERÊNCIAS

BRANCO, Mariana. *Procuradora crítica inclusão do BPC na Reforma da Previdência*. Agência Brasil, 22/2/2017/. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-02/procuradora-critica-inclusao-do-bpc-na-reforma-da-previdencia>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Relatório Propostas de Emenda à Constituição*, n. 287; 287-A, 2016. 188 p. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1547049&filename=Tramitacao-PRL+2+PEC28716+%3D+PEC](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1547049&filename=Tramitacao-PRL+2+PEC28716+%3D+PEC)>. Acesso em: 10 maio 2017.

\_\_\_\_\_. IBGE. *Projeção da População do Brasil por sexo e idade: 2000-2060*. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao\\_da\\_populacao/2013/](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/)>. Acesso em: 20 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Plataforma Política Social. *Previdência. Reformar para excluir? Contribuição técnica ao debate sobre a reforma da previdência social brasileira*. Brasília: DIEESE/ANFIP, 2017. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/reformafaq.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil. 2017*. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pfdc-envia-ao-congresso-nota-tecnica-sobre-impactos-sociais-da-pec-da-previdencia>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

DE SOUZA, C.; DOS SANTOS, C. F. R. *Reforma da Previdência deve se basear na realidade do Brasil, não de países da OCDE*. Consultor Jurídico, 16/4/2017. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2017-abr-16/reforma-previdencia-basear-dura-realidade-brasil>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

DUPRAT, Deborah. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. In: DUPRAT, Deborah. *Nota Técnica nº 1/2017/PFDC: REFORMA CONSTITUCIONAL DA PREVIDÊNCIA e ASSISTÊNCIA SOCIAL (PEC287/2016)*. 2017. 14. Nota Técnica. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pfdc-envia-ao-congresso-nota-tecnica-sobre-impactos-sociais-da-pec-da-previdencia>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

FREITAS, Carolina. *Como a reforma da previdência afeta as mulheres?* Esquerda Online, 16/2/2017. Disponível em: <<http://esquerdaonline.com.br/2017/02/16/como-a-reforma-da-previdencia-afeta-as-mulheres/>>. Acesso em: 11 abr 2017.

MOSTAFA, J; VALADARES, A. et al. *Previdência e gênero: por que as idades de aposentadoria de homens e mulheres devem ser diferentes?*. IPEA-Notas Técnicas/Diset, n. 35, maio 2017. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=29641:nota-tecnica-2017-marco-numero-35-disoc-previdencia-e-genero-por-que-as-idades-de-aposentadoria-de-homens-e-mulheres-devem-ser-diferentes&catid=192:disoc&directory=1](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29641:nota-tecnica-2017-marco-numero-35-disoc-previdencia-e-genero-por-que-as-idades-de-aposentadoria-de-homens-e-mulheres-devem-ser-diferentes&catid=192:disoc&directory=1)>. Acesso em: 20 abr. 2017.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. *Mulheres no Trabalho – Tendências [Sumário] 2016*, 8/3/2016, 13 p. Disponível em: <[http://www.ilo.org/brasilia/publicacoes/WCMS\\_457096/lang--en/index.htm](http://www.ilo.org/brasilia/publicacoes/WCMS_457096/lang--en/index.htm)>. Acesso em: 13 abr. 2017.

PERRUCCI. *O que não contaram sobre a Reforma da Previdência* 8/12/2016. Disponível em: <<https://trendr.com.br/o-que-n%C3%A3o-te-contaram-sobre-a-reforma-da-previd%C3%Aancia-18ba4d34c23a>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

RODAS, Sérgio. Representatividade Feminina: Cotas para mulheres no Legislativo aumento igualdade na política sem violar a CF. *Boletim Consultor Jurídico – CONJUR*. de 5 de junho de 2016. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016-jun-05/cotas-mulheres-legislativo-aumentam-igualdade-politica>> Acesso em: 18 abr. 2017.

VAZ, Camila. *Nova lei obriga empresas a expor diferença entre salários de homens e mulheres no Reino Unido*. Jusbrasil 23/4/2017. Disponível em: <[https://camilavazvaz.jusbrasil.com.br/artigos/447344355/nova-lei-obriga-empresas-a-expor-diferenca-entre-salarios-de-homens-e-mulheres-no-reino-unido?ref=topic\\_feed](https://camilavazvaz.jusbrasil.com.br/artigos/447344355/nova-lei-obriga-empresas-a-expor-diferenca-entre-salarios-de-homens-e-mulheres-no-reino-unido?ref=topic_feed)>. Acesso em: 30 abr. 2017.

## XII. MULHERES RURAIS E AGRICULTORAS



# CAPÍTULO 41

## QUE FEMINISMO É ESSE QUE NASCE NA HORTA?<sup>1</sup>

Maria Ignez Silveira Paulilo<sup>2</sup>

---

### Introdução

Como diz Rodríguez Magda (2007, p. 139), filósofa, o tempo do feminismo correu depressa. O que é considerada a primeira onda do feminismo aconteceu no século XIX com o movimento sufragista. Ressurgido nas décadas de 1960/70, em apenas 30 anos, o feminismo da igualdade se enfrentou com o feminismo da diferença, a pós-modernidade relativizou muitos fundamentos das duas correntes, surgiram questionamentos vindos dos pensamentos pós-colonial, multicultural, da globalização e do ciberfeminismo.

Não começamos esse projeto citando Rodríguez Magda por acaso. Há em seu texto um conceito, cunhado por ela mesma, o de “transmodernidade”, muito útil para o tema que vamos desenvolver, qual seja, que feminismo é esse que está sendo construído pelo Movimento de Mulheres Agricultoras – MMC? A citação será um pouco longa, mas necessária:

La Transmodernidad prolonga, continúa y trasciende la Modernidad, es el retorno de algunas de sus líneas e ideas, acaso las más ingenuas, pero también las más universales. [...]. Pero es un retorno, distanciado, irónico, que acepta su ficción útil. La Transmodernidad es el retorno, la copia, la pervivencia de una Modernidad débil, rebajada, light. La zona contemporánea transitada por todas las tendencias, los recuerdos, las posibilidades; transcendente y aparential a la vez, voluntariamente sincrética em su “multicronía”. [...]. La Transmodernidad es lo postmoderno sin su inocente rupturismo, [...]. Su clave no es el post, la ruptura, sino la transubstanciación vasocomunicada de los paradigmas. [...] Es el abandono de la representación, es el reino de la simulación, de la simulación que se sabe real (RODRÍGUEZ MAGDA, 1989, p. 141-142, citado por RODRÍGUEZ MAGDA, 2007, p. 151-152).

---

1 Uma versão mais ampliada deste texto foi publicado anteriormente em PAULILO, M. I. S. PAULILO, Maria Ignez. Que feminismo é esse que nasce na horta? *Política & Sociedade* [Online], Florianópolis, PPGSP/UFSC, v. 15, p. 296-316, 2016.

2 Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1973), mestrado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1976), doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1987) e pós-doutorado pela The London School of Economics and Political Science (1997). Atualmente é professora titular aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina, mas continua atuando junto ao programa de Pós-graduação em Sociologia Política/UFSC. É pesquisadora 1B do CNPq. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Rural, atuando principalmente nos seguintes temas: agricultura familiar, gênero, campesinato, feminismo e movimentos sociais rurais. E-mail: ipaulilo@terra.com.br

O pensamento da autora vai mais longe, mas aqui vamos nos ater a tentar compreender as origens e os fundamentos do feminismo que passou a fazer parte dos ideais do Movimento de Mulheres Camponesas – MMC, organização presente no Brasil desde a década de 1980, em quase todos os Estados e com diferentes nomes, até unir-se sob a sigla MMC em 2004. O termo feminismo só aparece em suas manifestações públicas, em Santa Catarina, em 2010, na 11ª Assembleia do Movimento de Mulheres Camponesas, realizada na cidade de Xaxim- SC, com o tema “Mulheres Camponesas e Feministas”.

Não se pode falar de “feminismo” mas sim de “feminismos”. Há diferentes correntes teóricas já reconhecidas e respeitadas. O interessante de se analisar um movimento feminista em sua prática é ver como elementos de diferentes teorias se combinam na ação. Por isso a ideia de “transmodernidade” pode ser útil para evitarmos preconceitos, para não cairmos na armadilha de hierarquizar as diferentes tendências, considerando algumas ingênuas ou ultrapassadas. Como diz a autora citada, há a “ficção útil”, “a simulação que se sabe real” e a “transsubstanciação vasocomunicada”. É isso que nos importa, procurarmos entender que “ficções úteis”, que crenças, que ideias-força moveram o MMC em direção ao feminismo. Quantos anos e quantos debates se passaram até que o adjetivo “feministas” aparecesse publicamente junto com a expressão “mulheres camponesas”.

Vamos reconstituir um pouco as principais subdivisões ou dilemas do movimento feminista e apontar alguns entrecruzamentos, similaridades e, principalmente, impasses. Antes, porém, é preciso salientar a grande influência dos feminismos anglo-saxões no mundo, inclusive no feminismo francês. Também é preciso lembrar que Vandana Shiva, feminista indiana muito reconhecida, escreve em inglês. Outra ressalva é que as divergências entre as posturas abaixo não são excludentes. Por exemplo, o “feminismo da igualdade” também é visto como “feminismo liberal”. Cada item a seguir comporta discussões imensas, mas vamos nos ater aos limites de um pequeno artigo.

**Feminismos da igualdade, da diferença e radical.** O chamado “feminismo da igualdade” se esforçou muito para garantir às mulheres o mesmo direito atribuído aos homens. Um exemplo muito citado é a luta das sufragistas pelo voto. Mas não termina aí. Não podemos esquecer, por exemplo, que, no Brasil, as mulheres só alcançaram a igualdade plena de direitos com a Constituição de 1988, quando o “pátrio poder” deixou de ser privilégio masculino. Esse movimento é herdeiro das ideias iluministas e, por isso, é apoiado ou criticado dependendo da importância dada ao Iluminismo como inspirador ou não da igualdade entre homens e mulheres. Embora não restem dúvidas que a igualdade entre os homens, e não entre homens e mulheres, foi o maior fruto da ilustração, feministas como Célia Amorós (2000), Amélia Varcácel (2009) e Maria José Guerra Palmero (2001) consideram injusto não dar o devido valor a esse período histórico de explosão na busca por justiça e igualdade. Guerra Palmero diz que o Iluminismo foi roubado das mulheres; Varcácel, que o feminismo é um filho não desejado do Iluminismo.



O feminismo da diferença enfatiza as especificidades do ser feminino, principalmente quanto à capacidade de conceber, de "dar a vida". Critica o feminismo da igualdade para além dos argumentos teóricos e filosóficos, dizendo que essa linha de luta levou as mulheres a duplas jornadas de trabalho, ou triplas quando militam. Grande defensora dessa corrente, no Brasil, é Rosiska de Oliveira (1992).

Com frequência, as defensoras da diferença (entre outras, Delphy, le Doeuff, Leclerk, Kristeva e Irigaray) são consideradas autoras muito abstratas, pouco vinculadas à realidade das mulheres, mantendo tênue vinculação com as lutas feministas. Linda Nicholson (2000, p. 20) faz uma crítica interessante ao feminismo da diferença, mesmo sem negar sua importância enquanto forma de chamar a atenção para a invisibilidade das desigualdades de gênero, no sentido de que ele tende para um "feminismo da uniformidade", visto que, para serem diferentes dos homens genericamente, as mulheres necessitam possuir características que as igualem, algo parecido com uma "essência", mesmo que se admita alguma influência da sociedade na formação das distinções sexuais. O perigo maior é que na caracterização dessa "natureza" ou "essência", inevitavelmente estão imbricados os valores da sociedade ou grupo dominante que as definem, daí o surgimento de um "feminismo europeu", branco, heterossexual e de classe média contra o qual se insurgiram as mulheres negras, lésbicas, pertencentes às classes trabalhadores e ao Terceiro Mundo.

O feminismo das agricultoras do MMC defende a ideia de diferença entre homens e mulheres, porém, é um feminismo colado às lutas que desenvolvem. Para Vandana Shiva (1997), e essa é uma autora que está começando a ser citada pelas agricultoras, as mulheres são essencialmente diferentes dos homens. Para Bina Argawal (1994), os valores femininos entre as mulheres rurais surgem do seu cotidiano e não de sua essência por ser mulher. Enquanto as feministas da igualdade temem que defender a diferença seja reforçar a visão tradicional da mulher enquanto mais ligada à natureza, sendo o homem mais ligado à cultura e à razão, juntando a subordinação da natureza à subordinação da mulher, as agricultoras, tendo uma visão religiosa da natureza, considerando-a "sábua" e "boa", não veem a ligação mulher/natureza como desabonadora (PAULILO, 2010, p. 929).

O feminismo radical é o que nos interessa menos, porque pouco tem a ver com os valores do MMC. Quando há alguns pontos de semelhança, esses pontos se localizam nas intersecções entre as outras correntes do feminismo, a liberal, a da diferença e a socialista. As pensadoras Kate Millet e Shulamith Firestone são as mais conhecidas desta vertente (SÁNCHEZ; BÉLTRAN; ALVARES, 2005, p. 75-125). Para elas, a opressão sexual corta transversalmente toda a sociedade e o patriarcado é uma categoria mais explicativa que regimes políticos e econômicos, porque as mulheres são oprimidas apenas por serem mulheres. Põe em questão a família tradicional nuclear, a heterossexualidade e a própria reprodução como formas de dominação.

**Feminismo essencialista & feminismo construcionista.** São consideradas essencialistas as feministas que creem existir uma ligação inata, essencial, entre mulheres e natureza. Vandana Shiva e Maria Mies (1997) são as defensoras mais mundialmente conhecidas dessa postura. Para as construcionistas, as diferenças entre os dois sexos são muito mais uma construção social que legitima a dominação masculina. Defender que há uma “essência feminina” seria correr o risco de reforçar e perpetuar essa dominação.

É interessante como nesse binômio mulher/natureza, as correntes que veem a mulher, bem como o homem, como sendo uma construção social, elaboram variados níveis de desconstrução do que é tido como feminino ou masculino, chegando até a posturas radicais como a teoria “*queer*” de Judith Butler, segundo a qual não só o gênero, mas o próprio sexo é construído. Para esta autora, a representação do que deve ser entendido como matéria (natureza, corpo, sujeito, etc.) é anterior à matéria mesma porque o que a regulamenta é o discurso que a constrói que, ainda, naturaliza esta construção (FEMENÍAS; SPADARO, 2004, p. 237). Porém, a ideia de natureza é menos discutida. Ora ela é vista como imutável em suas leis de funcionamento mais profundas e, ao mesmo tempo, como “sábua”, ora ela é vista como estando à disposição dos homens, de sua ciência e de sua técnica.

A grande influência do pós-modernismo e sua ideia de desconstrução tiveram tanta força no pensamento acadêmico, que muitas feministas reagiram ao que consideraram uma “desconstrução sem fim”, que não suporta qualquer bandeira de luta, embora não neguem a importância de se procurar as raízes machistas das ideias consideradas universais.

A influência do pós-modernismo e da ideia de desconstrução aumentou muito, nos últimos anos, entre as feministas acadêmicas, mas o mesmo não aconteceu entre as militantes de movimentos de base como o MMC. A convivência das duas posturas tem se mostrado tão difícil como a que se estabeleceu entre o feminismo da igualdade e o feminismo da diferença. Criticando a dicotomização entre as duas posições, Linda Nicholson (2000, p. 15) diz que não basta “reconhecer qualquer distância em relação ao determinismo biológico para se evitar todos os problemas associados a essa posição”.

**Mulher & gênero.** Os estudos sociológicos sobre as condições da mulher no Brasil começaram na Sociologia do Trabalho, com ênfase nas operárias. Falava-se, então, em Sociologia da Mulher, bem como Antropologia da Mulher. A introdução do termo “gênero” começa no início dos anos 1990, sendo reforçada depois da tradução para o português do texto de Joan Scott (1990) – *Gênero: uma categoria útil de análise*.

É inegável a importância do conceito de gênero na desconstrução das bases biológicas que sustentavam a inferiorização da mulher, por ter mostrado o papel imprescindível da cultura na criação das relações de poder. Porém, o relativismo do conceito levou a uma despolitização do feminismo acadêmico,

ao mesmo tempo que a uma apropriação do conceito de gênero por parte dos Estados e órgãos oficiais de desenvolvimento, nacionais e internacionais. Surgem então os “estudos de gênero” alheios ao feminismo, cuja falta lhes tira algo de muito importante, seu caráter emancipatório.

O termo “gênero” se adequa mais às críticas à heterossexualidade e às reivindicações dos movimentos homossexuais. Quando a reivindicação principal do movimento não depende da desconstrução da própria ideia de sexo, um “essencialismo estratégico”, como quer, entre outras, Susan Bordo (1989 citada por PORTOLÉS, 2007), ou uma “ficção útil”, como diz Rodríguez Magda (2007), permite que as mulheres se construam como um coletivo e que suas lutas avancem. Essas autoras que se consideram “essencialistas de vez em quando” (PORTOLÉS, 2007) compartilham da ideia do perigo de uma desconstrução sem fim.

**Feminismo liberal e feminismo socialista.** O feminismo liberal assemelha-se ao feminismo da igualdade, busca garantir às mulheres os mesmos direitos dados aos homens, dentro do Estado liberal. Já o feminismo socialista propõe uma mudança da sociedade existente, no sentido de maior igualdade não só entre os sexos, mas entre classes, raças e etnias, apostando em mudanças econômicas radicais, como a superação do capitalismo. O feminismo presente entre as militantes do MMC tem muita influência das ideias socialistas, mas também conta com a possibilidade de criação de leis mais favoráveis às mulheres na sociedade atual.

O feminismo socialista ou marxista brasileiro foi muito forte nas décadas de 1970 e 1980. Nele, o conceito de “classe social” tinha um papel fundamental. Quando se estudavam as mulheres da classe operária, havia poucos impasses teóricos. Porém, ao estudarmos as mulheres do campo usando as mesmas categorias teóricas um tanto rígidas da época, nem sempre as especificidades do que hoje chamamos de “modo de vida camponês” ficavam claras. Enfatizava-se mais a subordinação e a apropriação do sobretrabalho das famílias rurais pelo modo de produção capitalista. O feminismo brasileiro, salvo algumas exceções, foi pouco a pouco afastando-se das teorias marxistas, principalmente depois da “virada linguística”, quando a ideia de “desconstrução” nas ciências sociais começou a ter um papel bastante forte.

Não deixa de ser interessante que enquanto o feminismo urbano afasta-se da ideia de classe social, o feminismo praticado pelo Movimento de Mulheres Camponesas considera esse conceito fundamental. Apenas como exemplo, cito o título “Seminários Conexões IV: feminismo, campesinato e luta de classes”, dado ao encontro ocorrido em Brasília-DF (UnB), no período de 15 a 17 de setembro de 2014, promovido pelo MMC, em parceria com o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), e a Via Campesina.

Há ainda outra questão central que o feminismo socialista enfrenta: qual a importância do conceito de “patriarcado”. A forte influência do marxismo nos primórdios do feminismo brasileiro, fez com que esse conceito não tivesse a

relevância que teve em países do Norte. Um texto emblemático é o de Lobo (1992), que continua na tradição do livro clássico de Saffioti (1969) – *A mulher na sociedade de classes* –, no qual a autora reconhece a subordinação milenar da mulher, mas se detém mais na análise das formas de como o capitalismo se apropria dessa subordinação e não na sua origem histórica.

As militantes do MMC usam o termo “patriarcado” não como explicação da subordinação feminina, mas como algo tradicional que é difícil mudar, como o são todas as tradições. Do patriarcado, cuja origem se perde no passado, deriva o machismo, forma cotidiana de dominação exercida pelos homens sobre as mulheres. Porém, creem que, aos poucos, com luta, a mudança é possível.

**Um feminismo latino-americano?** Algo que sempre nos chamou a atenção foi a ausência do Brasil em livros sobre mulheres rurais na América Latina, publicados em outros países. A impressão que se tem é que só a América hispânica é considerada latina, a portuguesa, não. Por isso, foi com surpresa e alegria que vi citado no artigo de Raewyn Connel (2014) o livro “A mulher na sociedade de classes” de Heleieth I. B. Saffioti (1969; 1978), obra de enorme importância para o feminismo brasileiro, tanto pela densidade do estudo quanto pelo momento em que surgiu.

Nunca encontramos uma boa explicação, só pistas. Na Inglaterra, uma feminista me disse que o Brasil não era terceiro mundo porque não era tão pobre; outros me disseram da dificuldade de ler português. Isso não seria problema se as obras de nossas principais feministas fossem traduzidas. Também o fato de nosso campesinato não ser marcadamente de origem indígena, com exceção de algumas regiões do Norte, parece influenciar. Mais recentemente temos observado que, quanto ao nosso país, é comum autoras estrangeiras citarem apenas os escritos de Sonia Alvarez, cubana que fez carreira nos Estados Unidos, escreve em espanhol e inglês e esteve várias vezes no Brasil. Ou citam os trabalhos conjuntos de Carmen Deere, americana de família porto-riquenha, e Magdalena León, equatoriana, que incluem o Brasil em suas obras e escrevem em espanhol e inglês. Percebemos uma mudança quando foram publicados os volumes do *Perfiles del feminismo ibero-americano*, organizados pela argentina María Luisa Femenías (2005, 2007). A autora manteve a mesma postura em obra posterior (FEMENÍAS; SOZA ROSSI, 2011). Aí começam a aparecer autoras brasileiras, especialmente as que escrevem em espanhol ou inglês.

Na literatura feminista publicada em língua espanhola, há um movimento de construção de um feminismo latino-americano em contraponto ao dos países do Norte. No último volume da *Revista de Estudos Feministas* (2013) há um artigo de Cypriano – *Construções do pensamento feminista latino-americano* –, em que o autor também trata do tema. Há coletânea organizada por Karina Bidasca e Vanesa V. Laba (2011) – *Feminismo y postcolonialidad: descolonizando el feminismo desde y en América latina* –, um livro de 480 páginas. Também encontramos, traduzido do inglês para o espanhol, o livro de Maxime Molineux

(2003) – *Movimiento de mujeres en America latina: estudo teórico comparado* – em que são citados vários trabalhos de Sonia Alvares, mas as únicas feministas brasileiras que reconhecemos foi Carmen Barroso, em um artigo de 1987, publicado em espanhol, e Teresa Caldeira, em texto de 1990, publicado em inglês. Toda a riqueza da década de 1990, no Brasil, portanto, está pouco explorada.

No Brasil também há produção feminista que se propõe a construir abordagens menos carregadas de influências dos países do Norte como, por exemplo, Marlise Matos (2010), Sartore, Santos e Silva (2015), bem como autores como Marcelo Rosa (2014), que apontam limites para essas novas propostas. Porém, percebe-se com mais força a defesa de uma produção fora do eixo euro-américa em publicações em língua espanhola que em português. Duas denominações costumam ser utilizadas, “feminismos latino-americanos” e “feminismos do Sul”. Em uma primeira aproximação impressionista, parece-me que há uma leve preferência pela expressão “feminismos latino-americanos” nas publicações acadêmicas e por “feminismos do sul” nos textos ligadas a uma militância direta. Mas é muito cedo para fazermos distinções maiores, levando em conta a grande influência do livro *Epistemologias do Sul* de Boaventura Santos e Paula Menezes (2010), onde o termo “Sul” abrange todo o Terceiro Mundo.

O que nos atrai na aproximação entre o MMC e o feminismo é o caráter prático do movimento, com as agricultoras tentando trazer princípios feministas para o seu cotidiano. Chama a atenção como um movimento feminista tardio, como é o do MMC, resgata traços de correntes feministas que perderam força nos últimos anos, como a liberal e a socialista. Acentua a ideia de essência quando a desconstrução impera quase hegemônica nas academias e movimentos homo e transexuais. Vai contra a corrente do niilismo e da concepção da sociedade dividida em “tribos” para recuperar ideias de igualdade que nada devem ao Iluminismo. Defende a importância da “vida” e de “dar a vida” em um momento em que o direito ao aborto faz parte da maioria das pautas feministas. Ouve-se comentários de militantes afirmando que a aceitação do aborto é uma questão de tempo e amadurecimento. Seria mesmo? Isso não levaria ao pressuposto de que os movimentos que não o defendem teriam que “evoluir”? Enquanto os perigos do essencialismo são ressaltados, pouco se fala no perigo do evolucionismo.

O feminismo tem uma marca urbana muito forte, mas mesmo os movimentos feministas brasileiros de caráter urbano são pouco explorados nos estudos sobre a América Latina. Isso leva-nos a temer que uma aproximação tão importante dos movimentos de mulheres rurais com as ideias feministas, mesmo o MMC sendo ligado a um órgão internacional como a Via Campesina, passe despercebido. Que passe despercebido mesmo depois que, em 2006, no sul do Brasil, militantes da via Campesina de Santa Catarina e Rio Grande do Sul destruíram um laboratório de mudas da Aracruz Celulose (PAULILO; MATIAS, 2006). Consideramos de grande importância a contribuição das agricultoras brasileiras para desurbanizar as pautas, para levar o mundo a discutir a

soberania alimentar, a se preocupar com a distribuição masculina e concentrada da terra e outras questões mais. Se as mulheres rurais demoraram a se aproximar das correntes feministas, estas últimas também dificilmente as veem como contribuintes do movimento feminista, mas sim como mulheres que precisam ser “acordadas”, ensinadas e conduzidas por esse movimento.

Como o feminismo camponês é um feminismo que vem da prática cotidiana, próximo do que mostrou Bina Argawal para a Índia, cremos que usar o conceito de “experiência” de Joan Scott seria uma boa maneira de evitarmos considerar que é preciso haver um “ponto de chegada” para a ação das mulheres rurais serem consideradas “corretas” em termos de feminismo. Com isso, novamente se tenta evitar o evolucionismo, ao mesmo tempo em que se enfatiza mais os caminhos percorridos e as estratégias usadas por elas, que padrões desenvolvidos e aceitos em outros tipos de contextos.

Cliford Geertz nos previne contra a tentação de quereremos ser “mais realistas que o rei”, ou seja, mais camponesas que as mulheres rurais ou, pelo menos suas iguais, julgando-as mais do que as compreendendo. Anthony Giddens nos deixa livre para irmos além das descrições, sempre importantes, e procurarmos em conceitos como o de “transmodernidade” uma possibilidade heurística.

## **Conclusões**

Ao estudarmos os feminismos presentes no mundo, não levar em conta a importância dos movimentos de mulheres agricultoras, não só do Brasil, na busca de maior equidade social, é uma lacuna grave. Entre suas ações está a defesa do uso de sementes crioulas e de uma forma de produzir alimentos saudáveis, em um momento em que há uma grande expansão das culturas transgênicas e um monopólio gritante das empresas multinacionais na produção de sementes. Também esses movimentos têm trazido à tona, novamente, questões de classe, do caráter oligopolista dos mercados, questões de pobreza, de miséria mesmo, da fome no mundo que ficaram um pouco perdidas entre algumas correntes mais abstratas do feminismo. Também a luta das agricultoras tem sido uma luta muito colada às suas práticas cotidianas, está inserida em se “mundo da vida” e, talvez por isso, nem sempre os conceitos que foram cunhados ao longo de muitas décadas de hegemonia dos feminismos urbanos conseguem dar conta de explicar o alcance e o sentido de suas metas e conquistas.

## REFERÊNCIAS

AMORÓS, Celia. *Tiempo de feminismo*. Madrid: Ediciones Cátedra; Universitat de València; Instituto de la Mujer, 2000. 463 p.

AMORÓS, Celia; MIGUEL, Ana de. (Eds). *Teoría feminista de la ilustración a la globalización: de los directos de género al multiculturalismo*. 2. ed. Madrid: Minerva Ediciones, 2007. 379 p.

ARGAWAL, Bina. *A field of one's own: tender and land rights in South Africa*. New York: Cambridge University Press, 1994.

BELTRÁN, Elena; MAQUIERA, Virginia; ALVAREZ, Silvina; SÁNCHEZ, Cristina (Eds). *Feminismos: debates teóricos contemporáneos*. Madrid: Alianza Editorial, 2001 [2005]. 286 p.

BIDASECA, Barina; LABA, Vanessa V. (Comps.). *Feminismos y postcolonialidad: descolonizando el feminismo desde y en América Latina*. Buenos Aires: Ediciones Godot, 2011. 480 p.

CONNELL, Raewyn. The sociology of gender in Southern perspective. *Current Sociology*, v. 62, n. 4, p. 550-567, 2014.

CYPRIANO, Breno. Construções do feminismo latino-americano. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n.1, p. 11-39, 2013.

FEMENÍAS, Maria Luisa. *Perfiles do feminismo ibero-americano*. Buenos Aires: Catálogo, v. 2 e 3, 2005, [2007].

FEMENÍAS, Maria Luisa; SOZA ROSSI, Paula (Comps). *Saberes situados/ Teorías trashumantes*. La Plata: Fundación de la Facultad de Humanidades y Ciencias de La Educación de La Universidad Nacional de La Plata, 2011. 192 p.

FEMENIAS, Maria Luisa; SPADARO, Maria Cristina. Ecopasividad o ecofeminismo? In: CAVANA, M. L.; PULEO, A. H.; SEGURA, C. (Coords). *Mujeres y ecología*. Madrid: A.C. Al-Mudayna, 2004. p. 233-241

GEERTZ, Clifford. *O saber local*. Petrópolis: Vozes, 2003. 366 p.

GIDDENS, Anthony. *Novas regras do método sociológico*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1978. 181p



GUERRA PALMERO, Maria José. *Teoría feminista contemporánea*. Madrid: Editorial Complutense, 2001. 271 p.

HARDING, Sandra. Introduction: Is there a feminist method? In: HARDING S. (Ed). *Feminism and methodology*. Indiana: Indiana University Press, 1987. p. 1-14.

KELLY, L. et al. Researching women's lives or studying women's oppression? In: MAYNARD. M.; PURVIS, J. (Ed.). *Researching women's lives from a feminist perspective*. London: Taylor and Francis, 1994. p. 27-48.

LOBO, Elisabeth S. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: COSTA, Albertina de O.; BRUSCHINI, C. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro; São Paulo: Rosa dos Ventos e Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 252-265.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? *Revista de Sociologia Política*, v. 18, n. 36, p. 67-92, 2010.

MCLAUGHLIN, J. Feminist relation with postmodernism. *Journal of Gender Studies*, v. 6. n. 1, p. 5-15, 1997.

MOLINEUX, Maxime. *Movimientos de mujeres en América Latina: estudio teórico comparado*. Madrid: Ediciones Cátedra; Universitat de València; Instituto de la Mujer, 2003. 379 p.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-42, 2000.

PAULILO, Maria Ignez. Intelectuais & militantes e as possibilidades de diálogo. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 3. p. 927-940, 2010.

PAULILO, M. Ignez; MATIAS, Iraldo A. *Mulheres e eucalipto: fertilidade e aridez*. *Ambientebrasil*, 2006. Disponível em: <<http://ambientebrasil.com.br>>.

PORTOLÉS, Asunción O. Debates sobre el género. In: AMORÓS, Celia; MIGUEL, Ana de. (Eds). *Teoría feminista de la ilustración a la globalización: de los derechos de género al multiculturalismo*. 2. ed. Madrid: Minerva Ediciones, 2007. p. 13-60

RODRÍGUEZ, Magda. El placer del simulacro: feminismos y transmodernidad. In: FEMENÍAS, María Luisa. *Perfiles del feminismo latino-americanos*. V. 3. Buenos Aires: Catálogos, 2007. p. 139-160.



ROSA, Marcelo C. Sociologias do Sul; ensaio bibliográfico sobre limites e perspectivas de um campo emergente. *Civitas*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 43-65 jan.-abr., 2014.

SAFFIOTI, Heleith I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Quatro Artes, 1978, [1969].

SALTZMAN CHAFETZ, Janet. *Equidad y género: uma teoria integrada de estabilidade y cambio*. Madrid: Ediciones Cátedra; Universitat de València; Instituto de la Mujer, 1992. 318 p.

SÁNCHEZ, Cristina; BÉLTRAN, Elena; ÁLVAREZ, Silvina. Feminismo liberal, radical e socialista. In: Beltrán, Elena; Maquiera, Virginia; Alvarez, Silvina y Sánchez, Cristina (Eds). *Feminismos: debates teóricos contemporâneos*. 2. ed. Madrid: Alianza Editorial, 2005. 286 p. p. 75-125

SANTOS, Boaventura de S.; MENESES, Maria Paula (Orgs). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. 637 p.

SARTORI, Anna; SANTOS, Anita; SILVA, Camila. Tecendo fios entre o feminismo latino-americano descolonial e os estudos pós-coloniais latino-americanos. *Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco*, Caruaru-PE, v.1, n.1, p. 86-98, 2015.

SCOTT, Joan W. Experiência. In: SILVA, A.L. da; LAGO, M.C.S.; RAMOS, T.R.O. (Orgs). *Falas de gênero*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999. p. 21-55.

\_\_\_\_\_. Gênero: uma categoria útil de análise. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

SHIVA, Vandana; MIES, Maria. *Ecofeminismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. 433 p.

VALCÁRCEL, Amélia. *Feminismo en el mundo global*. 3. ed.: Madrid: Ediciones Cátedra; Universitat de València; Instituto de la Mujer, 2009. 340p.



# CAPÍTULO 42

## METODOLOGÍAS DE CO-CREACIÓN DE CONOCIMIENTOS PARA LA CONSTRUCCIÓN DEL MEDIO RURAL LATINOAMERICANO DESDE LAS MUJERES

Ana Dorrego Carlón<sup>1</sup>

---

### Introducción

El presente trabajo, en el marco de investigación de la tesis doctoral *“Las mujeres en los sistemas de producción bajo principios agroecológicos en Bolivia”* invita a reflexionar en la agroecología como alternativa de “desarrollo” frente al modelo productivo y alimentario dominante (deshumanizado, globalizado, aculturado, extractivo) que rompe con los mandatos de género, permitiendo la recuperación real de los principios de justicia e igualdad.

La agroecología, al incorporar y reconocer el valor del conocimiento tradicional y campesino en la actividad agraria, se constituye en el paradigma de esta nueva forma de integrar transdisciplinariamente el conocimiento local para esta forma de producción y de modelo “de desarrollo” y de vida alternativo (LEISA, 2016).

En este sentido, es que se plantea la necesidad de usar metodologías de producción de conocimientos que abran puertas a la participación y valorización de los saberes y el trabajo de las productoras agroecológicas para una revolución epistemológica.

En América Latina, los movimientos de mujeres y la propuesta ecofeminista plantean, desde sus experiencias, saberes e identidades, formas de “vivir bien”, que cuestionan al modelo imperante: capitalista, colonial, neoliberal y patriarcal, colocando la vida (de las personas y de la naturaleza), los cuidados y afectos en el centro, desde una posición ética, no individualista, con una responsabilidad compartida por todos y todas, bajo los principios de equilibrio, reciprocidad, intercambio, respeto y espiritualidad entre la humanidad y la naturaleza.

---

1 Especialista en desarrollo rural-local, agroecología y estudios de género, con experiencia de más de diez años, en gestión y ejecución de proyectos de desarrollo e investigación para varias entidades de desarrollo en América Latina y España. Doctora en Geografía por la Universidad Complutense de Madrid (mención “cum laude”). Máster en Desarrollo Rural-Local por la Universidad Politécnica de Madrid UPM y la Fundación INFODAL. Licenciada con honores en Ingeniería Agronómica por la UPM. Miembro del Grupo de Trabajo de CLACSO “Mujeres, agroecología y economía solidaria”. E-mail: anadorrego@gmail.com

Asimismo, se propugna una recuperación del sentido y politización de términos como género, medio ambiente y de principios andinos como la complementariedad, vaciados y cooptados por las denominadas instituciones y organismos de desarrollo.

Estas temáticas se enmarcan en una línea de investigación que si bien, según mi parecer, se hace necesaria, sin embargo, es aún minoritaria por cuanto no se percibe un claro interés por parte de la Academia, dominada por un fuerte antropo-eurocentrismo. Los pocos avances realizados se han llevado a cabo desde la práctica, por iniciativa de las ONGs y del sector de la cooperación. Las principales investigaciones académicas en esta línea surgieron en Brasil a partir del 2000, y se centraron en la participación de las mujeres productoras en las luchas sociales rurales.

Tampoco la agroecología como corriente crítica y cuestionadora de la modernidad y del sistema dominante ha integrado aún suficientemente entre sus luchas: epistemológica, cognitiva, cultural, política, etcétera, el género, por lo que percibe a las personas – familias – comunidades como un todo homogéneo e integrado, invisibilizando, de esta manera, a las mujeres, al no considerar sus intereses y necesidades específicas.

Para una mejor comprensión de la potencialidad de la agroecología en su contribución a la lucha de las mujeres por su autonomía y conquista de derechos a través de la transformación de las relaciones entre mujeres y hombres, se hace necesario combinar una serie de enfoques, teóricos y empíricos, que permitan acercarse a ellas y darles voz.

En este sentido es que se presentará la metodología de la investigación realizada como propuesta para la reflexión sobre el enfoque de una investigación cuestionadora y acorde con estos paradigmas alternativos.

## **Reflexiones y discusiones sobre el abordaje metodológico de las investigaciones**

Para definir-entender una investigación, no sólo son importantes las metodologías específicas (cualitativo vs. cuantitativo, entrevistas vs. encuestas, etcétera), sino atribuir la misma relevancia a la “realidad” con la que se va a trabajar, la cual derivará tanto de la propia ontología, como de la visión de la ciencia que se tenga.

De acuerdo a esto, se establecen algunas reflexiones de partida:

- El conocimiento proviene de múltiples formas de conocer de manera que cualquier perspectiva o enfoque único conlleva múltiples limitaciones y sesgos;
- Persiste una severa distancia entre el conocimiento científico e institucional respecto a las necesidades, objetivos y prácticas de las organizaciones sociales de base, campesinas e indígenas;

- Se trata, por tanto, de romper con el monopolio y unilinealidad del conocimiento, creando puentes epistemológicos entre el conocimiento indígena/tradicional y el manejado por la Academia, la Ciencia, los organismos internacionales, y otros espacios;
- Los saberes son poderes y “haceres” (MERÇON; SARMIENTO, 2016) al ser instrumentos fundamentales de fortalecimiento y transformación de prácticas, acciones, relaciones y estructuras.

De acuerdo a lo anterior, el enfoque metodológico propuesto para las investigaciones es realizarlas de manera compartida entre la población campesina y la investigadora. Ya que el saber campesino (y el enfoque de la agroecología) consiste en poner en práctica una serie de principios no sólo ideológicos sino también filosóficos y materiales en el proceso productivo. Y, al mismo tiempo, se produce un cuestionamiento de las estructuras y relaciones de poder desde el enfoque metodológico que procura colocar las acciones y decisiones en sus manos.

La orientación metodológica propuesta para las investigaciones basadas en el diálogo de saberes y en la construcción colectiva de conocimientos es, por tanto, una combinación de distintos principios metodológicos y enfoques complementarios como: la transdisciplinariedad (entendida como aquella forma de investigación que integra distintos métodos, disciplinas y epistemologías relacionando el conocimiento científico con otras formas de conocer el mundo, como el conocimiento tradicional), la investigación-acción-participativa, metodologías emancipadoras/descolonizadoras e indígenas y el feminismo.

Las investigaciones participativas implican una doble perspectiva: vincular al/a la investigador/a de forma más humana y estrecha con su realidad de trabajo y, al mismo tiempo, incorporar a todos/as los/as actores/as de los diferentes sectores o campos de actuación en los procesos de producción y generación de conocimientos, otorgando autenticidad al conocimiento, propiciando el inter-aprendizaje y facilitando la toma de control y autonomía de los pueblos para direccionar sus propios procesos de desarrollo.

Asimismo, los principios teóricos y la práctica del feminismo conciben la ciencia como una actividad no neutral y, por tanto, comprometida con la realidad que estudia; y tiene por objetivo construir el conocimiento a partir de la experiencia subjetiva, rechazando la pretendida objetividad de la ciencia y la separación entre sujeto y objeto de investigación. En este sentido, y de acuerdo a los postulados de lo que se ha denominado como Investigación Activista Feminista,<sup>2</sup> cabe señalar, por un lado, que la situación investigada y las técnicas utilizadas son elementos no neutrales en cualquier investigación y, por otro, la centralidad de la atención hacia todo el proceso de investigación y no sólo hacia unas fases de ello.

2 Esta expresión hace referencia a un tipo de investigación activista que como concepto debe ser llenado de contenido mediante “procesos colectivos de re-creación de sentidos” y que quiere configurarse como una acción política por el reconocimiento de las aportaciones feministas (BIGLIA, 2007).

Dentro de los supuestos básicos que, según Bárbara Biglia, definen una investigación activista feminista, se identifican principalmente los siguientes, de acuerdo a la experiencia propia del proceso metodológico seguido para la investigación doctoral sobre el modelo agroecológico boliviano desde las mujeres (presentado a continuación):

- La interdependencia entre teoría y práctica, ya que la teoría se modifica en la práctica;
- Reconocimiento de la perspectiva situada (HARAWAY, 1995) que supone reconocer desde dónde se mira y explicitarlo de manera que se disponga de más elementos para comprender y criticar los análisis que se realizan;
- El reconocimiento de la propia a-neutralidad y de las responsabilidades con relación al uso de los datos recogidos en el proceso;
- La consciencia de la puesta en juego de dinámicas y relaciones de poder que intervienen en el proceso;
- Reflexividad/autocrítica, poniendo en constante duda lo que estamos haciendo y problematizarlo, no para alcanzar la perfección, sino para evidenciar sus características y limitaciones. Esta actitud además es importante para tener apertura al cambio.

Desde este posicionamiento de consciencia de la ambigüedad, complejidad, no universalidad, del rol de la subjetividad, posicionalidad y reflexividad en el proceso de investigación y finalmente del compromiso para el cambio social y la sostenibilidad, es la opción por metodologías eminentemente cualitativas, en consonancia también con los objetivos perseguidos por la geografía rural feminista (MCDOWELL, 1999).

A continuación se presenta de forma muy somera, y a modo de experiencia y reflexión, el proceso general de investigación de la tesis doctoral anteriormente señalada.

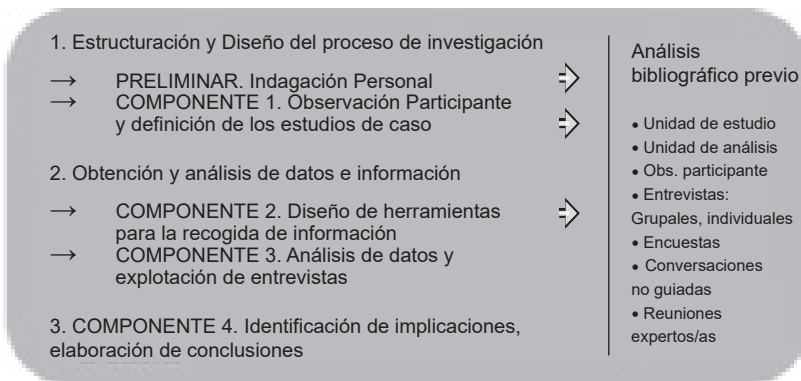
A partir de este marco conceptual, el ejercicio de reflexión en torno a si los sistemas de producción y comercialización bajo principios agroecológicos constituyen una alternativa para las mujeres campesinas e indígenas de Bolivia en la construcción de un modelo de producción y alimentación basado en principios de igualdad de género y de satisfacción de las necesidades básicas (objetivo principal de la investigación) ha sido estructurado en cinco grandes componentes resultado de los objetivos específicos y del objetivo general al que se trata de dar respuesta:

- La Indagación Personal;
- La observación participante y la definición de los estudios de caso;
- El diseño de las herramientas para la recogida de la información;
- El análisis de los datos y la explotación de las entrevistas;
- Identificación de implicaciones y elaboración de conclusiones.

Asimismo, la operativización de la metodología se llevó a cabo con la utilización tanto del enfoque cualitativo como del cuantitativo de una manera alternativa y complementaria, diferenciándose dos momentos o etapas del estudio: el análisis cualitativo y el cuantitativo.

El desarrollo de estos trabajos no se ha podido definir de antemano al tratarse de un diseño en proceso, es decir, re-construido a partir de la propia praxis que se generó en campo.

**Figura 1 – Componentes y proceso general de investigación, elaboración propia (2016)**



Es importante señalar la relevancia de la fase previa de investigación por cuanto supone un acercamiento al sujeto-objeto de estudio y al contexto cultural-territorial (cosmovisión andina), un aprendizaje de la terminología adecuada, de los modos de acercamiento, de las ocasiones para abordar los temas relevantes para la investigación y de la manera de solventar las dificultades lingüísticas, ya que la mayoría de las productoras, aunque comprendían el español, utilizan las lenguas nativas puras (quechua y aymara, fundamentalmente) o en conjunción con el español para comunicarse al interior de sus hogares y de la comunidad, empleando una sintaxis y un vocabulario propios.

La observación participante como una de las herramientas implementadas también es de una relevancia significativa como conocimiento general, siendo empleada de manera transversal y continuada durante todo el proceso de investigación. De igual manera, instrumentos complementarios como las conversaciones no guiadas para recoger percepciones, discursos, valores y saberes complementaron y aclararon la información recogida mediante las técnicas centrales empleadas: la entrevista semiestructurada y la encuesta.

La estrategia de diseño de la investigación cualitativa (sin intencionalidad representativa ni generalizadora) fue los estudios de caso, un total de seis en cuatro eco regiones: Altiplano, Valle, Chaco y Trópico. La investigación cualitativa, operativizada principalmente a través de entrevistas semi estructuradas

(principalmente de carácter individual) tuvo como unidad de análisis dos tipos de sujetos de investigación: las instituciones y personas significativas y las pequeñas productoras de las zonas de estudio insertas en un sistema de producción tradicional (un total de 76 entrevistas cuyo análisis fue complementado con 51 encuestas a mujeres rurales).

Las encuestas fueron utilizadas con el fin de levantar algunos datos cuantitativos, no por su relevancia estadística, sino para complementar la información cualitativa, para comparar, y/o constatarla con datos que den una dimensión específica de la situación que se estudia, para determinar no solamente discursos, posiciones o imaginarios sino también para “objetivizar” la problemática rural de dichas mujeres.

## Conclusiones

La apuesta por investigaciones integradoras que generen nuevos conocimientos desde procesos que vayan más allá de la participación y se conviertan en creación colectiva y en cuestionamiento de las estructuras y relaciones de poder suponen retos y desafíos que pueden ser abordados desde la agroecología como nuevo paradigma alternativo y cuestionador del sistema dominante.

En este sentido, es importante revelar que las metodologías son procesos que se van concretando y adaptando según estos avanza. Asimismo, se consideran los postulados y principios teóricos de enfoques metodológicos como la investigación y el aprendizaje social participativo, las metodologías descolonizadoras y la investigación activista feminista que conciben la ciencia como una actividad no neutral, comprometida con la realidad estudiada, que construye el conocimiento desde la experiencia subjetiva y desde el inter-aprendizaje y que rechaza la separación entre sujeto y objeto de investigación. Asimismo, promueven el empoderamiento, la autonomía y la toma de control en la dirección de su propio desarrollo.

Por otra parte, es importante considerar la necesidad de contrastar los resultados y de extender las conclusiones colectivamente para la retroalimentación, intercambio y reflexión de la información con los/as actores/as parte de la misma.

El cuestionamiento de las estructuras y relaciones de poder generadas en estos procesos deberían ser tomadas en cuenta en diseños metodológicos futuros, así como la consideración de la investigación como procesos y el rol de las mujeres como coinvestigadoras, de manera que se permita a las comunidades indígenas y campesinas y a las mujeres acceder a los beneficios generados de los procesos de producción de conocimiento y crear, a partir de estos, un enfoque propio basado en sus marcos conceptuales, cosmovisión, cultura y modos de vida.

La agroecología como paradigma alternativo al sistema de desarrollo y de sociedad, con potencial para integrar de forma transdisciplinar los diferentes sistemas de conocimiento, debería tomar en cuenta estas consideraciones para lograr un mayor efecto transformador en el camino hacia la equidad y justicia.



---

## REFERENCIAS

BIGLIA, Bárbara. Desde la investigación-acción hacia la investigación activista feminista. En: ROMAY MARTÍNEZ, José (Coord.). *Perspectivas y retrospectivas de la psicología social en los albores del siglo XXI*. España: Biblioteca Nueva, 2007. p. 415-422.

DORREGO, Ana. *Las mujeres en los sistemas de producción bajo principios agroecológicos en Bolivia*. Tesis doctoral (en revisión). Madrid: Universidad Complutense, 2016.

HARAWAY, Donna J. *Ciencia, cyborg y mujeres. La reinención de la naturaleza*. Traducción de Manuel Talens. Prólogo a la edición española de Jorge Arditi, Fernando García Selgas y Jackie Orr. Madrid: Cátedra, 1995. 431 p.

LEISA. Editorial. *Cocreación de conocimientos*, Lima, v. 32, n. 1, p. 4, marzo, 2016. Disponible en: <<http://www.leisa-al.org/web/images/stories/revistapdf/vol32n1.pdf>>.

MCDOWELL, Lisa. *Género, identidad y lugar. Un estudio de las geografías feministas*. Traducción de Pepa Linares. Madrid: Ediciones Cátedra, 1999. 399 p.

MERÇON, Juliana; SARMIENTO, A. Cocreación de saberes, poderes, prácticas e identidades campesinas en Tlaxcala, México. *Cocreación de conocimientos*, Lima, v. 32, n. 1, p. 15-16, mar. 2016. Disponible en: <<http://www.leisa-al.org/web/images/stories/revistapdf/vol32n1.pdf>>.



XIII. INFÂNCIAS, JUVENTUDES E  
GÊNERO: em debate a interseccionalidade



## CAPÍTULO 43

# JÓVENES MILITANTES, SEXUALIDAD Y REVOLUCIÓN: algunos dilemas en torno a los interrogantes, las categorías y a la interpretación histórica de los años setenta

Isabella Cosse<sup>1</sup>

Imagínate el agua, el aceite, el mercurio y enseguida descubrirás la unidad y la íntima conexión de sus partes [...] cada cosa tiene una atracción respecto a sí misma, también tiene que tener una relación con el resto de las cosas [Esa relación] será diferente de acuerdo con la diversidad de sus naturalezas (GOETHE, 2012, p. 71-72)

Los elementos químicos le sirvieron a Goethe para pensar los grupos y las relaciones sociales. Existían, según él, algunas afinidades (una palabra que servía para referirse al parentesco y a la atracción sexual de los cuerpos) que unían a los seres humanos y otras que los separaban o que producían nuevas composiciones. Esas relaciones – las complejas – eran las que realmente les interesaba desentrañar. ¿Cómo entender esas relaciones? ¿Cómo explicar su naturaleza? ¿Eran producto de la “pura casualidad”? ¿O solo existían por la mano del “químico” que las ponía en contacto? La analogía con los elementos químicos le servía al filósofo alemán para pensar las relaciones sociales, las fuerzas que las movían, en conexiones interdependientes, concretas, que operaban en la composición de cada ser humano y de su lugar en el conjunto (GOETHE, 2012 [1a edición 1809]).

No es la primera vez que acudo a Goethe. Las “afinidades electivas” me fueron sugerentes para analizar las pasiones amorosas, el modo en que operan las dinámicas grupales sobre las relaciones de pareja, en mi investigación sobre los años sesenta (COSSE, 2010). Luego, volví a utilizarla para comprender la fluidez – la transitoriedad – de los vínculos sexuales, amorosos, pasionales, dentro de las organizaciones armadas en los años setenta, y la visión del amor de Francisco “Paco” Urondo, el poeta argentino devenido guerrillero (COSSE, 2014a). Pero debo agradecerle a Silvia Favero Arend la invitación a este panel que me hizo volver a esta metáfora para pensar esta presentación. Mi intención es modesta: compartir con ustedes algunos problemas – desafíos, disyuntivas

1 Isabella Cosse es historiadora, investigadora de CONICET y de la Universidad de Buenos Aires. Entre sus libros más recientes se cuentan: *Estigmas de nacimiento. Peronismo y orden familiar, 1946-1955* (FCE, 2006), *Pareja, sexualidad y familia en los años sesenta* (Siglo XXI, 2010) y *Mafalda: historia social y política* (FCE, 2014) que obtuvo el Premio Iberoamericano de LASA (2016). CONICET – Universidad de Buenos Aires. E-mail: isabella.cosse@gmail.com

– que enfrente en mi actual proyecto sobre la familia y la política en las organizaciones armadas de los años 60 y 70 en Argentina. No utilizaré el término “interseccionalidad”, que en español tiene alguna resonancia a la asepsia del laboratorio (o a los elementos químicos sin la poesía de Goethe) y que ha dado lugar a una frondosísima literatura, sino que usaré la noción de “conexiones”, con la que me siento más cómoda. Espero, no obstante, que mi reflexión resulte sugerente a lo que aquí estamos pensando.

La idea de “conexión” fue central desde el comienzo de mi actual proyecto. Como pasa muchas veces, mi proyecto actual tiene una historia antigua. Las organizaciones armadas me habían interesado cuando estaba decidiendo el tema de mi tesis doctoral. Por entonces, existían diferentes investigaciones en marcha, preguntándose cuán revolucionaria había sido la generación de jóvenes militantes de izquierda en la vida privada, especialmente, en relación al lugar de la mujer y la sexualidad. Y las respuestas reconocían la existencia de transformaciones o, por el contrario, enfatizaban en lo limitado de las mismas (entre los principales aportes por entonces, NARI; FEIJOÓ, 1996; OBERTI, 2004; CIRIZA; RODRÍGUEZ, 2004). Cuando estaba pensando qué aporte podía hacer a pensar esa encrucijada, me interné en la hemeroteca, y para mi sorpresa, encontré que las discusiones sobre las transformaciones en el amor, la sexualidad, los mandatos de género rebalsaban, con mucho, a la izquierda, ni siquiera se restringía a la contracultura: eran problemas que habían conmovido ampliamente a la sociedad argentina. Fascinada, me ocupé en mi tesis de las redefiniciones – las feroces disputas – sobre los valores familiares en un cruce entre las construcciones mediáticas, las regulaciones jurídicas, las intervenciones de los actores (la Iglesia, los psicólogos, etc.) y las experiencias de los sujetos (COSSE, 2010).

La tesis me abrió nuevos problemas y quedaron, como suele pasar, varias deudas pendientes. Al terminarla, decidí avanzar con algunos de esas deudas. Una de ellas era realizar una reconstrucción de las parejas de clases trabajadoras, en un análisis a ras del suelo, micro-histórico, situado el momento más álgido de la contestación cultural, la radicalización política y la inestabilidad económica, entre 1968 y 1976, que sacudió al país. Y a ello me dispuse. Comenzando el proyecto, nuevamente, la dinámica de investigación movió algo mi rumbo. Una entrevista me condujo a la otra y volví a tener frente a mi tablero la cuestión de las organizaciones armadas. En ese momento, luego de mi propio trayecto, en el que descubrí el carácter contradictorio y discreto de los cambios y el peso de las desigualdades de género y clase, la encrucijada se desarmó, se evaporó. Lo que me interesaba era entender el papel de la sexualidad en las organizaciones armadas en función de una historia social de lo político. Este ángulo ofrecía una vía rica, que permitía una reconstrucción de mayor complejidad. Así la cuestión quedaba colocada en la conexión entre lo político y la sexualidad en el centro del problema, la metodología y la

interpretación. Ciertamente, las conexiones implicaban diferentes cuestiones como Goethe sugirió. Quisiera aquí apuntar tres de esas cuestiones.

Una primera clave, como debieron notar, estaba dada por el nudo de mi interrogación: pensar la conexión entre dos dimensiones – sexualidad y política – del proceso histórico. Fue fascinante explorar el modo en que la sexualidad en sentido amplio – como atracción, como diferencia sexuada, como arma de lucha – me abría una reconstrucción densa, rica, de las dinámicas de esas organizaciones. Como nota McCall (2005), la complejidad de nuestra investigación se expande cuando observamos las “intersecciones”. En términos de mi investigación, pensaba que, considerando esa conexión en función de las prácticas en sí mismas, sería posible complejizar la visión que teníamos de las posiciones de las organizaciones armadas hacia la sexualidad. Mi hipótesis era que el énfasis puesto sobre las normas disciplinantes había impedido observar que atrás del moralismo machacón habían existido dinámicas concretas de las parejas y los amantes que desbordaron las normas. Era necesario darle entidad interpretativa a esa diversidad, hacer hablar a las prácticas (COSSE, 2014a, 2014b).

Enseguida se hizo necesaria una segunda clave. Al considerar socialmente a las organizaciones armadas, emergió densamente la heterogeneidad y, allí, nuevamente, había que pensar las conexiones. Ya no de dimensiones del proceso histórico, sino las conexiones entre los sujetos, los protagonistas. Es decir, pensar sus conflictos, sus interacciones, sus posiciones dentro del grupo y las reacciones desatadas por las crisis sentimentales. Esta reconstrucción ofreció un panorama diferente: me hizo darme cuenta que la sexualidad en las organizaciones había sido una arena conflictiva en la que confluían diferentes posturas, intereses y visiones. La desigualdad de género y las diferencias de clase eran centrales para entender esas contiendas y estaban explícitamente presentes para los protagonistas. Ello ponía de relieve las ansiedades producidas por la incorporación de las mujeres a la guerrilla – y los nuevos estilos femeninos – y las contradicciones de clase que signaban las experiencias cotidianas y las decisiones políticas. Las categorías – no solo el género, no solo la clase – se fueron ampliando en el ida y vuelta entre la visión surgida del archivo (allí a donde vamos los historiadores para recrear la realidad) y las lecturas de discusiones teóricas que usamos para interpretarla. Noté, por ejemplo, que era crucial entender la posición que tenía la persona dentro de la organización o las redes de sociabilidad y las dinámicas grupales en ellas. Claro está que sociabilidad y clase están vinculadas, pero, en ocasiones, y eso me resultó especialmente interesante, esa sociabilidad política tenía entidad por sí misma al poner en relación sujetos de diferente extracción social (COSSE, 2014a).

Estos problemas – que eran y siguen siendo cuestiones bien concretas de mi análisis – involucraron preguntas cada vez más acuciantes sobre el uso de las categorías. ¿Cómo dar cuenta del modo en el que las interacciones concretas entrelazaban en las prácticas distintas dimensiones que diferenciamos

analíticamente? La cuestión era cómo evitar que mi análisis fuese un intrincado laberinto de constataciones de categorías entrelazadas. En mi caso, volví a pensar las conexiones de otro modo: coloqué a los militantes – jóvenes con pertenencias de clase, género, grupales – y el mundo social que habitaban. Esto me condujo a notar que los militantes no estaban aislados de la sociedad y, al mismo tiempo, que su experiencia los hacía singulares.

Estos dilemas, que ahora ordeno, pero que fueron tumultuosos en mi trabajo, me condujeron a abrir una tercera clave en relación a las conexiones. La de proponerme pensar a los sujetos en las organizaciones en sus conexiones entre los militantes con los espacios socioculturales de los que provenían y en los que vivían y las conmociones en torno a la moral sexual que sacudían a la sociedad argentina. Con esta preocupación, me propuse darle entidad interpretativa a la que une y diferencia a las organizaciones (y los sujetos que la integraban) con la sociedad. Esta clave fue decisiva y, con ella, mi trabajo, cada vez más, abandona las reconstrucciones auto-centradas de la izquierda. Al mismo tiempo, me preocupé en darle entidad analítica a la diacronía, es decir, al modo en que los fenómenos fueron variando en el tiempo. Ciertamente, es un momento histórico corto, pero en el que los acontecimientos y los procesos se despliegan vertiginosos, abriéndose nuevos escenarios, intensamente.

Considerando, entonces, la propia historicidad del proceso, mi descripción se hacía cada vez más densa. Esto, desde mi ángulo, siempre es enriquecedor. Y, aún más, cuando se trata de la historia reciente, en la que resulta decisivo dar cuenta de todo el espesor del proceso histórico. Lo que significa, en mis términos, evitar las tesis simplistas y efectistas – aquellas que pivotan sobre una idea aprehensible para el sentido común – para desplegar una época de enorme complejidad y con múltiples dimensiones entrelazadas. Sin embargo, algo resonaba en mí, algo parecía insuficiente. Notaba que tenía que traspasar la mera constatación de la complejidad para avanzar en una interpretación que, asumiendo esa densidad, lograse dar una explicación. Verena Stolcke (2010) nos dice que este dilema es parte de los desafíos que supone la interseccionalidad y que, para resolverlo, necesitamos volver a las preguntas. Quiero cerrar esa presentación, entonces, valorando la interpretación. Como nos reclama la novela de Goethe (2012), nuestra historia – la que hacemos con retazos del pasado –, nos ofrece diferentes registros entre los que podemos bucear una explicación que nos ayude entender el proceso histórico: descubrir esas “afinidades electivas”, aquellas que le permitieron a Weber relacionar el capitalismo y la ética protestante, lo material y lo espiritual. Con otros problemas, con otros sujetos, ese esfuerzo por pensar la complejidad sin escindirlo de la interpretación sigue siendo, por lo menos para mí, un desafío a asumir en mi trabajo de cada día.



---

## REFERENCIAS

COSSE, I. Infidelities: Morality, Revolution, and Sexuality in Left-Wing Guerilla Organizations in 1970s Argentina. *Journal of the History of Sexuality*, University of Texas Press, v. 23, n. 3, p. 415-450, Sep. 2014a.

\_\_\_\_\_. Militancia, sexualidad y erotismo en la izquierda armada en la Argentina de los años setenta. En: BARRANCOS, Dora; GUY, Donna; VALOBRA, Adriana. *Moralidades y comportamientos sexuales (Argentina, 1880-2011)*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2014b. p. 291-320.

\_\_\_\_\_. *Pareja, sexualidad y familia en los años sesenta*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010. 264 p.

CIRIZA, A.; RODRÍGUEZ, E. Militancia, política y subjetividad. La moral del PRT-ERP, *Política de la Memoria, Anuario de Investigación del CeDInCI*, Buenos Aires, n. 5, p. 85-92, dic. 2004.

FEIJOÓ, C.; NARI, M. Women in Argentina during the 1960s. *Latin American Perspectives*, v. 23, n. 1, p. 7-27, Winter 1996.

GOETHE, J. *Las afinidades electivas*. Nota introductoria de Juan Villoro. Buenos Aires: Galerna, 2012 [1809]. 285 p.

MCCALL, Leslie. *Signs*, v. 30, n. 3 p. 1771-1800, Spring 2005.

OBERTI, A. La moral según los revolucionarios. *Política de la Memoria, Anuario de Investigación del CeDInCI*, Buenos Aires, n. 5, p. 77-84, dic. 2004.

STOLCKE, V. ¿Qué tiene que ver el género con el parentesco? En: FONS, Virginia; PIELLA, Anna (Eds.). *Procreación, crianza y género*. Barcelona: Promoción de Publicaciones Universitarias, 2010. p. 319-333.



# CAPÍTULO 44

## MEDICALIZACIÓN, INFANCIA E INTERSECCIONALIDAD: historias de vida en Argentina

Cecilia Rustoyburu<sup>1</sup>

---

### Introducción<sup>2</sup>

La vida en el hospital no es muy agradable, pero hay que curarse en el hospital, la comida es fea, no me dan pan porque estoy enfermo de los riñones me dan la comida sin sal, no puedo pasarla, la doctora dijo que será posible que me den poyo, las doctoras son todas buenas igual que los doctores por supuesto, ellos y ellas piensan y trabajan, revisan a los chicos porque este es un hospital de niños. (Diario de un niño enfermo. *El mosquito*. 1967).

El autor del diario publicado en *El Mosquito* tenía nueve años cuando *pacientemente* narra el transcurrir de la Sala 1 del Hospital de Niños de la ciudad de Buenos Aires. Su relato encierra la mirada del subalterno, del niño y del enfermo. Su testimonio nos invita a buscar los indicios de los relatos de los otros. Las voces de quienes formaron parte del proceso de medicalización como *pacientes*. Las *tretas* de los débiles que intentaron sacar provecho de las fuerzas que les resultaban ajenas (DE CERTEAU, 1996). Las huellas del pasado en los relatos de vida del presente. Los indicios de las reacciones en las interpelaciones del pasado.

Las posibilidades de acceder a los testimonios de los niños enfermos, de sus madres y de sus padres están limitadas por la situación subalterna que les proponían los médicos y los expertos. Sus voces nos llegan mediadas por la transcripción de los doctores que completaban las historias clínicas, o por los editores de las revistas. En los archivos de Argentina, tampoco abundan los diarios íntimos o las narrativas personales de la *gente común*. Estas limitaciones tal vez expliquen por qué los estudios históricos sobre la infancia o la maternalización pocas veces se han traducido en *historias de los niños y de las madres*.<sup>3</sup>

1 Es Licenciada en Historia (UNMDP- Argentina) y Doctora en Ciencias Sociales (UBA – Argentina). Ha realizado una estadía postdoctoral en la Universitat de Barcelona. Forma parte del Grupo de Investigación sobre Familia, Género y Subjetividades de la Universidad Nacional de Mar del Plata. Es docente del Departamento de Sociología de la misma Universidad. Universidad Nacional de Mar del Plata – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). Mar del Plata, Argentina. E-mail: ceciliarustoyburu@yahoo.com.ar

2 Una versión similar de este trabajo ha sido publicado en *Prácticas de Oficio*, Nº 21, Junio-Diciembre de 2018.

3 Maria Cristina Soares de Gouvea (2009) plantea que historia de la infancia sería una historia de la relación de la sociedad, de la cultura, de los adultos, con esta clase de edad. En cambio, una historia de los niños sería la historia de la relación de los niños entre sí y con los adultos, con la cultura y con la sociedad.

Los estudios sociológicos e históricos focalizados en los relatos de los niños se han multiplicado en los últimos tiempos. En el campo de la sociología, los cuestionamientos a la teoría de la socialización, que suponía que los chicos eran receptores pasivos, han permitido pensar en cómo éstos resignifican los discursos y actúan como productores y transmisores de saberes a los adultos (SARMENTO; SOARES DE GOUVEA, 2009; CORSARO; EDER, 1990; SIROTA, 1998). En Estados Unidos, los historiadores de la salud han incorporado fuentes autobiográficas y fotográficas para reconstruir la perspectiva de los niños (Sutherland, 2008). Algunos estudios sobre la maternalización también han complejizado el análisis a través de la utilización de este tipo de fuentes (ROLLET, 2005; SOHN, 1996; CICERCHIA, 1997; COSSE, 2010).

La incorporación de la perspectiva de los enfermos ha sido uno de los más recientes retos de la nueva historia de la medicina. La emergencia de estos abordajes ha estado relacionada con un cuestionamiento a los estudios que, en clave foucaultiana, solían entender a los pacientes como sujetos pasivos. La visibilización de las resistencias, de los conflictos y de los usos que los pacientes y los mismos profesionales hacen de los dispositivos médicos permitió la construcción de una mirada más compleja del proceso de medicalización. Este tipo de aproximaciones permitirían dar cuenta de que en “los intersticios de las estructuras de poder y autoridad que marcan a la relación entre médicos y pacientes se despliega una compleja trama, saturada de situaciones de duplicidad y complicidad, de hegemonía y subversión, de control y resistencia” (ARMUS, 2011, p. 79).

Los estudios de género han otorgado herramientas conceptuales y metodológicas fundamentales para pensar la subalternidad. El concepto *interseccionalidad* fue formulado por Kimberlé Crenshaw (1989) para dar cuenta de los límites del derecho antidiscriminación en el caso de las mujeres negras oprimidas por la General Motors, donde su situación podía definirse por una opresión múltiple de género, clase y raza. Sin embargo, es tributario de varias décadas de trabajos empíricos, y luchas, de las feministas negras que pretendían cuestionar el carácter universal del “malestar que no tiene nombre”. Si bien se ha convertido en una perspectiva teórica, Crenshaw ha advertido que su propuesta era contextual y práctica. En este sentido, Patricia Hill Collins (2000) ha afirmado que la interseccionalidad requiere abordar cuestiones macrosociológicas y microsociológicas. *Interseccionalidad* se refiere a cuando la articulación de opresiones considera los efectos de las estructuras de desigualdad en las vidas individuales. *Interlocking systems of oppression* se referiría al análisis macrosocial que estudia la manera en que están implicados los sistemas de poder en la producción, organización y mantenimiento de las desigualdades.

Esta propuesta – micro y macro – pretende retomar los aportes del *black feminism* y del postestructuralismo. Supone realizar análisis que focalizan en experiencias concretas, abandonando los parámetros universales. Al mismo tiempo, implica no definir *a priori* como ventajas o desventajas a las propiedades de los

agentes, sino que deberían reconstruirse cómo se configuran las imbricaciones en cada caso. De la misma forma que Joan Scott (2009) proponía estudiar al género como una pregunta, la interseccionalidad también podría ser abordada como contingente y situacional para dar cuenta de cómo en cada experiencia se imbrican desigualdades de raza, género y clase, pero también de nacionalidad, religión, edad y diversidad funcional.

En esta ponencia pretendemos retomar esos enfoques para pensar el proceso de medicalización de la infancia en Argentina, entre 1940 y 1970. Focalizaremos en dos historias de niños y una de una niña que debieron ser hospitalizados por enfermedades crónicas. Los tres casos nos permiten trazar trayectorias diferentes entre sí, situadas en distintas épocas y relacionadas con distintos sectores sociales: las de Emilio y Norma, que se vieron afectados por poliomielitis en los años cuarenta y cincuenta; y la de Alberto, quien vivió varios años en la Sala XVII con un diagnóstico de tuberculosis. Lejos de querer reconstruir sus prácticas o sus vivencias, intentaremos dilucidar cómo sus experiencias como niños o niñas con enfermedades crónicas sólo pueden interpretarse por la imbricación de otras variables como su clase social, su situación familiar y su carácter urbano o rural.

## **La pediatría psicosomática y la medicalización de la infancia en Argentina**

En la década de 1960, en Buenos Aires, la hospitalización de los niños se modificó por la consolidación de la pediatría psicosomática. Si bien desde los inicios de la década de 1940 el psicoanálisis había modificado algunos diagnósticos y tratamientos, luego de 1955 adquirieron mayor legitimidad y presencia los médicos vinculados a estas perspectivas. Florencio Escardo adquirió un rol protagónico. En esos años fue decano de la Facultad de Medicina de la Universidad de Buenos Aires, y luego vicerrector. Su cátedra de Pediatría y su sala en el Hospital de Niños fueron espacios de renovación y de formación de profesionales con enfoques interdisciplinarios. Al mismo tiempo, contaba con una antigua popularidad como consejero en cuestiones de crianza y familia en revistas destinadas a las mujeres que se vio fortalecida por su participación en la radio y en la televisión (RUSTOYBURU, 2015).

Escardó es un referente de la pediatría psicosomática en Argentina. Sus aportes a los saberes médicos estuvieron vinculados a la identificación del asma y la inapetencia como enfermedades relacionadas con lo psíquico y a la modificación de los tratamientos. La Sala a su cargo resultó pionera en la incorporación del trabajo interdisciplinario – en el que las psicólogas adquirieron una importante participación –, en la internación de las madres junto a sus hijos, en la consideración de los aspectos traumáticos de ciertas intervenciones y en la aplicación de las residencias médicas. La legitimación que había alcanzado en esos años la teoría del apego – a través de la publicación de la obra de John Bowlby por parte de la Organización Mundial de la Salud – y la resignificación

que le dio a la postura de René Spitz, ampliaron la resonancia de sus trabajos sobre hospitalismo. Entendía que la tristeza que podía provocar el aislamiento y la incertidumbre de la enfermedad retrasaba su recuperación. Por eso, junto a otros colegas, optaron por la internación de las madres en las salas y tendieron a acortar los períodos de institucionalización (RUSTOYBURU, 2015).

El hincapié puesto en la presencia de las madres en el hospital no es ajeno a la tradición de la medicina infantil y la puericultura. Estas disciplinas tuvieron un papel clave en el proceso de maternalización de las mujeres. La maternidad fue identificada como el destino natural de todas las mujeres y fueron compelidas a cumplir con ese mandato a través de múltiples mecanismos. Desde fines del siglo XIX, los expertos responsabilizaron a las madres de alta mortalidad infantil. Desde esa época, la ignorancia y el abandono fueron identificados como las causas más relevantes para explicar ese flagelo. En la década de 1930, la estadística permitió visibilizar que la mortalidad infantil había disminuido en Buenos Aires y que las tasas de natalidad iban en descenso. Ante esto, se identificó una nueva problemática: la desnatalidad. En este escenario, los discursos médicos en torno de la maternidad se vincularon con el pronatalismo. La sobreprotección de los hijos únicos pudo ser leída como una problemática social y como la causa de distintas enfermedades. En la obra de Florencio Escardó, la conformación de familias funcionales era la herramienta de prevención más eficaz. En sus discursos, la sociología parsoniana se convertía en una clave para diagnosticar y curar. Las interpelaciones a las madres para que ejercieran su rol sentimental y al mismo tiempo respetaran la independencia de los niños señalaban los límites de lo que debía ser una *buena madre*. La resonancia que adquirirían estos discursos en los medios de comunicación, nos permiten aventurar que se imbricaron en la cultura popular (RUSTOYBURU, 2015).

## Niños y niñas en el Hospital: experiencias múltiples

Emilio y Norma fueron afectados por el mismo virus, a los dos les diagnosticaron Heine Meiden (poliomielitis). Hoy ambos caminan con bastones, sus cuerpos quedaron marcados por la enfermedad. Él tiene sesenta y ocho años. Está casado desde hace más de treinta años y tiene dos hijos profesionales, una es médica. Trabajó durante treinta y siete años, hasta que la fábrica tuvo que cerrar por los efectos económicos del menemismo. Ahora es jubilado. Divide su tiempo entre la vida familiar y las prácticas deportivas en el Instituto Nacional de Rehabilitación. Ella tiene cincuenta y nueve años. Es soltera y vive sola. Trabaja como contadora y cobra una jubilación por discapacidad. Pasa sus días realizando múltiples actividades académicas, pero también kinesiología y terapia ocupacional. Los dos presumen que no tuvieron que mendigar porque los tratamientos interdisciplinarios que recibieron en los años sesenta les enseñaron a vivir en forma independiente.

La transformación de las terapias destinadas a los niños y a los adolescentes lisiados que se produjo a partir de la segunda mitad de los años cincuenta fue interpretada por Emilio y por Norma como un hito en sus vidas. Sin embargo, ambos fueron condicionados por ese proceso en distintos momentos y con situaciones disímiles. Sus infancias estuvieron cruzadas por los tratamientos médicos, pero a través de mecanismos institucionales que parecieron condicionar trayectorias de vida inversas. Emilio nació en Guatraché, en la provincia de La Pampa, en 1943. Sus primeros años transcurrieron en el campo. A los cinco años se enfermó, tenía mucha fiebre y su padre lo llevó al pueblo. Allí, los médicos no supieron identificar qué le sucedía. Le inyectaron penicilina, pero no obtuvieron ningún resultado. Como su estado empeoraba, le ordenaron a su papá: “llévelo a Buenos Aires. Al Hospital de Niños [...] sino va a contagiar todos y acá no sabemos lo que es”.<sup>4</sup> Luego de un largo viaje en tren, ya no caminaba. Cuando llegaron a la guardia, le diagnosticaron polio e inmediatamente lo internaron. El padre relató que su hija también tenía fiebre y los doctores le dijeron que fuera a buscarla. Unos días después, su hermana estaba en la cama de al lado. Una semana más tarde, también debió traer a su hermano menor. Emilio permaneció en el Hospital durante seis años, Hilda estuvo tres años y Juan seis meses. Su padre hizo tres viajes para trasladarlos a Buenos Aires, tres caminos desde la Estación Constitución hasta el Hospital con sus hijos en el hombro. La madre de los niños siguió trabajando, en el campo: “alguien se tenía que quedar”. Su esposo tampoco podía dejarla sola, estuvo unos días en Buenos Aires y luego regresó a Guatraché.

Las historias de Emilio y la de su papá alumbran la presencia de los hombres en los consultorios de los pediatras. A partir del análisis de los discursos de los divulgadores y de los médicos, aventurábamos que las interpeladas eran las madres. Los padres no eran llamados a preocuparse por los tratamientos, ni a ocuparse de la salud de sus hijos. Sin embargo, en el relato de Emilio, su padre también debió trajinar con sus hijos enfermos. Aunque no era una de esas mujeres que el saber médico solía caracterizar como irresponsable o ignorante, parecía no tener posibilidades de exigir nada. La internación de sus hijos parecía impuesta por las circunstancias, y por los médicos. La madre no acompañó a los niños al consultorio del pueblo y mientras permanecieron recluidos los visitaba cada tres meses.

La experiencia de Norma parece opuesta, pero su papá también tuvo un rol muy activo como mediador con los dispositivos médicos. Ella se contagió poliomielitis durante la epidemia que azotó La Plata en 1954, cuando había viajado con su familia para que su mamá pariera a su hermana. Tenía trece meses y vivían en un pueblo del sur de la provincia de Buenos Aires. Le contaron que estuvo internada en el Hospital Muñiz, pero no sabe cuánto tiempo, ni si estuvo acompañada por su padre, o por su tía: “son esas cosas que no se hablan...”<sup>5</sup> Conjetura que su madre no habría podido estar con ella porque debía cuidar a

4 Entrevista realizada a Emilio F. por la autora. Buenos Aires, abril de 2009.

5 Entrevista realizada por la autora a Norma. Mar del Plata, marzo de 2009.

su hermana recién nacida. Sin embargo, sólo permaneció allí unos meses. La infancia de Norma transcurrió en su hogar familiar. Su padre era médico y su madre asistente social. Cuando ella se enfermó, su papá tenía treinta y dos años, y su mamá veintiocho. Durante los primeros años, viajaba con su papá a Mar del Plata para que la atendiera el doctor Juan Tesone, un especialista en rehabilitación formado en Estados Unidos. En 1958, éste inauguró una institución modelo en Latinoamérica: el Centro de Rehabilitación para Niños Lisiados (Cerenil). Allí se implementaron técnicas interdisciplinarias inscriptas en las corrientes renovadoras,<sup>6</sup> y Norma estuvo entre las primeras “alumnas”. Sus padres y sus hermanas se mudaron a Mar del Plata para que ella pudiera concurrir a ese establecimiento. Emilio vivió su infancia acostado, Norma jugando con sus hermanas a “detrás de las montañas”.

La infancia de Emilio transcurrió en la cama del Hospital, estuvo en la Sala XVI desde 1947 hasta 1953, desde sus cinco años hasta los doce. Sin embargo, su relato parece fijado en el comienzo. Su descripción no da cuenta del paso del tiempo, afirma: “yo era chiquito, era medio inconsciente, no me acuerdo de mucho.” Su memoria de esos días es sólo episódica, la vida cotidiana de esos años no forma parte de su experiencia narrable. Menciona que su hermana tenía problemas respiratorios causados por la polio y que falleció a los once años, pero que su hermano se recuperó y no le quedaron secuelas. Entiende que su estada en el hospital respondía a la ignorancia de los médicos. De los tratamientos recuerda que sólo le hacían unos fomentos con unas “frazaditas” y unos masajes que “le movían el dedo gordo”. Su descripción despliega rencor: “... ya se sabe que contra la polio no hay nada que hacer ¿qué hacemos con que me muevan el dedito? El tema de la polio se ve que hay un bicho que no saben dónde, si está alojado en la cabeza, en la columna, dónde cuernos... la cosa es que seis años al divino... tirado en la cama.”<sup>7</sup> Recuerda que en el Hospital de Buenos Aires había muchos niños que tenían polio “¡pero en el campo no sabían que existía!” Sin embargo, en su valoración de los tratos que recibían los niños caracteriza a los médicos como “compañeros”, y a las enfermeras y a las monjas como “malas”. Los castigos que éstas últimas imponían a quienes no aprendieran “el catecismo” están grabados en su memoria. En su relato, “los chichones” de los golpes que le imprimían las religiosas resultan tan dolorosos como las inyecciones de hígado de bacalao que le administraban “porque no comía”. Los episodios felices los reduce a las proyecciones de películas, a la llegada de la televisión y al día en que Carlos Mareco les regaló juguetes. La presencia de las maestras, las visitas ausentes de los sábados y los domingos, y las emisiones radiales de “Tody, para grandes y chicos, Tarzán rey de la selva” son los fenómenos con los que señala la rutina. El aislamiento lo explica por la época: “estábamos solos, totalmente solos” no se usaba que los padres se

6 Juan Tessone (1984) es un referente del paradigma de la rehabilitación en Argentina.

7 Entrevista realizada por la autora a Emilio F...



quedaran. Sólo el abandono de los otros puede relacionarlo con decisiones deliberadas: “a un pibe que tenía tres años, los padres lo llevaron y después desaparecieron. Muchos padres desaparecían y los chicos quedaban tirados.”<sup>8</sup>

El discurso de Emilio no tiene huellas de los saberes médicos. Manifiesta desconocer los orígenes de su enfermedad, tampoco parece problematizar los efectos psicológicos del aislamiento hospitalario. El de Norma en cambio alude la importancia de los abordajes interdisciplinarios, al aporte de la perspectiva de la rehabilitación, al carácter sobreprotector de su padre y a los beneficios que le aportaron las recomendaciones de los doctores y los terapeutas. Sin embargo, también refuta algunos presupuestos científicos. Afirma que siempre fue “gordita”: “cuando yo nací, mi abuelo dijo “nació un torito”, pese a eso me agarré cuanto virus pasaba”, primero fue sarampión, luego polio. Sus dos hermanas “flacas” nunca se enfermaron, “nunca iban al médico”. La historia de su infancia está marcada por los ritmos de su rehabilitación. Marca un tiempo en el que sólo viajaba “a ver al doctor Tesone” y otro en el que “iba a Cerenil”, unas mañanas en la escuela y unas tardes en la rehabilitación, y también unas tardes en rehabilitación y unas mañanas en la escuela. Sus días parecían dividirse entre la jornada escolar, los tratamientos y los juegos con sus hermanas.

El relato mítico de sus juegos borra sus limitaciones corporales. El “pelito es”, “la mancha”, “las estatuas”, “el patrón de la vereda” y “pisa pisa” eran las diversiones “de la vereda” con sus amigas del barrio. En el interior de su casa estaban las muñecas y “más allá de las montañas”, cuando, con sus hermanas, imaginaba que era “como Heidi”, cada una vivía en su mundo, en su lugar paradisíaco, cada una con sus problemáticas “a ver quién tenía el marido que llegaba tarde de trabajar”... Las salidas al cine, al teatro y a las jornadas recreativas de una parroquia aluden a unos tiempos de infancia que remiten a ciertos imaginarios sociales sobre la vida de los niños en esa época. Cuando la memoria sale de los lugares comunes de la enfermedad, su relato se parece al de otros y otras. Sin embargo, *sabe* que esa vida fue vivible porque los médicos, los psicólogos y los terapeutas “vigilaron” a su padre sobreprotector: “Fui muy favorecida en cuanto a la crianza, por el hecho de que mis viejos estaban bastante guiados y controlados de que no se me sobreprotegiera.”<sup>9</sup>

Su padre era sobreprotector porque las llevaba y traía a sus hermanas “a todos lados”, en cambio a ella la dejaban ir sola en colectivo a Cerenil.<sup>10</sup> La Escuela para Padres y los consejos de los profesionales lo instaban a que le diera autonomía y que la ayudara fortalecer su confianza en sí misma. Sin embargo, sabe que las

8 En 1970, en la revista *Para Ti* se narraban estas prácticas. “En la época de las pastillas miles de personas dan... CUALQUIER COSA POR TENER UN HIJO”. *Para Ti*, Año 48, n. 2478, 5 de enero de 1970. Los testimonios de los discípulos de Florencio Escardó también dan cuenta de esta problemática.

9 Entrevista realizada por la autora a Norma...

10 Cerenil, hoy es el INAREPS, se encuentra en las afueras de la ciudad de Mar del Plata. En la Ruta 88, camino a la localidad de Batán.

profesiones de sus padres tenían incidencia en cómo pensaban su vida familiar. En su casa se “leía mucho” y su madre consultaba “Llega un bebé”.<sup>11</sup> Afirma:

No fueron padres normales. Mamá era un desastre como ama de casa, tenía *otro tipo*. Siempre le gustaba más la escritura. Le gustaba mucho su actividad. Entonces, bueno, cuando éramos chicas no podía trabajar mucho porque éramos tres, pero en cuanto pudo tomar contacto con su trabajo nuevamente. Igual con Cerenil ella colaboraba bastante, hacía los informes y todo eso. Los dos trabajaban con Cerenil. Papá muchas veces atendía la parte clínica de muchos alumnos... y mamá como asistente social.<sup>12</sup>

Fue inscripta en la misma escuela pública a la que iban sus hermanas, tenía amigos y hacía las mismas salidas que sus compañeras del colegio. Su experiencia la contrapone a la de otra niña que pertenecía a una familia adinerada, que no iba a la escuela, ni a Cerenil, y su casa “era como una jaula de oro, tenía de lo que se te ocurriera, pero siempre estaba encerrada. Y es el día de hoy que ella quiso estudiar muchas veces, pero nunca se recibió, siempre muy encerrada”. En cambio sus padres, eran “amplios en un montón de cosas, en permisos o autorizaciones, no nos daban mensualidad, cada una sacaba, no nos obligaban ir a la escuela, pero éramos una familia normal.”<sup>13</sup> Su escuela también era distinta a otras. Su enfermedad condicionó que sólo pudiera elegir entre una de a “la que iban los hijos del doctor Tesone”, u otra que recibía a las hijas de la asistente social de Cerenil. Ambas eran instituciones estatales, pero con una fuerte tradición en la ciudad.

La época en la que cursaba la escuela primaria coincidió con la que iba a Cerenil. Norma está segura de que los años en Cerenil fueron de una “...época muy linda porque había todo un concepto de la rehabilitación integral, que eso lo vi después de grande, ¿no? De chiquita iba nada más. Porque hacíamos toda la parte de rehabilitación física, con pileta incluida... fue la época de oro de Cerenil.” La comunidad marplatense colaboraba con la institución a través de colectas y espectáculos a beneficio. Era un edificio “divino, alegre, limpio, con murales”, pero lamenta que todo cambió cuando se estatizó en 1974 y fue abandonado. En esos tiempos, ya no pasaba sus días allí. La adolescencia y la juventud sólo estuvieron reguladas por controles periódicos y prácticas deportivas. En su relato, la vida cotidiana de esos años parecía transcurrir entre la escuela, las salidas con sus amigos y las fiestas en “las confiterías”.

Emilio, en cambio, continuaría encerrado. Cuando fue dado de alta en el Hospital tenía doce años. Volvió al campo, pero recuerda que los padres decían “con este ¿qué hacemos, ahora?” No podía trabajar, ni ir a la escuela porque lo hacían en caballo. Entonces, su padre volvió a llevarlo a Buenos Aires, a Adrogué, donde lo internó como pupilo en una escuela-hogar para niños lisiados. Allí

11 Probablemente fuera: Williams, Emy (1960). *Llega un bebé*. Buenos Aires. El Ateneo.

12 Entrevista realizada por la autora a Norma...

13 Entrevista realizada por la autora a Norma...

conoció otros castigos y más maltratos, hasta que conoció el Instituto Nacional del Lisiado conocido como “Ramsay”. En 1956, un compañero de la escuela le contó que ahí enseñaban básquet en sillas de ruedas y fueron “a mirar”. En pocos días, comenzaron a jugar. Unos meses más tarde, se fugó del asilo y se fue a vivir “debajo de la pileta del Ramsay”. En ese lugar, consiguió su primer y único empleo, conoció a su esposa, le enseñó a nadar a sus hijos y alcanzó la oportunidad de viajar a los Juegos Olímpicos de Roma. Para Emilio su “vida transcurre acá”, en Ramsay, “de alguna manera logré armar mi vida, acá conocí una buena piba, laburé y conseguí un buen laburo, ahora tengo mi casa, tengo mi coche, tengo mis dos hijos, los dos profesionales, mi mujer labura...”<sup>14</sup> La transformación de las ideas en torno de los niños lisiados abrió posibilidades para Emilio, las mismas alternativas en las que pensaban los expertos cuando reivindicaban la importancia de que no fueran recluidos, ni aminorados.

Sin embargo, esas experiencias innovadoras convivían con los asilos y los colegios pupilos. En la época en la que Emilio se fugaba de la escuela-hogar, Alberto era internado en el hogar-escuela de Ezeiza. Él también sufriría maltratos, pero no lograría fugarse. Alberto nació en 1950, su madre tenía veintiún años, era soltera y empleada doméstica “con cama adentro”. Hasta que él tuvo seis años vivieron en la casa de una familia judía adinerada que pagó los dos primeros años de escolarización de Alberto. Todo cambió cuando su mamá quedó embarazada y “dos chicos no podían vivir ahí”.<sup>15</sup>

Su madre entonces lo lleva al hogar. Alberto es médico, leyó los libros de Florencio Escardó y adscribe a sus principios. Su historia de vida es la historia del hospitalismo, del abandono, de la ruptura de la unidad biosocial...

La etiología de la tuberculosis que padeció a los ocho años la encuentra en las tristezas, el stress, la inapetencia y la anemia que sufría por el encierro y por la falta de afecto. Los dormitorios de más de cuarenta camas, los castigos corporales, la ausencia de padre y las visitas trimestrales de su madre son los tópicos con los que define los dos años que vivió en Ezeiza. En 1958, se enfermó y lo llevaron al Hospital de Niños. Fue internado en la Sala XVII, allí conoció a Florencio Escardó. Él llegó solo, pero se sorprendió cuando vio la sala llena de niños acompañados por sus familiares, todas mujeres. “Madres, tías, hermanas, ninguna abuela... yo era el único que no tenía acompañante”, “todo el mundo tenía familia”.

Luego de los primeros estudios, la médica que lo atendía entendió que podía tener tuberculosis. Para comprobarlo debían introducirle una sonda nasogástrica, pero él se resistió a que lo hicieran. Ante esto, decidieron someterlo a un tratamiento prolongado durante un año con “reacción de Mantoux”. Esta situación no la relaciona con los conocimientos de la medicina, sino con una combinación de los saberes disponibles y su situación particular, con el enfoque psicosomático de

14 Entrevista realizada por la autora a Emilio F..

15 Entrevista realizada por la autora a Alberto P. Sierra de los Padres, abril de 2010.

ese servicio: “Mi tratamiento, mi relación con la falta de familia, que no había, era cómo que me dejaron estar y ver la evolución, ver qué pasaba.”<sup>16</sup>

Alberto afirma con seguridad que se curó de su tuberculosis porque en la Sala XVII era feliz. El año que vivió allí no lo pasaba en cama, era un paciente crónico que había que controlar, inyectar todas las semanas, pero nada más... Sus días transcurrían recorriendo el hospital y jugando al fútbol con otros niños en el estacionamiento, “... ya empezaba a comer mejor, estaba más relacionado, tenía una cosa de pertenencia ya, me había ubicado quien era cada persona.” El doctor Escardó lo llamaba por su nombre y le regalaba juguetes, “la relación empezó a ser media personal con el doctor ¿por qué? Porque yo estuve casi un año ahí, un año y monedas. Entonces me conocía todas las salas, ya conocía a mis compañeros. Muchos de mis compañeros estaban dos o tres días y después ya no estaban más. Yo no entendía por qué.”

Recuerda que Escardó “nunca despersonalizó al paciente. Era la persona con una historia y la familia.”<sup>17</sup> Él presenciaba las rondas en la Sala o las conversaciones con los alumnos donde se tenían en cuenta los aspectos referidos a la enfermedad y las realidades familiares.

Los médicos lo alentaban diciéndole que pronto se iría, pero Alberto no quería regresar al hogar- escuela. En su relato vuelve a destacar la privación de afecto materno. Narra que mientras observaba a Escardó conversar con las madres, él pensaba: “qué lástima que él no le pueda explicar a mi mamá lo que yo tengo, cómo era.” La madre lo visitó una sola vez durante el año en que permaneció internado. Esa “familia desestructurada” la contrapone a su realidad actual. Tiene doce hijos, con tres esposas y ninguno “tuvo que pasar lo que yo viví”. La prosperidad de su presente es anclada en lo vivido en 1958 en el Hospital. Explica que allí decidió que iba a ser médico y toda su adolescencia se orientó a ese objetivo. En uno de los paseos por el hospital,

...un día terminé yendo a la morgue ¿Qué era esto? La morgue. Bueno, estaba solo. La única vez que me acuerdo, que estaba una chica que tenía una hidrocefalia, que ingresó un día y que la iban a operar al otro día, y bueno, después no la vi más. Es más, al otro día no la vi ¿cómo salió de la operación? Nadie dijo nada, bueno, yo quien soy para que me dijeran cómo salió. Y ese día me fui a la morgue, y la vi a la chica que la estaban haciéndole la autopsia. Así que ya tenía 8 o 9 años y fue cuando decidí y dije: *Yo quiero ser médico*. En ese lugar decidí lo que iba a ser mi vida.”<sup>18</sup>

El regreso al hogar y su cierre repentino, los maltratos de su padrastro durante su adolescencia, sus trajines como vendedor de diarios y como “chico de la calle” marcan su devenir como enfermero y luego como médico.

16 Entrevista realizada por la autora a Alberto P..

17 Entrevista realizada por la autora a Alberto P..

18 Entrevista realizada por la autora a Alberto P..

En los relatos de Alberto, el doctor es el protagonista de la Sala. Recuerda los nombres de los médicos, de los remedios, de los tratamientos; describe los laboratorios y los consultorios. En su crónica no hay referencias a episodios extraordinarios, no hay proyecciones de películas, ni programas radiales memorables. Sólo un desfile del Día del Niño y la visita de Juan Carlos Mareco lo alejan de la rutina de los paseos por las salas. Para Alberto, el hospital fue un espacio recorrido y su experiencia es narrable. Para Emilio no hay tiempo que transcurre, ni lugares que explorar. Su historia es la de los episodios extraordinarios que pueden asimilarse a la *historia de la infancia*.

### **Relatos múltiples: la interseccionalidad implicada**

Las *historias* de Emilio, Norma y Alberto forman parte de la *historia de la medicalización* de la infancia en el siglo XX. En sus relatos se trasluce cómo el padecimiento de una enfermedad grave podía adquirir distintas configuraciones. Un niño con polio en la década de 1930 debía ser hospitalizado por mucho tiempo, podía transcurrir varios años en una cama. Para Emilio también implicó no ver a sus padres por largas temporadas. La condición rural de su familia no les permitía visitarlo, ni tampoco leerlo como un *hombre de campo* cuando, siendo un adolescente, fue dado de alta. Emilio interpreta que su hermano no tuvo secuelas porque pudo trabajar, en cambio él “era como un animalito”. La fuerza física y la independencia asociados a la masculinidad en ese ámbito no estaban a su alcance. En su discurso, le otorga un carácter de proezas propias a otros valores asociados a la masculinidad: sus experiencias amorosas, su sexualidad activa, la belleza de su esposa, sus dos hijos sanos y su trabajo estable. En los años sesenta, el Heine Meiden era una enfermedad que podía eludirse con vacunas y el paradigma de la rehabilitación prescribía que los enfermos fueran tratados como los demás niños. Norma pudo acceder tempranamente a estos saberes porque su papá era médico y su mamá asistente social. Toda su familia se mudó a la ciudad donde se había fundado una institución de vanguardia, y siempre fue tratada como “una más”. La narración de su experiencia se construye en torno a los tópicos asociados a lo que debía hacer una niña: asistir a la escuela, jugar con sus hermanas e ir al cine. Sin embargo, luego su experiencia se aleja del canon de la feminidad hegemónica: no cuenta historias amorosas, no se casó, ni tuvo hijos. La discapacidad funcional tal vez condicione que ella defina su condición de mujer asociada a su independencia. Para Norma ser una *mujer como las demás* es ejercer una profesión y movilizarse por sus propios medios, como lo hacía también su madre.

Emilio y Alberto recuerdan que sus madres no hablaban con los médicos, ni los visitaban periódicamente. La mamá de Emilio era una trabajadora rural que no podía pagar el pasaje a Buenos Aires. La de Alberto, una empleada doméstica *cama adentro* que ante el nacimiento de su segundo hijo debió institucionalizar al mayor. La de Norma era asistente social y colaboraba activamente en

el centro de rehabilitación donde atendían a su hija. Las tres se apropiaron de los dispositivos hospitalarios para lidiar con el padecimiento de sus pequeños, las tres encontraron allí herramientas que salvaron a sus hijos. Sin embargo, su clase social, su nivel educativo, sus condiciones de habitabilidad y las ideas asociadas a la enfermedad condicionaron sus maneras de ejercer la maternidad.

Los tres relatos están mediados por los discursos médicos. Los conceptos y los saberes científicos otorgan inteligibilidad a sus experiencias. Sin embargo, las interpretaciones no son unívocas. La poliomielitis no fue la misma enfermedad en los relatos de Emilio y de Norma. El abandono en una sala del Hospital no tuvo la misma connotación para Emilio y para Alberto. Algunos padres y madres parecían hacer uso de los dispositivos médicos re-produciendo la situación desventajada de sus hijos, otros aprovechaban los recursos disponibles para intentar que su hija lisiada pueda tener las mismas oportunidades que las otras. Las intervenciones del campo médico sobre la crianza de los niños adquieren una presencia importante en los discursos de quienes se han apropiado de los saberes psicosomáticos para pensar su propia historia. El proceso de medicalización atravesó la vida de todos, pero las características que adoptó sólo resultan explicables cuando las pensamos interseccionalmente.

---

## REFERENCIAS

COLLINS, P. H. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment*. Nueva York: Routledge. 2000. 384 p.

CORSARO, W.; D. EDER. Children's peer cultures. *Annual Review of Sociology*, Bloomington, v. 16, p. 197-220, 1990.

COSSE, I. Argentine Mothers and Fathers and the New Psychological Paradigm of Child-Rearing (1958 – 1973). *Journal of Family History* [online], v. 35, n. 2, p. 180-202, 4 Mar. 2010. Disponible en: <https://doi.org/10.1177/0363199010363352>.

CRENSHAW WILLIAMS, K. *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*. Chicago: University of Chicago Legal Forum, v. 1989, article 8. Disponible en: <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>.

ROLLET, C. Pour une histoire du carnet de santé de l'enfant: une affaire publique ou privée? *Revue française des affaires sociales*, n. 3, p. 129-156, 2005. Disponible en: <https://www.cairn.info/revue-francaise-des-affaires-sociales-2005-3-page-129.htm>.

RUSTOYBURU, C. Pediatría psicossomática y medicalización de la crianza en Buenos Aires (1940- 1970). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 1249-1265, out.-dez. 2015.

SARMENTO, M.; SOARES DE GOUVÊA, M.C. (Orgs.). *Estudos da Infância: educação e práticas sociais*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008. 277 p.

SIROTA, R. L'émergence d'une sociologie de l'enfance: évolution de l'objet, evolutions du regard. *Éducation et Sociétés*, n. 2, p. 9-33, 1998.





## XIV. GÊNERO, MÍDIAS E REDES SOCIAIS



# CAPÍTULO 45

## LAS LUCHAS FEMINISTAS Y LAS PERIODISTAS CON VISIÓN DE GÉNERO: una articulación indispensable

*Florencia Laura Rovetto*<sup>1</sup>

---

Las nuevas tecnologías de la comunicación y el potencial de Internet colaboran con el objetivo de democratizar las comunicaciones, incorporando temáticas y protagonistas tradicionalmente excluidas. Las experiencias periodísticas llevadas adelante por mujeres, individual y colectivamente, pueden ser leídas como disputas por los “modos de hacer y de decir” (ZAFRA, 2014).

En las formas del hacer y del decir en Internet se ponen en juego los medios y los sentidos posibles, amplificando elementos claramente sociales. Si, como señala García Manso, Internet no es más que una “esfera de consumo en estado puro” (GARCÍA MANSO, 2007, p. 14), las experiencias periodísticas de las mujeres en la red adquieren sentido en el acto mismo de consumo, el cual se convierte en acción y contexto al mismo tiempo.

A esta altura, las experiencias de mujeres, feministas o no, que utilizan las tecnologías para el desarrollo de una producción infocomunicativa y con visión de género, pueden contarse ya por miles. Las hallamos en espacios diversos y no fácilmente clasificables si intentáramos reducirlos a viejas tipologías teóricas de análisis de medios, porque son, precisamente, parte de una trama compleja e interconectada que resisten las “formas de la domesticación”: [...] todo es relacional, en un mismo plano o en infinitos. La red guarda una cierta relación con los telares antiguos, donde las mujeres manejaban la lanzadera tejiendo la red de su deseo (GARCÍA MANSO, 2007, p. 17).

El maridaje entre periodismo feminista y tecnología viene siendo prolífico y desafiante, fluido y contradictorio si lo miramos en la “historia larga” de las mediatizaciones, pero no podemos dejar de reconocer que la praxis feminista de la década del ‘90 marca un punto de inflexión y de no retorno en la lucha contra lo que domina la informática, trazando los caminos para la subversión del sistema andro-logo céntrico del patriarcado tecnológico. Este cruce se inicia con el ciberactivismo feminista que cuenta con referencias insoslayables como Donna Haraway (1991), Sadie Plant (1996) o VMS Matrix, por nombrar solo algunas.

---

1 Doctora en Periodismo y Ciencias de la Comunicación. Es investigadora de CONICET; codirectora del Centro de Investigaciones Feministas y Estudios de Género, Universidad Nacional de Rosario; y docente en la Universidad Nacional de Entre Ríos. E-mail: florencia.rovetto@gmail.com

Nos proponemos aquí reflexionar sobre el activismo y la producción informativa feminista y/o con visión de género, porque, al hacerlo, procuramos visibilizar el trabajo sistemático de quienes ocupan lugares marginales en la mayor parte de los medios de comunicación hegemónicos y corporativos, y también porque sus experiencias *con* y *desde* los medios, así como sus prácticas político-discusivas, contribuyen a poner en agenda un programa de luchas y reivindicaciones sostenido históricamente por un movimiento feminista cada vez más amplio y heterogéneo que interpela los límites de las democracias actuales y desarrolla estrategias planetarias para transformarla.

En primer lugar, procuramos hacer una caracterización parcial y no exhaustiva de los principales aportes que nos permiten interpretar el contexto en el que ubicamos una experiencia perio-feministas<sup>2</sup> actual. Con la descripción de esta experiencia procuramos revisar los marcos interpretativos con los que venimos analizado el trabajo de las mujeres periodistas en los medios de comunicación tradicionales y calibrar la posibilidad que éstas ofrecen para producir conocimientos en torno a las innovadoras experiencias que articulan feminismos, información y tecnologías.

## De la brecha de género al “cuarto propio” interconectado

“Las mujeres solo tenemos voz en los espacios creados por las mujeres”  
(Irantzu Varela)

Las posibilidades que ofrece Internet como espacio donde dar voz a las mujeres, sus luchas y reivindicaciones no deja de crecer y complejizarse al ritmo que se ha complejizado la dinámica conflictiva del mundo actual, cargado de desigualdades. Las periodistas feministas se han sentido especialmente atraídas por nuevos medios y formatos, a los que presuponían menos lastrados patriarcalmente (ZAFRA, 2014) y han apuntado a fortalecer su capacidad de interacción global, su visibilización como protagonistas y fuentes informativas y sus estrategias singulares de producción.

En la actualidad, los espacios informativos feministas se multiplican a la velocidad de la luz, reconociéndose en los clásicos formatos de agencias de noticias, listas de distribución, revistas y periódicos; en los más comunitarios y autogestivos que ofrecen innovadores servicios comunicacionales; o abriéndose paso desde los márgenes en las grietas de los medios convencionales, convirtiéndose en segmentos específicos con ciertos niveles de irradiación (suplementos y columnas perio-feministas).

2 Aprovechamos esta ocasión para construir un término que nos permita nombrar las experiencias que nos interesa analizar, encarnadas por mujeres que se autodefinen como periodistas y feministas, y que hacen de sus prácticas infocomunicacionales un ejercicio profesional y militante al mismo tiempo.

Por otra parte, existe ya abundante literatura que ha abordado las potencialidades y restricciones de la participación de las mujeres, en tanto productoras,<sup>3</sup> en el ciberespacio, surfando el desarrollo vertiginoso de Internet y las tecnologías infocomunicacionales.

Los trabajos más relevantes para mapear el estado de situación pasan revista a las repercusiones actuales de las iniciáticas tensiones producidas al interior de los feminismos que se debatían entre el entusiasmo tecnofílico y el pesimismo tecnofóbico (HAROURT, 2009; DE MIGUEL; BOIX, 2013; LAUDANO, 2016); analizan las transformaciones en materia de brechas de acceso digital marcadas por el género en distintos ámbitos y contextos socioculturales (CASTAÑO CALLADO, 2008; GIL-JUAREZ et al., 2011); o generan aportes desde enfoques ciber feministas, resaltando las estrategias político-creativas en las redes como territorio ciborg, sus posibilidades posgenericas y el poder de los ejercicios de resistencia, infiltración, subversión y apropiación crítica a través de los “cuartos propios” interconectados (BRAIDOTTI, 1996; HARAWAY, 1995; HAWTHORNE; KLEIN, 1999; WILDING, 1998; ZAFRA, 2010; 2013; 2014).

Muchos 0 y 1 han corrido desde entonces hasta ahora y el paisaje en el que convergen el perio-feminismo y la tecnología ha resignificado las concepciones iniciales, complejizando sus prácticas y experiencias, modificando los modos de producir, ampliando sus capacidades de incidir en las agendas políticas (locales y globales), potenciando las agencias propias y con otros ciberactivismos.

En una rápida mirada retrospectiva podemos reconocer que las primeras experiencias que abonaron a la difusión masiva de la diada periodismo y mujeres estuvo más en línea con la perspectiva del feminismo liberal, iniciada en el marco de la legitimidad institucional que propiciaba el Decenio de la Mujer, de la mano de la Organización de las Naciones Unidas.

Cierto es que en aquel marco de visibilización internacional de la problemática surge la primera agencia de noticias SEMlac, a fines de los '80, como parte de un proyecto conjunto de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO).<sup>4</sup> En el mismo período se crea en México CIMAC Noticias que, en los años 90, inauguraría su agencia informativa de género<sup>5</sup>.

3 En este trabajo, los términos “mujeres” y “productoras” son utilizados en sus acepciones amplias y no clausuradas, sino en debate y reformulación constante, como un gesto propio del proceso dialéctico entre teoría y práctica feminista. Gesto que reconoce la contingencia y la politicidad en los modos del “ser/estar siendo”, del “decir” y del “hacer”, donde la comunicación es, fundamentalmente, usina de disputa y reformulación constante de los sentidos en la cultura, proveedora de posibles léxicos para nombrar, e instancia, a la vez simbólica y material, de producción de sentidos socialmente disponibles y experiencialmente imaginables (ELIZALDE, 2016).

4 El Servicio de Noticias de la Mujer de Latinoamérica y el Caribe (SEMLac) es una asociación civil, cuya sede regional se encuentra en México, D.F., integrada por una red de 28 periodistas de América Latina y el Caribe, México y Cuba, que abordan diferentes temas periodísticos desde una perspectiva de género; nuestra principal fuente de difusión es las triada de plataformas informativas: SEMlac/SEMLacCuba y SEMMéxico. Ver: <<http://www.redsemlac.net/>>.

5 Comunicación e Información de la Mujer (CIMAC), fue fundada en 1988 por un grupo de profesionales de la comunicación con el fin de generar y publicar información noticiosa sobre la condición social de las muje-

Desde aquellas propuestas internacionales orientadas a favorecer la producción de contenidos informativos con perspectiva de género hasta las colectivas perio-feministas que podemos reconocer navegando en el ciberespacio en la actualidad, se han modificado notablemente las condiciones de participación por parte de las mujeres, sus prácticas y los marcos interpretativos para inteligir estas experiencias.

Han sido las expresiones del movimiento feminista más autónomo y disruptivo las que, tras superar comienzos lentos y costosos entraron de lleno al mundo de la comunicación electrónica, convirtiéndola en una herramienta eficaz para desarrollar sus prácticas político-activistas, fortalecer internamente sus experiencias y producir sus propios contenidos (SABANES PLOU, 2003).

La convergencia actual entre perio-feministas y activismos en red, se proyecta con un alto grado de interpelación a aquellos marcos y referencias “oficiales” de carácter supra-Estatal y ofrecen dinámicas de construcción alternativas y contrahegemónicas que, a su vez, los desafían.

Estas construcciones alternativas han sido fuertemente impulsadas por las nuevas generaciones de perio-feministas que intensificaron los niveles de apropiación y usos de las tecnologías en la última década. Al respecto, Laudano (2016) señala que las “colectivas” jóvenes se destacan por una relación fluida con plataformas infocomunicacionales como FB que, a su vez, configuran de manera singular sus prácticas activistas y constituyen un cambio significativo respecto a las de los grupos feministas en décadas anteriores.

El poder de comunicar en tiempo real ha permitido que estos colectivos se comuniquen como nunca antes y a escala planetaria, construyendo estrategias de acción con repercusiones simbólicas y materiales inimaginables. El diferencial aportado por sus experiencias concretas en la construcción de agencias y redes, permiten ver que no se trata sólo de participación, ni incluso de propiedad, sino de diseño, de orientaciones, de visiones, de desarrollo y construcción de otro modelo.

### **A modo de ejemplo: una experiencia perio-feministas en la actualidad**

A modo de ejemplo, en este apartado presentamos una experiencia perio-feministas singular para poner en discusión claves analíticas que hemos aplicado, previamente, al estudio del trabajo de las mujeres periodistas en los medios de comunicación tradicionales (ROVETTO; FIGUEROA, 2015).

Interesa aquí revisar los alcances de categorías como: rutinas periódicas y división sexual del trabajo, transversalización de la perspectiva de género en las redacciones periódicas o feminización de la profesión, para calibrar su efectividad a la hora de producir conocimientos en torno a los nuevos espacios perio-feministas.

*Pikara Magazine* es un periódico digital feminista, fundado en 2010 por cuatro periodistas vascas (June Fernández, Lucía Martínez Odriozola, Itziar Abad y Maite Asensio), integrantes de la Red Vasca de Periodistas con Visión de Género.<sup>6</sup>

- *Rutinas periodísticas y división sexual del trabajo*

*Pikara Magazine* (en adelante, PM) se propone abordar temas y protagonistas ausentes de los medios de comunicación tradicionales, aquellos que no son enfocados por la mirada androcéntrica del discurso informativo (ese reducido grupo de los hombres blancos heterosexuales con poder económico – MORENO SARDÀ, 1998). Pero a este postulado que, a esta altura, resulta obvio y común a la mayoría de los espacios perio-feministas le agregan: “*en nuestro ideario decimos que ofrecemos periodismo y opinión con un enfoque feminista, crítico, transgresor y disfrutón. Nos gusta lo que hacemos*” (PIKARA, 2015, p. 169).

Sobre este punto, al incorporar la dimensión del placer o la posibilidad de disfrutar de las tareas que realizan, las integrantes de PM se desmarcan de los modos en que se despliegan las rutinas de trabajo en los escenarios de producción periodística.

La experiencia de PM es impulsada por periodistas jóvenes, que aprovechan el uso de las redes sociales, hablan sin tapujos de temas tradicionalmente ausentes en el discurso informativo: “*somos un feminismo radical, irreverente, interseccional, conectado con otras luchas, que trasciende la agenda del feminismo institucional*” (PIKARA, 2015, p. 170).

Tal como hemos explicado en otras oportunidades, las rutinas están condicionadas por una cultura periodística masculina que implica valores, creencias y reglas sobre la manera de producir y tratar las noticias, así como sobre las formas de organizar los roles y las funciones jerarquizadas a partir de la división sexual del trabajo. A través de las rutinas se evidencia el carácter estructural de la división sexual del trabajo y sus formas específicas de reproducción en el ámbito de las redacciones periodísticas.

Ahora bien, si como señalan las perio-feministas de PM, la redacción representa un espacio de aprendizaje, empoderamiento, apoyo mutuo y sororidad: “*frente a las exigencias de profesionalidad al uso, en Pikara las ilustradoras prueban a escribir artículos, las redactoras se animan a hacer entrevistas en video, las periodistas se lanzan a escribir ficción u opinión...*” (PIKARA, 2015, p. 171), las formas habituales de ejercitar y comprender las

6 La Red Internacional de Periodistas con Visión de Género funciona desde 2005 y, actualmente, reúne a periodistas y especialistas en comunicación de 38 países de América Latina, El Caribe y Europa. Se concibe como un espacio en el que confluyen periodistas en forma individual o colectiva, con el propósito de promover un periodismo con perspectiva de género. La Red también funciona también como un foro de solidaridad y apoyo hacia las periodistas que son doblemente perseguidas: por ser mujeres e informar sobre temas incómodos, como la congoleña Caddy Adzuba o la mexicana Lydia Cacho, secuestrada y violada por informar sobre las redes de trata con fines de explotación sexual en su país.

rutinas de trabajo no permiten explicar la magnitud disruptiva del ejercicio profesional llevado adelante el caso analizado.

Más bien, deberíamos introducir nuevos conceptos, surgidos de la observación del trabajo cotidiano, así como de las percepciones situadas de sus protagonistas que permitan iluminar la interacción entre sujetos, tarea y deseos.

- *Transversalización de la perspectiva de género*

Las desigualdades culturales y económicas sexo genéricas entramadas en las dinámicas laborales de las redacciones periodísticas tradicionales se reflejan, a su vez, en el producto resultante: los contenidos informativos. De esta manera, se sostiene que, a la mirada informativa permanece anquilosada en un enfoque androcéntrico, reducido a varones adultos que ocupan lugares de poder y que la prensa resulta insensible a las transformaciones políticas y sociales de los últimos años, entre las que se destaca el protagonismo de las mujeres y de otras identidades sexo genéricas (MORENO SARDÀ et al., 2007).

Sobre este aspecto, el equipo impulsor de Pikara sostiene que para hacer bien su trabajo periodístico

[...] hace falta ponerse las gafas violetas, esas que permiten reparar en las desigualdades de género como condicionantes de un montón de realidades sobre las que informamos. El periodismo sexista no puede ser bueno; no atenta sólo contra los preceptos del feminismo sino también contra las reglas básicas del periodismo (PIKARA, 2015, p. 170).

Ciertamente, las desigualdades de género en los espacios de trabajo y en los mensajes informativos producidos requieren una transformación radical, porque no sólo distorsionan la realidad, sino que vulneran derechos. Al respecto, las protagonistas de PM afirman:

No somos un medio de comunicación hecho para mujeres, por mujeres y sobre temas de mujeres. No sabemos cuáles son esos temas. Queremos publicar buenas historias, textos deliciosos, dar voz a quien tiene algo interesante que decir. Mejor aún si se sale de lo predecible, si desafía prejuicios ajenos y propios, si resulta incómodo no sólo para quien piensa diferente sino para nosotras mismas. Y no se puede hacer todo eso sin desterrar de nuestras mentes el androcentrismo o los estereotipos sexistas que pesan sobre mujeres y hombres (PIKARA, 2015, p. 171).

En este punto nos animamos a sostener que el análisis de las variables que permiten relevar la transversalización de la perspectiva de género, desde el punto de vista de sus protagonistas sigue siendo útil para calibrar cuanto de los contenidos informativos permite visiones del mundo inclusivas y diversas, desmarcándose de las inercias profesionales, las rutinas establecidas y los dogmas no cuestionados.

La agenda informativa que propone PM ofrece temas abordados desde una mirada feminista: masculinidades y de identidades nómadas (trans, intersex...),



sexualidad, placer, micromachismos, cuerpos, ciencia, deportes, videojuegos, comics, etc. que rompen el silencio y se apartan de las temáticas normalizadas por el discurso informativo androcéntrico (trata, femicidios aborto o prostitución) que, de ninguna manera, transversalizan la perspectiva de género.

- *Feminización de la profesión*

Ciertos aportes feministas han puesto de relieve la feminización de la profesión periodística a partir del crecimiento de la matrícula femenina en las carreras de comunicación. Y este fenómeno ha servido para explicar, ingenuamente, que la mayor presencia de las mujeres en las redacciones, redundaría en la transformación de las rutinas profesionales y los contenidos. Sin embargo, este proceso puede ser leído como aumento de la precarización en los espacios de trabajo en contextos económicos de flexibilización laboral. Es decir que, más que una feminización de la profesión podríamos hablar de feminización precarizante de la profesión.

Es decir que, aun cuando en las redacciones, la presencia de las mujeres haya crecido cuantitativamente respecto a décadas pasadas, su entrada al mercado periodístico coincide con la aplicación de recetas económicas que precarizan las condiciones de trabajo. Esto es la amenaza constante del desempleo, la multiplicación de las formas de subcontratación – part time, free-lancer, freelancer fijo – y, la consecuente, rebaja salarial (ROVETTO, 2013).

Ahora bien, ¿es posible considerar esta variable para analizar experiencias perio-feministas como PM? Consideramos que sí, que es necesario e indispensable reconocer las formas precarizantes que se pueden desplegar en los proyectos feministas más autogestivos. Experiencias como estas suele subsistir con escaso financiamiento público o privado, condicionando el bienestar vital y la permanencia de sus integrantes. Pero, además, al considerar la experiencia como un trabajo/militante, la extensión de la jornada laboral posibilita mayores niveles de desgaste y precarización.

Tal como expresamos más arriba, hasta aquí hemos procurado reflexionar sobre el activismo y la producción informativa feminista para visibilizar sus prácticas a partir de describir una experiencia concreta. Hemos intentado, también, ponderar la utilización de las categorías de análisis aplicadas al trabajo periodístico en los medios tradicionales para el estudio de estas innovadoras experiencias.

En este punto consideramos la necesidad de continuar profundizando la producción de conocimientos en torno a experiencias como estas, muy poco abordadas, hasta el momento, por los estudios que indagan sobre la articulación entre género producción periodística. Pero, al mismo tiempo, postulamos la necesidad de visibilizarlas como parte del movimiento feminista, sus luchas y constante creatividad para “comunicar” la necesaria transformación radical de nuestras sociedades. Estas son las apuestas y los desafíos por venir para los modos del “hacer” y del “decir” que, además, de subvertir los códigos dominantes generen estrategias políticas colectivas para construirnos otros mundos posibles.

---

## REFERENCIAS

BRAIDOTTI, R. *Sujetos nómades*. Corporización y diferencia sexual en la teoría feminista contemporánea. Traducción de Alcira Bixio. Buenos Aires: Paidós. 2000. 244 p.

CASTAÑO CALLADO, C. Nuevas tecnologías y género. La segunda brecha digital y las mujeres. *Telos: Cuadernos de Comunicación e Innovación*, Madrid, n. 75, p. 24-33, 2008.

DE MIGUEL, A.; BOIX, M.. Los géneros de la red: los ciberfeminismos. En: NATANSOHN, G. (Coord.). *Internet en código femenino*. Buenos Aires: La Crujía, 2013. p. 37-73.

ELIZALDE, S. Articulaciones entre comunicación, géneros y sexualidades. Condiciones de posibilidad y nuevos umbrales de politicidad en clave de derechos. En: ROVETTO, F.; FABBRI, L. (Comps.). *Sin feminismos no hay democracia. Género y Ciencias Sociales*. Rosario: Último recurso. 2016.

GIL-JUAREZ, A.; VITORES, A.; FELIU, J.; VALL-LLOVERA, M.. Brecha digital de género: Una revisión y una propuesta. *Teoría de la Educación, TESI*, Salamanca, v. 12, n. 2, p. 25-53, 2011.

HARAWAY, D. *Ciencia, Ciborgs y mujeres. La reinención de la naturaleza*. Prólogo a la edición española de Jorge Ardití, Fernando García Selgas y Jackie Orr. Traducción de Manuel Talens. Madrid: Cátedra, 1995 [1991]. 209 p.

HARCOURT, W. El ciberfeminismo y la política del cuerpo. En: MARTÍNEZ BARRIENTOS, J. F. (Comp.). *Know How y ciudadanía: nuevas tecnologías para la comunicación y la acción de las mujeres en el siglo XXI*. México: UNAM, UNIFEM, 2009. p. 145-181.

LAUDANO, C. Feministas en 'la red'. Reflexiones en torno a las potencialidades y restricciones de la participación en el ciberespacio. En: ROVETTO, F.; FABBRI, L. (Comps.). *Sin feminismos no hay democracia. Género y Ciencias Sociales*. Rosario: Último recurso. 2016.

MORENO, A.; ROVETTO, F.; BUITRAGO, A. *¿De quién hablan las noticias? Guía para humanizar la información*. Barcelona: Icaria. 2007.

MORENO SARDÀ, A. *La mirada informativa*. Barcelona: Bosch. 1998. 190 p.

PIKARA MAGAZINE. Pikara Magazine o cómo hacer periodismo feminista. *Revista Internacional de Comunicación y Desarrollo (RICD)*, Santiago de Compostela, v. 1, n. 2, p. 169-174, 2015.

PLANT, S. *Zeros + Ones: Digital women + the new technoculture*. Londres: Doubleday, 1997. 320 p.

ROVETTO, F. Percepciones sobre desigualdades de género en el trabajo periodístico. *Global Media Journal*, Monterrey, v. 10, n. 20, p. 54-73, 2013.

ROVETTO, F.; FIGUEROA, L. La cocina del trabajo periodístico. Desigualdades de género y producción informativa, el caso de la provincia de Santa Fe. *Question. Revista Especializada en Periodismo y Comunicación*, La Plata, v. 1, n. 48, p. 494-509, 2015.

SABANES PLOU, D. El movimiento de mujeres y feminista cobra presencia en Internet. *Informe para el Centro de Competencia en Comunicación para América Latina*. Montevideo: C3/Frederich Ebert, 2003.

VNS MATRIX. *Manifiesto Ciberfeminista para el siglo XXI. Habitar en (punto) net*. 1991. <Disponible en: [http://www.2-red.net/habitar/tx/text\\_vns\\_c.html](http://www.2-red.net/habitar/tx/text_vns_c.html)>. Acceso en: 05/02/2017.

WILDING, F. *Where is feminism in cyberfeminism?*. 1998. Disponible en: <<http://www.obn.org>>. Acceso en: 14/03/2017.

ZAFRA, R. Arte, Feminismo y Tecnología. Reflexiones sobre formas creativas y formas de domesticación. *Quaderns de Psicologia*, Bellaterra UAB (Barcelona), v. 16, n. 1, p. 97-109, 2014.

\_\_\_\_\_. *(h)adas. Mujeres que crean, programan, prosumen, teclean*. Madrid: Páginas de Espuma, 2013. 288 p.

\_\_\_\_\_. *Un cuarto propio conectado. (Ciber)espacio y (auto)gestión del yo*. Madrid: Fórcola, 2010. 196 p.



## CAPÍTULO 46

# LA ESCUELA AUDIOVISUAL AL BORDE (2011-2016): políticas de la representación y activismo contrasexual globalizado

Marta Cabrera<sup>1</sup>

---

El colectivo audiovisual *Mujeres al Borde* representa una interesante experiencia de activismo en el contexto colombiano al fundarse, más que en la defensa de las identidades en la búsqueda de derechos (la tendencia imperante en el activismo en sexualidades en el país), en la apertura a todo tipo de sujetxs. El germen de *Mujeres al Borde* se puede encontrar en la ola de activismo de los años 90, caracterizado por la emergencia y diversificación de organizaciones en varias ciudades (Medellín, Cali, Bucaramanga, Armenia), así como la fundación, en 1994, de la *Asociación Colombiana de Lesbianas y Homosexuales*, que pretendía agrupar las organizaciones existentes (ESGUERRA, s/f, s/p). Esta Asociación es la primera en incluir la palabra “lesbiana”, dándole impulso a grupos conformados por mujeres, entre los que se destaca *Triángulo Negro*, fundado en 1996 y que incluiría a mujeres bisexuales en 1999. Este hecho, paradójicamente, produjo confrontaciones conceptuales irremediables al punto que, en ese mismo año, algunxs de sus miembros decidieron dejar el grupo e integrar otros espacios. Uno de estos es el colectivo *Mujeres al Borde*, que optó desde un principio por crear un colectivo abierto y con una estrategia basada en: “el arte y la cultura con y a favor de mujeres con opciones sexuales y genéricas diferentes: bisexuales, lesbianas y transgéneros” (CORREDOR; RAMÍREZ, 2001). Como lo expresa Ana Lucía Ramírez, una de las fundadoras del colectivo: “... con el paso del tiempo, [...] hemos ido conceptualiza[ndo] un poco más por qué nos llamamos Mujeres al Borde, pero inicialmente [...] nos sentíamos [...] al borde. Estábamos a raya. Y no respondíamos ninguno de esos lugares...” (Entrevista de CABRERA con RAMÍREZ, 2014).

La discusión sobre quienes serían las personas integrantes del colectivo fue evolucionando en el tiempo:

...al principio decíamos: somos mujeres lesbianas y bisexuales. Luego: somos mujeres lesbianas, bisexuales y mujeres trans. Luego: somos mu-

---

1 Marta Cabrera (PhD, Comunicación y Estudios Culturales) es profesora asociada del Departamento de Estudios Culturales, Facultad de Ciencias Sociales de la Pontificia Universidad Javeriana. Dicta cursos de estudios culturales, talleres de investigación y clases tipo laboratorio que abordan, entre otros temas, la relación entre el mundo sensorial y los modos de producción de conocimiento. Bogotá, Colombia. E-mail: marta.cabrera@javeriana.edu.co

jeros lesbianas, bisexuales, trans y personas trans. [...] Luego: hombres que cuestionan la masculinidad. [...] Al final, lo que estamos diciendo desde hace un tiempo para acá es: somos un grupo de disidentes de las normas del género y la sexualidad. [...] [Esto] es más estratégico porque [...] [la] disidencia es una práctica, una manera de existir, de posicionarnos, pues nos podemos conectar, porque no va a haber una condición de tú con quién te acuestas o cómo te nombras. [...] nuestras historias siguen siendo importantes, pero no se convierten en lugares que nos separan o que te ponen a ti en un lugar de privilegio sobre el mío (Entrevista de CABRERA con RAMÍREZ, 2014).

En consecuencia, *Mujeres al Borde* menciona de manera explícita en sus principios aspectos de raza, clase, discapacidad, edad y creencias, intersecciones que son frecuentemente dejadas de lado o que tienden a no ser mencionadas e incluso, reivindica el “derecho a no hacer parte de ningún centro, el derecho a vivir en los bordes, en las fronteras”, así como el “derecho a construir identidades múltiples, móviles, difusas, enredadas, el derecho a renunciar a las formas de vida impuesta” (MUJERES AL BORDE).

De esta forma, la particularidad de la Escuela se deriva de su interés en dinámicas amplias de representación, atentas a la intersección de diversos marcadores sociales de diferencia y formas de dominación con el fin de generar propuestas incluyentes:

[...] para que las personas podamos generar propuestas alternativas a los sistemas de dominación que existen, y que [...] se entrecruzan con la sexualidad obligatoria, con el binarismo de género, sistemas de clase, todas esas opresiones múltiples que hay: políticas, geográficas, raciales, especismo (Entrevista de CABRERA con RAMÍREZ, 2014).

En consecuencia, esta presentación explora las estrategias creativas del colectivo así como las apuestas representacionales que articulan la labor de la Escuela en particular y apuntalan su particular versión de activismo, denominado *artivismo*, que busca evidenciar los vínculos entre su práctica artística y su posicionamiento político en la esfera pública, que busca justamente visibilizar estos sujetos disidentes.

La trayectoria audiovisual de *Mujeres al Borde* abre en 2001, cuando su labor activista es impulsada (y retada) por su participación en la iniciativa del gobierno noruego *Planeta Paz*, que incluía doce sectores: afrocolombianos, ambientalistas, campesinos, indígenas, jóvenes, mujeres, sindicalistas, organizaciones cívico-comunales, de comunicaciones, culturales, solidarias y un nuevo sector llamado “LGBT” con el objetivo de idear agendas para la negociación política del conflicto en Colombia.

*Planeta Paz* es un hito al incluir los activismos en géneros y sexualidades en el proceso político de la paz, abriéndoles un espacio de discusión. En el marco

de *Planeta Paz* tuvieron lugar debates tan importantes como el del nombre del sector, consignado en un documento que reconoce los alcances y limitaciones de la denominación “LGBT”: de una parte, ésta pretendía la inclusión de las diferentes tendencias, prácticas e identidades existentes, así como dar cuenta de la voluntad política de constituir colectividad, pero por otra, era consciente del carácter reduccionista de las identidades, así como de las diferencias culturales, de clase, regionales y de trayectorias personales y/o colectivas, que se verían delimitadas por un término único. Así, la producción de este “sector LGBT” en Colombia debe verse como una convergencia política estratégica, fruto del esfuerzo previo de individuos y organizaciones por incidir social y culturalmente desde una condición particular (PLANETA PAZ, 2002, p. 11-12).

Paralelamente, la presencia de este “sector LGBT” en *Planeta Paz* encontró resistencia de los demás sectores, que argumentaban, de manera discriminatoria, que éste no estaba en capacidad de hacer aportes al tema de paz al carecer de agenda, de trayectoria, e incluso, de propuestas realmente “importantes” (CORREDOR; RAMÍREZ, 2001). A pesar de esto, el “sector LGBT” avanzó en su visibilización con la campaña *El Cuerpo. Primer Territorio de Paz*, localizando la lucha política en el “[...] respeto al cuerpo, al libre ejercicio de la sexualidad, a la libre opción genérica y a las expresiones afectivas como el primer camino hacia la paz” (CORREDOR; RAMIREZ, 2001). En el marco de este proceso, las líderes de *Mujeres al Borde*, Ana Lucía Ramírez y Claudia Corredor contribuyeron con la producción del audiovisual *El Cuerpo, Primer Territorio de Paz* (2004), su primer trabajo como colectivo.

Este sencillo video de dos minutos es un importante catalizador para lo que será el trabajo posterior de *Mujeres al Borde*. En este trabajo se sitúa el cuerpo como sujeto político, como un “territorio de afecto” que reclama autonomía, respeto y libertad de expresión como estrategia para la búsqueda de la paz en un contexto como el de Colombia. Este cuerpo-territorio es entonces un lugar de disputas emocionales, personales y políticas, y no solo la superficie de inscripción de la identidad. El video, sin embargo, hirió susceptibilidades: “si el cuerpo es de ustedes y su intimidad es de ustedes y lo que ustedes hagan en la cama pues déjenlo allá” (AGREDO, 2011, p. 42). En esta crítica aparece explícitamente planteada la noción de la división público/privado, que implicaría que la sexualidad pertenece al ámbito de lo privado y de lo “natural”, y por lo tanto, está situada por fuera del ámbito público y por ende, de lo político (WARNER, 1999; BERLANT; WARNER, 1999), división que el trabajo de este colectivo ha retado continuamente.

En efecto, el “artivismo” de *Mujeres al Borde*, basado en el uso de herramientas creativas no solo tensiona el binarismo público/privado y evidencia los contornos de la cultura heterosexual,<sup>2</sup> sino que busca apelar abiertamente

2 Concepto más amplio que el de heterosexualidad que define una cultura hegemónica y normalizadora apuntalada en ideologías e instituciones que inciden, por ejemplo, en la comprensión de la intimidad (BERLANT; WARNER, 1999, p. 235-236).

a lo afectivo para promover la movilización de cuerpos, subjetividades y emociones individuales y colectivas. Como afirma Claudia: “el activismo lo ejercemos todas las personas que aceptamos nuestra condición sexual y que la vivimos libremente y felices y que no necesitamos ocultar absolutamente nada” (AGREDO, 2011, p. 57). Aquí se reivindica entonces la posibilidad de producir formas diversas de asociación que se basan más en aspectos afectivos que en identidades más o menos estables.<sup>3</sup>

Además de las fracturas en la relación con otros colectivos, la emergencia de la política pública LGBT en Bogotá (2006) produjo un fenómeno de migración de las militancias de género y sexualidad hacia el sector público, con lo que la labor de *Mujeres Al Borde*, animada por el viaje de Ana Lucía a Chile, comienza a orientarse a contactos localizados fuera del país. La idea de la Escuela surge primeramente de la ausencia de sujetos “disidentes” del ámbito de la representación y sus consecuencias políticas, como señala Ana Lucía:

[...] no vemos películas de lesbianas, nunca hemos visto estas calles transitadas contando las historias de nosotras. [...] Esto nos ha hecho también pensar [...] que no tenemos resistencia simbólica. [...] Veo [...] este tema de compartir la memoria, de cómo poder contar nuestra historia, que ha quedado en el olvido [...] ya no como algo local sino como algo sudamericano (Entrevista de CABRERA con RAMÍREZ, 2014).

Otro de los factores que se mencionan es la falta de producción audiovisual local en festivales internacionales, y otras ausencias conectadas con la producción audiovisual, como la investigación, la formación y la circulación. La suma de estos y otros factores, así como la apuesta incluyente y desanclada de las políticas de la identidades de Mujeres al Borde se extendió al proyecto de la *Escuela Audiovisual al Borde*, que entrena “activistas bisexuales, pansexuales, lesbianas, heterodisidentes, tortilleras, trans, intersex, queer, [...] como realizadorxs audiovisuales” (MUJERES AL BORDE).

La primera edición de Escuela tuvo lugar en el 2011, y en ésta, el equipo técnico y el *know how* de *Mujeres al Borde* se puso a disposición de tres participantes en Bogotá y cuatro en Santiago de Chile. A lo largo de los talleres, que tuvieron una duración de dos meses, cada una de las personas participantes escribió y dirigió su propio documental autobiográfico y colaboró en los demás como parte del equipo técnico en un ambiente de intimidad y confianza. La decisión de hacer documentales autobiográficos no es gratuita, sino que se desprende de la necesidad de que sean lxs protagonistas quienes narran sus propias historias, las cuales, desde el punto de vista del colectivo, son frecuentemente “silenciadas o

3 Robert Masters hace la siguiente distinción entre afecto, sentimiento y emoción: “As I define them, affect is an innately structured, non-cognitive evaluative sensation that may or may not register in consciousness; feeling is affect made conscious, possessing an evaluative capacity that is not only physiologically based, but that is often also psychologically (and sometimes relationally) oriented; and emotion is psychosocially constructed, dramatized feeling” (MASTERS, 2000).



suplantadas, contadas por otrxs, generalmente, desde la victimización [...] .. La idea era construir historias documentales haciendo énfasis en la memoria personal como memoria política, capaz de generar grandes cambios en la vida de quienes entren en contacto con ella” (PEÑA, 2014, s./p.). Adicionalmente, lo importante en la Escuela no es enseñar un quehacer en el sentido convencional, sino compartir: “nuestro saber, [...] partir de que las personas con las que estamos reunidas tienen una cantidad de experiencias que son muy importantes, [...] reconocer que los saberes son útiles, son valiosos, igual que reconocemos [...] todas las identidades” (Entrevista de CABRERA con RAMÍREZ 2014).

Los siete cortometrajes resultantes de esa primera edición fueron exhibidos por primera vez en el XII Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe en Bogotá el 24 de noviembre de 2011, frente a participantes de todo el hemisferio en medio de una atmósfera de gran emoción colectiva. La experiencia de la Escuela se repitió entre noviembre y diciembre de 2012 en Asunción, en 2014 en La Plata y en 2016 en Quito y Guayaquil y los documentales producidos se han exhibido en cerca de 70 festivales y muestras de cine en todo el mundo.

Las condiciones de participación en la Escuela se basan en principios de reciprocidad y se pide que las personas participantes sean activistas con motivación y disponibilidad de tiempo para aprender el lenguaje audiovisual. Esto ha generado intensos intercambios y conexiones entre activistas situados en distintos lugares del continente, así como con diversos públicos, incluyendo públicos “no expertos”. De esta forma, la apuesta de la Escuela resulta muy interesante desde varios puntos de vista. Para empezar, fomenta un activismo transnacional, incluyente, basado explícitamente en los afectos, y que, como ellas expresan:

[...] traspasa fronteras, crea vínculos, alianzas y genera procesos de intercambio afectivo, cultural, organizacional, de memorias y deseos entre activistas de diversos países, con identidades/identificaciones diversas, múltiples, en movimiento, con ganas de contarnos sus historias con voz propia y de transformar con ellas la realidad! (MUJERES AL BORDE).

Aquí es importante resaltar que es el proceso mismo de creación (y no solo sus productos) el que se vincula a una experiencia *íntima, afectiva*, que es un elemento clave en la revolución personal que pretende este tipo de activismo. Es decir, los aspectos afectivos no residen solamente en los resultados de un proceso, sino en la experiencia misma; como lo recuerdan Berlant y Warner, “La vida afectiva se desparrama sobre la vida laboral y la vida política; las personas mantienen relaciones con extraños y conocidos que desempeñan un papel decisivo en la constitución de su individualidad” (BERLANT; WARNER, 2002, p. 245). Adicionalmente, estas formas de trabajo re/sexualizan ciertas esferas de la vida que se convierten en lugares para experimentar afecto y formar un ámbito público de participación y transformación.

El proceso de creación de los documentales de la *Escuela Audiovisual* parte de la base de la colaboración y la corresponsabilidad, al otorgarle a cada participante un rol en los documentales de los demás. El proceso de escritura del guión y la filmación de los documentales (que se hicieron a puerta cerrada, en intimidad), así como su presentación pública, son todos eventos marcados por una gran emotividad que se deriva no solamente del contenido de los documentales, o de la experiencia de los individuos, sino de la *relación* entre todos estos elementos, cuya conjunción crea impresiones sobre todxs – sobre las distintas audiencias, sobre los participantes en el taller y sobre los miembros del colectivo vinculados a la experiencia (AHMED 2004). Este formato de taller colaborativo de la *Escuela Audiovisual al Borde* abre, en suma, un espacio donde se articulan relaciones de intimidad atravesadas por historias comunes, exclusiones y miedos compartidos, y donde se revaloran formas marginales, subordinadas de conocimiento y se visibilizan los particulares universos por los que transitan estxs sujetxs.

De esta forma, la producción audiovisual de *Mujeres al Borde*, genera *economías afectivas* que reordenan el espacio social y sensorial y cuya potencia política es evidente tanto en el proceso de producción, como en la forma de circulación (festivales de cine, universidades, eventos políticos), así como en el propio medio audiovisual. Desde esta perspectiva, los afectos son fuerzas móviles y performativas, capaces de vincular cuerpos y experiencias, individuos y colectivos (AHMED, 2004a, p. 119):

La Escuela genera [...] un espacio donde se conectan los deseos de personas diversas; se comparten y se hacen visibles experiencias transgresoras capaces de cambiar y cuestionar lo que se ha establecido como el orden "natural" de las cosas. Siguiendo esta lógica, la libertad es poder actuar sin las restricciones emocionales, corporales que nos han impuesto histórica y culturalmente. Nosotrxs creemos que el arte, y en este caso el audiovisual, es capaz de transformar emociones y esas emociones pueden hacer una gran diferencia en el lugar que ocupamos en el mundo. Por poner un ejemplo: a las personas lesbianas, bisexuales, gays, trans, siempre se nos ha enseñado a sentir vergüenza de quienes somos. Las leyes podrían cambiar pero si nos continuamos sintiendo avergüenzadxs y temerosxs de nada sirven las leyes (PEÑA, 2014, s./p.).

Adicionalmente, el audiovisual mismo está dotado de un poder emocional, performativo, lo que implica entenderlas no como signos lingüísticos (MITCHELL, 2003), sino como un lugar donde interactúan, de manera muy compleja, la visibilidad (que incluye el carácter social de lo visual, así como el carácter visual de lo social, FOSTER 1988), los aparatos, las instituciones, el discurso y los cuerpos, entre otros elementos. De esta forma, si consideramos que las imágenes *hacen*, más que muestran (o dicen), y que son capaces de tener efectos en el presente a partir de un tejido complejo que tiene que ver con narrativas situadas en la(s) historia(s) de los sujetxs y sus diversas cargas emocionales: ira, miedo, dolor o

alegría (AHMED), es evidente que los documentales producidos por la Escuela las retoman como parte inevitable de la vida de sus protagonistas y de su posición marginal dentro del status quo, pero también invita a:

inventar nuevas palabras para nombrarnos de otros modos que se parezcan más a lo que queremos estar siendo, hacer visible lo que siempre ha estado invisible a través de nuestras propias imágenes, retar la amargura y la violencia del orden de género, heteronormativo y patriarcal con nuestras carcajadas, nuestro humor, nuestro arte, nuestro placer y nuestra creatividad (MUJERES AL BORDE).

Esta invitación es muy potente políticamente al reivindicar la acción a partir de la confluencia de emociones negativas compartidas y su eventual transgresión (en el lenguaje, en la emoción, pero también en la práctica, en el cuerpo, en la creación) y de otra parte, muestra la importancia de producir representaciones propias, entendiendo el audiovisual como un terreno de intervención, como un medio para desestabilizar, o como lo pone Nelly Richard (2007), para *inquietar* (más que aquietar) la mirada, para producir públicos disidentes (BERLANT; WARNER, 2002), para *afectar* y para retar representaciones hegemónicas. De igual forma, las formas de intercambio que genera la Escuela crea vínculos transnacionales donde las historias de disidencia se comparten a través de las fronteras, creando conciencia sobre historias y ciertas condiciones de los países de la región, que con frecuencia se desconocen.

De esta forma, la producción de *Mujeres al Borde* reta en particular la heteronormatividad,<sup>4</sup> al reconocer y apropiarse lugares disidentes y convertirlos en espacios flexibles para los tránsitos de géneros, identidades, deseos y placeres. Esto es clave para el caso del activismo local, ya que es la conciencia misma de la discriminación dentro de los movimientos tradicionales LGBT la que moviliza a los excluidos en la búsqueda de espacios de transformación alternativos. *Mujeres al Borde* fue consciente de los peligros de la identificación LGBT desde el proceso de Planeta Paz, donde invitaban a

[...] la producción de un discurso teórico incluyente de sujetos con diversas orientaciones sexuales y opciones de género, que afortunadamente han repercutido en los imaginarios y los procesos internos del sector. La fuente de estos discursos está en las teorías queer (CORREDOR; RAMIREZ, 2001).

Este recurso a estas “teorías queer” pretendía posiblemente advertir de los peligros de la exclusión presentes en ese momento “multicultural” por el que atravesaba el país y que se evidenciarían posteriormente con la cristalización

4 La heteronormatividad incluye aquellas instituciones, prácticas y estructuras que hacen que la heterosexualidad parezca coherente y privilegiada (por ejemplo, en el lenguaje, como estado natural, como logro ideal o moral) (WARNER, 1991).

de las políticas de la identidad en la forma de una política pública LGBT (para Bogotá). El riesgo reside justamente en la producción de exclusión a partir de la estabilización de la identidad en una “esencia estable y natural – un ser con deseos homosexuales” (GAMSON, 2002, p. 142). Las identidades sexuales, sin embargo, son productos históricos y sociales cuyos binarismos resultantes (homosexual/heterosexual, hombre/mujer) son la base de la opresión; en consecuencia, las experiencias fluidas e inestables del yo se verían fijadas al servicio del control social. El llamado es entonces a dismantelar las categorías y rechazar, en lugar de adoptar, el estatuto de minoría como clave para la liberación. La contracara es que, sin identidades fijas, pareciera imposible alcanzar logros políticos tangibles (matrimonio igualitario, derechos patrimoniales, por nombrar los ejemplos más visibles), pero una política basada en identidades fijas termina de nuevo en el control social y el esencialismo (GAMSON, 2002).

Esta dicotomía pareciera cerrar entonces las opciones de acción política para el activismo, y presenta serios retos para la teorización; los movimientos que no descansan sobre la identidad como base para la reivindicación política, por definición, representan un verdadero desafío teórico, ya que sus objetivos parten de la desestabilización de la identidad colectiva, y esta identidad colectiva es, de otra parte, un logro de la acción colectiva. Me parece que aquí es útil retomar el papel de los afectos en la producción de maneras *otras* de asociación que sean capaces de retar comprensiones monolíticas o tradicionales de la “familia”, el parentesco y el género, y que cuestionen radicalmente la manera como las políticas tendientes a la “normalización” de aquellos considerados previamente como “anormales” participan en la producción y reproducción de formas emocionales e institucionales que terminan por apuntalar prácticas propias de la cultura heterosexual y le proveen combustible al capitalismo neoliberal.

Así, más allá del amparo (real o supuesto) de la teoría queer, posiblemente es más productivo pensar que un trabajo sobre los afectos puede contribuir a darle forma a una serie de prácticas capaces de desestabilizar las dinámicas de la cultura heterosexual al cuestionar y redefinir vínculos y relaciones – con la familia, la nación, la ciudadanía – producir nuevas relaciones y crear y recrear afectos (VITERI et al., 2011). A ese respecto, proyectos como la Escuela Audiovisual, así como la apuesta general de *Mujeres al Borde* retan y resisten las categorías estables de identidad, pero creo que incluso van más allá, al delinear lo que Berlant y Warner definen como un espacio *queer*, “un espacio de entradas y salidas, de formas vinculantes no sistematizadas, de horizontes proyectados, ejemplos característicos, rutas alternativas, obstrucciones y geografías inconmensurables” (BERLANT; WARNER, 2002, p. 242) que consigue navegar entre contextos complejos y realidades culturales, políticas y sociales cambiantes.

## REFERENCIAS

AGREDO, Ana María. *Aproximación a los usos y reinterpretaciones de las políticas queer en el activismo audiovisual del Colectivo Mujeres al Borde*. Monografía de pregrado, Departamento de Antropología, Universidad Javeriana, Bogotá, Colombia, 2011.

AHMED, Sara. Affective economies. *Social Text*, v. 22, n. 2, p. 117-139, 2004a. Project MUSE: [muse.jhu.edu/article/55780](http://muse.jhu.edu/article/55780).

\_\_\_\_\_. *The Cultural Politics of Emotion*. 2. ed. Edinburgh: Edinburgh UP, 2015 [2004].

BERLANT, Lauren; WARNER, Michael. Sexo en Público. En: MÉRIDA JIMÉNEZ, R. M. (Coord.). *Sexualidades transgresoras*. Una antología de estudios queer. Barcelona: Icaria, 2002. p. 229-262.

CORREDOR, Claudia; RAMIREZ, Ana Lucía. Documento estado del arte: sector LGBT. *El movimiento LGBT en Colombia*, 2001. Disponible en: <http://www.choike.org/nuevo/informes/687.html>.

ESGUERRA, Camila s.f. *Lesbianas, bisexuales y transgeneristas en movimiento: aproximación a la organización de mujeres LBT en Colombia*. Disponible en: [www.caladona.org](http://www.caladona.org). Sin fecha de publicación. Sin número de página.

FOSTER, Hal (Ed.). *Vision and Visuality*. Seattle: Bay Press, New York: Routledge, 1988. p. 187-202.

GAMSON, Joshua. ¿Deben autodestruirse los movimientos identitarios? Un extraño dilema. Traducción de Maria Antònia Oliver-Rotger. En: MÉRIDA JIMÉNEZ, R. M. (Coord.). *Sexualidades transgresoras*. Una antología de estudios queer. Barcelona: Icaria, 2002. p. 141-167.

MASTERS, Robert. Compassionate Wrath: Transpersonal Approaches to Anger. *Journal of Transpersonal Psychology* [online], v.32, n. 1, p. 31-51, 2000. Disponible: <http://robertmasters.com/ESSAY-pages/Compassion-Wrath.htm>.

MITCHELL, W. J. T. Mostrando el ver: una crítica de la cultura visual. Traducción de Pedro A. Cruz Sanchez. *Estudios Visuales: Ensayo, teoría y crítica de la cultura visual y el arte contemporáneo*, n. 1 (ejemplar dedicado a los estudios visuales en el siglo 21), p. 17-40, 2003.

PÁGINA web Mujeres al Borde: <<http://www.mujeresalborde.org>>.

PEÑA, José Alirio. Escuela Audiovisual al Borde: artivismo contrasexual en América del Sur. Entrevista con Ana Lucía Ramírez. *Razón y Palabra*, v. 17, n. 4\_85, p. 149-155, mar. 2014. ISSN: 1605-4806. Disponible en: <<http://www.revistarazonypalabra.org/index.php/ryp/article/view/408>>.

PLANETA Paz. *Proyecto Planeta Paz*. Documento de Caracterización Sectorial LGBT. Bogotá: Ediciones Antropos, 2002.

RAMÍREZ, Ana Lucia. *Marta Cabrera entrevista a Ana Lucia Ramírez*. Entrevista grabada y no publicada. 2014.

RICHARD, Nelly. *Fracturas de la memoria*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2007. 216 p.

VIDEOGRAFÍA Escuela Audiovisual al Borde, 2011.

VITERI M. Amelia; SERRANO J. Fernando; VIDAL-ORTIZ Salvador. ¿Cómo se piensa lo queer en América Latina? (Presentación del Dossier). *Revista de Ciencias Sociales Iconos*, Ecuador, n. 39, p. 47-60, 2011.

WARNER, Michael. *The Trouble with Normal: Sex, Politics, and the Ethics of Queer Life*. Free Press [online], 1999. 227 p.

# CAPÍTULO 47

## CONTRANARRATIVAS NEGRAS E DE GÊNERO EM MÍDIAS DIGITAIS

*Célia Regina da Silva*<sup>1</sup>

---

### (ON) WEBFALARES: aparecimento digital

Irmã: você é bem-vinda nesta casa  
Ângela Davis

Fomos socializadas para respeitar mais ao medo que às nossas próprias necessidades de linguagem e definição, e enquanto a gente espera em silêncio por aquele luxo final do destemor, o peso do silêncio vai terminar nos engasgando (LORDE, s/d, p. 1).

Ela falou, Dona Celie, é melhor você falar baixo. Deus pode escutar você. Deixa ele escutar, eu falei. Se ele escutasse alguma vez uma pobre mulher negra, o mundo seria um lugar bem diferente, eu posso garantir.  
Alice Walker

A escritora nigeriana Chimamanda Adichie, em “O perigo da história única”<sup>2</sup>, apresenta reflexão importante sobre poder:

É impossível falar sobre história única sem falar de poder. Há uma palavra, uma palavra da tribo Igbo, que eu lembro sempre sobre as estruturas de poder do mundo, e a palavra é “*nkhali*”. É um substantivo que livremente se traduz: “ser maior que o outro”. Como nosso mundo econômico e político, histórias também são definidas pelo princípio do “*nkhali*”. Como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder. Poder é a habilidade de não só contar a história de outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa.

Se falar é poder, quem pode falar em nome de quem? No caso brasileiro, desde sua chegada às terras brasileiras como escravizada, a mulher negra tem sido representada por imagens carregadas de exotismo e estereótipos determinantes e

1 Jornalista; professora Adjunta / UFSB (Universidade Federal do Sul da Bahia), vice-coordenadora do PPGER (Programa de Pós-Graduação em Educação e Relações Étnico-Raciais); coordenadora do GEMINA (Grupo de Estudos e Pesquisas em Negritude, Gênero e Mídias:); Ex-Fellow da Ford Foundation. Integrante do Conselho Municipal de Políticas da Igualdade Racial /Itabuna. Faz pesquisas nas áreas: mulheres negras, mídia, TICs. E-mail: celregis@gmail.com

2 ADICHIE, Chimamanda. O perigo de uma história única. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/chimamanda-adichie-o-perigo-de-uma-unica-historia/>>. Acesso: 25/05/2017.



determinados por olhares reducionistas a seu corpo, a sua sexualidade, tornados objetos. Em uma das primeiras representações sobre a população negra brasileira, Albert Eckhout (1641), na pintura *Mulher Africana (Negra)*, exalta a exotividade da mulher negra, inscrevendo seu “corpo” como mera parte da paisagem retratada. O imaginário retratado configura as relações de poder estabelecidas, pois abarcam dimensões territoriais e simbólicas de domínio do colonizador europeu.

Para além desse primeiro status social de exótica, a mulher negra é vista como apta para ocupar dois outros lugares apenas. O segundo é o lugar de mulher negra como provedora, a “ama de leite”; o terceiro, é da mulher negra como mão de obra da classe trabalhadora. Como na arte, a escrita repete o aprisionamento discursivo das representações, ora sublinhadas pela visão do não lugar do corpo feminino negro.

Na sociedade contemporânea, em oposição ao violento processo de objetivação do corpo feminino negro, ainda bastante disseminado na mídia e imaginário social nacional, surgem outras perspectivas e possibilidades de lugares simbólicos. Estes vão sendo desenhados por vozes dissonantes do espaço público de visibilidade midiática. Elas fazem contraponto ao feminismo hegemônico e ao movimento negro: são narrativas escritas, visuais, realizadas por mulheres negras, escritoras, diretoras, artistas, cantoras que buscam subverter estigmas, cristalizados, no local simbólico definido para a mulher negra. Trata-se de cisão polêmica, mas que vem ao encontro de demandas específicas, que não são contempladas somente sob o referencial do gênero.

Este ensaio esboça reflexão sobre a presença e ascensão dos ativismos feministas negros retratados em narrativas audiovisuais produzidas por e para mulheres negras nas redes sociais. Para este fim, utilizo-me da experimentação de conexões entre os estudos culturais, a crítica feminista e as teorias raciais.

## **Vozes dissonantes falam**

O curta-metragem *KBELA*, da jovem diretora Yasmin Thayná, celebra o cabelo crespo como experiência audiovisual e como fonte de resistência. No documentário *Black Lives Matter*, sobre o movimento negro hoje, uma jovem cantora afro americana celebra em voz potente: “A nossa negritude brilha mais que o sol”. Já na *Série Bastidores* (1997), a artista visual, pesquisadora e educadora Rosana Paulino apresenta um conjunto de seis peças realizadas por xerox de fotografias transferidas para tecidos, emolduradas em suporte arredondado. São mulheres negras estampadas, amordaçadas, cegas, impedidas de ver, pensar, falar ou de gritar, que a artista expõe. Sua obra explicita a questão de gênero e da opressão: da falta de voz, da compreensão, do silenciamento, da (forçosa) resignação. A violência alinhavada nas formas e nos tecidos remontam a memória do corpo não pertencido, do corpo subjugado pela condição de escravização. Os gritos da autora ecoam estampados em outras bocas.



A construção de outras narrativas/discursos sobre as mulheres negras impõe-se como bandeira de luta em tempos de modelos alternativos de engajamento social. Neste sentido, tem sido uma “arma” na luta das mulheres negras contra a opressão de gênero, classe e raça e, notadamente, na tentativa de rompimento com a “identidade de objeto” que a acompanha desde que aqui chegou como escravizada.

A performance *Illusions*, apresentada pela artista portuguesa, Grada Kilomba, na 32ª Bienal de São Paulo, faz analogia entre a sociedade contemporânea e a experiência do racismo institucionalizado, a partir do mito de Narciso e Eco. Seus trabalhos têm como foco principal a ideia de descolonização do pensamento, realizada a partir de práticas que proponham novas formas de saber.

Em 14 de março de 2014, data provável do aniversário de Carolina de Jesus, o Instituto Moreira Salles realizou o evento *Carolina é 100*, em comemoração ao centenário da autora de *Quarto de Despejo*, resgatando o documentário *Favela – Das Leben in Armut* (1971), dirigido por Christa Gottman-Elter, até então inédito no Brasil; restaurado e legendado, o filme foi apresentado no Rio de Janeiro. Esse é um dos materiais que compõe o impactante legado de escritos da autora, espalhados pelo Brasil e exterior.

Blogs voltados para a visibilidade das questões femininas negras. Iniciativas como **Blogueiras Negras; Afronta; Pega no Meu Power**; exemplos tanto de visibilidade como de protagonismo negro. Trata-se de tipo de discurso visual que privilegia representações positivas de mulheres e homens, contribuindo para reafirmar modelos afirmativos com enfoque no exercício do olhar, na promoção e valorização da estética negra. Os temas abordados tratam de questões relativas à arte, ao gênero, ao amor, à saúde, à literatura, à poesia, aos direitos sociais. Ou seja, estão presentes em espaços doravante restritos à sua participação. Apresentam modo de fazer que tem na internet sua principal alavanca, tendo como base as feministas negras que as antecederam, como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento. Estas lutaram por direitos sociais, por questões essenciais, básicas à própria sobrevivência, mas, principalmente, contribuíram para a desconstrução do paradigma do mito da democracia racial. Sueli Carneiro, filósofa, militante e pensadora, tem produzido reflexões importantes para o pensamento social feminista negro. Para ela, o modelo de atuação das mulheres negras na contemporaneidade tem como inferência a prática e a determinação políticas:

Acredito que nessa década, as mulheres negras brasileiras encontraram seu caminho de autodeterminação política, soltaram as suas vozes, brigaram por espaço e representação e se fizeram presentes em todos os espaços de importância para o avanço da questão da mulher brasileira hoje. Foi sua temática a que mais cresceu politicamente no movimento de mulheres do Brasil, integrando, espera-se que definitivamente, a questão racial no movimento de mulheres. O que impulsiona essa luta é a crença ‘na possibilidade de construção de um modelo civilizatório

humano, fraterno e solidário, tendo como base os valores expressos pela luta anti-racista, feminista e ecológica, assumidos pelas mulheres negras de todos os continentes, pertencentes que somos à mesma comunidade de destinos'. Pela construção de uma sociedade multirracial e pluricultural, onde a diferença seja vivida como equivalência e não mais como inferioridade (CARNEIRO, 2003).

Neste sentido, a (re)interpretação de discursos demanda o envolvimento e a proximidade semântica, subjetiva e local. São textos produtores de outros discursos, possibilitando que outras vozes sejam ouvidas, na multiplicidade que marca o fazer coletivo. Neste ponto nos referimos à feitura de cartilha, livros e letras de música.

A existência deste diálogo requer o deslocamento e a disposição cognitiva, ao suscitar aprendizado constante, que retroalimenta a engrenagem da troca de saberes e de conhecimento. A produção e a recepção de discurso requerem necessariamente a leitura em linhas e entrelinhas, não apenas de significados, como também de maneiras e modos de dizer, mostrar e seduzir. Pois são estes os lugares onde foram construídas narrativas, que pretendem dar conta, esmiuçar, fatos e acontecimentos do mundo, se configurando, assim, a eficiência comunicativa.

O protagonismo discursivo de vozes até bem pouco tempo silenciadas tem como marca principal a diversidade e a pluralidade de olhares e sentidos. Destarte, pode ser considerado com um dos caminhos para o exercício da equidade e da cidadania digitais, se relacionados com projetos educativos mais abrangentes. Nos últimos anos com a chegada de mais mulheres negras à universidade e o acesso às redes sociais, o feminismo negro ganhou novos contornos, ascendendo à demanda por diversidade e por multiplicidade de vozes no meio digital.

### **(In)visível presença ou bordas (on)line**

As mulheres vêm de uma variedade de contextos.  
Se nossas visões de paz não incluírem essas diferenças, então nossa paz será parcial (CRENSHAW, 2016, p. 81).

Um preceito central do pensamento feminista moderno tem sido a afirmação de que “todas as mulheres são oprimidas”. Essa afirmação sugere que as mulheres compartilham a mesma sina, que fatores como classe, raça, religião preferência sexual etc. não criam uma diversidade de experiências que determina até que ponto o sexismo será uma força opressiva na vida de cada mulher (HOOKS, 2015, p. 197).

A história do Brasil é uma história escrita por mãos brancas (BEATRIZ NASCIMENTO, <<http://www.ceert.org.br/noticias/genero-mulher/17351/a-historia-do-brasil-e-uma-historia-escrita-por-maos-brancas>>).

A afirmação da historiadora Beatriz Nascimento sintetiza brilhantemente o processo de silenciamento, apagamento da participação das populações

negras e indígenas na construção da nação brasileira. A historiografia oficial tem sido contada a partir de olhar branco, hegemônico, que denega a outra parte da história nacional, resultando no que a escritora nigeriana Chimamanda Adichie denomina “história única”.

Por sua vez, o modelo discursivo tradicional, hegemônico, pautado pelas elites simbólicas, que dominam a reprodução discursiva de controle da sociedade, está sendo substituído por narrativas contra-hegemônicas, subsidiadas pela internet. São redes colaborativas surgidas na contramão da produção discursiva das elites que estão revolucionando o *status quo* da produção cultural do país, como ressalta Ivana Bentes.

Nunca na história da cultura tivemos tantas possibilidades de descentralização dos meios de produção. Equipamentos digitais, câmeras de vídeo, câmeras fotográficas, equipamentos para músicos, DJs, produtores de audiovisual, computadores pessoais, softwares livres, uma enorme capacidade em duplicação de Cds, livros, músicas que colocam em xeque o direito autoral tradicional e fazem deslumbrar um capitalismo do excedente e da possibilidade da livre circulação do conhecimento (BENTES, 2015, p. 62).

O surgimento das redes sociais possibilitou grandiosa transformação na produção discursiva. O acesso ainda que muitas vezes precário à internet tem gerado redes de colaboração, que, começam no mundo *online* e migram para o *offline* e vice-versa. Este avanço das experiências das redes colaborativas está relacionado tanto à melhoria das condições econômicas das populações empobrecidas, como à criação de políticas públicas que impulsionaram o acesso à educação, conforme pesquisa do Instituto Brasileiro Geográfico e Econômico (IBGE).

Além do contexto favorável à ampliação do ensino superior, proporcionado pelo aumento do nível educacional da população e pelas melhorias nas condições econômicas das famílias que liberam jovens para seguirem estudando, em vez de se dedicarem exclusivamente ao trabalho, a democratização do acesso ao ensino superior foi estimulada por uma série de políticas públicas (CEERT, 2016).

Se fala é poder, quem fala o quê, para quem? Os discursos que construíram a identidade nacional brasileira são eurocentrados, foram escritos a partir de ponto de vista que denega indígenas, população negra e mulheres. Foram escritos baseados em falas e escritos hegemônicos. Até bem pouco tempo, a população negra era relegada a papel de objeto em pesquisas acadêmicas e discursos oficiais. A mudança de posição é recente, tem a ver com políticas públicas (Ação Afirmativa), que estão remodelando com o cenário educacional, social e cultural na era do capitalismo cognitivo.

A concepção política de minoria tem como característica a organização de corpo social que luta e reivindica por direitos sociais. As minorias são dispositivos

simbólicos, com objetivos ético-políticos contra – hegemônicos. São, portanto, grupos marginais ante a ordem jurídico-social instituída (SODRÉ, 2005). Mulher. Negra. Pobre. Mulher negra. Mulher, negra e pobre. Estes marcadores sociais delineiam historicamente a vida social das mulheres negras, foram estabelecidos com a relação de “coisificação de seus corpos” e permearam a construção de imaginário social que vigora até os dias atuais.

Para a filósofa e feminista Sueli Carneiro, a violência sexual colonial que permeou a vida da mulher negra durante o processo de colonização é, também, o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades. Ela cita Ângela Gilliam, que define “a grande teoria do esperma em nossa formação nacional”, através da qual, segundo Gilliam: “O papel da mulher negra é negado na formação da cultura nacional; a desigualdade entre homens e mulheres é erotizada; e a violência sexual contra as mulheres negras foi convertida em um romance”.<sup>3</sup>

O imaginário construído no distante período colonial permanece presente e se revela em posturas, preconceitos, ideários, políticas públicas, exaltado igualmente pelas relações de gênero e raça. As mulheres estão sujeitas ao peso do patriarcado, do sexismo, do racismo. A discriminação não é vivenciada de forma unívoca. Pelo contrário, as discriminações são afiniladas e acentuadas a depender do recorte realizado, tendo como pressuposto a interseção gênero e raça (CRENSHAW, 2002, p. 173). A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Ela também trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

As opressões vivenciadas pelas mulheres negras só começam a ser evidenciadas, há pouco tempo, no Brasil, a partir de análises realizadas sob a ótica do feminismo negro. Até então, os problemas e questões levantados pelo feminismo hegemônico não davam conta das especificidades destas mulheres, pois estavam voltados para as problemáticas das mulheres brancas de classe média.

Em *Racismo e sexismo na sociedade brasileira*, Lélia Gonzalez aponta para série de reflexões sobre o “não-lugar de fala” da mulher negra, chama atenção para a emergência de realocação deste sujeito objetificado, subalternizado e aprisionado em imaginário que oblitera suas subjetividades, aprisionando-as nos papéis de mucama, mulata e mãe-preta.

3 Angela Gilliam in Anais do Seminário Internacional – “Multiculturalismo e racismo: O papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos”, p. 54, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Brasília, Julho de 1996, conforme Carneiro, 2003.

Na realidade, tem ocorrido um “duplo silêncio”. Ao silêncio sobre as mulheres em geral (“a história é masculina”) soma-se o silêncio sobre as classes exploradas (“a história é a história das classes dominantes”). Sobre o segundo silêncio, muito já foi dito. Quanto ao primeiro, ele aparece travestido na mitologia sobre a natureza doce e patriarcalista do escravismo brasileiro. Mas é interessante notar que essa mitologia não se limita a produzir uma imagem deformada da relação senhor-escravo. Isto porque, na sua lógica, a mulher escrava ocupa um lugar central: “ponte entre duas raças”, “embaixadora da senzala na casa-grande, e vice-versa, e outras coisas do gênero. Em outras palavras: as relações senhor-escrava, senhora-escrava, filhos brancos-escrava jogam um papel estratégico na estruturação das teorias sobre o patriarcalismo da escravidão brasileira (GIACOMINI, 1988, p. 19).

O feminismo no Brasil e Estados Unidos, para falar de dois países com marcas contemporâneas do período escravocrata, surge como movimento de “emancipação feminina” de classe média e classe média-alta. Para estas se emanciparem, de forma contraditória, precisavam do trabalho de outra mulher, negra e pobre, para assumir funções no mercado de trabalho. Ou seja, a relação de dominação continua acontecendo dentro dos lares. Um paradoxo ainda muito presente em nosso país. Contudo, este é um debate para outro ensaio. O que desejamos destacar é a condição de subalternidade que tem sido destinada à mulher negra, ainda que tenha sido e seja o sustentáculo, a base laboral e econômica da sociedade brasileira. Destacar que suas demandas só começam a ser priorizadas com a organização das mulheres negras que vivenciaram, mesmo dentro de outros movimentos reivindicatórios, como é caso do movimento negro, práticas sexistas, que cerceavam a ascensão de suas vozes.

Ver e ser vista. Como ter voz, falar, ousar, aparecer? De que forma as mulheres que historicamente foram silenciadas poderão superar esta falta de voz, os silenciamentos?

#### **IV – Palavras finais**

Voz importa? A eclosão diversificada de falas femininas negras nas redes sociais é reveladora quando se reflete sobre o silenciamento das vozes das mulheres negras. As suas vozes foram abafadas pelo sistema patriarcal, escravocrata, imperativo do período colonial que se espalhou pelas estruturas sociais e pelas instituições de tal modo, que, mesmo que sua mão de obra tenha sido igualmente (em algumas situações trabalhava tanto quanto os homens) sustentáculo da exploração escravista. No entanto, o lugar social que ocupa está calcado na base da pirâmide econômica. Por sua vez, o silêncio, era tanto uma estratégia

de dominação quanto de sobrevivência. Se os senhores de engenho não hesitavam no uso da violência física para punir, por sua vez, o silêncio era uma das formas de escapar aos castigos e à morte. As cenas de violência permanecem presentes em bairros pobres e periféricos. A mudança que presenciamos tem a deslocamento de atores no campo da produção discursiva e da cultura no país.

Neste sentido, o surgimento de espaço alternativo virtual faz submergir vozes de mulheres negras jovens, feministas, militantes da causa racial e de gênero. São narrativas que fazem eclodir “outras pautas” que não aquelas tradicionais dos discursos hegemônicos. Tais narrativas estão pautando o próprio mercado jornalístico tradicional, com as redes sociais se configurado como ponte para ascensão de novos sujeitos do discurso.

Deve-se destacar que a emergência de processos de efetivação democrática demanda mobilização da sociedade civil, que, juntamente com esferas estatais e privadas podem caminhar para a valorização da diversidade cultural. Uma cyber democracia, com atuação direta na inter-relação entre o Estado e a sociedade civil, por intermédio de ações culturais, comunicação e tecnologia. O que pode refletir em outros campos importantes da sociedade. Estas alternativas de busca de informação, de conhecimento e, sobretudo, de se fazer, ver e ouvir são revolucionárias e essenciais na conquista da liberdade democrática. Esses novos modelos de participação, calcados na cultura da virtualidade, se apresentam como alicerces para outros modelos de reivindicação e participação política, modelados pelas redes sociais.

Por um lado, temos a ascensão de discursos conservadores capitaneados por parcela da juventude, que não titubeia em repetir modelos de vida calcados na violência de gênero, na homofobia, na transfobia e preconceitos de classe, todos esses fatores acentuados pelo racismo. O cenário político é devastador e vai requerer “outras formas de organização política”, das mulheres negras, aponta Sueli Carneiro. Um sinal evidente deste retrocesso político são os altos índices de assassinato de jovens negros e da ascensão de homicídio de mulheres negras no país.

Por outro, temos cada vez mais a ascensão de juventude das camadas populares produzindo cultura, muitas das vezes, sendo o vetor que a impulsiona a chegar à universidade e aos espaços de poder. São novos tempos, de frescor, de renovação a espaço acadêmico, tradicionalmente, ocupado pela classe média branca. Outra juventude se mescla, dando colorido, que configura a diversidade não apenas de corpos, de tons da pele, mas, sobretudo de saberes. Não se trata apenas de “poder falar”. O que está em disputa é a construção de narrativas realizadas por sujeitos que até então eram objetos. Trata-se de devir de juventude que mostra fulgor de resistência no combate tanto às atrocidades cometidas pelo

Estado, como a violência que atinge sobremaneira a juventude negra (homens e mulheres), como na produção discursiva e cultural de elementos surgidos nas bordas da sociedade que estão trespassando territórios, lugares, espaços, por intermédio da cultura. São modelos de narrativas que se contrapõem ao *status quo*. Elas vêm dos guetos, das entranhas da sociedade, para falar de seus sonhos, tristezas, alegrias. Estão ajudando a redefinir modelos de representação, contribuindo para o surgimento de novas expressões de resistência, como diz a letra da música *É o Poder*, de Karol Conka: “*Sociedade em choque eu vim pra incomodar / Aqui o santo é forte, é melhor se acostumar / Quem foi que disse que isso aqui não era pra mim se equivocou / Fui eu quem criei, vivi, escolhi me descobri e agora aqui estou.*” Tem luta e voz à vista!

---

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/chimamanda-adichie-o-perigo-de-uma-unica-historia/>>. Acesso: 25/05/2017.

BENTES, Ivana. *Mídia-Multidão: estéticas da comunicação e biopolíticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015. 200 p.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA. (Org.). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Ed., 2003. p. 49-57. (Coleção valores e atitudes. Série Valores; n. 1. Não discriminação)

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

GIACOMINI, Sônia. *Mulher e escrava: uma introdução ao estudo da mulher negra no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988. 95 p.

GOMES, Nilma L. *Mulheres Negras e Educação: trajetórias de vida, histórias de luta*. Disponível em: <<http://www.lpp-uerj.net>>. Acesso em: 21/06/2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília: ANPOCS, 1983.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. Coleção 2 Pontos, v. 3. 115 p.

GURUMURTHY, Anita. *Igualdade de gênero através do acesso às TICs e da sua apropriação*. 2008. Disponível em: <[http://www.politics.org.br/edicao\\_01](http://www.politics.org.br/edicao_01)>. Acesso em: 25/07/2016.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999. 102 p.

HALL, Stuart; SOVIK, Liv (Org.). *Da diáspora – Identidade e mediações culturais*. Tradução de Adelaine La Guardia Resende, Ana Carolina Escosteguy, Cláudia Álvares e Francisco Rüdiger. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. 480 p.



HANCHARD, Michael. Cinderela negra: raça e esfera pública no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 30, p. 41-59, 1996.

HOLLANDA, Heloísa Buarque. *A Nova Expressão das Mulheres da Periferia*. Disponível em: <<http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/?p=742&cat=0>>. Acesso em: 25/07/2016.

\_\_\_\_\_. A Política do Hip Hop nas Favelas Brasileiras. *Le Monde Diplomatique. Brasil*. São Paulo, p. 7, 2008.

HOOKS, Bell. *Feminismis for everybody: passionate politics*. South End Press. Cambridge: Pluto Press, 2000. 123 p.

\_\_\_\_\_. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Revisão da tradução de Flávia Biroli. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, n.16, jan./abr. 2015.

LA CAZE, Marguerite. Se Você Está Dizendo: Filosofia Feminista e Anti-Racismo. In: LEVINE, M. P; PATAKI, T. (Orgs.). *Racismo em Mente*. São Paulo: Madras Editora, 2005. 336 p.

LEMOS, Andre; LEVY, Pierre. *O futuro da internet: em direção a uma cyber democracia*. São Paulo: Paulus, 2010. 258 p.

MUNANGA, Kabengele. *Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania*. Disponível em: <[www.educacaonacional.com.br](http://www.educacaonacional.com.br)>. Acesso em: 25/07/2016.

\_\_\_\_\_. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. (s.p.). In: BRANDÃO, André Augusto P. *Cadernos PENESB (Programa de Educação sobre o negro na sociedade brasileira) N. 5*. Niterói, Rio de Janeiro: EdUFF (Editora da Universidade Federal Fluminense), 2004. 173 p.

QUINTÃO, Antonia Aparecida. Imagem das Mulheres Negras na Televisão Brasileira. In: CARRANCA, Flávio; BORGES, Rosane da Silva (Orgs.). *Espelho Infiel: o negro no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, 2004. 189 p. (DLC) 2006338256. (OCOLC)56988694.

ROLAND, Edna. O Movimento de Mulheres Negras brasileiras: desafios e perspectivas. In: HUNTLEY, Lynn; GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo (Orgs.). *Tirando a Máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 237-256.

SODRÉ, M. (Colaborador). Por um conceito de minoria. In: PAIVA, R. (Ed.); BARBALHO, A.. *Comunicação e cultura das minorias*. São Paulo: Paulus, 2005. p. 11-14.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o Subalterno Falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: editora UFMG, 2010. 133 p.

WERNECK, Jurema. De Ialodês e Feministas. Reflexões sobre a ação política das mulheres negras na América Latina e Caribe. In: *A Intersecção das desigualdades de raça e gênero. Implicações para as políticas públicas e os direitos humanos*. Consulado Geral dos EUA-RJ, 2002.

# CAPÍTULO 48

## NEOCAPITALISMO EN RED: cuerpos a la carta

*José María Valcuende del Río*<sup>1</sup>

---

Internet, a través de sus múltiples aplicaciones, se ha convertido en un medio de comunicación fundamental para comprender nuevas formas de encuentro afectivas y sexuales, ya sean cara a cara u online. Evidentemente, estas formas de comunicación reproducen los valores dominantes en relación a la heteronormatividad, lo que se pone de manifiesto en la reproducción de los roles de género y sexuales. Sin embargo, también permite aproximar y visibilizar otras formas de entender la sexualidad y la conformación de grupos minorizados, que ahora pueden encontrarse más allá de la realidad física inmediata, para reproducir “nuevas” identidades, que se expanden a velocidad de vértigo, produciéndose interesantes fenómenos de hibridación entre los modelos sexuales globales y locales (VALCUENDE; CACERES, 2014).

Internet, a diferencia de otras formas de comunicación, no sólo es un medio, es también un contexto de interacción. La tradicional separación entre actores y observadores o entre emisores y receptores se diluye. El desarrollo de las diferentes aplicaciones en relación a la sexualidad nos plantea una nueva realidad que se relaciona con el cambio de sentido de muchos de los espacios de sociabilidad físicos. Para tener un encuentro afectivo y/o sexual ya no es preciso desplazarse; es más, los encuentros físicos están mediados, cada vez más, por el uso de las apps.

Las nuevas herramientas posibilitan una comunicación instantánea a cualquier hora del día y de la noche. De esta forma, se ha desarrollado un amplio catálogo destinado a satisfacer las necesidades sexuales de los usuarios. Lo que algunos autores denominan neocapitalismo encuentra en internet un instrumento fundamental en cuanto que permite, por un lado, generar necesidades, poniendo a nuestro alcance todos los mundos posibles; por otro, ajustar la demanda a los intereses de la oferta a través de los buscadores. Esta herramienta/contexto comunicativo deja de ser una realidad impersonal para ajustarse a nuestros deseos. La aparente privacidad (e insistimos en lo de aparente) de estas aplicaciones facilita el consumo del sexo virtual, el incremento sustancial del negocio de la pornografía y también las posibilidades de ampliar las relaciones sexuales.

Lo cierto es que hoy no podemos comprender la realidad física sin adentrarnos en la realidad online, algo que es obvio en cualquier ámbito de investigación y

---

<sup>1</sup> Profesor titular del Departamento de Antropología Social, Psicología Básica y Salud Pública. Universidad Pablo de Olavide (Sevilla/España). E-mail: jmvalrio@upo.es

también lo es en el ámbito de la sexualidad y la corporalidad; un hecho que, dicho sea de paso, nos genera serios problemas metodológicos (Ver SEGATA; RIFIO-TIS, 2016). Pero también es cierto que no podemos analizar el mundo online y el mundo físico como realidades separadas. Internet ha penetrado todos los ámbitos de nuestra cotidianidad. El proceso que describiera Giddens (1994) de separación del espacio y del tiempo como dos realidades no vinculadas, característico de la modernidad, se ha acelerado de forma vertiginosa. Nuestra realidad cotidiana y vivencial es cada vez más una realidad global, no necesariamente próxima físicamente. No es casual que en los últimos años asistamos a una reivindicación de “lo comunitario”, precisamente en un tiempo en que los vínculos y las obligaciones con nuestro contexto inmediato tienden a diluirse en favor de “comunidades” virtuales, conformadas desde los intereses individuales, a partir de los que se seleccionan desde el ordenador las realidades que se quiere vivir o la gente con la que se quiere estar, independientemente del lugar y el tiempo próximo. La cotidianeidad es cada vez más una realidad ajena a nuestro mundo físico.

Nunca como hasta ahora se cumple la máxima de que el mundo de lo social es un mundo de ficciones que transformamos en realidad. Internet nos plantea la posibilidad de vivir fantasías simultáneas, acentuar la teatralidad de la sexualidad, consumir cuerpos a la carta o recrear nuestra corporalidad,

## **La teatralidad de la sexualidad y el mercado**

La sexualidad tiene mucho de teatralidad. Como señala GUASCH (2016, p. 44) “la sexualidad es actuación y todo el mundo actúa su sexualidad”, y nadie como la industria del sexo es consciente de ello. Internet ha posibilitado lo que se podría entender como una democratización del uso de la pornografía, que hoy es accesible a cualquier usuario de internet. La aparente privacidad, el fácil acceso a las páginas web que ofertan este producto y la comodidad son tres elementos claves que nos ayudan a entender la expansión de un rentable negocio.

Las cifras que proporcionan algunas empresas en relación al consumo de pornografía en internet son realmente espectaculares. Una de las empresas más conocidas del sector Porno-Hub realiza anualmente un estudio sobre el consumo de sus páginas, segregado por: sexo, países, horarios, medios utilizados (ordenador, internet...).<sup>2</sup> Lejos de ser exhaustivos, nos interesan algunos datos relativos a 2016, que pueden ayudarnos a entender la amplitud y características de este fenómeno. El primer dato interesante tiene que ver precisamente con los medios utilizados. Progresivamente se afianza el consumo de pornografía desde el móvil en detrimento del ordenador, un hecho que se manifiesta especialmente entre las personas más jóvenes. El consumo de pornografía se produce más entre hombres que mujeres, aunque hay una

2 Para consultar los datos relativos a 2015 ver Pornhub's 2015 Year in Review. Enlace: <<https://www.pornhub.com/insights/pornhub-2015-year-in-review>>. Los datos de 2016 pueden consultarse en: <<http://boingboing.net/2017/01/06/pornhubs-2016-year-in-revie.html>>. Última fecha de consulta 07/05/2017.

progresiva incorporación de las mujeres (un 26 por ciento a nivel mundial). Pornhub recibe 64 millones de visitas diarias y el tiempo total de visionado estaría en torno a las 4.599.000.000 horas. Pero más allá de las cifras que mueve este negocio o incluso de los porcentajes que ocupan estas páginas en la red, nos interesa aproximarnos a las características de los productos ofertados.

Internet es una herramienta especialmente eficaz a la hora de ajustarse a los nichos de mercados, procurando responder a las diversas fantasías sexuales de los usuarios. Los buscadores permiten entrecruzar etiquetas hasta aproximar al máximo la oferta del producto a los usuarios específicos. Esto ha hecho que el número de categorías del porno se multipliquen en función de las opciones sexuales, los contextos en los que se desarrolla la sexualidad, las formas corporales... (VALCUENDE; SIERRA; MARCO, 2017). No por casualidad internet ha permitido visualizar opciones sexuales hasta ahora ocultas, y reforzar la articulación de grupos que se englobarían en las sexualidades periféricas y disidentes, que ahora se reconstruyen desde lógicas identitarias que se contraponen a las visiones estigmatizadoras cuando no patologizantes.

Pero internet no sólo es un medio que posibilita el consumo de sexo, es también un contexto que permite la interacción del usuario con otros usuarios a tiempo real. Los observadores pueden transformarse en actores, buscar contactos reales y virtuales: desde un encuentro casual a la búsqueda del amor “para toda la vida”, todo es posible en este amplio escaparate. Nuevamente los sitios responden a un mercado segmentando y a diferentes tipos de demandas de unos usuarios que han naturalizado estas herramientas/contextos de comunicación, como podremos ver en el próximo apartado.

## **Espectadores/actores de la sexualidad**

Para aquellos que buscan el amor para toda la vida es recomendable buscar una página “seria” de gente “seria”, por ejemplo, eDarling. Este sitio se publicita para “solteros exigentes”. Estos solteros exigentes tienen unas ciertas garantías a la hora de encontrar sus parejas, y qué mejor que la Ciencia para asegurarse que las personas que se encuentran van a ser compatibles: “eDarling te sugiere solo parejas que encajan contigo. Para eso utilizamos tanto el test de personalidad como tus preferencias individuales”.<sup>3</sup>

Esta empresa, que es una de las más importantes del sector, intenta normalizar un hecho que ya es habitual y que entre las generaciones mayores generaba un cierto prejuicio, el conocer la pareja a través de internet. Así se señala en su página:

¿Sabías que 1 de cada 4 parejas en España se conocieron por Internet?  
El desarrollo de las Nuevas Tecnologías hace que cada vez sea más normal conocer a alguien en la red. Nuestros usuarios son gente que no se

3 Página de eDarling: <<https://www.edarling.es/>>. Última fecha de consulta 07/05/2017.

conforma con cualquier cosa, buscan a alguien del que enamorarse de los pies a la cabeza. Gracias a nuestro test de compatibilidad en eDarling te ayudamos a conocer a esa persona que tanto tiempo llevas buscando.<sup>4</sup>

La aparente frialdad que supone acceder a un catálogo de posibles parejas es recreada desde una visión romántica. eDarling nos oferta la posibilidad de “el amor verdadero”. Aunque si encontrar el amor es importante, también lo es no perder demasiado tiempo, tal y como señala otra de las empresas del sector POF, con un perfil de usuarios, según la propia página, de “profesionales solteros”: “¡No Vale la pena buscar en bares o supermercados, así que regístrate aquí!”<sup>5</sup> Pero si algunas páginas ofrecen la posibilidad de una relación estable, otras páginas ofrecen cualquier tipo de alternativa. En Adoptauntio se señala:

Mediante esta ‘app’, accedes a una especie de mercado on-line en el que puedes ir añadiendo chicos a tu carrito. Su funcionamiento se basa en tres parámetros básicos: la geolocalización, la búsqueda por ‘hashtags’ para afinar las coincidencias con esa presunta media naranja y el ‘gogolito’, un motor de búsqueda semántica para los más exigentes.<sup>6</sup>

Elige, selecciona y consume. Estos tres principios son fundamentales en los contactos esporádicos. En Mujer.com se refieren a Goog2Go como una aplicación que:

[...] está diseñada “para facilitar la comunicación entre dos adultos con el fin de minimizar situaciones incómodas antes de tener sexo consentido entre ambas partes. La app pide a ambas partes que describan su estado higiénico y sus niveles de alcohol en tiempo real, así las ambas partes tendrán la posibilidad de aceptar o no tener sexo con esa persona [...]”<sup>7</sup>

Cada aplicación proporciona la información que requieren los participantes en función de la acción. Desde una información más o menos exhaustiva en aquellas páginas en las que se buscan relaciones estables, a una información basada fundamentalmente en la corporalidad y los gustos sexuales en las aplicaciones diseñadas para encuentros casuales. El cuerpo adquiere un plano central en un contexto en el que la vista prima sobre cualquier otro sentido. La corporalidad se plantea como la tarjeta de presentación fundamental en el mercado del sexo, junto a las caracterizaciones que reproducen diferentes imaginarios antes del encuentro virtual o real. Y es que internet ha posibilitado nuevas formas de

4 Página de eDarling: <<https://www.edarling.es/>>. Última fecha de consulta 07/05/2017.

5 Página <[http://www.pof.es/es\\_landero.aspx?dating=es\\_statslander01](http://www.pof.es/es_landero.aspx?dating=es_statslander01)>. Última fecha de consulta 07/05/2017

6 <<https://itunes.apple.com/es/app/adoptauntio/id664639566?mt=8&ls=1>>. Última fecha de consulta: 06/05/2017.

7 14 APPS para ligar una de propina para tener sexo. En Mujer.com <<http://www.mujerhoy.com/psico-sexo/sexo/apps-para-ligar-smartphone-833855102014.html>>. Fecha de consulta: 08/05/2017.

comunicación virtuales a través de las cámaras, ya tengan un carácter privado o público. Algunas aplicaciones están pensadas para exhibir las relaciones sexuales. Los diferentes usuarios crean sus perfiles, intercalando videos y fotos de otros usuarios con sus propias grabaciones y fotografías. Otros sitios web, como Cam4, están pensadas para el intercambio sexual retransmitido en directo. Como señala Rost (2016) esta página tiene un carácter colaborativo, en cuanto que la gente consume la pornografía que produce. Supone un plus añadido a otros productos pornográficos que se ofertan en internet: la acción se desarrolla en el mismo momento; se supone una cierta “naturalidad”, no necesariamente son profesionales del sexo los que interaccionan; permiten la interacción de los espectadores/actores a través de los chats y de los incentivos que van recibiendo aquellos que son grabados a partir de “toques” o regalos. Si es cierto que el acceso al sitio es gratuito y que algunas personas no cobran, también lo es que este medio se ha convertido en un buen negocio tanto para la empresa que la gestiona como para las personas que buscan algunos ingresos extraordinarios. Unas personas que interactúan y que también negocian lo que va a hacer, cómo se va a hacer y con quién (espectáculos privados o públicos). Un caso más que plantea una difusa separación entre lo que es y no es prostitución, y en el que la negociación como nos recuerda Rost (2016) no es sólo una forma de comprar interacciones sexuales, sino que forma parte de las propias relaciones sexuales. Una interesante perspectiva a partir de la que se articula las formas de interacción con la propia acción como parte de un todo que es inseparable.

## Cuerpos virtuales

En los diferentes sitios y aplicaciones mencionados el cuerpo juega un papel central, especialmente en el consumo rápido del sexo. La importancia de la racialización de los cuerpos y la asociación entre cuerpos racializados y prácticas sexuales por parte de la industria sexual es un buen ejemplo de ello.<sup>8</sup> Como también lo es las formas en los que las personas seleccionan los elementos del *yo virtual* que muchas veces contrasta con la representación en el mundo físico.

Pero la centralidad de la corporalidad no sólo se relaciona directamente con el consumo sexual, la corporalidad mediática juega un plano central en la representación de la identidad de los usuarios de las redes. Es un yo imaginado o si se prefiere idealizado el que se convierte en el protagonista de una buena parte de las imágenes distribuidas en internet. El protagonismo adquirido por los *selfies* sitúa en el centro de la acción el rostro. El mensaje es claro: el paisaje o la celebración es significativa en cuanto que la persona ocupa un plano protagonista. Las personas se representan, están en el escenario físico en función del

8 Llama la atención por ejemplo en la pornografía gay interracial el papel asignados a aquellos que son etiquetados como “asiáticos”, asociados con papeles “pasivos”, en contraposición por ejemplo a los etiquetados como “negros”. Habitualmente cuerpos más corpulentos; normalmente cumplen un papel activo y el pene ocupa un plano central en los planos de la cámara.

mundo online. De hecho la realidad virtual condiciona de una forma importante nuestra forma de estar en el mundo físico, que debe readaptarse a la mirada de un otro indeterminado (VALCUENDE; SIERRA; MARCO, 2017).

La corporalidad, su representación, debe estar vigilada y puede ser constantemente reformulada. Como señalan Valcuende, Sierra y Marco (2017):

La participación en varios escenarios sociales al tiempo, la constante exposición y recepción de información hacen que convirtamos nuestra identidad en un mosaico de aquello que se refleja en los muros de otras personas. Además se nos permite compartir y revisar de forma continua el contenido que proporcionamos a los demás, cambiando la imagen que damos sobre nosotros mismos.

Lo íntimo se convierte en público, y lo público pasa a formar parte de nuestra intimidad.

Un hecho que se ve acelerado por la posibilidad de editar vídeos e imágenes en directo. De esta forma lo visual, y por tanto el cuerpo, se convierte en un elemento cada vez más importante en estos procesos comunicativos. Las barreras entre los espacios privados y públicos se difuminan a medida también que se producen una descontextualización espacio/temporal. Lo que se evidencia claramente en el acoso, cuyos efectos son especialmente demoledores, en cuanto que la vejación, el insulto, la burla..., se hacen presente en una realidad que, siendo nuestra, deja de serlo.

## Conclusiones

A través de esta ponencia hemos intentando mostrar las posibilidades que plantean las nuevas herramientas/contextos comunicativos, en relación al cuerpo y la sexualidad. La cada vez más compleja diferenciación entre emisores y receptores, así como la posibilidad de participar activamente en los procesos comunicativos más allá del lugar y el tiempo físico en el que nos encontremos, está permitiendo el desarrollo de una amplia oferta vinculada al consumo del sexo.

La supuesta privacidad de internet, así como el rápido acceso, facilita el consumo de la pornografía y la prostitución. Industrias en las que se reproducen roles sexuales y racializados que en cierta medida se ajustan al modelo heteronormativo. Al mismo tiempo, internet ha incrementado la oferta de las sexualidades no normativas. Internet, en este sentido, tiene una enorme capacidad de responder a la demanda de los usuarios, pero también de ofertar un amplísimo abanico de posibilidades ajustándose a los diferentes segmentos del mercado sexual.

Pero internet no sólo es una herramienta para consumir pornografía o prostitución, es también un medio que posibilita los encuentros sexuales. Los usuarios pueden ser también actores y deben representarse en las diferentes aplicaciones a partir de imágenes que construyan una corporalidad deseable para



posteriores encuentros “reales” o cada vez más para encuentros de carácter virtual. El cuerpo adquiere un papel central en el consumo sexual, pero también en una cotidianidad en la que la realidad online se hace constantemente presente en la realidad física. La identidad en internet está muy relacionada con las imágenes que constantemente son mostradas a través de las redes. Unas imágenes, que pasan a formar parte de otros mundos que está fuera de nuestro propio control.

Curiosamente, y a pesar de la centralidad de lo corporal, posiblemente nunca como hasta ahora el cuerpo ha adquirido un carácter tan banal. Un objeto para ser recreado, pero fundamentalmente para transformarse en un objeto de consumo, ofertado en función de demandas individualizadas que reproducen cánones estandarizados. Las imágenes corporales pasan a formar parte de un imaginario que reproduce el orden establecido, atravesando las ficticias fronteras del mundo físico y el mundo virtual.

Para finalizar, en esta aproximación se nos plantean más preguntas que respuestas, que tienen que ver precisamente con las nuevas formas de representación corporal, pero también con las implicaciones de estas nuevas formas de comunicación y consumo sexual, los procesos educativos a partir de la pornografía e incluso la transformación de una corporalidad que se proyecta y recrea en las nuevas herramientas y contextos comunicativos.

Las aproximaciones desde las Ciencias Sociales siguen habitualmente empeñadas en analizar los problemas sociales derivados del uso de internet. Sin embargo, esta mirada muchas veces no está exenta de prejuicios que precisamente no nos dejan ver las nuevas significaciones de unas formas de consumo y de relaciones que aun conocemos de una forma insuficiente.

---

## REFERENCIAS

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade pessoal*. Traducción de Miguel Vale de Almeida. Oeiras: Celta Editora, 1994. 209 p.

GUASCH, Oscar. Cuerpo, género y sexualidad. Políticas biológicas y diversidad sexual. En: VALCUENDE del RÍO, José María, VÁSQUEZ ANDRADE, Piedad; MARCO MACARRO, María J. *Sexualidades, represión, resistencia y cotidianidades*. Sevilla: Editorial Aconcagua, 2016. p. 39-51.

ROST, Mariana. *Sexualidades em negociação: A pornografia live-streaming no CAM4.com*. Tesis de Maestría. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2016. Disponible en: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/5818>>.

SEGATA, Jean; RIFIOTIS, Theophilos (Orgs.). *Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura*. Brasília: ABA Publicações, 2016. 208 p.

VALCUENDE, José María; SIERRA, Rocío; MARCO, María. *Recreando espacios, tiempos y relaciones en internet* (2017/sin publicar).

VALCUENDE DEL RÍO, José María; CACERES FERIA, Rafael. Bricheros: sexo, raza y etnicidad en contextos turísticos. *Revista de Estudios Sociales/ Journal of Social Studies*, Colombia, n. 49, p. 72-86, 2014.

# SOBRE OS ORGANIZADORES

## **Ana Maria Veiga**

É doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, com estágio doutoral na École des Hautes Études en Sciences Sociales. É professora do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba. Tem pós-doutorado (PNPD) pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. Suas áreas de interesse são teoria da história, história visual, história da arte, imagem, cinema, estudos de gênero, estudos pós/decoloniais, história da América Latina. É editora da revista Saeculum (PPGH/UFPB) e editora de divulgação da revista Estudos Feministas (REF). Foi coordenadora de programação e de comunicação do 13o. Mundos de Mulheres e Seminário Internacional Fazendo Gênero 11. Orienta trabalhos acadêmicos com temáticas relacionadas às áreas mencionadas. Possui experiência profissional em roteiro, direção, edição e produção audiovisual. E-mail: amveiga@yahoo.com.br

## **Claudia Regina Nichnig**

É doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na área de Estudos de Gênero. Tem pós-doutorado em História pela UFSC e em Antropologia Social pelo Centre national de la recherche scientifique (CNRS), École des hautes études en sciences sociales (EHESS), realizado na Universidade de Toulouse -Jean Jaurès, junto ao Laboratoire Interdisciplinaire Solidarités, Sociétés, Territoires (LISST), no quadro do Projeto CAPES-COFE-CUB. Mestre em História pela UFSC. Possui graduação em História pela UFSC e em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), especialização em Direito Civil e Direito do Trabalho. Seus temas de interesse são: os estudos de gênero e feministas e sua relação com o direito, feminismos contemporâneos, família no Brasil, conjugalidades e homoparentalidades, violências de gênero e mulheres refugiadas. Integra o quadro de pesquisadores/as associados/as do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC), do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC), do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS/UFSC) e do Laboratório de Estudos de Gênero, História e Interculturalidade (LEGHI/UGFD). Atualmente atua como professora visitante no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. E-mail: claudianichnig@gmail.com

## **Cristina Scheibe Wolff**

Possui graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo. Realizou pós-doutorado na Université Rennes 2, na França (2005), e no Latin American

Studies Center da University of Maryland, em College Park, nos Estados Unidos da América (2011) e ocupou a Cátedra Fulbright de Estudos Brasileiros na University of Massachusetts em Amherst (set-dez 2017). Atualmente, é professora titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisadora convidada no Laboratoire Arenes – Université Rennes 2 (janeiro a julho 2018). Tem bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq na área de História, 1D. É integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) e do Instituto de Estudos de Gênero da UFSC e uma das coordenadoras editoriais da Revista Estudos Feministas (2006-2009 e 2011-atual). Foi Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Atua ainda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e no Mestrado Profissional de Ensino de História. Foi a coordenadora geral do Fazendo Gênero 11 e 13º Women’s Worlds Congress, realizado na UFSC em 2017. Suas principais publicações tratam da história das mulheres na Amazônia (Mulheres da Floresta: uma história. São Paulo: Hucitec, 1999) e sobre gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul (diversos livros, artigos e capítulos). Atualmente coordena e desenvolve dois principais projetos de pesquisa: Políticas da emoção e do Gênero na resistência às ditaduras militares no Cone Sul, com financiamento do CNPq e Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985), com financiamento da CAPES. E-mail: cristina.wolff@ufsc.br

### **Jair Zandoná**

É doutor e mestre em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduado em Letras Português Habilitação em Língua Espanhola e Respectivas Literaturas pela Universidade do Oeste de Santa Catarina. É um dos editores da Revista Anuário de Literatura (PPGL/UFSC), editor de resenhas da Revista Estudos Feministas (REF), integra o quadro de pesquisadores/as associados/as do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC), do Núcleo de Literatura Brasileira Atual – Estudos Feministas e Pós-Coloniais de Narrativas da Contemporaneidade (LITERATUAL/UFSC), e do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Atualmente, realiza estágio de pós-doutorado no LEGH/UFSC, com bolsa da CAPES, no projeto “Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)”. E-mail: jzandona@gmail.com



SOBRE O LIVRO

E-book – Licença livre

Formato: 16 x 23 cm

Mancha: 12,3 x 19,3 cm

Tipografia: Times New Roman 11,5 | 12 | 16 | 18 pt

Arial 6,5 | 8 | 9 pt